GUARDA NACIONAL REPUBLICANA



Aguarda Homologação

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2025

GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

Aguarda Homologação

FICHA TÉCNICA

DIREÇÃO

Rui Alberto Ribeiro Veloso | *Tenente-General Comandante-Geral*

COORDENAÇÃO

Jorge Manuel Machado Meireles | Coronel de Infantaria

Rui Valente Cipriano Alfaro Pereira | Tenente-Coronel de Infantaria

CONCEPÇÃO E REDAÇÃO

José Luís Domingues de Jesus | Tenente de Administração Militar

Susana Marina Fernandes Gomes | Sargento-Chefe de Infantaria

Igor Gonçalo Rocha Fernandes | 1.º Sargento de Infantaria

FOTOGRAFIAS

Divisão de Comunicação e Relações Públicas



NOTA PRÉVIA

Rui Alberto Ribeiro Veloso
Tenente-General
COMANDANTE-GERAL

Aguarda Homologação

No final do ciclo de gestão anual e no culminar da Estratégia da Guarda 2025, a Guarda Nacional Republicana (GNR) apresenta o Relatório de Atividades (RA) referente ao ano de 2025. Mais do que um balanço administrativo, este documento constitui o reflexo do compromisso da Instituição com a transparência e com a segurança de todos os portugueses.

Estruturado em oito capítulos, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de setembro, o relatório destaca o processo de autoavaliação da Guarda. Este exercício, pautado pelo rigor metodológico, assenta num modelo de gestão por objetivos que permite aferir a eficácia, a eficiência e a qualidade do serviço prestado.

O Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) de 2025, composto por 20 objetivos estratégicos e 10 operacionais, foi monitorizado trimestralmente através de 41 indicadores específicos.

Os resultados alcançados são reveladores do desempenho organizacional, com uma taxa de realização de 117,35%, tendo superado os parâmetros de eficácia (122,70%) de eficiência (114,60%) e de qualidade (115,40%). Este processo representa o encerramento do ciclo de gestão, mas é também uma ferramenta que permite identificar sucessos, corrigir desvios e consolidar as bases do desempenho futuro.

Ao longo de todo este percurso, mantivemos as Pessoas no centro da nossa decisão. Esta visão abrange tanto os cidadãos que protegemos como os militares e civis que, diariamente, dão corpo à Instituição.

Apresentamos este relatório com a convicção do dever cumprido e com a abertura necessária ao escrutínio público. Pretendemos, assim, reforçar os princípios de responsabilidade que norteiam a nossa missão de salvaguarda do interesse público, acolhendo com humildade as críticas que contribuam para a nossa melhoria contínua.

É, portanto, meu firme propósito que este documento se afirme como um instrumento de reforço da proximidade com as comunidades, transformando o balanço da Estratégia da Guarda 2025 no alicerce para os desafios de amanhã. Que este fecho de ciclo seja, simultaneamente, o ponto de partida para continuarmos a garantir a tranquilidade pública e a honrar a confiança de todos os portugueses.

"Pela Lei e Pela Grei."



Aguarda Homologação



ÍNDICE

10	Sumário Executivo GNR em Números
22	Capítulo I Nota Introdutória
54	Capítulo II Enquadramento Estratégico
72	Capítulo III Autoavaliação
118	Capítulo IV Atividades Desenvolvidas
268	Capítulo V Recursos Internos
288	Capítulo VI Balanço Social
294	Capítulo VII Avaliação Final
300	Capítulo VIII Anexos
	A1 — Avaliação do Sistema de Controlo Interno A2 — Procedimentos Aquisitivos Realizados A3 — Publicidade Institucional A4 — Modernização Administrativa

Aguarda Homologação

GLOSSÁRIO

AM	Academia Militar
ANEPC	Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil
ANSR	Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária
AP	Administração Pública
AT	Autoridade Tributária e Aduaneira
ATLAS	Rede Europeia de Forças Intervenção e Operações Especiais
ATM	*Automatic Teller Machines*
CARI	Comando da Administração dos Recursos Internos
CDF	Comando da Doutrina e Formação
CE	Conformidade Europeia
CEPOL	Agência da União Europeia para a Formação Policial
CITES	Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção
CIMIN	Comité Interministerial de Alto Nível
CINGOp	Centro Integrado Nacional de Gestão Operacional
CNC	Centro Nacional de Coordenação
CO	Comando Operacional
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DCI	Divisão de Controlo Interno
DCRP	Divisão de Comunicação e Relações Públicas
DGAV	Direção Geral da Alimentação e Veterinária
DHCG	Divisão de História e Cultura da Guarda
DIE	Direção de Infraestruturas
DIC	Direção de Investigação Criminal
DPERI	Divisão de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais
DepRF	Departamento de Recursos Financeiros
DepRH	Departamento de Recursos Humanos
DRL	Direção de Recursos Logísticos
DSEPNA	Direção do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente
ECR	*Euro Contrôle Route*

Aguarda Homologação

EG	Escola da Guarda
EM	Estados Membros
EMPACT	*European Multidisciplinary Platform Against Criminal Threats*
EOD	*Explosive Ordnance Disposal*
EPPO	Procuradoria Europeia
ESPAP	Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública
EUAM	European Union Advisory Mission
EUROGENDFOR	Força de *Gendarmerie* Europeia
EUROPOL	Agência da União Europeia para a Cooperação Policial
EUROSUR	*European Border Surveillance System* (Sistema Europeu de Vigilância das Fronteiras)
FCAA	Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização
FFAA	Forças Armadas
FIEP	*International Association of Gendarmeries and Police Forces with Military Status* / Associação de Forças de Polícia e Gendarmeries Europeias e Mediterrânicas com estatuto militar
FRONTEX	Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira
FSI	Fundo para a Segurança Interna
FSS	Forças e Serviços de Segurança
GGCG	Gabinete do General Comandante-Geral
GeRFiP	Gestão de Recursos Financeiros em modo Partilhado
GNR	Guarda Nacional Republicana
IBERPOL	Escola Ibero americana de Polícia
IC	Investigação Criminal
IG	Inspeção da Guarda
IMPEL	Rede da União Europeia para a Implementação e Aplicação da Legislação Ambiental
JSS	Junta Superior de Saúde
INTERPOL	*International Criminal Police Organization*
IPU	*Integrated Police Unit*
LOGNR	Lei Orgânica da GNR
LOE	Linhas de Orientação Estratégica
LPIEFSS	Lei de Programação de Infraestruturas e Equipamentos das Forças e Serviços de Segurança
MAI	Ministério da Administração Interna

Aguarda Homologação

MF	Ministério das Finanças
NATO/OTAN	*North Atlantic Treaty Organization*/Organização Tratado Atlântico Norte
NUIPC	Número Único Identificador de Processo Crime
OE	Objetivo Estratégico
OOp	Objetivo Operacional
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCD	Órgãos Superiores de Comando e Direção
OSCE	*Organization for Security and Cooperation in Europe*
OSINT	*Open Source Intelligence*
PCSD	Política Comum de Segurança e Defesa
PCTPPC	Programa de Cooperação Técnico-Policial e de Proteção Civil
PEPP	Policiamento Comunitário e de Proximidade
PEG	Plano Estratégico da Guarda
PJ	Polícia Judiciária
PNF	Plano Nacional de Fiscalização
POC	Ponto de Contacto Nacional
PRR	Plano de Recuperação e Resiliência
PSP	Polícia de Segurança Pública
PSAT	Promoção da Segurança de Ativos Técnicos
PTer	Posto Territorial
QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização
RA	Relatório de Atividades
RADMGNR	Regulamento de Avaliação do Desempenho dos Militares da Guarda Nacional Republicana
RAILPOL	*European network of Railway Police Forces*
RASI	Relatório Anual de Segurança Interna
RCA	República Centro Africana
RFPU	Reserve Formed Police Unit
RH	Recursos Humanos
RNSI	Rede Nacional de Segurança Interna
ROADPOL	Rede Europeia de Polícias de Trânsito

Aguarda Homologação

SCI	Sistema de Controlo Interno
SEPNA	Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente
SGIFR	Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais
SGG	Secretaria Geral da Guarda
SGMAI	Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna
SIADAP	Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública
SIGO	Sistema Integrado de Informação e Gestão da Oferta Educativa e Formativa
SIGRI	Sistema Integrado de Gestão dos Recursos Internos
SIIOP	Sistema Integrado de Informações Operacionais de Polícia
SIVICC	Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo
SPC	Secções de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário
SSI	Sistema de Segurança Interna
SWOT	*Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats*
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
TISPOL	*European Traffic Police Network*
TN	Território Nacional
UAF	Unidade de Ação Fiscal
UAV	Veículos aéreos não tripulados
UCCF	Unidade de Controlo Costeiro e de Fronteiras
UCO	Unidades/Comandos/Órgãos
UE	União Europeia
UEPS	Unidade de Emergência de Proteção e Socorro
UI	Unidade de Intervenção
UNT	Unidade Nacional de Trânsito
UPM	Unidade Politécnica Militar
USHE	Unidade de Segurança e Honras de Estado
ZA	Zona de Ação

Aguarda Homologação



Aguarda Homologação

GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

PELA LEI E PELA GREI



Aguarda Homologação

SUMÁRIO EXECUTIVO

GNR EM NÚMEROS

GNR EM NÚMEROS

1. DADOS GERAIS



23 449

EFETIVOS

86 600 KM^2 94%

COMPETÊNCIA TERRITORIAL
TERRITÓRIO NACIONAL (TN)

97%

COMPETÊNCIA RODOVIÁRIA
REDE VIÁRIA NACIONAL

5 395 028 52%

POPULAÇÃO
TN

1 526 554 4 182/DIA

AÇÕES DE PATRULHAMENTO

85 903 192 235 351/DIA

QUILÓMETROS PERCORRIDOS

5 824

VIATURAS

569

QUARTÉIS FUNCIONAIS

€ 1 233 556 011

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL ANUAL
(DESPESA)

Aguarda Homologação

2. INVESTIGAÇÃO CRIMINAL



4 856
AÇÕES DE CUMPRIMENTO MANDADOS DE BUSCAS

1 301
VEÍCULOS APREENDIDOS

1 206
VEÍCULOS RECUPERADOS

2 999 8.21/DIA
ARMAS DE FOGO APREENDIDAS

119
EXPLOSIVOS APREENDIDOS (EM KG)

87 332
MUNIÇÕES APREENDIDAS

303
DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO E VIAGEM

2 977
TELEMÓVEIS E MATERIAL ELETRÓNICO APREENDIDO

Aguarda Homologação

3. Segurança Rodoviária

2 464 526	6 752/dia
Condutores Fiscalizados	
493 021	1 351/dia
Autos Levantados	
24 591	67/dia
Infrações tipificadas como crime	
26 512	73/dia
Infrações por condução sob efeito de álcool	
94 648	259/dia
Infrações por excesso de velocidade	

4. Criminalidade

160 380	3 439/dia
Criminalidade geral	
3 456	
Criminalidade violenta e grave	
14 071	
Violência doméstica (Participações)	
1 310	
Delinquência juvenil (<16 anos)	
33 739	
Detenções efetuadas	

Aguarda Homologação

5. PREVENÇÃO E FISCALIZAÇÃO (AMBIENTE ESCOLAR E VÍTIMAS VULNERÁVEIS)

8/DIA — **4 236**
OCORRÊNCIAS EM AMBIENTE ESCOLAR

49/DIA — **16 302**
AÇÕES SENSIBILIZAÇÃO E PROXIMIDADE

4 604
ESCOLAS ABRANGIDAS

678 429
ALUNOS ABRANGIDOS

43 074
IDOSOS SINALIZADOS

146 761
N.º IDOSOS SENSIBILIZADOS

981
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA SINALIZADAS

808 205
ALUNOS SENSIBILIZADOS
SEGURANÇA DA COMUNIDADE ESCOLAR E SOBRE O CONSUMO DE DROGA E ÁLCOOL

Aguarda Homologação

6. Proteção Natureza e Ambiente

110 338
Ações de fiscalização

20 535
Autos de contraordenação

8 232 99% do total
Ocorrências de incêndio investigadas

15 546
Denúncias via linha SOS ambiente Território

46 044 676
Coimas aplicadas (€)

7. Proteção e Socorro

4 069
Intervenções de combate a incêndios em ataque inicial

941
Intervenções de combate a incêndios em ataque ampliado

8. Transporte de Órgãos e Produtos Biológicos

353
Transportes realizados

Aguarda Homologação

9. Atividade Fiscal, Tributária e Aduaneira

22 012	Autos elaborados
2 311	Processos investigados
1 350	Processos crime e contraordenação entrados
2 783 423,96	Tabaco apreendido (€)
40 097 550,00	Coimas aplicadas (€)
8 873 263,00	Mercadoria apreendida (€)
238 490 483,00	Valor estimado de fraude e evasão fiscal (€)

Aguarda Homologação

10. CONTROLO COSTEIRO E FRONTEIRAS

174 812	479/DIA
AÇÕES DE VIGILÂNCIA, PATRULHAMENTO E CONTROLO DE FRONTEIRA MARÍTIMA	
44 591	122/DIA
EMBARCAÇÕES MONITORIZADAS (SIVICC)	
45 737	126/DIA
EMBARCAÇÕES CONTROLADAS NOS POSTOS DE FRONTEIRA MARÍTIMA E TERMINAIS CRUZEIRO	
5 785 701	15 851/DIA
PESSOAS CONTROLADAS EM FRONTEIRAS MARÍTIMAS	
2 810	
VISTOS CONCEDIDOS EM POSTOS DE FRONTEIRA MARÍTIMA	
55 699	152/DIA
AUTORIZAÇÕES DE ACESSO À ZONA INTERNACIONAL DOS PORTOS MARÍTIMOS	
2 970	
AÇÕES FISCALIZAÇÃO DE CONTROLO DE PERMANÊNCIA	
4 377	
PROCESSOS DE CONTRAORDENAÇÃO CONTROLO COSTEIRO, FRONTEIRAS E ESTRANGEIROS	

Aguarda Homologação

11. Segurança e Ordem Pública

78/DIA — 28 457
Eventos desportivos

2/DIA — 9 620
Eventos objeto de medidas especiais de proteção e segurança

56
Ações exercício de reunião Manifestação

12. Segurança Privada e Prevenção Criminal

4 496
Ações de fiscalização segurança privada

155
Operações Especiais de prevenção criminal

13. Colaboração com Autoridades Judiciárias

456 562
Ações de colaboração

17 577
Mandados de captura e detenção

Aguarda Homologação

14. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

8
OFICIAIS DE LIGAÇÃO PROJETADOS NO ESTRANGEIRO

705
PROJEÇÕES INTERNACIONAIS

29
PROJEÇÕES NO ÂMBITO DA GESTÃO INTERNACIONAL DE CRISES

1 393
AÇÕES CONJUNTAS E PATRULHAMENTO MISTO

122
PARTICIPAÇÕES EM REUNIÕES E SEMINÁRIOS INTERNACIONAIS

7 608
HORAS DE FORMAÇÃO EM PORTUGAL

135
MILITARES PROJETADOS PARA FORMAÇÃO INTERNACIONAL

9 561
HORAS DE FORMAÇÃO EM CONTEXTO INTERNACIONAL

411
INTERNACIONAIS FORMADOS PELA GNR

Aguarda Homologação

14.1. FRONTEX

535
MIGRANTES RESGATADOS

107
MILITARES ENVOLVIDOS

9
PAÍSES DE DESTACAMENTO

4
(1 COASTAL PATROL VESSEL | 1 COASTAL PATROL BOAT | 1 MOBILE SURVEILLANCE SYSTEM | 1 PATROL CAR)

15. COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS

116 358
NOTÍCIAS EMITIDAS NOS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (OCS)

199:04:02
NOTÍCIAS E REPORTAGENS TELEVISIVAS (TEMPO DE EMISSÃO EM HORAS)

101 075
SEGUIDORES REDES SOCIAIS

Aguarda Homologação



Aguarda Homologação



Aguarda Homologação

Capítulo I

Nota Introdutória

I. NOTA INTRODUTÓRIA

O conjunto de reformas a que se tem assistido nas últimas décadas na Administração Pública (AP), representa uma rutura com a sua natureza tradicionalmente burocrática e procura dar lugar a uma atuação voltada para a «Gestão».

Este processo tem passado por introduzir no sector público, um conjunto de conceitos, práticas e instrumentos que até então eram mais comuns no sector privado e em instituições do Setor Empresarial do Estado, orientados para o desempenho e resultados, preocupados com a economia, eficiência, eficácia e focados em padrões de qualidade e excelência, na satisfação do cidadão e na prossecução do interesse público.

Neste contexto de "Gestão Pública", o Orçamento de Estado estabelece-se como o principal instrumento de gestão, sendo o único com enquadramento Constitucional, e que tem influenciado constantes reformas, atualizações e melhorias nas matérias relacionadas com os recursos e capacidades do setor público, sejam elas de índole organizacional, de natureza contabilístico-financeira ou vocacionadas para a gestão dos recursos humanos, bens, serviços e património, em prol de um melhor planeamento, execução e controlo das receitas e das despesas públicas.

Os Planos e Relatórios de Atividades são os primeiros instrumentos de gestão que surgem em complemento ao Orçamento de Estado e que, nos termos do Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de setembro, são obrigatórios.

Estes instrumentos vêm estimular a introdução de práticas de "Gestão Estratégica" e de "Gestão por Objetivos" no seio dos organismos do Estado.

Numa primeira fase, porque em sede de planeamento de atividades, procura que cada organismo público promova uma análise da sua envolvente interna e externa, identificando fatores estratégicos, sejam eles positivos ou negativos, que devem influenciar a forma como são planeadas as atividades e os resultados a atingir.

Numa segunda fase e aliado ao referido anteriormente, surgem práticas de formulação estratégica na AP, uma vez que o Plano de Atividades exige a necessidade de realizar um enquadramento estratégico, com conceitos de planeamento como a Missão, Visão, Linhas de Orientação Estratégica (LOE), Objetivos Estratégicos (OE), entre outros conceitos muito comuns nesta temática e essenciais para que seja estabelecido um alinhamento estratégico em cada um dos organismos.

Por fim e aliado à análise e formulação estratégica, o planeamento de atividades procura que sejam identificados os recursos planeados, designadamente financeiros, humanos, materiais e patrimoniais, devidamente alinhados com o Orçamento de Estado, e que sejam planeadas as atividades a desenvolver com os mesmos, numa lógica de programas e projetos.

O RA procura incorporar o processo de Melhoria Contínua nos organismos do sector público, completando as duas últimas fases do ciclo PDCA (*Plan, Do, Check, Act*), verificando e avaliando os resultados atingidos, os desvios ocorridos e estabelecer medidas corretivas, que terão influência no processo de planeamento seguinte.

Com a implementação do Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública (SIADAP), a partir de 2009, a Gestão por Objetivos adquire uma nova dimensão, nomeadamente com a introdução da avaliação do desempenho.

Com o SIADAP, passa a existir um sistema único e alinhado para o planeamento e avaliação de objetivos, aplicado aos organismos, dirigentes e trabalhadores.

Na dimensão dos organismos passa a existir assim o QUAR, instrumento que operacionaliza a construção dos objetivos através da definição de indicadores e respetivas metas anuais, sendo o mesmo formalizado no Plano de Atividades.

Aguarda Homologação

Desta forma, criou-se também um alinhamento relativamente à Gestão Pública, entre os organismos e o Governo, uma vez que é ao nível das Tutelas que a aferição do desempenho dos organismos passa a ser concretizada, designadamente no que toca ao reconhecimento do mérito.

Neste contexto, o RA constitui-se como um dos pilares fundamentais e complementares do enquadramento e controlo da atuação das organizações, sem os quais não é possível, nas organizações modernas, garantir uma gestão eficiente.

Dando cumprimento ao preceituado no Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de setembro, no artigo 15.º da Lei n.º 66-B/2007, e na estrutura definida pelo Conselho Coordenador da Avaliação de Serviços, a GNR pretende, com este RA, fazer o balanço e autoavaliação do ciclo de gestão que terminou, reportado ao ano de 2025.

Aguarda Homologação

1. BREVE CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE INTERNO E EXTERNO

1.1. AMBIENTE INTERNO

1.1.1. DEFINIÇÃO

Nos termos da sua Lei Orgânica (LOGNR)[1], a GNR é uma força de segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas e dotada de autonomia administrativa.

1.1.2. ENQUADRAMENTO LEGAL

O mesmo diploma legal atribui à GNR jurisdição em todo o território nacional e no mar territorial, assim como estabelece a sua dependência "do membro do Governo responsável pela área da administração interna" e que as suas Forças "são colocadas na dependência operacional do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, através do seu Comandante-Geral, nos casos e termos previstos nas Leis de Defesa Nacional e das Forças Armadas e do Regime do Estado de Sítio e do Estado de Emergência, dependendo, nessa medida, do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional no que respeita à uniformização, normalização da doutrina militar, do armamento e do equipamento".

Para além da sua Lei Orgânica, do seu Regulamento de Disciplina, Regulamento Geral do Serviço, Estatuto e os Regulamentos de Avaliação do Mérito e do Desempenho dos seus militares, constituem traves mestras do enquadramento jurídico-constitucional da GNR, a Constituição da República Portuguesa, a Lei de Segurança Interna, a Lei da Organização da Investigação Criminal, a Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas, a Lei das Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar e o Regime do Estado de Sítio e do Estado de Emergência.

Ao longo do tempo, pese embora se tenham verificado significativas variações no efetivo, com amplitude na ordem dos 8 mil militares, a Instituição manteve as suas características praticamente inalteráveis, nomeadamente a condição militar, a organização e a dupla dependência governamental, do Ministro da Administração Interna e do Ministro da Defesa Nacional, assim como a sujeição ao Código de Justiça Militar.

Pela sua natureza e polivalência, a GNR encontra o seu posicionamento institucional no conjunto das forças militares e das Forças e Serviços de Segurança (FSS), assumindo uma posição de charneira, entre as Forças Armadas (FFAA) e as FSS, estando especialmente apta a cobrir, em permanência, todo o espectro da conflitualidade, em quaisquer das modalidades de intervenção das Forças Nacionais e nas mais diversas situações, desde o tempo de paz e de normalidade institucional ao tempo de guerra, passando pelas situações de crise, quer a nível interno, como externo.

Em situação de normalidade, a GNR executa, fundamentalmente, as missões típicas de polícia, podendo, no âmbito da execução da política de defesa nacional, em cooperação com as FFAA, ser-lhe cometidas missões militares.

Sendo decretado estado de sítio ou de emergência, face à sua natureza, organização, equipamento, armamento e à formação do efetivo, apresenta-se como a força vocacionada para atuar, em situações de acrescida complexidade e de transição, entre a atuação policial e militar, em articulação com as FFAA.

Aguarda Homologação

1 Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro, na sua redação atual, com as alterações introduzias pela Lei n.º 53/2023, de 31 de agosto, pela Lei n.º 73/2021, de 12 de novembro e a Retificação n.º 1-A/2008, de 04 de janeiro.

De igual modo, num mundo em permanente mudança, em que as novas ameaças fazem esbater os limites entre a segurança interna e a segurança externa, a polivalência e as mais-valias da GNR tornam-se ainda mais evidentes, colocando a Instituição na primeira linha da resposta nacional, em matéria de Segurança e Defesa.

Em caso de guerra, pela sua natureza militar e pelo seu dispositivo de quadrícula (que ocupa todo o território nacional), pode, isoladamente ou em complemento, desempenhar um leque muito alargado de missões das FFAA. De igual forma, pode cobrir todo o espectro de missões no âmbito das denominadas «*crisis response operations*» (anteriormente designadas por "*Other Operations Than War*" - Operações para além da Guerra), desde a fase de imposição às fases de manutenção e consolidação da paz, em complemento das FFAA, com relevância para as fases pós-conflito, mas, também, para as tarefas de polícia, em substituição das polícias civis, nas fases posteriores e antes de alcançada a segurança e a estabilidade suficientes para que aquelas possam atuar.



Figura 1 – Posição da GNR no Sistema Nacional de Forças

1.1.3. Missão Legal

No âmbito, dos sistemas nacionais de segurança e proteção, a GNR tem como missão assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, bem como colaborar na execução da política de defesa nacional, nos termos da Constituição e da Lei. A área sob responsabilidade da GNR é, atualmente, de cerca de 94% do TN (86.600 Km^2), na qual reside cerca de 52% da população portuguesa.

1.1.4. Atribuições

Constituem atribuições da GNR[2]:

- Garantir as condições de segurança que permitam o exercício dos direitos e liberdades e o respeito pelas garantias dos cidadãos, bem como o pleno funcionamento das instituições democráticas, no respeito pela legalidade e pelos princípios do Estado de Direito;
- Garantir a ordem e a tranquilidade públicas e a segurança e a proteção das pessoas e dos bens;

2 Artigo 3.º da LOGNR (Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro, na sua redação atual, com as alterações introduzias pela Lei n.º 53/2023, de 31 de agosto, pela Lei n.º 73/2021, de 12 de novembro e a Retificação n.º 1-A/2008, de 04 de janeiro).

Aguarda Homologação

- Prevenir a criminalidade em geral, em coordenação com as demais FSS;
- Prevenir a prática dos demais atos contrários à lei e aos regulamentos;
- Desenvolver as ações de investigação criminal e contraordenacional que lhe sejam atribuídas por lei, delegadas pelas autoridades judiciárias ou solicitadas pelas autoridades administrativas;
- Velar pelo cumprimento das leis e regulamentos relativos à viação terrestre e aos transportes rodoviários, e promover e garantir a segurança rodoviária, designadamente, através da fiscalização, do ordenamento e da disciplina do trânsito;
- Garantir a execução dos atos administrativos emanados da autoridade competente que visem impedir o incumprimento da lei ou a sua violação continuada;
- Participar no controlo da entrada e saída de pessoas e bens no TN;
- Proteger, socorrer e auxiliar os cidadãos e defender e preservar os bens que se encontrem em situações de perigo, por causas provenientes da ação humana ou da natureza;
- Manter a vigilância e a proteção de pontos sensíveis, nomeadamente infraestruturas rodoviárias, ferroviárias, aeroportuárias e portuárias, edifícios públicos e outras instalações críticas;
- Garantir a segurança nos espetáculos, incluindo os desportivos, e noutras atividades de recreação e lazer, nos termos da lei;
- Prevenir e detetar situações de tráfico e consumo de estupefacientes ou outras substâncias proibidas, através da vigilância e do patrulhamento das zonas referenciadas como locais de tráfico ou de consumo;
- Participar na fiscalização do uso e transporte de armas, munições e substâncias explosivas e equiparadas que não pertençam às demais FSS ou às FFAA, sem prejuízo das competências atribuídas a outras entidades;
- Participar, nos termos da lei e dos compromissos decorrentes de acordos, tratados e convenções internacionais, na execução da política externa, designadamente em operações internacionais de gestão civil de crises, de paz e humanitárias, no âmbito policial e de proteção civil, bem como em missões de cooperação policial internacional e no âmbito da União Europeia (UE) e na representação do País em organismos e instituições internacionais;
- Contribuir para a formação e informação em matéria de segurança dos cidadãos;
- Prosseguir as demais atribuições que lhe forem cometidas por lei.

Estão, ainda, cometidas as seguintes atribuições à GNR:

- Assegurar o cumprimento das disposições legais e regulamentares referentes à proteção e conservação da natureza e do ambiente, bem como prevenir e investigar os respetivos ilícitos;
- Garantir a fiscalização, o ordenamento e a disciplina do trânsito em todas as infraestruturas constitutivas dos eixos da Rede Nacional Fundamental e da Rede Nacional Complementar, em toda a sua extensão, fora das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto;
- Assegurar, no âmbito da sua missão própria, a vigilância, fiscalização e controlo das fronteiras marítimas e terrestres;

Aguarda Homologação

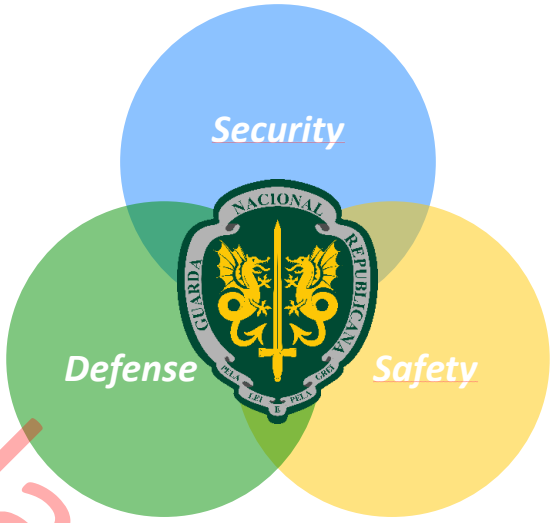
- Executar o cumprimento das decisões de afastamento coercivo e das decisões judiciais de expulsão de cidadãos estrangeiros nas suas áreas de jurisdição;
- Realizar controlos móveis e operações conjuntas com FSS nacionais e congéneres estrangeiras, nas suas áreas de jurisdição;
- Prevenir e investigar as infrações tributárias, fiscais e aduaneiras, bem como fiscalizar e controlar a circulação de mercadorias sujeitas à ação tributária, fiscal ou aduaneira;
- Controlar e fiscalizar as embarcações, seus passageiros e carga, para os efeitos previstos na alínea anterior e, supletivamente, para o cumprimento de outras obrigações legais;
- Participar na fiscalização das atividades de captura, desembarque, cultura e comercialização das espécies marinhas, em articulação com a Autoridade Marítima Nacional e no âmbito da legislação aplicável ao exercício da pesca marítima e cultura das espécies marinhas;
- Executar ações de prevenção e de intervenção de primeira linha, em todo o TN, em situação de emergência de proteção e socorro, designadamente nas ocorrências de incêndios florestais ou de matérias perigosas, catástrofes e acidentes graves;
- Colaborar na prestação das honras de Estado;
- Cumprir, no âmbito da execução da política de defesa nacional e em cooperação com as FFAA, para as missões militares que lhe forem cometidas;
- Assegurar o Ponto de Contacto Nacional (POC) para intercâmbio internacional de informações relativas aos fenómenos de criminalidade automóvel com repercussões transfronteiriças, sem prejuízo das competências atribuídas a outros órgãos de polícia criminal;
- Assegurar o controlo, vigilância e fiscalização das fronteiras marítimas e terrestres, garantido o cumprimento dos normativos legais na entrada e saída de embarcações e veículos, incluindo navios de cruzeiro, viaturas e transporte rodoviário internacional;
- Coordenar e executar operações de fiscalização em portos, marinas e postos de fronteira terrestre, com vista à prevenção da imigração irregular, tráfico de seres humanos, tráfico de mercadorias e outras atividades ilícitas.

Aguarda Homologação

1.1.5. Missões Parcelares

Das atribuições da GNR decorre um conjunto de missões de amplo espectro, incluindo as vertentes *security, safety* e *defense*, portanto, com um âmbito de atuação holístico.

O espectro de atuação inclui assim as seguintes missões parcelares:



Aguarda Homologação

MISSÕES POLICIAIS

Compreende as missões de Polícia Criminal e de Polícia Administrativa Geral e Especializada, onde, por sua vez, as ações são desenvolvidas, com vista a assegurar a observância e a defesa da ordem jurídica globalmente considerada e garantir a segurança e ordem públicas, a fiscalização e ordenamento da circulação rodoviária, o combate às infrações fiscais-aduaneiras e a vigilância, fiscalização e controlo das fronteiras marítima e terrestre.

Polícia Criminal:

Como Órgão de Polícia Criminal, a GNR desenvolve um conjunto de ações que visa prevenir a criminalidade em geral e efetuar as diligências necessárias tendentes a investigar a existência de um crime, proceder à recolha de prova, determinar os seus agentes e a sua responsabilidade e efetuar as consequentes detenções.

Polícia Administrativa:

Neste âmbito, a GNR desenvolve todo um conjunto de atividades com vista a garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática.

É, pois, muito amplo e variado o campo de atuação dos militares da GNR, abrangendo, praticamente, todas as possíveis infrações de natureza administrativa, não obstante a existência, nalguns serviços administrativos, de órgãos com competências policiais (inspeção e fiscalização) específicas.

No âmbito da Polícia Administrativa, destacam-se ainda os seguintes tipos de missões específicas, para algumas das quais a GNR dispõe de Unidades ou forças especializadas:

- Segurança e Ordem Pública[3];
- Fiscalização e Ordenamento da Circulação Rodoviária[4];
- Polícia Fiscal e Aduaneira[5];
- Proteção da Natureza e do Ambiente.[6]

MISSÕES DE PROTEÇÃO E SOCORRO

As missões de proteção e socorro são desempenhadas por todas as Unidades da GNR e inserem-se na obrigatoriedade de prestação de auxílio às pessoas em perigo, quer se encontrem isoladas, quer no caso de catástrofes naturais ou outras situações de acidente grave ou calamidade.

Nestas circunstâncias, a GNR, por iniciativa própria ou em colaboração com outras entidades, pode executar as seguintes missões:

- Isolar e garantir a manutenção da Lei e da Ordem nas áreas afetadas;
- Garantir o controlo do tráfego, a abertura de corredores de emergência e o controlo de acesso às áreas afetadas;
- Coordenar as operações de movimentação das populações;
- Definir e implementar, em colaboração com as autoridades civis, os processos de identificação e credenciação do pessoal ligado às operações de socorro em situação de emergência;
- Colaborar nas ações de mortuária;
- Receber e guardar os espólios dos cadáveres;

Aguarda Homologação

3 Neste tipo de missões englobam-se todas as ações, com emprego de efetivos mais ou menos volumosos, que visam garantir a segurança e tranquilidade pública e o restabelecimento da ordem quando alterada. Estas ações são realizadas pelas forças locais da Guarda, muitas vezes, pelas patrulhas dos Postos Territoriais, por forças empenhadas nas guardas de guarnição e por forças de intervenção dos Comandos Territoriais ou da Unidade de Intervenção (UI). Está incluído nesta atividade, o denominado Serviço de Guarnição, que se determina pela segurança permanente ou eventual de inúmeros Edifícios Públicos, Altas Entidades e Estabelecimentos Prisionais. Neste âmbito, a Guarda executa Operações Estáticas de Segurança e Escoltas. Nestas últimas, destacam-se as realizadas aos movimentos de valores do Banco de Portugal, a obras de arte ou a pessoas. No que se refere à Ordem Pública, a necessidade de a manter ou restabelecer, abarca problemas complexos e melindrosos, que se escalonam desde a simples rixa de aldeia, que normalmente é resolvida pronta e eficientemente pelos efetivos do Posto local da GNR, até às situações que, para controlo ou dispersão de manifestações volumosas, organizadas e agressivas, determinam a intervenção e o empenhamento de efetivos numerosos, articulados em unidades táticas especializadas, por vezes em conjunto com outras forças policiais. Compete ao Comandante de qualquer força da Guarda utilizar todos os meios ao seu alcance, ditados pelo bom senso, pela proporcionalidade e pela prudência, para dissuadir os amotinados, persuadi-los a dispersar e restabelecer a ordem.

4 As ações de fiscalização, ordenamento e disciplina do trânsito, pelas quais se visa, em primeiro lugar, garantir a segurança dos utentes das estradas do País, são desempenhadas em todo o território continental pelas Unidades nas suas respetivas zonas de ação e por uma unidade especializada da Guarda - a Unidade Nacional de Trânsito (UNT).

5 Sem prejuízo do cumprimento da missão geral, existe uma unidade especialmente vocacionada para o cumprimento da missão fiscal e aduaneira - a Unidade de Ação Fiscal (UAF). À GNR, como órgão de polícia fiscal aduaneira, compete a fiscalização, o controlo e o acompanhamento de mercadorias sujeitas ao regime aduaneiro, bem como a instrução de processos de contraordenação por infrações fiscais e aduaneiras, a aplicação das respetivas coimas e a realização de quaisquer diligências solicitadas pelas autoridades judiciárias.

6 A proteção e defesa do meio ambiente, da fauna e da flora, contra as agressões de que são vítimas, constantes e quase sempre impunes, criaram no homem moderno uma sensibilidade crescente para as questões ecológicas e ambientais.

Procurando dar resposta a mais este desafio, a Guarda criou o Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA), instituindo no seio das suas Unidades Territoriais e na Unidade de Controlo Costeiro e Fronteiras (UCCF), equipas especializadas, dotadas de meios humanos e materiais adequados à vigilância, deteção e tratamento policial das infrações praticadas contra a natureza e o meio ambiente.

- Coordenar as ações tendentes a permitir a movimentação de pessoas e bens através das fronteiras;
- Colaborar nas ações de aviso, alerta e mobilização do pessoal envolvido nas operações de socorro e no aviso e alerta às populações, cedendo, sempre que necessário e possível, meios humanos e materiais;
- Efetuar buscas de pessoas soterradas ou desaparecidas, com recurso às suas equipas cinotécnicas especializadas para este tipo de missões.

Com a criação da Unidade de Emergência de Proteção e Socorro (UEPS), a GNR viu esta área da missão significativamente desenvolvida e qualificada, especialmente no âmbito da primeira intervenção em fogos florestais.

MISSÕES HONORÍFICAS E DE REPRESENTAÇÃO DE ESTADO (HONRAS MILITARES)

Consistem na prestação de Guardas e Escoltas de Honra, a Altas Entidades Nacionais, a Altas Entidades Estrangeiras em visita ao nosso País e aos embaixadores entre nós acreditados, abrangendo, ainda, a representação nacional no estrangeiro, em cerimónias militares.

Integram-se também nestas missões honoríficas, as guardas aos edifícios onde funcionam e se alojam os principais Órgãos de Soberania do Estado, como a Presidência da República, a Assembleia da República e a Residência Oficial do Primeiro-Ministro.

São desempenhadas pela Unidade de Segurança e Honras de Estado (USHE), constituída pelo Esquadrão Presidencial, pelo Grupo de Honras de Estado e pelo Grupo de Segurança, para além da Charanga a Cavalo e da Banda da GNR.

MISSÕES MILITARES

Como Corpo Militar que é, desde as suas mais remotas origens, a GNR, em situações de crise ou guerra, está apta a passar, em qualquer momento, para o controlo operacional do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos consignados na Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas e do regime do estado de sítio e do estado de emergência, a cumprir determinadas missões militares, ordenadas através do seu Comandante-Geral.

Para o efeito, as Unidades de Infantaria e de Cavalaria da GNR, podem articular-se para o combate, respetivamente, em subunidades de atiradores e subunidades de reconhecimento a cavalo e motorizado.

Sublinha-se o facto do conhecimento que o efetivo da GNR tem do terreno, das populações e das infraestruturas existentes, poder constituir um excelente apoio para as forças empenhadas em operações militares no TN, para além das valências que pode acrescentar às Forças Nacionais destacadas em operações militares de apoio à paz, onde as características e qualificações da GNR são cada vez mais indispensáveis nos modernos Teatros de Operações.

As missões militares que podem ser confiadas à GNR são, principalmente, as seguintes: ações táticas limitadas de defesa e ataque; missões de vigilância e de ligação entre forças fixas ou móveis; ações no âmbito da segurança da área de retaguarda; ações de contraguerrilha como força de quadrícula; ocupação e defesa de pontos sensíveis; combate de ruas; lançamento de patrulhas de reconhecimento, de ligação e de contra infiltração; ações no âmbito do controlo de danos; controlo das populações, de refugiados e de transviados; e fiscalização da circulação, abertura e segurança de itinerários e proteção e regulação do movimento de colunas auto.

MISSÕES INTERNACIONAIS

A participação de Portugal e da GNR em missões internacionais representa um instrumento fundamental de política externa, permitindo a Portugal exercer influência global, contribuindo ativamente para a estabilidade e segurança global através de um envolvimento multidimensional e estratégico. A atuação multilateral e solidária reforça a posição Institucional da GNR e

Aguarda Homologação

de Portugal no cenário internacional, gerando benefícios diplomáticos, estratégicos e operacionais que superam em muito a dimensão geográfica do país.

Decorrente das relações internacionais, multilaterais ou bilaterais estabelecidas pela Instituição, diretamente ou através da Tutela, podemos, genericamente, dividir o espectro do envolvimento da GNR, no plano internacional, em missões de gestão civil de crises, de paz e humanitárias e em missões de cooperação técnica, operacional e de proteção civil.

No que concerne às primeiras, mercê da sua dupla característica, militar e policial, a GNR está apta a desempenhar um vasto conjunto de missões e tarefas no âmbito das denominadas Operações de Apoio à Paz, que podem ir desde as missões militares, em complemento ou em cooperação com as FFAA, às missões civis, não apenas na sua componente policial, mas acima de tudo, pela sua participação no esforço do "*Capacity Building*", com tarefas de "*Mentoring, Monitoring and Advising*".

A participação da GNR em Operações de Apoio à Paz iniciou-se em 1995, aquando do embargo à ex-Jugoslávia, realizado no rio Danúbio, através da presença de um Oficial. Ainda no mesmo ano, em Angola, tomou parte da *United Nations Angola Verification Mission II*, tendo empenhado meios sucessivamente na *United Nations Angola Verification Mission III* e na Missão de Observação da Organização das Nações Unidas (ONU) em Angola, com um contingente que incluiu, para além do 2.º Comandante da CIVIPOL, 65 observadores.

Em 2022 (de março a julho), no quadro da participação na EUROGENDFOR, foi projetada, pela primeira vez, uma Força para uma missão de gestão civil de crises da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) da UE, para a missão da EULEX Kosovo. Neste âmbito a GNR assumiu especial relevo, pela razão de ter assumido o comando da *Reserve Formed Police Unit* (RFPU) e ter assumido a projeção do maior contingente da força (42 militares). O comprometimento da EUROGENDFOR, para com a missão em apreço, tem continuado, por via da efetivação da segunda projeção desde outubro de 2022, que se mantém até à presente data.



Figura 2 – EULEX RFPU

Excluindo a participação nas Operações Conjuntas da FRONTEX, a GNR tem projetado militares para o desempenho de funções a título individual ou em forças constituídas, sob a égide de diferentes organizações internacionais, como por exemplo da ONU, UE, *North Atlantic Treaty Organization* (NATO), *Organization for Security and Cooperation in Europe* (OSCE), entre outras, totalizando um empenhamento de cerca de 3 400 militares. Neste momento, a GNR tem projetados mais de meia centena de militares em diversas missões da PCSD da UE, como por exemplo: EUAM Ucrânia; EUMM Geórgia; EUCAP Somália; EUPOL COPS Palestina; EUAM República Centro Africana (RCA), (o Chefe de Missão é oficial da GNR); EULEX Kosovo; EUPM MOLDOVA; EUFOR ALTHEA (Bósnia-Herzegovina), na EUMAM Moçambique e nas Operações Conjuntas da FRONTEX.

No quadro da cooperação técnico-policial com os países que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a GNR vem assegurando, de acordo com as solicitações do instituto Camões e também no quadro das relações bilaterais mantidas, a realização de múltiplas ações de formação e de assessoria técnica, em Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, materializadas através dos Planos de Cooperação Técnico-Policial e de Proteção Civil.

A GNR vem, ainda, tomando parte em múltiplas atividades no quadro da cooperação policial europeia, participando ativamente em Grupos de Trabalho e outros fóruns, sendo presença permanente em algumas Agências Europeias, como a Agência da UE para a Cooperação Policial (EUROPOL), e cooperando em atividades operacionais comuns, destacando-se, pela dimensão do empenhamento, as Operações combinadas coordenadas pela FRONTEX. Assume, também, bastante relevo a interação com alguns departamentos do Serviço Europeu de Ação Externa, nomeadamente o *Civilian Planning Conduct Capability* e o *Crisis Management and Planning Directorate*, com ações de cooperação ao nível da formação e do planeamento.

Aguarda Homologação

ASSOCIAÇÃO FIEP

A Associação FIEP integra Forças de tipo *Gendarmerie* e Polícias com estatuto militar, tendo sido criada em 12 de maio de 1994, pela *Gendarmerie Nationale* Francesa, pela *Arma dei Carabinieri* Italiana e pela *Guardia Civil* Espanhola. Muito embora a GNR apenas tenha integrado a referida Associação no ano de 1996, Portugal é considerado como um dos Países fundadores, como se pode verificar no próprio nome, que consiste num acrónimo composto pelas iniciais dos quatro Países (França, Itália, Espanha e Portugal – FIEP).

Figura 3 – Símbolo FIEP



Figura 4 – Membros e Observadores da FIEP

Considerando os objetivos e as potencialidades advenientes desta Associação sui generis, nos anos seguintes registaram-se adesões de outras congéneres, nomeadamente da Turquia (1998), Marrocos (1999), Países Baixos (1999), Roménia (2002), Argentina (2005), Chile (2005), Jordânia (2011), Qatar (2013), Tunísia (2016), Brasil (2017), Palestina (2017), Ucrânia (2017), Djibouti (2018), Kuwait (2019), Senegal (2019), São Marino (2022) e Moldova (2024). Em 2025, foi concedido às congéneres do Congo e dos Emirados Árabes Unidos o Estatuto de Observador, abrindo a possibilidade de, após um período mínimo de um ano e mediante pedido das Forças, ser atribuído o estatuto de membro.

Uma vez que a FIEP tem fortalecido cada vez mais a sua relevância e estatuto ao nível global, vários são os países que manifestam a sua intenção em aderir à Associação. Com a alteração estatutária de 2017, a organização adotou a designação atual: FIEP - Associação de Forças de Polícia e *Gendarmeries* Europeias e Mediterrânicas com estatuto militar (*International Association of Gendarmeries and Police Forces with Military Status).*

Os objetivos da FIEP passam por reforçar os laços institucionais, a organização e a eficácia de cada Força, através do intercâmbio mútuo, partilha de experiências, de informações, de boas práticas e de lições apreendidas, ao mesmo tempo que promove a cooperação bilateral institucional, através da assinatura de acordos e de memorandos de entendimento entre as Forças de Segurança de natureza militar dos Países que a integram, sendo atualmente presidida pela *Gendarmerie Nationale* francesa.

Anualmente, para além da Cimeira de Comandantes e Diretores-Gerais, ocasião em que são tomadas as decisões de alto nível e definidas as linhas diretrizes para o ano que se segue, é promovido o intercâmbio de formandos e formadores entre as Escolas e Academias das Forças e são organizadas reuniões de trabalho, das Comissões de Novas Tecnologias e Logística, Assuntos Internacionais, Organização dos Serviços e RH, assim como um Seminário Internacional.

Aguarda Homologação

G4

Visando o reforço da cooperação entre as *Gendarmeries* com relações históricas mais aprofundadas (*Gendarmerie Nationale* de França, *Arma dei Carabinieri* de Itália, *Guardia Civil* de Espanha e GNR de Portugal), no fito de paulatinamente reforçar as relações interinstitucionais entre estas Forças de Segurança, foi lançada pela congénere italiana a G4 *Initiative*. Nesse intuito, em setembro de 2022, realizou-se em Itália a Conferência de Alto Nível dos Diretores/Comandantes-Gerais das quatro Forças, que teve como objetivo a apresentação dos resultados e das propostas que resultaram da discussão de temas de cooperação, previamente debatidos através de grupos de trabalho, composto por peritos escolhidos por cada membro. Como resultado da Conferência, foi assinada pelos Diretores/Comandantes Gerais a Declaração Comum, a qual define como áreas de cooperação a reforçar a Proteção da Natureza e Ambiente, as Atividades de Formação Conjunta, o Intercâmbio de Boas Práticas de Investigação no Ciberespaço e a Inteligência Artificial e Reconhecimento Facial. Durante o ano de 2025, a GNR organizou a Conferência de Alto Nível dos Diretores/Comandantes-Gerais do G4 na cidade da Régua, tendo contado com a presença das Delegações institucionais das suas congéneres.

Figura 5 – Símbolo G4

A GNR assumiu o compromisso para a organização do próximo "G4 *Polaris - Joint Initial Training*" em 2025, que se realizou na Escola da Guarda (EG), em Queluz, entre 27 de abril a 16 de maio de 2025, com participação de 40 formandos e 12 formadores das forças gendármicas do G4, focado em temas transversais como proteção ambiental, cibersegurança e inteligência artificial, além de conteúdos exclusivos da GNR.

EUROGENDFOR

A EUROGENDFOR é uma iniciativa de cinco países da UE (Portugal, Espanha, França, Itália e Holanda), todos com Forças de Segurança de natureza militar, visando contribuir para o desenvolvimento da Política Europeia de Segurança e de Defesa e para dotar a Europa com uma maior capacidade para conduzir operações de gestão de crises, no âmbito das Conclusões dos Conselhos Europeus de Santa Maria da Feira e de Nice.

Figura 6 – Símbolo EUROGENDFOR

Aguarda Homologação

Esta capacidade é materializada através da disponibilização de forças de polícia multinacional, operacional, pré-organizada, robusta e rapidamente projetável, capazes de desempenhar todo o espectro de missões no âmbito da gestão de crises, as quais poderão ser colocadas sob o comando militar ou civil. Animados de tal objetivo, os países referidos, potenciando as mais-valias das suas Forças de Segurança com natureza militar, decidiram criar uma Força multinacional, operacional, pré-estruturada (modular), robusta, com capacidade de reação rápida (800 elementos, no prazo de 30 dias, número este que poderá chegar aos 2300), dotada de altos níveis de flexibilidade e interoperabilidade e especialmente vocacionada para assegurar todas as missões de polícia no âmbito da gestão civil de crises, em especial missões de Substituição. A respetiva "Declaração de Intenções" foi assinada em 17 de setembro de 2004, em Noordwijk (Holanda), tendo o Tratado que institui a EUROGENDFOR sido assinado em Velsen (Holanda), em 18 de outubro de 2007. Para além da GNR, são atualmente Membros da EUROGENDFOR, a *Guardia Civil* de Espanha, a *Gendarmerie Nationale* de França, a *Arma dei Carabinieri* de Itália, a *Koninklijke Marechaussee* da Holanda, a *Jandarmeria* da Roménia, a *Żandarmeria Wojskowa* da Polónia e o *Public Security Service* da Lituânia, que ascendeu a membro efetivo no final de 2025.



Figura 7 – Países aderentes à EUROGENDFOR

A Turquia, a Moldávia, a Ucrânia e a Bulgária têm o Estatuto de Observador e participam nas iniciativas e atividades da Força através, respetivamente, da *Jandarma* Turca, do *Inspectoratul General de Carabinieri*, da Guarda Nacional da Ucrânia e da *Special Operations and Counter Terrorism* da Bulgária, entidade esta última que conquistou o referido estatuto no final de 2025. A *Border Guard* da Finlândia constitui-se como Parceiro da Força no mesmo hiato temporal.

Na sua estrutura organizativa, a EUROGENDFOR tem o Comité Interministerial de Alto Nível (CIMIN), que é o Órgão responsável pelo controlo político e pela direção estratégica da EUROGENDFOR, estando-lhe atribuídas, entre outras, as seguintes competências:

- Assegurar a coordenação político-militar entre os países participantes e, quando apropriado, entre estes e os demais países que venham a contribuir para as missões da Força;
- Nomear o Comandante da EUROGENDFOR e o Presidente do Conselho Financeiro;
- Aprovar a estrutura do Quartel-General Permanente, bem como os critérios de rotação das posições-chave deste;
- Aprovar o programa e os objetivos anuais de formação, no âmbito da EUROGENDFOR;
- Decidir sobre a participação da EUROGENDEFOR em missões, definindo o seu enquadramento e dando diretivas gerais;
- Designar os Comandantes das Forças, estabelecer o envolvimento do Quartel-General Permanente na cadeia de Comando e aprovar a estrutura do Quartel-General e a participação de outros países nas missões;
- Decidir sobre os pedidos de adesão à EUROGENDFOR, bem como sobre a atribuição dos Estatutos de Observador e de Parceiro;
- Analisar e decidir sobre os pedidos de cooperação com a EUROGENDFOR;
- Aprovar o orçamento anual relativo ao funcionamento Quartel-General Permanente e as principais ações de natureza administrativo-financeira.

Aguarda Homologação

Têm assento no CIMIN representantes dos Ministérios que tutelam as Forças que integram a EUROGENDFOR e dos Ministérios responsáveis pela política externa e, em alguns casos, responsáveis pela política de defesa, dos respetivos países. Portugal é representado no CIMIN pelo Ministério da Administração Interna (MAI) (através do Comandante-Geral da GNR) e pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros. Salienta-se que, de acordo com o programa de rotatividade em vigor, coube a Portugal, por intermédio da GNR, assumir a Presidência do CIMIN ao longo de 2025, passando o testemunho, no final do ano, aos Países Baixos, através da *Royal Marechaussee*.

Ao nível Operacional, a EUROGENDFOR tem um Quartel-General Permanente que está localizado em Itália, na cidade de Vicenza. Tem um efetivo de 3 Oficiais e Sargentos das diferentes Forças, tendo sido comandado até junho de 2023 por um Oficial da GNR e atualmente por um Oficial de nacionalidade Neerlandesa. A sua missão é, essencialmente, de planeamento operacional, monitorizando cenários de possível atuação, prevendo possíveis modalidades de intervenção e estabelecendo ligação entre os Países e as Organizações Internacionais que tutelam as missões.

No plano Tático, as Forças da EUROGENDFOR constituídas para cada missão, têm capacidade para atuar em todas as fases da resposta a uma crise, desde a intervenção militar até à transferência de responsabilidades para as autoridades civis locais ou para uma organização internacional. Estão aptas a desenvolver, em tal contexto e no âmbito de um mandato internacional, todo o espectro de tarefas de polícia, designadamente missões de restabelecimento e manutenção da ordem pública, investigação criminal, vigilância e recolha de informações, controlo de tráfico de ilícitos, polícia de fronteiras, proteção e segurança de pessoas e bens e formação de formadores e de oficiais de polícia.

A EUROGENDFOR está, prioritariamente, à disposição da UE, embora possa atuar mediante requisição e mandato da ONU, da OSCE, da OTAN ou de outras Organizações Internacionais *ad-hoc*.

Com Unidades constituídas, a EUROGENDFOR participou na missão militar da UE na Bósnia-Herzegovina (Operação ALTHEA), na qual assegurou a componente policial da missão, na missão das Nações Unidas no Haiti, garantindo a contribuição da UE para a situação de insegurança pós sismo, na missão de formação da OTAN no Afeganistão, constituindo o pilar fundamental na formação e capacitação das forças de polícia afegãs e na missão militar da UE na RCA, garantindo a componente de *Gendarmerie* da missão, essencial à pacificação dos bairros n.º 3 e n.º 5 da capital – Bangui, e consequente garante do retorno ao exercício da Autoridade pelas forças locais.

A EUROGENDFOR tem, ainda, a capacidade de projetar pequenas unidades especializadas, como aconteceu na Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização do Mali, em que atuou com uma *Serious Organized Crime Team.*

A EUROGENDFOR conta já com o seu contributo a diversos níveis em 16 missões ou operações de gestão de crises bem como, em missões de operações de apoio à paz no quadro da ONU.

Em 2022 (de março a julho), a EUROGENDFOR projetou a primeira RFPU, compromissada desde 2019 e constante no *Military Operation Plan* (OPLAN) da missão da UE EULEX Kosovo, que configurou a primeira ativação de uma força de reserva, no quadro das missões de gestão civil de crises da PCSD da UE. Atualmente, a EUROGENDFOR mantém, desde outubro de 2022 até ao presente, seis projeções de RFPU, sendo que a 5.ª e a 6.ª foram materializadas no ano de 2025 com a Forças da GNR, particularmente, a primeira sob comando de um oficial português.

Atualmente, a EUROGENDOR está presente em 12 missões e operações no âmbito da PCSD da UE, nomeadamente, na Bósnia & Herzegovina, na Geórgia, na Líbia, no Mali, em Moçambique, no Níger, na Palestina, na RCA, no Kosovo, na Moldávia, na Ucrânia e na Somália.

Aguarda Homologação

Ainda em 2025, no âmbito da missão EUSDIGoG a GNR assumiu um papel de relevo ao projetar uma *Specialized Team* de cinco militares e apoiar a constituição de uma segunda *Specialized Team*, com a integração de um militar, permitindo a formação avançada em operações com veículos aéreos não tripulados (UAV), nomeadamente táticas de vigilância marítima, patrulhamento costeiro e resposta a ameaças assimétricas. O objetivo primordial consistiu em reforçar significativamente as capacidades operacionais das Forças de Segurança dos países do Golfo da Guiné, designadamente no Gana, através da liderança direta de uma equipa de formação, e no Benim, com a integração numa *Specialized Team* multinacional.



Figura 8 – *Specialized Team* da EUROGENDFOR na EUSDI *Gulf of Guinea*

FRONTEX

Figura 9 – Símbolo FRONTEX

A agência FRONTEX é um organismo da UE que visa prestar assistência aos países da UE em termos de controlo da migração e de gestão das fronteiras externas. Esta Agência encontra-se sediada em Varsóvia, na Polónia.

Desde 1999, o Conselho Europeu de Justiça e Assuntos Internos tomou várias medidas para reforçar a cooperação na área da migração, asilo e segurança. Relativamente à gestão de fronteiras foi criada a *External Borders Practitioners' Common Unit*. Esta Unidade Comum coordenou projetos nacionais de Centros *ad hoc* de Controlo de Fronteiras tendo, como tarefa primordial, a supervisão de projetos-piloto a nível UE e a implementação de operações comuns relacionadas com a gestão das fronteiras.

Objetivando conceber um mecanismo de coordenação e cooperação operacional entre as entidades dos Estados Membros (EM) com competências de controlo e vigilância a nível das fronteiras externas da UE, é, em 2004, criada, pelo Regulamento (CE) n.º 2007/2004 do Conselho, de 26 de outubro, a FRONTEX, órgão com autonomia administrativa e financeira e dotado de personalidade jurídica.

Desde a sua entrada em funcionamento, em 1 de maio de 2005, que a Agência demonstrou garantia de êxito no apoio prestado aos EM na execução da vertente operacional da gestão das fronteiras externas, através de operações conjuntas e de intervenções rápidas nas fronteiras, bem como de análise de risco, do intercâmbio de informações, das relações com países terceiros e do regresso de pessoas objeto de uma medida de regresso.

Até à presente data o mandato da FRONTEX sofreu várias alterações, sendo que o grande marco, em termos de perceção sobre a migração na Europa, se edifica com a crise de refugiados de 2015, em consequência do início da Primavera Árabe (em 2010) e dos conflitos entre a Líbia e a Síria (em 2011).

Aguarda Homologação

A pressão desta envolvente político-social sobre a UE motivou a adoção de medidas destinadas a mitigar o fenómeno e a prestar assistência humanitária aos migrantes. Paralelamente, originou, em 2016, a revisão do primeiro mandato da FRONTEX, através do Regulamento (UE) n.º 2016/1624, de 14 de setembro de 2016, que a institui como FRONTEX, e que consubstancia um conjunto de novas competências e atribuições. Com esta revisão a FRONTEX viu reforçadas as suas competências em termos de controlo da migração e de gestão das fronteiras externas, tendo-lhe sido atribuídas responsabilidades no combate à criminalidade transfronteiriça.

O reconhecimento da FRONTEX como uma das pedras angulares em termos de liberdade, segurança e justiça da UE concorreu para a publicação do seu último mandato, através do Regulamento (UE) n.º 2019/1896, de 13 de novembro de 2019, que institui a FRONTEX como Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira.

O novo Regulamento da FRONTEX prevê a criação de um corpo permanente - *Standing Corps* - com 10.000 operacionais, constituído por meios e capacidades próprios e com poder executivo acrescido, designadamente do seu pessoal estatutário, em todas as áreas de atuação.

O cronograma imposto pelo Regulamento (2019) reflete um total de 10.000 operacionais para o corpo permanente até 2027, dos quais 3.000 pertencerão ao pessoal estatutário (Categoria 1), 1.500 ao pessoal operacional para destacamentos de longa duração (Categoria 2) e 5.500 ao pessoal operacional para destacamentos de curta duração (Categoria 3). Quanto à Categoria 4 o Regulamento prevê que, a partir de 2025 (inclusive), esta figura deixe de existir.

De uma forma sumária:

- **Categoria 1**: pessoal estatutário destacado como membros das equipas em zonas operacionais com funções e poderes para a realização dos controlos fronteiriços e operações de regresso - contrato por cinco anos, prorrogáveis por mais cinco;
- **Categoria 2**: elementos objeto de um destacamento de longa duração na qualidade de membros das equipas junto da Agência por parte dos EM, como parte do *Standing Corps*. A duração dos destacamentos individuais é de 24 meses. Com o acordo do EM de origem e a Agência, o destacamento individual pode ser prorrogado, uma vez, por mais 12 ou 24 meses;
- **Categoria 3**: elementos dos EM prontos a ser postos à disposição da Agência para um destacamento de curta duração como parte do *Standing Corps*. A composição final da lista anual deve ser confirmada à Agência após a conclusão das negociações bilaterais anuais, até 01 de dezembro de cada ano;
- **Categoria 4**: reserva de reação rápida constituída por elementos dos EM prontos a ser destacados para efeitos de intervenções rápidas nas fronteiras, desde que todos os elementos operacionais das Categorias 1, 2 e 3 já tenham sido destacados.

Sob a égide da FRONTEX, a GNR tem vindo a consolidar a sua atuação no quadro das respetivas Operações, participando, desde a sua génese, nas componentes operacionais terrestre e marítima. A participação da GNR na Agência conta já com o empenhamento de mais de 1.000 militares, em vários Teatros de Operações, cuja atuação e desígnio assentam nos seguintes objetivos:

- Vigilância das fronteiras – deteção de embarcações suspeitas, prevenção da criminalidade transfronteiriça e apoio às autoridades locais no combate e deteção de ilícitos criminais;
- Cooperação Operacional – melhoria da cooperação entre Estados-Membros;
- Partilha e recolha de Informações entre as forças envolvidas.

Aguarda Homologação

No que concerne à Categoria 2, a GNR empenhou, em 2025, 10 elementos, nos perfis *Information Officer*, *Border and Coast Guard Officer/Border Surveillance* e *Cross-Border Crime Detection Officer/Motor Vehicle Crime Detection*.

Relativamente à Categoria 1/*Contracted*, a GNR detém, atualmente, 32 elementos a exercer funções na FRONTEX, a par de 2 militares destacados na modalidade de *Seconded National Expert*, a exercer funções na sede da Agência por um período de três anos.



Figura 10 – Participação da GNR nas Operações combinadas da FRONTEX

Aguarda Homologação

1.1.6. Âmbito Territorial

As atribuições da GNR são prosseguidas em todo o TN e no mar territorial.

No caso de atribuições comuns com a Polícia de Segurança Pública, a área de responsabilidade da GNR é definida por portaria do Ministro da Tutela.

Fora da área de responsabilidade definida nos termos referidos, a intervenção da GNR depende:

- Do pedido de outra Força de Segurança;
- De ordem especial;
- De imposição legal.

A GNR pode prosseguir a sua missão fora de território nacional, desde que legalmente mandatada para esse efeito.

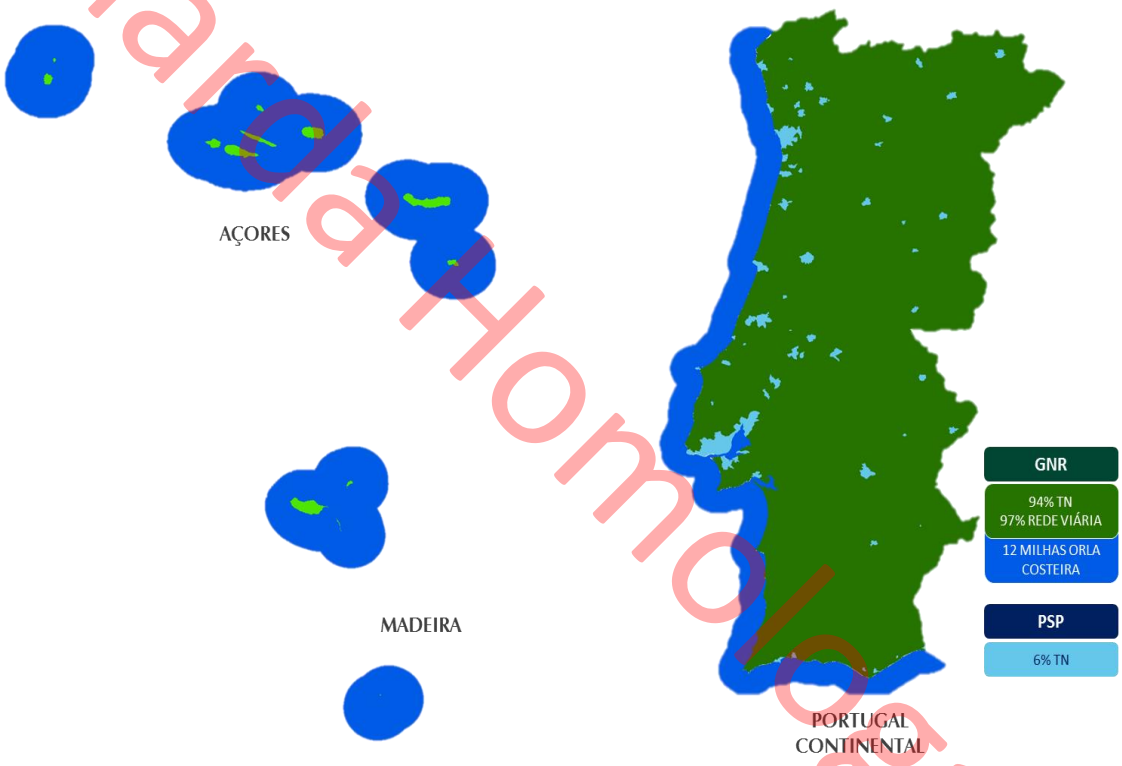


Figura 11 – Distribuição da área de responsabilidade

1.1.7. Estrutura Orgânica

A Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro, com as alterações introduzidas pela Retificação n.º 1-A/2008, de 04 de janeiro, pela Lei n.º 73/2021, de 12 de novembro e pela Lei n.º 53/2023, de 31 de agosto, aprovou a atual Orgânica da GNR, que se materializa na estrutura de Comando, Unidades e Estabelecimento de Ensino, conforme é ilustrado na Figura 12.

Aguarda Homologação



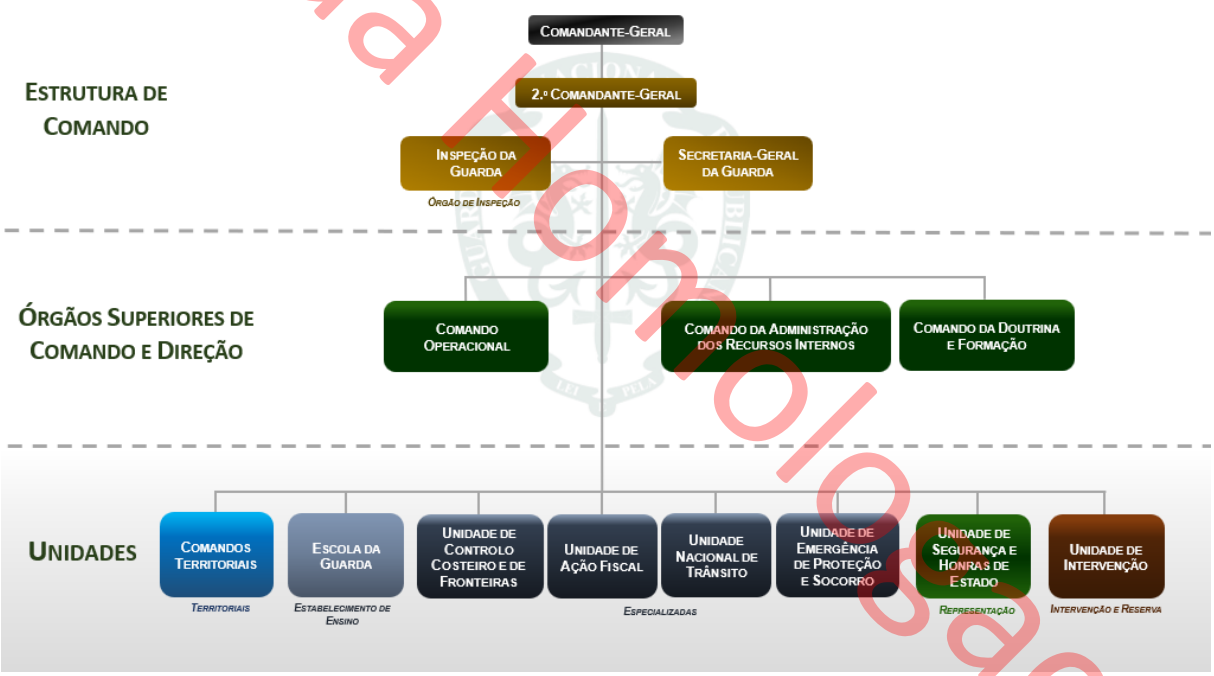


Figura 12 – Estrutura orgânica da GNR

Aguarda Homologação

1.1.8. ENQUADRAMENTO NACIONAL

DEPENDÊNCIAS

Nos termos da sua atual Lei Orgânica, a GNR depende do membro do Governo responsável pela área da Administração Interna.

As forças da GNR são colocadas na dependência operacional do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, através do seu Comandante-Geral, nos casos e termos previstos nas Leis de Defesa Nacional e das Forças Armadas e do regime do

estado de sítio e do estado de emergência, dependendo, nesta medida, do membro do Governo responsável pela área da Defesa Nacional no que respeita à uniformização e normalização da doutrina militar, do armamento e do equipamento.

LIGAÇÕES FUNCIONAIS PARA A EXECUÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DA GNR

Para o cumprimento da sua missão, a GNR mantém ligações funcionais com vários departamentos do Estado ou outras Instituições, entre as quais avulta a dependência funcional das Autoridades Judiciárias, instituída pelo Código de Processo Penal.

Entre as demais ligações, destacam-se as seguintes:

LIGAÇÕES FUNCIONAIS	ENTIDADES
Âmbito Policial (Polícia Administrativa, Geral e Especializada)	Ministérios responsáveis pelas áreas da Justiça e das Finanças, dos Espetáculos e das Artes, das Alfândegas e Impostos Especiais de Consumo e das Florestas, a Autoridade Tributária (AT), a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR) e outras FSS e, de um modo geral, todas as Autoridades Públicas e Autarquias Locais.
Âmbito das Atribuições de Proteção e Socorro	Autoridade Nacional de Proteção Civil, a Cruz Vermelha Portuguesa e o Instituto Nacional de Emergência Médica.
Âmbito das Atribuições Honoríficas	Ministério dos Negócios Estrangeiros - Protocolo do Estado
Âmbito Militar	Ministério da Defesa Nacional, Estado-Maior General das Forças Armadas, Estados-Maiores dos Ramos

Figura 13 – Ligações Funcionais da GNR

Assim, da conjugação destes dois preceitos e com recurso, também, a outra legislação avulsa, com especial destaque para o Regulamento Geral do Serviço da GNR, pode-se afirmar que a Missão da GNR se reparte, fundamentalmente, pelas áreas da Segurança e, da Proteção e da Defesa Nacional, ou seja, pelo cumprimento de missões e tarefas policiais, militares e de proteção e socorro.

Aguarda Homologação

1.2. AMBIENTE EXTERNO

Integrando uma análise e reflexão mais aprofundadas, apresenta-se, neste domínio, um conjunto de aspetos que caracterizam a envolvente externa à GNR.

Não sendo, atualmente, possível estabelecer fronteiras entre segurança interna e externa, a dimensão holística e a desterritorialização das ameaças são agora os novos paradigmas das estratégias de combate à insegurança, onde a globalização acelerada dissemina ameaças e problemas à escala planetária.

Na sequência dos ataques terroristas que têm sido perpetrados em diversos Estados-Membros da União Europeia ao longo dos últimos anos, assiste-se a uma redefinição das estratégias de segurança, no desígnio de fazer face a uma nova tipologia de ameaças, caracterizada pelo esbater dos limites entre os conceitos de segurança interna e segurança externa. Neste contexto, a abordagem ao conceito de segurança começa a ser efetuada numa perspetiva alargada, abrangendo, não só a indispensável dimensão da defesa, mas incluindo, também, outros domínios como os da política, economia, diplomacia, transportes e comunicações, educação e cultura, saúde, ambiente, ciência e tecnologia. Procura-se, por um lado, evidenciar a cooperação e a solidariedade entre os vários setores, como elementos essenciais, e, por outro lado, fazer face a riscos e ameaças que ocorram à escala global.

Com efeito, o conceito de segurança alargou-se, assim, a áreas como os problemas ambientais, a imigração ilegal, os fluxos migratórios desregulados e as catástrofes naturais ou tecnológicas, entre outras, que, outrora, não eram consideradas, no âmbito das políticas de segurança dos Estados e das organizações internacionais.

Na verdade, a crescente globalização, caracterizada pela complexidade e multiplicidade de atores e relações societais, a que corresponde uma premente densificação do conceito de segurança, exige, de modo permanente, da GNR, uma capacidade de antecipação, acompanhamento e adaptação aos fenómenos criminais, às ameaças e riscos à segurança das pessoas e bens, assegurando a proteção da sociedade como um todo. Este desafio, de sempre, no atual ambiente de *governance* da segurança, constitui uma preocupação de todos e deve ser um pressuposto inegável do planeamento institucional, nos quadros de resposta nacional e internacional.

Por seu turno, a crise económica e o crescimento do fosso entre classes sociais, faz aumentar o número de pessoas excluídas e marginalizadas da sociedade, criando condições para a eclosão de conflitos e convulsões sociais graves.

De igual modo, cada vez mais regiões do globo entram em crise social, evoluindo para situações de convulsão e conflitos internos, com impacto além-fronteiras, que obrigam a Europa, no contexto internacional, a adotar medidas que incluem, em muitos casos, a intervenção no exterior. Portugal e, consequentemente a GNR, contribuem para estas respostas, no âmbito da política externa, alocando recursos significativos para o prosseguimento de tais missões, designadamente através da participação em missões internacionais, com forças constituídas.

Paralelamente, a crise de valores nas sociedades modernas, com reflexos no coração da estrutura social, o aumento da mutabilidade e o crescente grau de exigência dos cidadãos, fruto de uma maior consciência da cidadania, tornam mais desafiante e complexo o papel das Instituições do Estado que exercem autoridade, exigindo a capacidade para reunir mais conhecimento, implementar abordagens inovadoras, e desenvolver novas tecnologias, com flexibilidade e mobilidade.

No contexto em que Portugal se insere, importa, ainda, referir a permeabilidade das fronteiras, que se traduz numa livre circulação de pessoas, bens e informação e que carreia para o ambiente de segurança inúmeros perigos, realidade que confere à atuação policial um necessário alargamento da área de influência.

Aguarda Homologação

O atual ambiente de segurança caracteriza-se, entre outros aspetos, pelo incremento de algumas categorias de criminalidade (violenta e organizada) e pela crescente mediatização, o que contribui para o aumento do sentimento de insegurança, face à realidade criminal do país, e cujo combate constitui um dos desafios fundamentais das sociedades modernas.

Na senda, as Forças de Segurança de natureza militar assumem-se como inegável mais-valia, desempenhando uma função distintiva e diferenciada, pela capacidade única de ligação e complemento, entre as restantes FSS civis e as FFAA.

Por referência ao largo espectro de intervenção da GNR, consolidado nas atribuições legais e área de responsabilidade, urge a premência do desenvolvimento de esforços conducentes à especialização técnica e científica dos seus recursos, ao reforço da componente tecnológica, à reformulação dos modelos de intervenção operacional e à aposta em novos processos de coordenação e de cooperação, no plano interno ou ao nível das relações com outros atores e sistemas internacionais, com a finalidade de provir para melhor servir.

Realidade societal, onde existem fatores críticos para a segurança individual e coletiva, na sociedade portuguesa, os quais aduzem novas exigências, em matéria de reorganização e de atuação das Forças de Segurança, com destaque para as seguintes:

- Crescente possibilidade de manifestações e ações de protesto, com repercussões na segurança e tranquilidade públicas;
- Assimetrias de desenvolvimento regional e existência de aglomerados periféricos das grandes cidades;
- Concentração sazonal de grandes massas humanas nos espaços turísticos;
- Dimensão dos problemas ambientais;
- Novas formas de criminalidade transnacional (tráfico de drogas e de seres humanos, contrabando, descaminho e imigração clandestina);
- Evolução das tecnologias da informação, das comunicações e dos transportes, associadas à globalização, que servem de desígnio às complexas organizações dedicadas ao crime e ao terrorismo, sem fronteiras, reclamando a cooperação europeia e a crescente participação de Portugal, designadamente em missões internacionais.

Este novo ambiente de segurança, caracterizado por exigentes e complexos desafios decorrentes da atual conjuntura económico-financeira, social, tecnológica, ambiental e mesmo político-legal, reafirma o posicionamento inequívoco da GNR na arquitetura dos sistemas de segurança, proteção e defesa nacionais. Tal, associado à necessidade de legitimação social das atuações e ao escrutínio público, pugna por uma forma habitual de moldar estruturas, atitudes e procedimentos, perspetivando os grandes desígnios que redundam nas causas da falta de segurança de modo geral, que, quando não são as reais razões, potenciam o sentimento de insegurança.

Nesta senda, a atitude de qualquer instância de controlo formal não pode deixar de ser sagaz e oportuna, aberta à mudança e à adoção das medidas necessárias no âmbito dos conceitos e no plano das estruturas e dos processos, que perspetivem uma resposta mais eficaz aos desafios que se colocam num mundo em profunda alteração de paradigmas. Consequentemente, para fazer face à complexidade do atual ambiente de segurança e às exigências de índole social, económica e informacional do mundo contemporâneo, a GNR norteia-se pela premissa da constante abertura à mudança, ciente de que, tanto ao nível da genética organizacional, como no campo estrutural e operacional, a ideia de transformação deve ser uma constante.

Um dos principais desígnios do Comando da GNR é sedimentar a Instituição como uma Força de Segurança, moderna, coesa e de referência, através da valorização do vetor humano e da gestão do conhecimento, conjugando esforços que permitam

Aguarda Homologação

fomentar a coesão institucional, promover a proximidade junto das populações, motivar todos os que integram quadros militares e civis e, na sequência, orientar os OE, também pela dignificação das funções, em referência à disponibilidade decorrente da condição militar, como fator distintivo para o exercício da atividade policial. Importa, assim, num processo de gestão que se prevê exigente, que seja adotado um conjunto de medidas capazes de garantir a completa articulação entre o MAI, a GNR e as demais FSS, para que as estratégias e as ações a empreender sejam todas realizadas, rentabilizando os recursos disponíveis.

2. TIPIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS E FATORES DISTINTOS

Face às atribuições que lhes estão cometidas, torna-se necessário que os serviços públicos identifiquem os serviços que prestam/fornecem e analisem a sua pertinência perante a mutação permanente em que a sociedade se encontra.

Pretende-se, pois, que os organismos respondam, com eficácia, às reais necessidades dos seus clientes, apelando, para o efeito, à capacidade de inovação e à criatividade dos seus profissionais, no sentido de detetarem novos produtos e serviços que vão ao encontro dos interesses dos utentes.

Neste sentido, os serviços devem questionar-se, permanentemente, numa perspetiva de reflexão, quanto:

- À validade do que fazem;
- À relação custo/benefício;
- À oportunidade do que produzem;
- Às potencialidades de que dispõem para a realização de novos produtos.

Neste sentido, a GNR tem readaptado a sua missão, reformulando o que se encontra legalmente preceituado à realidade e às reais necessidades dos seus utentes.

2.1. TIPIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Adotando uma estratégia centrada nas pessoas, a Guarda apresenta-se como Instituição distintiva, no que, ao apoio para com a sociedade diz respeito. Na promoção desta relação, que se quer, próxima, humana e de confiança, a GNR, presta os seguintes serviços públicos em prol da *Grei*:

- Manter a ordem e a tranquilidade públicas, a segurança e a proteção das pessoas e dos bens;
- Prevenir a criminalidade e a prática dos demais atos contrários à lei e aos regulamentos;
- Desenvolver as ações de investigação criminal e contraordenacional que lhe sejam atribuídas por lei, delegadas pelas autoridades judiciárias ou solicitadas pelas autoridades administrativas;
- Promover e garantir a segurança rodoviária, designadamente através da fiscalização, do ordenamento e da disciplina do trânsito;
- Participar no controlo da entrada e saída de pessoas e bens no território nacional e europeu;
- Proteger, socorrer e auxiliar os cidadãos e defender e preservar os bens que se encontrem em situações de perigo, por causas provenientes da ação humana ou da natureza;
- Manter a vigilância e a proteção de pontos sensíveis, nomeadamente infraestruturas rodoviárias, ferroviárias, aeroportuárias e portuárias, edifícios públicos e outras instalações críticas;

Aguarda Homologação

- Assegurar o cumprimento das disposições legais e regulamentares referentes à proteção e conservação da natureza e do ambiente, bem como prevenir e investigar os respetivos ilícitos;
- Prevenir e investigar as infrações tributárias, fiscais e aduaneiras, bem como fiscalizar e controlar a circulação de mercadorias sujeitas à ação tributária, fiscal ou aduaneira;
- Participar na fiscalização das atividades de captura, desembarque, cultura e comercialização das espécies marinhas;
- Executar ações de prevenção e de intervenção de primeira linha, em todo o território nacional, em situação de emergência de proteção e socorro, designadamente nas ocorrências de Incêndios Florestais ou de matérias perigosas, catástrofes e acidentes graves;
- Colaborar na prestação das honras de Estado;
- Cumprir, no âmbito da execução da política de defesa nacional e em cooperação com as FFAA, as missões militares que lhe forem cometidas.

2.2. FATORES DISTINTOS

Dada a natureza da GNR, como força militar, esta aporta os seguintes fatores distintivos e/ou diferenciadores:

- **Choque**: Caracterizado pela capacidade de intervenção reforçada ou musculada na totalidade do espectro dos grandes eventos;
- **Massa**: Derivada da implementação territorial, da capacidade e de apoio mútuo entre unidades, o que permite uma rápida concentração de meios no local e no momento adequado;
- **Mobilidade**: Acentua a capacidade de projeção e de apoio logístico de forças em todo o TN;
- **Flexibilidade e Modularização**: Caracterizada pela capacidade de organização e de articulação de unidades constituídas, permitindo exponenciar a capacidade de manobra e a unidade de comando;
- **Prontidão, Disponibilidade e Disciplina**: Enraizados nos valores e nos deveres inerentes à condição militar;

Exercidos através das seguintes valências:

- **Intervenção Pesada**: Pela utilização de equipamento e armamento militar, bem como de outros meios especiais, dos quais se destacam os NRBQ (Nuclear, Radiológico, Biológico e Químico);
- **Cavalaria**: Utilização, exclusiva, de forças a cavalo no patrulhamento preventivo e na manutenção e restabelecimento da ordem pública;
- **Cinotécnica**: Reconhecida credibilidade, a nível nacional e internacional, na área da formação e no empenhamento operacional dos meios cinotécnicos;
- **Trânsito e Segurança Rodoviária**: Pela existência de uma Unidade Nacional de Trânsito (UNT), altamente especializada no âmbito da fiscalização, do ordenamento e da disciplina do trânsito;
- **Controlo de Fronteiras Externas**: Especialmente através da Unidade de Controlo Costeiro e de Fronteiras (UCCF), concretizada na vigilância e no patrulhamento e na interceção terrestre ou marítima, em toda a costa e mar territorial do continente e das Regiões Autónomas;

Aguarda Homologação

- **Fiscal e Aduaneiro**: Através da Unidade de Ação Fiscal (UAF), unidade especializada de âmbito nacional com competência específica de investigação para o cumprimento da missão tributária, fiscal e aduaneira cometida à GNR;
- **Informação Criminal**: Elevada capacidade de recolha de informação, face à dispersão territorial do dispositivo;
- **Operações Especiais**: Através da resolução de Incidentes Tático-Policiais, intervenção em ações de contraterrorismo, e em situações de violência concertada e de elevada perigosidade, complexidade e risco;
- **Proteção da Natureza**: Proteção e preservação da natureza e do ambiente em Portugal, através do SEPNA. No âmbito da sua competência e dispersão territorial com responsabilidades que incluem a fiscalização ambiental, a prevenção e a investigação de crimes ambientais, e a sensibilização pública para questões ambientais, a investigação das causas de incendio florestal e a coordenação nacional de ações de prevenção dos mesmos;
- **Seguranças e Honras de Estado**: Através da proteção e segurança às instalações dos Órgãos de Soberania e pela prestação de honras de Estado.

3. PRINCIPAIS UTILIZADORES / DESTINATÁRIOS / INTERESSADOS (*STAKEHOLDERS*)

A identificação dos destinatários, assume especial atenção e relevância na análise do ambiente externo, face à diversidade de atribuições da GNR. Os *stakeholders*, enquanto pessoas, organizações ou grupos suscetíveis de influenciar ou ser influenciados, constituem-se como partes interessadas nas atividades desempenhadas e/ou nos resultados obtidos, pela GNR, na condução da sua missão e das suas atribuições.

O estudo dos *stakeholders* (Figura 14), procurou considerar a organização GNR como parte de um sistema aberto, com múltiplas relações de influência, por se entender que estas não são autoindependentes ou autossuficientes.

Assim, identificados e analisados os interessados na atividade desenvolvida pela GNR, ressalta a existência de pessoas ou de grupos específicos com interesse no produto final. Em face disso, e como se demonstra na Figura 15, após a categorização de cada um dos intervenientes, é possível saber quem são os *stakeholders*, em função do seu nível de poder, que podem obstruir ou impedir o progresso da atividade, bem como aqueles que têm poder ou influência para contribuir para o sucesso da GNR.

Por outro lado, importa igualmente analisar os *stakeholders* à luz do seu nível de interesse, elemento fundamental para a definição da postura a adotar.

São, pois, estas influências mútuas nas relações existentes que vão atuar, direta ou indiretamente, na escolha da estratégia a ser implementada para a tomada de decisão.

Do vasto, complexo e diferenciado conjunto de *stakeholders*, destacamos os cidadãos em geral, as entidades públicas, a Tutela – MAI, os Oficiais, Sargentos, Guardas e Civis que integram o mapa de efetivos de pessoal da GNR e a comunicação social. Existindo outros, estes são os atores que mais interagem com a Instituição e relativamente aos quais, esta deve ser vista como um interlocutor de competência, confiança e cooperação.

Aguarda Homologação

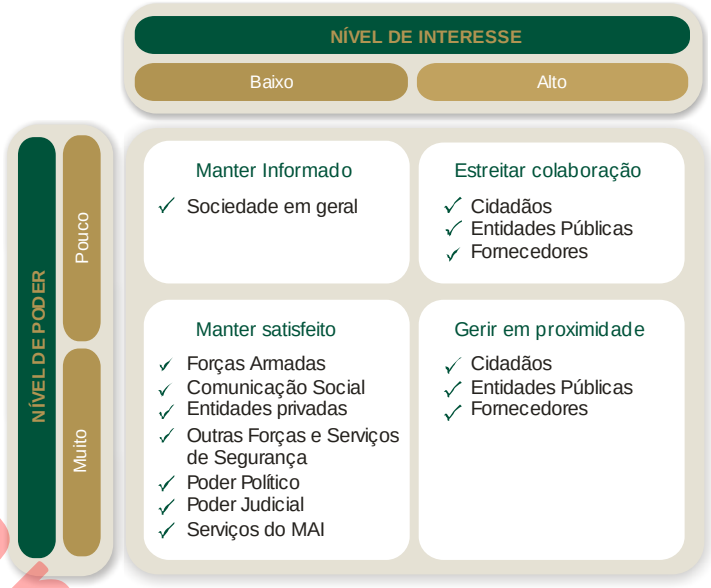


Figura 14 – *Stakeholders*

STAKEHOLDERS		CARACTERÍSTICAS	O QUE ESPERAM DE NÓS	O QUE ESPERAMOS DELES	GRAU DE PODER	GRAU DE INFLUÊNCIA	GRAU DE INTERESSE
INTERNOS	GGCG/GNR	▪ CULTURA MILITAR ▪ COMANDANTE-GERAL DA GNR	▪ COOPERAÇÃO SÓLIDA E DE CONFIANÇA ▪ GESTÃO EFICAZ E EFICIENTE	▪ ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS ▪ PERSUASÃO E INFLUÊNCIA ▪ INTERLOCUTOR	ELEVADO	ELEVADO	ELEVADO
	OFICIAIS, SARGENTOS, GUARDAS E CIVIS/GNR	▪ OFICIAIS, SARGENTOS, GUARDAS E CIVIS QUE INTEGRAM O MAPA DE PESSOAL DA GNR	▪ RECONHECIMENTO PROFISSIONAL ▪ PROGRESSÃO NA CARREIRA ▪ BOM AMBIENTE DE TRABALHO ▪ ORIENTAÇÕES CLARAS E PRECISAS	▪ CUMPRIMENTO DA MISSÃO ▪ COMPETÊNCIA E EMPENHO ▪ ESPÍRITO DE MISSÃO ▪ ESPÍRITO DE SACRIFÍCIO ▪ SOLIDARIEDADE E ENTREAJUDA ▪ DISCIPLINA E COESÃO MILITAR	MÉDIO	ELEVADO	ELEVADO
	ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS	▪ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE OFICIAIS DA GUARDA ▪ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS DA GUARDA ▪ ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA GUARDA ▪ ASSOCIAÇÃO SÓCIOPROFISSIONAL INDEPENDENTE DA GUARDA ▪ ASSOCIAÇÃO NACIONAL AUTÓNOMA DE GUARDAS ▪ A NOSSA CAUSA ▪ ASSOCIAÇÃO DA UNIÃO DE GUARDAS	▪ DIÁLOGO ▪ SENSIBILIDADE PARA COM OS ASSUNTOS APRESENTADOS ▪ DEFESA DOS INTERESSES DOS ASSOCIADOS ▪ MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO	▪ ESPÍRITO CRÍTICO CONSTRUTIVO ▪ LEALDADE E CLAREZA ▪ DEFESA DOS INTERESSES DOS ASSOCIADOS COM OBJETIVOS ATINGÍVEIS	MÉDIO	MÉDIO	ELEVADO

Aguarda Homologação

STAKEHOLDERS		CARACTERÍSTICAS	O QUE ESPERAM DE NÓS	O QUE ESPERAMOS DELES	GRAU DE PODER	GRAU DE INFLUÊNCIA	GRAU DE INTERESSE
EXTERNOS	CIDADÃOS	▪ POPULAÇÃO RESIDENTE OU EM TRÂNSITO NAS ÁREAS À RESPONSABILIDADE DA GNR	▪ GARANTE DA SEGURANÇA E DO BEM-ESTAR ▪ PROTEÇÃO ▪ RESPOSTA PRONTA ÀS SOLICITAÇÕES ▪ VISIBILIDADE E PROXIMIDADE	▪ RECONHECIMENTO DO TRABALHO DESENVOLVIDO ▪ COLABORAÇÃO	MÉDIO	MÉDIO	ELEVADO
	FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS	▪ FORNECEDORES ▪ PRESTADORES DE SERVIÇOS	▪ CUMPRIMENTO DOS CONTRATOS ▪ TRANSPARÊNCIA DE PROCEDIMENTOS	▪ PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE QUALIDADE ▪ CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ▪ FLEXIBILIDADE	REDUZIDO	REDUZIDO	MÉDIO
	ENTIDADES PÚBLICAS	▪ ORGANISMOS GOVERNAMENTAIS ▪ TRIBUNAIS ▪ AUTARQUIAS ▪ FFAA ▪ OUTRAS ENTIDADES	▪ COMPETÊNCIA ▪ COLABORAÇÃO ▪ CONFIANÇA ▪ COOPERAÇÃO ESTRATÉGICA	▪ COMPETÊNCIA ▪ COLABORAÇÃO ▪ CONFIANÇA ▪ COOPERAÇÃO ESTRATÉGICA	MÉDIO	ELEVADO	ELEVADO
	ENTIDADES PRIVADAS	▪ ONG ▪ ASSOCIAÇÕES ▪ CLUBES ▪ OUTRAS	▪ PROFICIÊNCIA ▪ COLABORAÇÃO ▪ SEGURANÇA E PROTEÇÃO ▪ RESPOSTA PRONTA ÀS SOLICITAÇÕES	▪ COLABORAÇÃO ▪ CONFIANÇA ▪ CUMPRIMENTO DOS COMPROMISSOS	REDUZIDO	MÉDIO	MÉDIO
EXTERNOS	TUTELA – MAI	▪ DECISOR POLÍTICO ▪ DISPONIBILIZA SERVIÇOS PARTILHADOS ▪ AVALIADOR ▪ INSPEÇÃO ▪ DEFINE ORÇAMENTO ▪ DEFINE CARTA DE MISSÃO DO COMANDANTE-GERAL ▪ APROVA QUAR/OBJETIVOS ▪ APROVA O MAPA DE PESSOAL	▪ CUMPRIMENTO DA MISSÃO E DAS DIRETIVAS E INSTRUÇÕES ▪ GESTÃO CRITERIOSA E RACIONAL DOS RECURSOS ▪ PRESTAÇÃO DE UM SERVIÇO DE QUALIDADE ▪ COOPERAÇÃO ESTRATÉGICA ▪ COMPETÊNCIA ▪ DISCIPLINA ▪ PRONTIDÃO ▪ LEALDADE	▪ DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS CLAROS E EXEQUÍVEIS ▪ DISPONIBILIZAÇÃO DOS RECURSOS NECESSÁRIOS ▪ DEFESA DOS INTERESSES INSTITUCIONAIS E DO PESSOAL ▪ COOPERAÇÃO ESTRATÉGICA ▪ APOIO ▪ RECONHECIMENTO	ELEVADO	ELEVADO	ELEVADO

Aguarda Homologação

STAKEHOLDERS		CARACTERÍSTICAS	O QUE ESPERAM DE NÓS	O QUE ESPERAMOS DELES	GRAU DE PODER	GRAU DE INFLUÊNCIA	GRAU DE INTERESSE
	OUTRAS FSS NACIONAIS	▪ POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA ▪ POLÍCIA JUDICIÁRIA ▪ DIREÇÃO-GERAL DAS ALFÂNDEGAS E DOS IMPOSTOS ESPECIAIS SOBRE O CONSUMO ▪ SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES ▪ OUTROS	▪ COOPERAÇÃO ▪ CONFIANÇA ▪ PARTILHA DE INFORMAÇÃO	▪ COOPERAÇÃO ▪ CONFIANÇA ▪ PARTILHA DE INFORMAÇÃO	REDUZIDO	MÉDIO	ELEVADO
	OUTRAS FSS ESTRANGEIROS	▪ GUARDIA CIVIL (ESPANHA) ▪ GENDARMERIE NATIONALE (FRANÇA) ▪ ARMA DEI CARABINIERI (ITÁLIA) ▪ ROYAL MARECHAUSSEE (HOLANDA) ▪ GENDARMERIE ROMENA ▪ JANDARMA TURCA ▪ OUTROS	▪ COOPERAÇÃO ▪ CONFIANÇA ▪ PARCERIAS ▪ FORMAÇÃO	▪ COOPERAÇÃO ▪ CONFIANÇA ▪ PARCERIAS ▪ FORMAÇÃO	REDUZIDO	MÉDIO	ELEVADO
	COMUNICAÇÃO SOCIAL	▪ TELEVISÃO ▪ RÁDIO ▪ JORNAIS ▪ REVISTAS ▪ OUTROS	▪ COLABORAÇÃO ▪ TRANSPARÊNCIA ▪ TRANSMISSÃO OPORTUNA DE INFORMAÇÕES	▪ CONFIANÇA ▪ RESPEITO ▪ RECONHECIMENTO	ELEVADO	ELEVADO	ELEVADO

Figura 15 – Análise dos *Stakeholders*

Aguarda Homologação

4. METODOLOGIA

Este relatório possibilita, aos níveis mais elevados da hierarquia, uma visão integrada da atividade da GNR desenvolvida em 2025, permitindo realizar uma avaliação global do desempenho das suas Unidades Orgânicas, face aos objetivos superiormente fixados.

A base documental a que se socorreu, para além da legislação que regula a organização e funcionamento da GNR, contemplou ainda os seguintes elementos:

- Programa do XXV Governo Constitucional;
- Relatório Anual de Segurança Interna (RASI);
- Orçamento de Estado;
- Estratégia Portugal 2030;
- Lei de Organização da Investigação Criminal (Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto);
- Estratégia da Guarda 2025 – Uma estratégia centrada nas pessoas.

O presente RA foi elaborado em obediência ao Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de setembro, tendo por objetivo identificar projetos, atividades e ações a desenvolver que permitam o cabal cumprimento da missão e atribuições da GNR.

Ambicionando melhorar a interpretação, leitura e manuseamento do presente documento, foi opção elencar os projetos, atividades e ações respeitantes aos Projetos/Atividades concorrentes e não concorrentes para os OOp. Para o efeito, o documento, articulado com o orçamento e com o mapa de pessoal, de carácter público, transmite a informação consolidada, de forma agregada por programas, sobre as grandes opções e atividades a desenvolver pela GNR.

Aguarda Homologação

Aguarda Homologação

Página em branco.



Aguarda Homologação



Aguarda Homologação

CAPÍTULO II

ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO

II. ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO

1. MISSÃO

A GNR é uma Força de Segurança de natureza militar, com a missão de garantir a legalidade democrática, assegurar a Segurança Interna e colaborar na Defesa Nacional, nos termos da Constituição e da Lei.

2. CENTRO DE GRAVIDADE

Considerando a missão geral, a sua natureza militar, competências e atribuições legais, o Centro de Gravidade Estratégico da Guarda são as "Pessoas", entidades internas e externas, cuja segurança, proteção e apoio constituem o core da missão e do quotidiano da Instituição.

O Centro de Gravidade Estratégico da Guarda incorpora os cidadãos em geral e as pessoas (militares e civis) que constituem o efetivo da GNR, os movimentos (deslocações), particularmente na rede viária e fronteira marítima, e as Instituições Democráticas.



Figura 16 – Centro de Gravidade

3. VISÃO

Ser uma Força de Segurança de referência, valorizada interna e externamente, e reconhecida pela excelência dos serviços que presta, baseados numa Guarda moderna e cada vez mais humana, próxima e de confiança.

4. NÍVEL DE AMBIÇÃO

Consolidar os níveis de Segurança, através da proximidade e centralidade nas pessoas.

Nesta moldura institucional, o nível de ambição é assegurar que a GNR, enquanto Instituição de natureza militar, moderna, humana, próxima e de confiança, no âmbito das suas atribuições e na sua área de responsabilidade, garante e incrementa a presença, proximidade e as atuações proactivas e integradoras, orientadas para a segurança, apoio e proteção dos cidadãos e das Instituições democráticas, do seu efetivo interno, contribuindo para a consolidação do sentimento de segurança, alicerçados em parcerias, cooperação e colaboração, em especial entre FSS e com as FFAA, nacionais e estrangeiras.

Aguarda Homologação

5. VALORES

O alinhamento dos valores corporativos com a missão e com a visão da GNR são um fator determinante para o fortalecimento e desenvolvimento de uma nova cultura organizacional em busca da excelência.

Os valores a seguir apresentados têm como pressuposto fundamental a condição militar, que representa uma entrega total, pelo que encerra uma exigência constante de disponibilidade, de frequente renúncia a comodismos, de sacrifícios sem conta e, muitas vezes, com enormes incompreensões, a que se associa a prossecução de um ideal de servir. Há valores éticos e restrições voluntariamente assumidas que não têm paralelo em qualquer outra Instituição, de que o juramento de doação da vida pela Pátria e a disponibilidade permanente, sem restrições, são aspetos únicos da condição militar.

Ser-se militar é, mais do que uma profissão, uma condição.

Os valores institucionais representam as crenças e convicções dominantes, constituindo-se como elementos motivadores para um esforço conjugado que representará unidade e coerência na prossecução do serviço público. Enquanto elemento singular no quadro do Sistema de Segurança Nacional – por sua vez composto pelos subsistemas de Segurança Interna; de Segurança do Estado (Serviços de Informações); de Proteção Civil e de Defesa Nacional – a GNR constitui-se como uma Instituição verdadeiramente **HUMANA**, que se evidência pela constância dos valores institucionais centrados e característicos do ser humano.



Figura 17 – Valores

Entre outros, constituem valores institucionais:

- **Conhecimento e Inovação** – Traduz-se na aquisição de conhecimento de uma organização, com vista a contribuir para a melhoria da segurança e liberdade do cidadão, promovendo a inovação no desenvolvimento da sua atividade, por forma a antecipar as ameaças e riscos que comprometam os direitos, liberdades e garantias constitucionalmente consagrados;
- **União (Coesão)** – Traduz-se na relação de compromisso entre os membros da Instituição para com a própria Instituição, no cumprimento da missão. A união entre os elementos da permitirá ultrapassar as dificuldades no cumprimento da missão;
- **Competência** – Traduz-se num conjunto de características intrínsecas à organização, que influencia e serve de referência no desempenho. Um saber agir responsável e reconhecido que implica a mobilização, a integração e transferência de conhecimento, recursos e aptidões que agreguem valor à organização e aos seus elementos;
- **Lealdade** – Traduz-se na submissão absoluta às leis da Nação e velar pelo seu cumprimento, no respeito pelas autoridades que têm por missão assegurar a execução dessas leis e na plena obediência às ordens por elas emanadas;
- **Disciplina** – Traduz-se no escrupuloso cumprimento das leis e regulamentos, no dever de obediência e no exercício responsável da autoridade;

Aguarda Homologação

- **Transparência** – Traduz-se na clareza, lisura e equidade como a Instituição desenvolve a atividade de prestação de um serviço público, procurando fortalecer a legitimidade social da sua ação, bem como o reconhecimento do seu valor estratégico nos sistemas nacionais de segurança, proteção e defesa.

6. PRINCÍPIOS

Além dos valores institucionais, deve ainda a conduta institucional nortear-se, em permanência, pelos seguintes princípios:

- **Cultura Militar e de Segurança** – São as referências essenciais na atitude profissional de permanente aprendizagem para melhor servir o cidadão, em geral, pugnando pelo estrito cumprimento dos deveres militares, segundo elevados padrões de disciplina, lealdade e espírito de camaradagem e disponibilidade que aglutinam a Instituição, fomentando o espírito de corpo;
- **Qualidade e rigor** – Pela competência no serviço público de proximidade e permanente aprofundamento do conhecimento, constante avaliação de resultados e divulgação de boas práticas de prevenção e proatividade em busca da sublimidade;
- **Responsabilidade *"accountability"*** – Como conduta ética e símbolo de responsabilidade objetiva perante a sociedade;
- **Transparência** – Traduz-se na clareza, lisura e equidade como a Instituição desenvolve a atividade de prestação de um serviço público, procurando fortalecer a legitimidade social da sua ação, bem como o reconhecimento do seu valor estratégico nos sistemas nacionais de segurança, proteção e defesa;
- **Integridade Institucional** – Por referência às pessoas, ao território, aos movimentos e às Instituições democráticas, para alcançar:
  - A excelência, pela eficiência, eficácia e pioneirismo no serviço de segurança;
  - A cooperação, balizada pela ética, através da partilha de competências e ideias com os restantes atores;
  - A valorização das pessoas, pelo serviço direcionado às competências e capacidades individuais e pela realização pessoal dos militares e civis que servem na Instituição;
  - O comprometimento perante a sociedade, de modo resiliente em relação às atribuições legais institucionais, e para com os militares e civis que servem na GNR em relação aos objetivos comuns, por referência a elevados padrões éticos e respeito pelos princípios do Estado de Direito Democrático.

7. DEONTOLOGIA MILITAR

Trata da aplicação das regras gerais da moral ao caso concreto da condição militar, descrevendo e justificando a conduta do bom soldado, não, porém, ao nível das prescrições legais, mas sim, das exigências da sua natureza enquanto homem (cultura institucional e valores éticos).

7.1. CÓDIGO DE HONRA DO MILITAR DA GNR

- O militar da GNR observa em todas as circunstâncias as características da condição militar e cumpre, rigorosa e responsavelmente, os seus deveres militares e estatutários;

Aguarda Homologação

- O militar da GNR, como "soldado da lei", impõe-se à consideração, respeito e simpatia das populações, através de uma impoluta integridade de carácter, reconhecida a honestidade, esmerada educação, exemplar comportamento moral e cívico, boa conduta nos procedimentos da sua vida pública e privada e respeitável ambiente familiar;
- O militar da GNR como agente da força pública, atua sempre de acordo com a autoridade em que está investido, só recorrendo ao uso da força nos casos expressamente previstos na lei, quando absolutamente necessário e apenas na medida exigida pelo cumprimento das suas funções;
- O militar da GNR só utiliza as armas para repelir uma agressão iminente ou em execução, em defesa própria ou de terceiros e para vencer a resistência violenta à execução de um serviço no exercício das suas funções e manter o princípio de autoridade, após intimação formal aos resistentes de obediência e esgotados todos os outros meios para o conseguir;
- O militar da GNR cumpre sempre o dever que a lei impõe de servir a coletividade e de proteger todas as pessoas contra atos ilegais, em conformidade com o alto grau de responsabilidade que a sua profissão exige;
- O militar da GNR respeita a dignidade humana e defende e protege os direitos fundamentais de toda a pessoa;
- O militar da GNR não comete, instiga ou tolera, qualquer ato de tortura ou qualquer outro castigo ou tratamento cruel, inumano ou degradante, nem invoca ordem dos seus superiores ou circunstâncias excecionais para os justificar;
- O militar da GNR vela para que a saúde das pessoas à sua guarda esteja plenamente protegida e toma imediatamente medidas para que os cuidados médicos lhe sejam dispensados sempre que tal se imponha;
- O militar da GNR não só não comete quaisquer atos de corrupção, como deve rigorosamente combatê-los e opor-se-lhes quando deles tenha conhecimento;
- O militar da GNR diligencia permanentemente pelo cumprimento da sua missão em condições morais, profissionais e psicológicas que protejam a imparcialidade, a integridade e a dignidade da sua função, face às prescrições legais respeitadoras dos direitos humanos fundamentais;
- O militar da GNR é pessoalmente responsável pelos atos e omissões que tenha executado ou ordenado e que sejam contrários aos direitos fundamentais da pessoa;
- O militar da GNR mantém sigilo quanto aos factos e matérias de carácter confidencial de que toma conhecimento no exercício das suas funções, a menos que exigências do serviço ou necessidades da justiça tal não permitam;
- O militar da GNR respeita a lei e opõe-se, em todas as circunstâncias e com toda a sua capacidade, a todo e qualquer ato que a viole, agindo prontamente quando este puder provocar prejuízo imediato ou irreparável, ou, caso contrário, esforça-se por impedir as suas consequências e a sua repetição, informando hierarquicamente;
- O militar da GNR tem a preocupação permanente de dignificar este corpo militar através do seu aprumo e da forma como se apresenta uniformizado;
- O militar da GNR tem sempre como lema a honra pessoal e o engrandecimento da pátria.

Aguarda Homologação

7.2. CÓDIGO DE CONDUTA DO MILITAR DA GNR

É dever de todo o militar da GNR:

- Cumprir a Missão de acordo com a Causa Pública, o Interesse Público e a Lei;
- Servir a Coletividade Nacional e proteger todas as pessoas contra os atos ilegais;
- Respeitar e proteger a dignidade humana;
- Defender e proteger os direitos fundamentais de toda a pessoa;
- Só aplicar a força em último caso e quando for exigido pelo cumprimento das suas funções;
- Só recorrer às armas de fogo em legítima defesa, quando o presumido delinquente opuser resistência armada e se não for possível a utilização de outros meios;
- Não divulgar informações de carácter confidencial a não ser no cumprimento das suas funções ou quando as necessidades de justiça o exigirem;
- Não infringir, instigar ou tolerar atos de tortura ou de qualquer outro tipo de castigo cruel, inumano ou degradante;
- Não praticar o abuso da autoridade;
- Combater e opor-se vigorosamente a todos os atos de corrupção.

8. SÍMBOLOS[7]

A GNR e as suas Unidades, incluindo as Unidades constituídas para atuar fora do TN e o estabelecimento de ensino, têm direito ao uso do Estandarte Nacional. A GNR tem direito a brasão de armas, bandeira heráldica, hino, marcha, selo branco e condecoração privativa (Medalha de D. Nunes Álvares Pereira – Mérito da GNR).

As Unidades da GNR têm direito a brasão de armas, selo branco e bandeiras heráldicas, que, nas Subunidades, tomam a forma de guião de mérito.

O Comandante-Geral tem direito ao uso de galhardete.

Os símbolos e a condecoração referidos, bem como o regulamento de atribuição desta, são aprovados por Portaria do Ministro da Tutela.

O Dia da Guarda é comemorado a 3 de maio, em evocação da Lei que criou a atual Instituição nacional, em 1911.

As Unidades da GNR têm direito a um dia festivo para a consagração da respetiva memória histórica, definido por despacho do Comandante-Geral.

Aguarda Homologação

7 Artigo 7.º e 8.º da LOGNR (Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro, e Declaração de Retificação n.º 1-A/2008, de 4 de janeiro)

9. DESENVOLVIMENTO DE MEDIDAS PARA UM REFORÇO POSITIVO DO DESEMPENHO

9.1. ANÁLISE *SWOT*

Para delinear a estratégia, o presente RA inspirou-se no exercício realizado na construção da Estratégia da Guarda 2025, designadamente na análise *SWOT* (*Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats)* realizada que permitiu identificar os fatores críticos, articulando a análise das vulnerabilidades e das potencialidades da Instituição e, simultaneamente, a análise do ambiente interno e externo, nomeadamente dos fatores que se constituem como principais ameaças e oportunidades. A matriz *SWOT*, permite-nos balancear o jogo de forças entre os pontos fracos e fortes da Instituição, por um lado, e as ameaças e oportunidades, por outro.

Desta análise da envolvente externa e interna resultaram 129 elementos de análise estratégica que compõem a *SWOT*:

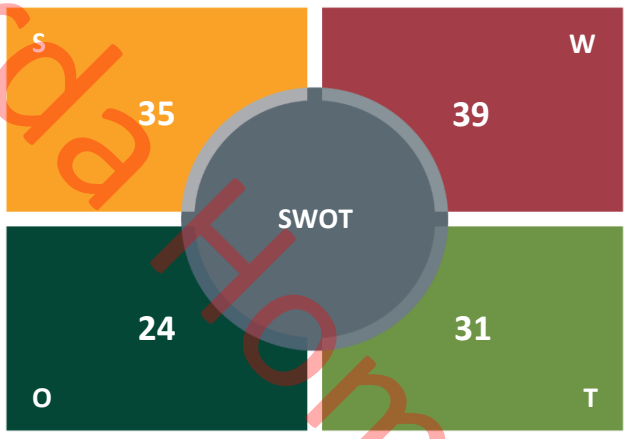


Figura 18 – N.º de Elementos de Análise Estratégica da *SWOT*

Após identificação dos elementos estratégicos que compõem a *SWOT*, procedeu-se a uma simplificação da mesma, com recurso à metodologia de quantificação e simplificação, por questionário de votação, obtendo-se a "*POWER SWOT*", composta por 24 elementos de análise estratégica:

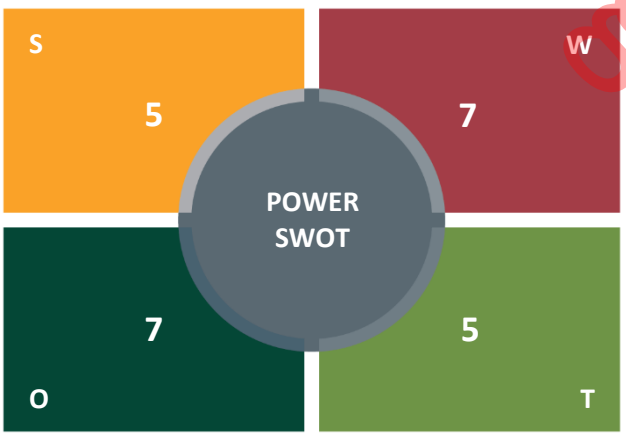


Figura 19 – N.º de Elementos Estratégicos da *POWER SWOT*

Aguarda Homologação

Por fim, apurou-se a *SWOT* sistémica, que permite gerar opções e identificar os tipos de estratégia que poderão ser adotadas, sendo o resultado da análise que se faz do cruzamento dos quadrantes da matriz da *Power SWOT*, resultando assim nas seguintes estratégias e questões estratégicas:

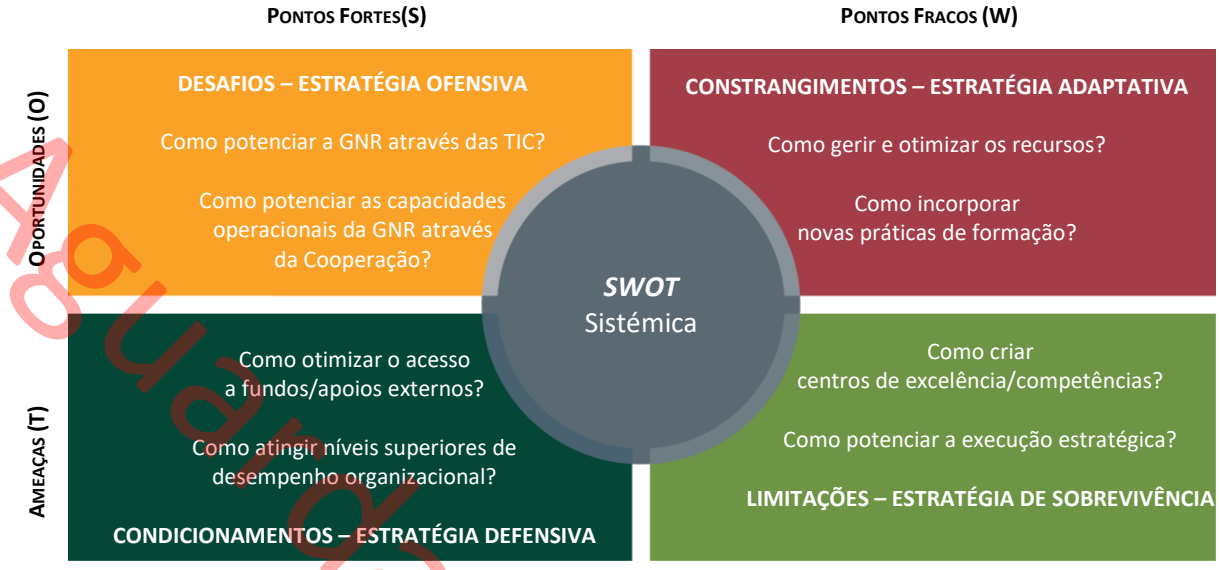


Figura 20 – *SWOT* Sistémica

10. OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS EM 2025

10.1. ORIENTAÇÕES GERAIS

Visando a prossecução do modelo prefigurado na Missão e Visão institucionais, norteados pelos valores que caracterizam a GNR, elegeram-se cinco LOE que visam a orientação do esforço coletivo da Instituição da GNR, no sentido da concretização da visão do Comandante-Geral para o período 2020-2025, devidamente espelhada na Estratégia da Guarda 2025.

A definição deste horizonte visa garantir, através do alinhamento entre os instrumentos estratégicos e os demais instrumentos de gestão, a estabilidade e sustentabilidade das políticas e estratégias organizacionais, bem como o inequívoco compromisso dos diferentes níveis de Comando e Direção/gestão organizacional com as estratégias e objetivos organizacionais de médio prazo.

Desta forma, e nos termos referidos as orientações estratégicas resultam do "caminho estratégico" definido, aliado às LOE definidas.

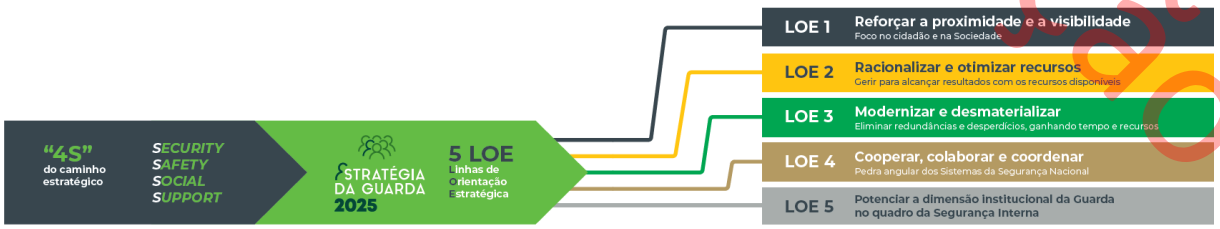


Figura 21 – Caminho Estratégico "4S" e as 5 LOE

Aguarda Homologação

LOE 1 Reforçar a proximidade e a visibilidade

Foco no cidadão e na Sociedade

Desde as suas origens e fundação - 10 de dezembro de 1801 - que o centro de gravidade da GNR se foca nas pessoas e no garante da sua segurança, proteção e apoio. Nos seus problemas, anseios e necessidades, criando e gerindo programas, técnicas, táticas e ações que previnam e antecipem riscos e ameaças e minimizem os impactos e danos, quando, ainda assim, essas ameaças se materializem.

Alinhados com as prioridades prosseguidas nos últimos anos, é desígnio da GNR continuar a servir Portugal e os seus cidadãos, colaborar e cooperar com os diferentes atores do Sistema de Segurança Interna (SSI) e, bem assim, contribuir para a manutenção de Portugal como destino seguro e espaço de progresso saudável, criando condições para o desenvolvimento social e económico, forjado na manutenção da paz social, da defesa dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, fazendo mais e melhor, em nome da segurança de todos e de cada um.

Enquanto Força de Segurança secular, a GNR constitui-se como um pilar fundamental na execução da política de segurança interna, assumindo como valores mais profundos a defesa intransigente do Estado de Direito Democrático e dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, estabelecidos na Constituição da República Portuguesa e nos Tratados e Acordos internacionais de que Portugal ratificou ou assinou.

A preocupação humana da GNR é incrementada na execução de missões de proteção e socorro, de missões internacionais de gestão de crises e apoio à paz e no controlo de todos os movimentos internos e de fronteiras terrestre e marítima.

A Estratégia em curso encontra-se alinhada com as orientações políticas, pretende inovar e dar corpo às iniciativas da Tutela, no âmbito do Programa Nacional de Prevenção e Segurança de Proximidade, através da atualização dos projetos em vigor e da criação de uma nova geração de ações de policiamento de proximidade, designadamente com a forte motivação para participar e colaborar nas ações interagências que venham a ser desenvolvidas, nomeadamente através do fomento e participação em Contratos Locais de Segurança, atualizar os planos e as metodologias de formação para a prevenção e segurança de proximidade, com especial ênfase para o contributo policial nos processos de prevenção da violência doméstica.

É inquestionável que a dispersão e presença territorial da GNR é uma mais-valia operacional, permitindo uma proximidade ao cidadão ímpar, uma elevada interação que, se potenciada, permite criar uma relação de confiança mútua e de legitimidade com a população.

Às dimensões da segurança e proteção associamos a dimensão social, estrategicamente relevante para a GNR. Cada vez mais presente e cuidada na ação quotidiana da GNR, tem-se materializado através dos Programas Especiais de Policiamento, desde logo, atuando socialmente num vasto conjunto de iniciativas dirigidas ao aprofundamento da relação de proximidade e confiança com as populações, cuidando em especial dos mais frágeis e vulneráveis, de que são exemplo, o apoio aos idosos, às crianças e aos jovens e, não menos relevante, a salvaguarda dos seus bens, tendo por desígnio o fortalecimento do sentimento de segurança, de todos e de cada um.

Apesar dos níveis de cooperação alcançados, ainda existe espaço e áreas suscetíveis de reforço e incremento da cooperação e colaboração com as diversas entidades de apoio social locais, no combate ao isolamento, à pobreza, à discriminação e à exclusão social. As parcerias com entidades locais e com atores relevantes da sociedade civil devem continuar a ser estimuladas, estabelecidas e atualizadas, de acordo com as necessidades e idiossincrasia de cada área e comunidade em concreto.

Aguarda Homologação

Sem prejuízo das demais áreas de intervenção, constitui prioridade da GNR a manutenção de abordagens proativas, de prevenção e disponibilidade para identificar, salvaguardar e proteger os direitos fundamentais, dignidade humana, liberdades e garantias do cidadão, privilegiando domínios como a integridade da vida humana e a proteção do património.

Assim, importa envolver e estimular a participação ativa dos cidadãos e das Instituições públicas e privadas, garantindo que a cooperação e colaboração são motores para um melhor e mais seguro ambiente social.

LOE 2 Racionalizar e otimizar recursos

Gerir para alcançar resultados com os recursos disponíveis

Neste contexto incerto e imprevisível, teremos de assumir as limitações e encarar a obrigação de aplicar os recursos de forma racional e criteriosa, com o mesmo rigor que tem caraterizado a vida e a gestão da GNR, procurando, contudo, manter levados padrões de operacionalidade. Fazer mais e melhor, otimizando os recursos disponíveis.

Sendo expetável que os recursos financeiros e orçamentais não sejam incrementados nos próximos anos, com forte possibilidade de ocorrer novo estrangulamento económico financeiro após 2020, torna-se fundamental promover e garantir formas inovadoras e extraorçamento de financiamento, incrementando os projetos de concurso a linhas de financiamento externo e comunitárias, por forma a dinamizar a inovação, a modernização, a aquisição e atualização de equipamentos, de tecnologias, em paralelo com uma permanente e assertiva qualificação dos ativos humanos, as pessoas.

Em perfeita sintonia com as orientações políticas, colaborar ativamente com o Plano de intervenções do Governo a realizar no âmbito da rede de infraestruturas e de equipamentos, para a reabilitação de infraestruturas e para a modernização dos equipamentos, com aproveitamento dos fundos comunitários.

O concurso, aproveitamento e obtenção de recursos disponibilizados através de fundos estruturais, de investimento ou específicos para o domínio da segurança interna e defesa nacional – candidaturas individuais e/ ou em parcerias nacionais ou estrangeiras – devem continuar a ser uma prioridade para que a GNR possa, simultaneamente, desenvolver novas capacidades, valorizar e atualizar as existentes, garantindo os elevados níveis de intervenção operacional, atual e qualificada, em prol da segurança dos cidadãos.

No seguimento das prioridades estratégicas anteriores, mantém-se atual e prioritária a reforma da GNR, através da aprovação de uma nova Lei Orgânica que permita corrigir os constrangimentos e disfunções identificadas e fundamentais para tornar a GNR uma Instituição atualizada, moderna, mais eficaz e eficiente no emprego de todos os seus recursos, tangíveis e intangíveis.

A eliminação das disfuncionalidades orgânicas e organizativas identificadas, cuja estratégia classifica como prioritárias, vai garantir melhorar as funções de Comando, Coordenação, Comunicações e Controlo integrados e extensível a todas as Unidades core, aliado a um melhor controlo, gestão e supervisão nas áreas de apoio e suporte à atividade operacional.

Alinhar os recursos com o diagnóstico e necessidades operacionais é um dos desideratos do novo ciclo estratégico, balanceando esforços, efetivos e recursos de forma dinâmica e assentes em geometrias variáveis, por forma a garantir a adequação da resposta operacional, no tempo e no espaço, às necessidades das populações e aos níveis, objetivos e subjetivos, de segurança.

Aguarda Homologação

Garantindo que as pessoas (cidadãos + efetivo GNR) serão incondicionalmente o centro de gravidade da GNR, os modelos de policiamento pretendem incrementar a proximidade, a visibilidade e as estratégias comunitárias e sociais, afetando cada vez mais recursos humanos às atividades core em detrimento de outras atividades de apoio, sempre orientados aos maiores riscos e ameaças, à segurança das pessoas, das Instituições e dos movimentos.

Na sociedade contemporânea, alicerçada na permanente atualização e modernização tecnológica, importa promover programas de renovação e atualização de infraestruturas, materiais e equipamentos, por forma a garantir simultaneamente a eficácia e eficiência operacionais e a segurança e higiene no trabalho dos efetivos da GNR, fatores fundamentais para a motivação do efetivo e imagem institucional, tanto interna, como externamente.

Num ambiente globalmente difícil, cientes da complexidade conjuntural e do contexto dos tempos em que vivemos, exponencialmente complexo e disruptivo, cientes ainda de que 50% do conhecimento adquirido hoje ficará desatualizado nos próximos anos, é essencial uma postura de aprender, desaprender e voltar a aprender, numa constância de adaptação.

LOE 3 Modernizar e desmaterializar

Eliminar redundâncias e desperdícios, ganhando tempo e recursos

Pretende-se dar continuidade aos processos atuais de modernização e desmaterialização, alinhando os seus objetivos com as orientações políticas do SIMPLEX, por forma a simplificar e modernizar os processos e procedimentos que melhorem as operações internas e a relação com os diferentes *Stakeholders*, com ênfase para as pessoas.

Importará também concretizar operações que permitam a evolução dos sistemas de informação, a reengenharia dos procedimentos e a reorganização dos recursos humanos, de modo a reorientar um maior número de efetivos para o trabalho operacional.

Aproveitar as orientações políticas de investimento nas tecnologias de informação e comunicação para aumentar a eficácia e a eficiência da atividade operacional, reforçar o acesso à informação, permitirá melhorar a relação entre os cidadãos e GNR.

Neste contexto, importa continuar na senda da modernização de procedimentos, referencial para simplificar a vida do cidadão e permitir redirecionar os militares para o que é a essência da sua missão – a atividade em prol da segurança.

Importa manter um processo de modernização, assente em novas tecnologias de informação e de comunicação, mantendo a aposta na inovação tecnológica, valorizando a formação dos recursos humanos, desmaterializando processos e simplificando procedimentos, para requalificar os serviços da GNR.

Em questões de Investigação, Inovação e Desenvolvimento (I&D + I), a Guarda2025 pretende dar continuidade e incrementar os projetos atuais e modernos, aos quais pretende afetar recursos humanos qualificados, mantendo firme a aposta numa sólida formação técnica e comportamental, num espírito de "aprendizagem, renovação, inovação e partilha do conhecimento".

Esta orientação estratégica de racionalização e modernização pretende consolidar o Sistema Integrado de Informações Operacionais de Polícia (SIIOP), imprescindível para garantir um serviço de excelência, maior capacidade operacional, de prevenção e combate à criminalidade, ao mesmo tempo que potencia a interoperabilidade entre os sistemas dos vários parceiros, que contribuem para a segurança nacional e internacional.

Aguarda Homologação

Importa promover um plano de integração e interoperabilidade dos sistemas da GNR, quer ao nível das atividades core, quer ao nível das atividades de apoio e suporte, por forma a reduzir redundâncias, desperdícios, recursos e tempo, aumentando os níveis de qualidade do serviço da GNR e rentabilizando recursos.

A modernização deve assentar também na célula-base de funcionamento, visibilidade e confiança da GNR, o Posto Territorial (PTer), verdadeiro cartão de visita da GNR e prioridade estratégica.

A dimensão plural e diversificada das missões, atribuições e responsabilidades da GNR para com Portugal e os portugueses, exige a assunção da inerente adequação de recursos e meios colocados à disposição com parcimónia e sem sobressaltos. Exige, igualmente, a adaptação equilibrada, a proporcionalidade e o rigor de atuação, privilegiando de forma distintiva o produto operacional da GNR – garantir, a todo o tempo, mais e melhor segurança.

LOE 4 Cooperar, colaborar e coordenar
Pedra angular dos Sistemas da Segurança Nacional

A cooperação surge como uma ferramenta básica de interajuda, facilitadora da resolução de situações complexas, cujas soluções requeiram esforços plurais e integrados no sentido do objetivo comum. Em termos realistas, incorpora, na maioria dos casos, relações biunívocas de "*win-win*", em que cada cooperante aceita ceder em função dos ganhos advenientes.

As FSS cooperam entre si, nos termos da Lei de Segurança Interna e respetivas Leis Orgânicas, sendo prioridade estratégica da GNR o incremento das relações de cooperação, colaboração e parcerias com entidades nacionais, policiais, militares e civis, assim como com Instituições e organismos internacionais, bilateralmente e nos termos de Acordos, Tratados e Convenções a que Portugal pertença ou venha a integrar.

A prevenção e a repressão dos fenómenos criminais, riscos e ameaças hodiernos impõem um reforço da cooperação internacional e uma coordenação cada vez mais próxima e eficaz das FSS, interna e externamente.

Constitui escopo fundamental da estratégia institucional, a cooperação e coordenação com os diferentes atores que integram ou estão ligados aos sistemas nacionais de segurança, judicial, proteção e defesa, bem como com os demais atores que diariamente interagem com a GNR, condição essencial para obter sucesso no plano da segurança nacional.

Internamente, é muito relevante a manutenção e promoção da cooperação, colaboração e parcerias entre a GNR e as FFAA, nomeadamente nas áreas de formação superior militar e no desenvolvimento constitucional de "outras tarefas de interesse nacional" que concorrem para a segurança e proteção civil nacionais. Nesta área de cooperação – GNR/FFAA – importa incrementar o planeamento conjunto de operações militares no exterior, através da projeção conjunta de forças, em que a GNR empregue as suas capacidades específicas de polícia e investigação criminal, reforçadas pela mais-valia da sua natureza militar.

Nos próximos anos, a eficiência da proteção civil e as condições de prevenção e socorro face a acidentes e catástrofes, nomeadamente incêndios rurais, estará diretamente ligada às capacidades da UEPS da GNR, pelo que é prioritário o esforço nesta vertente para a consolidação da UEPS e das suas capacidades, assim como para a promoção do adequado enquadramento territorial, cooperação, coordenação e colaboração com a Força Especial de Proteção Civil (FEPC) e demais agentes de Proteção Civil, para garantir uma maior flexibilidade e capacidade de intervenção do dispositivo de operações de socorro e os necessários níveis de prontidão e de mobilização, durante todo o ano, em função dos níveis de alerta e da efetiva ocorrência de situações de emergência e proteção civil.

Aguarda Homologação

Importa à GNR participar ativamente na atualização dos mecanismos de articulação entre as autoridades de proteção civil, as autoridades judiciárias, os demais órgãos de polícia criminal e os serviços de medicina legal, em situação de crime ou catástrofe de grandes proporções.

As parcerias internas, nacionais e locais, com as mais variadas Instituições da sociedade civil e mundo académico, assumem-se estrategicamente fundamentais para agregar esforços, gerar sinergias e partilhar conhecimento e experiências, cujo saldo para a segurança, proteção e liberdade dos cidadãos será muito superior ao simples somatório dos esforços individuais.

No seguimento das orientações políticas, importa manter a participação ativa no quadro de cooperação internacional, atendendo aos interesses permanentes da segurança nacional, especialmente no âmbito do Espaço de Liberdade de Segurança e de Justiça da UE e da CPLP, dando continuidade aos projetos de cooperação com os países europeus e africanos da bacia do Mediterrâneo, bem como a outros projetos bilaterais e multilaterais.

Assente na natureza militar da GNR, é prioridade estratégica manter uma postura ativa e proactiva no relacionamento e participação enquanto membro fundador de Instituições como a FIEP, a EUROGENDFOR, nomeadamente através da disponibilização e preparação de forças com prontidão operacional para participação em operações de gestão de crises, no quadro da UE, da ONU, da OTAN e de outras organizações internacionais, sempre que as entidades competentes o determinem.

Dar continuidade e incrementar a participação da GNR nas agências europeias de segurança e defesa, nomeadamente na FRONTEX, na EUROPOL, na *European Anti-Fraud Office* (OLAF), na *European Union Agency for Law Enforcement Training* (CEPOL) e na *European Traffic Police Network* (TISPOL), é também desígnio estratégico, assim como a manutenção do esforço de cooperação e participação em iniciativas e organizações de nível internacional, nomeadamente da *International Criminal Police Organization* (INTERPOL), Comunidade de Polícias das Américas (AMERIPOL) e a *Escola Iberoamericana de Polícia* (IBERPOL), como forma de promover o intercâmbio de informação, investigação, formação e boas práticas em prol da segurança global e das estratégias comuns de prevenção e luta contra a criminalidade grave, ameaças e riscos transnacionais.

Ainda, no âmbito das orientações políticas, a GNR mantém um permanente empenhamento estratégico para participar nos controlos de fronteiras baseados no princípio da solidariedade, na criação de um sistema europeu de Guardas Costeiras e de instrumentos de coordenação e fiscalização eficazes, para efeitos de combate à criminalidade, em especial ao auxílio à imigração ilegal, ao tráfico de seres humanos, de drogas e de armas, ao contrabando e à contrafação, no âmbito da fronteira externa da UE.

Na atual conjuntura internacional, o Mediterrâneo constitui-se simultaneamente uma barreira e uma ponte para as ameaças do Sul, nomeadamente entre a faixa do Sahel e a Europa, marcando a Península Ibéria parte da fronteira sul da UE. Neste quadro, é especialmente relevante a cooperação bilateral com Espanha, através de parcerias, partilha de informação, atividades conjuntas de investigação e de formação promotoras de uma melhor segurança Ibérica e da UE.

Dar continuidade às atividades baseadas na "Iniciativa 5+5 Defesa", promovendo a cooperação com os países do mediterrâneo ocidental, França, Itália, Portugal, Espanha e Malta (da margem norte) e a Argélia, Líbia, Mauritânia, Marrocos e Tunísia (da margem sul), visando prevenir, antecipar e detetar ameaças e riscos comuns, em matéria de vigilância marítima, proteção civil, imigração ilegal, tráfico de seres humanos, de armas e de estupefacientes.

Aguarda Homologação

A Agenda Mulheres, Paz e Segurança (MPS), decorrente da resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (2000), reconheceu o impacto específico que os conflitos armados têm sobre as mulheres e destacou a necessidade de garantir a sua participação nos mecanismos de prevenção, gestão e resolução de conflitos, bem como na manutenção e promoção da paz e segurança.

LOE 5 Potenciar a dimensão institucional da Guarda no quadro da Segurança Interna

A orientação estratégica para potenciar a dimensão institucional da GNR assenta no desígnio transversal de olhar a Instituição através das necessidades internas, sem as quais não poderão ser promovidas eficazmente as dimensões externas, elencadas nas anteriores LOE que caracterizavam a Estratégia da Guarda 2020.

A valorização humana e profissional do efetivo (pessoas) da GNR é uma prioridade estratégica, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento de um clima de participação e motivação, centrado na confiança e na responsabilidade.

Em paralelo com os cidadãos e com a Sociedade, os Recursos Humanos (pessoas) da GNR constituem um dos centros de gravidade estratégicos 2025.

Afirmar a estratégia da "Qualidade Total" para a Guarda 2025, nomeadamente no desenvolvimento e satisfação dos recursos humanos (*Endomarketing*), melhoria contínua, gestão participativa e por processos, partilha e disseminação de informação (ascendente e descendente), identificar, eliminar e/ou mitigar falhas e erros.

Consolidar a reestruturação do sistema de ensino e formação através do paradigma da "Formação Baseada em Competências", otimizando a informação, o conhecimento, as competências e os recursos, através do reconhecimento, certificação e validação da formação, nos níveis inicial, intermédio e superior universitário, fomentando a criação de centros de competências e gestão do conhecimento.

No âmbito do Ensino Superior Universitário, importa manter a participação ativa no processo de formação da Academia Militar (AM), na edificação da Área de Segurança Interna e dos Fenómenos Criminais das Ciências Militares, assim como na construção e desenvolvimento do Plano de Curso de Promoção a Oficial General.

Num quadro de diálogo e participação, reconhecendo as especificidades da condição policial e da natureza militar, conferir especial atenção à dignificação dos militares e civis que integram o efetivo da GNR, com o firme objetivo de gerir as "pessoas como pessoas", como verdadeiro sustentáculo da GNR e recurso estratégico.

Na vertente social, importa assumir também internamente a "responsabilidade social" da Instituição, fomentando as parcerias com os "Serviços Sociais da Guarda", procurando que tendencialmente cheguem a todo o efetivo e adotando estratégias, medidas e ações que identifiquem, sinalizem e apoiem os efetivos e seus familiares, que acidental ou permanentemente careçam do apoio institucional.

Na perspetiva da dimensão inspetiva e de controlo interno, como forma de identificar atempadamente disfunções internas, potencialmente geradoras de instabilidade interna e/ou degradação da qualidade do serviço e da imagem institucional, torna-se prioritário consolidar a ação da Inspeção da Guarda (IG), como um verdadeiro serviço de controlo interno, atuando preventiva e proactivamente na génese dos problemas, minimizando os impactos, identificando as causas e garantindo respostas céleres e oportunas, com credibilidade, qualidade e transparência, internamente e perante o cidadão e a sociedade.

Aguarda Homologação

A comunicação da Estratégia da Guarda 2025 a todos os níveis da hierarquia é um imperativo estratégico, para que todo o efetivo esteja envolvido e comprometido em contribuir e sinta valorizadas as suas ações operacionais e táticas na estratégia institucional. Conhecer a Instituição, a sua visão e LOE, é tão importante como identificar a posição relativa de cada Unidade, Órgão, patrulha ou militar no espetro global da GNR. Envolver, motivar, comprometer e responsabilizar toda a GNR na sua estratégia é uma aspiração permanente e inacabada, devendo ser acolhida e promovida por cada nível de comando, e chefia.

Importa também gerir a comunicação pública da Estratégia da Guarda 2025 de forma eficaz, transformando-a numa ferramenta de imagem institucional potenciadora de gerar cooperação e parcerias, cujos centros de gravidade, missão e objetivos sejam similares e/ou concorrentes para o mesmo fim – melhor segurança, proteção e liberdade, numa sociedade democrática.

Os vetores estratégicos definidos, naturalmente transversais a toda a Instituição, traduziram-se em objetivos, de nível estratégico e operacional, cuja prossecução constitui o centro da ação de comando, o farol para a orientação do esforço e a matriz para a afetação de recursos, em sede de elaboração do RA.

Os objetivos plurianuais e anuais da GNR, estratégicos e operacionais, estão como veremos adiante, coerentes com os desígnios do programa do XXV Governo Constitucional, das Grandes Opções do Plano em matéria de segurança interna e das Orientações Estratégicas inscritas no RASI.

Nesta definição de objetivos, foram ainda considerados os princípios e estratégias de ação enformadoras do documento de Estratégia de Segurança Interna da UE, apresentados adiante.

Importa, contudo, salientar que, numa Instituição com a dimensão e as atribuições da GNR, cujas responsabilidades são exercidas em praticamente todas as áreas do sistema alargado de segurança, proteção e defesa, os objetivos e as metas são, muito mais vastos, não se podendo confinar apenas aos objetivos definidos no QUAR.

10.1.1. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

No que diz respeito aos objetivos para o ano económico de 2025, importa salientar que estes decorrem dos que foram definidos na **Estratégia da Guarda 2025 – *Uma estratégia centrada nas pessoas,*** documento que vem dar continuidade à promoção de uma cultura de qualidade e rigor na prestação do serviço às populações assente em modernas ferramentas de gestão de reconhecido valor e utilidade, aliando por um lado a gestão por objetivos à metodologia *Balanced Scorecard*, e por outro, a qualidade e responsabilidade social.

Com efeito, o documento **Estratégia da Guarda 2025 – *Uma estratégia centrada nas pessoas*** preconiza para a Instituição um compromisso com o futuro, impelindo todos os servidores da GNR a cogitarem sobre o caminho que a GNR deverá trilhar para se afirmar como Instituição de referência, reconhecida a nível nacional e internacional no domínio da segurança, pela sua postura humana, próxima e de confiança.

Nesse sentido, os OE e OOp que seguidamente se apresentam, têm por referência a Visão e as LOE citadas, coerentes com os princípios e estratégias de ação enformadoras do documento de Estratégia de Segurança Interna da UE, alinhados com os desígnios do programa do XXV Governo Constitucional, Grandes Opções do Plano e Orientações Estratégicas inscritas no RASI em matéria de segurança interna, apresentados nas Orientações gerais do presente capítulo.

Prevaleceu, na sua definição, alguma ambição, na certeza de que esta poderia funcionar como motor e catalisador do esforço, contribuindo para uma mais rápida adaptação da Instituição às novas exigências e aos novos desafios, numa linha de evolução com aqueles que haviam sido definidos no ciclo anterior.

Aguarda Homologação

Foram assim definidos vinte OE, tomando por referência as linhas mestras das políticas públicas apresentadas, considerando os OE consagrados na **Estratégia da Guarda 2025 – *Uma estratégia centrada nas pessoas,*** *bem como ainda* o histórico de objetivos definidos nos QUAR anteriores, que à semelhança do ciclo anterior, irão nortear a estratégia organizacional da GNR nos próximos anos, atendendo que a sua vigência se estende a um horizonte temporal de médio prazo:

OE1. Maximizar o acesso a financiamento e recursos externos

OE2. Incrementar proximidade, presença e visibilidade através da otimização das capacidades operacionais, da adequação do dispositivo territorial e distribuição do efetivo operacional

OE3. Ampliar a capacidade de atuação no ciberespaço

OE4. Consolidar a utilização da terceira dimensão com recurso a meios aéreos não tripulados

OE5. Reforçar os meios e capacidades para cumprimento de missões de Defesa Nacional

OE6. Melhorar a capacidade integrada de Comando, Coordenação e Controlo

OE7. Integração de práticas de gestão modernas

OE8. Implementar a Gestão Estratégica das pessoas

OE9. Impulsionar a comunicação e imagem institucional

OE10. Privilegiar o recurso a novas tecnologias de informação e de comunicação

OE11. Ampliar e aprofundar a formação de quadros nas Instituições de Ensino Superior Militar

OE12. Melhorar os níveis de eficiência operacional

OE13. Consolidar a interoperabilidade promovendo a simplificação e racionalização de procedimentos

OE14. Apostar na normalização e certificação de processos e procedimentos

OE15. Garantir uma visão centralizada da segurança rodoviária

OE16. Garantir a vigilância da costa e mar territorial e potenciar as áreas da investigação e fiscalização de natureza tributária, fiscal e aduaneira

OE17. Otimizar e qualificar a resposta operacional no âmbito da proteção da natureza e ambiente e da proteção e socorro

OE18. Fomentar e potenciar uma maior interação Guarda-Cidadão, reforçando o patrulhamento comunitário, de visibilidade e de proximidade

OE19. Reforçar o empenhamento da Guarda na execução da política externa

OE20. Aprofundar as relações de cooperação, coordenação e partilha internas e externas

Os vetores estratégicos definidos, naturalmente transversais a toda a Instituição, traduziram-se em objetivos, de nível estratégico e operacional, cuja prossecução constitui o centro da ação de comando, o farol para a orientação do esforço e a matriz para a afetação de recursos, em sede de elaboração do RA.

Os objetivos plurianuais e anuais da GNR, estratégicos e operacionais, coerentes com os desígnios do programa do XXV Governo Constitucional, das Grandes Opções do Plano em matéria de segurança interna e das Orientações Estratégicas inscritas no RASI.

Aguarda Homologação

Aguarda Homologação

Página em branco.



Aguarda Homologação



Aguarda Homologação

Capítulo III

Autoavaliação

III. ANÁLISE DE RESULTADOS ALCANÇADOS E DESVIOS VERIFICADOS DE ACORDO COM O QUAR

1. NOTA PRÉVIA

De acordo com a Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, a avaliação de desempenho de cada serviço assenta num QUAR, sujeito a avaliação permanente, do qual constam: a missão do serviço, os seus objetivos estratégicos plurianuais, os OOp fixados anualmente, os indicadores de desempenho, o grau de realização dos objetivos, a identificação dos desvios e respetivas causas e, finalmente, a avaliação final do desempenho do serviço.

Os objetivos fixados aos serviços, no respetivo QUAR, devem relacionar-se com os objetivos fixados aos dirigentes superiores, nas respetivas cartas de missão, contratos de gestão e aos trabalhadores, alinhando desta forma a ação de serviços, dirigentes e trabalhadores na prossecução das políticas públicas[8].

O QUAR 2025, reporta o seu início a 1 de janeiro de 2025.

Com efeito, o QUAR da GNR para 2025 contempla 20 objetivos estratégicos e 10 OOp com medição através de 41 indicadores, abarcando os principais eixos da sua missão e do seu funcionamento interno. Na definição dos referidos objetivos, pugnou-se por uma metodologia de rigor. Decidiu-se aproveitar a lógica e a dinâmica intrínsecas ao modelo de gestão por objetivos, para construir e negociar metas ambiciosas, na certeza de que, só assim, seria possível desenvolver capacidades em alinhamento com as demandas da Sociedade e, também, modernizar a Instituição de modo mais rápido e consistente.

No decurso do ano 2025, com fundamento na necessidade de avaliação permanente do nível do cumprimento dos objetivos definidos, foram realizadas monitorizações trimestrais, com vista à identificação das principais dificuldades, constrangimentos e eventuais desvios, habilitando o Comandante-Geral a emitir diretivas e a acionar medidas corretivas conducentes à sua integral concretização.

O presente relatório de autoavaliação encerra, pois, a derradeira etapa do ciclo de gestão, na medida em que permite avaliar o grau de realização dos objetivos definidos no QUAR, identificar os desvios ocorridos na sua prossecução e estabelecer um conjunto de ações que conduzam a um reforço positivo do desempenho. Nesse sentido, cumpre neste ponto efetuar uma análise individualizada da execução dos OOp, atentos os fatores conjunturais que condicionaram o desempenho da GNR.

Aguarda Homologação

[8] Vide Deliberação do Conselho de Ministros n.º 772/2007, de 27 de dezembro

2. QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO

2.1. APRESENTAÇÃO DO ORGANISMO

2.1.1. ORGANISMO

A GNR é, nos termos da sua Lei Orgânica, uma Força de Segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas e dotada de autonomia administrativa.

2.1.2. MISSÃO

Assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, no âmbito dos sistemas nacionais de segurança e proteção, bem como colaborar na execução da política de defesa nacional.

2.1.3. VISÃO

Ser uma Força de Segurança humana, próxima e de confiança que se distinga pela excelência do serviço que presta e seja reconhecida como referência nacional e internacional no domínio da segurança.

2.2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

OE1. Maximizar o acesso a financiamento e recursos externos;

OE2. Incrementar proximidade, presença e visibilidade através da otimização das capacidades operacionais, da adequação do dispositivo territorial e distribuição do efetivo operacional;

OE3. Ampliar a capacidade de atuação no ciberespaço;

OE4. Consolidar a utilização da terceira dimensão com recurso a *Remotely Piloted Aircraft Systems*;

OE5. Reforçar os meios e capacidades para cumprimento de missões de Defesa Nacional

OE6. Melhorar a capacidade integrada de Comando, Coordenação e Controlo;

OE7. Integração de práticas de gestão modernas;

OE8. Implementar a Gestão Estratégica das pessoas;

OE9. Impulsionar a comunicação e imagem institucional;

OE10. Privilegiar o recurso a novas tecnologias de informação e de comunicação;

OE11. Ampliar e aprofundar a formação de quadros nas Instituições de Ensino Superior Militar;

OE12. Melhorar os níveis de eficiência operacional;

OE13. Consolidar a interoperabilidade promovendo a simplificação e racionalização de procedimentos;

OE14. Apostar na normalização e certificação de processos e procedimentos;

OE15. Garantir uma visão centralizada da segurança rodoviária;

OE16. Garantir a vigilância da costa e mar territorial e potenciar as áreas da investigação e fiscalização de natureza tributária, fiscal e aduaneira;

Aguarda Homologação

OE17. Otimizar e qualificar a resposta operacional no âmbito da proteção da natureza e ambiente e da proteção e socorro;

OE18. Fomentar e potenciar uma maior interação GNR-Cidadão, reforçando o patrulhamento comunitário, de visibilidade e de proximidade;

OE19. Reforçar o empenhamento da GNR na execução da política externa;

OE20. Aprofundar as relações de cooperação, coordenação e partilha internas e externas.

2.3. Objetivos Operacionais, Indicadores e Metas

EFICÁCIA						POND.	30%	122,70%
OOP 001 • APROFUNDAR E OTIMIZAR AS ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO DA GUARDA PARA A PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E A PROMOÇÃO DA IGUALDADE E CIDADANIA						PESO	20%	114,54%
INDICADORES	ÓRGÃO RESPONSÁVEL EXEC.	RESULTADO 2024	META QUAR 2025 REVISTA	META QUAR 2025 APROVADA	PESO	EXECUÇÃO 2025 RESULTADO (extrapolado)	EXECUÇÃO 2025 TAXA	
I001 N.º PATRULHAS REALIZADAS NO ÂMBITO DOS PROGRAMAS ESPECIAIS DE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO E DE PROXIMIDADE (PEPP)	CO | DO	65 536		45 000	25%	46 325	102,94%	
I002 N.º DE CRIANÇAS E JOVENS SENSIBILIZADOS SOBRE A VIOLÊNCIA NA INTERNET SEGURA EM AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO	CO | DO	120 120		110 000	25%	127 396	115,81%	
I003 N.º DE CRIANÇAS SENSIBILIZADOS SOBRE A SEGURANÇA E PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE E REDUÇÃO DOS COMPORTAMENTOS ADITIVOS E DAS DEPENDÊNCIAS EM AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO	CO | DO	130 584		90 000	25%	91 517	101,69%	
I004 N.º DE PESSOAS SENSIBILIZADAS EM AÇÕES SOBRE A CIDADANIA, NÃO-DISCRIMINAÇÃO E DIREITOS HUMANOS	CO | DO	194 006		100 000	25%	137 722	137,72%	
OOP 002 • REFORÇAR O CONTRIBUTO DA GUARDA PARA A SEGURANÇA E PREVENÇÃO RODOVIÁRIA						PESO	30%	116,07%
INDICADORES	ÓRGÃO RESPONSÁVEL EXEC.	RESULTADO 2024	META QUAR 2025 REVISTA	META QUAR 2025 APROVADA	PESO	EXECUÇÃO 2025 RESULTADO (extrapolado)	EXECUÇÃO 2025 TAXA	
I005 N.º DE KMS DE PATRULHAMENTO RODOVIÁRIO	CO | DO	14 201 612		13 200 000	30%	14 219 617	107,72%	
I006 Nº DE VEÍCULOS CONTROLADOS NA VELOCIDADE DENTRO DE LOCALIDADES	CO | DO	2 853 806		2 600 000	10%	3 050 807	117,34%	
I007 Nº DE VEÍCULOS CONTROLADOS ATRAVÉS DO TACÓGRAFO	CO | DO	20 005		19 500	20%	23 653	121,30%	
I008 Nº DE CONDUTORES TESTADOS PARA DETEÇÃO DE ÁLCOOL	CO | DO	1 888 254		1 600 000	30%	1 879 065	117,44%	
I009 Nº DE VÉICULOS FISCALIZADOS AFETOS AO TRANSPORTE DE MERCADORIAS PERIGOSAS	CO | DO	n.d		1 500	10%	1 879	125,27%	
OOP 003 • POTENCIAR A PARTICIPAÇÃO NA REDE EUROPEIA DE VIGILÂNCIA E CONTROLO DA FRONTEIRA EXTERNA DA UNIÃO EUROPEIA						PESO	30%	142,89%
INDICADORES	ÓRGÃO RESPONSÁVEL EXEC.	RESULTADO 2024	META QUAR 2025 REVISTA	META QUAR 2025 APROVADA	PESO	EXECUÇÃO 2025 RESULTADO (extrapolado)	EXECUÇÃO 2025 TAXA	
I010 N.º MILITARES/DIA EMPENHADOS EM OPERAÇÕES CONJUNTAS (OC) NO ÂMBITO DA FRONTEX	DPERI	8 566		7 800	30%	8 082	103,62%	
I011 N.º DE HORAS DE NAVEGAÇÃO	CO | UCCF	7 150		7 500	10%	8 789	117,19%	
I012 N.º DE PATRULHAS DE VIGILÂNCIA E CONTROLO DE FRONTEIRAS	CO | UCCF	16 711		25 000	10%	41 651	166,60%	
I013 N.º DE ABORDAGENS A EMBARCAÇÕES EM AMBIENTE MARÍTIMO E FLUVIAL	CO | UCCF	1 096		900	20%	1 384	153,78%	
I014 N.º DE EMBARCAÇÕES MONITORIZADAS	CO | UCCF	37 199		40 000	10%	50 697	126,74%	
I015 N.º DE OPERAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO NA FRONTEIRA MARÍTIMA E TERRESTRE	CO | UCCF	122		130	20%	260	200,00%	
OOP 004 • CONSOLIDAR E POTENCIAR O CONTRIBUTO DA GUARDA NA PROTEÇÃO DA NATUREZA E DO AMBIENTE E OPTIMIZAR A PREVENÇÃO, VIGILÂNCIA, A DETEÇÃO E COMBATE AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS						PESO	20%	110,50%
INDICADORES	ÓRGÃO RESPONSÁVEL EXEC.	RESULTADO 2024	META QUAR 2025 REVISTA	META QUAR 2025 APROVADA	PESO	EXECUÇÃO 2025 RESULTADO (extrapolado)	EXECUÇÃO 2025 TAXA	
I016 N.º DE PATRULHAS ÂMBITO SEPNA	CO | DSEPNA	75 450		75 000	25%	75 226	100,30%	
I017 Nº DE AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO ÂMBITO SEPNA REALIZADAS	CO | DSEPNA	8 437		6 000	25%	7 169	119,48%	
I018 Nº DE AÇÕES DE PATRULHAMENTO E VIGILÂNCIA DA FLORESTA	CO | DSEPNA	50 312		50 000	25%	56 982	113,96%	
I019 TAXA DE INVESTIGAÇÃO DE CAUSAS DE INCÊNDIOS COM ÁREA SUPERIOR A 1HA	CO | DSEPNA	99,40%		92,00%	25%	99,60%	108,26%	

Aprovada Homologação

EFICIÊNCIA					POND.	30%	114,60%
OOP 005 • CONSOLIDAR E POTENCIAR AS CAPACIDADES DE INVESTIGAÇÃO E CAPACIDADES OPERACIONAIS DE PREVENÇÃO E COMBATE AO CRIME					PESO	25%	112,74%
INDICADORES	ÓRGÃO RESPONSÁVEL EXEC.	RESULTADO 2024	META QUAR 2025 REVISTA	META QUAR 2025 APROVADA	PESO	EXECUÇÃO 2025 RESULTADO (extrapolado)	EXECUÇÃO 2025 TAXA
I020 TAXA DE CAUSAS APURADAS EM INQUÉRITOS DE ACIDENTE DE VIAÇÃO	CO|DIC	98,26%		96,00%	25%	97,57%	101,64%
I021 N.º DE OPERAÇÕES ESPECIAIS DE PREVENÇÃO CRIMINAL (OEPC) REALIZADAS	CO|DO	150		130	25%	155	119,23%
I022 N.º DE NOTICIAS RECOLHIDAS PELO DISPOSITIVO	CO|DI	13 353		11 000	25%	11 333	103,03%
I023 N.º DE MILITARES SENSIBILIZADOS ÂMBITO CIBER	CO | DCSI	122		600	25%	748	124,67%
OOP 006 • INCREMENTAR DINÂMICAS DE PROGRAMAÇÃO PLURIANUAL E MELHORIA NA AFETAÇÃO FUNCIONAL DOS RECURSOS					PESO	40%	110,44%
INDICADORES	ÓRGÃO RESPONSÁVEL EXEC.	RESULTADO 2024	META QUAR 2025 REVISTA	META QUAR 2025 APROVADA	PESO	EXECUÇÃO 2025 RESULTADO (extrapolado)	EXECUÇÃO 2025 TAXA
I024 TAXA DE APRESENTAÇÃO INTERNA E INDIVIDUALIZADA DO PLANO ESTRATÉGICO A TODAS AS UNIDADES E ESTABELECIMENTO DE ENSINO DA GNR	DPERI	100,00%		95,00%	40%	100,00%	105,26%
I025 N.º DE INTERVENÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	CARI | DIE	7		7	10%	7	100,00%
I026 TAXA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA	CARI | DRF	96,70%		70,00%	20%	96,00%	137,14%
I027 TAXA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA	CARI | DRF	96,50%		90,00%	20%	99,00%	110,00%
I028 TAXA DE OPERACIONALIDADE DA FROTA	CARI | DRL	78,00%		75,00%	10%	81,80%	109,07%
OOP 007 • MAXIMIZAR A FORMAÇÃO E APROPRIAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO E DA DOUTRINA					PESO	35%	116,89%
INDICADORES	ÓRGÃO RESPONSÁVEL EXEC.	RESULTADO 2024	META QUAR 2025 REVISTA	META QUAR 2025 APROVADA	PESO	EXECUÇÃO 2025 RESULTADO (extrapolado)	EXECUÇÃO 2025 TAXA
I029 PERCENTAGEM DE MANUAIS DOUTRINÁRIOS E OPERATIVOS VALIDADOS POR REPORTE AOS NECESSÁRIOS EM CADA ÁREA DE MISSÃO OPERACIONAL OU FUNÇÃO DE SUPORTE	CDF | DD	86,00%		85,00%	20%	86,00%	101,18%
I030 N.º DE NORMATIVOS INTERNOS DISPONÍVEIS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL	CDF | DD	1 242		1 230	30%	1 287	104,63%
I031 PERCENTAGEM DE CURSO DE PROMOÇÃO REALIZADOS, RELATIVAMENTE ÀS DIFERENTES CATEGORIAS PROFISSIONAIS DA GUARDA	CDF | DD	n.d		80,00%	20%	100,00%	125,00%
I032 NÚMERO DE AÇÕES DE FORMAÇÃO CERTIFICADAS	CDF | DD	341		300	30%	422	140,67%

QUALIDADE					POND.	40%	115,40%
OOP 008 • IMPLEMENTAR DINÂMICAS DE QUALIDADE E OTIMIZAR O ATENDIMENTO AO CIDADÃO					PESO	30%	112,50%
INDICADORES	ÓRGÃO RESPONSÁVEL EXEC.	RESULTADO 2024	META QUAR 2025 REVISTA	META QUAR 2025 APROVADA	PESO	EXECUÇÃO 2025 RESULTADO (extrapolado)	EXECUÇÃO 2025 TAXA
I033 INSPEÇÕES TÉCNICAS NO ÂMBITO DA SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO	IG	n.d		5	35%	5	100,00%
I034 REALIZAR INSPEÇÕES ORDINÁRIAS À ATIVIDADE OPERACIONAL	IG	10		30	35%	33	110,00%
I035 INSPEÇÕES DE NATUREZA EXTRAORDINÁRIA	IG	n.d		20	30%	26	130,00%
OOP 009 • POTENCIAR A DIVULGAÇÃO DA MARCA GUARDA					PESO	30%	110,47%
INDICADORES	ÓRGÃO RESPONSÁVEL EXEC.	RESULTADO 2024	META QUAR 2025 REVISTA	META QUAR 2025 APROVADA	PESO	EXECUÇÃO 2025 RESULTADO (extrapolado)	EXECUÇÃO 2025 TAXA
I036 COMUNICADOS DE IMPRENSA DE ÂMBITO NACIONAL	DCRP	87		70	30%	87	124,29%
I037 CONTEÚDOS (VÍDEO) DISPONIBILIZADAS NAS REDES SOCIAIS	DCRP	234		200	35%	213	106,50%
I038 PUBLICAÇÕES NAS REDES SOCIAIS	DCRP	5 053		5 050	35%	5 181	102,59%
OOP 010 • AUMENTAR A DIVULGAÇÃO DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURAL					PESO	40%	121,48%
INDICADORES	ÓRGÃO RESPONSÁVEL EXEC.	RESULTADO 2024	META QUAR 2025 REVISTA	META QUAR 2025 APROVADA	PESO	EXECUÇÃO 2025 RESULTADO (extrapolado)	EXECUÇÃO 2025 TAXA
I039 GRAU DE SATISFAÇÃO DOS UTENTES / VISITANTES DOS ESPAÇOS CULTURAIS DA GNR	DHCG	4,80		4,50	35%	5,00	111,11%
I040 N.º DE CONTEÚDOS DISPONIBILIZADOS EM SUPORTE DIGITAL	DHCG	153 416		110 000	35%	139 467	126,79%
I041 N.º DE EXPOSIÇÕES, EVENTOS OU ATIVIDADES CULTURAIS REALIZADAS	DHCG	n.d		150	30%	190	126,67%

Aguarda Homologação

Figura 22 – QUAR 2025

Legenda:

- EXECUÇÃO ACIMA DE 125,00%
- EXECUÇÃO ENTRE 100,00% E 125,00%
- EXECUÇÃO ENTRE 0,00% E 100,00%
- META REVISTA EM BAIXA
- META REVISTA EM ALTA

Estando finalizada a demonstração dos resultados do QUAR 2025, interessa demonstrar a evolução dos indicadores que têm acompanhado o QUAR da GNR nos últimos 5 anos.

Não obstante quase metade dos indicadores referentes ao QUAR de 2025 terem histórico em relação a pelo menos 1 ano, interessa relevar os indicadores que têm constado no QUAR da GNR, desde 2019.

Assim, desde 2019 até 2025, e com o objetivo de demonstrar a evolução que a GNR tem conseguido ao longo os anos nos indicadores que se têm mantido no QUAR de 2025, e que permitem a sua comparabilidade, apresenta-se o seguinte quadro:

Indicadores	Resultado 2019	Resultado 2020	Resultado 2021	Resultado 2022	Resultado 2023	Resultado 2024	Resultado 2025	Meta 2025	Evolução
006 - N.º de veículos controlados na velocidade dentro de localidades	2 764 294	2 759 073	2 336 693	2 498 023	2 532 872	2 853 806	3 050 807	2 600 000	10,36%
018 - N.º de patrulhas âmbito sepna	71 820	73 450	73 392	77 778	81 159	112 678	75 225	75 000	4,74%
022 - Taxa de investigação de causas de incêndios com área superior a 1ha	92,75%	99,00%	96,00%	95,00%	92,00%	99,40%	99,60%	92,00%	7,39%

Figura 23 – Indicadores do QUAR com histórico

Da análise ao quadro anterior, apresentam-se 3 indicadores que acompanham o QUAR da GNR desde 2019, os quais tiveram um aumento constante, quando comparados com os resultados de 2024, destacando-se o indicador 006, que apresenta um aumento de 10,36%.

2.4. RELAÇÃO ENTRE OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E OBJETIVOS OPERACIONAIS

		OBJETIVOS OPERACIONAIS									
		OOp 1	OOp 2	OOp 3	OOp 4	OOp 5	OOp 6	OOp 7	OOp 8	OOp 9	OOp 10
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	OE1			X	X		X	X			
	OE2	X	X	X	X	X				X	
	OE3	X				X					
	OE4			X		X					
	OE5		X	X							
	OE6	X	X	X							
	OE7	X	X				X	X	X	X	
	OE8			X			X	X	X		
	OE9	X	X	X				X	X	X	X
	OE10							X	X	X	X
	OE11							X			
	OE12	X	X		X	X					
	OE13							X	X		
	OE14		X					X	X		
	OE15		X	X	X						
	OE16			X	X						
	OE17	X	X	X	X						
	OE18			X							
	OE19			X							
	OE20			X							

Figura 24 – Matriz de relações Objetivos Estratégicos vs OOp QUAR 2025

Aguarda Homologação

2.5. RECURSOS HUMANOS

RECURSOS HUMANOS	PONTUAÇÃO ATRIBUIDA	PLANEADO		EXECUTADO		DESVIO		TAXA DE EXECUÇÃO DOS RH
		RH (MP)	PONTUAÇÃO	RH (31-12-2025)	PONTUAÇÃO	RH	PONTUAÇÃO	
OFICIAIS - DIREÇÃO SUPERIOR	20	16	320	15	300	1	20	**93,75%**
OFICIAIS - DIREÇÃO INTERMÉDIA	16	117	1 872	116	1 856	1	16	**99,15%**
OFICIAIS (RESTANTES OFICIAIS)	12	771	9 252	723	8 676	48	576	**93,77%**
SARGENTOS	8	2 513	20 104	2 377	19 016	136	1 088	**94,59%**
GUARDAS	6	20 702	124 212	19 505	117 030	1 197	7 182	**94,22%**
TOTAL PESSOAL MILITAR		**24 119**	**155 760**	**22 736**	**146 878**	**1 383**	**8 882**	**94,27%**
TÉCNICO SUPERIOR	12	137	1 644	57	684	80	960	**41,61%**
CARREIRA ESPECIAL MÉDICA	12	36	432	7	84	29	348	**19,44%**
CARREIRA ESPECIAL ENFERMAGEM	12	19	228	16	192	3	36	**84,21%**
CARREIRA ESPECIAL DOCENTE	12	14	168	9	108	5	60	**64,29%**
CARREIRA ESPECIAL GUARDA FLORESTAL	6	591	3 546	350	2 100	241	1 446	**59,22%**
CARREIRA TEC. DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICA	12	22	264	5	60	17	204	**22,73%**
CARREIRA INFORMÁTICA	12	3	36	3	36	0	0	**100,00%**
ASSISTENTE TÉCNICO	8	307	2 456	102	816	205	1 640	**33,22%**
ASSISTENTE OPERACIONAL	5	247	1 235	164	820	83	415	**66,40%**
OUTRO PESSOAL (VIGILANTES FLORESTAIS)	5	924	4 620	0	0	924	4 620	**0,00%**
TOTAL PESSOAL CIVIL		**2 300**	**14 629**	**713**	**4 900**	**1 587**	**9 729**	**31,00%**
TOTAL		**26 419**	**170 389**	**23 449**	**151 778**	**2 970**	**18 611**	**88,76%**

Figura 25 – Execução de recursos humanos QUAR 2025

Agenda Homologação

2.6. RECURSOS FINANCEIROS

ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO DE 2025		ORÇAMENTO APROVADO GNR	ORÇAMENTO CORRIGIDO GNR	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 1.º T	2.º T	3.º T	4.º T	%
00	Orçamento de Funcionamento (OF)	1 199 047 505	1 275 377 167	254 970 309	581 704 824	860 465 900	1 227 399 800	96,24%
01	Despesas com Pessoal	1 101 768 646	1 194 591 673	245 791 940	558 186 919	819 319 537	1 154 582 585	96,65%
02	Aquisição de Bens e Serviços	73 480 573	69 069 631	8 033 739	20 902 358	36 154 463	63 346 751	91,71%
04	Transferências Correntes	5 165 071	4 820 317	591 832	1 713 975	2 899 366	4 427 591	91,85%
06	Outras Despesas Correntes	1 648 210	237 380	43 880	91 096	125 265	192 651	81,16%
07	Investimento	16 985 005	6 658 166	508 918	810 475	1 408 175	4 850 222	72,85%
08	Transferências de Capital	0	0	0	0	0	0	0%
09	Orçamento de Investimento (OI)	3 378 933	12 425 159	0	100 740	2 814 913	6 139 271	49,41%
10	Outros Valores (OV)	0	16 941	0	11 955	12 094	16 939	99,99%
	TOTAL	**1 202 426 438**	**1 287 819 267**	**254 970 309**	**581 817 519**	**862 733 814**	**1 233 556 011**	**95,79%**

(Em euros - valores representados sem casas decimais, poderão causar divergências nos somatórios)

Figura 26 – Execução de recursos financeiros QUAR 2025

2.7. FONTES DE VERIFICAÇÃO

Os objetivos constantes do QUAR da GNR para o ano 2025 foram alvo de monitorização trimestral e sustentam-se nos documentos descritos no quadro abaixo que identifica as fontes de verificação dos indicadores QUAR.

Quanto às fontes de verificação dos indicadores de medida, salienta-se que por razões óbvias, necessariamente por questões de dimensão e de legibilidade, não foram incorporados no presente Relatório de Autoavaliação os documentos comprovativos da execução dos indicadores (compostos por mapas estatísticos, listagens extraídas de sistemas de informação, relatórios e/ou documentos finais), assinalando-se, contudo, o órgão responsável e a fonte de verificação associada.

N.º IND	DESIGNAÇÃO INDICADOR	EPR	FONTE DE VERIFICAÇÃO	LIGAÇÃO PLANO ESTRATÉGICO DA GUARDA	PERIODICIDADE
I001	N.º PATRULHAS REALIZADAS NO ÂMBITO DOS PROGRAMAS ESPECIAIS DE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO E DE PROXIMIDADE (PEPP)	CO	BASE ESTATÍSTICA DOS PEPP	Sem alinhamento	TRIMESTRAL
I002	N.º DE CRIANÇAS E JOVENS SENSIBILIZADOS SOBRE A VIOLÊNCIA NA INTERNET SEGURA EM AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO	CO	BASE ESTATÍSTICA DOS PEPP	PEG 2025 - 06.I004	TRIMESTRAL
I003	N.º DE CRIANÇAS SENSIBILIZADAS SOBRE A SEGURANÇA E PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE E REDUÇÃO DOS COMPORTAMENTOS ADITIVOS E DAS DEPENDÊNCIAS EM AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO	CO	BASE ESTATÍSTICA DOS PEPP	PEG 2025 - 06.I005	TRIMESTRAL

Versão Homologação

N.º IND	DESIGNAÇÃO INDICADOR	EPR	FONTE DE VERIFICAÇÃO	LIGAÇÃO PLANO ESTRATÉGICO DA GUARDA	PERIODICIDADE
I004	N.º DE PESSOAS SENSIBILIZADAS EM AÇÕES SOBRE A CIDADANIA, NÃO-DISCRIMINAÇÃO E DIREITOS HUMANOS	CO	BASE ESTATÍSTICA DOS PEPP	PEG 2025 - 06.I006	TRIMESTRAL
I005	N.º DE KMS DE PATRULHAMENTO RODOVIÁRIO	CO	SIIOP-P	PEG 2025 - 11.I001	TRIMESTRAL
I006	Nº DE VEÍCULOS CONTROLADOS NA VELOCIDADE DENTRO DE LOCALIDADES	CO	SIIOP-P	PEG 2025 - 11.I002	TRIMESTRAL
I007	Nº DE VEÍCULOS CONTROLADOS ATRAVÉS DO TACÓGRAFO	CO	SIIOP-P	PEG 2025 - 11.I003	TRIMESTRAL
I008	Nº DE CONDUTORES TESTADOS PARA DETEÇÃO DE ÁLCOOL	CO	SIIOP-P	PEG 2025 - 11.I004	TRIMESTRAL
I009	Nº DE VÉICULOS FISCALIZADOS AFETOS AO TRANSPORTE DE MERCADORIAS PERIGOSAS	CO	SIIOP-P	Sem alinhamento	TRIMESTRAL
I010	N.º MILITARES/DIA EMPENHADOS EM OPERAÇÕES CONJUNTAS (OC) NO ÂMBITO DA FRONTEX	DPERI	ARQUIVO DPERI	PEG 2025 - 13.I003	TRIMESTRAL
I011	N.º DE HORAS DE NAVEGAÇÃO	CO	UCCF	PEG 2025 - 14.I001	TRIMESTRAL
I012	N.º DE PATRULHAS DE VIGILÂNCIA E CONTROLO DE FRONTEIRAS	CO	SIIOP-P	PEG 2025 - OOP13.I003 e Lei 73/2021 de 12nov	TRIMESTRAL
I013	N.º DE ABORDAGENS A EMBARCAÇÕES EM AMBIENTE MARÍTIMO E FLUVIAL	CO	SICOP-MAR e Relatórios de Atividade Naval	PEG 2025 - OOP14 e Lei 73/2021 de 12nov	TRIMESTRAL
I014	N.º DE EMBARCAÇÕES MONITORIZADAS	CO	SIVICC e Relatórios de Serviço de Supervisor	PEG 2025 - OOP13 e Lei 73/2021 de 12nov	TRIMESTRAL
I015	N.º DE OPERAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO NA FRONTEIRA MARÍTIMA E TERRESTRE	CO	SIIOP P (Plano de Atividade Operacional)	PEG 2025 - OOP13 e Lei 73/2021 de 12nov	TRIMESTRAL
I016	N.º DE PATRULHAS ÂMBITO SEPNA	CO	SIIOP-A	PEG 2025 - 17.I001	TRIMESTRAL
I017	Nº DE AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO ÂMBITO SEPNA REALIZADAS	CO	SIIOP-A	PEG 2025 - 17.I004	TRIMESTRAL
I018	Nº DE AÇÕES DE PATRULHAMENTO E VIGILÂNCIA DA FLORESTA	CO	SIIOP-A E MAPAS DIRETIVA OPERACIONAL - DSEPNA	PEG 2025 - 18.I002	TRIMESTRAL
I019	TAXA DE INVESTIGAÇÃO DE CAUSAS DE INCÊNDIOS COM ÁREA SUPERIOR A 1HA	CO	SISTEMA DE GESTÃO DE INCÊNDIOS FLORESTAIS (SGIF)	PEG 2025 - 18.I004	TRIMESTRAL

Aguarda Homologação

N.º IND	DESIGNAÇÃO INDICADOR	EPR	FONTE DE VERIFICAÇÃO	LIGAÇÃO PLANO ESTRATÉGICO DA GUARDA	PERIODICIDADE
I020	TAXA DE CAUSAS APURADAS EM INQUÉRITOS DE ACIDENTE DE VIAÇÃO	CO	INQUÉRITOS NICAV – "CAUSAS DE ACIDENTES DE VIAÇÃO"	PEG 2025 - 04.I007	TRIMESTRAL
I021	N.º DE OPERAÇÕES ESPECIAIS DE PREVENÇÃO CRIMINAL (OEPC) REALIZADAS	CO	Informação inserida em sistema ou prestada via SIIOP-D pelos CTer ao CO\DepOp\DEO	PEG 2025 - 05.I001	TRIMESTRAL
I022	N.º DE NOTÍCIAS RECOLHIDAS PELO DISPOSITIVO	CO	SIIOP-P (Fórmula = «N.º DE NOTÍCIAS TRATADAS EM VALOR ABSOLUTO PELO CI»)	PEG 2025 - 01.I003	TRIMESTRAL
I023	N.º DE MILITARES SENSIBILIZADOS ÂMBITO CIBER	CO	CO	PEG 2025 - 20.I002	TRIMESTRAL
I024	TAXA DE APRESENTAÇÃO INTERNA E INDIVIDUALIZADA DO PLANO ESTRATÉGICO A TODAS AS UNIDADES E ESTABELECIMENTO DE ENSINO DA GNR	DPERI	ARQUIVO DPERI	PEG 2025 - 34.I006	TRIMESTRAL
I025	N.º DE INTERVENÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	CARI	ARQUIVO DPPF/DIE	PEG 2025 - 33.I002	TRIMESTRAL
I026	TAXA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA	CARI	GeRFiP	PEG 2025 - 36.I001	TRIMESTRAL
I027	TAXA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA	CARI	GeRFiP	PEG 2025 - 36.I002	TRIMESTRAL
I028	TAXA DE OPERACIONALIDADE DA FROTA	CARI	SIGRI - Gestão de Frota	PEG 2025 - 32.I001	TRIMESTRAL
I029	PERCENTAGEM DE MANUAIS DOUTRINÁRIOS E OPERATIVOS VALIDADOS POR REPORTE AOS NECESSÁRIOS EM CADA ÁREA DE MISSÃO OPERACIONAL OU FUNÇÃO DE SUPORTE	CDF	REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL	PEG 2025 - 37.I001	TRIMESTRAL
I030	N.º DE NORMATIVOS INTERNOS DISPONÍVEIS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL	CDF	REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL	PEG 2025 - 37.I002	TRIMESTRAL
I031	PERCENTAGEM DE CURSO DE PROMOÇÃO REALIZADOS, RELATIVAMENTE ÀS DIFERENTES CATEGORIAS PROFISSIONAIS DA GUARDA	CDF	REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL	Sem alinhamento	TRIMESTRAL
I032	NÚMERO DE AÇÕES DE FORMAÇÃO CERTIFICADAS	CDF	PLATAFORMA SIGO	PEG 2025 - 38.I003	TRIMESTRAL
I033	INSPEÇÕES TÉCNICAS NO ÂMBITO DA SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO	IG	Relatório de Atividades da IG	Sem alinhamento	TRIMESTRAL

Aguarda Homologação

N.º IND	DESIGNAÇÃO INDICADOR	EPR	FONTE DE VERIFICAÇÃO	LIGAÇÃO PLANO ESTRATÉGICO DA GUARDA	PERIODICIDADE
I034	REALIZAR INSPEÇÕES ORDINÁRIAS À ATIVIDADE OPERACIONAL	IG	Relatório de Atividades da IG	PEG 2025 - 41.I002	TRIMESTRAL
I035	INSPEÇÕES DE NATUREZA EXTRAORDINÁRIA	IG	Relatório de Atividades da IG	Sem alinhamento	TRIMESTRAL
I036	COMUNICADOS DE IMPRENSA DE ÂMBITO NACIONAL	DCRP	ARQUIVO DA DCRP	PEG 2025 - 42.I003	TRIMESTRAL
I037	CONTEÚDOS (VÍDEO) DISPONIBILIZADAS NAS REDES SOCIAIS	DCRP	PÁGINAS DA GNR NAS REDES SOCIAIS	PEG 2025 - 42.I004	TRIMESTRAL
I038	PUBLICAÇÕES NAS REDES SOCIAIS	DCRP	PÁGINAS DA GNR NAS REDES SOCIAIS	PEG 2025 - 42.I005	TRIMESTRAL
I039	GRAU DE SATISFAÇÃO DOS UTENTES / VISITANTES DOS ESPAÇOS CULTURAIS DA GNR	DHCG	RELATÓRIO DOS INQUÉRITOS DE SATISFAÇÃO	PEG 2025 - 49.I004	TRIMESTRAL
I040	N.º DE CONTEÚDOS DISPONIBILIZADOS EM SUPORTE DIGITAL	DHCG	RELATÓRIO DE ATIVIDADES	PEG 2025 - 49.I003	TRIMESTRAL
I041	N.º DE EXPOSIÇÕES, EVENTOS OU ATIVIDADES CULTURAIS REALIZADAS	DHCG	RELATÓRIO DE ATIVIDADES	PEG 2025 - 49.I002	TRIMESTRAL

Figura 27 – Listagem de fontes de verificação QUAR 2025

COD.	INDICADOR	EPR 1	FONTE DE VERIFICAÇÃO	PERIODICIDADE
RH	EXECUÇÃO RH	**CARI/DRH**	MAPA DE PESSOAL (SIGRI)	TRIMESTRAL
RF	EXECUÇÃO RECURSOS FINANCEIROS	**CARI/DRF**	MAPA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL (GERFIP)	TRIMESTRAL

Figura 28 – Listagem de fontes de verificação QUAR 2025

2.8. QUADRO RESUMO

INDICADORES SUPERADOS		INDICADORES CUMPRIDOS	INDICADORES NÃO ATINGIDOS
I001	I021	I025	
I002	I022	I033	
I003	I023		
I004	I024		
I005	I026		
I006	I027		
I007	I028		
I008	I029		
I009	I030		
I010	I031		
I011	I032		
I012	I034		
I013	I035		
I014	I036		
I015	I037		
I016	I038		

Aguarda Homologação

I017	I039
I018	I040
I019	I041
I020	

Figura 29 – Quadro resumo indicadores QUAR 2025

2.9. BREVE ANÁLISE

2.9.1. EXECUÇÃO POR PARÂMETRO/GLOBAL

Dos 10 OOp constantes do QUAR/GNR 2025, verifica-se que os 10 foram superados, o que manifesta o esforço de todas as estruturas da GNR, para a prossecução das metas estabelecidas junto da Tutela para o ano económico de 2025.

Também, entre 41 indicadores dos 10 OOp, verifica-se que 39 foram superados e 2 foram cumpridos.

Em seguida são apresentados os resultados da avaliação por parâmetros, bem como as ponderações definidas em sede de elaboração do QUAR 2025. A análise ao quadro permite verificar a concretização dos OOp das dimensões Eficácia, Eficiência e Qualidade, com uma graduação global de Objetivo Superado. A avaliação final do organismo é positiva, apresentando uma taxa de execução global de 117,35%.

Considerando este desempenho e tendo a GNR vindo a atingir, de uma forma sustentada, elevados níveis de performance, tanto nas áreas da missão contempladas nos objetivos do QUAR como em todas as demais, plenamente se justifica a Classificação BOM em sede de avaliação final da performance do desempenho organizacional.

PARÂMETROS	PESO	RESULTADO	RESULTADO PONDERADO	AVALIAÇÃO GLOBAL	
				QUANTITATIVA	QUALITATIVA
EFICÁCIA	30%	122,70%	36,81%	117,35%	BOM
EFICIÊNCIA	30%	114,60%	34,68%		
QUALIDADE	40%	115,40%	46,16%		

Figura 30 – Quadro resumo indicadores QUAR 2025

2.9.2. GRAU DE EXECUÇÃO POR OBJETIVO

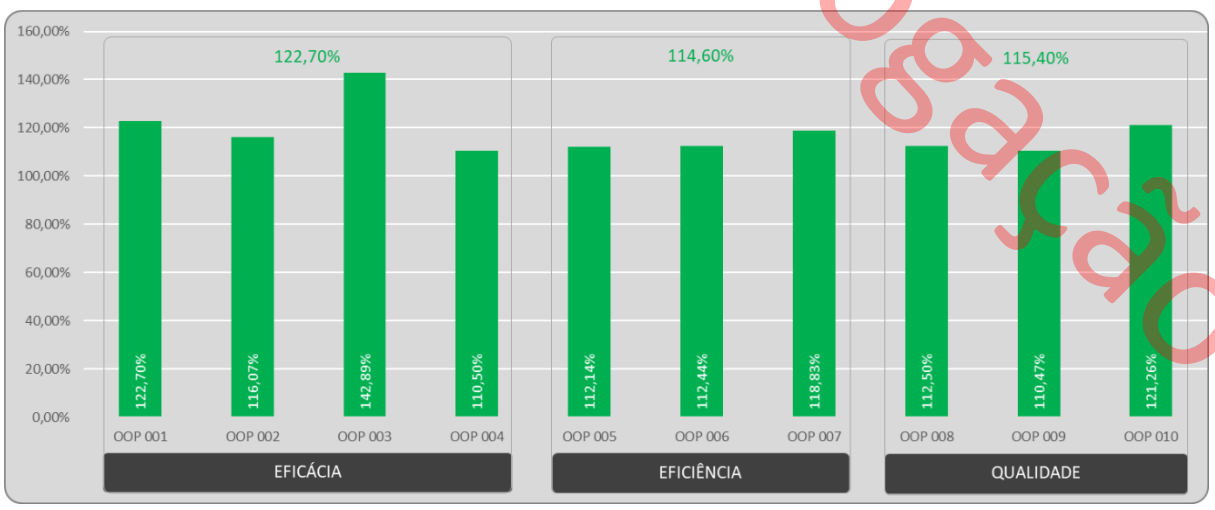


Figura 31 – Taxa de execução dos objetivos QUAR 2025

Aguarda Homologação

2.9.3. Grau de Execução por Indicador



Figura 32 – Taxa de execução dos indicadores QUAR 2025

2.9.4. Revisão de Objetivos Indicadores e Metas

Não houve revisão de metas em 2025.

2.9.5. Justificação dos Desvios

No presente ponto pretende-se apresentar as justificações dos indicadores com resultados iguais ou superiores a 125%, assim como todos os indicadores com resultados abaixo de 100%.

2.9.5.1. Resultados acima de 125%

I004 - N.º DE PESSOAS SENSIBILIZADAS EM AÇÕES SOBRE A CIDADANIA, NÃO DISCRIMINAÇÃO E DIREITOS HUMANOS:

Os resultados do indicador refletem a realidade atual da atividade da EPCPC, considerando a realização do 8.º e 9.º CPCPCDH e consequente aumento do efetivo da especialização.

Não foi solicitado uma revisão de metas devido à previsão que os resultados extrapolados até ao 3.º trimestre indicavam que a meta seria atingida entre os 100% e 125%.

Considerando o resultado obtido, existem impactos positivos externos.

I009 – N.º DE VÉICULOS FISCALIZADOS AFETOS AO TRANSPORTE DE MERCADORIAS PERIGOSAS

Durante as fiscalizações programadas verificou-se um aumento ligeiro no 4.º trimestre.

Não foi solicitado uma revisão de metas devido à previsão que os resultados extrapolados até ao 3.º trimestre indicavam que a meta seria atingida entre os 100% e 125%.

Considerando o resultado obtido, existem impactos positivos externos.

Ambiente Homologação

I012 – N.º DE PATRULHAS DE VIGILÂNCIA E CONTROLO DE FRONTEIRAS

Devido ao aumento do seu quadro de pessoal, derivado das competências atribuídas no âmbito do controlo da fronteira marítima, resultou num aumento significativo no patrulhamento.

Não foi solicitado uma revisão de metas devido à previsão que os resultados extrapolados até ao 3.º trimestre indicavam que a meta seria atingida entre os 100% e 125%.

Considerando o resultado obtido, existem impactos muito positivos externos

I013 – N.º DE ABORDAGENS A EMBARCAÇÕES EM AMBIENTE MARÍTIMO E FLUVIAL

Devido ao aumento da capacidade operacional com a disponibilidade dos meios navais e respetivas tripulações, resultou num aumento significativo nas abordagens a embarcações.

Não foi solicitado uma revisão de metas devido à previsão que os resultados se finalizassem entre os 100% e 125%.

Considerando o resultado obtido, existem impactos muito positivos externos.

I014 – N.º DE EMBARCAÇÕES MONITORIZADAS

Derivado da finalização da manutenção e consequente aumento da taxa de operacionalidade do SIVICC, foi possível aumentar o número de embarcações monitorizadas.

Não foi solicitado uma revisão de metas devido à previsão que os resultados extrapolados até ao 3.º trimestre indicavam que a meta seria atingida entre os 100% e 125%.

Considerando o resultado obtido, existem impactos muito positivos externos.

I015 – N.º DE OPERAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO NA FRONTEIRA MARÍTIMA E TERRESTRE

Devido ao aumento do seu quadro de pessoal resultou num maior número de operações de fiscalização.

Não foi solicitado uma revisão de metas devido à previsão que os resultados extrapolados até ao 3.º trimestre indicavam que a meta seria atingida entre os 100% e 125%.

Considerando o resultado obtido, existem impactos muito positivos externos.

I026 – TAXA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

Derivado a melhorias de implementação, gestão e controlo, permitiu que a meta estabelecida fosse ultrapassada, contudo, não foi solicitado uma revisão de metas devido à previsão que os resultados se finalizassem entre os 100% e 125%.

Considerando o resultado obtido, existem impactos positivos internos.

I032 – NÚMERO DE AÇÕES DE FORMAÇÃO CERTIFICADAS

Durante o ano transato foram realizadas mais formações do que o previsto inicialmente.

Não foi solicitado uma revisão de metas devido à previsão que os resultados extrapolados até ao 3.º trimestre indicavam que a meta seria atingida entre os 100% e 125%.

Considerando o resultado obtido, existem impactos positivos internos

Aguarda Homologação

I035 – INSPEÇÕES DE NATUREZA EXTRAORDINÁRIA

Como este tipo de inspeções dependem de fatores externos, houve a necessidade de realizar mais inspeções do que o inicialmente previsto.

Não foi solicitado uma revisão de metas devido à previsão que os resultados extrapolados até ao 3.º trimestre indicavam que a meta seria atingida entre os 100% e 125%.

Considerando o resultado obtido, existem impactos positivos internos e externos.

I040 – N.º DE CONTEÚDOS DISPONIBILIZADOS EM SUPORTE DIGITAL

Devido ao reforço de recursos humanos, permitiu que fosse ultrapassada a meta prevista inicialmente.

Não foi solicitado uma revisão de metas devido à previsão que os resultados extrapolados até ao 3.º trimestre indicavam que a meta seria atingida entre os 100% e 125%.

Considerando o resultado obtido, existem impactos positivos internos e externos.

I041 – N.º DE EXPOSIÇÕES, EVENTOS OU ATIVIDADES CULTURAIS REALIZADAS

Durante o ano transato foi possível rentabilizar recursos realizando mais exposições e eventos para além do que inicialmente foi planeado.

Não foi solicitado uma revisão de metas devido à previsão que os resultados extrapolados até ao 3.º trimestre indicavam que a meta seria atingida entre os 100% e 125%.

Considerando o resultado obtido, existem impactos positivos internos e externos.

2.9.6. Grau de Execução dos Recursos Humanos

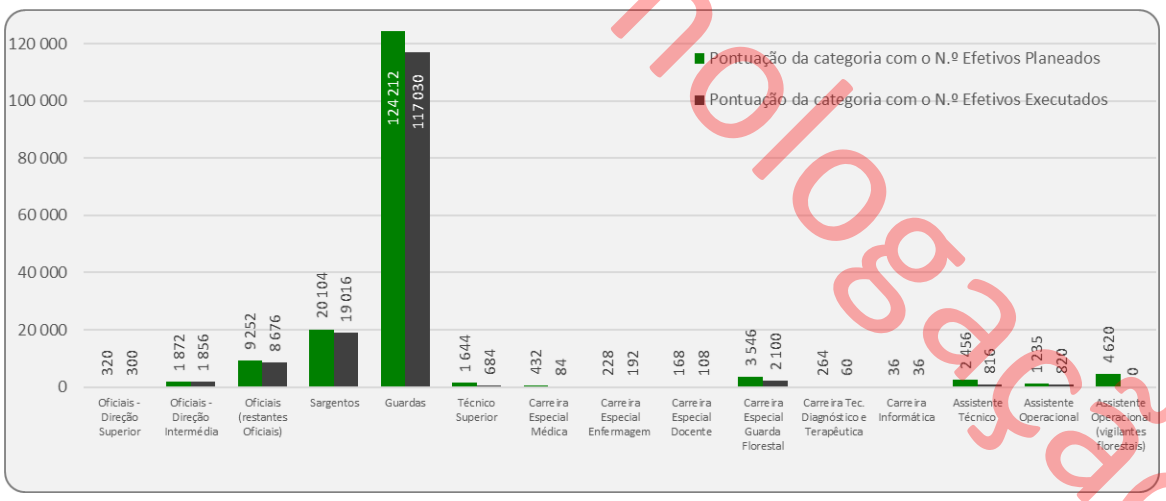


Figura 33 – Taxa de execução dos RH - Pontuação QUAR 2025

Aguarda Homologação

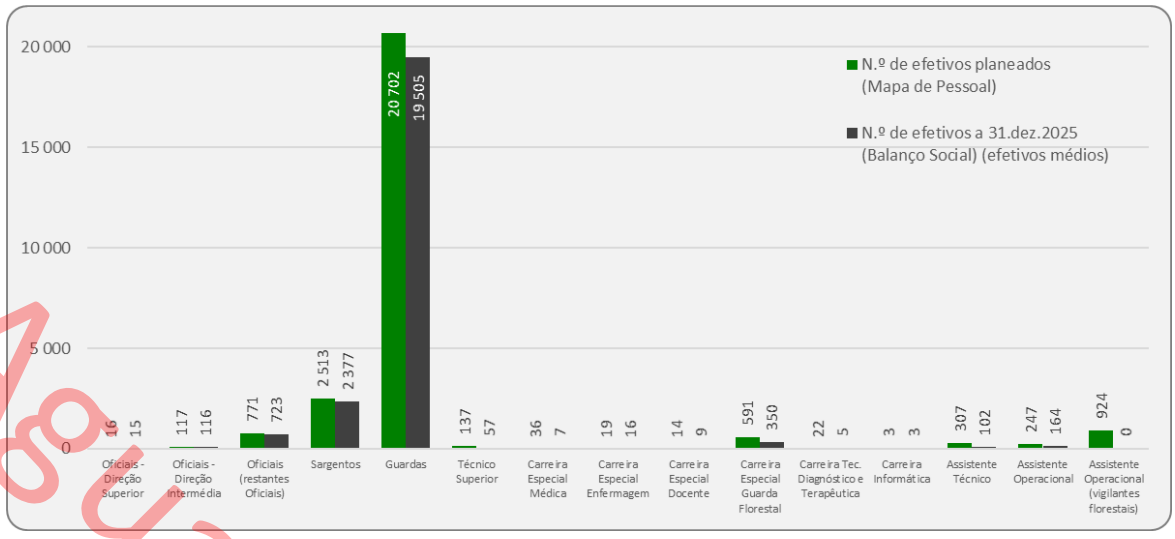


Figura 34 – Análise comparativa de RH planeados vs executados - QUAR 2025

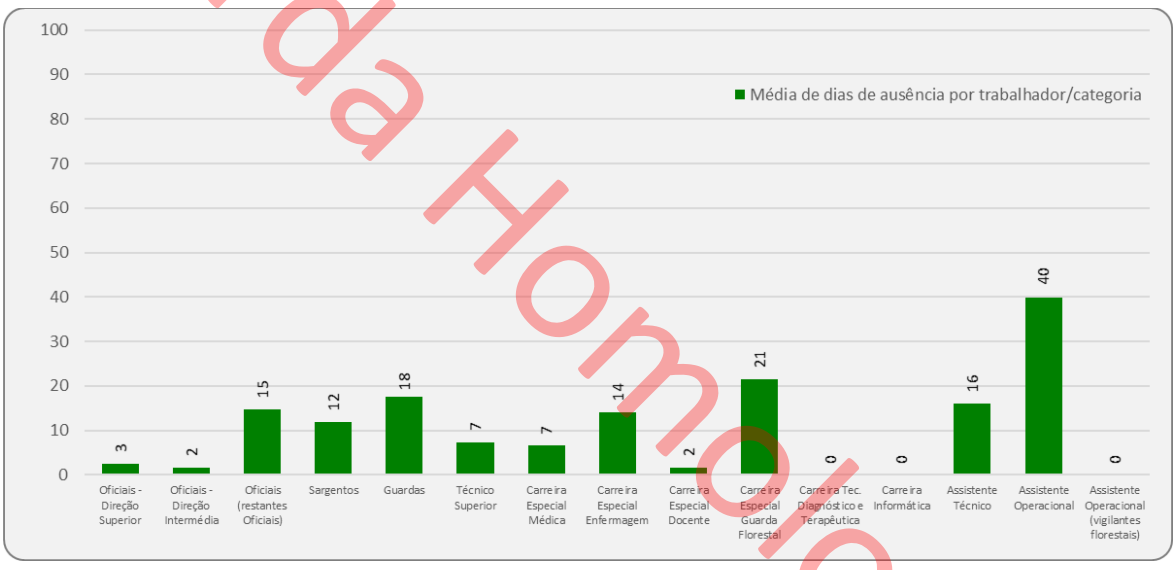


Figura 35 – Média de dias de ausência por trabalhador/categoria - QUAR 2025

Aguarda Homologação

2.9.7. Grau de Execução dos Recursos Financeiros

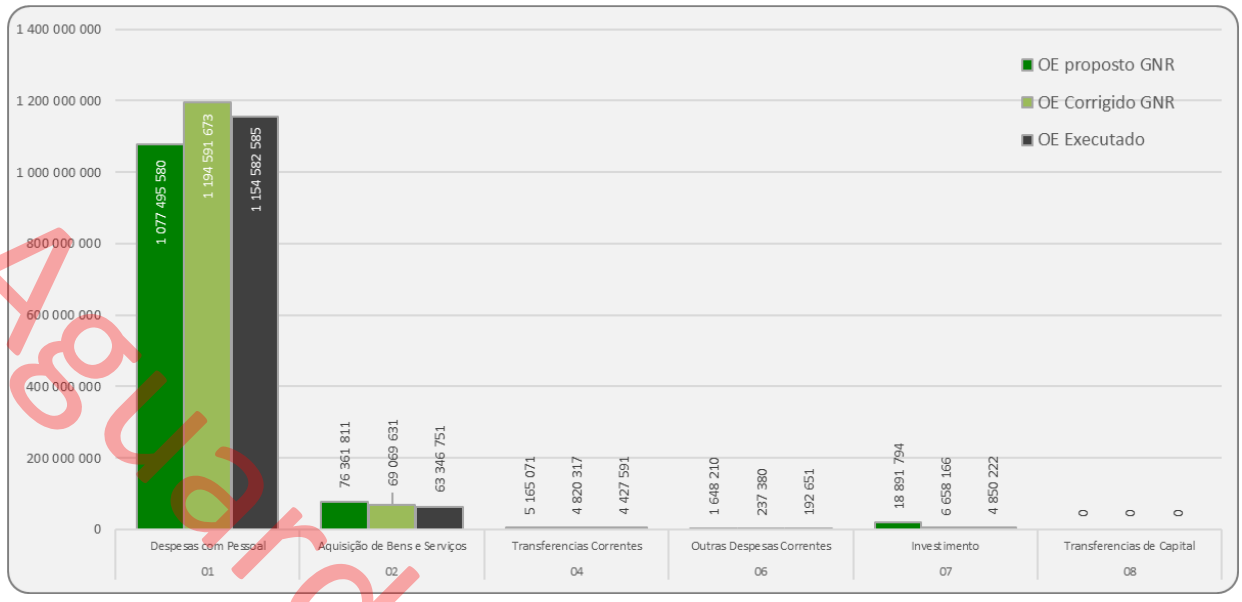


Figura 36 – Recursos Financeiros (Execução) - QUAR 2025

2.9.8. Análise da Produtividade

ÍNDICES	FÓRMULA DE CÁLCULO	CÁLCULO	RESULTADO
TAXA DE CONCRETIZAÇÃO GLOBAL DOS OBJETIVOS	MÉDIA PONDERADA DA TAXA DE REALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DE EFICÁCIA, EFICIÊNCIA E QUALIDADE	122,70% x 30% + 114,60% x 30% + 115,40% x 40%	117,35%
TAXA DE UTILIZAÇÃO DE RH	RH UTILIZADOS / RH PLANEADOS	26 419 x100 / 23 449	88,76%
ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE	TAXA DE CONCRETIZAÇÃO GLOBAL DOS OBJETIVOS / TAXA DE UTILIZAÇÃO DE RH	117,35% / 88,76%	132,21%

Figura 37 - Análise da produtividade - QUAR 2025

2.9.9. Análise Custo-Eficácia

ÍNDICES	FÓRMULA DE CÁLCULO	CÁLCULO	RESULTADO
TAXA DE CONCRETIZAÇÃO GLOBAL DOS OBJETIVOS	MÉDIA PONDERADA DA TAXA DE REALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DE EFICÁCIA, EFICIÊNCIA E QUALIDADE	122,70% x 30% + 114,60% x 30% + 115,40% x 40%	117,35%
TAXA DE UTILIZAÇÃO DE RF	DESPESA EXECUTADA / ORÇAMENTO CORRIGIDO	1 287 819 267 x100 / 1 233 556 011	95,79%
ÍNDICE DE RENTABILIDADE	TAXA DE CONCRETIZAÇÃO GLOBAL DOS OBJETIVOS / TAXA DE UTILIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS	117,35% / 95,79%	122,51%

Figura 38 - Análise de custo-eficácia - QUAR 2025

Aguarda Homologação

2.9.10. Principais Condicionantes da Atividade

Sem constrangimentos da atividade.

2.9.11. Análise das causas de incumprimento de ações ou projetos não executados ou com resultados insuficientes

Esta análise será apresentada, de forma detalhada, no Capítulo IV do presente relatório.

2.9.12. Monitorização do QUAR

Os objetivos constantes do QUAR da GNR foram alvo de monitorização trimestral e sustentam-se nos documentos descritos no ponto 2.7. Fontes de Verificação, que identifica as fontes de verificação dos indicadores QUAR. O reporte de monitorização foi realizado a nível interno, foram realizadas reuniões de apresentação e de acompanhamento do QUAR com os diversos Órgãos e Unidades orgânicas intervenientes.

Aguarda Homologação

3. Apreciação dos serviços prestados

3.1. Inquéritos e Questionários de satisfação e audição de dirigentes intermédios e demais trabalhadores na autoavaliação do serviço

O artigo 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, define os moldes em que deve ser realizada a autoavaliação do Serviço, e cujo detalhe procura aferir com rigor, não só os resultados alcançados e os desvios verificados de acordo com o QUAR previamente estabelecido, mas também a medida em que esses resultados conferiram uma perceção e impacto de quantidade e qualidade dos serviços prestados junto dos seus *stakeholders*.

Por esse propósito, a legislação e as estruturas com atribuições em matéria de planeamento, estratégia e avaliação, conferem uma importância acrescida à manifestação dos utentes, colaboradores e dirigentes, sugerindo que, em sede de autoavaliação, cada organismo promova a apreciação, por parte dos utilizadores, da quantidade e qualidade dos serviços prestados, bem como a audição de dirigentes intermédios e demais trabalhadores, sugerindo-se para o efeito a metodologia utilizada, período de realização do inquérito/questionário, dimensão da amostra, taxa de respostas e nível de satisfação apurado.

Contudo, considerando a especificidade da GNR e da função policial, resultante da missão e atribuições, não é evidentemente possível proceder à audição dos utentes/utilizadores nos moldes sugeridos, isto porque a própria realidade dos demais serviços e organismos do Estado é bastante diferente das especificidades de uma organização militar que promove a segurança das pessoas e bens.

Repare-se, a propósito, que a legislação dá particular importância nesta apreciação aos serviços prestadores de serviços a utilizadores externos, numa lógica de fornecedor/prestador de serviços ou bens (que neste caso cumpre ao próprio Estado desenvolver), e, por outro lado, ao cliente/utente/beneficiário, numa relação por norma não conflituante.

No caso específico da GNR, ou qualquer outra Força de Segurança, a relação entre o prestador e o prevaricador é potencialmente conflituante, pelo que a apreciação deste será tendencialmente negativa em relação ao prestador e ao serviço prestado, de que beneficia, por regra a generalidade da população. Quanto às populações, sabido que as suas opiniões são altamente influenciadas por fatores subjetivos, designadamente pelo sentimento ou sensação de segurança, e sendo certo que tal não tem correspondência direta com o melhor ou pior serviço prestado pelas Forças de Segurança, não se vislumbra credível a sua auscultação sem o adequado estudo que permita dirimir os efeitos perversos associados.

De igual forma, a audição de dirigentes intermédios e demais trabalhadores sugerida, não é passível de aplicação imediata, quer pela própria dimensão da população alvo de amostra (cerca de 23.000 militares e civis em funções), exigindo meios tecnológicos auxiliares para a sua concretização, quer pela necessidade da manutenção da coesão e da disciplina, uma vez que a natureza militar obriga ao exercício da ação de comando, por vezes conflituante com os interesses pessoais dos indivíduos, em prol dos superiores interesses coletivos da Organização e do País.

Acresce referir que para ambos os casos (audição de *stakeholders* internos e externos), a dimensão da amostra é tal que seria incomportável a realização dessa audição com recurso a meios internos, havendo, por esse motivo, necessidade de se recorrer ao mercado especializado para garantir o cumprimento desse pequeno quesito, com os elevados custos que certamente lhe estão associados e que por, força das rigorosas regras orçamentais ao nível da despesa do Estado, a GNR não possui nem lhe é possível desviar mais recursos financeiros para atividades que são marginais ao seu *core business*.

Importa ainda referir que a própria Tutela tem consciência das dificuldades subjacentes a este exercício de avaliação, o que determinou a dispensa de tal exercício nos Relatórios de Atividades anteriores. Destaque-se aliás o papel determinante da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna (SGMAI) em organizar diversas iniciativas junto dos parceiros, onde necessariamente se incluem as FSS, no sentido de identificar o conjunto de benefícios, mas também de dificuldades, que a avaliação dos *stakeholders* comporta.

Entre essas iniciativas merecem particular evidência as diversas conferências, seminários, e *workshops* realizados, subordinados às complexas temáticas inerentes à «medição do desempenho policial» e «qualidade e certificação dos serviços prestados pelas FSS», de onde se extraíram conclusões valiosas para promover à perceção e impacto de quantidade e qualidade dos serviços prestados junto dos *stakeholders*.

Em tal contexto, e apesar das ações que foram sendo desenvolvidas, compreendendo a importância da apreciação interna e externa dos serviços prestados por qualquer Organização, mas querendo fazê-lo num quadro de rigor e com uma base científica, o Comando da GNR decidiu, no âmbito do presente Relatório de Autoavaliação, não proceder ao exercício de avaliação, por parte dos *stakeholders*, relativamente aos serviços prestados pela Instituição.

3.2. ESTRATÉGIA DE QUALIDADE

À IG, no respetivo conjunto de atividades, cumpre assegurar a visão delineada pelos instrumentos estratégicos de gestão e de planeamento que, dentro da GNR, expõem linhas e objetivos de orientação claros que corporizam a visão, a missão, os valores e princípios que, por sua vez, dão o necessário sentido de Unidade, Responsabilidade e Pertença comuns, como se infere da Estratégia da Guarda - EG2025.

De igual modo, na senda do preconizado pelo Plano Estratégico da Guarda (PEG) 2025, a ação inspetiva é uma das faces visíveis no que respeita ao levantamento das necessidades e na monitorização e controlo dos objetivos de melhoria, otimização e certificação do atendimento ao cidadão, através da implementação do SGQ, como um elemento fulcral da necessária articulação entre os processos de formação, atividade operacional, apoio, controlo e de avaliação (e melhoria contínua) do serviço prestado aos cidadãos que servimos.

É, pois, no campo da Estratégia Parcelar 8 – Estratégia para a Qualidade, que resultam três OOp, para os quais a IG concorre diretamente para a respetiva prossecução:

OOp n.º 39 – Implementar dinâmicas de Qualidade;

OOp n.º 40 – Otimizar o atendimento ao cidadão;

OOp n.º 41 – Racionalizar e sistematizar as atividades e as práticas administrativas.

Aguarda Homologação

Ainda, referente ao SGQ da GNR, em particular, no que se refere ao seu Projeto de Certificação do Processo de Atendimento da GNR ao cidadão, em virtude do financiamento do Fundo Social Europeu (FSE), no âmbito da modernização administrativa ter terminado, provocou um enorme constrangimento à sua boa continuidade, designadamente, porque ficaram inviabilizadas as respetivas Auditorias de Acompanhamento e por conseguinte a respetiva renovação das certificações.

3.3. MENÇÕES DE ENTIDADES EXTERNAS

Através do Gabinete do General Comandante-Geral (GGCG), no ano de 2025, a GNR recebeu vários louvores/elogios/agradecimentos de várias entidades externas, instituições/organismos e serviços públicos, derivado à excelente colaboração prestada, onde se destaca alguns, por ordem cronológica:

- 03 de janeiro de 2025 – Agradecimento do Presidente da Câmara Municipal de Belmonte pelo esforço e pelo excelente trabalho realizado pela GNR nos dias 25 e 26 de dezembro de 2024, na visita do Sr. Embaixador de Israel e esposa a Belmonte;
- 13 de janeiro de 2025 – Agradecimento da Santa Casa de Misericórdia de Lisboa pelo excelente trabalho desenvolvido em prol do combate ao jogo ilegal;
- 19 de janeiro de 2025 – Agradecimento do Centro Cultural Emmérico Nunes de Sines, transmitindo o apreço e louvor que a patrulha de serviço merece, por, no dia 17 de janeiro de 2025, ter acorrido com prontidão a um pedido feito no Posto da GNR, pelas 23:30 horas, para efetuarem vistoria ao edifício do Centro Cultural, por suspeitas de estranhos a dormir no seu interior, onde há vários móveis e obras de arte de valor;
- 21 de janeiro de 2025 – Agradecimento do Chefe do Serviço de Finanças de Nisa, enaltecendo o profissionalismo dos militares que se encontravam de serviço de patrulha, no dia 17 de janeiro, pelas 00:15 horas, quando o alarme foi acionado e a porta do Serviço de Finanças se entreabriu, alertaram o responsável e o acompanharam o local para regularizar a situação;
- 07 de fevereiro de 2025 – Agradecimento da Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna, na sequência da Visita de Verificação Policial, no âmbito da missão de Avaliação *Schengen* a Portugal pela Comissão Europeia, que decorreu de 27 a 30 de janeiro de 2025, sob a égide do Sistema de Segurança Interna, coordenada pela *Task Force* para a avaliação *Schengen* a Portugal, manifestando o seu agradecimento e disponibilidade, interesse e inexcedível colaboração evidenciada por todos os elementos que participaram na referida visita, e que muito contribuiu para alcançar o melhor resultado para Portugal;
- 17 de fevereiro de 2025 – Agradecimento da Direção Regional de Conservação da Natureza e Florestas de Lisboa e Vale do Tejo, expressando profundo agradecimento pela colaboração e pelo trabalho conjunto que foi desenvolvido ao longo deste período, em que a cooperação foi essencial para enfrentar desafios e promover soluções sustentáveis na conservação da natureza e na gestão do património florestal;
- 26 de fevereiro de 2025 – Agradecimento da Companhia das Lezírias, pela admirável e sempre marcante presença da Charanga a Cavalo da GNR e da Guarda de Honra, nas comemorações da elevação do património da humanidade da Arte Equestre, que se realizou no dia 23 de fevereiro de 2025, na Coudelaria Alter Real;
- 03 de março de 2025 – Agradecimento do Agrupamento de Escolas de Silves, pela partilha, por parte da GNR – Secção *Explosive Ordenance Disposal*, de conhecimentos sobre inativação de engenhos explosivos que foi de extrema importância para a consciencialização dos jovens sobre a segurança e os procedimentos adequados a

Aguarda Homologação

situações problemáticas, agradecendo não apenas o profissionalismo demonstrado, mas também o comprometimento e a dedicação na missão de proteger e educar a comunidade educativa;

- 11 de março de 2025 – Agradecimento do Coordenador Municipal de Proteção Civil de Castelo Branco, pelo empenho e dedicação demonstrados durante a realização das comemorações do "Dia Internacional da Proteção Civil", cuja presença foi fundamental para o sucesso das celebrações e para consciencialização da comunidade sobre a importância da proteção civil;
- 11 de março de 2025 – Agradecimento do Maratona Clube de Portugal, pelo apoio inestimável na realização da EDP Meia Maratona de Lisboa, da Vodafone 10K e de todas as provas realizadas no fim de semana de 8 e 9 de março de 2025;
- 12 de março de 2025 – Agradecimento do Clube de Atividades de Lazer e Manutenção, de Tomar, por todo o apoio prestado na 41.ª Edição da prova de atletismo – 3 Léguas do Nabão, cujo modelo de segurança implementado se revelou totalmente adequado, o que motivou a recessão de referências elogiosas quanto ao nível da segurança e atenção sentidos pelos participantes;
- 13 de março de 2025 – Agradecimento da Diretor do estabelecimento Prisional de Elvas, pelo rápido auxílio prestado no dia 6 de março de 2025, pelas 18:30 horas, na captura de um recluso evadido, cujo trabalho de equipa, realizado com sucesso, permitiu que o recluso, decorridos poucos minutos, regressasse ao Estabelecimento Prisional;
- 17 de março de 2025 – Agradecimento da Associação de Futebol de Bragança, expressando o mais sincero agradecimento e reconhecimento ao excelente trabalho realizado pelas Forças de Segurança durante a *Final Four* da Taça Distrital AF Bragança Futsal, cuja sua presença e atuação foram fundamentais para garantir que tudo decorresse de forma segura, organizada e tranquila, permitindo que todos os participantes desfrutassem do evento com a máxima tranquilidade;
- 17 de março de2025 – Voto de Reconhecimento e Louvor da Câmara Municipal de Almada, pela forma profissional na organização, acolhimento e participação no exercício internacional *EU MODEX PT 25*, no período entre 27 e 31 de janeiro de 2025;
- 19 de março de 2025 – Agradecimento da Câmara Municipal de Setúbal, pela participação da GNR na campanha "Temos Direito aos Nossos Direitos", cujo contributo foi fundamental para concretização da iniciativa;
- 21 de março de 2025 – Agradecimento da Diretoria do Norte da Polícia Judiciária, pela inestimável colaboração prestada pela GNR na localização de jovem desaparecida, reconhecendo-se a imediata disponibilidade e o elevado profissionalismo demonstrados, que permitiram o sucesso desta ação, evitando um previsível suicídio;
- 22 de março de 2025 – Agradecimento da Junta de Freguesia de São Martinho das Amoreiras, pela pronta operação que foi montada na sequência do furto de uma viatura da referida junta de freguesia, que permitiu que, em menos de uma hora, a viatura fosse recuperada e três dos suspeitos fossem detidos;
- 31 de março de 2025 – Agradecimento da Paróquia de Tondela, pela força destacada de agentes, durante a realização da Via Sacra Pública, que acompanhou e velou pela ordem na via pública e pela segurança dos participantes, prestando um serviço dedicado e exemplar;
- 21 de abril de 2025 – Agradecimento da Câmara Municipal de Sintra, pelo sucesso da "Operação Páscoa", manifestando o reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pelos agentes, tendo em conta o envolvimento e

Aguarda Homologação

espírito de missão de todo o corpo da GNR, cujo empenho foi fundamental para a segurança de todos quanto visitaram Sintra;

- 28 de abril de 2025 – Agradecimento do Agrupamento de Escolas de Alcochete, expressando o sincero agradecimento à equipa da Escola Segura pelo profissionalismo, empenho e dedicação demonstrados durante a dinamização das sessões junto dos alunos, cuja abordagem pedagógica, clara e envolvente, contribuiu de forma significativa para a sensibilização dos jovens sobre temas essenciais à sua segurança e cidadania;
- 07 de maio de 2025 – Agradecimento da Câmara Municipal de Manteigas, relativamente à estimada colaboração da UEPS Montanha na atividade "Férias Altamente – Páscoa 2025", que decorreu entre os dias 7 e 17 de abril de 2025, que em muito contribuiu para o êxito do evento;
- 15 de maio de 2025 – Agradecimento do Grupo de Peregrinos "Contigo, Caminhamos na Esperança", por todo o apoio prestado pela GNR de Aljustrel ao grupo de peregrinos da paróquia do Santíssimo Salvador e de Nossa Senhora do Castelo, durante a peregrinação a pé a Fátima;
- 22 de maio de 2025 – Agradecimento do Automóvel Club de Portugal, elogiando o trabalho efetuado por todos os elementos da GNR que estiveram empenhados no "Vodafone Rally de Portugal 2025, cujo empenho, com elevado grau de profissionalismo dos militares, fez com que o Rally fosse um enorme sucesso, não só ao nível desportivo, mas também na imagem positiva de Portugal que passou para mais de 150 países;
- 24 de maio de 2025 – Agradecimento do Sporting Clube de Portugal, por toda a disponibilidade, colaboração e profissionalismo demonstrados para com a equipa de Futebol Profissional, ao longo da época 2024/2025, cujos préstimos da GNR possibilitaram o desempenho das suas missões a contento;
- 16 de julho de 2025 – Agradecimento do Tribunal Judicial da Comarca de Leiria, pela colaboração prestada na realização de diligência de serviço externo, enaltecendo, fortemente, o imaculado sentido de missão e notável profissionalismo empregues ao longo dos trabalhos da diligência;
- 23 de julho de 2025 – Agradecimento da Câmara Municipal de Viseu, expressando o seu reconhecimento a todos os militares da GNR que contribuem diariamente para a segurança de todos, contribuindo para os recentes dados estatísticos que revelam uma diminuição dos crimes no concelho, sendo a segurança um dos fatores de avaliação do galardão da Melhor Cidade para Viver em Portugal;
- 25 de agosto de 2025 – Agradecimento da Câmara Municipal de Sernancelhe, pela colaboração no combate aos incêndios florestais que afetaram o concelho nos dias 13, 14, 15, 16, 17 e 18 de agosto de 2025, cuja presença da GNR no terreno foi notada, foi sensibilizadora, foi proativa e fundamental para que as populações não se sentissem tão isoladas, manifestando o sentido agradecimento e reconhecimento;
- 09 de outubro de 2025 – Agradecimento da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, expressando o mais sincero e profundo agradecimento a todos quantos se empenharam na resposta ao incêndio rural que teve início no dia 21 de setembro de 2025, no concelho de Aljezur, e se estendeu ao concelho de Lagos, tendo sido dado como dominado no dia 24 de setembro de 2025, cujo empenho, o profissionalismo e o espírito de missão demonstrados por todos os militares da GNR se traduziram num contributo inestimável para a segurança das populações, dos seus bens e do património natural da região;
- 20 de outubro de 2025 – Agradecimento do Comandante do Regimento de Apoio Militar de Emergência, pela valiosa colaboração da GNR de Abrantes no exercício prático do Curso de Cooperação Militar-Civil – Nível Tático,

Aguarda Homologação

cuja participação dos militares da GNR foi essencial para o realismo e sucesso da atividade, contribuindo de forma exemplar para o fortalecimento da cooperação entra as Forças Armadas e as Forças de Segurança;

- 31 de outubro de 2025 – Agradecimento da Unidade Nacional Contraterrorismo da Polícia Judiciária, pela prestimosa colaboração dos militares da GNR, no dia 24 de outubro de 2025, resultando na interceção de 6 viaturas e identificação de 41 indivíduos, tudo fazendo para acolher com dignidade todos os indivíduos e viaturas a identificar, de forma a que se pudesse cumprir com todas as diligências em plenas condições de segurança;
- 13 de novembro de 2025 – Agradecimento da Direção do Núcleo Regional de Aveiro da Liga Portuguesa Contra o Cancro, a disponibilidade e colaboração no que concerne à vigilância e segurança prestada aos voluntários que realizaram o peditório de rua, de 30 de outubro a 2 de novembro de 2025;
- 15 de dezembro de 2025 – Agradecimento da Embaixada da Turquia, pela hospitalidade prestada pela GNR à delegação *Gendarmarie* Turca, no âmbito do EUROGENDFOR *High-Level Interdepartmental Committee Meeting*, realizada em Cascais de 10 a 12 de dezembro de 2025;
- 17 de dezembro de 2025 – Agradecimento da Secretaria-Geral do MAI, pelo apoio prestado pela GNR durante a *EU-MENA Countries Ministerial Conference*, cujo profissionalismo, o empenho e a permanente disponibilidade demonstradas foram determinantes para o sucesso do evento, tanto através da colaboração operacional no terreno como na cedência e gestão dos meios de transporte, articuladas com grande rigor e sentido de missão, que contribuíram de forma decisiva para garantir a segurança, a fluidez e a organização de todas as atividades.

4. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

Toda a atividade de gestão exige, para a concretização da sua eficácia, um bom sistema de controlo, sendo ambos os sistemas, o de gestão e o de controlo, indissociáveis. O controlo financeiro da AP designa toda a forma de controlo das Finanças Públicas (património, rendimentos, receitas, despesas, orçamento, contabilidade e tesouraria) que tenha por objetivo e critério verificar se a atividade financeira obedece aos princípios, normas ou regras de legalidade e regularidade que a regem e verificar se realiza os seus objetivos e resultados esperados, segundo critérios económicos ou técnicos de boa gestão (economia, eficácia, eficiência e equidade).

Aguarda Homologação

A publicação do Decreto-Lei n.º 166/98, de 25 de junho, veio dar corpo ao Sistema de Controlo Interno (SCI), um sistema progressista e moderno, onde o Controlo Interno ou Administrativo, consiste na verificação, acompanhamento, avaliação e informação sobre a legalidade, regularidade e boa gestão relativamente a atividades, programas, projetos ou operações de entidades de direito público ou privado, com interesse no âmbito da gestão ou tutela governamental, em matéria de finanças públicas e outros interesses financeiros público, nos termos da Lei[9].



Figura 39 – Sistema de Controlo da AP[10] (adaptado: Manual de Auditoria Tribunal de Contas)

O SCI encontra-se colocado na dependência do Governo e em articulação com o Ministério das Finanças (MF), compreendendo o domínio orçamental, económico, financeiro e patrimonial, e visa assegurar o exercício coerente e articulado do controlo no âmbito da AP. Está organizado em três níveis, para que cada nível controle o anterior, constituindo-se assim uma rede, que se pretende fiável e exaustiva, de controlo interno.

O 1.º nível do controlo interno é exercido por órgãos especializados, dotados de independência técnica, mas inseridos na estrutura interna da organização, que no caso da GNR é assegurado pela IG, funcionando na dependência direta do Comandante-Geral, sendo o órgão responsável pelo desenvolvimento de ações inspetivas e de auditoria ao nível superior da GNR, competindo-lhe apoiar o Comandante-Geral no exercício das suas funções de controlo e avaliação da atividade operacional, da formação, da administração dos meios humanos, materiais e financeiros e do cumprimento das disposições legais aplicáveis e dos regulamentos e instruções internos, bem como no estudo e implementação de normas da Qualidade.

A adoção de uma estratégia da Qualidade no seio institucional visa, em primeira linha e de uma forma agregada, a melhoria contínua do serviço prestado à Sociedade, com especial enfoque no cidadão. É para o cidadão que o principal compromisso da GNR se dirige. Neste contexto, a GNR tem uma atuação proativa, de visibilidade, e preventiva, de auxílio e proteção, recorrendo a todos os meios legítimos para prevenir e evitar a prática de ilícitos criminais e contraordenacionais.

[9] Cfr. Artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 166/98, de 25 de junho.

[10] A articulação dos sistemas de controlo interno e externo constitui um importante meio para assegurar a eficiência do sistema global de controlo e a transparência de processos.

Aguarda Homologação

A GNR procura em permanência manter um relacionamento adequado com os cidadãos, usando correção, cortesia e boa conduta, preservando a confiança e prestando auxílio, informação e esclarecimento. Nesta ótica, no âmbito da certificação prevista pela norma ISO 9001:2015 - SGQ, a GNR iniciou a implementação de um Sistema de Gestão de Qualidade para o atendimento ao cidadão no PTer, sendo o mesmo financiado com o recurso a financiamento comunitário.

Também o Departamento de Recursos Financeiros (DepRF), através da Divisão de Controlo Interno, desenvolve atividades de controlo interno e auditorias no âmbito da administração financeira da GNR, embora sob a cúpula do Comando da Administração dos Recursos Internos (CARI). Este último, por sua vez, assegura o comando e a direção da atividade da GNR nos domínios da gestão dos RH, materiais e financeiros.

À Divisão de Controlo Interno cumpre, entre outras atribuições, promover a uniformidade da administração financeira da GNR, garantindo a coordenação e o apoio adequado aos órgãos e serviços de si dependentes tecnicamente, bem como exercer a autoridade técnica, avaliar o funcionamento e a fiabilidade dos processos de controlo interno e a realização de auditorias no âmbito da administração financeira, propondo, sempre que se justifique, a realização de inspeções ou auditorias com recurso a entidades internas ou externas. Compete, ainda, à Divisão de Controlo Interno, colaborar com a IG nas inspeções, avaliações, auditorias, sindicâncias e perícias a realizar no domínio financeiro.

A Lei Orgânica da GNR (LOGNR), estabeleceu ainda um conjunto de órgãos, que apesar de nem todos eles integrarem o SCI, que se mostram competentes para exercerem um controlo interno efetivo da atividade prosseguida pela GNR no quadro da sua Missão e atribuições legais, bem como das atividades cometidas aos militares e civis que nela prestam serviço. Falamos concretamente dos Órgãos de Conselho - Conselho Superior da Guarda (CSG), o Conselho de Ética, Deontologia e Disciplina (CEDD) e a Junta Superior de Saúde (JSS), e ainda não menos importante, da Direção de Justiça e Disciplina (DJD), a quem, entre outras atribuições, compete apoiar o Comandante-Geral na administração da justiça e da disciplina da GNR, sendo por esse motivo, órgãos com uma importância singular na condução e manutenção da disciplina e coesão militar.

Sem prejuízo de no presente ponto se apresentarem as principais atividades desenvolvidas pelos órgãos internos de inspeção e auditoria, será realizado um breve percurso visando a aferição do Ambiente de Controlo, estrutura organizacional, atividades e procedimentos de controlo administrativo e relativamente à Fiabilidade dos Sistemas de Informação.

4.1. AMBIENTE DE CONTROLO

4.1.1. VALORIZAÇÃO DE VALORES ÉTICOS E DE CONDUTA

O alinhamento dos valores corporativos com a missão e com a visão da GNR são um fator determinante para o fortalecimento e desenvolvimento de uma nova cultura organizacional em busca da excelência. Decorrente do que anteriormente foi exposto relativamente aos valores prosseguidos pela GNR, importa salientar que estes brotam do seu objeto e têm como pressuposto fundamental a condição militar e a afinidade com a cultura militar, assumindo uma forte cultura organizacional, assumindo uma história, tradições, símbolos, condutas e virtudes próprios que diferenciam a GNR, dos demais Organismos da AP e dos seus congéneres nacionais e internacionais.

Consciente desta realidade diferenciadora, a GNR aposta na valorização destas condutas éticas à atividade diária dos seus colaboradores, alinhando-os com a sua divisa «Pela Lei, Pela Grei», reforçando a sua cultura organizacional, em busca da excelência na sua atuação na defesa dos direitos e liberdades dos cidadãos, garantindo a legalidade e os mais elevados padrões de segurança e de tranquilidade públicas, nas respetivas áreas e nas matérias da sua responsabilidade, permitindo a concretização do mais alto compromisso assumido na visão estabelecida na EG2025 – Uma Estratégia Centrada nas Pessoas.

Aguarda Homologação

A condição militar é garante de uma entrega total, uma exigência constante de disponibilidade, de frequente renúncia a comodismos, de sacrifícios sem conta e, muitas vezes, com enormes incompreensões, a que se associa a prossecução de um ideal de servir. Há valores éticos e restrições voluntariamente assumidas que não têm paralelo em qualquer outra Instituição, de que o juramento de doação da vida pela Pátria e a disponibilidade permanente, sem restrições, são aspetos únicos da condição militar.

Considerando a extrema importância dos valores e compromissos institucionais com a Qualidade como fator determinante para a melhoria do serviço prestado à sociedade e ao cidadão, a GNR mantém em vigor a Carta da Qualidade da GNR, no quadro da sua Estratégia para a Qualidade.

4.1.2. CONTROLOS FINANCEIROS EFETIVOS

Na moderna gestão pública, a concretização da sua eficácia e um bom sistema de controlo são indissociáveis.

O controlo financeiro da AP designa toda a forma de controlo das Finanças Públicas (património, rendimentos, receitas, despesas, orçamento, contabilidade e tesouraria) que tenha por objetivo e critério, verificar se a atividade financeira obedece aos princípios, normas ou regras de legalidade e regularidade que a regem e verificar se realiza os seus objetivos e resultados esperados, segundo critérios económicos ou técnicos de boa gestão (economia, eficácia, eficiência e equidade).

No que diz respeito à constituição do órgão responsável pelo controlo da legalidade, a LOGNR define que o controlo interno é exercido por órgãos especializados, dotados de independência técnica, mas inseridos na estrutura interna da organização.

O órgão que detém essa alta competência é a IG, funcionando na dependência direta do Comandante-Geral, sendo o órgão responsável pelo desenvolvimento de ações inspetivas e de auditoria ao nível superior da GNR, competindo-lhe apoiar o Comandante-Geral no exercício das suas funções de controlo e avaliação da atividade operacional, da formação, da administração dos meios humanos, materiais e financeiros, e do cumprimento das disposições legais aplicáveis e dos regulamentos e instruções internos, bem como no estudo e implementação de normas de qualidade.

Além da IG, o DepRF tem a responsabilidade de assessorar o Comandante do CARI no cumprimento das leis e normas da contabilidade pública, elaborar propostas orçamentais, dirigir e fiscalizar a execução dos orçamentos e, orientar e apoiar tecnicamente todos os órgãos de gestão financeira.

Este Departamento, através da Divisão de Controlo Interno (DCI), promove a uniformidade da administração financeira da GNR, garantindo a coordenação e o apoio adequado aos órgãos e serviços de si dependentes tecnicamente, bem como, o exercício da autoridade técnica e a realização de auditorias no âmbito da administração financeira, propondo, sempre que se justifique, a realização de auditorias com recurso a entidades internas ou externas, colaborando, ainda, com a IG na auditoria dos procedimentos e da gestão financeira dos demais serviços e das Unidades/Comandos/Órgãos (UCO) da GNR.

A DCI contribui, também, para a elaboração do Plano de Gestão de Risco de Corrupção e Infrações Conexas, mediante a identificação de riscos e indicação das medidas a adotar para prevenir a sua ocorrência, em matérias do âmbito da gestão dos recursos financeiros.

CONTROLOS INTERNOS

Ao nível do controlo interno, anualmente, são aprovados o Plano de Auditorias Internas do DepRF/DCI, bem como o Plano de Auditorias Multidisciplinares a realizar pelo CARI, estabelecendo os objetivos gerais e específicos pretendidos.

OBJETIVOS GERAIS

Como objetivos gerais das auditorias internas, temos:

Aguarda Homologação

- Reforçar o SCI da GNR, procurando assegurar a conformidade, integridade e tempestividade da informação, bem como a salvaguarda dos ativos e ainda a prevenção e deteção de erros e omissões;
- Fornecer apoio técnico e de gestão, garantindo a conformidade com as políticas, planos, procedimentos, leis e regulamentos a que a organização se encontra sujeita;
- Proceder a ações formativas "*on the job*", orientadas para o saber fazer (vertente prática), sempre que, na presença de situações não conformes, seja tecnicamente viável; e
- Registar as boas práticas processuais detetadas, para elaborar um repositório organizacional, com a consequente partilha de conhecimento, por forma a melhorar e normalizar os processos organizacionais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos das auditorias foram os seguintes:

- Avaliar a conformidade dos procedimentos e processos desenvolvidos nas Secções de Recursos Logísticos e Financeiros, com a lei e com os normativos internos, no âmbito da contabilidade pública;
- Apoiar os Órgãos auditados nas áreas identificadas como pontos fracos;
- Transmitir orientações corretivas; e
- Desenvolver metodologias e procedimentos de controlo interno.

O Plano de Auditorias Internas do DepRF/DCI, aprovado para 2025, previa a realização de três auditorias de âmbito financeiro. Da execução do referido Plano confirma-se realização das seguintes auditorias:

ENTIDADE	AÇÕES DESENVOLVIDAS
DepRF/DCI	USHE CTer de Évora CTer de Coimbra

Figura 40 – Auditorias internas realizadas pelo DRF/DCI em 2025

Na sequência da Recomendação 3, ponto 159, do "Relatório n.º 28/09 – 2.ª S – Auditoria aos sistemas de gestão e de controlo no âmbito dos investimentos da GNR – Ano 2007", do Tribunal de Contas, o CARI tomou a iniciativa de criar auditorias multidisciplinares.

Assim, no cumprimento do Plano de Auditorias Internas Multidisciplinares para 2025, foram realizadas as auditorias internas multidisciplinares às seguintes Unidades da GNR:

ENTIDADE	AÇÕES DESENVOLVIDAS
DepRF/DRL/DepRH/DSAD	UNT Centro Clínico UI

Figura 41 – Auditorias multidisciplinares realizadas pelo CARI em 2025

Aguarda Homologação

CONTROLOS EXTERNOS

No âmbito do Programa Trienal da 2.ª Secção – 2020-2022, aprovado pelo Plenário da 2.ª Secção do Tribunal de Contas, através da Resolução n.º 1/2019 – 2.ª S, de 19 de dezembro, e que integrou os Programas de Fiscalização (PF) de 2021 e 2022, aprovados pela Resolução n.º 5/2019 – 2.ª S e n.º 1/2021 – 2.ªS, de 19 de dezembro, de 3 de dezembro e 1 de dezembro, respetivamente[11], foi realizada uma Auditoria Financeira pelo Tribunal de Contas às contas da GNR, respeitantes ao ano de 2020.

A Auditoria iniciou-se em 4 de dezembro de 2020 e teve como objetos de verificação e análise a execução orçamental da GNR, as demonstrações financeiras e orçamentais, a posição financeira e patrimonial da GNR, como também, a conferência da legalidade e regularidade das operações subjacentes.

A Auditoria Financeira resultou no Relatório n.º 28/2022, de 15 de dezembro de 2022, da 2.ª Secção, onde foram proferidas, pelo douto Tribunal de Contas, recomendações direcionadas para o MAI, para o MF e para a GNR.

Relativamente às recomendações dirigidas à GNR, destacam-se:

- Prosseguir a revisão e aplicação, em toda a GNR, de normas e procedimentos escritos e sistematizados, de modo a assegurar uniformidade e coerência da informação produzida e a melhoria do SCI, designadamente nas áreas de contabilidade, inventários e ativos fixos tangíveis e intangíveis, que incluam a realização, com regularidade, de contagens dos bens em armazéns e verificação física aos bens inventariáveis, assegurando o registo de cada transação, bem como o seu "*audit trail;*"
- Atualizar o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRCIC), aprovado em 2016, de modo a integrar as normas legislativas entretanto produzidas;
- Reforçar a interoperabilidade e conetividade entre os diferentes sistemas de informação de modo a facilitar o registo e controlo das operações, bem como a mitigar a ocorrência de erros e a redundância das operações realizadas;
- Promover que o pagamento das remunerações, abonos e comparticipações devidas ao pessoal da GNR seja sempre efetuado através da Divisão de abonos, independentemente das diligências a serem tomadas pelas UCO respetivas, sendo que, nos casos em que não for possível a resolução no mesmo exercício económico, os valores na posse do serviço deverão ser entregues nos cofres do Estado e efetuado o respetivo registo contabilístico (dos valores a pagar);
- Promover pela continuidade da regularização das situações dos imóveis junto da AT e das Conservatórias do Registo Predial;
- Considerar que a autorização do valor da constituição e reconstituição dos Fundos de Maneio deverá ter em conta as necessidades médias mensais da UCO, e promover que nos respetivos documentos de despesa se aponha a referência "Pago";
- Promover a melhor articulação entre a Secretaria-Geral da Guarda (SGG), Departamento de Recursos Humanos (DepRH) e DepRF no controlo dos valores a cobrar pela venda de fardamento, bem como as diligências necessárias à recuperação das dívidas do pessoal;

[11] Ofício n.º S41046/2022, de 17 de novembro de 2022, do Tribunal de Contas – Relato de Auditoria à GNR – Ano económico de 2020.

Aguarda Homologação

- Promover a adequada articulação entre as entidades externas que permita controlar de modo mais eficiente o rastreio da cobrança de receita, designadamente das coimas aplicadas, cobradas e prescritas;
- Reforçar o controlo na área das aquisições públicas, no que se refere à abertura atempada do procedimento contratual legalmente devido, à fundamentação da necessidade e do preço base dos procedimentos, à evidenciação do controlo na escolha do adjudicatário nos ajustes diretos e consulta prévia e à centralização da aquisição Direção de Recursos Logísticos (DRL) da mesma tipologia de bens/serviços, conforme a manifestação da necessidade pelas UCO, à luz dos princípios da eficiência e da eficácia;
- Divulgar de forma tempestiva os contratos abrangidos pela obrigatoriedade de publicitação no Portal dos Contratos Públicos;
- Definir de forma precisa o regime de utilização de viaturas da GNR a militares nomeados em comissão de serviço para exercício de funções em organismos internacionais ou representações diplomáticas no estrangeiro, designados oficiais de ligação, bem como das despesas a suportar pela GNR e do respetivo registo e reporte;
- Elaborar, nos termos do SNC-AP, as Demonstrações Financeiras e Orçamentais em consonância com as regras de contabilização aplicáveis, tendo em especial atenção a "Estrutura concetual da informação financeira pública" e as "Características qualitativas da informação incluída no relato financeiro', promovendo o seguinte:
    i. Registo de todas as suas contas a receber e a pagar, nas contas/rubricas adequadas;
    ii. Mensuração adequada dos ativos fixos tangíveis (revalorizações, desreconhecimento, imparidades);
    iii. Mensuração adequada dos inventários, designadamente realizar procedimentos de reclassificação e de regularização dos bens, por forma a dar cumprimento à NCP10;
    iv. Adotar medidas de contabilização das receitas arrecadadas até ao final do ano económico, de forma atempada, e os respetivos saldos entregues nos cofres do Estado;
    v. Divulgação, nas notas, de todas as informações necessárias ao reforço da transparência do relato financeiro, nomeadamente a informação económico financeira.

Desde a receção do Relatório Final, em janeiro de 2023, têm vindo a ser solicitados documentos/informações comprovativos das diligências tomadas no sentido de acatar, por completo, as recomendações daquele doutro Tribunal.

Em junho de 2025, foi recebida uma análise sobre o acolhimento das recomendações formuladas (Ofício n.º S27770/2025), tendo como limite para resposta fevereiro de 2026. Por outro lado, na alínea c) do ponto 26. «Conclusões» é determinada a execução de ações confirmatórias, por recolha de informação, para avaliar os mecanismos adotadas pela GNR quanto ao acolhimento das recomendações.

Estas ações confirmatórias traduziram-se em cinco pedidos de informação entre setembro e outubro de 2025. Ultimaram-se as informações que visavamdar resposta até ao final de fevereiro de 2026.

4.1.3. CONTROLOS EXTERNOS E CONSTITUIÇÃO DO ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO CONTROLO DA LEGALIDADE

Ao nível do Controlo Externo, não se verificaram quaisquer ações por parte da Assembleia da República (controlo político). O Tribunal de Contas (controlo financeiro – técnico e jurisdicional) deu continuidade aos trabalhos no âmbito do acompanhamento das recomendações resultantes da Auditoria Financeira realizada às contas da GNR, e relativa ao ano de 2020.

Aguarda Homologação

A GNR reporta para a SGMAI, como Entidade Coordenadora do Programa Orçamental (ECPO) P007 – Segurança Interna, no qual se integra a GNR, os documentos e diligências necessárias que enformam os processos de controlo e execução de cariz orçamental e financeiro.

De referir que as ECPO, entre outras competências[12], colaboram com a Direção Geral do Orçamento (DGO) do MF no acompanhamento e controlo orçamental dos programas e na concretização do Quadro Plurianual de Programação Orçamental, bem como na implementação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso[13].

Em conformidade, a SGMAI recolhe e centraliza a informação orçamental do universo dos organismos do MAI, no qual se inclui a GNR, assumindo a função de interlocutor técnico setorial com o MF no que respeita à execução orçamental e financeira.

4.1.4. Incentivo ao desenvolvimento de boas práticas

O plano de formação aprovado pela GNR pretende captar e incentivar os seus colaboradores, militares e civis, nomeadamente aqueles que exercem funções de direção ou chefia das diversas unidades orgânicas, o estudo, análise e desenvolvimento de boas práticas, aliás sentidas no domínio estratégico com a produção de documentos previsionais e prestação de contas com reconhecido valor entre os organismos que integram o MAI.

Apesar do panorama nacional de fortes restrições orçamentais, designadamente no âmbito da AP, a GNR promoveu internamente e em parceria com entidades de reconhecida qualificação, programas de formação que visam a promoção de competências dos militares e civis afetos às diferentes UCO.

No âmbito do ensino e da formação foram desenvolvidas ações de incentivo ao desenvolvimento de boas práticas mediante a produção e apresentação de estudos de investigação, de reflexão e de análise prospetiva de reconhecido valor informacional no universo da GNR. Sempre que possível, estes conteúdos foram divulgados ao nível da página eletrónica da GNR e da Revista da Guarda nas suas publicações trimestrais.

Nesta dinâmica, reconhecendo que a identificação de boas práticas permite alavancar o desempenho organizacional, a GNR tem promovido um conjunto de ações direcionadas para a estrutura operacional que visaram essencialmente o incentivo de criação de potenciais conteúdos e práticas que pudessem vir a ser distinguidos e difundidos.

É importante referir que a GNR foi sempre entidade ativa na apresentação de candidaturas aos "prémios de boas práticas da AP", iniciativa que permitia demonstrar a existência e aplicação de boas práticas na GNR. Contudo, este tipo de iniciativas e prémios têm reduzido nos últimos anos. A GNR tem apresentado algumas candidaturas a prémios, mas que surgem de iniciativas maioritariamente internacionais, designadamente ao nível da UE e da ONU.

4.1.5. Comunicação e alinhamento entre a alta direção e dirigentes das unidades orgânicas

A GNR possui uma estrutura organizacional definida pela Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro e pelo Decreto Regulamentar n.º 19/2008, de 27 de novembro. A anterior LOGNR definia exaustivamente toda a organização do Comando-Geral, no qual se incluíam o estado-maior geral ou coordenador e o estado-maior especial ou técnico, com as respetivas repartições e chefias de serviços, num total de 20. As principais mudanças operadas pela nova lei refletem o objetivo de promover a racionalização do modelo de organização e da utilização dos recursos da Instituição.

[12] *Vide* Artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 32/2012, de 13 de fevereiro

[13] Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

Aguarda Homologação

Assim, no que concerne ao comando, foi criada uma estrutura que compreende, para além do Comando da GNR e dos respetivos Órgãos de Inspeção, Conselho e Apoio, três Órgãos Superiores de Comando e Direção (OSCD), que asseguram o comando funcional, respetivamente, das áreas de operações (CO), dos RH, materiais e financeiros (CARI) e da doutrina e formação (CDF). Esta nova organização da estrutura de comando da GNR concretiza-se a dois níveis: a lei define, além dos Órgãos de Inspeção, Conselho e Apoio do Comando da Guarda, quais as áreas abrangidas pelos OSCD e o respetivo nível de enquadramento, habilitando o Governo a definir o número, as competências e a estrutura interna dos serviços destes órgãos, bem como o posto correspondente à respetiva chefia.

A estrutura orgânica concretizada com a reestruturação da GNR, permitiu concentrar os cargos de direção superior e de direção intermédia nas diversas unidades orgânicas do Comando da GNR e dos OSCD, bem como disseminar pelo dispositivo territorial (Unidades territoriais, especializadas, de representação e de intervenção e reserva e estabelecimento de ensino), cargos de direção intermédia sob a autoridade técnica dos OSCD.

Esta estrutura permite, dentro do Comando da GNR e dos OSCD, um alinhamento estreito entre os dirigentes superiores e os dirigentes intermédios responsáveis pelas unidades orgânicas, embora a própria dimensão desses órgãos possa criar algumas dificuldades na concretização das suas atribuições parcelares.

Também ao nível do exercício da autoridade técnica exercida pelos OSCD, nomeadamente o CO, por este se encontrar fisicamente distanciado das Unidades territoriais, especializadas, de representação e de intervenção e reserva e estabelecimento de ensino, poderá significar a existência de constrangimentos pontuais.

Apesar dos constrangimentos, uma vez que a estrutura orgânica tem um carácter vincadamente funcional, permite-se potenciar a comunicação e o alinhamento entre a alta direção e os dirigentes das unidades orgânicas, realizando-se com frequência reuniões intercalares, nomeadamente quando estão em causa projetos de singular importância para a Instituição.

4.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

4.2.1. OBEDIÊNCIA AO DIPLOMA ORGÂNICO

A Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro, definiu a missão, as atribuições e as bases da organização interna da GNR, que compreende, nomeadamente, a estrutura de comando, as unidades e o estabelecimento de ensino.

No desenvolvimento do referido diploma legal, o Decreto Regulamentar n.º 19/2008, de 27 de novembro, definiu o número, as competências, a estrutura interna e o posto correspondente à chefia dos serviços de apoio diretamente dependentes do Comandante-Geral e dos OSCD, estabelecendo ainda o número máximo de unidades orgânicas flexíveis da estrutura de comando, definidas através do Despacho n.º 8362/2024, de 25 de julho.

4.2.2. DEFINIÇÃO DE RESPONSABILIDADES E DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Com vista ao regular funcionamento das instituições democráticas, confere a lei aos atores do direito público diversas competências decorrentes das próprias atribuições das pessoas coletivas, revestindo estas a forma de poderes jurídicos. São diversas as disposições legais que estabelecem de forma generalizada e transversal as competências próprias dos diversos serviços e organismos do Estado e ainda as disposições cuja aplicação se cifra apenas no próprio serviço e organismo, como é o caso das respetivas Leis Orgânicas ou Estatutos (Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro, que aprova a orgânica da GNR ou o Decreto-Lei n.º 30/2017, de 22 de março, que aprova o Estatuto dos Militares da GNR).

Neste sentido, refere-se que a Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro, estabelece as competências próprias do Comandante-Geral, alicerçadas nas atribuições da GNR. Saliente-se, a esse propósito, que o n.º 3 do artigo 23.º da LOGNR, além de conferir

Aguarda Homologação

determinadas competências próprias específicas ao Comandante-Geral da GNR, reforça as competências próprias inerentes ao exercício dos cargos de direção superior de 1.º grau e, neste âmbito, o Comandante-Geral exerce ainda as competências que lhe forem delegadas e subdelegadas pelos membros do Governo responsáveis pela área da administração interna.

No momento do provimento de funções, são realizadas diversas delegações e subdelegações de competências, prática corrente e convenientemente sedimentada na GNR, reportando-se sobretudo aos Comandantes dos Comandos Funcionais e aos Comandantes das Unidades e dos Comandos Territoriais em exercício de funções.

4.2.3. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DOS COLABORADORES (MILITARES E CIVIS)

A Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 12/2024, de 10 de janeiro e Declaração de Retificação n.º 15/2024/1, institui o SIADAP, aplicando-se ao desempenho dos serviços públicos, dos respetivos dirigentes e demais trabalhadores.

O sistema assenta numa conceção de gestão dos serviços públicos centrada em objetivos. Neste sentido, na avaliação dos serviços, dos dirigentes e demais trabalhadores, assumem um papel central os resultados obtidos em relação aos objetivos previamente fixados. Os resultados devem ser medidos mediante indicadores previamente fixados que permitam, entre outros, a transparência e imparcialidade e a prevenção da discricionariedade. O SIADAP tem uma vocação de aplicação universal à AP, prevendo, no entanto, mecanismos de flexibilidade e adaptação muito amplos, de modo a enquadrar as especificidades das várias administrações, dos serviços públicos, das carreiras e das áreas funcionais do seu pessoal e das exigências de gestão.

Na prossecução das suas atribuições, a GNR integra colaboradores militares, integrados em corpos especiais, e como tal, sujeitos a um regime disciplinar e de avaliação próprios, e colaboradores civis, sujeitos e avaliados desde 2004, segundo o SIADAP - entre 2004 e 2007 através da Lei n.º 10/2004, de 22 de março, e desde 2008 segundo a citada Lei n.º 66-B/2007, com a sua última alteração operacionalizada através do Decreto-Lei n.º 12/2024.

Dentro do universo dos colaboradores da GNR, existem ainda aqueles que compõem as carreiras especiais da AP, e aos quais se aplica um sistema de avaliação de desempenho específico, nomeadamente o pessoal da carreira médica, enfermagem, docentes e técnicos de diagnóstico e terapêutica. Apesar de tudo, estes sistemas carecem que regulamentação própria, não estando a ser implementados por carecerem de aprovação de Portaria ou por impossibilidade de aplicação à realidade institucional, estando a GNR a desenvolver os necessários esforços por forma a minorar este constrangimento aos seus colaboradores.

Aguarda Homologação

Assim, e no que diz respeito ao ciclo avaliativo levado a cabo em 2025, é expectável que sejam sujeitos a avaliação o universo de civis constantes na tabela seguinte:

CARREIRA	EFETIVOS	AVALIADOS	N/AVALIADOS
TÉCNICO SUPERIOR	51	41	6
ASSISTENTE TÉCNICO	94	75	17
ESPECIALISTA STI	1	1	0
TÉCNICO STI	2	2	0
ASSISTENTE OPERACIONAL	191	173	7
CARREIRA FLORESTAL	390	364	6
TOTAL	729	656	36

Figura 42 – Avaliação dos quadros civis (subsistema SIADAP 3)

O sistema específico de avaliação dos militares da GNR, aprovado pela Portaria n.º 411/2019, de 30 de dezembro, designa-se Regulamento de Avaliação do Desempenho dos Militares da Guarda Nacional Republicana (RADMGNR) e define o sistema de avaliação do desempenho dos militares da GNR e os princípios que regem a sua aplicação.

No ano de 2020, foram criadas todas as condições para que o sistema de avaliação específico viesse finalmente a ser implementado, nomeadamente com a implementação do sistema de informação de suporte ao Sistema Integrado de Gestão da Avaliação dos Militares da Guarda Nacional Republicana, que consiste numa plataforma eletrónica que permitirá desmaterializar o processo de avaliação. Através do Despacho n.º 538/20-OG, do Comandante-Geral da GNR, de 23 de dezembro, foi implementado o Sistema Integrado de Gestão da Avaliação dos Militares da Guarda Nacional Republicana, pelo que o RADMGNR entrou em vigor em 1 de janeiro de 2021, o que implica que nessa data se iniciou o primeiro ciclo avaliativo sob a égide do novo quadro normativo.

Aguarda Homologação

No ano de 2025, decorreu o ciclo avaliativo alusivo ao ano 2024, o qual reporta-se ao período compreendido entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2024, tendo sido avaliados 21 036 militares, com a seguinte distribuição:

POSTO	AVALIADOS
TENENTE-GENERAL	4
MAJOR-GENERAL	5
BRIGADEIRO-GENERAL	6
CORONEL	99
TENENTE-CORONEL	152
MAJOR	193
CAPITÃO	194
TENENTE	125
ALFERES	65
SARGENTO-MOR	70
SARGENTO-CHEFE	382
SARGENTO-AJUDANTE	798
PRIMEIRO-SARGENTO	668
SEGUNDO-SARGENTO	246
CABO-MOR	340
CABO-CHEFE	1 327
CABO	6 512
GUARDA-PRINCIPAL	5 350
GUARDA	4 500
TOTAL	**21 036**

Figura 43 – Avaliação dos quadros militares

Aguarda Homologação

4.2.4. POLÍTICA DE FORMAÇÃO

A política de formação a seguir na GNR é determinada pelos responsáveis máximos da Instituição, de acordo com a Política da Qualidade prosseguida e definida na Carta da Qualidade da GNR, onde se definem como áreas prioritárias a «Qualidade do Serviço» e a «Qualidade dos Sistemas de Gestão» institucionais, tendo por desiderato a sua futura Certificação.

A Política da Qualidade prosseguida pela GNR, tem a sua génese no documento de estratégia organizacional de 2020, agora atualizado e continuado na "Estratégia da Guarda 2025 - Uma Estratégia Centrada nas Pessoas", adequada e alinhada ao atual contexto de segurança nacional e internacional.

No que à matéria de Doutrina e Formação diz respeito, a GNR assume na sua Carta da Qualidade, o seguinte compromisso:

- Desenvolver a Formação dos RH da Instituição, em sintonia com os novos paradigmas e modelos de serviço público, na defesa e garantia dos direitos dos cidadãos;
- Aprofundar a gestão do conhecimento e atualizar competências requeridas nos vários domínios de atividade, adequando as atividades da doutrina e formação às necessidades operacionais da GNR.

A EG2025 incorpora estas preocupações, dando especial enfoque à valorização humana e profissional do seu efetivo, definindo-a como uma prioridade estratégica, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento do seu capital humano através da consolidação e reestruturação do sistema de ensino e formação através do paradigma da "Formação Baseada em Competências", otimizando a informação, o conhecimento, as competências e os recursos, através do reconhecimento, certificação e validação da formação, nos níveis inicial, intermédio e superior universitário, fomentando a criação de centros de competências e gestão do conhecimento.

Pode-se inferir que a adoção de uma estratégia da qualidade institucional estabelece os princípios para Política de Formação da GNR e essencialmente sobre dois aspetos. O primeiro tem que ver com o processo de gestão da formação, que deriva diretamente da sua natureza sistémica que, ao se basear na melhoria constante, permite a sua gestão naquilo a que podemos designar de SGQ da formação.

O Sistema de Formação da GNR passa pela abordagem sistémica da formação, baseada num modelo simples de quatro estádios (figura abaixo), em que a sua gestão é integrada e se subdivide em quatro fases interdependentes, correspondentes cada uma delas a um processo que constitui no seu todo um ciclo de gestão da formação coerente e a base da garantia da sua eficácia e eficiência, que permite a melhoria constante da qualidade da formação na GNR.

Aguarda Homologação

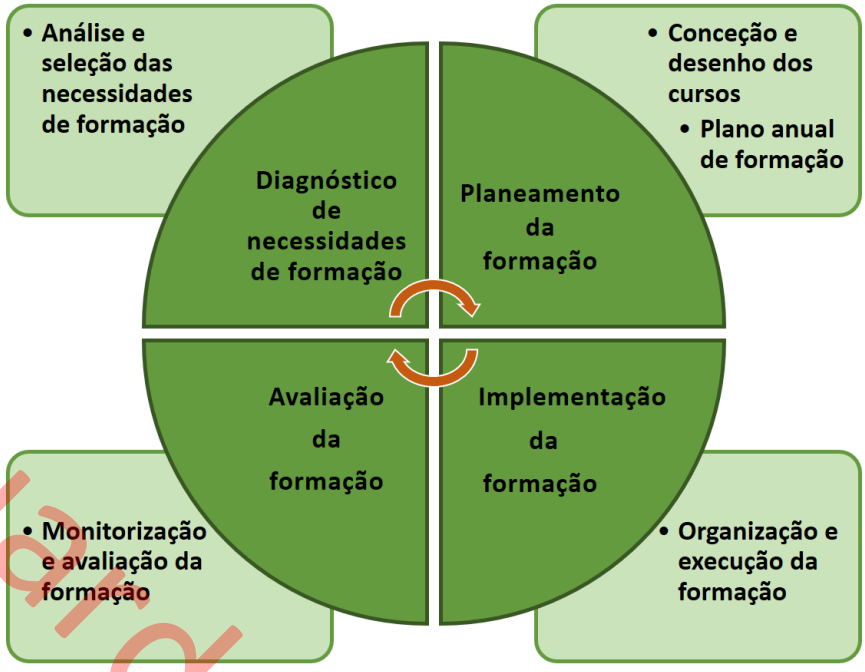


Figura 44 - MSF

O Modelo Sistémico da Formação (MSF) permite a sua integração com o preconizado pela ISO, que estabelece os padrões internacionais, relativos aos Sistemas de Gestão da Qualidade, agrupados nas Normas ISO 9001: 2015, que visam aumentar a eficiência e reduzir falhas na produção de produtos ou serviços, com base no ciclo PDCA (*Plan, Do, Check, Act*), ou seja, na realimentação resultante da verificação e medição da qualidade da formação.

O MSF implica o envolvimento articulado de todos os seus intervenientes, no âmbito das suas responsabilidades:

- Utentes, aqueles que beneficiam do sistema e incorporam os militares e civis que receberam formação;
- Órgãos Técnicos, as entidades que definem as necessidades de formação e as definições técnicas de determinada área funcional;
- EG e outras Entidade Formadoras nas grandes Unidades;
- Comando da Doutrina e Formação (CDF) como Órgão de Gestão da Formação.

O MSF integra num ciclo interativo as suas diversas fases, que inicia no processo de Diagnóstico de Necessidades. Constituindo o objetivo da formação, a promoção de competências, visando uma preparação técnica e específica adequada ao cumprimento eficaz da missão, torna-se necessário que no planeamento de qualquer ação de formação, sejam determinadas quais as necessidades da organização e quais as necessidades específicas de formação dos seus colaboradores. Realizar um Diagnóstico de Necessidades consubstancia-se numa análise detalhada de um determinado contexto, de forma a que a formação, planeada posteriormente, potencie/melhore o desempenho individual e/ou de grupo. Assim, a formação resultante de um Diagnóstico de Necessidades corretamente efetuado irá contribuir para um desempenho organizacional mais eficaz e eficiente.

Com a realização do Diagnóstico de Necessidades, procede-se à definição dos Perfis Profissionais e consequentemente à elaboração dos Referenciais de Competências. É de periodicidade anual e desenvolvimento colaborativo entre os utentes e os órgãos técnicos, daí resultando um Plano de Formação de natureza corretiva, onde são expressas as necessidades de

Aguarda Homologação

criação de novos cursos ou a reformulação dos existentes, por já não responderem cabalmente às necessidades exigidas para o cumprimento da missão atribuída.

Na fase seguinte, a que corresponde o planeamento da formação, as necessidades de formação devem-se traduzir em objetivos claros sobre os conteúdos que os formandos deverão conhecer e compreender, procedendo-se à elaboração dos Referenciais de Formação e das Normas ou Regulamentos de Admissão aos Cursos, bem como ao recrutamento (interno / externo) e respetiva seleção dos formandos. É também nesta fase que se planeia a formação, que se traduz na elaboração do Plano Anual de Formação, que consubstancia o planeamento da formação, contemplando as atividades formativas internas e externas, e que tem por base um processo de diagnóstico das necessidades formativas, através de uma interação sistemática e dinâmica com todos os utentes, designadamente, as UCO.

A terceira fase de organização e execução da formação é da responsabilidade da EG e de outras entidades formadoras, que organizam as atividades conducentes ao desenvolvimento da formação, nomeadamente a elaboração do Plano Geral Detalhado e a organização dos meios necessários para a implementação das ações de formação (preparação de horários, materiais, cronogramas, logística, RH, Escola Preparatória de Quadros), ou seja, tudo o que envolve as ações de formação. É necessário também preparar toda a documentação para entregar aos formandos e elaborar o Dossier Técnico-Pedagógico, onde devem constar uma série de elementos que apoiam na monitorização da ação, como, os planos de sessão, cronogramas e registo de ocorrências. Nesta fase, a entidade formadora deve igualmente inserir o curso no Sistema Integrado de Informação e Gestão da Oferta Educativa e Formativa (SIGO), criar e realizar o Conselho de Curso, emitir certificados e diplomas e elaborar o Relatório Final da Formação.

Na última e quarta fase é efetuada a validação da formação, através de um conjunto de processos e métodos utilizados para medir de forma contínua e sistemática a eficácia e eficiência da formação, com o objetivo de obter o feedback de todos os participantes, imprimir qualidade em todo o sistema de gestão, promover a melhoria contínua e aferir as aprendizagens.

A adoção de um SGQ é uma decisão estratégica da organização que possibilita melhorar o seu desempenho global e proporcionar uma base sólida para iniciativas de desenvolvimento sustentável.

Um segundo aspeto, que deriva da adoção da estratégia de qualidade institucional na Política de Formação da GNR, prende-se com a adoção de um sistema de formação assente no conceito e modelo de formação por competências, de acordo com o preconizado no Sistema Nacional de Qualificações. Neste sistema as qualificações estão estruturadas em 8 níveis de qualificação, em que os respetivos descritores especificam os resultados de aprendizagem em termos de Conhecimentos, Aptidões e Atitudes, permitindo a correspondência com o Quadro Europeu de Qualificações, no âmbito do processo de Bolonha e Copenhaga.

O Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ) é um instrumento de gestão estratégica das qualificações nacionais de nível não superior, baseado em competências direcionadas para os resultados da aprendizagem, em estruturas modulares de qualificação e certificação autónoma capitalizável, permitindo também que os militares aumentem as suas qualificações por via do Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências Profissionais.

A GNR tem vindo a implementar o seu processo formativo por Unidades de Competência, com vista à sua acreditação e certificação das qualificações obtidas, em articulação com os organismos nacionais que regulam a formação e o ensino.

Por um lado, a GNR pretende que as suas formações integrem o CNQ, que passem a ser qualificantes, sendo para isso necessário adaptá-las à metodologia da entidade que gere o catálogo, designadamente a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional. Este processo tem vindo a ser desenvolvido com a elaboração dos respetivos referenciais

Aguarda Homologação

de competências, constituídos por Unidades de Competência e os referenciais de formação constituídos pelas Unidades de Formação.

Este novo paradigma da formação baseada em competências tem vindo a ser desenvolvido para a formação contínua, para cursos de promoção e de especialização, prevendo-se paulatinamente o aumento da abrangência desta metodologia a toda a formação da GNR.

Também os currículos do ensino superior assentam no paradigma das competências, tendo já sido desenvolvidos os Referenciais de Formação dos Cursos Técnicos Superiores Profissionais, para os CFS em Tecnologias Militares de Segurança para Armas, Administração, Farmácia, Enfermagem, Veterinária, Diagnóstico e Terapêutica, Músico, Corneteiro e Clarim, Transmissões, Informática e Eletrónica e Material, nas especialidades de Armamento, Auto e Naval, aprovados pela Direção Geral de Ensino Superior, estes a serem ministrados na Unidade Politécnica Militar (UPM).

Por outro, a GNR pretende certificar as suas qualificações através da plataforma do SIGO. O SIGO é uma plataforma coordenada pela Direção Geral das Estatísticas da Educação e Ciência para gestão da rede de oferta educativa e formativa e dos percursos educativos e formativos de jovens e adultos, abrangendo a rede de entidades formadoras do Sistema Nacional de Qualificações, incluindo os Centros Qualifica, no qual se registam os percursos de qualificação desenvolvidos pelos adultos até ao nível 4 de qualificação do Quadro Nacional de Qualificações, para posterior emissão dos certificados e diplomas daí decorrentes e, consequentemente, o registo no passaporte qualifica dos formandos.

Pretende-se assim, ao prosseguir esta Política de Formação, contribuir de forma sustentada para a Qualidade Total da GNR e disponibilizar aos militares os conhecimentos e as aptidões necessárias para o desempenho competente, autónomo e responsável das suas funções e ao mesmo tempo garantir a qualificação e a certificação da formação, em articulação com os organismos nacionais que regulam a formação e o ensino.

4.3. ATIVIDADES E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO ADMINISTRATIVO

4.3.1. REGULAMENTAÇÃO DO DIPLOMA ORGÂNICO

Na sequência da publicação do diploma que aprovou a orgânica da GNR, foi aprovada a respetiva regulamentação que, sempre que tal se tem justificado, tendo em consideração a sua dimensão, complexidade e múltiplas atribuições, tem sido objeto de alteração e adaptação para melhor cumprir a missão da GNR.

4.3.2. NORMAS DE CONTROLO INTERNO[14]

O DepRF, através da Divisão de Controlo Interno, desenvolve as suas competências nas áreas de auditoria e controlo interno, por meio da realização de auditorias internas, participação nas auditorias multidisciplinares e da verificação dos processos de prestação de contas das UCO da GNR, na vertente económico-financeira, que traduzem a efetivação do SCI na GNR. Este rol de atividades rege-se, não só, pelo cumprimento da legislação em vigor, mas também pelos regulamentos, diretivas complementares, circulares, notas circulares e normas de execução permanente, que regulam e enquadram a execução de tarefas e procedimentos relevantes na GNR.

Estes normativos internos visam definir um conjunto de princípios e regras que proporcionem segurança razoável, permitindo assim atingir os objetivos de cada subunidade relativamente à credibilidade no relato financeiro, eficácia e eficiência das operações e cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis. Constituem-se, ainda, como os principais controlos que

[14] Difusão de circulares, notas circulares, normas de execução permanente e regulamentos internos.

Aguarda Homologação

permitem, não só, mitigar, na origem, comportamentos de risco e inconformidades, mas também, identificar aqueles que, pela sua natureza esporádica, tenham grande impacto na estrutura financeira e na imagem institucional.

Atualmente, os meios humanos disponíveis para a verificação dos processos de prestação de contas mensais das UCO, são diminutos, contudo pretende-se, para o ano de 2026, dar continuidade à metodologia de verificação em vigor, garantindo que a informação em reporte é objetiva, relevante, oportuna, fiável e transparente, sustentando assim, por conseguinte, o processo de tomada de decisão.

Ressalva-se, ainda, a Auditoria Financeira do Tribunal de Contas às contas da GNR, respeitante à gestão de 2020, que teve como objeto de verificação e análise: a execução orçamental da GNR, as demonstrações financeiras e orçamentais, a posição financeira e patrimonial da GNR, bem como a conferência da legalidade e regularidade das operações subjacentes.

Desta auditoria resultaram doze recomendações, apresentadas por aquele douto Tribunal, para as quais a GNR apresentou, de forma pronta e transparente, o respetivo contraditório, comprometendo-se a acolher as mesmas. Continuam a decorrer, atualmente, os trabalhos de acompanhamento à implementação das referidas recomendações.

Em suma, a função primordial do controlo interno é garantir a integridade, a fiabilidade, a credibilidade e a relevância da informação que é analisada através da prestação de contas, das auditorias internas e das auditorias multidisciplinares, para que sejam identificadas as incoerências contabilísticas e as medidas corretivas a adotar, contribuindo, assim, para uma melhor *performance* da Instituição.

Aguarda Homologação

4.4. AUTOMATIZAÇÃO PROCESSUAL DO CICLO DA DESPESA E DO CICLO DA RECEITA

4.4.1. FATURA ELETRÓNICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (SOLUÇÃO FE AP)

A Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública (eSPap, I.P.) é a entidade que coordena a implementação da faturação eletrónica nos contratos públicos, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro.

A solução da FE-AP disponibilizada pela eSPap, I.P permite a receção, processamento e transmissão de documentos de faturação, exclusivamente em formato eletrónico, subjacentes à relação comercial estabelecida entre contraentes públicos e cocontratantes, no âmbito da execução de contratos públicos.

Tendo em vista a simplificação e desburocratização administrativa de processos e procedimentos, tanto por força legal, como por iniciativa interna, a GNR deu continuidade ao processo de adesão à FE-AP, através de plataforma fornecida pela eSPap, I. P.

O ano de 2025 manteve a tendência crescente de utilização do Portal da Fatura Eletrónica na Administração Pública – FE-AP, justificando-se, não só por força da imposição legal, como se tem assistido a uma significativa adesão de entidades voluntárias à FE-AP. Neste ano foram rececionados e alvo de tratamento por parte das UCO da GNR um total de 25 915 (vinte e cinco mil novecentos e quinze) documentos num montante global de 71.168.562,33€.

4.4.2. PAGAMENTO DE SERVIÇOS ATRAVÉS DE REFERÊNCIAS MULTIBANCO

Durante o ano de 2020 foi promovida a modalidade de pagamento através de referências Multibanco, a fim de possibilitar aos utentes e clientes da GNR, pagar faturas associadas a diferentes tipologias de receita, a qualquer hora e em qualquer lugar. Durante o ano de 2025 foi reforçada a rede de terminais de pagamento automático em 403 dispositivos distribuídos pelo TN.

Até à presente data, ainda não foi possível alargar esta modalidade de pagamento aos serviços remunerados, por dificuldades técnicas no desenvolvimento da interoperabilidade entre o Sistema Integrado de Gestão dos Recursos Internos (SIGRI) e o Sistema de Gestão da Receita da GNR (SGRe), encontrando-se implementada para todas as outras faturas emitidas em SGRe. É expectável que, após implementação deste desenvolvimento, a maioria dos pagamentos efetuados anualmente seja através da modalidade de referências Multibanco.

No ano de 2025, os utentes e clientes da GNR pagaram 92 809 (noventa e dois mil oitocentos e nove) faturas através da modalidade de pagamento de referência Multibanco, no montante de 5 642 535,63€.

4.5. FIABILIDADE DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

4.5.1. INTEGRAÇÃO DE APLICAÇÕES INFORMÁTICAS E EXISTÊNCIA DE MECANISMOS QUE GARANTAM A FIABILIDADE, OPORTUNIDADE E UTILIDADE DOS *OUTPUTS* DOS SISTEMAS

Os Sistemas de Informação desempenham, aos dias de hoje, um papel crítico na segurança interna, pois representam um papel fundamental para a prevenção, deteção e resposta a ameaças.

Na GNR, a integração e a interoperabilidade de aplicações constituem uma prioridade, cimentando, de forma robusta, o uso da tecnologia em prol da GNR e do cidadão. Assim, os sistemas em uso na GNR assumem um papel essencial para o apoio à atividade operacional, na medida em que contribuem, de forma significativa e inequívoca, para a gestão de meios em tempo

Aguarda Homologação

real, análise de padrões e identificação de comportamentos suspeitos, contribuindo para uma melhor prevenção da criminalidade ou uma resposta rápida a incidentes de segurança.

Na perspetiva de fazer uso das novas tecnologias em benefício do cidadão, a GNR desenvolveu durante o ano de 2025 um conjunto de atividades, ao nível dos seus Sistemas de Informação, através de integrações e interoperabilidades entre aplicações, internas e externas, que permitiram a partilha de instâncias de bases de dados.

Acresce referir que por força das frequentes alterações legislativas, sobretudo ao nível da atividade financeira e a da gestão de RH, verificou-se a necessidade de promover simultaneamente alterações de conteúdo e a parametrização das respetivas aplicações, as quais implicam normalmente o desenvolvimento imediato de novas funcionalidades, com as respetivas adaptações aos mecanismos de interoperabilidade em produção, garantindo a continuidade de operação dos sistemas e a fiabilidade dos dados e seus outputs.

4.5.2. Utilização da informação produzida nos processos de decisão

No âmbito das suas competências, a GNR recorre a plataformas de apoio à decisão e de índole estratégica, das quais se destacam:

- O SIIOP com os seus diversos módulos, Principal (P), Gestão Operacional (GO) Registos Diários (RD), Investigação Criminal (IC) e de Georreferenciação (G);
- O SIGRI com os seus módulos de pessoal, vencimentos, formação, finanças e orçamento e assistência na doença;
- O módulo documental do SIIOP (D), que materializa a gestão documental e arquivo da GNR; e
- O sítio da GNR na internet.

O SIIOP, enquanto sistema único de suporte ao governo de informação policial da GNR, permite a gestão centralizada de ocorrências policiais, rodoviárias e ambientais, possibilitando ainda efetuar o controlo de Operações à distância, garantindo ainda a interoperabilidade da informação criminal com a Plataforma da Interoperabilidade da Investigação Criminal. Permite também implementar o conceito *Common Operating Picture* nas Salas de Situação dos Comandos da GNR, procurando potenciar o processo da tomada de decisão através da georreferenciação dos meios operacionais, facilitando a intervenção e a coordenação policial mais oportuna e mais ajustada às necessidades de segurança do cidadão.

Durante o ano de 2025, a GNR prosseguiu o esforço de adaptação do SIIOP, visando aprimorar a sua eficácia e adaptabilidade. Uma das alterações fundamentais foi a divisão dos módulos existentes em diferentes servidores: SIIOP-Principal, SIIOP-Registos Diários, SIIOP-Gestão Operacional e SIIOP-Orgânica. Foi ainda alargado o mesmo conceito para o SIIOP-IC.

Simultaneamente, ocorreram avanços significativos ao nível da interoperabilidade do SIIOP, tanto internamente como externamente, impulsionando a qualidade dos dados consumidos pelos Sistemas de Informação da GNR e a partilha de informações com entidades externas. Estes aprimoramentos refletem o compromisso contínuo da GNR em ajustar e fortalecer os seus sistemas para enfrentar desafios em constante evolução. Ao simplificar processos e elevar a qualidade do suporte prestado ao cidadão, a GNR consolidou a sua posição na vanguarda da adaptação tecnológica e operacional.

No âmbito das atividades de suporte à atividade operacional, nomeadamente nas áreas financeira e patrimonial, onde a fiabilidade e a segurança da informação no processo de tomada de decisão encerram uma preocupação crescente, desempenha um papel preponderante a plataforma de Gestão de Recursos Financeiros em modo Partilhado (GeRFiP) e o SGRe/GNR (Sistema de Gestão da Receita da GNR). Ao fazer uso destas aplicações, a GNR contribuiu para normalizar os

Aguarda Homologação

processos e apoiar as atividades de gestão financeira, orçamental e patrimonial dos órgãos e serviços da AP num contexto integrado.

Ainda relacionado com o suporte à atividade operacional, a GNR manteve o SIGRI, que permite uma utilização eficiente e oportuna no processo de tomada de decisão, com especial enfoque na gestão dos RH, no processamento e orçamentação dos vencimentos, bem como na gestão da formação, do património, no apoio ao militar através da criação de um canal digital para facilitar a gestão administrativa de faturas relacionadas com a assistência na doença, serviço incremental aos já disponibilizados no Portal Social.

A GNR prosseguiu, durante o ano de 2025, a sua estratégia de aproximar a atividade de apoio ao cidadão através de um conjunto de iniciativas que visam a mobilidade das patrulhas. Para o efeito foram realizadas as necessárias adaptações para que os militares da GNR possam fazer uso das aplicações internas, através de *Tablets* ou *Smartphones*, o que lhes permite utilizar as ferramentas colaborativas que se traduzem na maior rapidez e facilidade na realização de consultas de dados operacionais, enviar alertas de ocorrências para a respetivas Salas de Situação, consultar as fichas de procedimentos, enviar emails, consultar dados residentes na extranet do MAI.

No âmbito da comunicação com o cidadão, a GNR manteve funcional o seu sítio na internet, tendo desenvolvido durante o ano de 2025 um conjunto de ações de comunicação para o cidadão, das quais se destacam concelhos úteis, informações pertinentes relativas a atividades, notícias de última hora, informação sobre sinistralidade, fiscalizações, publicações em DRE com interesse institucional, ou outra relevante relacionada com a atividade da GNR.

4.5.3. COMUNICAÇÕES

Os sistemas de comando e controlo da GNR, baseiam-se em comunicações de voz, vídeo e dados, suportados em duas redes distintas, a Rede Nacional de Segurança Interna (RNSI) e o Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP), ambos sob gestão do MAI.

A rede SIRESP, assegura as comunicações rádio, proporcionando o comando e controlo da atividade da GNR, contribuindo ainda para a georreferenciação das patrulhas no terreno, representadas numa COP nas Salas de Situação aos vários escalões.

Relacionado com as comunicações rádio digitais, no âmbito das relações bilaterais entre a GNR e a sua congénere espanhola, *Guardia Civil*, os Centros de Cooperação Policial e Aduaneira, dispõem de "*gateways*" que possibilitam a interligação entre a rede SIRESP de tecnologia TETRA, e a rede *Sistema de Radiocomunicaciones Digitales de Emergencia del Estado* de tecnologia TETRAPOL, permitindo assim a coordenação entre estas forças em operações transfronteiriças.

A RNSI, é uma rede MPLS que suporta serviços de voz, dados e vídeo, interligando todas as instalações da GNR dotadas de uma rede local, à qual são interligados os terminais de rede de dados, voz e videoconferência, sobre os quais são acedidos os vários Sistemas de Informação e Sistemas de Comunicações.

Relativamente ao suporte dos vários sistemas de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), desde 2015 passou a haver cobertura digital a toda a GNR e concomitantemente aos sistemas de informação e comunicação, permitindo assim o tratamento consistente dos dados recolhidos pelos serviços centrais, e concorrendo para a obtenção de métricas para o apoio à decisão.

O processo de migração para linhas *SIP-Trunk IP* convergentes, permitiu cancelar a totalidade das, cerca de 5 centenas de acessos fixos de comunicações, analógicos e digitais, associados a assinaturas mensais fixas, o que, conjuntamente com a implantação dos contratos das comunicações móveis e fixas, contribuiu para uma redução significativa dos encargos com comunicações.

Aguarda Homologação

Ao nível das comunicações em videoconferência, os utilizadores da GNR, dispõem adicionalmente de ferramentas colaborativas de videoconferência, como o *Microsoft Teams*, suportados na rede de dados da RNSI, que associados a *kits* de videoconferência *USB*, têm facilitado as múltiplas ações de coordenação e reuniões, e assegurar as medidas de segurança aplicáveis, durante o período de pandemia.

No âmbito do comando e controlo e coordenação da GNR, as Salas de Situação dos Comandos Territoriais e Unidades, encontram-se em regime de funcionamento 24/7, para operação dos sistemas de comunicações e de informação críticos e de apoio à decisão.

4.5.4. Requisitos de segurança de acessos aos SI, dos computadores de rede e na troca de informação

Os sistemas de informação são, cada vez mais, elementos fundamentais para a modernização e eficiência das organizações, suportando os seus modelos de negócio e atividades operacionais, assumindo-se, cada vez mais, como um fator diferenciador e potencializador das organizações, permitindo-lhes destacar-se em um ambiente altamente competitivo e dinâmico.

A GNR, enquanto elemento de coexistência com as demais Instituições, não é indiferente a essa evolução e necessidade, pelo que almeja alcançar um estado de modernização e eficiência através do uso de tecnologias avançadas, contribuindo a tecnologia para melhorar a gestão interna, a segurança e a capacidade de resposta operacional, ciente que negligenciar os sistemas de informação pode ter resultados catastróficos para si como para outros organismos que operam no mesmo espaço. A falta de inovação e atualização tecnológica, bem como dos Recursos Humanos especializados, tem consequências graves para os seus sistemas internos, comprometendo de forma muito vincada a capacidade de resposta da GNR através da limitação da prevenção ou resposta eficaz a incidentes.

Nesse contexto, a cibersegurança assume-se como fundamental para a proteção interna e externa das organizações, numa perspetiva de mitigação dos constrangimentos anteriormente elencados e numa perspetiva de que, pela sua natureza, a informação trabalhada pela GNR pode ser utilizada para fins não desejados.

5. Comparação com o desempenho de serviços idênticos

Neste ponto interessa essencialmente promover uma comparação entre serviços que executem serviços e tarefas semelhantes, quer a nível interno quer a nível externo. A nível interno, importa ter presente que, estando a GNR inserida no SSI nacional juntamente com outras FSS, existem diversas atividades que se cruzam e se complementam. Contudo o espaço que a GNR ocupa no SSI e no sistema de forças nacional, por razões inerentes à sua natureza e especificidade, forçosamente se distingue das demais forças e serviços, que não sendo congéneres, partilham atribuições no domínio da segurança das populações. Pelos motivos expostos, não parece possível tecer comparações concretas e fidedignas que permitam posicionar o seu desempenho relativamente às demais, até porque se tratam de realidades substancialmente diferentes, não só no que respeita a funções executadas, mas também no que respeita às áreas de atuação, cobertura territorial e populacional.

Além dos factos aduzidos anteriormente, e ainda que fosse possível realizar tal comparação, não seria exequível integrá-la no presente Relatório de Autoavaliação, porquanto os resultados do desempenho dos organismos eventualmente comparáveis, são apresentados também nos seus relatórios de atividades.

A nível externo, apesar de também a realidade ser substancialmente distinta, condicionada por fatores geográficos, cobertura territorial e populacional e fatores culturais, a existência de congéneres europeias de cariz gendármico, impõe que se estabeleçam comparações a nível da sua organização e funcionamento.

Aguarda Homologação

Reportando também esta análise à comparação entre Unidades homogéneas da GNR, apesar de ter sido criado em 2011 um sistema caracterizado por um conjunto de indicadores de gestão ligados à atividade operacional, as assimetrias regionais associadas a questões de diversa ordem que caracterizam e diferenciam cada área de responsabilidade onde atuam os 20 Comandos Territoriais da GNR, não permitem por si só, desenvolver uma análise do desempenho operacional por comparação entre Unidades, sem que os fatores subjetivos se sobreponham à evidência (sempre questionável) dos resultados estatísticos.

Aguarda Homologação

Aguarda Homologação

Página em branco.



Aguarda Homologação



Aguarda Homologação

CAPÍTULO IV

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

IV. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS, PREVISTAS E NÃO PREVISTAS NO PLANO E RESULTADOS ALCANÇADOS

1. ATIVIDADE OPERACIONAL

1.1. BALANÇO DA EXECUÇÃO DAS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS PARA 2025

Relativamente a este ponto, dedicamos normalmente uma análise global das ações desenvolvidas pela GNR e que contribuíram para a Execução das Orientações Estratégicas inscritas no RASI, relativamente às medidas de âmbito estratégico nele inscritas, sem prejuízo daquelas, que pela sua natureza específica, sejam tratadas nos pontos respetivos do presente relatório (áreas RH, materiais e tecnológicos, abordados mais à frente nos pontos referentes a "Formação de RH", "Beneficiação de Infraestruturas e Equipamento" e, por fim, "Sistemas e Tecnologias de Informação", ambos situados neste capítulo).

1.2. ATIVIDADE OPERACIONAL DESENVOLVIDA EM 2025

1.2.1. CRIMINALIDADE GERAL E CRIMINALIDADE VIOLENTA E GRAVE

Em 2025, a GNR registou um total de 160 380 participações de natureza criminal, número que, relativamente a 2024, representa um acréscimo de 7 017 participações, correspondendo a 4,58%.

Em 2025, a parcela mais significativa abrange os crimes contra o património (45,2%), seguido dos crimes contra as pessoas (27,54%). Nestas duas grandes tipologias criminais, a GNR registou 116 660 crimes, que representam cerca de 72,73% do total da criminalidade geral, um valor bastante significativo. Salienta-se o aumento dos registos criminais nas grandes tipologias criminais (exceto no crime contras as Pessoas que registou um decréscimo), nomeadamente: crimes previstos em legislação avulsa (+13,66%; +1456), crimes contra a vida em sociedade (+20,97%; +4 522), crimes contra o Estado (+22,78%; +798), crimes Contra o Património (+0,40%; +292), crimes contra a identidade cultural (+26,42%; +42) e crimes contra as Pessoas (- 0,32%; - 142).

Os distritos que apresentaram maior registo de criminalidade geral participada foram o Porto (21 893), Setúbal (18 507), Faro (17 630), Lisboa (16 272), Aveiro (14 077) e Braga (12 125).

Quanto aos crimes, a condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2g/l (14 463 crimes), a violência doméstica contra cônjuge ou análogos (12 248) e a ofensa à integridade física simples (11 999), mantiveram-se como os três crimes mais registados, representando 24,19% da criminalidade geral.

Em termos de criminalidade violenta e grave, a GNR registou, em 2025, um total de 3 456 crimes, que representam um aumento de 27 participações relativamente ao ano transato, correspondendo a +0,79%. Considerando os últimos 10 anos, o valor verificado situa-se ligeiramente acima da mediana. Os distritos que apresentaram maior incidência deste tipo de criminalidade foram: Setúbal (591), Faro (516), Porto (397) e Lisboa (392). Comparativamente ao ano de 2024, os crimes com maiores subidas no âmbito de criminalidade violenta e grave foram: a resistência e coação sobre funcionário (+66 crimes; +7,49%), a extorsão sexual (+43 crimes; +15,41%) e ofensa à integridade física voluntária grave (+16 crimes; +5,59%).

Não obstante os índices de criminalidade acima mencionados e que integram a criminalidade participada para efeitos do

Aguarda Homologação

RASI[15], se incluirmos em análise todas as situações ocorridas na Zona de Ação (ZA) GNR em 2025, independentemente do OPC que procedeu à atribuição do Número Único Identificador de Processo Crime (NUIPC), verifica-se o registo de 167 081 participações, representando um acréscimo de +6 504 crimes (+4,05%) de criminalidade em relação à totalidade de crimes participados com NUIPC da GNR.

Os dados a seguir indicados, incluem todas as situações ocorridas na ZA GNR, independentemente do OPC que procedeu à atribuição do NUIPC, permitindo, desta forma, em linha com a metodologia utilizadas nos relatórios de atividades dos anos anteriores, ter uma perceção abrangente da criminalidade e, consequentemente, da atividade da GNR:

ROUBOS NA VIA PÚBLICA E ROUBOS POR ESTICÃO[16]

Em 2025 ocorreu um total de **1 266 roubos**, dos quais 616 roubos na via pública (exceto esticão) e 650 roubos por esticão[17], verificando-se um decréscimo de 29 crimes (-2,24%), relativamente a 2024.

Em 2025 foram registados 616 crimes de **roubo na via pública (exceto por esticão),** correspondendo a uma diminuição de 0,48% (-3 crimes) em relação a 2024. Este tipo de crime é mais frequente nos maiores aglomerados populacionais, tendo-se verificado com especial incidência no distrito de: **Setúbal (177)**, Faro (132), Lisboa (76) e Porto (74). Os concelhos mais afetados foram: Albufeira (61), Almada (49), Loulé (44) e Moita (32).

Pela análise temporal do crime de roubo na via pública (exceto por esticão), verificou-se que o maior número de crimes ocorreu nos meses de **maio (73 crimes)**, junho (64), julho (64). Comparativamente ao ano anterior, destacam-se os meses de maio e agosto por registarem, respetivamente, 55,32% de aumento de casos e diminuição de 32,86%.

A maior incidência de casos ocorre ao fim-de-semana, respetivamente, **sábado (107)** e domingo (95). Durante os dias úteis, terça-feira (92) e sexta-feira (90) são os que apresentam os valores mais elevados.

No que diz respeito ao horário em que estes foram praticados, salienta-se que são menos frequentes durante a manhã (74) e com especial incidência ao final do dia, entre as 19H00 e as 24H00 (186). Durante o período da madrugada (0h-06h) e a tarde (13h-18h) foram registados 178 crimes em cada um dos períodos.

O crime de **roubo na via pública (exceto esticão)** foi consumado em 89,94% dos casos (554 crimes), tendo sido praticado em 30,36% (218) destes casos com recurso a agressão física e em 12,4% (89 crimes) com ameaça verbal. Relativamente ao uso de armas, em 9,19% (66 crimes) foi praticado com recurso a arma branca e em 20 casos foi praticado com recurso a arma de fogo (2,79%)[18].

Relativamente ao tipo de vítimas do roubo na via pública, foram contabilizadas 709 vítimas, das quais, 81,24% são do sexo masculino (576) e 18,05% do sexo feminino (128), com maior incidência nas vítimas com idade compreendida entre os 31-40 anos (91 casos), embora não se verifique grandes oscilações no número de vítimas entre os 18-64 anos.

Os autores encetaram fuga do local a pé (57,63%) ou em viatura ligeira (23,70%). Foram efetuadas 63 detenções de indivíduos suspeitos da prática deste crime. O valor dos roubos na via pública (exceto por esticão) ascendeu a 524.857,83€.

Em 2025 foram registados **650 roubos por esticão,** correspondendo a uma diminuição de 3,85% (-26 crimes) em relação a 2024. Os distritos de Faro (110), Porto (87), Lisboa (86) e Setúbal (82) foram os que apresentaram o maior número de registos

Aguarda Homologação

[15] A criminalidade reportada, para efeitos do RASI, é relativa à criminalidade participada com NUIPC da GNR.
[16] O roubo na via pública implica a subtração de bens por meio de violência ou ameaça, com ou sem emprego de arma. O roubo por esticão implica a subtração através de uma ação rápida e violenta sobre um objeto na posse direta da vítima.
[17] Para efeitos do RASI, em 2025 ocorreram 1 249 roubos, sendo 601 na via pública (exceto esticão) e 648 roubos por esticão (participados com NUIPC da GNR).
[18] Os dados em análise neste parágrafo recaem sobre os crimes consumados.

de crimes. Quanto aos concelhos, os mais fustigados por este tipo de crime foram os de Albufeira (73), Almada (31) e Lisboa (23).

Relativamente ao tipo de vítimas do roubo por esticão, foram contabilizadas 702 no total, das quais 51,14% são do sexo feminino.

Estes crimes são praticados com recurso à força física (**por esticão**) tendo sido consumados em 96,62% dos casos (628). Os suspeitos encetaram fuga do local a pé (49,85%) ou em viatura (34,15%), tendo sido possível proceder a 53 detenções de indivíduos suspeitos da prática deste crime.

Ao analisar o crime durante o ano de 2025, verifica-se uma incidência significativa nos meses de julho (93), junho (89), e agosto (87), sendo meses associados ao aumento de turismo. Por outro lado, fevereiro (29) e dezembro (27) registam valores mais baixos. Os dias da semana com mais casos registados foram quinta-feira (107), sexta-feira (97), tendo a quarta-feira apresentando o valor mais baixo da semana com 84 casos.

Este tipo de crime ocorreu, na maior parte dos casos, no período entre as 13H-18H (248) e entre as 07H-12H (180). Ainda é importante destacar que foram efetuadas 47 detenções de indivíduos suspeitos da prática deste crime. O valor dos roubos por esticão registados ascendeu a 576.198,61€.

ROUBOS A FARMÁCIAS[19]

Em 2025, foram registados 3 roubos a farmácias[20], mantendo o mesmo número de ocorrências de 2024.

Geograficamente, estas ocorrências aconteceram nos distritos de Braga (2) e Setúbal (1).

Os crimes ocorreram no mês de abril, maio e julho. Um crime ocorreu à segunda-feira, entre as 07H00 e as 12H00, e os outros dois crimes ocorreram ao sábado, ambos entre as 13H00 e as 18H00. Em termos de meio de execução dos crimes, os suspeitos fizeram uso de arma branca (2 situações) e de ameaça verbal. Em todos os casos a fuga dos locais foi efetuada em viatura.

Relativamente às características dos suspeitos, em todas as situações, os indivíduos eram do sexo masculino, sem estimativa de idade, caucasianos, com referência à nacionalidade brasileira e portuguesa, baseado no sotaque dos mesmos.

Foi efetuada 1 detenção e o produto total dos roubos a farmácia foi de 955€.

ROUBOS A OURIVESARIAS[21]

Em 2025, ocorreram 4 roubos a ourivesarias[22], verificando-se aumento de um caso em relação ao ano anterior.

Os crimes ocorreram nos distritos de Braga (2), Santarém (1) e Viseu (1), respetivamente nos concelhos de Esposende, Almeirim e Cinfães. Verifica-se que 3 crimes foram consumados e 1 houve tentativa em que só causaram danos.

Os crimes ocorreram nos meses de janeiro, abril, agosto e outubro. No período da tarde (13H-18H) ocorreram 2 crimes, um (1) no período da madrugada (00H-06H) e um (1) no período da noite (19H-24H). Relativamente aos dias da semana os crimes aconteceram à terça-feira (2), segunda-feira e sexta-feira.

Em termos de modus operandi verifica-se que os suspeitos agiram sempre em grupo, utilizaram a ameaça/agressão com arma de fogo (2) e ameaça/agressão com arma branca (1), para levar a cabo os seus desígnios.

[19] Implica a subtração de bens de uma farmácia, incluindo medicamentos, por meio de violência ou ameaça, com ou sem emprego de arma.
[20] Para efeitos do RASI, em 2025 ocorreram 2 crimes (participados com NUIPC da GNR).
[21] Implica a subtração do património de uma ourivesaria por meio de violência ou ameaça, com ou sem emprego de arma.
[22] Para efeitos do RASI, em 2025 ocorreram 2 crimes (participados com NUIPC da GNR).

Aguarda Homologação

Os suspeitos encetaram fuga em veículo motorizado (3) e a pé (1) e não foram efetuadas detenções de indivíduos suspeitos da prática deste crime. Quanto aos valores roubados não foram apurados.

ROUBOS A POSTOS DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEL[23]

Ocorreram na ZA da GNR em 2025, **28 casos**[24] de roubos em postos de abastecimento de combustíveis, o que, comparado com o ano anterior, significa um decréscimo **de 20% (-7 casos)**.

Este tipo de crime revelou especial incidência nos distritos de Porto (8), Braga (4), Lisboa (3), Leiria (3) e Setúbal (3).

Os distritos com aumento de casos foram Braga (+3), Faro (+2) e Setúbal (+2). Os distritos com maior descida de casos foram Porto (-5), Lisboa (-4) e Aveiro (-3).

Os crimes foram particularmente perpetrados com recurso a **arma de fogo** (8) ou **arma branca** (5), ameaça verbal (7) ou ameaça/coação psicológica (4) e agressão física (2).

Os suspeitos fugiram, por norma, a pé (53,57%) e em veículo (39,29%), desconhecendo-se se os que fugiram a pé teriam veículos estacionados nas imediações.

Os meses de novembro (6 casos) e dezembro (5 casos) registaram o maior número de ocorrências em termos absolutos. Verificou-se um aumento significativo nestes dois meses (+7 casos) face ao período homólogo do ano anterior, no qual foram registados apenas 4 casos (3 em novembro e 1 em dezembro). Observa-se, ainda, uma alteração relevante na distribuição anual, com maior concentração de casos no 2.º semestre, que representou 60,71% do total.

Analisando os dias da semana, a distribuição de casos foi uniforme, variando entre os 3 casos, registados às segundas-feiras e quartas-feiras, e os 5 casos registados às sextas-feiras e domingos. Na maioria das situações (57,14% dos casos) o crime de roubo em postos de abastecimento de combustível ocorreu entre as 19H00 e as 24H00, com especial incidência entre as **21H00/22H00, que representa 68,75% dos casos em particular (entre as 19H00-24H00) e 39,29% no total de casos**.

Na sequência da prática destes crimes foram efetuadas 5 detenções e os valores registados roubados ascenderam a 19.078,05€.

ROUBO DE VIATURA[25]

O roubo de veículo, com base no somatório das Entidades Notadoras (GNR e Polícia Judiciária (PJ)), sofreu um aumento de 11 crimes entre o ano de 2024 e 2025, isto é, de 45 crimes denunciados em 2024, passou-se a 56 em 2025, resultando neste modo numa variação percentual de 24,44%.[26]



Figura 45 - Roubo de viaturas totais anuais (2024-2025)

Pese embora se verifique um aumento do crime em análise, as detenções efetuadas pela GNR também aumentaram, apresentando uma variação percentual de +80%, isto é, em 2024 foram detidos 5 suspeitos da prática deste tipo de crime, sendo que, em 2025 foram detidos 9, tendo sido 6 deles em flagrante delito.

[23] Implica a subtração de bens de um posto de abastecimento de combustível, incluindo o próprio combustível, por meio de violência ou ameaça, com ou sem emprego de arma.
[24] Para efeitos do RASI, em 2025 ocorreram 22 crimes (participados com NUIPC da GNR).
[25] Implica sempre a subtração de um veículo motorizado por meio de violência ou ameaça, com ou sem emprego de arma.
[26] Para efeitos de RASI a GNR registou 53 crimes praticados em 2025 e 41 em 2024, verificando-se deste modo um aumento da variação criminal de +12 crimes (29,27%).

Aguarda Homologação

O crime em questão apresenta ainda uma nuance que indica que o maior número de detenções foi efetuado em dias da semana, nomeadamente quarta-feira e sexta-feira.

Quanto às vítimas, as mesmas caracterizam-se por terem idades compreendidas, maioritariamente, entre os 31 e os 64 anos de idade, sendo que a sua maioria possui idades compreendidas entre os 41 e os 50 anos.

Relativamente ao *Modus Operandi* mais utilizado nesta prática delituosa, verificou-se que se trata do recurso à violência física contra as vítimas (36), em 71 vítimas registadas.[27]

No que concerne à evolução mensal do crime em análise, dizer-se que o mesmo apresentou picos durante os meses de janeiro, março, maio e mantendo-se superior ao ano anterior de agosto a dezembro, sendo que os distritos com maior incidência deste tipo de delito são os de Faro, Porto, Setúbal e Aveiro, com 13, 10, 9 e 8 crimes[28] denunciados, respetivamente.

Quanto aos aumentos dos crimes em causa, os mesmos acompanham alguns dos distritos mais fustigados, verificando-se um aumento de +6 crimes no distrito de Faro, +5 no distrito de Aveiro e +4 no distrito do Porto, sendo que em Setúbal apenas se verificou +1 crime desta natureza.[29]

Em contrapartida, o distrito de Lisboa apresentou um decréscimo de -4 crimes denunciados.



[27] No caso dos dados referentes à GNR para efeitos de RASI, a violência física foi aplicada contra 35 vítimas das 68 registadas.
[28] Dados GNR para efeitos de RASI: Faro (13), Aveiro (9), Porto (8), Setúbal (8).
[29] Dados GNR para efeitos de RASI: Faro (6), Aveiro (5), Porto (5), Setúbal (1).

Aguarda Homologação

Figura 46 - Roubo de viaturas – por distritos (2024-2025)

FURTO DE VEÍCULO MOTORIZADO [30]

No que concerne ao furto de veículo, a GNR registou, em 2025, na sua ZA, um total de 2 939 casos, verificando-se um decréscimo de 181 crimes (-5,80%) de veículos furtados, face aos registos de 2024, sendo os distritos com maior incidência o de Faro (547), seguido do Porto (500) e Setúbal (362). Tendo as maiores subidas deste tipo de ilícito sido verificadas nos distritos de Coimbra e Viseu com mais 14 furtos, e as maiores descidas nos distritos de Aveiro (-75) e Setúbal (-47).

No que respeita aos meses do ano onde se verificou um aumento deste tipo de ilícito, dizer-se que foi entre março e abril de 2025 e o pico em outubro, mantendo-se o número de registos superior ao ano anterior até dezembro.

Relativamente a este crime a GNR registou um aumento no número de detenções, tendo alcançado 106 detidos no ano de 2025 (91 deles em flagrante delito), face aos 94 registados em 2024, isto é, um aumento de 12 detenções que representa uma variação percentual de +12,77%. Quanto às vítimas do crime em causa, registaram-se em 2025, 2961 vítimas, -233 que no ano anterior, sendo as mesmas caracterizadas, na sua maioria, como sendo do sexo masculino (1921) e cujas idades estão compreendidas, essencialmente, entre os 31 e os 64 anos, sendo que a taxa maior se situou entre os 51 e os 64 anos (649 vítimas).

A GNR recuperou 1 206 veículos[31], menos 148, em relação a 2024, porém, também foi registado um decréscimo no número de furtos de veículo automóvel, conforme já mencionado, decréscimo esse entre os 2 939 crimes registados em 2025 e os 3 120 crimes registados em 2024 (-181 furtos de veículo).



[30] Implica a subtração de um veículo motorizado, agindo com intenção de apropriação, sem o recurso a violência ou ameaça.
31 Segundo os dados do SEI da PSP.

Aguarda Homologação

Figura 47 - Furto de viaturas/viaturas recuperadas (2024-2025)

OUTROS FURTOS EM VEÍCULO MOTORIZADO[32]

Em 2025, registaram-se 5 690 crimes, (-475 face ao ano anterior onde se registaram 6165 crimes dessa natureza), com uma variação de -7,70% face ao ano de 2024[33]. Da análise efetuada foi possível verificar-se que o crime em apreço revelou os seus picos, face ao ano anterior, nos meses de janeiro, maio e dezembro, tendo tido lugar, na sua maioria, nos distritos do Porto (1440), Setúbal (722), Lisboa (691) e Faro (629).

Quanto às maiores subidas, as mesmas foram registadas, essencialmente, no distrito do Porto (+302 crimes registados), já em Faro e Setúbal os números diminuíram (-271 em Faro e -193 em Setúbal).

Resultante do mesmo, a GNR realizou 68 detenções em 2025, face às 26 registadas no ano de 2024, ou seja, +42, resultando numa variação percentual de 161,54%.

As vítimas também decresceram, de 7426 em 2024 para 6 910[34] em 2025, facto facilmente explicável, considerando a diminuição do número de crimes registados. Já a caracterização das mesmas acaba por ser muito similar ao ano anterior, maioritariamente do sexo masculino (3831 das vítimas) e na sua maioria com idades compreendidas entre os 51 e os 64 anos de idade (1 488).

FURTO DE ACESSÓRIOS/PEÇAS DE VEÍCULO MOTORIZADO

Em 2025, registaram-se 1 244 crimes, ou seja, -312 crimes face aos 1556 registados em 2024, resultando numa variação percentual de -20,05%. Da análise efetuada foi possível verificar-se que o crime em apreço revelou os seus picos, face ao ano anterior, nos meses de julho a agosto e dezembro, mantendo-se sempre inferior ao ano anterior.

Quanto à sua distribuição territorial, destacam-se os distritos do Porto (219), Setúbal (211), Lisboa (170) e Faro (140), pese embora o crime em apreço tenha apresentado, de facto, subidas a nível dos distritos de Beja (+10 crimes), Santarém (+8 crimes) e Évora (+7 crimes), face ao ano anterior e decréscimos muito significativos em Setúbal (-72), Lisboa (-69), Porto (-61) e Faro (-54).

Apesar de verificado um decréscimo acentuado nas grandes áreas metropolitanas, a GNR registou também um retrocesso no que diz respeito ao número de detenções efetuadas no âmbito do crime em causa, tendo as mesmas diminuído para 8 face ao ano de 2024, onde foram detidos 13 indivíduos pela prática do crime em causa, sendo desta forma uma variação de -5 detidos, o que resulta numa variação percentual de -38,46%.

À semelhança do crime anterior, as vítimas também decresceram, de 1607 em 2024 para 1281 em 2025, facto facilmente explicável considerando a diminuição do número de crimes registados. Já a caracterização das mesmas acaba por ser muito similar ao ano anterior, maioritariamente do sexo masculino (716 das vítimas) e na sua maioria com idades compreendidas entre os 51 e os 64 anos de idade (283).

FURTO DE COMBUSTÍVEL EM VEÍCULO MOTORIZADO

Em 2025 verificou-se um aumento de 326 crimes face ao 280 registados em 2024, ou seja, verificou-se uma subida de 46 crimes (variação percentual de 16,43%). Da análise efetuada foi possível verificar-se que o crime em apreço revelou os seus picos, face ao ano anterior, no mês de maio, mantendo-se sempre superior ao ano anterior de agosto a dezembro (à exceção de julho onde o número de crimes desceu em relação a 2024).

32 Contempla o furto de objetos deixados no interior do veículo (e a tentativa), bem como a tentativa de furto de veículo motorizado.
33 Para efeitos de RASI a GNR registou 5688 crimes em 2025, representando um decréscimo de - 477 crimes face ao ano anterior (-7,74%).
34 Sendo 6908 vítimas no caso da GNR para efeitos de RASI.

Aguarda Homologação

Quanto à sua distribuição territorial, destacam-se os distritos de Aveiro (com 50 crimes), Setúbal (44), Porto (39) e Santarém (36), sendo que os maiores aumentos se verificaram a nível de Aveiro (+17 crimes), Évora (+11 crimes), Santarém e Setúbal (+10 crimes), face ao ano anterior. Já no que diz respeito às maiores descidas deste tipo de ilícito, realçam-se as descidas verificadas a nível do Distrito de Faro (com -10 crimes) e Coimbra (-8).

No que concerne a este tipo de crime não se registaram alterações no número de detenções entre 2024 e 2025 (11 detidos em ambos os anos).

Em relação às vítimas, encontram-se registadas 329 em 2025, face às 284 registadas em 2024, ou seja, -45 (-15,85%).

ROUBO A RESIDÊNCIAS

Em 2025 verificaram-se um total de 152[35] casos de roubo a residência. Comparativamente ao ano de 2024, onde se verificou o registo de 195 crimes, houve um decréscimo de -43 ocorrências dessa mesma tipologia, resultando numa variação percentual de -22,05%.

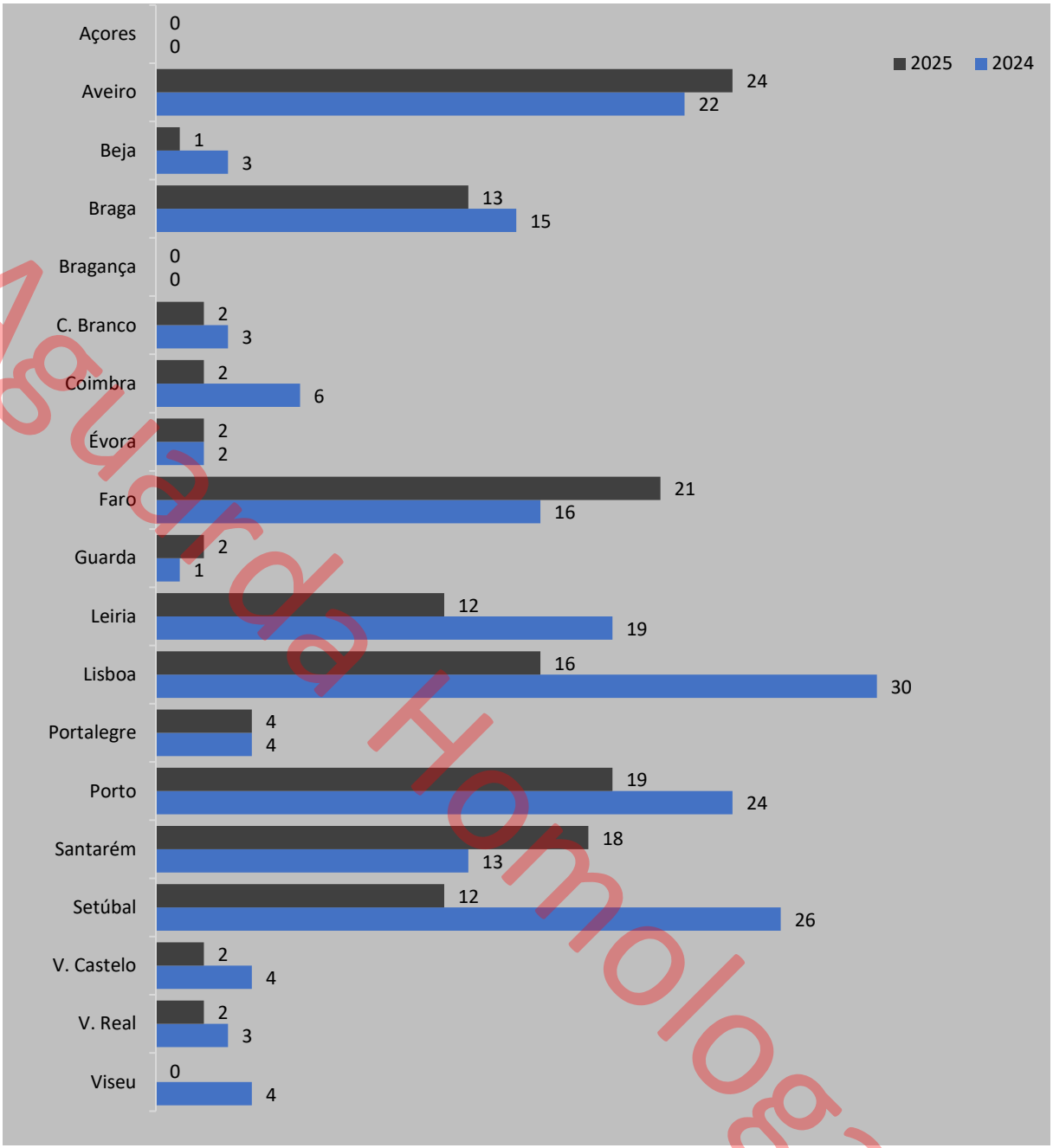


Figura 48 – Roubo a residências – totais anuais (2024-2025)

No que concerne à sua dispersão territorial, importa referir que os distritos de Aveiro (24 crimes), Faro (21), Porto (19), Santarém (18) e Lisboa (16) são os que se destacam relativamente ao número de crimes perpetrados, sendo estes cinco distritos responsáveis por cerca de 62% do total das participações. Quanto às maiores subidas em relação ao ano anterior, destacam-se os distritos de Faro (+5 crimes) e o de Santarém (+5) e, em contrapartida, Lisboa e Setúbal registaram um decréscimo de -14 crimes, Leiria -7 e Porto -5.

Aguarda Homologação

[35] Para efeitos de RASI a GNR registou 120 crimes em 2025, representando um decréscimo de - 57 crimes face ao ano anterior (-32,20%).



Aguarda Homologação

Figura 49 – Roubo a Residências – por distritos (2024-2025)

Da análise efetuada ao ano de 2025, verificou-se que o crime em causa teve maior destaque nos meses de janeiro e março a abril, em relação ao ano anterior, ocorrendo com maior frequência no período da madrugada, compreendido entre as 00H00 e as 06H00 (60 crimes), sendo que os dias úteis são os que mantêm números mais elevados de ocorrências, praticamente o dobro do que ao fim de semana. Em termos percentuais o modus operandi dos autores deste tipo de ilícito é essencialmente com recurso à ameaça/agressão e coação física (35,27%) ou com recurso a armas de fogo (9,18%).

Relativamente aos suspeitos da prática do ilícito em questão, foram registados 279 suspeitos em 2025, sendo -82 que em 2024 (361), o que representa uma variação de -22,71%. Quanto ao número de detenções efetuadas apenas se registaram 8 em 2025, face às 20 de 2024, o que resultou num decréscimo de 20 detenções, representando uma variação percentual de -60,00%. Quanto à sua caracterização, 7 deles foram identificados como portugueses e apenas 1 como sendo cabo-verdiano, mantendo-se as médias de idade dos mesmos compreendidas entre os 21 e os 50 anos de idade.

No que diz respeito às vítimas, em 2025 foram registadas 246, sendo -18 do que em 2024 (264), representando uma variação de -6,82%. Caracterizam-se essencialmente por serem, na sua maioria, do sexo masculino (138), e com idades essencialmente compreendidas entre 51 e os 100 anos de idade. Uma vez mais esta característica indicia que as vítimas são previamente selecionadas pela razão da idade, pois destacam-se os números nas idades compreendidas entre os 51 e os 64 anos (52) e nas de idade compreendida entre os 75 e os 84 anos (46).

ROUBO A BANCO OU OUTRO ESTABELECIMENTO DE CRÉDITO[36]

A GNR registou, em 2025, **11** roubos a bancos[37], verificando-se um aumento de 1 caso em relação a 2025 (10%). Ocorreram nos seguintes distritos: Évora (4 casos), Lisboa (2) e Braga, Coimbra, Leiria, Santarém e Setúbal (1 caso cada).

Da análise temporal das ocorrências, as mesmas tiveram lugar nos meses de maio (3), janeiro, abril e junho (2 caso cada), março e dezembro (1 em cada).

Não se verifica a prática deste crime aos sábados e domingos, estando os mesmos distribuídos pelos dias da semana, com destaque para a sexta-feira (37%), sendo que na quinta-feira apenas ocorreu um registo.

Salienta-se que 82% dos crimes foram consumados, sendo que em 69% das situações existiu ameaça com arma de fogo.

Pela prática deste crime foram efetuadas 6 detenções pela GNR e foi apenas possível apurar os valores registados de 6 dos crimes, correspondendo a 466 000,00€.

FURTO DE *AUTOMATIC TELLER MACHINES* (ATM)[38]

A GNR registou em 2025 um total de 13 casos de furto a ATM[39], verificando-se, assim, uma descida (-3) de ocorrências em relação ao ano transato. Este crime teve uma igual incidência nos distritos de Faro, Lisboa, Setúbal e Porto, (2 casos em cada) seguindo-se os distritos de Beja, Coimbra, Leiria, Santarém e Viana do Castelo (1 caso, em cada).

Destacam-se os meses de fevereiro e julho, que registaram o maior número de casos (3 cada), seguindo-se os meses de abril (2), maio, junho, agosto, setembro e novembro, com 1 caso em cada mês.

A terça-feira e o sábado foram os dias da semana com maior número de registos (4 casos em cada), seguindo-se a segunda, a quarta-feira (2) e o domingo (1).

No que respeita ao período em que estes crimes ocorreram, evidencia-se o período da noite, entre as 00H00-07H00 (10), provavelmente por existir menos movimentação da população, menos trânsito e um menor número de patrulhas neste período.

Pese embora não haja informação detalhada acerca dos suspeitos, depreende-se que cada ilícito necessite entre dois a quatro indivíduos para atuarem.

Em 2025, destacou-se o arrombamento (8) como *modus operandi*, seguido da explosão (4). Dos 13 crimes registados, verifica-se que 5 foram consumados e 8 foram tentativas.

Relativamente aos valores furtados, foi apenas possível apurar o valor registado correspondente de 2 situações, perfazendo o total de 105,00€.

Aguarda Homologação

[36] Implica sempre a subtração de bens de um banco ou estabelecimento de crédito, com ou sem emprego de arma.
[37] Nesta tipologia criminal 1 dos crimes foi participado com NUIPC da GNR.
[38] Implica a subtração ou tentativa de subtração do dinheiro acondicionado em ATM.
[39] Para efeitos do RASI, em 2025 ocorreram 12 crimes (participados com NUIPC da GNR).

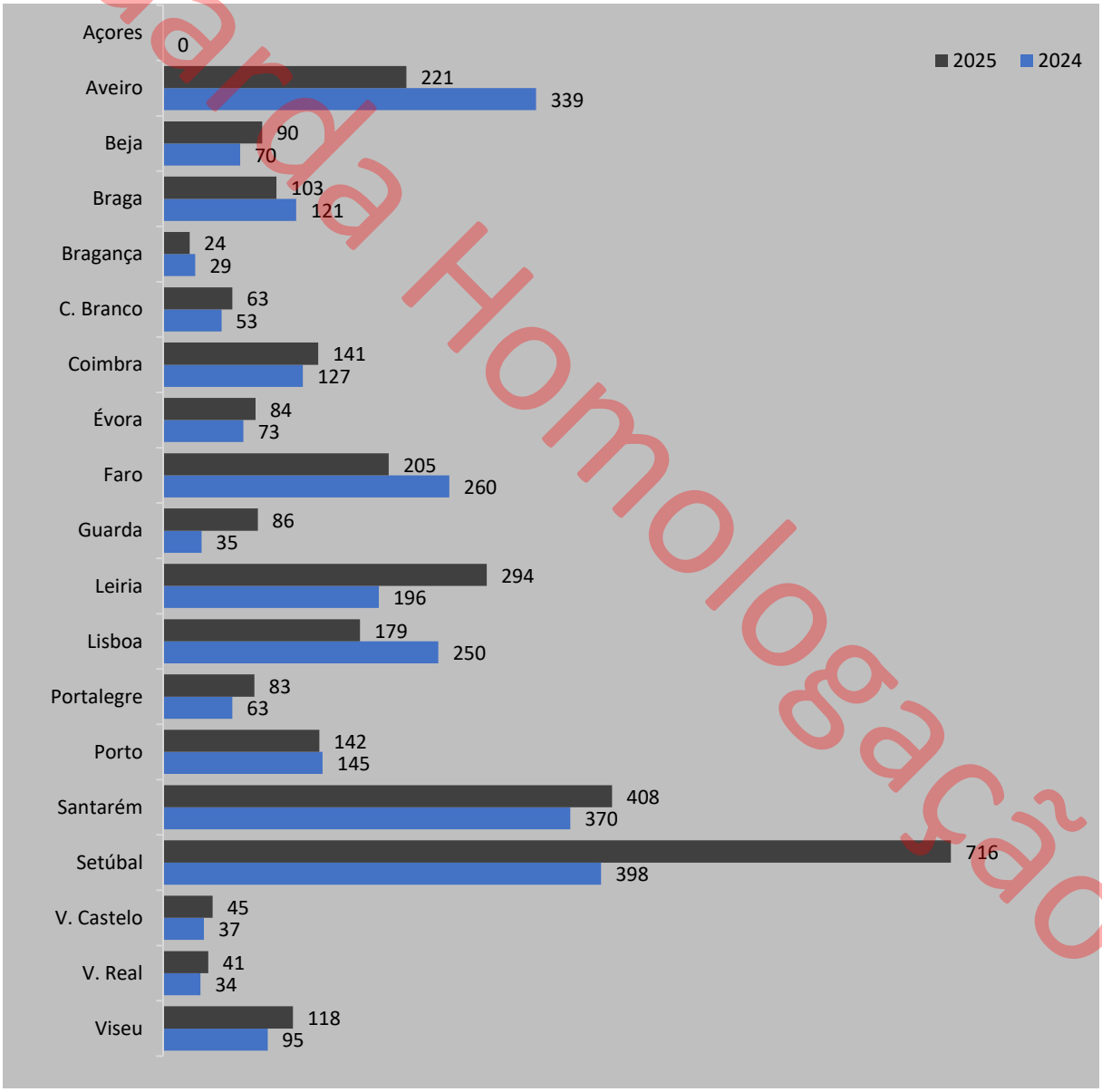
FURTO DE METAIS NÃO PRECIOSOS[40]

Em 2025, a GNR registou **3 043 furtos de metais não preciosos,** representando um aumento de 12,91% (+348 casos)[41] relativamente ao ano anterior.



Figura 50 – Furto de metais não preciosos – por anos (2024-2025)

O furto de metais não preciosos registou maior incidência nos distritos de Setúbal (716), Santarém (408), Leiria (294), Aveiro (221) e Faro (205) representando, a soma de registo destes cinco distritos, 60% do total das participações.



Aguarda Homologação

[40] Implica o furto de cobre, alumínio e outros metais não preciosos, destacando-se as redes elétricas e telefónicas, sinais de trânsito, da via pública, de residências e de explorações agrícolas ou industriais.
[41] Para efeitos do RASI, em 2025 ocorreram 3 043 crimes (participados com NUIPC da GNR).

Figura 51 – Furto de metais não preciosos – por distrito (2024-2025)

Os concelhos de Palmela (247), Sesimbra (114), Seixal (113), Santarém e Setúbal (81, cada), foram os que registaram o maior número de ocorrências.

Cerca de 29,64% dos autores foram caracterizados, sendo possível determinar que 27,07% são do sexo masculino e 2,57% do sexo feminino, com idades compreendidas, maioritariamente, entre os 31 e os 40 anos. Por outro lado, 226 suspeitos são portugueses, 17 romenos, 2 espanhóis, 1 moldavo e 1 santomense, e por outro lado observa-se também que 119 são caucasianos.

Em 2025, este tipo de crime apresentou uma tendência de subida nos meses de fevereiro a maio, tendo, neste último, atingido o valor máximo (353), seguindo um padrão de registos com pequenas oscilações a partir do mês de julho.

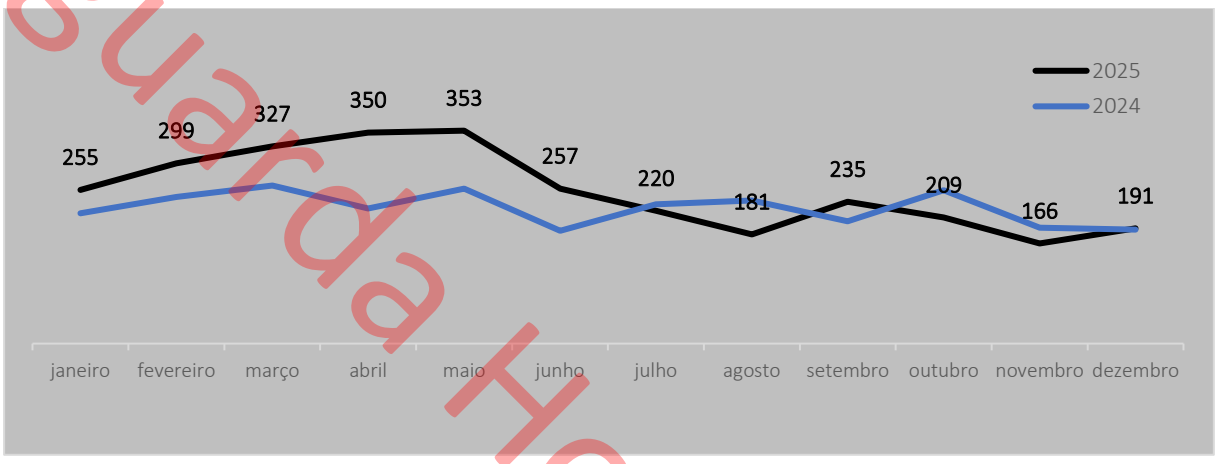


Figura 52 – Furto de metais não preciosos – evolução (2024-2025)

Relativamente aos dias da semana, os dias úteis, em particular, a segunda (535) e sexta-feira (510), foram os que registaram maior número crimes. Existe uma propensão para praticar este tipo de crime durante o dia, entre as 07H00 e as 18H00 (1 685), contudo, a análise por período revela uma incidência maior durante a madrugada (912), entre as 00H00 e as 06H00.

O cobre foi o metal mais furtado, seguindo a tendência de anos anteriores, sendo que o tipo de alvo preferencial são, maioritariamente, pessoas coletivas.

Pela prática do crime de furto de metais não preciosos foram detidos pela GNR, ao longo do ano, 77 suspeitos, verificando-se um aumento de 10,61 % face ao ano de 2024.

Os valores registados de material furtado ascenderam a 7 010 130,92€.

BURLAS[42]

A GNR registou, em 2025, um total de **18 523** crimes de burlas[43], verificando-se um aumento de 2,81% (+ 506 casos) em relação a 2024.

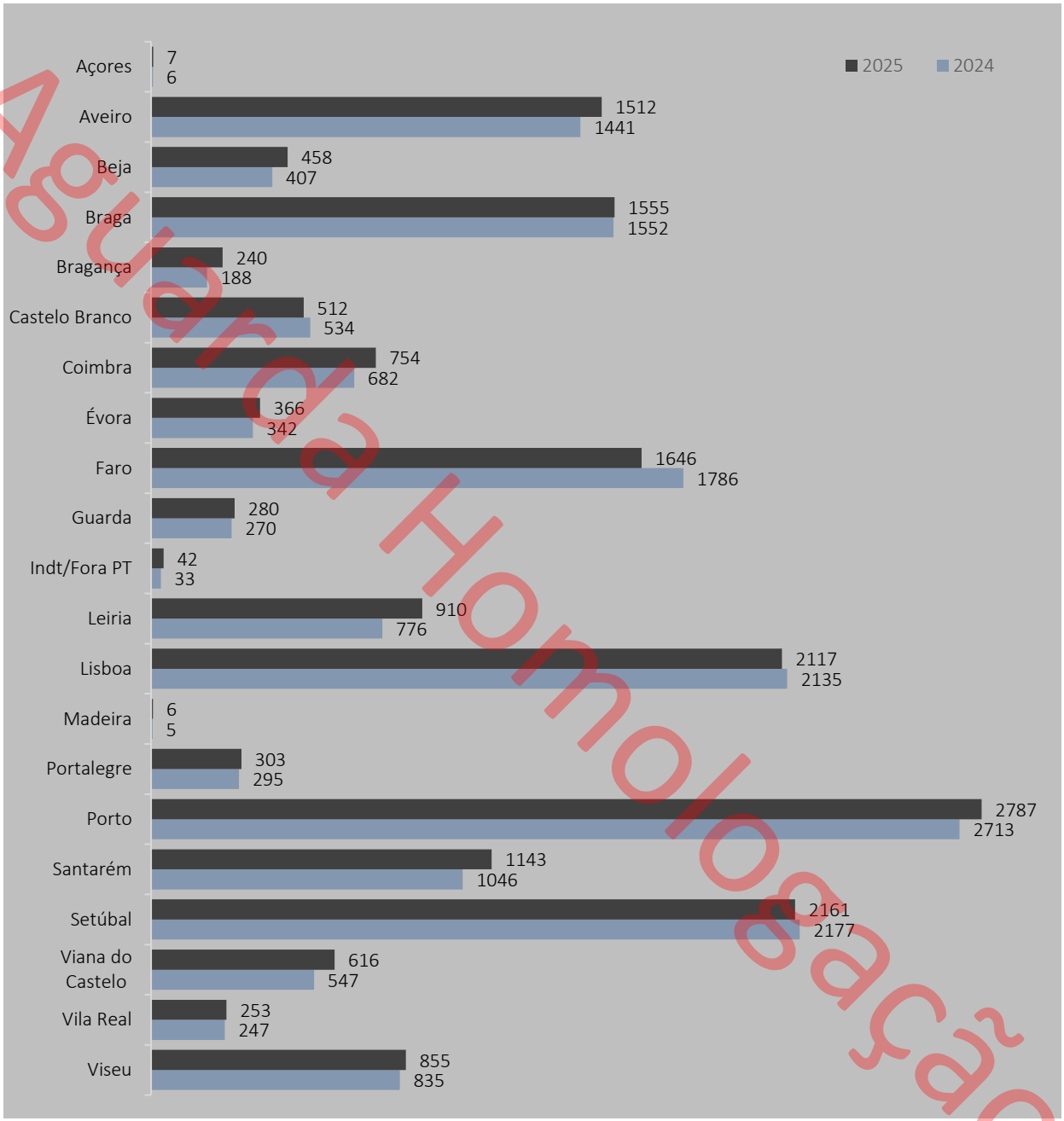


[42] Implica o enriquecimento próprio ou de terceiro, através de engano ou erro, induzindo outra pessoa a praticar atos que lhe causem prejuízo patrimonial ou a outrem.
[43] Para efeitos do RASI, em 2025 ocorreram 14 717 crimes de burla (participados com NUIPC da GNR).

Aguarda Homologação

Figura 53 – Burlas – por anos (2024-2025)

Verifica-se que os distritos com maiores registos de crimes de burla foram Porto (2 787), Setúbal (2 161), Lisboa (2 117), Faro (1 646), Braga (1 555) e Aveiro (1 512).



Aguarda Homologação

Figura 54 – Burlas – por distrito (2024-2025)

O mês com mais registo de crimes foi julho (1 801 crimes) e o mês com menor número de registos foi abril (1 249 crimes). Ao longo do ano observaram-se oscilações mensais, com diminuição dos registos até abril, subida progressiva até ao verão e nova redução no último trimestre.

O maior registo de crimes foi em dias úteis, destacando-se a segunda-feira com o maior número de crimes (3 191) e o domingo com o menor número (1 635). Verifica-se ainda que o período horário em que se registaram maior número de crimes foi entre as 07H00 e as 18H, correspondendo a 73,14% do registo dos crimes de burla.

Os *modus operandi* mais utilizados foram: por compra/venda (2 580), por publicação na *internet* (2 019), por *MBWay* (1 518), por roubo de dados (767), conto do vigário (750) e por *phishing* (589).

O principal modo de contacto com a vítima foi pela *internet* (4 753), presencial (4 560) e telefone/telemóvel (3 938). O alvo de burla é maioritariamente dinheiro (76,50%), veículos (3,99%) e produtos eletrónicos (2,27%).

Tendo em conta o crime em questão, a caracterização dos suspeitos nem sempre é possível. No entanto, com base nos dados disponíveis, foi possível caracterizar 5 556 suspeitos, correspondendo 34,15% ao sexo masculino e 14,95% ao sexo feminino. A idade dos suspeitos situa-se maioritariamente entre os 31 e os 50 anos, que fizeram-se passar maioritariamente por outro funcionário, empresário e familiar da vítima.

Relativamente às vítimas, no total foram contabilizadas 19 332, das quais 51,15% são do sexo masculino e 44,37% do feminino, com idades compreendidas entre os 31 e 64 anos.

Na sequência dos crimes, foram efetuadas 108 detenções e o montante apurado do valor registado das burlas foi de 65 304 553,84€, verificando-se um aumento no valor de 17 203 219,94€, o que corresponde a +35,76 %, face a ano 2024.

ILÍCITOS EM AMBIENTE ESCOLAR

Distintamente do que acontece nos restantes temas, os ilícitos em ambiente escolar são contabilizados por ano letivo.

Na atividade desenvolvida pela GNR no âmbito do Programa Escola Segura, destaca-se o registo, no ano letivo de 2024/2025, de 4 277 ocorrências[44] em ambiente escolar, incluindo os estabelecimentos de ensino público, particular e cooperativo.

Para a recolha desta informação, foi utilizada a análise[45] de todos os crimes verificados na proximidade da escola (100 metros considerados em ambiente escolar), dentro da escola e no percurso casa/escola/casa, entre 01 de setembro de 2024 e 31 de agosto 2025.

Da atividade desenvolvida pela GNR, no âmbito do policiamento em geral e, em particular em ambiente escolar, foram registados, no ano letivo de 2024/2025, 4 277 ilícitos, dos quais, 2 944 ocorrências de natureza criminal[46] e 1 333 ocorrências de natureza não criminal, incluindo os estabelecimentos de ensino público, particular e cooperativo.

Aguarda Homologação

44 Para efeitos do RASI, em 2025 ocorreram 4 236 ocorrências em ambiente escolar.
45 Na impossibilidade de efetuar a leitura dos autos individualmente, optou-se pela exclusão de crimes ocorridos fora da escola que não se enquadravam no ambiente escolar. Por outro, para efeitos de RASI só existem ocorrências de natureza criminal no interior e no exterior da escola, sendo que esta última categoria em particular, neste relatório, desdobra-se em "exterior da escola" mais o "percurso casa/escola/casa".
46 Para efeitos do RASI, em 2025 ocorreram 2903 ocorrências de natureza criminal.

No que respeita ao local das ocorrências de natureza criminal, cerca de 62% tiveram lugar no interior[47] dos estabelecimentos de ensino:

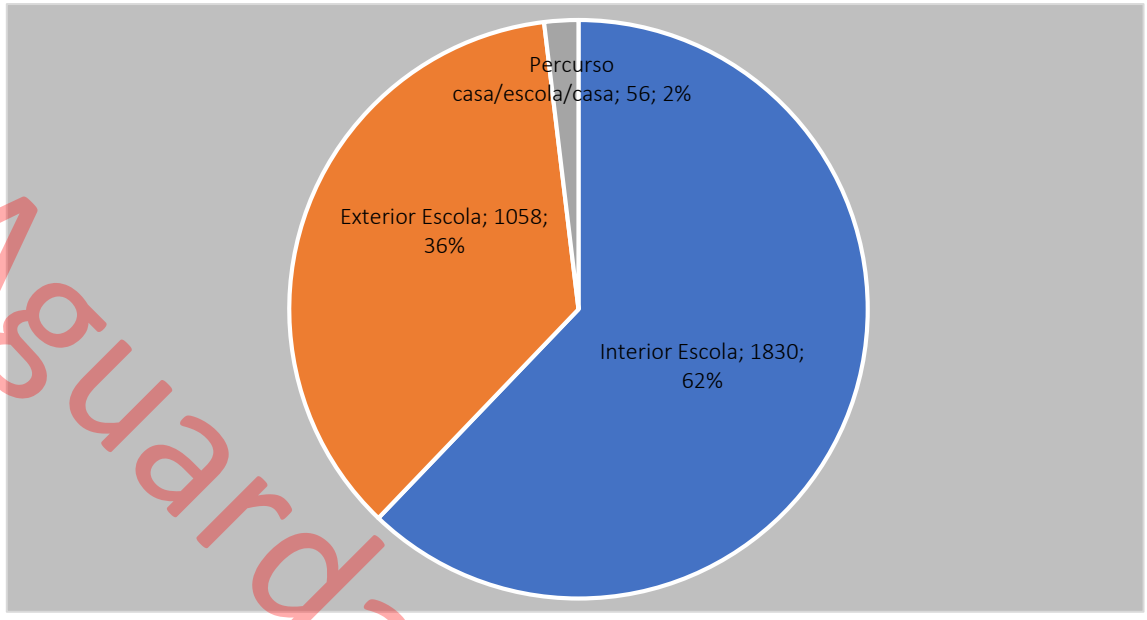


Figura 55 – Local das ocorrências criminais (2024/2025)

Da análise do total das participações, infere-se que as ofensas à integridade física (908), os furtos (559) e as injúrias/ameaças e coação (502)[48] são os casos mais frequentes. Tendo em conta os 1 830 ilícitos criminais totais verificados no **interior**[49] **das escolas**, o gráfico seguinte ilustra a realidade por tipo de ilícito:

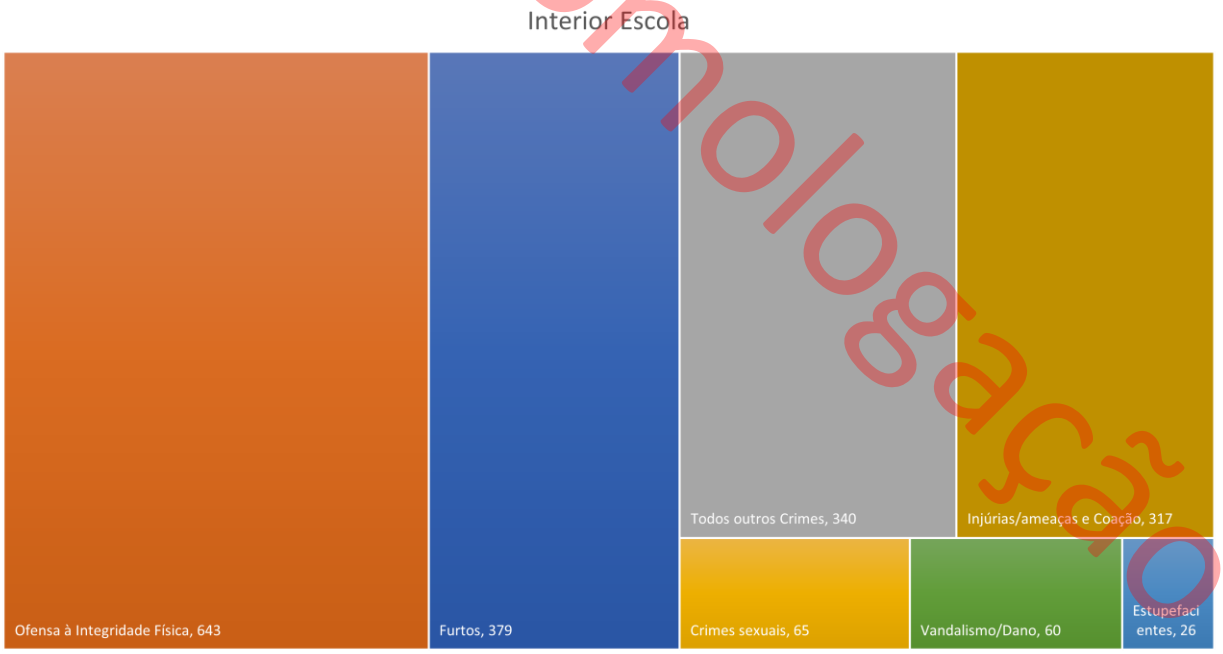


Figura 56 – Ocorrências no interior da escola, por grupos de ocorrências (2024/2025)

47 Para efeitos do RASI, em 2025 ocorreram 1813 ocorrências no interior da escola.
48 Totais das tipologias.
49 Para efeitos do RASI, em 2025 ocorreram 1813 ocorrências de natureza criminal no interior da escola.

Aguarda Homologação

Já nos 1 058 ilícitos registados no **exterior**[50] **dos estabelecimentos de ensino**, perímetro envolvente até aos 100 metros, as ocorrências verificadas encontram-se discriminadas no gráfico que se segue:

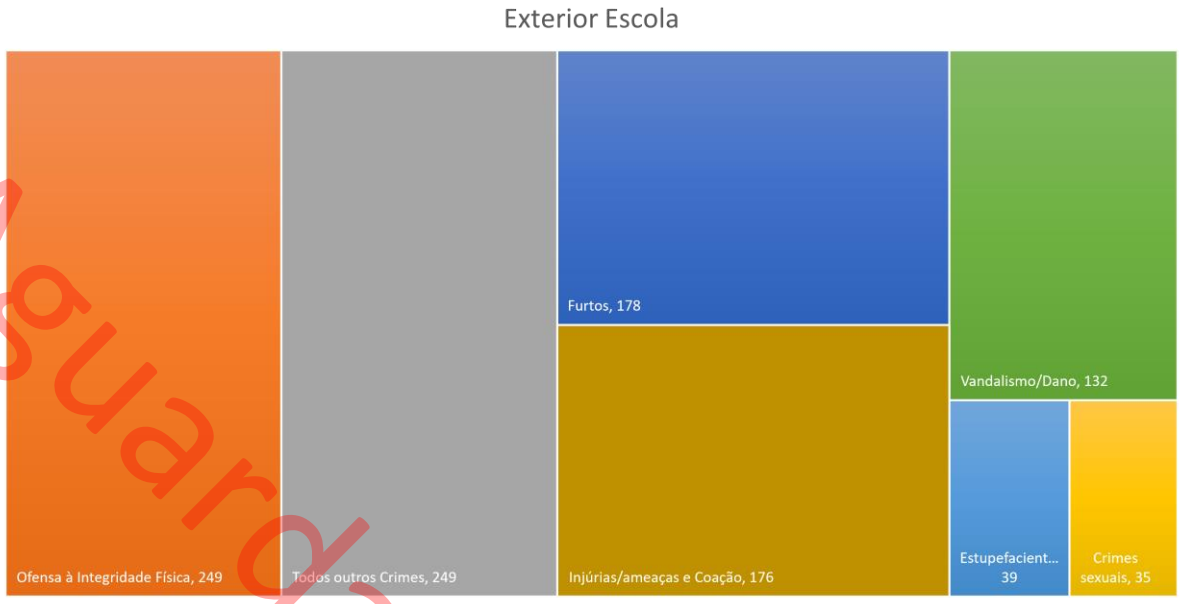


Figura 57 – Ocorrências no exterior da escola, por grupos de ocorrências (2024/2025)

No exterior das escolas, verificou-se que como tipologias de ocorrências mais registadas foram também a ofensa à integridade física (249), os furtos (178) e as injúrias/ameaças e coação (176).

No **percurso entre a casa e a escola**[51], foram registadas 56 ocorrências, onde se verificaram como tipologias de ocorrências mais registadas as ofensas à integridade física (16), seguido das injúrias/ameaças e coação (9) e dos crimes sexuais (9).

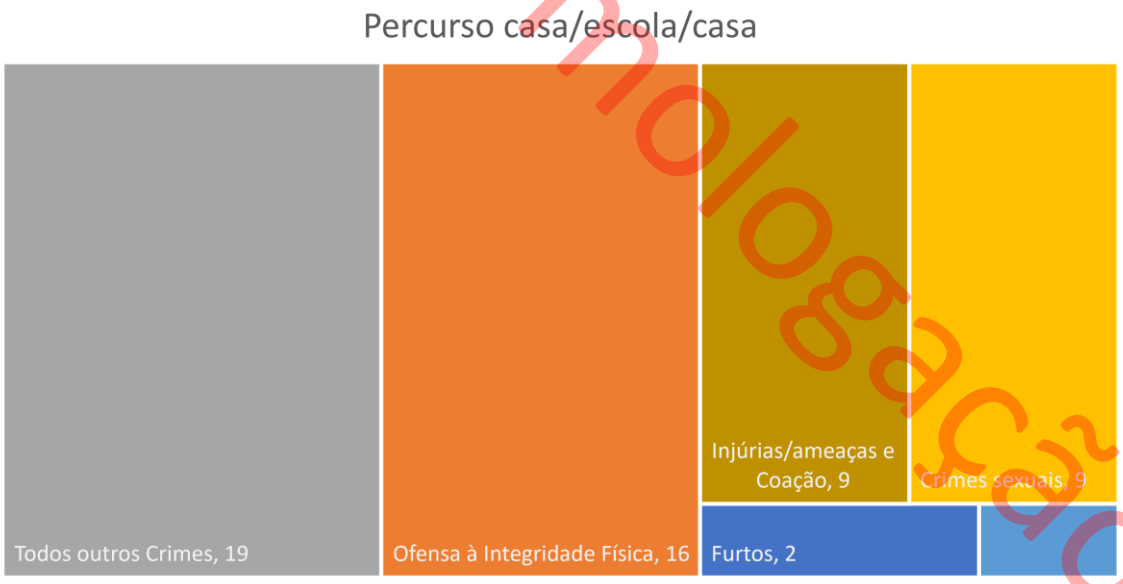


Figura 58 – Ocorrências no percurso casa – escola-casa, por grupos de ocorrências (2024/2025)

Aguarda Homologação

50 Para efeitos do RASI, em 2025 ocorreram 1090 ocorrências de natureza criminal no exterior da escola.
51 Para efeitos de RASI só existem ocorrências de natureza criminal no interior e no exterior da escola, sendo que esta última categoria em particular, neste relatório, desdobra-se em "exterior da escola" mais o "percurso casa/escola/casa". Assim, a categoria "percurso casa/escola/casa" está englobada nas ocorrências de natureza criminal no exterior da escola.

Realizando uma outra análise, relativa à área do país onde este tipo de casos mais acontece, conforme distribuição geográfica, verifica-se que os distritos que registaram mais participações de ilícitos criminais, bem como de ilícitos não criminais no ano letivo 2024/2025, foram Setúbal, Faro e Lisboa, por ordem decrescente.

Assim, apresenta-se o gráfico seguinte:

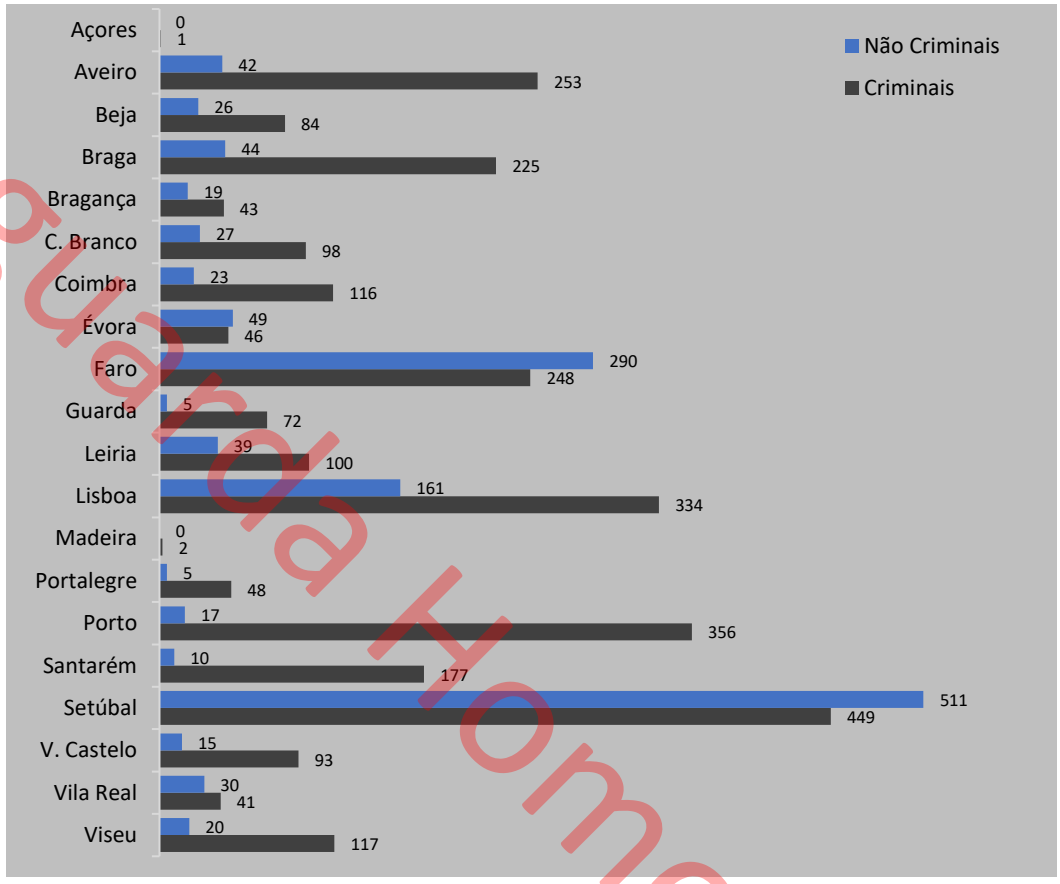


Figura 59 – Ocorrências criminais e não criminais por distritos (2024/2025)

CRIMINALIDADE GRUPAL[52]

Em 2025, atendendo às entidades notadoras GNR e PJ, verificaram-se um total de 3 427 casos de criminalidade grupal (três ou mais suspeitos), verificando-se uma subida de 8,18% (+259 casos) em relação ao ano de 2024 (3168).



Figura 60 – Criminalidade Grupal – totais anuais (2024-2025)

[52] Para efeitos de RASI: A GNR registou em 2025 (3 422 casos), ou seja, um aumento de 8,02% (+254casos) em relação ao ano de 2024. Os distritos com maiores registos de criminalidade grupal foram, Faro (474), Setúbal (430), Lisboa (412) e Porto (401). Dentro destes mesmos Distritos destaca-se o aumento significativo dos crimes praticados em Setúbal (+58), Castelo Branco (+46) e Guarda (+42), sendo possível verificar-se os maiores decréscimos nos distritos de Braga (-16), Lisboa (-13) e Beja (-13). No caso da GNR ofensas à integridade física grave, que apresentou um aumento de 56,25%. Na Criminalidade Violenta e Grave dá-se enfase também aos crimes de Violação que na GNR teve uma subida percentual de 150%, mantendo-se as restantes iguais quando contabilizadas com processos PJ. No concerne a esta tipo de criminalidade, importa referir que se registou um decréscimo de –7,88% no número de suspeitos no caso da GNR, ou seja, de 12037 registados em 2024 para 12985 em 2025 (representando uma variação de –948 suspeitos). Apesar de um decréscimo no número de suspeitos registados e, de um aumento do número de crimes, a GNR conseguiu aumentar significativamente o número de detenções (779, sendo 658 deles em flagrante delito), mais 56 indivíduos face ao ano de 2024 onde foram detidos 723 indivíduos (607 deles em flagrante delito). Quanto à sua caracterização, importa referir que na sua grande maioria (82,16%) eram do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 21 e os 30 anos (266 dos detidos) e encontravam-se desempregados (111 deles), sendo que 85 deles indicaram ser trabalhadores por conta de outrem.

Aguarda Homologação

Verificou-se que os distritos com maiores registos de criminalidade grupal foram, nomeadamente, Faro (476), Setúbal (430), Lisboa (414) e Porto (401).

Dentro dos distritos, destaca-se o aumento significativo dos crimes praticados em Setúbal (+58), Castelo Branco (+46), Faro (+43) e Guarda (+42), sendo possível verificar-se os maiores decréscimos nos distritos de Braga (-16), Beja (-13), Lisboa e Évora (-11).

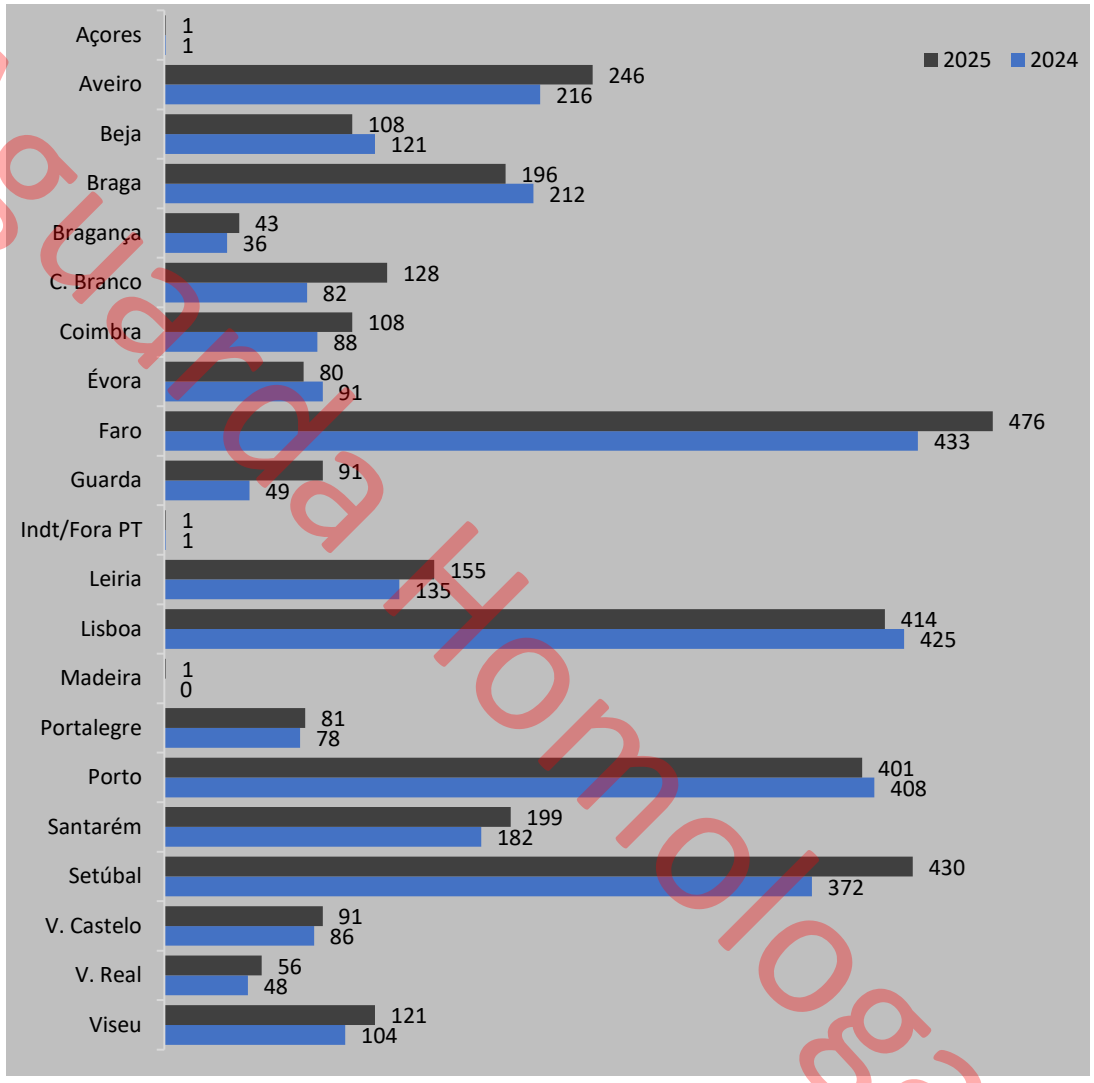


Figura 61 – Criminalidade Grupal – Por distritos (2024-2025)

No que concerne aos tipos de crime mais praticados em grupo em 2025, verifica-se que foram as ofensas à integridade física voluntária simples (899), ameaça e coação (345) e roubo na via pública (123).

Já no que diz respeito à percentagem de variação de crimes, deve ser tido em conta o facto dos crimes tipificados como outras burlas, terem uma variação de 95,45% face ao ano anterior, isto é, um aumento de 21 crimes denunciados em 2025 face ao ano anterior e, o crime de ofensas à integridade física grave, que apresentaram um aumento de 59,38%, ou seja, um aumento de 19 crimes denunciados face ao ano anterior.

Ainda inerente à criminalidade grupal, dá-se ainda ênfase ao crime de roubo na via pública (exceto por esticão), no qual foram registados 123 crimes em 2025 face aos 105 do ano anterior, o que representou uma subida de 18 crimes (17,14%). Releva-se ainda o crime de ofensas à integridade física voluntária grave, no qual foram registados 51 crimes em 2025 face aos 32

Aguarda Homologação

registados em 2024, representando um aumento de 19 crimes (59,38%) e o roubo por esticão, que apesar de ser o terceiro crime mais praticado, teve um decréscimo entre 2025 e 2024, de 6 crimes, isto é, 40 em 2025 face aos 46 perpetrados em 2024 (-13,04%).

Na criminalidade violenta e grave dá-se ênfase também aos crimes de violação, roubo a banco ou outro estabelecimento de crédito, roubo de viatura e extorsão sexual, os quais tiveram subidas percentuais muito elevadas, de 200%, 100%, 57,14%, e 40%, respetivamente.

CRIMINALIDADE JUVENIL

No que se refere à criminalidade juvenil (-16 anos), em 2025 foram registados 1 310 crimes face aos 1345 registados em 2024, o que representa um decréscimo de 35 crimes registados, ou seja, uma variação de -2.60%.



Figura 62 – Criminalidade Juvenil – totais anuais (2024-2025)

Os distritos com maior número de registos de criminalidade juvenil foram os de Setúbal (239), Lisboa (181), Porto (142), e Faro (127). Importa referir que nestes dois últimos (Porto e Faro) verificou-se um decréscimo, desta tipologia de crime, face ao ano anterior, tendo sido registados -25 crimes a nível do distrito do Porto e -4 no distrito de Faro. Já nos distritos de Setúbal e Lisboa essa tendência não se verificou, tendo sido registados +21 crimes em Lisboa e +9 em Setúbal.

Aguarda Homologação

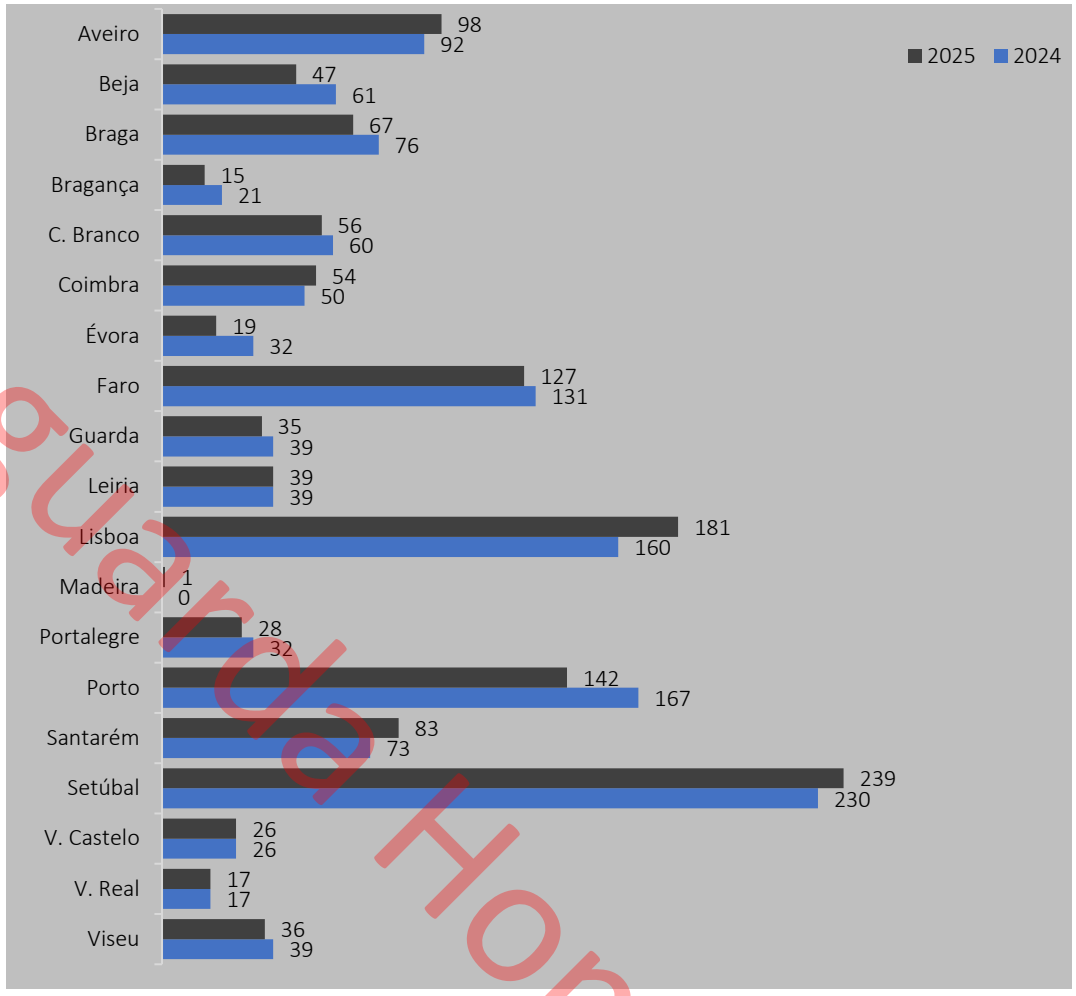


Figura 63 – Criminalidade Juvenil – Por distritos (2024-2025)

De referir que da análise efetuada foi ainda possível aferir que os crimes em referência ocorrem essencialmente durante o período da tarde, entre as 13H00 e as 18H00 (599 crimes), sendo que, logo em seguida, o período onde se regista o maior número de crimes é o decorrido entre as 07H00 e as 12H00 (426 crimes). Estes períodos são facilmente explicáveis, considerando que compreendem os horários de funcionamento dos estabelecimentos de ensino das idades em causa. Corrobora igualmente com essa análise os dias da semana onde os referidos crimes são praticados, ou seja, entre segunda-feira e sexta-feira, verificando-se um decréscimo acentuado (aproximadamente para metade) os crimes registados durante o fim de semana.

De referir que os crimes mais verificados nestas faixas etárias são as ofensas à integridade física voluntária simples, a ameaça e coação e o furto em edifício comercial ou industrial sem arrombamento, escalamento ou chaves falsas, pese embora, nos dois primeiros, se tenha verificado um decréscimo de -4,69% e -5,26% face ao ano anterior, isto é, passou-se de um registo de 512 ofensas à integridade física praticadas em 2024 para 488 em 2025 e, 152 crimes de ameaça e coação praticados em 2024 para 144 em 2025. Já no caso do furto em edifício comercial ou industrial foram registados +4 crimes, ou seja, de 51 em 2024 para 55 em 2025, o que representou um aumento na variação percentual de 7,84%.

De referir ainda que, as maiores subidas percentuais registadas foram nos crimes tipificados como outros crimes contra a propriedade, onde o aumento foi de 5 crimes a mais que no ano anterior, ou seja, de apenas 1 registo em 2024 passámos a 6 em 2025 (aumento percentual de 500%).

Aguarda Homologação

Nos crimes contra a liberdade pessoal, verificou-se um aumento percentual de 400% face ao ano anterior, ou seja, de 1 para 5 crimes denunciados e roubo por esticão o qual também apresentou um aumento percentual de 400% face ao ano anterior, ou seja, de 1 para 5 crimes denunciados.

Já no que diz respeito às maiores descidas, de facto, as mesmas dizem respeito aos crimes de ofensas à integridade voluntária simples (já anteriormente mencionada, com -24 crimes comparado com o ano anterior), aos danos em veículo motorizado (-19 crimes), o que representa um decréscimo da variável percentual em -51,35% e, os outros crimes contra a integridade física (-66,67%) ou seja, de 21 crimes denunciados em 2024 passámos a registar apenas 7 em 2025.

No que concerne aos suspeitos da prática dos crimes em apreço, foram registados 2 231 suspeitos em 2025, -256 (-10,2%) face ao ano de 2024 (2487 suspeitos). Quanto à sua caracterização, dizer-se que os mesmos têm, na sua maioria, idades compreendidas entre os 12 e os 15 anos de idade (1414 registados) e são essencialmente do sexo masculino (76,06%).

Relativamente às vítimas e, à semelhança dos suspeitos, as idades são essencialmente compreendidas entre os 12 e os 15 anos de idade (431 registados), porém, neste caso em concreto, as percentagens de masculino e feminino já não diferem tanto (48,35% no caso dos masculinos e 42,01% no caso das vítimas femininas).

1.2.2. Prevenção

A prevenção constitui-se como uma das formas mais eficazes de atuação no que concerne à minimização do sentimento de insegurança da população, pelo que, a GNR continua a dedicar-lhe uma parte muito importante das suas capacidades e meios operacionais.

1.2.3. Programas gerais de prevenção e policiamento

A GNR tem-se evidenciado pelo trabalho realizado no âmbito dos PEPP, direcionados para o policiamento de proximidade e para a promoção da segurança comunitária.

Encontram-se afetos em regime de exclusividade aos Programas Especiais 426 militares, integrados em 83 Secções de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário (SPC), que dependem organicamente do dispositivo territorial da GNR. Os efetivos das SPC dispõem de 115 viaturas ligeiras e 24 motociclos, sendo, sempre que necessário, reforçados e apoiados nas ações que desenvolvem por militares de outras subunidades e valências da GNR, como no caso das demonstrações.

O policiamento de proximidade, entendido num sentido abrangente como um modelo que privilegia a aproximação às populações e o seu envolvimento na resolução dos próprios problemas de segurança, continuou, à semelhança de anos anteriores, a constituir uma das principais apostas estratégicas da GNR no domínio da prevenção e do combate à criminalidade.

Em virtude da sua singular dispersão territorial, do conhecimento aprofundado das populações, dos locais e dos respetivos contextos sociais, bem como do reconhecimento da sua intervenção no apoio às comunidades, em especial às mais vulneráveis ou vítimas de qualquer forma de violência e/ou discriminação, a GNR deu continuidade ao desenvolvimento dos PEPP enquadrados no modelo de policiamento de proximidade orientado para a resolução de problemas. No decurso do período em análise, a GNR integrou diversas parcerias de âmbito local, com particular incidência nas áreas da violência doméstica, do apoio a crianças e jovens em risco, da proteção e apoio a idosos, bem como no combate à discriminação, à pobreza e à exclusão social.

Neste domínio específico, a GNR tem orientado o seu esforço para a consolidação e eficácia dos PEPP implementados e em desenvolvimento em todo o TN, designadamente os Programas Escola Segura, Apoio 65 – Idosos em Segurança, Comércio Seguro e Campo Seguro.

Aguarda Homologação

Na vertente do apoio social, a GNR tem colaborado com diversas entidades locais de ação social no combate ao isolamento, à pobreza, à discriminação e à exclusão social, envolvendo-se em múltiplas parcerias, maioritariamente por iniciativa das entidades locais, o que constitui um claro reconhecimento da qualidade da intervenção desenvolvida pelos seus militares neste domínio.

Ainda neste âmbito, para além dos PEPP de iniciativa da Tutela, a GNR deu continuidade a diversos programas e projetos anteriormente implementados, designadamente os Programas de Apoio a Pessoas com Deficiência, Universidade em Segurança, Residência Segura, Turismo Seguro, Profissionais de Saúde em Segurança e Desporto em Segurança.

Para além dos Programas Especiais, os militares da GNR mantiveram-se empenhados nos Conselhos Municipais de Segurança e nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, com o objetivo permanente de reforçar a segurança e a proteção dos cidadãos.

ESCOLA SEGURA

Atenta ao fenómeno da violência no meio escolar, a GNR, através das SPC, desenvolveu e intensificou ações dirigidas a toda a comunidade escolar — alunos, professores, pais, encarregados de educação e auxiliares de ação educativa — com o objetivo de sensibilizar e envolver a comunidade nas questões de segurança escolar.

No letivo 2024/2025, foram realizadas diversas atividades, incluindo ações de policiamento e 16 302 ações de sensibilização sobre temáticas variadas, a toda a comunidade escolar. Estas incluíram 601 demonstrações de meios e capacidades junto das escolas, visitas de 198 escolas a aquartelamentos da GNR, bem como a distribuição de panfletos informativos abordando matérias como prevenção criminal, prevenção rodoviária, prevenção de comportamentos violentos (nomeadamente *bullying*), violência doméstica, violência no namoro, violência no desporto, maus-tratos, abusos sexuais e direitos das crianças. No ano letivo 2024/2025 a GNR tinha à sua responsabilidade 4 604 escolas e 678 429 alunos.

No âmbito da "Campanha i Segura", foi também realizado o evento "Regresso às Aulas em Segurança", entre 11 e 19 de setembro, com o objetivo de transmitir conselhos de segurança e divulgar os contactos dos militares das SPC.

APOIO 65 – IDOSOS EM SEGURANÇA

Considerando a relevância social do fenómeno e o progressivo aumento da população idosa, muitos dos quais vivem isolados ou em locais remotos na área de atuação da GNR, mantendo-se como alvos vulneráveis às atividades criminosas, mantém-se em permanência o Programa "Apoio 65 – Idosos em Segurança". Este programa contribui para reforçar a segurança e preservar o sentimento de confiança da população na GNR.

Os objetivos do programa são alcançados com base no conhecimento detalhado da realidade das pessoas idosas e através de um apoio personalizado, sensibilizando-as para a adoção de comportamentos que previnam ou minimizem os efeitos de eventuais práticas criminosas de que possam ser alvo.

Para dar cumprimento a estes objetivos, a GNR realizou, através das SPC, diversas ações no âmbito do policiamento comunitário, incluindo o levantamento de situações em que idosos vivem isolados ou em locais remotos, a realização de 9 829 ações de sensibilização e informação, visitas a domicílios, sinalização de casos problemáticos e encaminhamento para instituições de apoio social locais, bem como a participação em equipas multidisciplinares de intervenção e acompanhamento.

Estas ações decorreram ao longo de todo o ano, através de contactos pessoais, palestras e distribuição de folhetos, com o propósito de comunicar e sensibilizar os idosos sobre procedimentos de segurança a adotar em situações de burla, furto ou roubo, tanto na forma tentada como consumada.

Aguarda Homologação

No âmbito do Programa "Apoio 65 – Idosos em Segurança", foi também realizada a Operação "Censos Sénior 2025", entre 01 de outubro e 16 de novembro, tendo sido identificados 43 074 idosos em situação de vulnerabilidade, residentes sozinhos ou em locais isolados.

COMÉRCIO SEGURO

O presente PEPP tem como principal objetivo criar condições de segurança nos estabelecimentos comerciais com atendimento direto ao público. A atividade do programa assenta em três pilares: A prevenção dos ilícitos criminais de que são vítimas os cidadãos que circulam nas áreas comerciais; os furtos/roubos a estabelecimentos comerciais; O desenvolvimento de ações de sensibilização junto dos comerciantes.

No âmbito deste programa, a GNR, através das SPC, realizou diversas ações de sensibilização junto dos comerciantes, visando promover uma maior segurança nas atividades comerciais. Ao longo do ano, foram desenvolvidas várias ações locais, com o propósito de alertar o público-alvo para a necessidade de adotar medidas preventivas e divulgar conselhos práticos de proteção contra a ocorrência de incidentes criminais.

Foram sensibilizados 53 202 comerciantes através de 4 112 ações realizadas durante o patrulhamento. Paralelamente, a GNR reforçou o patrulhamento nas zonas e áreas de maior afluência de público, privilegiando a visibilidade das ações policiais, de modo a garantir um maior sentimento de segurança e tranquilidade a comerciantes, lojistas e clientes.

CAMPO SEGURO

Para fazer face ao fenómeno do furto de metais não preciosos, o MAI celebrou, em 16 de novembro de 2011, um protocolo com a EDP – Distribuição, a EDP – Renováveis, a REFER, a EPAL e a PT, denominado "Campo Seguro". Posteriormente, as empresas envolvidas constituíram-se numa associação designada Associação para a Promoção da Segurança de Ativos Técnicos (PSAT).

O Programa Campo Seguro é um PEPP de âmbito nacional direcionado à prevenção da criminalidade no meio rural, com especial enfoque na proteção de propriedades agrícolas, gado, equipamentos e culturas, bem como na salvaguarda da segurança de agricultores e da população residente em áreas rurais.

A intervenção da GNR neste programa assenta em três eixos fundamentais: o reforço da vigilância e patrulhamento das zonas rurais; a sensibilização dos agricultores e produtores para a adoção de medidas de prevenção e proteção; e a criação de canais de comunicação eficazes para denúncia de situações de risco e acompanhamento de ocorrências.

Ao longo do ano, as SPC realizaram ações de sensibilização e visitas a propriedades, informando os produtores sobre medidas de segurança, prevenção de furtos e proteção do património agrícola. Foram igualmente promovidas ações de patrulhamento em zonas identificadas como de maior risco, garantindo visibilidade da presença policial e reforçando o sentimento de segurança da população rural.

Estas ações contribuíram para a prevenção da criminalidade no meio rural, fortalecendo a confiança da comunidade na capacidade de intervenção da GNR e na eficácia das medidas de proteção implementadas.

Estas ações ganham especial relevância no período de 01 de julho de 2025 a 15 de fevereiro de 2026, período de esforço planeado em que a GNR efetua um reforço ao empenhamento, através da Operação "Campo Seguro", realizando ações de sensibilização, patrulhamento e fiscalização junto dos agricultores e da população em geral, em todo o TN, no sentido de reprimir a prática de crimes de furto de produtos e máquinas agrícolas, crimes de Tráfico de Seres Humanos em contexto laboral e prevenir a ocorrência de acidentes com veículos ou máquinas agrícolas e florestais.

Durante o ano 2025, a GNR empenhou cerca de 3 330 militares e foram sensibilizadas 12 793 pessoas.

Aguarda Homologação

VIDEOVIGILÂNCIA

As áreas de videovigilância que têm sido desenvolvidas na GNR são três: videovigilância de espaço público, videovigilância dos quartéis da GNR e a videovigilância de espaço florestal.

O número de processos em curso para instalação de sistemas de videovigilância na área de atuação da GNR tem aumentado exponencialmente ao longo dos últimos anos, com especial destaque no ano de 2025.

Esta tipologia de sistema tem sido uma prioridade estratégica, não só pelos excelentes resultados que permite alcançar na prossecução da segurança e do sentimento de segurança, mas também pela constante manifestação de interesse que as Câmaras Municipais têm revelado para celebração de protocolos que permitam a existência deste tipo de sistemas nas respetivas áreas de responsabilidade.

Afigura-se que dos vários protocolos celebrados durante o ano de 2025, venham a ser instalados vários sistemas de videovigilância no ano de 2026.

APOIO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

No âmbito do Programa de Apoio a Pessoas com Deficiência, a GNR procurou sensibilizar os seus militares para a problemática da deficiência e para a especial proteção que esta população carece, de modo a garantir os seus direitos de segurança em igualdade de condições com os demais cidadãos, promovendo uma sociedade inclusiva.

O programa visou igualmente dotar os militares de ferramentas específicas de comunicação e de informação acessível às pessoas com deficiência, permitindo uma atuação qualificada, próxima, humana e inclusiva, contribuindo para a melhoria do atendimento, acolhimento e encaminhamento destes cidadãos.

No ano de 2025, foram sinalizadas 981 pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade.

Para promover e assegurar melhores condições de segurança e tranquilidade, a GNR, através das SPC, realizou 888 ações de sensibilização em todo o TN, no âmbito da temática “Apoio a Pessoa com Deficiência”, alcançando 23 102 pessoas, das quais 6 130 com deficiência, incentivando a adoção de medidas de proteção e prevenção contra práticas criminosas

Especificamente às Pessoas com Deficiência, foram ministradas 579 ações de sensibilização, tendo sido atingido um universo de 11 771 pessoas.

Destaca-se ainda, no período entre 2 e 9 de dezembro de 2025 — respetivamente o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência e o Dia Nacional da Luta da Pessoa com Deficiência — a realização de 254 ações de sensibilização em todo o país, com enfoque na divulgação de direitos e promoção da inclusão das pessoas com deficiência, tendo sido sensibilizadas 8 910 pessoas.

Aguarda Homologação

1.2.4. PROGRAMAS E AÇÕES ESPECÍFICAS DE PREVENÇÃO E POLICIAMENTO

OPERAÇÃO "VERÃO SEGURO" (NATUREZA OCASIONAL OU SAZONAL)

Esta operação, de empenhamento operacional, visando garantir a segurança de pessoas e bens, tem vindo a ser executada, desde 2007, através duma especial ação de patrulhamento e vigilância para os locais de veraneio mais frequentados da orla marítima, principais eixos rodoviários, festas, romarias e eventos de grande dimensão.

Este ano continuou a assumir-se a dimensão internacional, com o patrulhamento conjunto entre a GNR, a *Guardia Civil, a Gendarmerie Nationale* e a *Arma dei Carabinieri*.

No âmbito desta operação, a GNR, entre os dias 15 de junho e 15 de setembro, registou 88 069 ocorrências, resultando na detenção de 11 293 suspeitos.

OPERAÇÃO "VERÃO SEGURO – CHAVE DIRETA" (NATUREZA OCASIONAL OU SAZONAL)

Esta operação, de natureza operacional e orientada para a proteção da propriedade privada, tem vindo a ser executada desde 2007, através de uma ação específica de patrulhamento e vigilância das residências dos cidadãos que solicitam à GNR este tipo de apoio.

A GNR visou, junto das zonas residenciais, alertar sobre procedimentos de segurança a adotar para prevenção de situações de furto e roubo em residência, ocorridos em especial durante a ausência dos cidadãos no período das férias de verão.

No âmbito desta operação, a GNR, entre os dias 15 de junho e 15 de setembro, assegurou a vigilância de 510 residências, através da realização de ações de patrulhamento junto das mesmas durante a ausência dos seus proprietários, tendo sido desencadeadas 2 913 ações/visitas.

PROGRAMA TURISMO SEGURO

Este programa visa promover o apoio, a segurança e o combate ao crime contra o turista, nacional ou estrangeiro, contribuindo assim para a melhoria da qualidade de vida da sociedade portuguesa e para todos aqueles que visitam Portugal.

Em 2025, foram realizadas 551 ações de sensibilização, abrangendo um total de 27 859 cidadãos.

As equipas TSP atuam em todo o TN, em apoio às Unidades territoriais, garantindo uma maior visibilidade e mobilidade, fazendo uso de diversos meios, como sejam os meios auto, os meios ciclo e moto.

PROGRAMA "RESIDÊNCIA SEGURA"

Este programa tem como objetivo prevenir a criminalidade contra as comunidades, maioritariamente estrangeiras, residentes em locais isolados.

Atualmente a GNR tem registadas 23 257 residências neste programa, tendo sensibilizado, em 2025, 19 353 pessoas sobre Segurança na residência.

A GNR reforçou a importância desta temática, em 2025, através OPERAÇÃO "RESIDÊNCIA SEGURA 2025 | CHAVE DIRETA" que decorreu, entre 15 de junho e 15 de setembro, em todo o território continental, a fim de alertar sobre procedimentos de segurança a adotar para prevenção de situações de furto e roubo em residência, ocorridos em especial durante a ausência dos cidadãos no período das férias de verão, divulgando em simultâneo o Programa "Verão Seguro – Chave Direta".

Na fase de sensibilização e prevenção entre 15 e 27 de junho, foram realizadas 500 ações de sensibilização dirigidas a 19 353 pessoas.

Aguarda Homologação

1.2.5. AÇÕES DE PREVENÇÃO CRIMINAL

OPERAÇÕES ESPECIAIS DE PREVENÇÃO CRIMINAL

No âmbito da Lei das armas, no ano de 2025, foram realizadas 155 OEPC e efetuadas 395 detenções.

OUTRAS DE PARTICULAR RELEVÂNCIA NA PREVENÇÃO E COMBATE À CRIMINALIDADE

As operações desencadeadas neste âmbito visaram não só as questões específicas no campo da prevenção, mas também a repressão criminal, com o intuito de aumentar a segurança e manter a ordem e tranquilidade públicas. Foram desencadeadas 4 596 operações, resultando na detenção de 3 623 suspeitos.

1.2.6. AÇÕES NO ÂMBITO DA SEGURANÇA RODOVIÁRIA

RESULTADOS ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO RODOVIÁRIA

Em 2025, no âmbito da fiscalização rodoviária, foram empenhados 329 329 militares e percorridos 14 219 617 quilómetros, destacando-se os seguintes resultados:

Fiscalização Rodoviária 2025	
N.º condutores fiscalizados	2 464 526
N.º autos de contraordenação levantados	493 021
Crimes	24 591
Infrações por excesso de velocidade	94 648
Infrações a cintos de segurança e sistemas de retenção	18 706
Infrações por uso de telemóvel durante a condução	18 692
Infrações por condução sob influência do álcool	26 512
Infrações por falta de habilitação legal para conduzir	9 351
Infrações Inspeção Periódica Obrigatória	72 770
Infrações por falta de Seguro	28 073

Figura 64 - Fiscalização Rodoviária (2025)

Do total de infrações rodoviárias detetadas, **24 591 foram qualificadas como crimes**, dos quais **14 463 dizem respeito à condução em estado de embriaguez** e **7 549 à falta de habilitação legal para conduzir**, sendo as restantes relativas a outros tipos de ilícitos. Para além das operações planeadas pela própria GNR, a GNR participou, ao longo do ano, nas ações previstas no **Plano Nacional de Fiscalização (PNF)** da ANSR, no **Plano Anual de Operações da ROADPOL**, bem como em operações de fiscalização conjuntas com o **Instituto da Mobilidade e dos Transportes**, realizadas no âmbito do ***Euro Contrôle Route (ECR).***

Aguarda Homologação

OPERAÇÕES DE SEGURANÇA RODOVIÁRIA REALIZADAS

Ao longo do ano de 2025, a GNR planeou e executou **35 operações de fiscalização de trânsito e segurança rodoviária**, abrangendo iniciativas de âmbito nacional e internacional. Estas operações integraram o esforço estratégico da GNR no reforço da prevenção e na focalização da fiscalização nos comportamentos de maior risco, contribuindo de forma significativa para a redução da sinistralidade e das vítimas associadas aos acidentes rodoviários.

A execução das operações foi assegurada pelos dispositivos operacionais dos **Comandos Territoriais do Continente** e da **UNT**, com incidência nos seguintes eixos prioritários de atuação:

- Controlo de velocidade;
- Uso indevido do telemóvel durante a condução;
- Condução sob influência do álcool;
- Verificação do uso do cinto de segurança e dos sistemas de retenção de crianças;
- Fiscalização de veículos de duas rodas a motor;
- Fiscalização de veículos pesados e do transporte coletivo de passageiros;
- Fiscalização do transporte rodoviário de mercadorias perigosas.

A realização destas operações permitiu consolidar a capacidade de intervenção da GNR no domínio da segurança rodoviária, assegurando uma presença operacional consistente e alinhada com os objetivos nacionais de redução da sinistralidade.

- **Operação "PNF Telemóvel" – 14 a 20JAN25**

  Operação de sensibilização e fiscalização rodoviária, direcionada à utilização de auscultadores sonoros e do manuseamento de aparelhos radiotelefónicos durante a condução, em todas as infraestruturas constitutivas dos eixos da Rede Nacional Fundamental e da Rede Nacional Complementar sob responsabilidade da GNR, com maior índice de sinistralidade, com o objetivo de promover a segurança rodoviária.

- **Operação "PNF Álcool" – 04 a 10FEV25**

  Operação de sensibilização e fiscalização rodoviária, direcionada à condução sob efeito do álcool e substâncias psicotrópicas, em todas as infraestruturas constitutivas dos eixos da Rede Nacional Fundamental e da Rede Nacional Complementar sob responsabilidade da GNR, com o objetivo de dissuadir comportamentos de risco associados à sinistralidade rodoviária grave.

- **Operação "ROADPOL TRUCK & BUS" – 17 a 23FEV25**

  Operação de fiscalização rodoviária direcionada ao controlo do transporte rodoviário de mercadorias e de passageiros, em todas as infraestruturas constitutivas dos eixos da Rede Nacional Fundamental e da Rede Nacional Complementar sob responsabilidade da GNR, e com maior volume de tráfego deste tipo de veículos, visando reforçar a segurança rodoviária e a cooperação ao nível internacional.

- **Operação "Carnaval" – 24FEV a 05MAR25**

  Operação de sensibilização patrulhamento e fiscalização, em todas as infraestruturas constitutivas dos eixos da Rede Nacional Fundamental e da Rede Nacional Complementar sob responsabilidade da GNR, nos locais de festividades associadas ao Carnaval e seus eixos de acesso, garantindo a segurança rodoviária, bem como nos estabelecimentos

Aguarda Homologação

comerciais onde se vendam artigos pirotécnicos, para prevenir a utilização de artigos não permitidos e combater a criminalidade.

- **Operação "ROADPOL SEATBELT" – 10 a 16 MAR25**

  Operação de fiscalização rodoviária, direcionada para a utilização de cinto de segurança e sistemas de retenção de crianças, em todas as infraestruturas constitutivas dos eixos da Rede Nacional Fundamental e da Rede Nacional Complementar sob responsabilidade da GNR, a fim de promover comportamentos mais seguros por parte dos condutores, contribuir para a diminuição da sinistralidade rodoviária grave e afirmar a imagem da Instituição ao nível internacional.

- **Operação "PNF Velocidade" – 18 a 24MAR25**

  Operação de sensibilização e fiscalização rodoviária, direcionada ao controlo de velocidade, em todas as infraestruturas constitutivas dos eixos da Rede Nacional Fundamental e da Rede Nacional Complementar sob responsabilidade da GNR, com o objetivo de promover comportamentos mais seguros por parte dos condutores e diminuir a sinistralidade rodoviária grave.

- **Operação "MOTO I" – 25 a 30MAR25**

  Operação de patrulhamento e fiscalização rodoviária, em todas as infraestruturas constitutivas dos eixos da Rede Nacional Fundamental e da Rede Nacional Complementar sob responsabilidade da GNR, em especial, no que se refere à circulação de veículos a motor de duas rodas, com o objetivo de contribuir para a redução da sinistralidade rodoviária grave, garantir a fluidez do tráfego e apoiar todos os utentes das vias.

- **Operação "PNF Dispositivos de Segurança" – 01 a 07ABR25**

  Operação de sensibilização e fiscalização rodoviária, direcionada à utilização de cinto de segurança, sistemas de retenção de crianças e capacete, em todas as infraestruturas constitutivas dos eixos da Rede Nacional Fundamental e da Rede Nacional Complementar sob responsabilidade da GNR, com o objetivo de promover comportamentos mais seguros por parte dos condutores e contribuir para diminuição da sinistralidade rodoviária grave.

- **Operação "ROADPOL SPEED" – 07 a 13ABR25**

  Operação de fiscalização rodoviária, direcionada ao controlo de velocidade, em todas as infraestruturas constitutivas dos eixos da Rede Nacional Fundamental e da Rede Nacional Complementar sob responsabilidade da GNR, com maior sinistralidade e incumprimento dos limites de velocidade, a fim de promover a segurança rodoviária e afirmar a imagem da Instituição ao nível internacional.

- **Operação "Páscoa" – 11 a 21ABR25**

  Operação de patrulhamento geral, orientando o esforço para os locais de festividades e de comércio associados ao período da Páscoa, bem como para as vias de circulação rodoviária mais críticas, com o objetivo de prevenir e combater a criminalidade, reduzir a sinistralidade rodoviária, regularizar o trânsito e apoiar todos os cidadãos, assegurando-lhes festividades e deslocações em segurança.

Aguarda Homologação

- **Operação "Peregrinação Segura 2025" – 03 a 14MAI25**

  Operação de sensibilização e fiscalização nas principais vias de acesso à cidade de Fátima e ao Santuário, com o objetivo de garantir a segurança e a ordem pública durante o deslocamento dos peregrinos, bem como no decurso das celebrações religiosas.

- **Operação "ROADPOL TRUCK & BUS/ECR Transporte de Passageiros" – 05 a 11MAI25**

  Operação de fiscalização rodoviária direcionada ao controlo do transporte rodoviário de mercadorias e de passageiros, em todas as infraestruturas constitutivas dos eixos da Rede Nacional Fundamental e da Rede Nacional Complementar sob responsabilidade da GNR, e com maior volume de tráfego deste tipo de veículos, visando reforçar a segurança rodoviária e a cooperação ao nível internacional.

- **Operação "PNF Telemóvel" – 14 a 20MAI25**

  Operação de sensibilização e fiscalização rodoviária, direcionada à utilização de auscultadores sonoros e do manuseamento de aparelhos radiotelefónicos durante a condução, em todas as infraestruturas constitutivas dos eixos da Rede Nacional Fundamental e da Rede Nacional Complementar sob responsabilidade da GNR, com maior índice de sinistralidade, com o objetivo de promover a segurança rodoviária.

- **Operação "PNF Velocidade" – 04 a 11JUN25**

  Operação de sensibilização e fiscalização rodoviária, direcionada ao controlo de velocidade, em todas as infraestruturas constitutivas dos eixos da Rede Nacional Fundamental e da Rede Nacional Complementar sob responsabilidade da GNR, com o objetivo de promover comportamentos mais seguros por parte dos condutores e diminuir a sinistralidade rodoviária grave.

- **Operação "Passagens de Nível" – 05JUN25**

  Operação de sensibilização e fiscalização do cumprimento das regras de trânsito em passagens de nível, com o objetivo de prevenir a ocorrência de acidentes, reprimir a prática de infrações e consciencializar os condutores para a adoção de comportamentos seguros.

- **Operação "Hermes" – 12JUN25 a 15SET25**

  Operação de patrulhamento geral, apoio e fiscalização, com particular ênfase na implementação de medidas de reforço das condições de segurança dos cidadãos nacionais e estrangeiros, nos locais de veraneio, em eventos, estabelecimentos e locais de diversão noturna, nos principais eixos rodoviários, nas fronteiras, nas áreas residenciais, na preservação da natureza e ambiente, em todo o TN, a fim de garantir a segurança, a ordem e a tranquilidade pública.

- **Operação "ROADPOL ALCOHOL & DRUGS" – 16 a 22JUN25**

  Operação de fiscalização rodoviária, direcionada para a condução sob influência de álcool e substâncias estupefacientes ou psicotrópicas, em todas as infraestruturas constitutivas dos eixos da Rede Nacional Fundamental e da Rede Nacional Complementar sob responsabilidade da GNR, com maior sinistralidade, a fim de promover a segurança rodoviária.

- **Operação "PNF 2 Rodas a Motor" – 08 a 14JUL25**

  Operação de sensibilização e fiscalização rodoviária, direcionada à condução de veículos de duas rodas a motor, em todas as infraestruturas constitutivas dos eixos da Rede Nacional Fundamental e da Rede Nacional Complementar sob responsabilidade da GNR, a fim de prevenir a sinistralidade rodoviária, em especial no que se refere a veículos de duas rodas a motor, orientando o esforço para as vias mais críticas da sua ZA.

Aguarda Homologação

- **Operação "MOTO II" – 17 a 20JUL25**

  Operação de patrulhamento, de controlo e fiscalização rodoviária, nas vias rodoviárias mais críticas da sua área de responsabilidade, face aos fluxos de trânsito previsíveis, com especial incidência nos veículos de duas rodas a motor, com o objetivo de combater a sinistralidade rodoviária, garantir a fluidez do tráfego e apoiar todos os utentes das vias, proporcionando-lhes deslocações em condições de segurança.

- **Operação "ROADPOL SPEED" – 04 a 10AGO25**

  Operação de fiscalização rodoviária, direcionada ao controlo de velocidade, em todas as infraestruturas constitutivas dos eixos da Rede Nacional Fundamental e da Rede Nacional Complementar sob responsabilidade da GNR, com maior sinistralidade e incumprimento dos limites de velocidade, a fim de promover a segurança rodoviária e afirmar a imagem da Instituição ao nível internacional.

- **Operação "MOTO III" – 14 a 17AGO25**

  Operação de intensificação do patrulhamento, da visibilidade e da fiscalização rodoviária, orientando o esforço para as vias mais críticas da sua zona de ação, face aos fluxos de trânsito previsíveis, em especial no que concerne a veículos de duas rodas a motor, com o objetivo de garantir a fluidez do tráfego, a segurança rodoviária, apoiar todos os utentes das vias, prevenir e combater a sinistralidade rodoviária.

- **Operação "PNF Álcool" – 19 a 25AGO25**

  Operação de sensibilização e fiscalização rodoviária, direcionada à condução sob efeito do álcool e substâncias psicotrópicas, em todas as infraestruturas constitutivas dos eixos da Rede Nacional Fundamental e da Rede Nacional Complementar sob responsabilidade da GNR, com o objetivo de dissuadir comportamentos de risco associados à sinistralidade rodoviária grave.

- **Operação "MOTO IV" – 29 a 31AGO25**

  Operação de patrulhamento e fiscalização rodoviária nas vias mais críticas da área de responsabilidade da GNR, direcionada para a circulação de veículos de duas rodas a motor, com o objetivo de prevenir a ocorrência de acidentes de viação, garantir a segurança da circulação, assegurar o cumprimento das normas rodoviárias e prestar apoio a todos os utentes das vias.

- **Operação "PNF Dispositivos de Segurança" – 09 a 15SET25**

  Operação de sensibilização e fiscalização rodoviária, direcionada à utilização de cinto de segurança, sistemas de retenção de crianças e capacete, em todas as infraestruturas constitutivas dos eixos da Rede Nacional Fundamental e da Rede Nacional Complementar sob responsabilidade da GNR, com o objetivo de promover comportamentos mais seguros por parte dos condutores e contribuir para diminuição da sinistralidade rodoviária grave.

- **Operação "ROADPOL SAFETY DAYS" – 16 a 22SET25**

  Operação de sensibilização e fiscalização rodoviária, direcionada para os comportamentos de risco associados à condução agressiva, em especial dos utilizadores de veículos de duas rodas a motor, em todas as infraestruturas constitutivas dos eixos da Rede Nacional Fundamental e da Rede Nacional Complementar sob responsabilidade da GNR, com maior sinistralidade rodoviária grave envolvendo esta tipologia de veículos, de modo a contribuir para a redução dos comportamentos agressivos e para a promoção da segurança rodoviária.

Aguarda Homologação

- **Operação "Benção dos Capacetes" – 20 a 21SET25**

  Operação de patrulhamento e fiscalização rodoviária, em Fátima, com o objetivo de garantir a segurança dos participantes na X Peregrinação da Bênção dos Capacetes 2025, assegurar a fluidez do tráfego e apoiar todos os utentes das vias rodoviárias.

- **Operação "ROADPOL FOCUS ON THE ROAD" – 06 a 12OUT25**

  Operação de fiscalização rodoviária, direcionada para a utilização de auscultadores sonoros e manuseamento de aparelhos radiotelefónicos, durante o exercício da condução, em todas as infraestruturas constitutivas dos eixos da Rede Nacional Fundamental e da Rede Nacional Complementar sob responsabilidade da GNR, com maior sinistralidade, a fim de promover a segurança rodoviária.

- **Operação "PNF Velocidade" – 14 a 20OUT25**

  Operação de sensibilização e fiscalização rodoviária, direcionada ao controlo de velocidade, em todas as infraestruturas constitutivas dos eixos da Rede Nacional Fundamental e da Rede Nacional Complementar sob responsabilidade da GNR, com o objetivo de promover comportamentos mais seguros por parte dos condutores e diminuir a sinistralidade rodoviária grave.

- **Operação "Todos os Santos" – 30OUT25 a 02NOV25**

  Operação patrulhamento, visibilidade e fiscalização rodoviária em todas as infraestruturas constitutivas dos eixos da Rede Nacional Fundamental e da Rede Nacional Complementar sob responsabilidade da GNR, em particular nos principais eixos rodoviários nacionais, com vista a prevenir a sinistralidade rodoviária, garantir a fluidez do tráfego, e apoiar todos os utentes das vias rodoviárias.

- **Operação "PNF Álcool" – 04 a 10NOV25**

  Operação de sensibilização e fiscalização rodoviária, direcionada à condução sob efeito do álcool e substâncias psicotrópicas, em todas as infraestruturas constitutivas dos eixos da Rede Nacional Fundamental e da Rede Nacional Complementar sob responsabilidade da GNR, com o objetivo de dissuadir comportamentos de risco associados à sinistralidade rodoviária grave.

- **Operação "MOTO V" – 07 a 09NOV25**

  Operação de policiamento de espetáculos e de patrulhamento, controlo e fiscalização rodoviária, a fim de garantir a segurança do evento Moto GP - Grande Prémio de Portugal 2025, a fluidez do tráfego e velar pelo cumprimento das normas rodoviárias.

- **Operação "ROADPOL TRUCK & BUS" – 17 a 23NOV25**

  Operação de fiscalização rodoviária direcionada ao controlo do transporte rodoviário de mercadorias e de passageiros, em todas as infraestruturas constitutivas dos eixos da Rede Nacional Fundamental e da Rede Nacional Complementar sob responsabilidade da GNR, e com maior volume de tráfego deste tipo de veículos, visando reforçar a segurança rodoviária e a cooperação ao nível internacional.

- **Operação "ROADPOL ALCOHOL & DRUGS" – 15 a 21DEC25**

  Operação de fiscalização rodoviária, direcionada para a condução sob influência de álcool e substâncias estupefacientes ou psicotrópicas, em todas as infraestruturas constitutivas dos eixos da Rede Nacional Fundamental e da Rede Nacional Complementar sob responsabilidade da GNR, com maior sinistralidade, a fim de promover a segurança rodoviária.

Aguarda Homologação

- **Operação "Natal e Ano Novo" – 18DEC25 a 04JAN26**

  Operação de intensificação de patrulhamento e fiscalização rodoviária na quadra de Natal e Ano Novo, com orientação do patrulhamento para as vias mais críticas das infraestruturas constitutivas dos eixos da Rede Nacional Fundamental e da Rede Nacional Complementar sob responsabilidade da GNR, com o objetivo de combater a sinistralidade rodoviária, regularizar o trânsito e apoiar todos os utentes das vias, proporcionando-lhes uma deslocação em segurança.

Os resultados individualizados de cada uma das supra referenciadas operações, foram os seguintes:

				AUTUAÇÕES			CRIMES	
	EFETIVO	VIATURAS FISCALIZADAS	INFRAÇÕES	EXCESSO VELOCIDADE	EXCESSO ÁLCOOL	ÁLCOOL	CONDUÇÃO SEM HABILITAÇÃO LEGAL	OUTROS MOTIVOS
PNF Telemóvel	4 423	53 283	11 985	1 861	362	227	151	78
PNF Álcool	4 819	57 467	11 481	1 864	654	329	157	38
ROADPOL - TRUCK & BUS	2 278	1 926	1 716	23	3	2	0	2
GNR Carnaval	6 498	78 309	15 008	2 013	600	493	194	35
ROADPOL SEATBELT	4 501	13 538	4 014	342	137	254	163	32
PNF Velocidade	1 114	42 328	9 526	3 214	221	152	97	52
GNR Operação "MOTO I"	1 713	4 288	214	18	6	3	6	0
PNF Dispositivos de Segurança	5 261	49 115	9 254	1 461	412	272	202	69
ROADPOL - SPEED	1 739	4 220	3 458	4048	210	309	196	20
GNR Páscoa	11 064	72 170	13 846	3 831	250	476	235	38
GNR Operação "PEREGRINAÇÃO SEGURA	4 007	6 501	1 422	521	16	1	0	0
ECR Transporte de Passageiros	132	633	296	3	2	0	0	0
ROADPOL - TRUCK & BUS	1 137	1 835	1 577	29	3	0	1	3
PNF Telemóvel	5 235	46 108	9 717	1 367	350	226	141	50
PNF Velocidade	965	44 236	10 159	5 238	472	292	122	22
GNR Operação "PASSAGENS DE NÍVEL"	63	838	7	0	0	0	0	0
GNR Hermes	16 995	568 814	97 956	22 051	1 954	3 563	1 526	669

Aguarda Homologação

ROADPOL - ALCOHOL & DRUGS	3 594	17 515	2 679	388	281	323	124	26
PNF 2 Rodas a motor	3 967	40 774	8 852	1 383	467	282	133	65
GNR Operação "MOTO II"	2 263	3 860	218	46	8	2	9	2
ROADPOL - SPEED	1 084	4 798	3 863	4 458	222	326	156	23
GNR Operação "MOTO III"	1 766	1 846	216	13	84	5	2	0
PNF Álcool	3 861	39 130	9 050	1 217	506	250	162	99
GNR Operação "MOTO IV"	1 666	1 887	80	9	1	1	1	0
PNF Dispositivos de Segurança	4 532	38 400	8 500	899	400	245	139	60
ROADPOL - SAFETY DAYS	2 751	7 833	2 461	633	147	255	133	11
GNR Operação "BÊNÇÃO DOS CAPACETES"	113	91	10	0	0	0	0	0
ROADPOL - FOCUS ON THE ROAD	3 809	11 516	1 825	463	117	240	162	15
PNF Velocidade	1 336	36 233	8 831	4 150	390	139	172	63
GNR Operação "TODOS OS SANTOS"	2 807	7 868	1 962	587	96	19	2	14
PNF Álcool	4 518	45 581	8 841	1 167	392	263	147	97
GNR Operação "MOTO V"	1 159	888	39	1	0	0	0	0
ROADPOL - TRUCK & BUS	2 078	2 012	1 579	81	5	0	2	2
ROADPOL - ALCOHOL & DRUGS	3 527	15 379	2 401	1 540	164	250	101	23
GNR Natal e Ano Novo	25 254	145 223	19 778	3 081	719	740	258	80

Figura 65 - Resultados globais das operações realizadas (2025)

Nas referidas operações, a GNR empenhou um efetivo total de 142 029 militares, fiscalizou 1 466 443 viaturas e detetou 282 821 infrações, das quais 77 651 se prendem com a condução sob influência de álcool e velocidade superior aos limites legalmente estabelecidos.

Foram elaborados 16 521 autos de notícia por crimes associados à condução de veículos, destacando-se os 9 939 por condução em estado de embriaguez, 4 894 por falta de habilitação legal e 1 688 por outros ilícitos.

Em conjunto com o IMT e no âmbito da organização ECR, a GNR efetuou, ainda, 1 operação focada nos transportes rodoviários de mercadorias e passageiros, empenhando 132 militares, da qual foram registados 296 autos de contraordenação.

Aguarda Homologação

PROVAS DESPORTIVAS

Em 2025, foram executadas diversas operações de policiamento a provas desportivas de estrada, com o objetivo de garantir a segurança dos atletas, das equipas de apoio e da organização, do público e dos restantes utentes das vias rodoviárias, destacando-se as seguintes:

- **Prova de Abertura "CIRA 2025", em 09FEV25,** com um total de 17 efetivos empenhados;
- **Grande prémio "Clássica da Figueira da Foz", em 10FEV25,** com um total de 24 efetivos empenhados;
- **"51.ª Volta ao Algarve", de 14 a 18FEV25,** com um total de 24 efetivos empenhados;
- **"9.ª Edição Algarve Granfondo", em 22FEV25,** com um total de 21 efetivos empenhados;
- **"Gran Camiño 2025", em 26FEV25,** com um total de 36 efetivos empenhados;
- **"Granfondo de Coimbra", em 01MAR25,** com um total de 23 efetivos empenhados;
- **"1.ª e 2.ª provas da Taça de Portugal de Esperanças 2025", em 01MAR25,** com um total de 19 efetivos empenhados;
- **"I e II Taça Masters", de 08 a 09MAR25,** com um total de 26 efetivos empenhados;
- **"28.ª Clássica da Primavera" em 09MAR25,** com um total de 19 efetivos empenhados;
- **"Vuelta Extremadura", em 14MAR25**, com um total de 07 efetivos empenhados;
- **"Clássica Santo Thyrso", de 16MAR25,** com um total de 20 efetivos empenhados;
- **"3.ª Edição Viana Granfondo 2025", em 16MAR25,** com um total de 24 efetivos empenhados;
- **"7.ª Volta ao Concelho de Cantanhede", em 16MAR25,** com um total de 16 efetivos empenhados;
- **"Clássica da Arrábida", em 23MAR25,** com um total de 24 efetivos empenhados;
- **"42.ª Volta ao Alentejo Crédito Agrícola", de 26 a 30MAR25,** com um total de 23 efetivos empenhados;
- **"1.ª e 2.ª Taça Portugal Júnior-Troféu José Poeira 2ª TP de Paraciclismo", de 05 a 06ABR25,** com um total de 26 efetivos empenhados;
- **"3.ª edição do Eurobec Granfondo", em 06ABR25,** com um total de 26 efetivos empenhados;
- **"5.ª Clássica de Viana", em 06ABR25,** com um total de 17 efetivos empenhados;
- **"XVII Volta ao concelho de Almodôvar", em 12 e 13ABR25,** com um total de 19 efetivos empenhados;
- **"2.º Troféu Rui Costa", em 12 e 13ABR25,** com um total de 18 efetivos empenhados;
- **"Troféu Região de Coimbra - Aldeias do Xisto", de 13ABR25,** com um total de 19 efetivos empenhados;
- **"XXX Volta ao Concelho de Loulé – Juniores 2025", em 17ABR25,** com um total de 18 efetivos, empenhados;
- **"Grande Prémio o Jogo", em 23ABR25,** com um total de 18 efetivos empenhados;
- **"3.ª Taça de Portugal Masters", em 26ABR25,** com um total de 11 efetivos empenhados;
- **"Granfondo Torres Vedras 2025", de 27ABR25,** com um total de 19 efetivos empenhados;
- **"32.ª Volta a Portugal do Futuro", de 01 a 04MAI25,** com um total de 18 efetivos empenhados;

Aguarda Homologação

- **"3.ª e 4.ª Prova Taça de Portugal Juniores", em 10 e 11MAI25,** com um total de 16 efetivos empenhados;
- **"10.ª Edição Douro Granfondo", de 11MAI25,** com um total de 31 efetivos empenhados;
- **"VII Edição GP Beiras e Serra da Estrela 2025", em 23 a 26MAI25,** com um total de 29 efetivos empenhados;
- **"Taça Portugal Cadetes", em 24MAI25,** com um total de 17 efetivos empenhados;
- **"4.º Circuito Cidade da Maia|4.ª Taça Portugal de Estrada Feminina", em 25MAI25,** com um total de 16 efetivos empenhados;
- **"Granfondo Médio Tejo 2025", em 25MAI25,** com um total de 23 efetivos empenhados;
- **"45.º Grande Prémio Abimota", de 30MAI25 a 01JUN25,** com um total de 17 efetivos empenhados;
- **"Granfondo 5 Quinas", em 01UN25,** com um total de 17 efetivos empenhados;
- **"12.ª Edição do Gerês Granfondo ", de 01JUN25,** com um total de 26 efetivos empenhados;
- **"São Mamede Granfondo-2025-Castelo de Vide", em 08JUN25,** com um total de 22 efetivos empenhados;
- **"Grande Prémio Douro Internacional", de 08 a 10JUN25,** com um total de 17 efetivos empenhados;
- **"Granfondo Terras de Basto 2025", em 15JUN25,** com um total de 26 efetivos empenhados;
- **"Troféu Ribeiro Silva", em 19JUN25,** com um total de 20 efetivos empenhados;
- **"Campeonato Nacional Masters – Castro Verde-Almodôvar", de 21 a 22JUN25,** com um total de 18 efetivos empenhados;
- **"Campeonatos Nacionais de Estrada-Cadetes/Juniores Mangualde", de 27 a 29JUN25,** com um total de 15 efetivos empenhados;
- **"10.ª Edição do Granfondo Serra da Estrela", em 29JUN25,** com um total de 24 efetivos empenhados;
- **"5.ª Volta a Portugal Feminina", de 02 a 06JUL25,** com um total de 23 efetivos empenhados;
- **"Troféu Joaquim Agostinho", de 10 a 13JUL25,** com um total de 25 efetivos empenhados;
- **"35.º Grande Prémio do Minho-Júnior", de 10 a 13JUL25,** com um total de 20 efetivos empenhados;
- **"Bragança Granfondo", em 13JUL25,** com um total de 23 efetivos empenhados;
- **"23.º Grande Prémio de Mortágua-Pedro Silva", em 27JUL25,** com um total de 15 efetivos empenhados;
- **"Granfondo AgitÁgueda", em 27JUL25,** com um total de 23 efetivos empenhados;
- **"86.ª Volta a Portugal Continente", de 06 a 17AGO25,** com um total de 28 efetivos empenhados;
- **"17.ª Volta Portugal Cadetes e 4.ª Volta a Portugal Feminina Sub19", de 22 a 24AGO25,** com um total de 23 efetivos empenhados;
- **"34.º Grande Prémio Jornal de Notícias", de 30AGO a 07SET25,** com um total de 23 efetivos empenhados;
- **"25.º Grande Prémio Alves Barbosa -2025", de AGO25 a 07SET25,** com um total de 23 efetivos empenhados;
- **"Lousã Granfondo 2025", em 06SET25,** com um total de 26 efetivo empenhados;
- **"Grande Prémio Anicolor 2025", de 19 a 21SET25,** com um total de 19 efetivo empenhados;

Aguarda Homologação

- **"7.ª Edição do Monção e Melgaço Granfondo 2025", em 21SET25,** com um total de 25 efetivo empenhados;
- **"Tavira Granfondo 2025", em 28SET25,** com um total de 21 efetivo empenhados;
- **"Granfondo Serra D'Ossa", em 05OUT25,** com um total de 26 efetivo empenhados;
- **"Granfondo Portimão", em 02NOV25,** com um total de 30 efetivo empenhados.

AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO

Para além das ações empreendidas pelo dispositivo territorial no âmbito dos programas especiais de prevenção, a GNR levou a efeito campanhas de sensibilização com o objetivo de alterar os comportamentos de risco associados à sinistralidade rodoviária grave. Para o efeito, recorreu aos OCS, redes sociais, Internet e à distribuição de flyers, divulgando conselhos e alertas, procurando sensibilizar e incentivar os condutores e outros utentes das vias a alterarem os comportamentos que mais potenciam a ocorrência de acidentes.

No âmbito da prevenção da sinistralidade rodoviária, a GNR aderiu a várias iniciativas e campanhas de sensibilização, das quais se destacam:

- Ações de sensibilização e aperfeiçoamento de condução de veículos de 2 rodas;
- Participação em vários seminários subordinados ao tema da Segurança Rodoviária;
- Participação no Dia Mundial em Memória das Vítimas na Estrada, a 16 de novembro;
- Colaboração com a ANSR em várias ações de sensibilização do Plano Nacional de Fiscalização 2025;
- Várias ações de sensibilização sobre a temática da sinistralidade com veículos agrícolas em diversos locais do TN, desenvolvidas pela especialização de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário;
- Várias ações de sensibilização sobre a temática da segurança rodoviária em diversos locais do TN, desenvolvidas pela especialização de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário, em ambiente escolar.

Ações de sensibilização no âmbito da sinistralidade com veículos agrícolas (Ano 2025)	
N.º ações de sensibilização	1 166
N.º público alvo (agricultores)	9 341

Ações de sensibilização no âmbito da segurança rodoviária em ambiente escolar (Ano 2025)	
N.º ações de sensibilização	1 112
N.º público alvo (alunos e professores)	58 690

Figura 66 - Ações de sensibilização (2025)

AÇÕES DE FORMAÇÃO

No âmbito da especialização de trânsito da GNR, foram ministrados vários cursos e ações de formação e revalidação de certificações, destacando-se:

- 4 Cursos de Fiscalização de Tacógrafos, com um total de 67 formandos;
- 3 Cursos de Fiscalização de transportes Rodoviários de Mercadorias Perigosas, com um total de 48 formandos;
- 1 Curso de operador de Cinemómetro de Perseguição, com um total de 13 formandos;
- 3 Cursos de operadores de Cinemómetros, com um total de 45 formandos;

Aguarda Homologação

- 1 Curso de Operador de Balanças, com um total de 15 formandos;
- 1 Ação de formação, de procedimentos de atuação em acidentes rodoviários com veículos elétricos, com um total de 31 formandos;
- 2 Ações de formação na condução de veículos de duas rodas a motor, com um total de 49 formandos;
- 2 Ações de formação de aperfeiçoamento e atualização de trânsito para sargentos, com um total de 24 formandos;
- 53.º Curso de Trânsito e Segurança Rodoviária para Guardas, com um total de 69 formandos, dos quais 66, obtiveram aproveitamento.

1.2.7. EXERCÍCIOS E SIMULACROS

Em 2025 foram efetuados 439 exercícios e simulacros, sendo 145 em estabelecimentos de ensino, 133 em entidades públicas, 133 em entidades privadas e 28 em aeroportos e aeródromos.

Destaca-se ainda a realização de 3 exercícios/simulacros de perseguições transfronteiriças, bem como a realização de 1 exercício/simulacro de atuação em situações de pessoas desaparecidas em zonas transfronteiriças, todas em conjunto com a *Guardia Civil*.

Destaca-se ainda a realização da 3.ª Edição do Exercício Operacional de Ordem Pública "SHIELD".

1.2.8. INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

INQUÉRITOS

Ao longo do ano de 2025, foram iniciados 5 766 inquéritos de processos-crime pelos órgãos da estrutura de IC operativa (exceto, inquéritos dos Núcleos de Investigação e Apoio a Vítimas Especificas), tendo sido concluídos 5 740. Tendo em conta que tinham transitado 3 331 do ano anterior, transitam pendentes para o ano de 2026, 4 373 inquéritos:

BUSCAS

Como resultado das diligências de IC desenvolvidas, durante o ano de 2025 foram efetuadas 4 856 buscas, sendo 2 301 domiciliárias e 2 555 não domiciliárias.

APREENSÕES

No âmbito das diligências de IC procedeu-se à apreensão de 1 301 veículos e 2 999 armas.

DETENÇÕES

Em resultado da atividade levada a cabo pela GNR foram detidas 33 739 pessoas, sendo que 1 992 detenções resultam das diligências de IC desenvolvidas.

INTERCEÇÕES TELEFÓNICAS

Na prossecução da atividade de IC desenvolvida pela GNR, foram efetuadas 2 976 interceções telefónicas.

EXAMES E PERÍCIAS REALIZADOS PELA GNR

Em 2025 realizou-se um conjunto significativo de diligências de criminalística, relativo a inspeções técnicas judiciárias ao local do crime, exames e perícias diversas, que a seguir se indicam. Estas ações foram solicitadas por entidades diversas, para além dos próprios Comandos e Órgãos da GNR, que incluem Autoridades Judiciárias, a Polícia de Segurança Pública (PSP), a PJ e a Polícia Judiciária Militar.

Aguarda Homologação

INSPEÇÕES TÉCNICAS JUDICIÁRIAS

Foram realizadas 5 083 inspeções técnicas judiciárias, registando-se um acréscimo de 3,4% relativamente ao ano anterior.

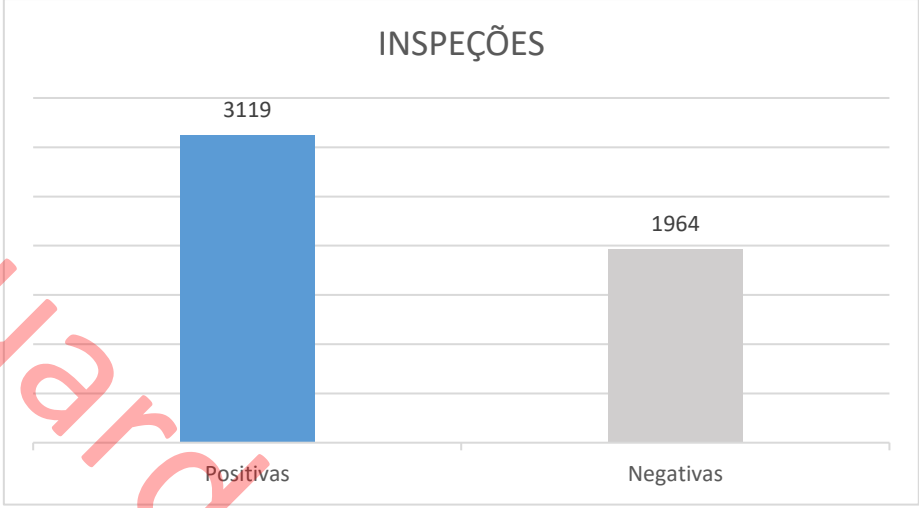


Figura 67 – Total de inspeções em 2025

Na sequência das inspeções técnicas judiciárias efetuadas foram recolhidos os seguintes tipos de vestígios, quanto à sua natureza:

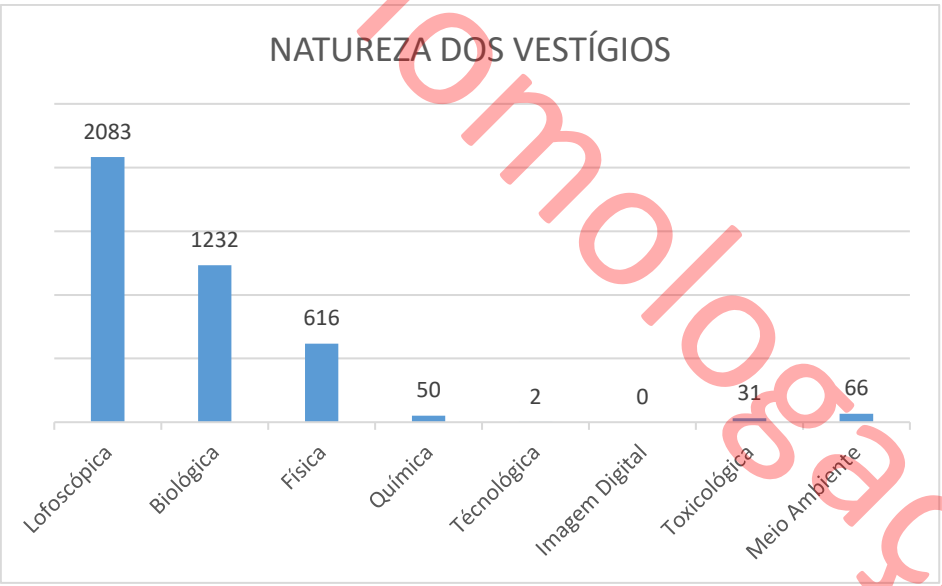


Figura 68 - Recolha de vestígios por natureza em 2025

NO ÂMBITO DE ACIDENTES DE VIAÇÃO:

Realizados 14 relatórios técnicos de acidentes de viação, registando-se um decréscimo de 44% relativamente ao ano de 2024.

NO ÂMBITO DA EXTRAÇÃO DE FOTOGRAMAS:

Elaborados 44 relatórios de extração de fotogramas, verificando-se um decréscimo de 22,8% relativamente ao ano de 2024.

Aguarda Homologação

NO ÂMBITO DA LOFOSCOPIA:

Realizados 536 exames laboratoriais lofoscópicos, o que traduz um acréscimo de 4% comparativamente com o ano de 2024.

Realizadas 1 827 perícias lofoscópicas, o que traduz um aumento de 17,2% comparativamente com o ano de 2024.

Foram recolhidas 1 029 resenhas datiloscópicas, registando-se um aumento de 3,7% comparativamente com o ano de 2024.

RECOLHAS NO ÂMBITO DO ADN

Realizadas 239 recolhas de ADN através de zaragatoas bucais, registando-se um aumento de 16,5%, comparativamente com o ano de 2024.

OUTRAS DILIGÊNCIAS DE CRIMINALÍSTICA

Foram realizadas 3 645 outras diligências processuais de criminalística, apresentando uma diminuição de 1,8% comparativamente com o ano de 2024.

NO ÂMBITO DAS TIC:

Realizadas 4 155 pesquisas de dados informáticos, em dispositivos tecnológicos, o que traduz uma diminuição de 1,3% relativamente a 2024.

Foram cumpridas 90 pesquisas de dados informáticos, na sequência da emissão mandados judiciais, cumpridos na sequência de operações policiais.

1.2.9. Segurança e Ordem Pública

AÇÕES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DE VISITAS E SEGURANÇA DE ALTAS ENTIDADES

A GNR realizou, durante o ano de 2025, 991 ações no âmbito de segurança de Altas Entidades, empenhando 7 563 militares.

Em 2025 foram realizadas 267 buscas preventivas, 245 das quais motivadas pela presença de Altas Entidades, registou-se um ligeiro decréscimo de buscas preventivas em relação a 2024, contudo esse valor subiu quando motivadas pela presença de Altas Entidades.

AÇÕES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA REALIZAÇÃO DE EVENTOS DESPORTIVOS

- **EM RECINTOS**

  Para a manutenção da segurança e ordem pública em eventos desportivos, mormente os realizados em recintos, a GNR desenvolveu 28 457 ações, as quais implicaram o empenhamento de 83 595 militares.

- **NA VIA PÚBLICA**

  No âmbito da segurança a eventos desportivos praticados na via pública, num total de 4 557 eventos, foram empenhados 39 116 militares.

AÇÕES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA REALIZAÇÃO DE EVENTOS OBJETO DE MEDIDAS ESPECIAIS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA, DESIGNADAMENTE, EVENTOS OFICIAIS, CULTURAIS E RELIGIOSOS

Neste âmbito do policiamento geral, em 2025 realizaram-se 9 620 ações, de entre o vastíssimo número de eventos realizados na ZA da GNR, que foram objeto de medidas especiais de proteção e segurança.

Destaca-se, assim, a presença de mais de 2 520 000 pessoas nos principais eventos policiados pela GNR, bem como o correspondente empenhamento total de 7 531 militares, assinalando-se como principais eventos os seguintes:

Aguarda Homologação

Designação do Evento	Local	Data	N.º de espectadores	N.º de militares
WRC Rally de Portugal	Diversos	15MAI a 18MAI	1 200 000	2909
Feira Nacional do Cavalo	Golegã	07NOV a 16NOV	1 000 000	1532
BOOM Festival	Idanha-a-Nova	11JUL a 28JUL	60 000	1100
Festival Sol da Caparica	Costa da Caparica	14AGO a 17AGO	110 000	631
42.ª Concentração Motard Faro	Faro	16JUL a 20JUL	30 000	490
Baja 500 Portalegre	Portalegre	23OUT a 24OUT	20 000	443
Festival Paredes de Coura	Paredes de Coura	11AGO a17AGO	100 000	426
Totais			2 520 000	7 531

Figura 69 - Eventos oficiais, desportivos, culturais e religiosos (2025)

AÇÕES NO ÂMBITO DO EXERCÍCIO DO DIREITO DE REUNIÃO E MANIFESTAÇÃO

No âmbito do exercício do direito de reunião e manifestação, a GNR interveio em 56 situações, nas quais empenhou um efetivo de 503 militares.

AÇÕES DE REPOSIÇÃO DA ORDEM EM ZONAS URBANAS SENSÍVEIS

Durante o ano de 2025, o Grupo de Intervenção e Ordem Pública da UI empenhou um cumulativo de 1 903 militares nas 168 ações que desenvolveu nas ZUS situadas dentro da área de responsabilidade da GNR, designadamente, nas ZA dos Comandos Territoriais de Lisboa, Porto e Setúbal.

INCIDENTES TÁTICO-POLICIAIS

No decurso do ano 2024 foram registadas 6 situações.

1.2.10. ATIVIDADE DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA

No ano de 2025, para o cumprimento da sua missão, a GNR efetuou 1 526 554 ações de patrulhamento, que implicaram a realização de 68 799 128 km e 84 699 milhas náuticas.

Aguarda Homologação

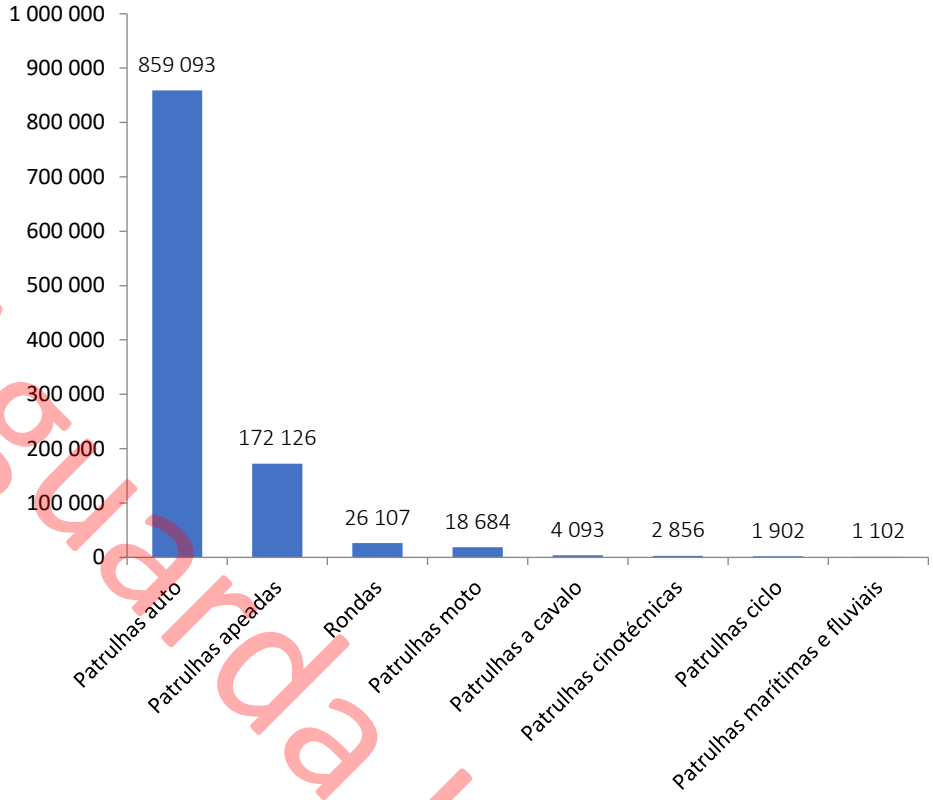
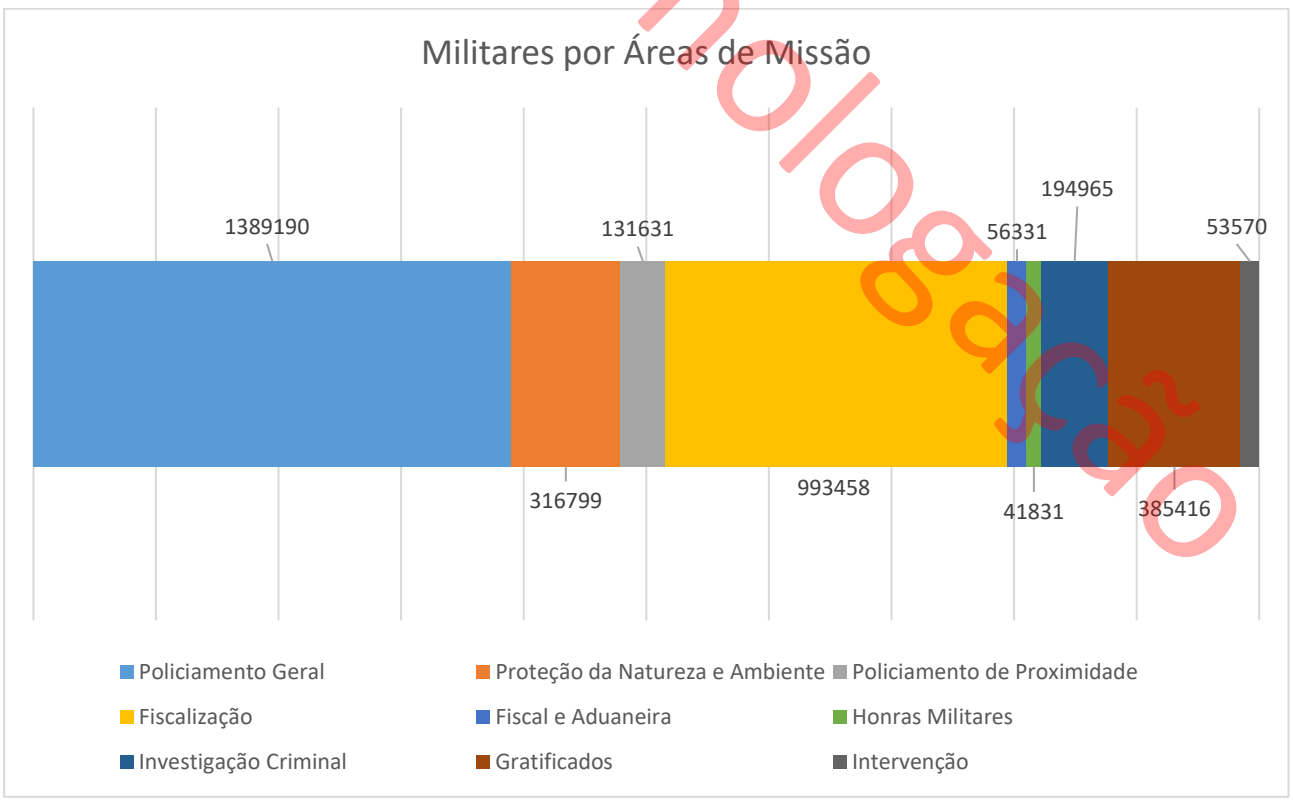


Figura 70 – Ações de Rondas e Patrulhas por meio (2025)

Atento o largo espetro de atuação da GNR, no quadro dos sistemas nacionais de segurança e proteção, de salientar que o patrulhamento realizado em 2025 foi direcionado para as seguintes áreas de missão, que obrigaram ao empenhamento global de 3 132 103 militares, conforme demonstrado no quadro que se segue:



Aguarda Homologação

SEGURANÇA PRIVADA

No plano do Regime Jurídico do Exercício da Atividade de Segurança Privada, foram desenvolvidas pela GNR 4 496 ações, das quais se destacam ações no âmbito da Segurança Privada em estabelecimentos, vigilantes e recintos desportivos, ocorrências policiais relativas à ativação de alarmes e avaliações de risco realizadas a caixas de ATM, tendo sido empenhado um total de 7 893 militares.

Verificaram-se 10 ilícitos criminais, resultando na elaboração de 10 Autos de Notícia, tendo sido detidos 10 indivíduos e elaborados 216 autos de notícia de ilícito contraordenacional.

AMBIENTE

A GNR desenvolveu ainda um vasto conjunto de atividades visando um aumento das suas respostas e capacidades operacionais e a qualificação dos seus RH, descrevendo-se seguidamente os mais significativos:

- Operações de fiscalização e controlo ao Nemátodo da Madeira do Pinheiro, aos Resíduos, no âmbito da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES), no que toca à fauna e flora protegida, às atividades Agropecuárias, no âmbito da Defesa da Floresta contra Incêndios (DFCI), à atividade cinegética, e por fim ao comércio, transporte e detenção de animais potencialmente perigosos e animais de companhia;
- Ações de supervisão técnica e de formação em todos os Comandos Territoriais, com especial enfoque para as boas práticas de fiscalização de resíduos, animais de companhia, defesa de fauna selvagem e da flora exótica e defesa da floresta contra incêndios;
- No que toca ao Controlo do Nemátodo da Madeira do Pinheiro, decorrente dos compromissos assumidos pelo Governo de Portugal e objeto de monitorização pela Comissão Europeia - Direção Geral da Alimentação e Veterinária (DGAV), para avaliar a aplicação da Decisão 2006/133/CE da Comissão, através de auditorias anuais, e tendo como fundamento as medidas extraordinárias de proteção fitossanitária previstas na legislação que entrou em vigor no ano de 2011, na sua redação atual. Neste âmbito, foram desenvolvidas 2 160 ações e controladas 22 454 viaturas, das quais 17 868 possuíam material de coníferas, tendo sido levantados 35 autos de CO;
- Sensibilização da população direcionada para a temática da proteção contra os atentados ambientais e prevenção de incêndios florestais. Realizaram-se 6 196 ações de sensibilização ambiental direcionadas para a população estudantil e para a sociedade em geral que contaram com 112 974 presenças;
- Salienta-se que no âmbito do DL 82/2021, na sua redação atual, resultaram das ações de fiscalização o levantamento de 4 083 autos de contraordenação, decorrendo atualmente os necessários procedimentos de instrução dos autos e fases processuais subsequentes, tendo já sido processado um total de 1 451 185€ relativos a coimas.

As prioridades para a luta contra a criminalidade internacional grave e organizada, entre 2020 e 2026, foram adotadas pelo Conselho da União Europeia, incluindo a criminalidade ambiental. A criminalidade ambiental tornou-se uma das atividades mais rentáveis da criminalidade organizada no mundo, tendo impacto não só no ambiente, mas também na sociedade e em toda a economia. A UE tenta focar a sua luta no desmantelamento das organizações criminosas envolvidas no tráfico de espécies selvagens e no combate a todos aqueles que estão implicados no tráfico ilegal de resíduos, bem como no estabelecimento de parcerias com entidades e organizações de forma a melhorar o controlo e o combate à criminalidade ambiental.

Aguarda Homologação

Sendo a *European Multidisciplinary Platform Against Criminal Threats* (EMPACT) uma plataforma de cooperação multidisciplinar estruturada dos Estados-Membros, instituições e agências da UE, bem como de países terceiros, organizações internacionais e outros parceiros (públicos e privados), para fazer face às ameaças prioritárias de criminalidade internacional grave e organizada, a GNR, através do SEPNA, foi nomeada como líder nacional para a criminalidade ambiental e POC nacional da EMPACT, tendo desenvolvido ações durante o ano de 2025, nomeadamente em termos de troca de informação/coordenação e ações de âmbito Operacional.

Atualmente, a GNR assume, com carácter de participante, as seguintes ações e responsabilidades no âmbito EMPACT:

- AO 1.1 – Flora Trafficking
- AO 1.3 - Use Abuse Legal Business structures by criminal networks;
- AO 2.1 - Waste Trafficking;
- AO 3.1 – Ciberpatrolling;
- AO 4.1 – Financial Investigation Environmental Crime;
- AO 5.1 – Trafficking of Fauna;
- AO 6.1 - LE cooperation and capacity building through learning and training;
- AO 6.3 - *Models for environmental crimes units;*
- AO 7.1 – *Phytosanitaty trafficking;*
- AO 7.2 – *Evaluation of crime prevention;*
- AO 8.1 – *Jaguar Network;*
- AO 8.2 – *African Network;*
- AO 8.3 – *Asian Network;*
- AO 9.1 – *Illegal Farming.*

No que concerne à criminalidade ambiental internacional, em 2024 foram realizadas várias atividades operacionais EMPACT por parte do Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente da GNR, nomeadamente e no âmbito da AO 9.1 – *Illegal Farming* (Fase II e III) a Diretiva Operacional em que a GNR, através do SEPNA, em estreita cooperação com a DGAV, permitiu uma atuação concertada com vista a combater as atividades (agro)pecuárias em explorações, entrepostos e centros de agrupamento, todas as suas fases de produção, reprodução, detenção, circulação, identificação animal, movimentações internas e transfronteiriças, bem como, nos itinerários de acesso aos portos marítimos, em todo o TN, para prevenir e detetar práticas ilegais associadas ao gado que seja destinado ao consumo humano, bem como garantir o bem-estar animal ao longo de toda as fases de produção. Esta ação teve um impacto a nível operacional em TN com excelentes resultados, com execução da II e III fase das 3 planeadas, nomeadamente, 940 militares empenhados, 356 fiscalizações a Operadores, 358 veículos fiscalizados, 248 autos de noticia por contraordenação e 4 crimes, 2 por abate clandestino, tendo resultado a apreensão de 1 bovino, 340 bovinos, 212 ovinos e 29 caprinos, projetando a GNR/SEPNA um elevado empenhamento aos países participantes e a preocupação da GNR e de Portugal nesta temática em fóruns internacionais.

Foi realizada no âmbito da AO 1.1 – Flora Trafficking a Diretiva Operacional Madeira de Lei 4.0, com ações de investigação e/ou de fiscalização que permitiram prevenir, detetar e reprimir situações de tráfico, exploração, comercialização e detenção de madeira (exótica/CITES) em infração à legislação em vigor em estreita cooperação com a Polícia Federal Brasileira e com o Instituto da Natureza e do Ambiente.

Realizou-se também no âmbito da AO 5.1 – Trafficking of Fauna a Diretiva Operacional *Lake* em que a GNR, através da Direção do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (DSEPNA), participou e coordenou, a nível nacional e internacional, em todas as fases e atividades planeadas nesta Operação da EUROPOL "*Lake* 2024/25", a realização de ações de investigação

Aguarda Homologação

e/ou fiscalização de forma a identificar e deter indivíduos, organizações e redes criminosas que capturem, possuam ou detenham e/ou comercializem de forma ilegal, espécimes da espécie enguia europeia [Anguilla anguilla], bebé/juvenil em todo o TN. Das constantes ações desenvolvidas, permitiu-se aferir ligações entre as redes criminosas que operaram no "meixão" e no tráfico de ameijoa japónica.

Ressalva-se ainda a Diretiva Pesticida Seguro, que de uma forma mais orientada garantiu o empenhamento de efetivos para a fiscalização dos normativos legais associados à produção/importação, distribuição, comercialização, armazenamento e aplicação profissional ou não profissional de produtos fitofarmacêuticos, em todo o TN, com vista à segurança alimentar, ambiental e de saúde pública, assim como garantir o cumprimento dos compromissos internacionais assumidos, com vista à segurança alimentar, ambiental e de saúde pública.

No âmbito da fiscalização dos normativos legais vigentes que envolvem práticas contra a vida selvagem, importa destacar a Diretiva Operacional "Alpaca", que abrangeu a fiscalização nacional a parques zoológicos, a fim de prevenir e detetar práticas ilegais associadas às atividades e instalações zoológicas, de forma a garantir o bem-estar dos animais silvestres e exóticos.

Por fim, em estreita coordenação com o SSI e a Unidade Nacional da EUROPOL, a GNR assumiu a sua posição de coordenação nacional nas Ações Operacionais "Custos Viridis" que envolveu a AT, PM, PSP e a Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território direcionada para o Tráfico Internacional de Resíduos e a Ação Operacional "Thunder", neste caso com o SSI e o Gabinete Nacional de Inteligência, envolvendo entidades nacionais tais como a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, DGAV, PSP, Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas e a PM.

No âmbito de um fenómeno mais emergente, nomeadamente o Tráfico Internacional de PETS, a "Amica Canis" foi em vários fóruns internacionais alvo de destaque pelos resultados obtidos em janeiro de 2025 e dezembro de 2025, no âmbito da AO 5.1.5 PET'S cuja missão teve como alvo a fiscalização nacional às normas gerais da detenção, alojamento, comércio e transporte de animais de companhia, em todo o TN, com vista a prevenir e a detetar a detenção e/ou no transporte (ilegal), atos de crueldade, abandono e maus-tratos a animais de companhia, de forma a garantir o seu bem-estar, no âmbito dos compromissos internacionais assumidos.

Aguarda Homologação

LINHA SOS-AMBIENTE

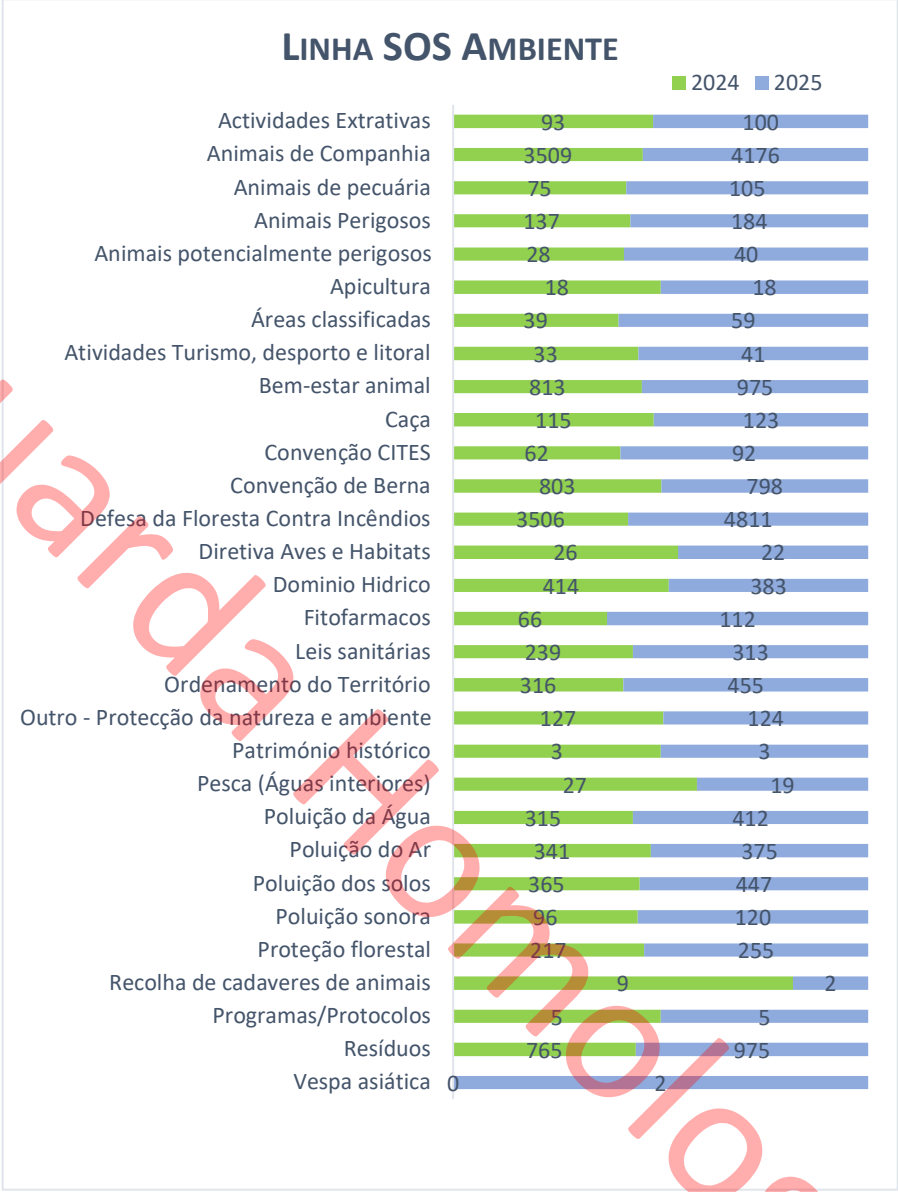


Figura 71 – Denúncias por âmbito (detalhe)

Aguarda Homologação

ANIMAIS DE COMPANHIA

Com a criminalização dos maus tratos e abandono de animais através da Lei n.º 69/2014, de 29 de agosto, assistiu-se a um aumento significativo da preocupação da sociedade por esta temática, tendo sido participados a Tribunal 620 crimes por maus tratos a animais de companhia e 368 crimes por abandono de animais de companhia.

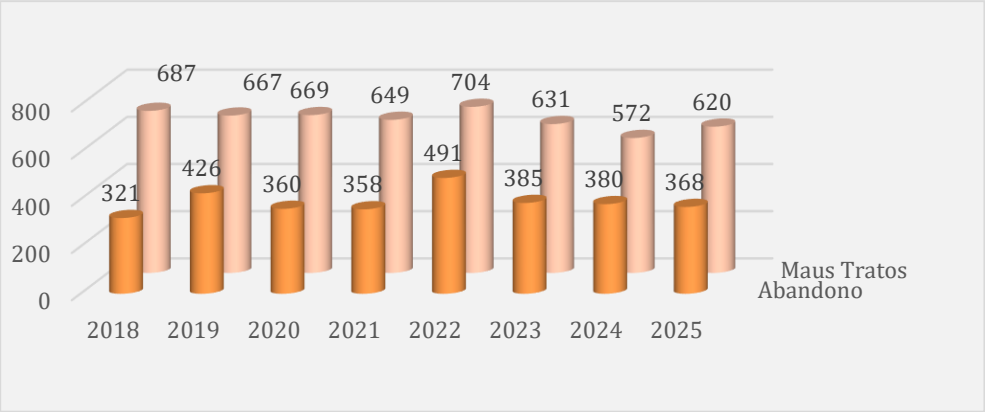


Figura 72 - Crimes Animais de companhia (2018-2025)

OPERAÇÕES REALIZADAS NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO DA NATUREZA

A GNR, de acordo com a Diretiva Operacional ou por necessidades entretanto identificadas, realizou diversas operações de fiscalização na área ambiental, isoladamente e em cooperação com outras entidades nacionais e organismos internacionais, nomeadamente a INTERPOL, a EUROPOL e a rede da União Europeia para a Implementação e Aplicação da Legislação Ambiental (IMPEL), destacando-se as seguintes:

- **OPERAÇÃO "RESINA"**

De 01FEV25 a 31DEC25 decorreu uma campanha de fiscalização da circulação de plantas coníferas, madeiras e seus derivados, com o objetivo de controlar a dispersão do nemátodo da madeira do pinheiro. Neste âmbito, foram desenvolvidas 2 160 ações e controladas 24 454 viaturas, das quais 17 868 possuíam material de coníferas, tendo sido levantados 35 autos de CO.

- **OPERAÇÃO "USTOS VIRIDIS"**

Foram realizadas diversas ações de fiscalização/investigação, entre 01AGO25 a 31DEC25, em todo o TN, ao cumprimento das normas ambientais associadas à correta gestão dos resíduos e no combate à poluição, que constituam uma ameaça à contaminação dos solos, das águas e do ar, tendo sido obtidos os seguintes resultados: 222 veículos inspecionados que transportavam resíduos levantando-se 43 autos de contraordenação, 66 fiscalizações a Operadores Tratamento de Resíduos, dos quais resultaram em 13 autos de contraordenação e 1 crime por suspeita de Furto/ recetação e apreendidos 84kg de resíduos, foram ainda fiscalizadas 129 produtores/detentores de resíduos tendo sido elaborados 104 autos de contraordenação e apreendidos 145kg de resíduos. Foram efetuadas 38 fiscalizações referentes à Poluição do ar com 18 autos de CO elaborados, 58 fiscalizações à Poluição da água com 20 autos de CO elaborados e 56 fiscalizações à poluição do solo com 35 autos de CO elaborados.

- **OPERAÇÃO "*Illegal Farming*"**

A Operação *Illegal Farming* (Fase II e III), a Diretiva Operacional em que a GNR, através do SEPNA, em estreita cooperação com a DGAV, permitiu uma atuação concertada com vista a combater as atividades (agro)pecuárias em explorações, entrepostos e centros de agrupamento, todas as suas fases de produção, reprodução, detenção, circulação, identificação animal, movimentações internas e transfronteiriças, bem como, nos itinerários de acesso aos portos marítimos, em todo o TN, para prevenir e detetar práticas ilegais associadas ao gado que seja destinado ao consumo humano, bem como garantir o bem-estar animal ao longo de toda as fases de produção. Esta ação teve um impacto a nível operacional em TN com excelentes resultados, na II e III fase realizada de 3 Planeadas, nomeadamente, 940 militares empenhados, 356 fiscalizações a Operadores, 358 veículos fiscalizados, 248 autos de noticia por contraordenação e quatro (4) crimes, dois por abate

Aguarda Homologação

clandestino, tendo resultado a apreensão de 1 bovino, 212 ovinos e 39 caprinos, projetando a GNR/SEPNA um elevado empenhamento aos países participantes e a preocupação da GNR e de Portugal nesta temática em fóruns internacionais.

- **OPERAÇÃO do âmbito da Proteção da Floresta *"FLORESTA SEGURA 2025"***

Foram intensificadas as ações de patrulhamento e vigilância das zonas florestais para prevenir e detetar a eclosão de incêndios e reprimir atividades ilícitas contra o património florestal. Validaram-se e mediram-se as áreas ardidas, investigando-se as causas dos incêndios. Paralelamente, garantiu-se o apoio à Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), no combate aos incêndios rurais, com o empenhamento das forças da UEPS, em ações de primeira intervenção na supressão, proteção e socorro.

Relativamente à proteção da floresta, foram efetuados 56 982 patrulhamentos, empenhando-se 148 664 efetivos e percorrendo-se uma distância de 3 131 141 km. Nas ações desenvolvidas neste âmbito detetaram-se 6 003 crimes de incêndio florestal e elaboraram-se 4 083 autos de contraordenação, tendo-se procedido a 68 detenções em flagrante delito e 894 identificações.

Foram também desencadeadas 6 196 ações de sensibilização, contando com 112 974 presenças. No que tange a ações de supressão, desenvolvidas pela UEPS em apoio à ANEPC, o ano de 2025, registou um total de 1 122 (mil cento e vinte e duas) missões terrestres.

Paralelemente, foram ainda acionados, por 24 vezes, os Grupos de Reforço com Veículos Ligeiros e, por 77 vezes, os pelotões das Companhias de Ataque Estendido, organizados em Grupo de Reforço para Ataque Ampliado, através da ANEPC.

Por último, no que se refere a missões helitransportadas de Ataque Inicial aos Incêndios Rurais, as Equipas Helitransportadas de ATI foram acionadas para 5 010 missões, 4 069 em ATI e 941 em Ataque Ampliado.

A taxa global de sucesso e de eficácia da sua ação operacional em missões de ATI cifrou-se em 93,56%.

- **OPERAÇÃO "ARTÉMIS"**

Foram determinadas e executadas ações de fiscalização ao exercício do ato venatório para prevenção, deteção e repressão de infrações, tendo esta ações como objetivo a preservação da fauna selvagem. Esta operação decorreu de 17AGO25 a 28FEV26, sendo que durante o ano de 2025 foram fiscalizadas 12 871 pessoas singulares, 974 pessoas coletivas, tendo sido detetados 144 crimes e elaborados 445 autos de contraordenação, procedendo-se à detenção de 150 indivíduos.

- **OPERAÇÃO "LAKE 2025/26" (01NOV25 – 01JUN26)**

Tendo em vista a preservação do meixão e o combate ao tráfico desta espécie, a GNR desenvolveu operações de fiscalização incidindo sobre pesca ilegal, quer de meixão, quer de enguias abaixo do tamanho mínimo, desenvolvendo ainda ações nos itinerários entre as zonas de captura e potenciais mercados de destino, a fim de prevenir e reprimir o exercício do ato piscatório por meios e métodos contrários aos legalmente definidos.

Durante a operação no período referente ao ano de 2025 foram realizadas 509 ações de fiscalização, foram detetados 07 crimes, e identificados 06 indivíduo e elaborados 06 Autos por Contraordenação.

OPERAÇÃO "Madeira de Lei 4.0 2025" – Combate ao comércio ilegal de madeira

Portugal, através de várias entidades nacionais, participou na Operação "Madeira de Lei 4.0 2025" durante o mês de outubro, realizando ações de investigação e de fiscalização para combater o comércio ilegal e os crimes praticados contra a vida selvagem, especialmente a flora, e em particular no que tange ao tráfico, exploração, comercialização e detenção de madeira em infração à legislação em vigor.

Aguarda Homologação

A coordenação nacional desta operação incentivada pela EUROPOL e pela EL PAcCTO (programa de cooperação entre a Europa e a América Latina, assente na assistência contra o crime transnacional organizado) coube à GNR, através do SEPNA, a fim de identificar madeiras, foram desenvolvidas ações de investigação e de fiscalização, principalmente no âmbito do CITES, e também no âmbito do Regulamento de Madeira da União Europeia (EU TR - European Union Timber Regulation), que visou combater a extração ilegal de madeira e o comércio associado de madeira e produtos de madeira nos EM da UE e, em última análise, contribuir para a gestão sustentável das florestas e reduzir as emissões de CO2 resultantes da desflorestação e/ou degradação florestal para além das fronteiras da UE.

A fase operacional, que decorreu entre 16 a 30 de outubro, foi precedida de uma fase de planeamento conjunto internacional com as entidades responsáveis pelas ações a desencadear em Portugal, Espanha, Itália e Países Baixos com peritos do Brasil, Costa Rica e Panamá.

No âmbito desta operação foram realizadas em Portugal, pelas diversas entidades acima mencionadas, 95 ações de fiscalização, resultando em 56 operadores de comércio e transformação de madeira e derivados fiscalizados, 37 ações de fiscalização rodoviária de transportadores de madeira e derivados, tendo ainda sido elaborados 6 autos de contraordenação. A nível internacional, as ações operacionais envolveram, além de Portugal, FSS do Brasil, Costa Rica, Panamá, Alemanha, França, Itália, Países Baixos, e Espanha, bem como o Projeto latino-americano EL PAcCTO. As ações visaram combater redes envolvidas em criminalidade ambiental, extração ilegal de madeira, contrabando, sonegação de impostos, lavagem de dinheiro e fraude documental.

O comércio ilícito de madeira é uma das atividades criminosas transnacionais que mais compensa financeiramente. Os grupos criminosos organizados camuflam a origem da madeira através da falsificação de documentos, entre outos. Vários tipos de madeira, como teca, pau-rosa, ipé e pernambuco são importados para países europeus, onde podem ser usados para múltiplos fins, incluindo para a criação de ornamentos e construção em geral.

INCÊNDIOS FLORESTAIS

Foi elaborada a Diretiva Operacional n.º 06/25 "Campanha Floresta Segura 2025", que, através de uma ação coordenada, enquadrada, eficaz e eficiente, visa contribuir de forma decisiva para a segurança das pessoas e para a preservação do património florestal, salvaguardando a segurança dos militares e civis envolvidos na operação.

A operação "Campanha Floresta Segura 2025", realizada entre 01 de fevereiro e 30 de novembro, teve como OOp os seguintes:

- OOp 1 – Despertar consciências para a problemática dos incêndios rurais e sobre a importância de evitar comportamento de risco e necessidade da limpeza de terrenos, tendo em vista a redução do número de ocorrências, nomeadamente, pelo uso incorreto do fogo;
- OOp 2 – Desenvolver as ações de monitorização e fiscalização apoiadas em tecnologias da informação em todo TN, no âmbito da implementação das faixas de gestão de combustível, tendo em vista a redução do risco de incêndio, registando-se toda a intervenção operacional na plataforma "Fiscalizações _ GNR";
- OOp 3 – Assegurar a coordenação do dispositivo de vigilância e deteção e garantir a eficácia da Rede de Vigilância e Deteção de Incêndios, com base na Plataforma da Diretiva Integrada de Vigilância e Deteção e Relatórios de Apoio ao Planeamento da Célula de Apoio ao Planeamento da Vigilância de Incêndios, visando aumentar o efeito de dissuasão, reduzir o número de ocorrências, identificar agentes causadores, detetar incêndios precocemente e transmitir informação célere sobre Alertas IR;
- OOp 4 – Desenvolver as ações de ataque inicial e ataque ampliado, sob a coordenação da ANEPC, tendo em vista a redução da área ardida;

Aguarda Homologação

- OOp 5 – Investigar, de forma célere as causas e os crimes de incêndio florestal, bem como a validação das áreas ardidas, com vista à redução de causas "desconhecidas e indeterminadas por ausência de elementos".

Nesta operação foram definidas três fases com o seguinte horizonte cronológico:

- Fase 1 – Preparação e Planeamento (fevereiro 2025);
- Fase 2 – Execução e Monitorização (fevereiro 2025 – novembro 2025);
- Fase 3 – Consolidação (novembro 2025).

No seu âmbito foram estabelecidas cinco Linhas de Operações, as quais se esbatem na abordagem integrada da cadeia de valor do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR), a saber:

- Prevenção – Sensibilização;
- Prevenção – Gestão de Combustível, Monitorização e Fiscalização;
- Pré–supressão (Vigilância e Deteção);
- Supressão e Auxílio às Populações;
- Avaliação Pós-evento e recuperação.

No âmbito desta Operação, integrada operacionalmente no SGIFR, foram registados 6 003 crimes de incêndio florestal, tendo sido efetuadas 68 detenções e identificados 894 suspeitos, como presumíveis autores de incêndios rurais.

Quanto à fiscalização, foram registadas 4 083 contraordenações (3 028 em 2024), destacando-se 3 184 por falta de gestão de combustível, 636 por realização de queimas e fogueiras, 125 por utilização indevida de maquinaria e equipamento e 89 por realização de queimadas, sendo ainda de realçar a sinalização de 104 176 locais com ausência de gestão de combustível que deram origem a 6 174 cumprimentos voluntários quanto à limpeza de terrenos, que tinham sido previamente sinalizados.

Respeitante à vigilância móvel para o SGIFR, a GNR realizou 56 982 patrulhas e percorreu 3 131 141 km.

Foram registadas 8 278 ocorrências de incêndio rural (6 304 em 2024), dos quais resultou uma área ardida de 270 839,1 hectares (137 675,6 em 2024), sendo que, dessas ocorrências, a GNR validou a área de 8 248 (99,64%) e investigou a causa de 8 232 (99,44%) incêndios, encontrando-se ainda 16 em investigação.

Da análise efetuada ao tipo de causa dos incêndios florestais ocorridos este ano, destacam-se as seguintes percentagens: 29,1% a causas indeterminadas, 24,1% ao incendiarismo, 25% ao uso do fogo, 12,4% a causas acidentais, 8% resultam de reacendimentos, 0,5% a causas estruturais e 0,9% devem-se a causas naturais.

Conclui-se que as principais causas dos Incêndios foram as indeterminadas (29%) e as causas incendiarismo (27%), que engloba a atuação dolosa e negligente, seguidamente o uso do fogo (26%), onde estão associadas cerca de 1 308 ignições relativas a Queimas e Queimadas.

Aguarda Homologação

RESULTADOS DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA NA DFCI				
DISTRITOS	Autos Crime de Incêndio		Detidos	
	Nº		Nº	
	2024	2025	2024	2025
AVEIRO	201	388	2	3
BEJA	173	247	1	0
BRAGA	358	712	7	7
BRAGANÇA	107	184	0	4
C. BRANCO	164	231	0	0
COIMBRA	73	210	1	0
ÉVORA	95	122	0	0
FARO	107	131	1	0
GUARDA	76	160	3	9
LEIRIA	97	178	18	14
LISBOA	145	193	1	0
PORTALEGRE	101	140	2	1
PORTO	543	1 109	10	10
SANTARÉM	340	420	0	0
SETÚBAL	258	298	1	0
V. DO CASTELO	381	477	0	0
VILA REAL	281	509	10	12
VISEU	158	294	6	0
TOTAL	**3 658**	**6 003**	**63**	**68**

Figura 73 - Resultados das ações de vigilância na DFCI (2024-2025)

Aguarda Homologação

No que se refere ao dispositivo das Companhias de Intervenção de Proteção e Socorro, a UEPS executou 5 010 missões helitransportadas de combate a incêndios rurais, das quais 4 069 em Ataque Inicial e 941 ações de Ataque Ampliado, daí resultando 1 730 incêndios dominados, ficando ativos, após o Ataque Inicial, 119 incêndios.

A taxa global de sucesso e de eficácia da sua ação operacional cifrou-se em 93,56 %. Representa-se no quadro seguinte o empenhamento operacional nesta vertente:

RESULTADO DO EMPENHAMENTO DE MEIOS AÉREOS – HELICÓPTERO	
Incêndios Dominados (90')	1 730
Incêndios Ativos (90')	119
Sem Intervenção	643
Falso Alarme	443
Missão Abortada	693
Acionado em Apoio	1 030
Acionado em Ataque Ampliado	441
TOTAL	**5 099**

Figura 74 - Empenhamento de meios aéreos - Helicóptero (2025)

Para além do empenhamento da UEPS em missões adstritas às suas CIPS, acrescem as missões de ATA executadas pelas GRIR, em toda a campanha de 2025, ilustradas pela tabela infra, podendo observar-se a execução no âmbito do Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais:

Distrito	CATE	Missões Atribuídas (ATA e Apoio)
AVEIRO	CATE AVEIRO	88
FARO	CATE LOULÉ	5
BRAGANÇA	CATE MIRANDELA	27
VISEU	CATE VISEU	18
TOTAL	**133**	

Figura 75 - Empenhamento das CATE por solicitação da ANEPC

Aguarda Homologação

ARMAS E EXPLOSIVOS

A atividade operacional *Explosive Ordnance Disposal* (EOD) foi desenvolvida pela Secção Operacional do CIESS da UI e pelas 10 Secções EOD dos Comandos Territoriais, acionadas sempre que tido o conhecimento de um incidente que envolvesse a presença ou a suspeita da presença de explosivos.

Em 2025, o Serviço de Inativação de Engenhos Explosivos da GNR cumpriu 525 intervenções operacionais EOD em 169 dos 278 concelhos do continente, o que corresponde a 60,8% do total dos concelhos, verificando-se uma ligeira redução de 8 intervenções em comparação com o ano de 2024.

Porém, 229 das 525 intervenções, o que corresponde a 43,6%, envolveram a presença efetiva de substâncias ou engenhos explosivos, 3,3% acima das 215 de 2024.

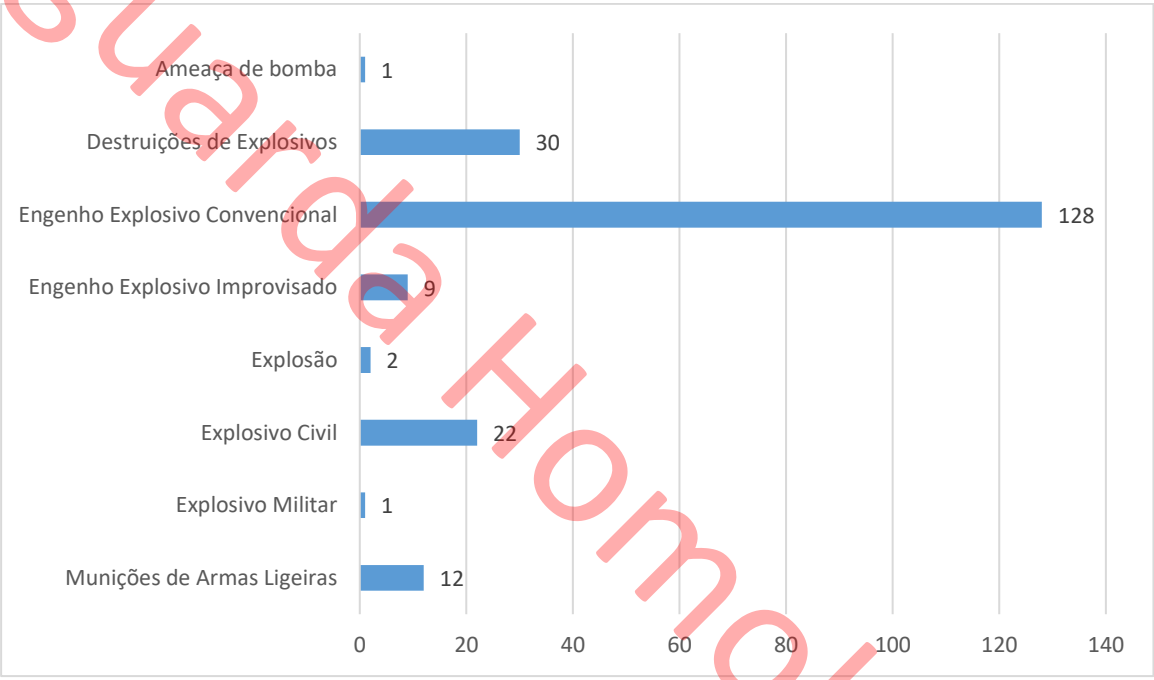


Figura 76 - Número de ações - Armas e Explosivos (2025)

Registou-se um aumento do número de buscas preventivas, levadas a cabo por imposição do PCCCOFSS ou por solicitação dos comandantes territorialmente competentes da área de atuação da GNR e executadas com apoio dos binómios de Deteção de Explosivos do Grupo de Intervenção Cinotécnico da UI e dos Comandos Territoriais da GNR. Em 2025, foram realizadas 294 buscas preventivas, 219 das quais motivadas pela presença de Altas Entidades, pela realização de grandes eventos desportivos (40), musicais (12), culturais (3), religiosos (16), mas em termos globais registou-se um ligeiro aumento de buscas preventivas em relação a 2024.

Em nenhuma foi detetado presença efetiva de substâncias ou engenhos explosivos.

Para realizar as 525 intervenções foram percorridos mais de 45 mil quilómetros e o efetivo da especialização EOD da GNR esteve empenhado um total de cerca de 2 043 horas, o que corresponde a 255 dias de serviço de oito horas, numa média de 21 intervenções por mês.

Aguarda Homologação

Fruto desta atividade específica, a GNR apreendeu e neutralizou cerca de 1 300 quilogramas de substâncias e acessórios explosivos, engenhos explosivos convencionais e munições de armas ligeiras:

- **Engenhos Explosivos Convencionais**

Munições militares: foram eliminados 96 artigos, com peso bruto superior a 307kg, nomeadamente 62 granadas de mão, 3 granadas de espingarda, 12 granadas de morteiro, 5 projéteis de artilharia, 7 rockets, 3 bombas de aviação e 3 espoletas;

Artigos de pirotecnia: foram neutralizados perto de 8 521 artigos e artefactos pirotécnicos, num peso bruto de cerca de 788kg, com destaque para 27 foguetes, 32 baterias de foguete, 9 bombetas, 412 balonas, 7 942 petardos pirotécnicos, 45 mini bombetas, 14 candelas, 10 tiros, 20 bombas de fumo e 10 outros;

Artifícios pirotécnicos de sinalização: foram eliminados 431 artigos, num peso bruto aproximado de 90kg, com destaque para 199 fachos, 6 fachos de sinalização, 178 very lights, 48 potes de fumo e 1 tocha.

- **Explosivo Civil:**

Foram eliminados cerca de 123kg, com destaque para mais de 235 metros de cordão lento, mais de 265 metros de cordão detonante de diversa gramagem e 413 dinamites e cerca de 24kg de pólvoras;

- **Munições de Armas Ligeiras:**

Foram eliminadas mais de 1 437 munições de calibre inferior a 20 milímetros, com um peso bruto de aproximadamente 22kg;

- **Substâncias e acessórios explosivos:**

Foram destruídos cerca de 382 acessórios explosivos, num peso aproximado de cerca de 10kg, com destaque para 374 detonadores.

De referir que o Serviço de Inativação de Engenhos Explosivos da GNR foi chamado a intervir em 2 cenários pós-explosão, uma ocorrência na localidade de Benavente, concelho de Benavente, distrito de Santarém, sem vítimas a registas, uma outra na localidade de Vale de Brejo, concelho Rio Maior, distrito de Santarém, da qual resultou um ferido.

ATIVIDADE VENATÓRIA E PESCA

No âmbito da pesca em águas marítimas, não foram detetados crimes, tendo sido elaborados 16 autos de contraordenação.

Foram detetados 221 crimes e 516 contraordenações relacionados com a atividade venatória.

No âmbito da pesca em águas interiores foram detetados 9 crimes e elaborados 638 autos de contraordenação, sendo o valor estimado das apreensões de 6 790€.

CONTROLO COSTEIRO E FRONTEIRAS

O ano de 2025 consolidou a atuação da GNR no exercício das competências atribuídas no controlo da fronteira marítima, após o primeiro ciclo completo de implementação do novo modelo organizacional resultante da reestruturação do sistema nacional de controlo de fronteiras. As sucessivas e progressivas mudanças legislativas e regulamentares determinaram alterações estruturantes neste modelo, reforçando o papel da UCCF da GNR no controlo da fronteira marítima e terrestre, bem como na fiscalização da permanência e atividade de cidadãos estrangeiros em TN. Este processo refletiu-se na consolidação dos procedimentos operacionais, na maturação dos mecanismos de coordenação interinstitucional e no aumento da capacidade de resposta adaptativa às exigências do contexto fronteiriço e de segurança, tanto no território continental como nas regiões autónomas, incluindo os terminais de cruzeiro.

Aguarda Homologação

A Direção de Fronteiras e de Controlo Costeiro, integrada no CO, reforçou a sua capacidade de planeamento e supervisão, traduzida no incremento da eficiência das ações de vigilância e controlo. Simultaneamente, foram otimizados os recursos humanos e materiais afetos à UCCF, através do seu modelo de empenhamento operacional ajustado aos resultados dos processos de análise de risco migratório e às exigências específicas de cada contexto operacional, garantindo assim um dispositivo dinâmico, adaptado às alterações e normativos legais e coerente com a evolução das ameaças no domínio das fronteiras.

No desenvolvimento dessas atividades, a GNR empenhou um total de 190 234 militares, tendo percorrido 62 404 milhas náuticas e um total de 1 316 102 kms, o que representa 300 431 horas de empenhamento operacional.

Como resultado do patrulhamento executado há a destacar 174 812 atividades distribuídas da seguinte forma:

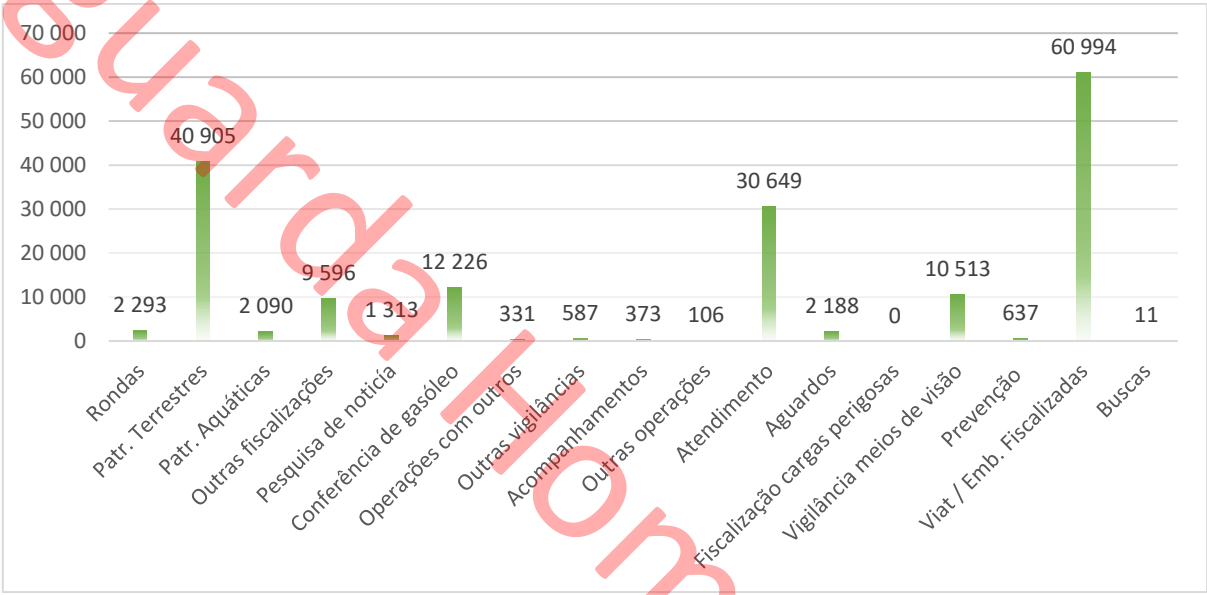


Figura 77 - Atividade da Vigilância e Controlo de Fronteiras (2025)

No desempenho das funções de controlo da fronteira marítima, a GNR efetuou o controlo de 45 737 embarcações, abrangendo um total de 5 785 701 de pessoas controladas e emitiu 2 429 vistos de curta duração e 381 vistos especiais, num total de 2 810, distribuídos da seguinte forma:



Figura 78 – Atividade de controlo da fronteira marítima (2025)

Aguarda Homologação

No que se refere ao controlo de permanência em TN, foram realizadas 2 970 ações de fiscalização, tendo sido identificados 52 102 cidadãos estrangeiros e dos quais resultaram 4 377 Autos de Contraordenação no âmbito da Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, com a seguinte tipologia:

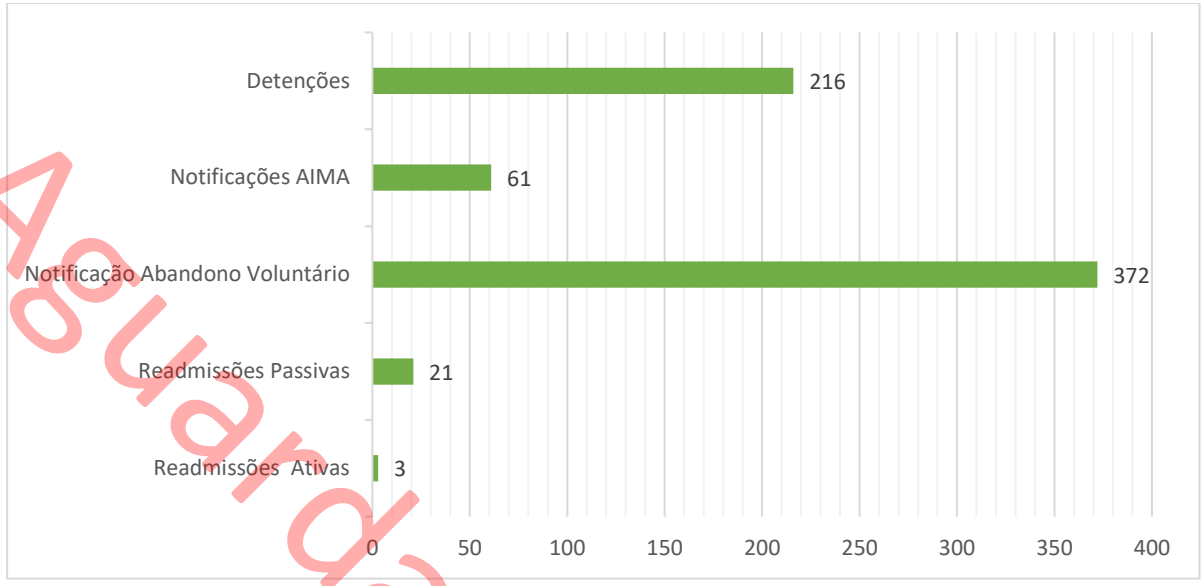


Figura 79 – Fiscalização do Controlo da Permanência (2025)

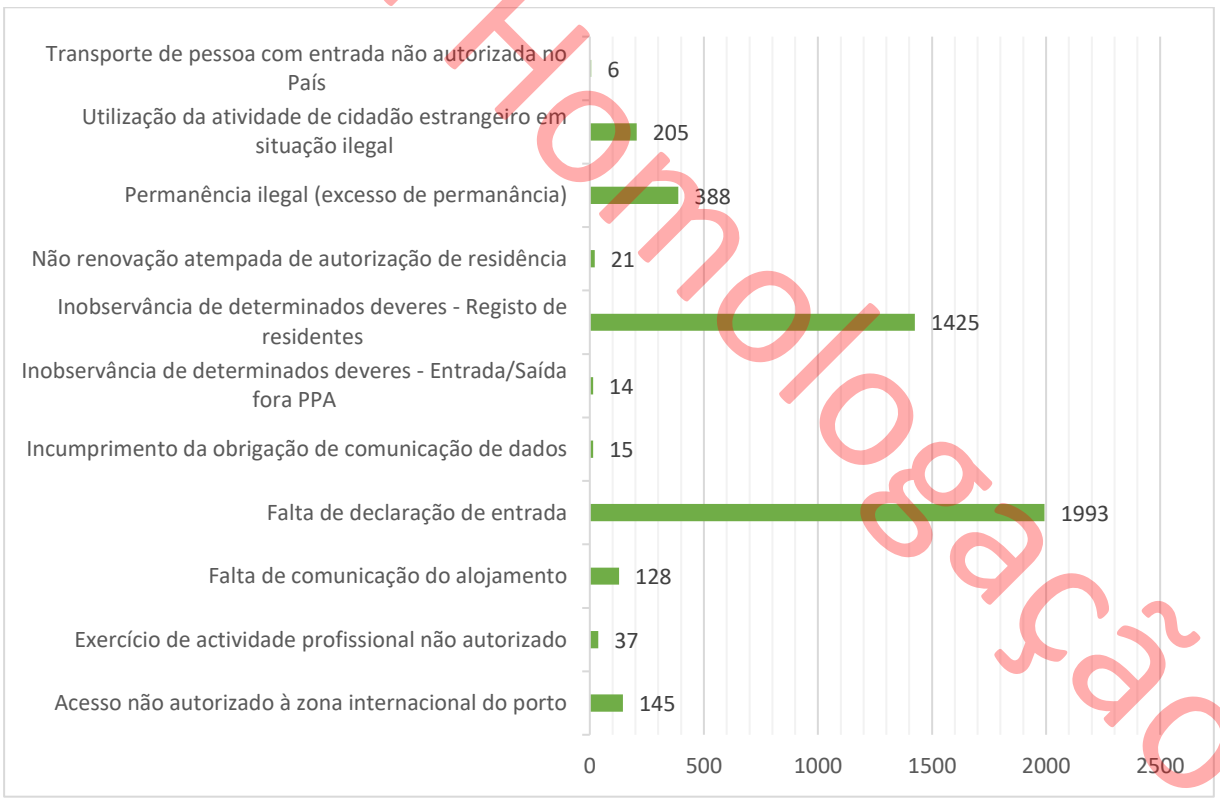


Figura 80 – Autos de Contraordenação no âmbito do controlo da permanência (2025)

SISTEMA INTEGRADO DE VIGILÂNCIA, COMANDO E CONTROLO

Durante o ano de 2025, o SIVICC, em pleno funcionamento, permitiu obter um conhecimento situacional permanente da orla costeira e do mar territorial, funcionando conjuntamente e de forma articulada com as equipas operacionais no terreno (terra e mar). No total, durante o ano de 2025, foram monitorizadas quarenta e quatro mil quinhentas e noventa e uma (44 591)

Aguarda Homologação

embarcações, o que corresponde a trinta e oito mil novecentas e sessenta e duas (38 962) embarcações referentes ao SIVICC no continente e cinco mil seiscentas e vinte e nove (5 629) no SIVICC na Região Autónoma da Madeira, classificadas de acordo com as categorias em seguida demonstradas.

Na componente "*security*", o resultado operacional direto da monitorização do SIVICC permitiu a realização de 89 ações de vigilância sobre embarcações suspeitas de transporte de estupefacientes e o controlo de 94 eventos relativos a comportamentos considerados suspeitos de embarcações.

No âmbito das infrações associadas à atividade piscatória, náutica de recreio, marítimo turística e situações diversas, foram identificadas 08 ocorrências (ex.: áreas proibidas, embarcações sem licenças de pesca, exercício da pesca de arrasto, etc.) e um total de 1 monitorização relacionadas com a proteção da Natureza.

Na componente "*safety*" do SIVICC, para além dos mecanismos de troca de informações estabelecidas com o COMAR/Marinha, não foram registadas ações relacionadas com Busca e Salvamento Marítimo.

Importa salientar que a vigilância é apenas uma das componentes do sistema e que todos os resultados operacionais resultam do esforço conjunto das intervenções terrestre e marítima, que complementam e constituem os "braços" do SIVICC.

EUROSUR

No seguimento da adoção, por Portugal, do Regulamento (UE) n.º 1052/2013, de 2 de dezembro de 2013, que estabeleceu o Sistema Europeu de Vigilância das Fronteiras (EUROSUR), manteve-se plenamente operacional, em 2025, o Centro Nacional de Coordenação (CNC) EUROSUR, implementado na GNR/UCCF.

Após a entrada em vigor do Regulamento (UE) 2019/1896, que revogou os Regulamentos (UE) n.º 1052/2013 e (UE) 2016/1624, reforçando o funcionamento da Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira, continuou a verificar-se em 2025 um incremento significativo na partilha de informação e na cooperação operacional entre as autoridades nacionais e europeias. Este reforço contribuiu para melhorar o conhecimento situacional e a capacidade de resposta conjunta perante ameaças relacionadas com imigração irregular, contrabando, crimes aduaneiros, tráfico de estupefacientes e terrorismo, bem como para garantir a proteção e salvaguarda da vida humana nas fronteiras externas marítimas e terrestres da União Europeia.

No âmbito das competências do CNC, manteve-se a criação e atualização do quadro de situação nacional, no seio da rede de comunicações EUROSUR, através da cooperação operacional e do intercâmbio de informações entre as autoridades representadas pelos respetivos oficiais de ligação (PJ, AT, DGRM[53], FAP[54], MARINHA, AAN [55]e AMN[56]). Durante o ano de 2025, foram registados dois mil quinhentos e quarenta e sete (2 547) eventos EUROSUR a nível nacional, os quais contribuíram de forma relevante para a consolidação do Quadro de Situação Europeu, reforçando a integração de Portugal no sistema comum de vigilância de fronteiras da UE.

Aguarda Homologação

[53] Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos.
[54] Força Aérea Portuguesa.
[55] Autoridade Aeronáutica Nacional.
[56] Autoridade Marítima Nacional.

Troço de Fronteira	Crimes Transfronteiriços	Imigração Irregular	Outros	Total
Douro e Centro		18		18
Lisboa	2	11		13
Alentejo				
Algarve	3	37		40
Madeira		3		3
Açores		8		8
Aérea	4	2422		2426
Não associado a troços de fronteira		39		39
Total	9	2538		2547

Figura 81 - Eventos EUROSUR por troço de fronteira (2025)

ILÍCITOS TRIBUTÁRIOS, FISCAIS E ADUANEIROS

Da atividade de fiscalização tributária desenvolvida durante o ano de 2025, destaca-se o levantamento de 22 012 autos, o que representa um decréscimo de cerca de 11% relativamente ao ano de 2024. Destes, destaca-se o decréscimo acentuado nas infrações em sede de Imposto sobre os Produtos Petrolíferos, as quais totalizam uma redução de cerca de 50%. Contrariando essa tendência, destacam-se as infrações em sede de imposto sobre o Tabaco, as quais demonstram um incremento de 75%.

INFRAÇÕES TRIBUTÁRIAS DETETADAS PELA GNR EM 2024 (CRIMES E CONTRAORDENAÇÕES)		
Impostos Especiais de consumo	Tabaco	282
	Álcool e Bebidas alcoólicas	271
	Produtos Petrolíferos	43
Imposto sobre Veículos	Veículos	247
IVA	Regime de Bens em Circulação	21 043
Outras de âmbito tributário		126
TOTAL		22 012

Figura 82 - Ilícitos Tributários, Fiscais e Aduaneiros (2025)

Aguarda Homologação

No que respeita à investigação tributária e económica, criminal e contraordenacional, em 2025 foram iniciados e investigados 1 831 processos, o que representa um decréscimo de 23% de processos investigados comparativamente com o ano de 2024.

INQUÉRITOS TRIBUTÁRIOS E ECONÓMICOS ABERTOS EM 2025		
CRIMES	Aduaneiros	**37**
	Fiscais	**28**
	Propriedade Industrial	**108**
	Jogo	**8**
	Outros	**8**
SUBTOTAL		**189**
CONTRAORDENAÇÕES	Aduaneiras	**1 000**
	Jogo	**31**
	Pescado	**536**
	Outros	**75**
SUBTOTAL		**1 642**
TOTAL		**1 831**

Figura 83 - Inquéritos Tributários e Económicos (2025)

Aguarda Homologação

APREENSÕES DE PRODUTOS SUJEITOS A IMPOSTO ESPECIAL DE CONSUMO - IEC		
TIPO DE IMPOSTO	**TIPO DE PRODUTO**	**ANO 2025**
Imposto sobre o Tabaco	Cigarros (unidades)	2 506 653
	Folha de tabaco (kg)[57]	1 542
	Tabaco de Mascar (kg)	6 979
	Tabaco para Cachimbo de Água (kg)	5
	Líquido com nicotina (ml)[58]	227 037
	Charutos e Cigarrilhas (unidades)	0
Imposto sobre as Bebidas Alcoólicas	Álcool Etílico e Bebidas Espirituosas (litros)	35 637
Imposto sobre Produtos Petrolíferos	Gasóleo Colorido e Marcado (litros)	2 071

Figura 84 - Quantidades de produtos apreendidos sujeitos a IEC (2025)

OPERAÇÕES MAIS RELEVANTES

De entre as operações de âmbito tributário realizadas em 2025, destacam-se:

- **Operação "FUST / MARTINA"**

Em 20MAR25, a EUROPOL, em coordenação com a UAF da GNR, a *Guardia Civil*, a Polícia Nacional de Salamanca e a Direção Adjunta de Vigilância Aduaneira (Agência Tributária espanhola), levou a cabo uma operação conjunta internacional, denominada Operação "FUST / MARTINA", que resultou no desmantelamento de uma organização criminosa dedicada ao contrabando/introdução fraudulenta no consumo de tabaco, em Portugal e Espanha e recentemente em França.

Esta investigação decorreu ao longo de aproximadamente 18 meses, foi designada de Operação "FUST" (GNR e GC) e Operação "MARTINA" (CNP e DAVA), permitiu identificar uma rede criminosa com ligações internacionais, especialmente dentro da União Europeia. Esta operação revelou que a rede criminosa dispunha de importantes infraestruturas logísticas em várias cidades espanholas, como Écija, Burgos, Valladolid, Madrid, Guadalajara, Salamanca e Zamora, bem como em diversos distritos portugueses Aveiro, Leiria, Lisboa, Portalegre e Setúbal. Nos últimos meses da investigação, foi ainda possível apurar-se que a organização já se tinha expandido para França.

Os membros da organização alugavam reboques para transportar folha de tabaco adquirida em Itália, que, ao chegar a Espanha, era submetida a um processo de corte, secagem, embalagem e preparação para distribuição. A distribuição do tabaco era feita através de carrinhas alugadas, com destino a Portugal, e por empresas de transporte de encomendas, para

[57] Inclui Folha de Tabaco, Tabaco de Corte Fino e Tabaco para Cachimbo.
[58] Inclui líquido com nicotina e líquido com nicotina dos Cigarros Eletrónicos.

Aguarda Homologação

entrega em diferentes províncias espanholas. Como medida para dificultar a deteção das autoridades, os locais de armazenamento eram utilizados apenas durante dois a três dias, sendo depois rapidamente desativados.

Adicionalmente, a organização recorria ao uso de criptomoedas como método para branqueamento de capitais, para ocultação dos lucros ilícitos obtidos através do contrabando de tabaco.

No âmbito da investigação, foram ainda realizadas 56 buscas em diferentes localidades de Portugal e Espanha, incluindo residências, quintas, armazéns industriais e armazéns logísticos, situados nos distritos de Aveiro, Leiria, Lisboa, Portalegre e Setúbal, em Portugal, e nas províncias de Salamanca, Zamora e Madrid, em Espanha.

Apreensões:

- Mais de 6,7 toneladas de tabaco;
- 77 000 cigarros;
- 18 viaturas;
- Diversa maquinaria utilizada no manuseamento do tabaco;
- Material eletrónico.

- **Operação "B2B"**

A GNR, através da UAF e sob a direção do Departamento Central de Investigação e Ação Penal, nos dias 09 e 10 de abril de 2025, desencadeou, em colaboração com a Polícia Judiciária Federal de Liége – Bélgica, e com o apoio operacional da EUROPOL, uma operação policial que visou colocar termo à atividade de uma rede organizada internacional dedicada à obtenção de vantagens patrimoniais ilegítimas através de um esquema fraudulento baseado na realização de contratos de trabalho fictícios com a intenção de evitar a aplicação das regras laborais na Bélgica e, por conseguinte, furtarem-se ao pagamento das contribuições e impostos ali devidos, em valores que superam os 13 milhões de euros.

A operação decorreu simultaneamente na Bélgica, Alemanha e em Portugal, tendo sido executadas 11 (onze) buscas em diversos locais nos distritos do Porto, Viseu e Lisboa, abrangendo domicílios, instalações de várias empresas e dois escritórios de contabilidade, bem ainda em veículos, das quais resultou a apreensão de:

- Diversa documentação e equipamentos informáticos;
- 3 viaturas ligeiras topo de gama no valor total de 410 000 €.

No âmbito das diligências realizadas em Portugal, foram ainda constituídas arguidas 1 pessoa singular e 5 pessoas coletivas a operar em TN, encontrando-se indiciadas da prática de factos suscetíveis de consubstanciar crimes de fraude contra a segurança social, associação criminosa, branqueamento e fraude.

Aguarda Homologação

- **Operação "NIMMERSAT"**

A GNR, através da UAF, participou, no dia 15 e 16 de abril de 2025, numa operação policial de dimensão internacional liderada pela Procuradoria Europeia (EPPO), detendo um dos responsáveis pela organização criminosa, um homem de nacionalidade lituana, com 60 anos de idade.

A Operação "NIMMERSATT", liderada pelo gabinete em Berlim (Alemanha) e Vilnius (Lituânia) da EPPO, decorreu simultaneamente em diversos Estados-Membros da UE (Alemanha, Lituânia, Espanha, Holanda, Polónia, Roménia, Letónia, Estónia, Bulgária e Portugal), com o apoio da EUROPOL e EUROJUST, e visou colocar termo à atividade de uma rede organizada internacional dedicada à obtenção de vantagens patrimoniais ilegítimas através de um esquema fraudulento baseado em circuitos de faturação fictícios e simulação de negócios, concretizada na evasão e fraude ao IVA e direitos aduaneiros na comercialização de veículos salvados, em valores que superam os 31 milhões de euros.

Para apoiar esta operação internacional, em território português (Arquipélago da Madeira), a UAF realizou duas buscas domiciliárias, e deu cumprimento ao mandado de detenção europeu emitido para um homem de nacionalidade lituana, com 60 anos de idade, indiciado da prática de factos suscetíveis de consubstanciar crimes de fraude fiscal qualificada, associação criminosa e branqueamento de capitais.

O detido foi presente à Autoridade Judiciária, tendo-lhe sido aplicada a medida de coação de prisão preventiva.

Apreensões:

- 114 veículos;
- 500 000€ em valor monetário;
- Diversos artigos de luxo.

- **Operação "BAIXA"**

A UAF, em conjunto com as autoridades Alemãs, no dia 23 de junho de 2025, deu cumprimento a três mandados de detenção, em operação coordenada pelo gabinete da EPPO em Berlim (Alemanha).

Na sequência das diligências policiais realizadas pelas autoridades alemãs, foram executados 28 mandados de busca domiciliária e não domiciliária nas cidades alemãs de Leipzig e Munique, tendo como objetivo desmantelar uma rede criminosa internacional dedicada à obtenção de vantagens patrimoniais ilegítimas. O esquema fraudulento assentava na criação de circuitos de faturação fictícia e simulação de negócios, com vista à evasão e fraude ao IVA, num montante superior a 10 milhões de euros.

No decorrer da investigação, e após ter sido identificado o envolvimento de três cidadãos portugueses na organização criminosa, com o objetivo de apoiar a operação internacional em TN, a UAF realizou quatro buscas domiciliárias no distrito de Lisboa e deu cumprimento a três mandados de detenção europeus, pela prática do crime de fraude fiscal qualificada, cometida por Associação Criminosa, na Alemanha.

- **Operação "DARK PAPER"**

Em 24SET25, a GNR, através da UAF, em articulação com a AT e com a Polícia Federal do Brasil, deteve quatro indivíduos, no decorrer de buscas nos distritos de Braga, Porto, Aveiro e Setúbal.

A operação permitiu desmantelar um esquema fraudulento assente na simulação de transações de viaturas através de empresas de fachada, que terá provocado um prejuízo fiscal superior a 5,4 milhões de euros.

Aguarda Homologação

A investigação, que decorria há cerca de um ano e meio, permitiu apurar que diversas empresas procediam a aquisições intracomunitárias de viaturas, adulterando posteriormente o regime de IVA aplicável a estas transações, com o intuito de reduzir de forma significativa, ou dissipar na totalidade, o montante de imposto a entregar ao Estado.

No decurso da operação, foram cumpridos 43 mandados de busca, 12 dos quais domiciliários e 31 em 'stands', armazéns, escritórios e garagens.

Foram apreendidas 84 viaturas, 3 armas de fogo, 25 telemóveis, 9 computadores, 4 900 euros em numerário, 1,7 gramas de cocaína, 3 discos de armazenamento de dados e 1 *pen drive*, 4 cartões bancários e diversa documentação.

Os bens apreendidos têm um valor patrimonial de 2 067 263 euros, tendo sido igualmente recolhidos diversos documentos e extraída prova digital.

Foram constituídas como arguidas seis pessoas coletivas e seis pessoas singulares, indiciadas pelos crimes de fraude fiscal qualificada, associação criminosa e branqueamento de capitais.

TRANSPORTE DE ÓRGÃOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS

Neste campo específico, a GNR, ao abrigo do dever de colaboração, coopera com as demais FSS, bem como com outras autoridades públicas.

Em harmonia com o descrito, em estreita colaboração com o Ministério da Saúde, designadamente através do Instituto Português de Sangue e da Transplantação, IP, a GNR assegura o transporte de órgãos e de produtos biológicos e colabora com as equipas médicas no desembaraçamento de trânsito, aquando dos deslocamentos urgentes para a sua recolha e consequente entrega na unidade hospitalar de destino.

No ano de 2025 foram realizados 353 transportes de órgãos e produtos biológicos, percorridos 68 023 km e empenhados 710 militares, o que se traduz numa redução de 2 233 km percorridos relativamente ao ano transato e num aumento de 30 transportes realizados comparativamente ao ano de 2024, conforme se pode verificar no gráfico seguinte:

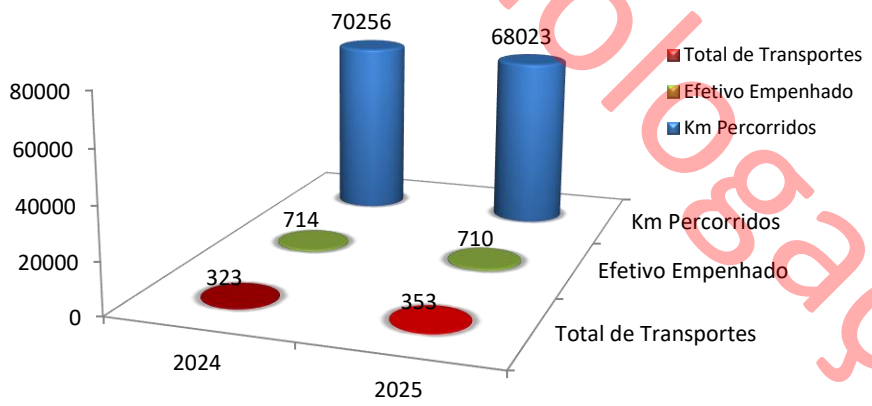


Figura 85 - Transporte de Órgãos e Produtos Biológicos (2024-2025)

Aguarda Homologação

PROTEÇÃO E SOCORRO

No âmbito das atribuições orgânicas, a GNR desenvolve missões de emergência proteção em socorro nas vertentes *security* e *safety*, com especial recurso à UEPS.

Esta Unidade especializada está vincadamente vocacionada para missões de prevenção e de intervenção, em todo o TN, em situações de acidente grave e catástrofe, designadamente nas ocorrências de incêndios rurais, de matérias perigosas, de cheias, de sismos, de busca, resgate e salvamento em diferentes ambientes, bem como em outras situações de emergência de proteção e socorro, incluindo a inspeção judiciária em meio aquático e subaquático.

Nesse seguimento, são diversas as missões desenvolvidas diariamente, respondendo às solicitações, necessidades e diretivas emanadas superiormente, desde os patrulhamentos armados de fiscalização e prevenção de incêndios florestais ao combate a incêndios rurais, passando pelas operações de proteção e socorro, descontaminação, reforço ao dispositivo territorial e busca e resgate de pessoas, com recurso a equipas especializadas, terrestres, aquáticas e *Remotely Piloted Aircraft Systems*, entre outras, encontrando-se distribuídas da seguinte forma:

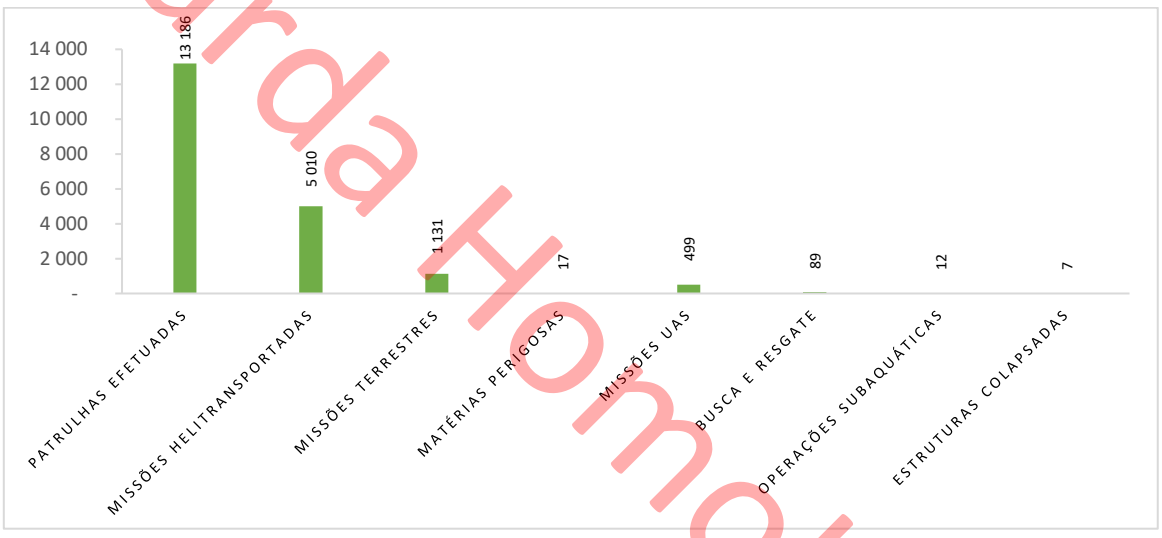


Figura 86 - Dados Operacionais Gerais (2025)

- **AÇÕES DE FOGO CONTROLADO**

Uma das ferramentas disponíveis para a criação de uma rede de defesa da floresta contra incêndios, é sem dúvida a gestão de combustível através de ações de fogo controlado.

É necessário obviamente um grande planeamento e preparação nestas ações, através da criação de condições para poder operar com segurança e sem riscos para os intervenientes e de forma a que seja efetivamente uma ação de fogo controlado.

A UEPS, tem técnicos e operacionais de queima formados e qualificados, dando apoio a estas ações, atuando também com equipas de 1.ª intervenção para apoio e segurança.

Aguarda Homologação

Em 2025, realizaram-se 45 ações de fogo controlado, num total de 340 horas de empenhamento, conforme figura seguinte

SEDE	SUBUNIDADES	AÇÕES DE FOGO CONTROLADO	TEMPO DE EMPENHAMENTO (HORAS)	MILITARES EMPENHADOS
BRAGA	CIPS 11	18	124	75
GUARDA	CIPS 14	3	24	10
PONTINHA	CIPS 16	1	7	4
MIRANDELA	CATE 21	4	27	36
AVEIRO	CATE 22	6	49	33
VISEU	CATE 23	13	109	69
TOTAL		45	340	277

Figura 87 – Ações de fogo controlado por distrito - 2025

- ***UNMANNED AIRCRAFT SYSTEMS***

A UEPS, através destes meios, garante capacidade de apoio nas mais variadas missões, desde apoio a busca e resgate de pessoas, incêndios florestais, apoio a operações policiais, entre outras.

Em 2025, realizaram 499 missões, 2 907 voos, num total de 1 148 horas.

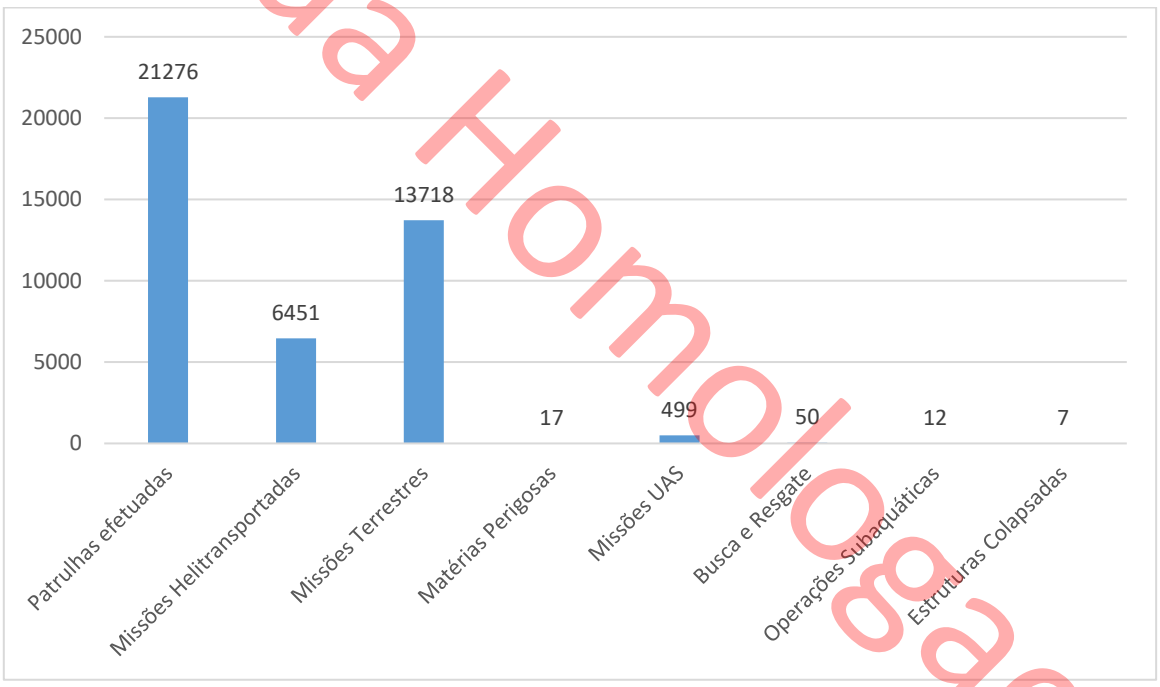


Figura 88 - Empenhamentos UAS (2025)

- **BUSCA E RESGATE**

Nesta área de intervenção, a UEPS garante capacidade operacional para missões para Busca e Salvamento em Ambiente de Montanha (i.e. escarpas, *canyons*, neve e gelo, grutas e águas rápidas), resgate de acidentados em atividades em montanha, resgate em parques eólicos, Rede Nacional de Postos de Vigia e Torres, SIRESP, SIVICC e ainda recuperação de cadáveres.

Desenvolve esta atividade, em especial através dos Postos de Busca e Resgate e Montanha da Serra da Estrela e Gerês (PTBRM SE, PTBRM PNPG) e Posto de Proteção e Socorro da Região Autónoma da Madeira, mas também por todos os Postos de Intervenção de Proteção e Socorro, estes últimos mais em operações e buscas de pessoas desaparecidas, em apoio aos CTer, ou em apoio aos PTBRM.

Guarda Homologação

Este tipo de intervenção compreende duas áreas de competência funcional: a busca e resgate no domínio *"safety"* e a missão policial e judicial no domínio *"security"*.

Em 2025, no cômputo geral foram realizadas 81 intervenções de Busca e Resgate.

- **MATÉRIAS PERIGOSAS**

O Núcleo de Matérias Perigosas tem capacidade de intervenção nacional e internacional, em situações que envolvam substâncias Nucleares, Radiológicos, Biológicos e Químicos, ou na sua iminência, que, devido à sua inflamabilidade, toxicidade, corrosibilidade ou radioatividade, podem causar danos graves e irreversíveis, inclusive, risco para a vida humana.

O Núcleo de Matérias Perigosas, realizou em 2025, um total de 17 missões, no âmbito químico, fiscalizações e colaboração com outras Unidades.

- **BUSCA E RESGATE EM ESTRUTURAS COLAPSADAS**

Intervenção especializada, com técnicas e equipamento específico para a busca técnica, deteção e resgate em estruturas colapsadas, ou escombros, mais especificamente, na ocorrência de sismos e outras ocorrências, tais como, desabamento de vertentes e movimento de massas.

Nesta área de atividade, em 2025, a UEPS, através desta valência, realizou 7 missões neste âmbito, nomeadamente derrocadas e recuperação de objetos.

- **OPERAÇÕES POLICIAIS SUBAQUÁTICAS.**

Através do Núcleo Especial de Operações Subaquáticas, a UEPS tem capacidade para operações de busca, resgate e recuperação de pessoas, bem como a recuperação de animais e objetos em ambiente subaquático, valendo-se ainda da sua qualidade enquanto OPC para a preservação, inspeção e recolha de prova, em apoio do dispositivo territorial da GNR, PJ e outros.

No ano de 2025, foram efetuadas um total de 16 missões, das quais 8 missões de busca de pessoas desaparecidas, 1 busca de objetos em ambiente subaquático, 1 evento de limpeza subaquática, 1 em apoio a exercícios militares, 1 em segurança a evento desportivo, 4 de auxílio a recuperação de cadáver.

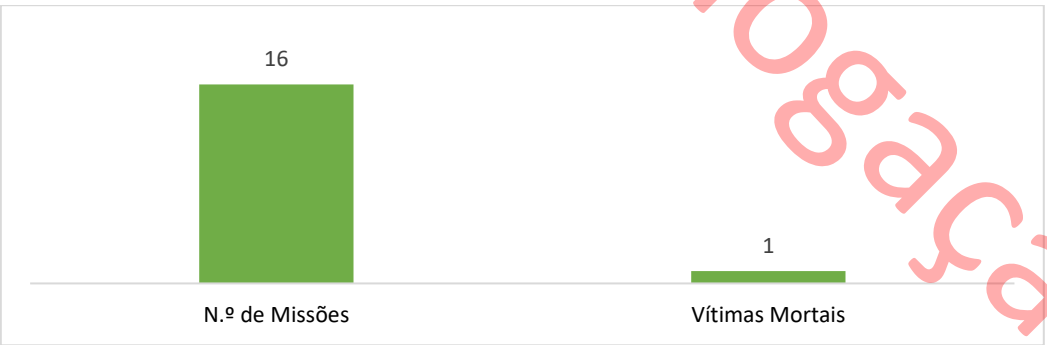


Figura 89 - Empenhamentos em Operações Subaquáticas (2025)

Aguarda Homologação

1.2.11. CONSEQUÊNCIAS DA ATIVIDADE OPERACIONAL

Durante o ano de 2025, em resultado da atividade Operacional, há a lamentar 1 óbito, e o registo de 3 feridos com necessidade de internamento, 159 feridos ligeiros e 172 agressões sem ferimentos.

CONSEQUÊNCIAS DA ATIVIDADE OPERACIONAL EM 2025			
Mortos	Feridos sujeitos a internamento	Feridos não sujeitos a internamento	Feridos não sujeitos a tratamento médico
1	3	159	172

Figura 90 - Danos pessoais nos militares da GNR (2025)

1.3. ATIVIDADE INSPETIVA DE CONTROLO À ATIVIDADE OPERACIONAL

Em 2025, através do organismo responsável pelo controlo e inspeção da atividade realizada pela GNR no cumprimento das atribuições que lhe foram conferidas por lei e como parte do esforço para melhorar os procedimentos e qualificar o serviço e prestação de serviços ao cidadão, a IG realizou **63** ações de Controlo Interno, que correspondem a **33** foram Inspeções de Natureza Ordinária, de âmbito geral (INO-G), **5** Inspeções no âmbito da Segurança e Saúde no Trabalho (ISST) e **25** foram Inspeções de Natureza Extraordinária, de âmbito parcial (INE-P).

A nível de forças a empenhar em missões internacionais, a IG executou também **11** Certificações, **9** Certificações de âmbito Operacional da FRONTEX e **2** Certificações de âmbito Operacional da EUROGENDFOR.

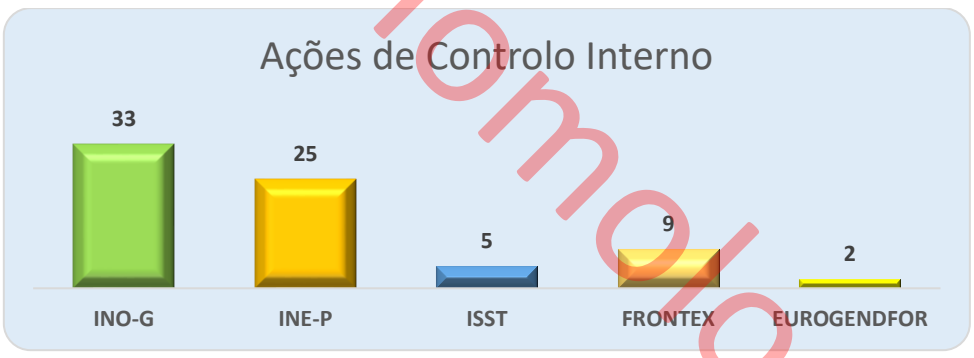


Figura 91 – Ações de controlo interno levadas a cabo pela IG no ano de 2025

- **Avaliação de âmbito Operacional (AO):**

A IG participou em 11 certificações de forças para missões FRONTEX e EUROGENDFOR. Essas missões têm como objetivo garantir que as Unidades operem de acordo com os padrões e procedimentos internacionais estabelecidos pela agência europeia. O acompanhamento dessas missões envolveu verificações operacionais e de conformidade, assegurando a eficácia da participação da GNR em operações Internacionais.

- **Inspeções de Natureza Ordinária, de âmbito Geral (INO-G)**:

Em 2025 foram realizadas 33 INO-G, com o objetivo de avaliar a conformidade das operações da GNR em várias áreas-chave. Durante estas inspeções, foi possível analisar e pontuar diversos aspetos da organização, que foram avaliados conforme critérios estabelecidos, levando em consideração tanto os pontos fortes como as áreas a serem aprimoradas. As avaliações obtidas em cada uma das áreas inspecionadas foram as seguintes:

Aguarda Homologação

- **Infraestruturas**:

A avaliação das infraestruturas alcançou uma mádia de 53,13%, indicando que, embora as condições físicas das instalações estejam em geral adequadas, há margem para melhorias significativas em termos de modernização e adequação das infraestruturas às exigências operacionais atuais.

- **Recursos Humanos**:

A média de 80,93% refletiu uma boa gestão dos recursos humanos, evidenciando que a formação e o desenvolvimento do pessoal estão em níveis elevados, com uma forte capacidade de adaptação e cumprimento das funções atribuídas. No entanto, podem ser considerados investimentos adicionais para otimizar ainda mais o desempenho das equipas.

- **Recursos Financeiros**:

Com uma pontuação de **88,61%,** a gestão dos recursos financeiros foi altamente eficiente, mostrando um bom controlo orçamental e um uso adequado dos recursos disponíveis para as operações, o que contribui para a sustentabilidade das atividades a longo prazo.

- **Recursos Materiais**:

A avaliação de **78,04%** indica que os recursos materiais são geralmente suficientes para garantir a execução das tarefas de forma eficaz, mas existem algumas lacunas que podem ser abordadas para melhorar a eficiência operacional, especialmente em termos de manutenção e renovação de equipamentos.

- **Atividade Operacional**:

Com uma média de **91,46%**, a avaliação da atividade geral da GNR mostrou um bom desempenho nas operações diárias, com um bom cumprimento das suas funções. No entanto, há sempre espaço para otimização das práticas operacionais, garantindo ainda mais a eficácia nas missões.

- **Segurança**:

A média de **62,20%** indicou que, embora as práticas de segurança estejam implementadas, há áreas a melhorar, especialmente no que diz respeito à prevenção de incidentes e ao cumprimento rigoroso de protocolos de segurança, o que exige maior atenção e aprimoramento contínuo.

A nota **média final das INO-G de 2025 foi 66,65%**, refletindo um desempenho global positivo, embora algumas áreas apresentem grandes desafios que necessitam de um trabalho contínuo e focado para alcançar a excelência operacional. É importante no futuro melhorar os pontos de maior vulnerabilidade, especialmente nas infraestruturas e segurança, a fim de garantir uma atuação ainda mais eficiente e segura no futuro.

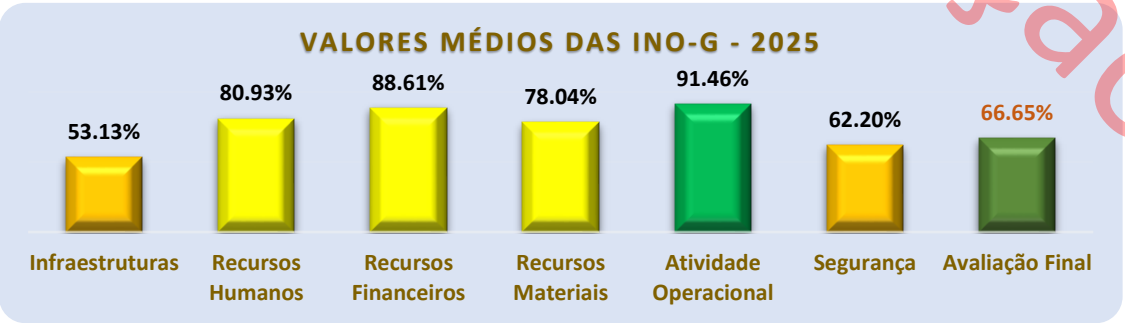


Figura 92 – Valores médios das INO-G no ano de 2025

Aguarda Homologação

Avaliação Final das INO-G: No geral, no que respeita à média das **33** inspeções **realizadas**, **14** obtiveram o resultado de **Insuficiente** (**42,42%**), **11** foram classificadas com **Suficiente** (**33,33%**) e **8** com classificação de **Bom** (**24,24%**), conforme se pode verificar no quadro seguinte:

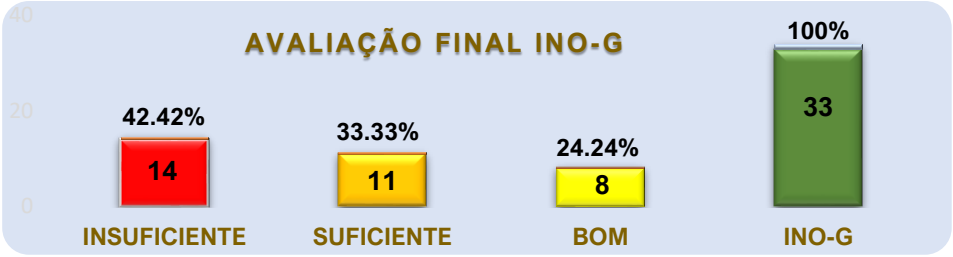


Figura 93 – Avaliação final das INO-G no ano de 2025

Inspeções de Natureza Extraordinária, de âmbito Parcelar (INE-P):

Em 2025 foram realizadas 25 INE-P, com o objetivo de avaliar a conformidade das operações da GNR direcionadas para duas áreas específicas, designadamente, a área das infraestruturas e a área da segurança. As avaliações obtidas em cada uma das duas áreas inspecionadas foram as seguintes:

- **Infraestruturas:**

A avaliação das infraestruturas alcançou uma média de **40,08%,** indicando que, embora as condições físicas das instalações estejam em geral adequadas, apresentam deficiências, devendo ser alvo de melhorias bastante significativas em termos de modernização e adequação das infraestruturas às exigências operacionais atuais.

- **Segurança:**

A média de **51,99%** indicou que, embora as práticas de segurança estejam implementadas, há áreas a melhorar, especialmente no que diz respeito à prevenção de incidentes e ao cumprimento rigoroso de protocolos de segurança, o que exige maior atenção e aprimoramento contínuo.

A nota **média final das INO-G de 2025 foi 55,77%**, refletindo um desempenho global que, embora alcance uma avaliação final positiva, revela bastantes deficiências, nomeadamente, ao nível das infraestruturas, representando grandes desafios que necessitam de um trabalho contínuo e focado para alcançar melhores condições. É importante no futuro melhorar os pontos de maior vulnerabilidade nestas duas áreas-chave, a fim de garantir uma atuação ainda mais eficiente e segura no futuro.

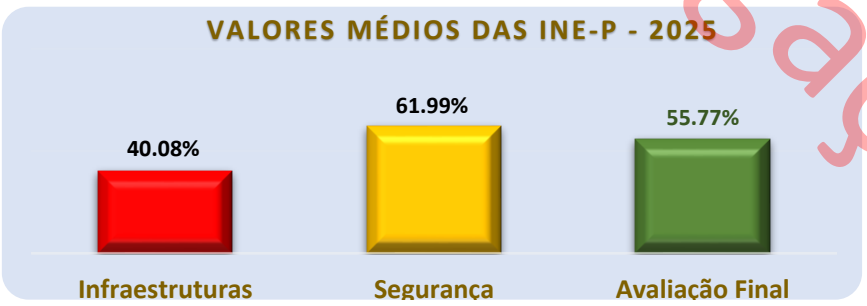


Figura 94 – Valores médios das INE-P no ano de 2025

Avaliação Final das INE-P: No geral, no que respeita à média das **25** inspeções **realizadas**, **20** obtiveram o resultado de **Insuficiente** (**80%**), **4** foram classificadas com **Suficiente** (**16%**) e **1** com classificação de **Bom** (**4%**), conforme se pode verificar no quadro seguinte:

Aguarda Homologação



Figura 95 – Avaliação final das INE-P no ano de 2025

Inspeções de Segurança e Saúde no Trabalho (ISST): Em 2025 foram realizadas 5 ISST focadas na área de Segurança e Saúde no Trabalho. As inspeções realizadas aos Comandos Territoriais da GNR de Aveiro, Castelo Branco, Faro, Lisboa e Porto, com o objetivo de avaliar as condições de Segurança e Saúde no Trabalho (SST) e a área de Proteção Ambiental, bem como o cumprimento das normas aplicáveis. Este relatório apresenta os principais resultados, destacando os indicadores analisados, suas pontuações percentuais e as áreas de maior e menor desempenho.

As avaliações obtidas em cada uma das áreas inspecionadas nas ISST foram as seguintes:

Segurança e Saúde no Trabalho (SST): 60,22% - A avaliação da presente área foi obtida através dos valores respeitantes às seguintes áreas específicas:

- **Organização da Função SST: 33,18%** - A avaliação apontou bastantes insuficiências na gestão e estruturação das práticas de SST, indicando a necessidade de maior planeamento e capacitação.
- **Construção e Layout: 76,90%** - Apesar de apresentarem condições satisfatórias, os edifícios e o layout necessitam de ajustes para melhorar a funcionalidade e a segurança no ambiente de trabalho.
- **Áreas: 50,99% -** Esta categoria, relacionada à adequação dos espaços operacionais, apresentou desempenho baixo, com necessidade de otimizações em organização e manutenção.
- **Lazer: 76,15% -** As áreas destinadas ao lazer dos efetivos demonstraram um desempenho positivo, mas ainda há espaço para melhorias em conforto e segurança.
- **Alojamento, Instalações Sanitárias e Vestiário: 82,46%** - Uma das áreas com melhor desempenho, com condições adequadas e manutenção consistente, embora pequenas melhorias possam ser efetuadas para elevar ainda mais o padrão.
- **Cozinha e Refeitório: 69,71%** - Este foi um dos resultados mediano, apontando algumas falhas críticas nas condições de higiene, organização e segurança, o que requer ações imediatas.
- **Área de Incêndios: 40,38%,** - Este resultado foi o mais preocupante, evidenciando graves deficiências na prevenção e combate a incêndios, o que representa um risco elevado para as unidades.
- **Existência de Riscos: 58,71%** - Identificação de riscos foi bem conduzida, mas é necessário fortalecer as medidas de mitigação.
- **Exposição a Fatores de Risco de Natureza Profissional: 62,61%** - Os riscos ocupacionais foram geridos de forma razoável, havendo ainda bastantes aspetos a melhorar.
- **Outras Áreas de SST: 35,59%** - Desempenho muito baixo em aspetos complementares, com oportunidades para reforço e melhoramento.

Aguarda Homologação

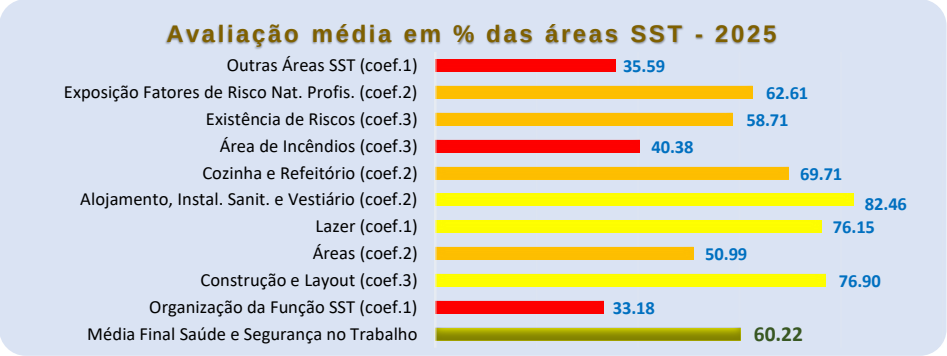


Figura 96 – Avaliação média em % das áreas SST no ano de 2025

Proteção Ambiental: 76,91% - A avaliação da presente área foi obtida através dos valores respeitantes às seguintes áreas específicas:

- **Eficiência Energética: 68,79%** - Embora satisfatório, há espaço para implementar tecnologias mais modernas e eficientes.
- **Gestão e Qualidade da Água: 90,72%** - O resultado mais elevado das médias avaliativas, destacando excelentes práticas de conservação e gestão hídrica.
- **Resíduos: 73,35%** - A gestão de resíduos foi avaliada como muito positiva, com práticas bem estabelecidas de descarte e reciclagem.
- **Pragas: 72,78%** - O controlo de pragas mostrou-se eficaz, com poucas ocorrências reportadas.

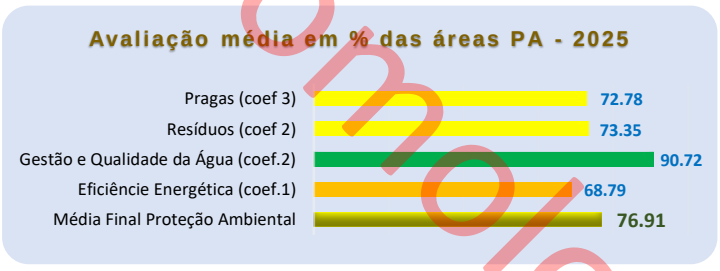


Figura 97 – Avaliação média em % de áreas PA no ano de 2025

A **Avaliação Média Final das ISST foi 64,39%,** indicando um desempenho geral mediano, que carece de preocupação e implementação de políticas de prevenção e controlo dos riscos laborais.

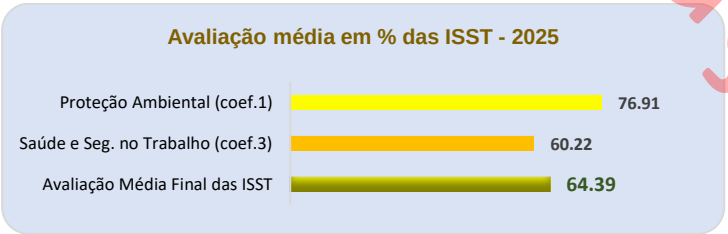


Figura 98 – Avaliação média em % das ISST no ano de 2025

Reclamações, Elogios/Agradecimentos e Exposições:

Reclamações: No que respeita à instrução do procedimento administrativo relativo às reclamações registadas nos Livros de Reclamação em locais de atendimento ao público, a IG continuou a ter em 2025 a responsabilidade de as registar e analisar,

Aguarda Homologação

sendo que a responsabilidade de responder ao cidadão reclamante passou para a alçada das Unidades, no prazo legalmente estabelecido, continuando a IG a levar a cabo a respetiva análise estatística.

Desta forma, e analisando comparativamente os dados do gráfico em baixo plasmado respeitante aos registos nos Livros de Reclamações dos últimos 5 anos, entre os anos de 2021 até ao ano de 2023, existiu um acréscimo gradual de registos em Livro de Reclamações (2022 teve um aumento de 11,68% em relação ao ano de 2021, que correspondeu a mais 48 reclamações, em 2023 existiu um aumento de 14,16% em relação ao ano de 2022, com mais 65 reclamações relativamente ao ano anterior), porém, em 2024 registou-se uma descida, com menos 126 reclamações, quando comparado com o ano de 2023, correspondendo a uma redução de 24,05%, voltando a aumentar novamente no ano de 2025, registando mais 25 reclamações, correspondendo a um aumento de 6,28% em relação a 2024:



Figura 99 – Reclamações apresentadas nos Postos da GNR nos últimos 5 anos

Assim, e numa análise referente ao ano de 2025, foram efetuados **423** registos em livro de reclamações (**418 reclamações + 5 elogios**), o que representa um aumento (**mais 25 registos**) face ao ano 2024 (395 reclamações + 3 elogios). As reclamações apresentadas pelos cidadãos e exaradas no Livro de Reclamações, vulgarmente conhecido por "Livro Amarelo", tiveram um prazo máximo de resposta de 15 dias.

No quadro seguinte é possível identificar os motivos que estiveram na origem das respetivas reclamações, constituindo prioridade do órgão inspetivo da GNR continuar a fazer esforços para reduzir as situações que decorrem de causas imputáveis à atuação dos militares no serviço prestado ao cidadão, no quadro de dinâmicas de qualidade previstas na Estratégia da Qualidade, integrante da EG2025.

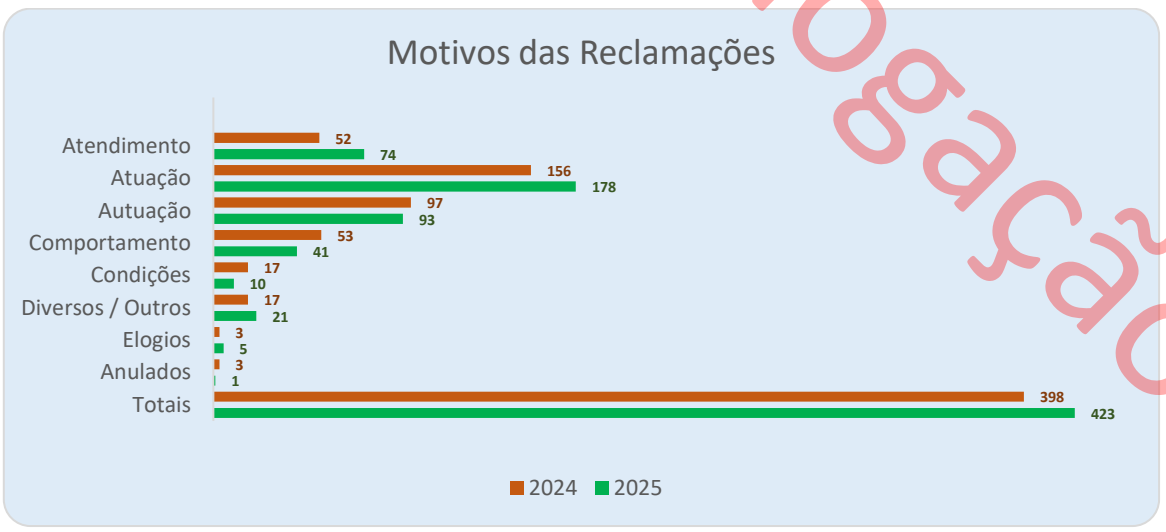


Figura 100 – Motivos das reclamações apresentadas nos Postos da GNR (comparação 2024/2025)

Aguarda Homologação

Deste universo, no ano 2025, o maior número de motivos registados em Livro de Reclamações, estão relacionados com a **atuação** dos militares, correspondendo a **178** reclamações (**42,08%**), seguindo-se de **93** reclamações tendo por base a **autuação** (**21,99%**), correspondendo o terceiro lugar às reclamações relativas ao **atendimento**, com **74** reclamações (**17,49%**), seguido de **41** reclamações correspondentes ao **comportamento** (**9,69%**), ficando em penúltimo lugar as reclamações por **outros motivos**, num total de **21** reclamações (**4,96%**) e em último lugar **10** reclamações relativas às **condições** (**2,36%**). Foram ainda registados em Livro de Reclamações, no ano de 2025, **5 elogios/agradecimentos** (**1,18%**) e **1** reclamação **anulada** (**0,24%**).

Os motivos das reclamações contêm vários assuntos devidamente definidos que contribuem para uma melhoria da qualidade do atendimento e atuação dos militares da GNR.

Relativamente aos assuntos das **423** reclamações apresentadas em 2025, estes dividem-se da seguinte forma:

46 por atuação incorreta, **43** por atuação no âmbito de fiscalização e serviço policial, **32** por não atuação e por atendimento incorreto, respetivamente, **28** por comportamento incorreto, **19** devido a autuações por outras infrações ao Código da Estrada, **17** relativas a atendimento com base na emissão de documentos (taxas, certidões, licenças, etc.), 15 devido a autuações por estacionamento indevido, 14 por demora na atuação, 13 por informações incorretas durante a atuação, 12 por outros tipos de atendimento, 9 na sequência de autuação por falta de inspeção periódica e por reclamações descabidas de procedimento, respetivamente, 8 por atuação em casos de ruído (canídeos, estabelecimentos comerciais, etc.) e em casos de outros tipos de atuação, respetivamente, 7 na sequência de autuação por uso de telemóvel durante a condução, 6 por atuação no âmbito da regulação do poder paternal e na sequência de autuação por falta de cinto de segurança durante a condução, respetivamente, 5 por assuntos diversos, por outros tipos de comportamento, por comportamento relacionado com abuso de autoridade e por atendimento relativo a recusa de recessão de queixa, respetivamente, 4 por atuação no âmbito do cumprimento de serviço judicial e por assuntos fora do âmbito da GNR, respetivamente, 3 por demora no atendimento, autuação da competência de outras entidades, por comportamento de ofensas à integridade física e por assuntos relativos a tribunais, respetivamente, 2, respetivamente, por atendimento relacionado com inquirições, por atendimento relacionado com pedidos de auxílio, por atuação em casos de violência doméstica, por atuação com atos de racismo/discriminação, por autuação relativa a excesso de velocidade, por condições relativas à falta de terminal de pagamento automático (TPA), devido condições das instalações, devido a condições de funcionamento do local de atendimento e por condições de falta de efetivo, 1 reclamação, respetivamente, devido ao horário de funcionamento do atendimento, autuação no âmbito da autoridade para as condições de trabalho, devido a condições de acesso para pessoas como mobilidade reduzida e por outros tipos de condições, respetivamente.

No Livro de Reclamações foram também registadas manifestações de agrado e satisfação pelos serviços prestados pelos militares da GNR, tendo sido registados, no ano de 2025, um total de **5 elogios/agradecimentos**.

Aguarda Homologação

O quadro seguinte representa as reclamações relativas ao ano 2025 por género:

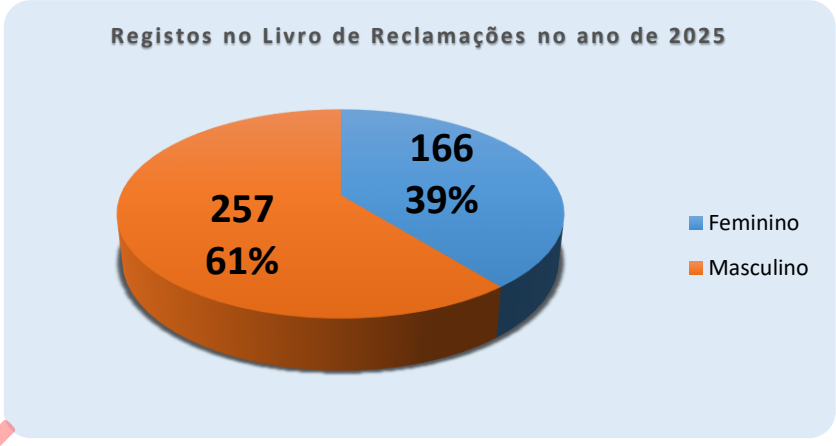


Figura 101 – Reclamações apresentadas nos Postos da GNR por género M/F (2025)

Durante o ano de 2025, as Unidades onde ocorreram mais reclamações a nível nacional foram os Comandos Territoriais situados na zona litoral do país e com maior aglomerado populacional, nomeadamente, nos Comandos Territoriais de Setúbal (61), do Porto (50), de Lisboa (38) e de Faro (34).

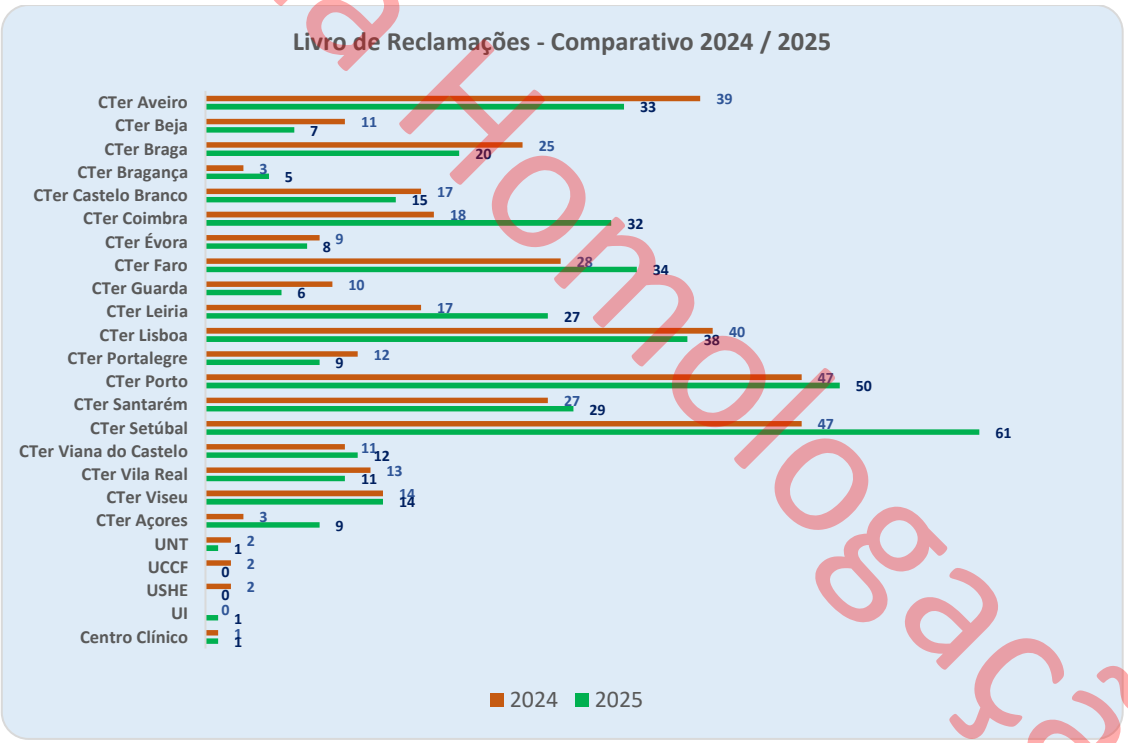


Figura 102 – Comparação, por Unidades, das reclamações apresentadas em 2024 e 2025

Site GNR: Para além das reclamações apresentadas em Livro de Reclamação, nos vários locais de atendimento ao público, de acordo com o estipulado no artigo 35.º-A, do Decreto-Lei n.º 135/99 de 22 de abril, os cidadãos puderam manifestar os seus motivos de desagrado no site institucional "*www.gnr.pt*", no espaço https://www.gnr.pt/sugestoesElogios.aspx", destinado a "*Elogios, Sugestões e Reclamações*", tendo sido obtidos, durante o ano de 2025, **129** registos, dos quais se extraíram **96** reclamações, **24** elogios/agradecimentos, **7** pedidos de informação e **2** sugestões, tendo as reclamações sido reencaminhadas para as Unidades respetivas para resposta ao cidadão.

Aguarda Homologação

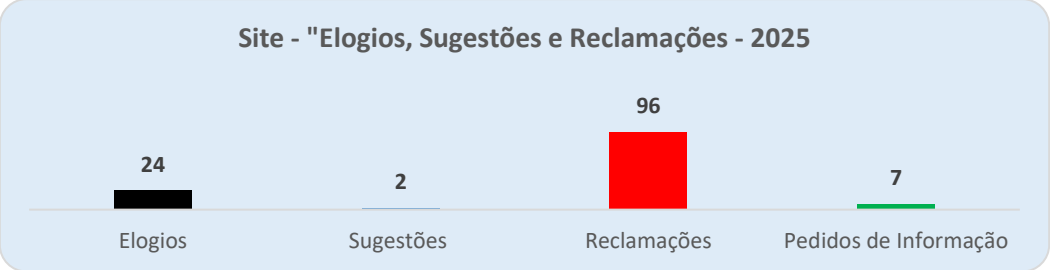


Figura 103 – Registos no site institucional www.gnr.pt no espaço "Elogios, Sugestões e Reclamações" no ano de 2025

E-mail IG: No ano de 2025, através do correio eletrónico institucional da IG/GNR (ig@gnr.pt), foram registados **87** e-mail's correspondentes a **80** reclamações, **4** elogios/agradecimentos e **3** pedidos de informação, relacionados com a ação da GNR.

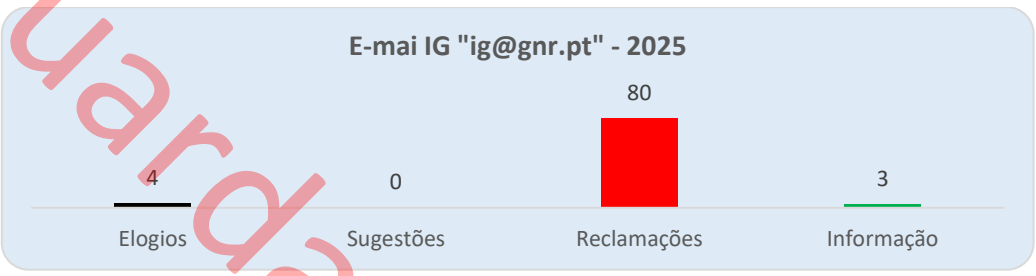


Figura 104 – Registos no e-mail da IG no ano de 2025

Em suma, através dos vários canais disponibilizados ao cidadão, no ano de 2025, foram registadas um total de **599 reclamações**.



Figura 105 – Registos no e-mail da IG no ano de 2025

Aguarda Homologação

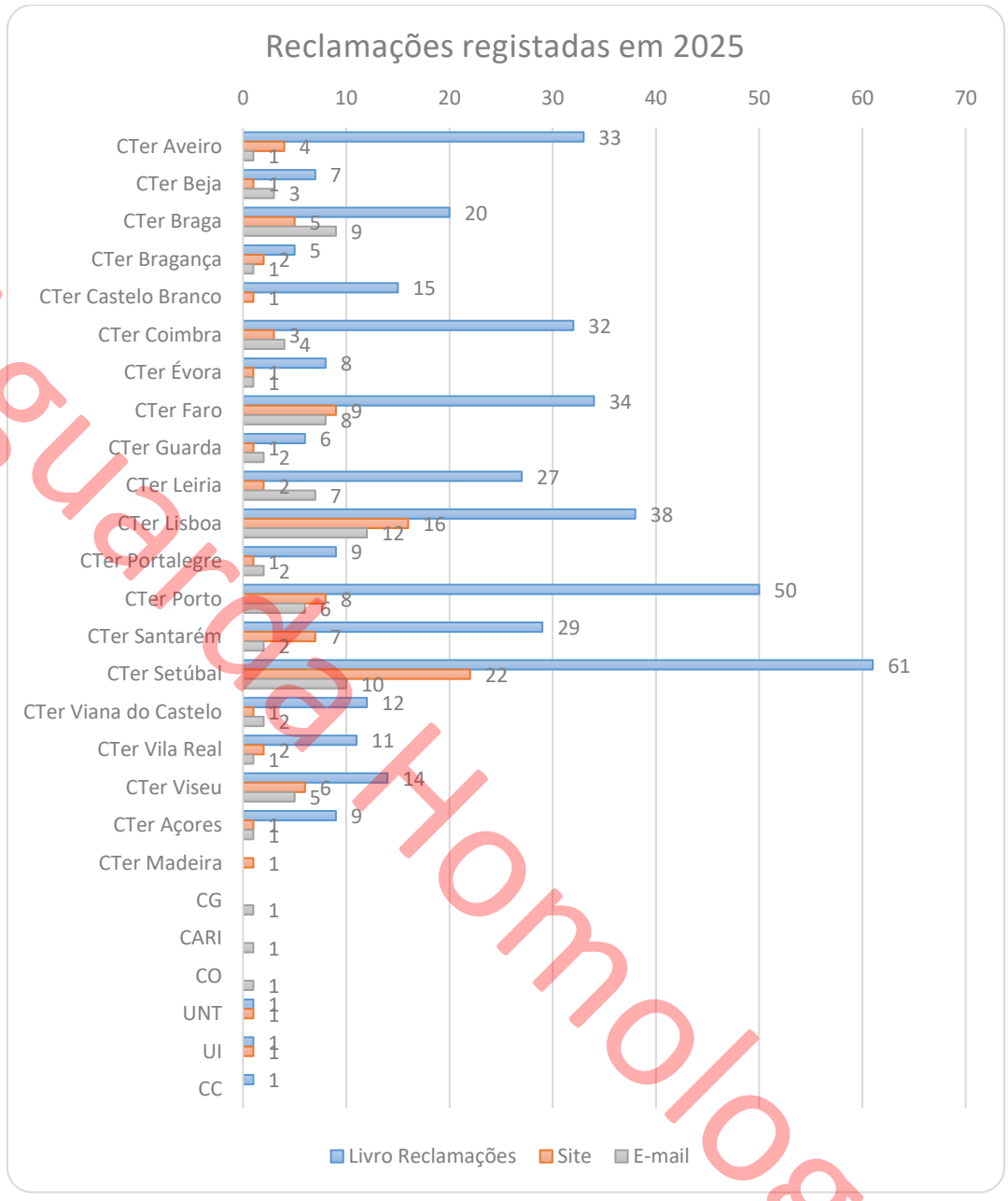


Figura 106 – Reclamações por Unidade registadas no ano de 2025

Elogios/agradecimentos: Em contrapartida, no que respeita a elogios e agradecimentos aos militares da GNR, no ano de 2025, a IG extraiu um total de **573** registos, distribuídos da seguinte forma:

- **Livro de Reclamações: 5;**
- **GGCG: 540;**
- **Site GNR: 24;**
- **E-mail da IG: 4.**

Aguarda Homologação

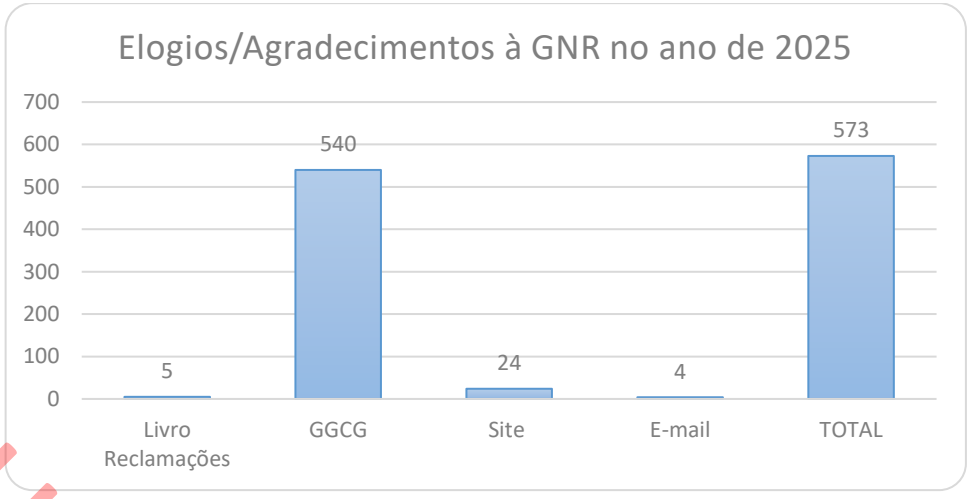


Figura 107 – Elogios/Agradecimentos registados no ano de 2025

Estes **elogios/agradecimentos** são um reflexo da qualidade e dedicação dos profissionais da Instituição, demonstrando a eficácia das ações realizadas, bem como a valorização do trabalho realizado pelos militares da GNR.

Exposições:

Para além das reclamações apresentadas nos canais de denúncia atrás identificados, durante o ano de 2025, foram rececionadas na IG **238** exposições, queixas ou denúncias, distribuídas da seguinte forma:

- **Inspeção-Geral da Administração Interna** – **162** registos, correspondentes a **77** queixas eletrónicas, **39** queixas de reclusos e **46** exposições/reclamações;
- **MAI** – **38** exposições/reclamações;
- **GGCG** – **34** registos, correspondentes a **9** denúncias anónimas e **25** denúncias identificadas;
- **IG** – **4** registos, correspondentes a **2** denúncias anónimas e **2** denúncias identificadas.

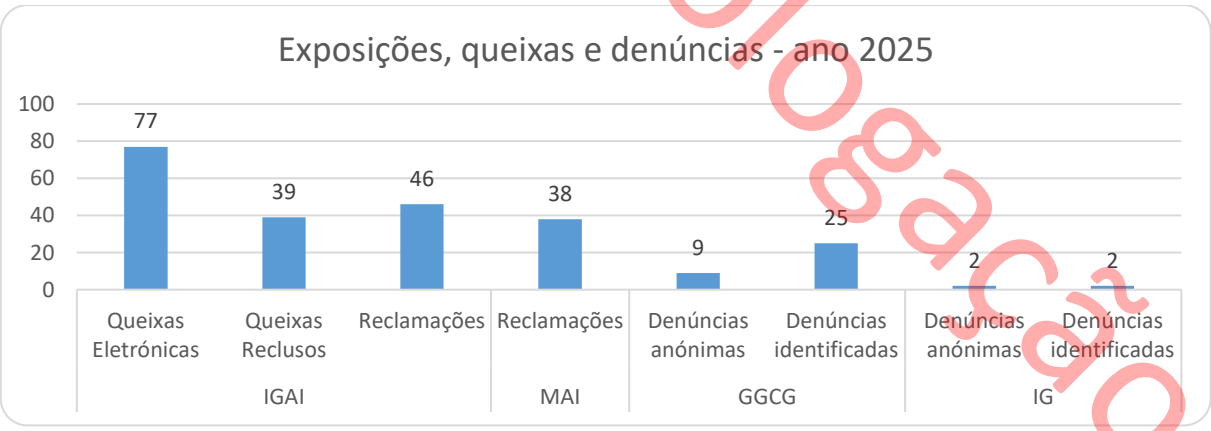
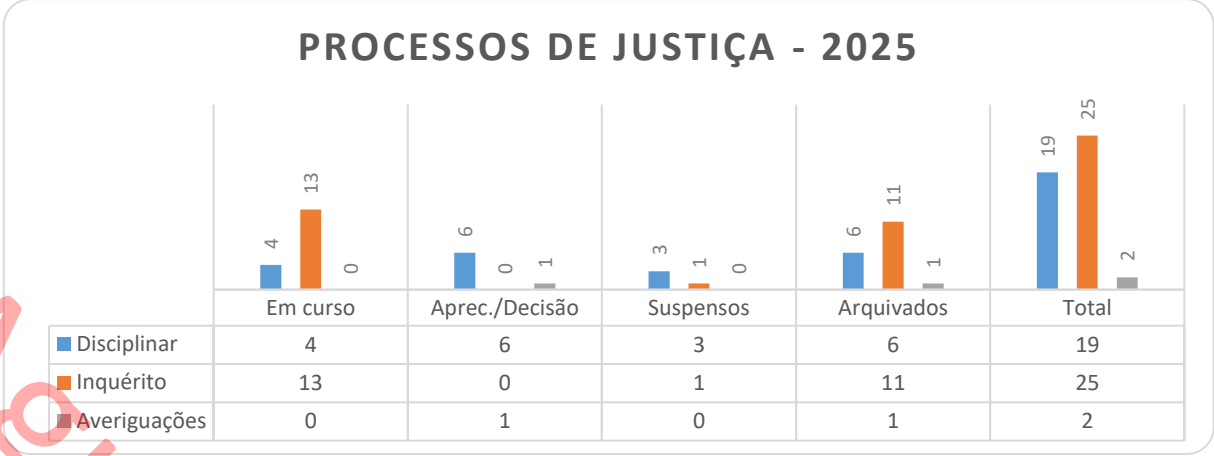


Figura 108 – Exposições, queixas e denúncias registadas no ano de 2025

Processos de Justiça atribuídos aos Inspetores-Adjuntos: No decorrer do ano de 2025, os Inspetores-Adjuntos foram responsáveis pela instrução de **47** processos de justiça, designadamente, **19** processos disciplinares, **25** processos de inquérito e **2** processos de averiguações, verificando-se um aumento de 10 processos relativamente ao ano anterior.

Aguarda Homologação



	Em curso	Aprec./Decisão	Suspensos	Arquivados	Total
Disciplinar	4	6	3	6	19
Inquérito	13	0	1	11	25
Averiguações	0	1	0	1	2

Figura 109 – Processos de Justiça distribuídos à IG no ano de 2025

Prevenção contra o Corrupção:

Ainda em 2025, a IG elaborou informação com proposta de um conjunto de medidas com vista à implementação das recomendações decorrentes do 5.º Ciclo Avaliativo do Grupo de Estados Contra a Corrupção do Conselho da Europa (GRECO), no âmbito da promoção da integridade, incluindo uma proposta de enquadramento de atividades concorrentes para esse fim no Plano de Atividades para 2026.

Ainda neste âmbito, e dando cumprimento à legislação do Regime Geral de Prevenção contra a Corrupção, a IG, em colaboração com outros órgãos da GNR, garantiu o cumprimento das medidas ali previstas, tendo apresentado uma nova proposta de Código de Conduta, nos termos do artigo 7.º do Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC), aprovado pelo Decreto-lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, designado por Código de Ética e Conduta da GNR, elaborado com base nos documentos orientadores e doutrinários aplicáveis à ética no setor da segurança pública.

Formação ministrada no âmbito da Gestão da Qualidade:

A IG ministrou 11 tempos letivos de formação no âmbito da Gestão da Qualidade. Estas sessões visaram o aprimoramento contínuo das competências dos alunos do Curso de Promoção a Capitão (CPC) e do Curso de Formação de Sargentos (CFS), com especial foco na melhoria dos processos e na implementação de boas práticas de gestão. A formação também envolveu temas relacionados com a segurança, conformidade legal e a excelência no serviço prestado.

1.4. ATIVIDADE OPERACIONAL NOS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

A atividade operacional desenvolvida pela GNR, dada a sua relevância e impacto social, continua a justificar um acompanhamento e escrutínio permanentes por parte dos OCS. De acordo com os dados extraídos da plataforma Cision, o acompanhamento informativo dos OCS registou o comportamento evidenciado no gráfico infra apresentado (Figura 110). Verifica-se um decréscimo progressivo do volume de notícias entre janeiro e abril, seguido de uma ligeira recuperação em maio. Nos meses de junho e julho observa-se nova redução, antecedendo um acréscimo expressivo em agosto, que constitui o ponto mais elevado do segundo semestre. A partir desse mês, regista-se um novo decréscimo até outubro, seguido de uma tendência de ligeira recuperação nos meses de novembro e dezembro. No total, foram contabilizadas 4 520 notícias relacionadas com a GNR ao longo de 2025.

Aguarda Homologação

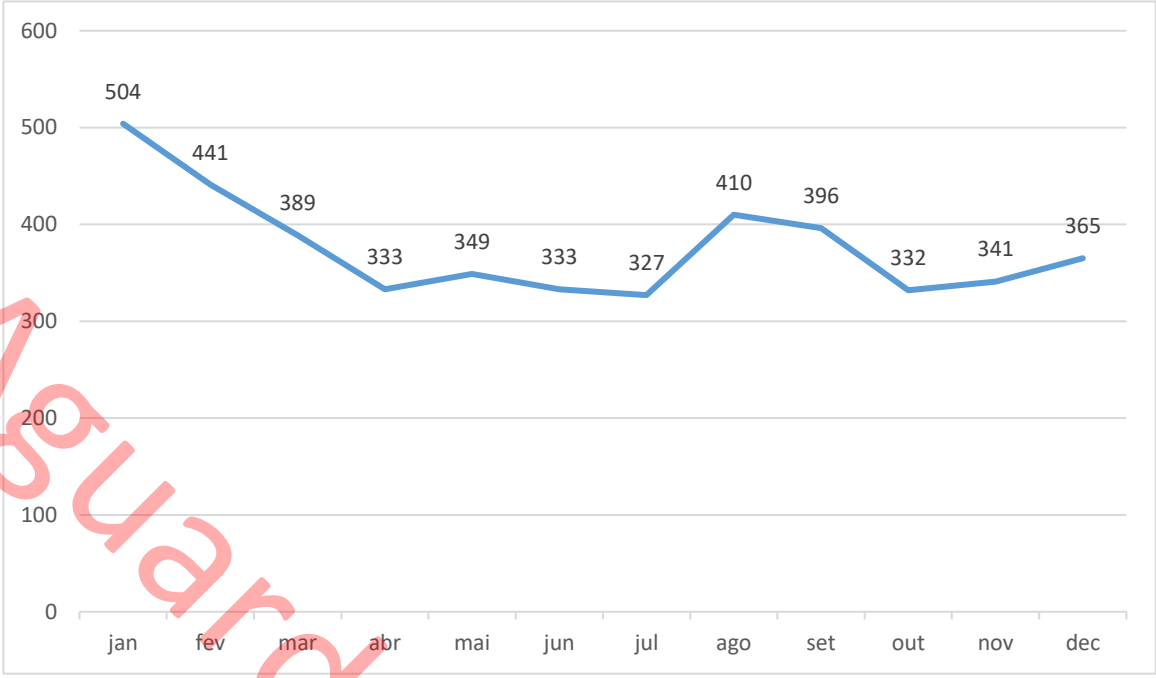


Figura 110 – Notícias relacionadas com a GNR 2025 (fonte: Cision)

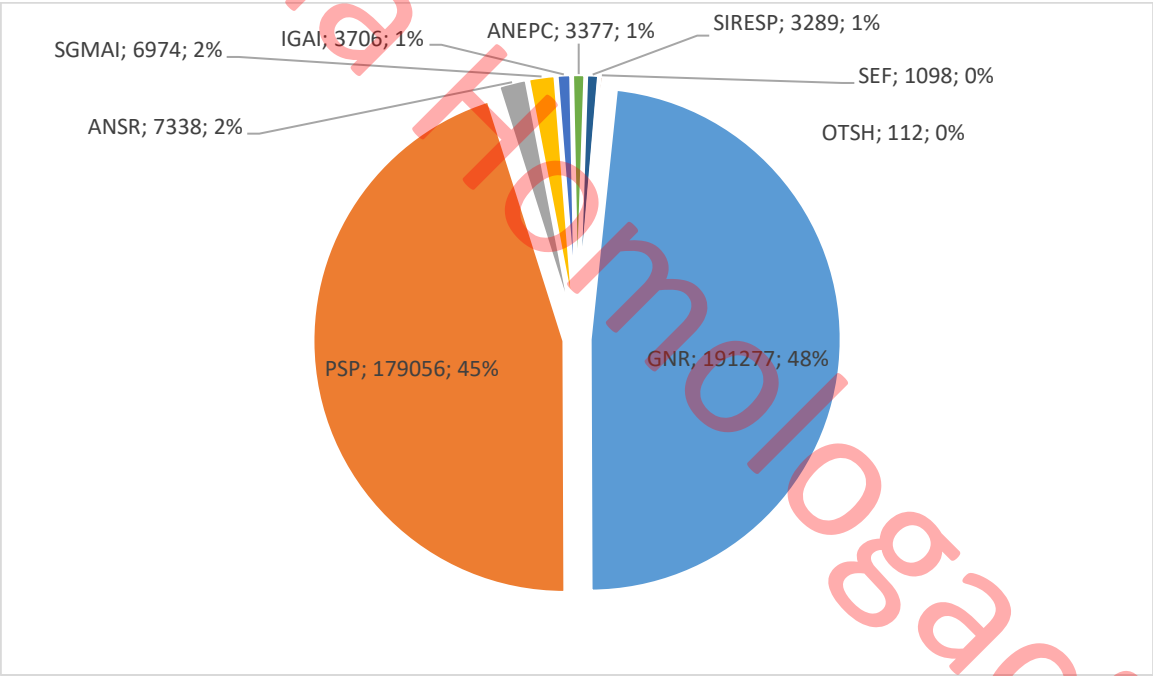


Figura 111 – Notícias no universo MAI 2025 – MAI (fonte: Cision)

Aguarda Homologação

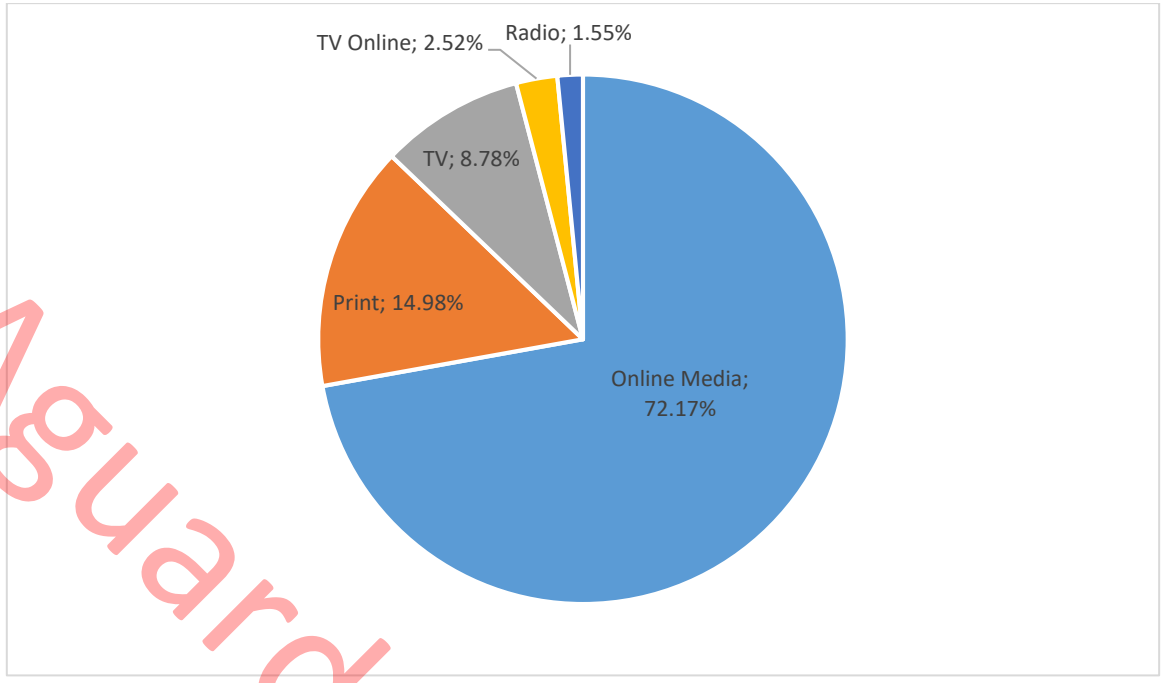


Figura 112 – Origem das notícias da GNR por meio de comunicação - 2025 (fonte: Cision)

1.4.1. IMPRENSA *ONLINE*

Os novos produtos de comunicação no formato digital e as novas técnicas tendem a assumir uma influência bastante significativa na imprensa escrita, especialmente na sua versão mais tradicional, em formato papel. Assim, as notícias em formato digital assumem um lugar de destaque no que diz respeito à interação entre a GNR e os OCS.

1.4.2. IMPRENSA ESCRITA

Analisada a imprensa escrita nacional, foi possível verificar que, durante o ano de 2025, foram publicadas 4 433 notícias sobre a GNR nos principais órgãos de comunicação social nacionais (excluindo os OCS regionais e revistas). Destas, 2 111 foram consideradas positivas (61,49%), refletindo um impacto favorável na perceção pública da Instituição, 1 221 assumiram um carácter neutro (35,57%), sem efeitos diretos na sua imagem, e apenas 101 notícias (2,49%) tiveram um impacto negativo junto dos leitores.

Aguarda Homologação

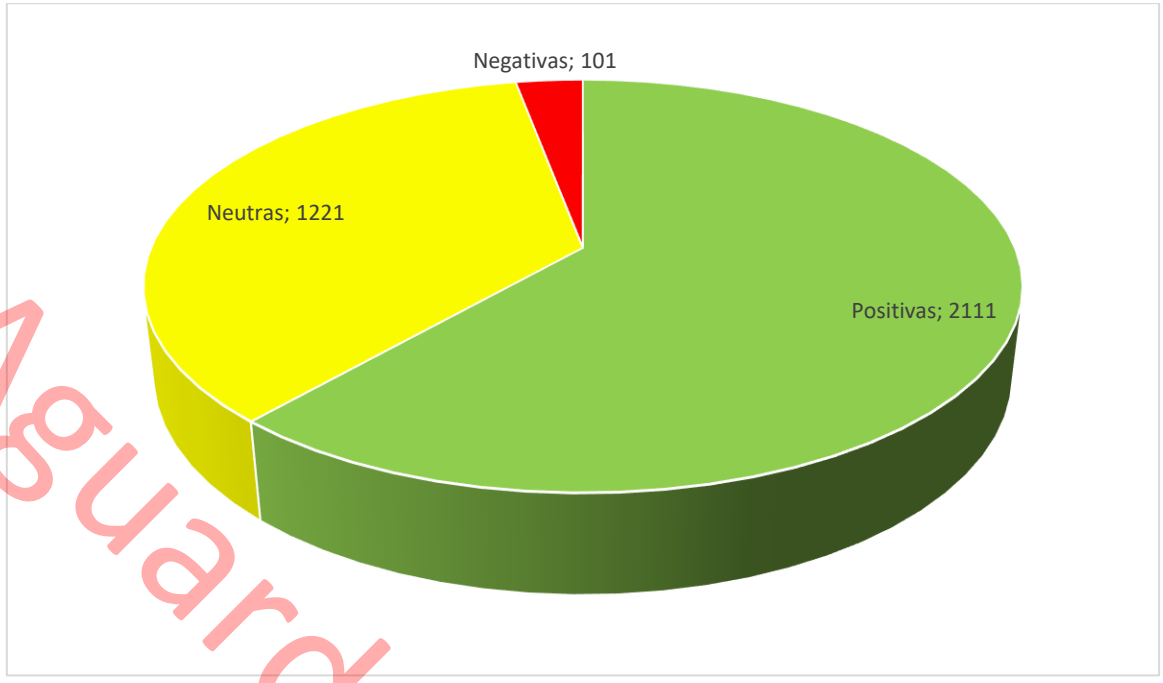


Figura 113 - Imprensa escrita – classificação das notícias - 2025 (fonte: DCRP)

1.4.3. REPORTAGENS TELEVISIVAS

Os resultados referentes à televisão foram obtidos através da recolha e visionamento de reportagens televisivas alusivas à GNR. Em análise estiveram a RTP1, RTP2, RTP3, os canais regionais da RTP (RTP Açores e RTP Madeira), a SIC, a SIC Notícias, a TVI, a CNN, a CMTV, a NOW e o Porto Canal.

A análise efetuada permite aferir o tempo total de antena que cada canal de televisão dedicou à GNR ao longo do ano de 2025, bem como o respetivo número de reportagens. Verifica-se uma presença particularmente expressiva nos canais de informação contínua, com destaque para a CNN, CMTV, SIC Notícias e NOW, que concentram uma parte significativa do tempo total de emissão.

Em 2025, considerando o conjunto dos canais analisados, a GNR esteve presente em cerca de 1 106 horas de emissão televisiva, com interação direta da GNR. Este volume corresponde a mais de 46 dias de emissão contínua, evidenciando a forte exposição mediática da Instituição em televisão. Para além das reportagens, assinalam-se igualmente diversas participações em estúdio e intervenções por videoconferência, reforçando a presença institucional nos principais espaços informativos.

Aguarda Homologação

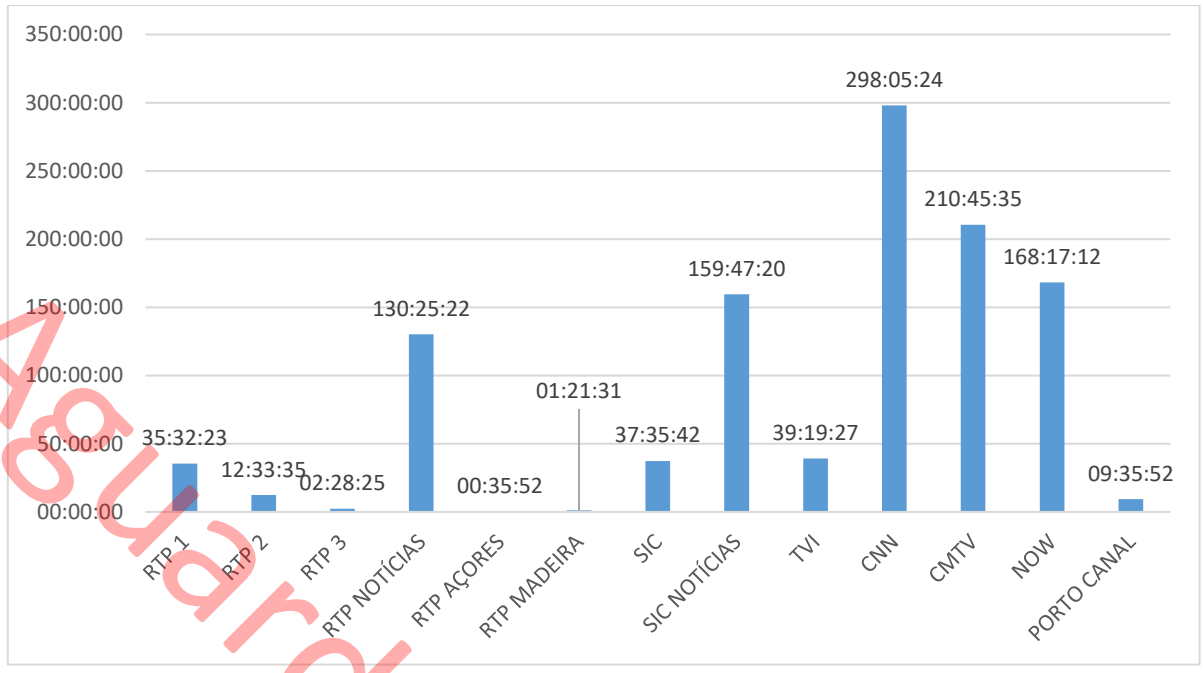


Figura 114 - Total de tempos de emissão 2025 (fonte: Cision, com filtros DCRP)

1.4.4. INTERAÇÃO COM O MUNDO DIGITAL

PÁGINA OFICIAL

O site oficial da GNR registou 3 695 963 eventos em 2025 e 577 000 utilizadores ativos.

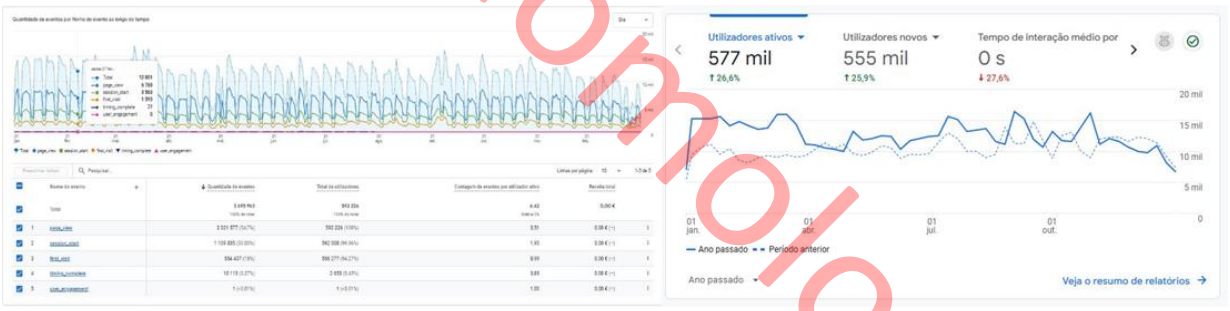


Figura 115 – Estatística registada no site em 2025

FACEBOOK

A GNR está presente no Facebook desde 03 de maio de 2012. A página oficial da GNR tem crescido diariamente, contando, no fim de 2025, com mais de 720 mil seguidores.

As publicações efetuadas diariamente, relacionadas com a atividade da GNR, chegam a milhares de pessoas, permitindo assim divulgar as ações da GNR, contribuindo para o seu prestígio e imagem, garantindo também uma maior proximidade e confiança dos cidadãos na Instituição. Em 2025, foram efetuadas mais de 1 600 publicações apenas no Facebook.

As publicações com maior impacto e alcance ultrapassaram um milhão de pessoas e milhares de *likes*, reações, comentários e partilhas.

Releva-se o facto de a GNR ter uma taxa de respostas a mensagens de 100% nas redes sociais Facebook e Instagram, tendo respondido em 2025, à totalidade das mensagens recebidas. Tem vindo a notar-se um aumento de dúvidas e questões colocadas via mensagem no Facebook, considerando-se, portanto, que a população tem utilizado este veículo como ferramenta de informação.

Aguarda Homologação

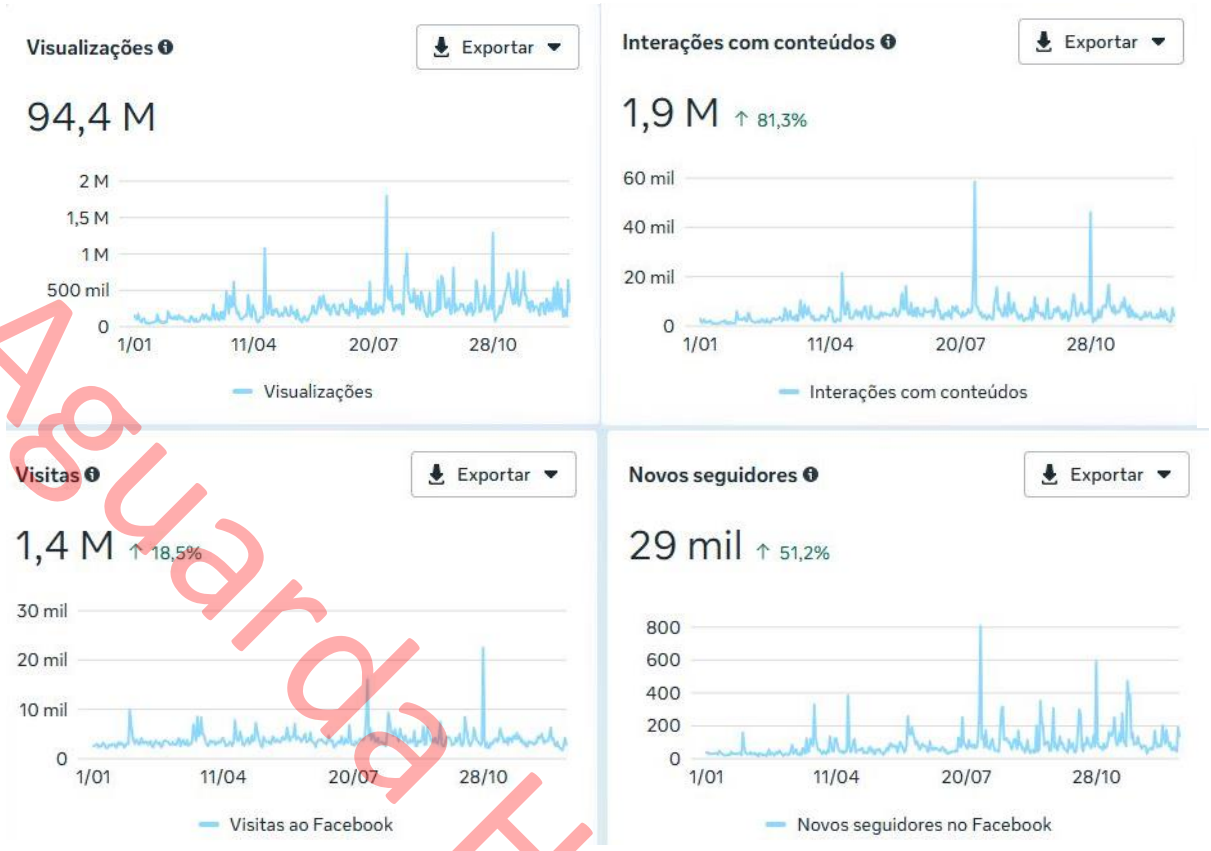


Figura 116 – Resultados no Facebook 2025

REDE SOCIAL X

A GNR também está presente na rede social X. A GNR conta com 45 676 mil seguidores, registando até final de 2025, 1 182 tweets.

Respeitando o cariz curto e rápido desta rede social, tem sido utilizada como ferramenta de divulgação de alertas e de resultados operacionais.

INSTAGRAM

A GNR marca ainda presença na rede social Instagram. A GNR conta com mais de 215 mil seguidores, registando até ao final de 2025, mais de 1 700 publicações, sendo que a publicação com maior alcance em 2025 registou mais de 3 milhões contas alcançadas.

Aguarda Homologação

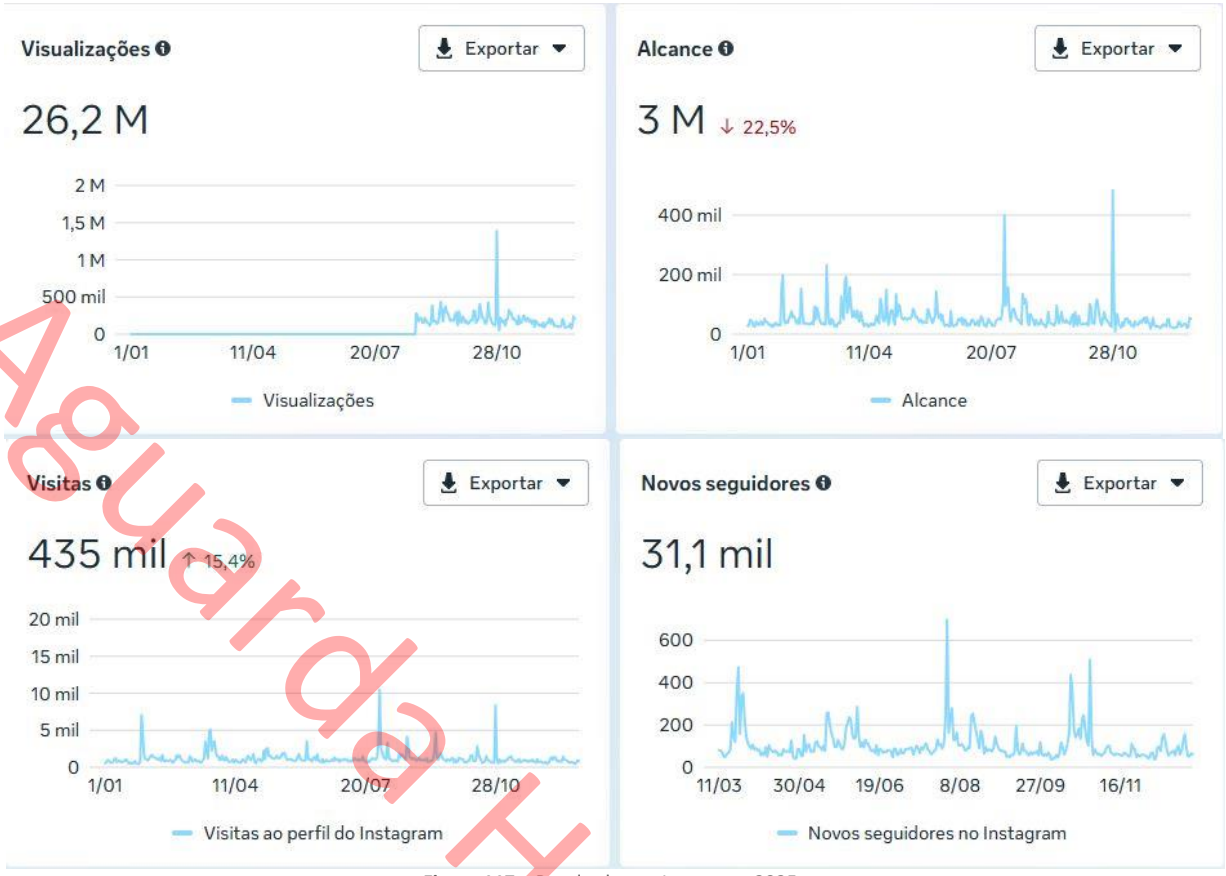


Figura 117 – Resultados no Instagram 2025

LINKEDIN

A GNR está presente no *LinkedIn* desde 15 de outubro de 2020. A GNR tem crescido diariamente na maior rede social profissional do mundo, contando, atualmente, com mais de 21 000 seguidores da página oficial. Esta rede social tem sido utilizada como ferramenta de divulgação da atividade institucional, em Portugal e no estrangeiro.

YOUTUBE

A GNR está presente também no YouTube, contando, atualmente, com mais de 7 500 mil subscritores da página oficial. Em 2025 registaram-se 16,9 mil visualizações.

Aguarda Homologação



Figura 118 – Resultados no YouTube 2025



Figura 119 – Plataforma YouTube – Resultados YouTube Shorts

1.4.5. RÁDIO

Importa, por fim, salientar o expressivo número de reportagens sobre a GNR difundidas em canais de rádio, designadamente na Antena 1, Rádio Renascença, TSF, Rádio Comercial e Rádio Observador, que, no conjunto, totalizaram 1 770 peças ao longo de 2025. O meio rádio evidencia-se como particularmente eficaz na transmissão célere de informação, sendo amplamente utilizado em contextos que exigem comunicação imediata, como constrangimentos de trânsito decorrentes de incêndios, manifestações ou outras situações de alerta, no âmbito da comunicação de crise. Paralelamente, tem-se afirmado como um instrumento relevante na divulgação de campanhas e operações de âmbito nacional, mantendo igualmente uma forte expressão ao nível local e regional.

Aguarda Homologação

2. FORMAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

2.1. QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DAS FORÇAS DE SEGURANÇA

Em 2025, um elevado número de profissionais da GNR frequentou diferentes cursos, estágios e ações de formação que garantiram o ingresso na Instituição, a promoção e a especialização, tendo sempre como finalidade principal o aperfeiçoamento das suas qualificações e a valorização técnico-profissional.

A estratégia formativa desenvolveu-se sob duas tipologias pedagógicas e complementares: a formação interna e formação externa.

No âmbito da formação interna, foram ministrados ações e cursos de formação bem como tirocínios, estágios, instrução complementar e treino, consoante a categoria profissional, posto, arma, serviço ou especialidade a que o militar pertence.

No que respeita à formação externa, os militares e civis da GNR foram objeto de ações pedagógicas e curso de formação de interesse para a sua área de atuação, com duração variável e ministrados por entidades certificadas e reconhecidas para o efeito.

O processo de formação, estatutariamente consagrado na GNR, está estruturado de forma coerente e assente nas seguintes modalidades:



Figura 120 – Modalidades de formação

A formação de cariz técnico-profissional, com elevada preponderância nos planos dos cursos é, de uma forma geral, transversal a todo o processo formativo com as respetivas especificidades, em função dos objetivos da formação e dos seus destinatários.

Em 2025, nas diferentes modalidades verificaram-se 100 404 participações de profissionais da GNR em cursos, estágios ou outras ações de formação.

Aguarda Homologação

O quadro seguinte, que contempla o registo das participações, possibilita uma visão integrada da atividade desenvolvida pela GNR neste domínio, visando a atualização e aprofundamento de conhecimentos dos militares e civis que integram esta Força de Segurança, necessariamente com o propósito de prestar um melhor e mais qualificado serviço às populações.

	CURSO	FORM. INTERNA				FORM. EXTERNA				TOTAL
		OFICIAIS	SARGENTOS	GUARDAS	CIVIS	OFICIAIS	SARGENTOS	GUARDAS	CIVIS	
FORMAÇÃO DE INICIAL	CFO[59]	37				187				**1186**
	CFS						293			
	CFG			669						
CURSOS DE PROMOÇÃO	CPO[60]	32				48				**824**
	CPSA		67							
	CPCB[61]			677						
CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO	FC AMBIENTE[62]		5	28						**1600**
	FC CAVALARIA[63]	9	3	45						
	FC CINOTÉCNIA[64]			6						
	FC COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS[65]					1				
	FC CONDUÇÃO[66]			2						
	FC CFG[67]			15						
	FC CFO					2				
	FC FISCAL[68]	7	17	39						
	FC FORMADOR[69]	66	79	17			1			
	FC INFORMAÇÕES[70]					2	1			
	FC IC[71]	1	32	116						
	FC MARÍTIMO[72]		5	34	10					
	FC PLANEAMENTO E GESTÃO[73]					2				
	FC PROTEÇÃO E SOCORRO[74]	1	12	141						
	FC SAÚDE[75]	3	7	3			1		1	
	FC SEGURANÇA[76]	44	82	579		6	5	4		

Aguarda Homologação

[59] Curso de Formação de Oficiais (TPO+AM).
[60] Curso de Promoção a Oficial (CPC+ CPOS).
[61] Curso de Promoção a Cabo.
[62] Formação Contínua em Proteção da Natureza e Ambiente.
[63] Formação Contínua em Cavalaria.
[64] Formação Contínua de Cinotécnica.
[65] Formação Contínua de Comunicação e Relações Públicas.
[66] Formação Contínua de Condução de Viaturas.
[67] Formação Contínua do CFG.
[68] Formação Contínua em Fiscal.
[69] Formação Contínua de Formação de Formadores.
[70] Formação Contínua em Informações Policiais.
[71] Formação Contínua em IC.
[72] Formação Contínua em Serviço Marítimo.
[73] Formação Contínua em Planeamento e Gestão.
[74] Formação Contínua de Proteção e Socorro.
[75] Formação Contínua em Saúde.
[76] Formação Contínua em Segurança.

	CURSO	FORM. INTERNA				FORM. EXTERNA				TOTAL
		OFICIAIS	SARGENTOS	GUARDAS	CIVIS	OFICIAIS	SARGENTOS	GUARDAS	CIVIS	
	FC TRÂNSITO[77]		10	150		3	2			
	FC VETERINÁRIA[78]			1						
FORMAÇÃO CONTÍNUA DE APERFEIÇOAMENTO E ATUALIZAÇÃO	FCAA TRÂNSITO[79]	53	560	6617	6					**94925**
	FCAA CONDUÇÃO[80]		3	28						
	FCAA ED. FÍSICA[81]	119	1544	13667	253					
	FCAA FISCAL[82]	7	96	925	1					
	FCAA INTERVENÇÃO[83]	71	683	10794	40					
	FCAA INVESTIGAÇÃO[84]	99	926	8516	18					
	FCAA AMBIENTE[85]	54	466	3435	313					
	FCAA MARÍTIMO[86]	17	95	857	3					
	FCAA TEC E POLICIAL[87]	121	720	8256	76					
	FCAA TIRO[88]	318	1606	21879	430					
	FCAA PROG ESP[89]	35	192	2635	6					
	FCAA PROTEÇÃO E SOCORRO[90]							10	2	
	FCAA SAÚDE							1		
	FCAA SEGURANÇA					5	3	10		
	FCAA HONORIF[91]	20	2692	5642						
FORMAÇÃO CONTÍNUA DE APERFEIÇOAMENTO E ATUALIZAÇÃO (B)	FCAA (B) ATUALIZAÇÃO TÉCNICA[92]	29	21	84	2					**1869**
	FCAA (B) FORM APERF ACTUAL COMANDO[93]	7	42	1						
	FCAA (B) BASTÃO EXTENSÍVEL[94]	66	182	711	5					
	FCAA (B) EXERCÍCIOS EOD[95]		4	9						
	FCAA (B) CIBER[96]	6	21	104	2					

Aguarda Homologação

[77] Formação Contínua de Trânsito.
[78] Formação Contínua em Veterinária.
[79] Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização em Trânsito.
[80] Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização em Condução Auto.
[81] Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização em Educação Física.
[82] Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização em Fiscal e Aduaneira.
[83] Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização em Intervenção Policial.
[84] Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização em IC.
[85] Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização em Proteção da Natureza e do Ambiente.
[86] Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização em Serviço Marítimo.
[87] Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização em Técnica e Policial.
[88] Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização de Treino com Armas de Fogo.
[89] Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização em Programas Especiais de Policiamento Comunitário.
[90] Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização em Proteção e Socorro.
[91] Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização em Honorífico, Representação e Honras de Estado.
[92] Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização (B) para Atualização Técnica.
[93] Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização (B) Estágio de Adaptação Técnica.
[94] Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização (B) Formação de Atualização / Uso de Bastão Extensível.
[95] Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização (B) Formação de Atualização Exercícios EOD Tipo 2 e 4.
[96] Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização (B) Formação de Ciber – Introdução e Atualização.

CURSO	FORM. INTERNA				FORM. EXTERNA				TOTAL
	OFICIAIS	SARGENTOS	GUARDAS	CIVIS	OFICIAIS	SARGENTOS	GUARDAS	CIVIS	
FCAA (B) CINOTECNIA[97]		72	456						
FCAA (B) IAVE[98]			43						
FCAA (B) CHEFES NAIC[99]		1	1						
TOTAL	1222	10245	87182	1165	256	306	25	3	100404

Neste domínio, durante o ano de 2025, a GNR realizou diversas ações de formação que contribuíram decisivamente para o aumento de uma resposta policial mais eficiente e eficaz. Das várias ações realizadas destacam-se:

ENTIDADES FORMADORAS INTERNACIONAIS	FORMAÇÃO INTERNACIONAL					
	N.º DE FORMAÇÕES	N.º DE OFICIAIS	N.º DE SARGENTOS	N.º DE GUARDAS	CIVIS	TOTAIS
CEPOL	45	28	19	14	00	106
CESD[100]	04	08	00	00	00	12
IBERPOL	19	31	50	101	02	203
FRONTEX	35	74	75	43	00	227
OUTRAS (GUARDIA CIVIL, CUGC, HYBRID COE, GNR)	92	97	92	137	01	419
TOTAL	**195**	**238**	**236**	**295**	**03**	**967**

Aguarda Homologação

[97] Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização (B) Formação At. Técnica módulos de certificação cinotécnica e Formação de atualização técnica.
[98] Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização (B) Formação Investigação e Apoio a Vítimas Específicas.
[99] Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização (B) Formação de Aperfeiçoamento para chefes de NAIC.
[100] Colégio Europeu de Segurança e Defesa.

CURSOS ORGANIZADOS PELA GNR EM PARCERIA COM ENTIDADES FORMADORAS INTERNACIONAIS	FORMADORES GNR	FORMANDOS GNR	FORMANDOS ESTRANGEIROS
Curso CESD – "*Critical Entities Resilience*"	2	7	8
Curso FRONTEX – European Course for Canine Teams – Narcotic detection	1	2	20
Curso GNR – Anestesia gasosa em Cavalos	2	0	02
PCTPPC 2025 – Formação em Controlo de Fronteiras – Terrestres e Marítimas, com modulo Prevenção TSH (Angola)	3	0	20
PCTPPC 2025 – Formação em Proteção da Natureza (São Tomé e Principe)	2	0	28
PCTPPC 2025 - Formação em Controlo de Fronteiras Marítimas (Cabo Verde)	2	0	16
SGMAI – UNODC Formação "Segurança, Proteção e Resiliência de Infraestruturas (Moçambique)	3	0	53
SGMAI – UNODC – Formação "Segurança, Proteção e Resiliência de Infraestruturas"	3	0	53
SGMAI – UNODC – Formação "Segurança, Proteção e Resiliência de Infraestruturas"	2	0	52
CESD – Curso "*Pre-Deployment training for CSDP Mission Operations*" (Formação decorreu em Bruxelas)	1	0	0
CEPOL Activity n. º 61/2025 – "*Workshop Public Protests*"	1	1	25
IBERPOL – "*IV Curso de Inteligencia de fuentes abiertas*"	0	15	0
FRONTEX – Formação "*Tailored Workshop – K9 training video sessions development and recording*"	4	5	6
FRONTEX – Formação "*European Course for Canine Teams – Pre-assesment module (weapons detection)*"	1	1	6
FRONTEX – Formação "*European Course for Canine Teams in the field of product scent (CERT – narcotics detection)*"	2	6	24
FRONTEX – Formação "*Tailored Workshop for Canine Teams training Development*"	0	2	4
TOTAL	**29**	**39**	**317**

Aguarda Homologação

PROGRAMAS DE INTERCÂMBIO EM QUE A GNR PARTICIPOU EM 2025	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA
CEPOL EXCHANGE PROGRAMME 2025	O CEPOL *Exchange programme* é um programa formativo da CEPOL que visa proporcionar a troca de conhecimentos e experiência profissional entre funcionários das várias FSS Europeus com a finalidade de incrementar a cooperação policial entre EM ou entre estes e outros países associados. O programa consiste num intercâmbio profissional de 5 dias com um funcionário congénere (Comandante, Formador, Investigador, Especialista) duma FSS ou entidade aderente de outro país, relacionado com áreas temáticas de dimensão europeia e que estejam alinhadas com as prioridades da Agenda Europeia para a Segurança da União Europeia Participaram 02 Oficiais e 05 Sargentos da GNR.
CEPOL ICU – MENTORING PROGRAMME 2025	É um programa formativo da CEPOL que visa proporcionar ações de mentoria a membros das FSS de países com quem a EU coopera em matéria de segurança, procurando-se promover a transparência de competências, conhecimentos e boas práticas aos seus profissionais, tendo em vista o incremento das capacidades secundárias desses países. Participou 01 Sargento da GNR

Figura 121 – Ações de formação

2.1.1. NÚMERO DE MILITARES QUE CONCLUÍRAM AÇÕES DE FORMAÇÃO INTERNAS E EXTERNAS

Observando o quadro anterior, verificamos que a formação se estendeu de forma transversal a todas as categorias profissionais, nas modalidades de formação inicial, promoção, especialização e qualificação, e Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização (FCAA), tanto com origem interna como externa, obtendo um total de 100 404 participações entre militares e civis.

As ações de formação foram asseguradas pelas entidades formadoras da GNR com recurso às próprias instalações (Formação Interna) e, ainda, foram desenvolvidas um conjunto de ações de formação em ambiente externo (Formação Externa), com recurso a instituições de reconhecida competência.

2.1.2. NÚMERO DE MILITARES QUE CONCLUÍRAM CURSOS DE FORMAÇÃO DE INGRESSO E CURSOS DE FORMAÇÃO CONTÍNUA

ÂMBITO	DESCRIÇÃO
CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL	No ano de 2025, os diferentes CFO ministrados na AM contaram com 187 participações (conforme cronogramas de 01JAN25 a 31DEC25), tendo ingressado nos Quadros da GNR 37 Oficiais habilitados com o grau de mestre. Na categoria de Guardas, ocorreram no ano de 2025, dois Cursos de Formação de Guardas (CFG), tendo 610 militares concluído o curso com aproveitamento.

Aguarda Homologação

ÂMBITO	DESCRIÇÃO
CURSOS DE FORMAÇÃO CONTÍNUA	As ações de FCAA, obteve 94 045 participações distribuídas pelas diferentes áreas temáticas de missão com especial enfase nas especialidades de trânsito, IC, intervenção policial e treino com armas de fogo e educação física. A FCAA, representa a fase de aperfeiçoamento e atualização para o desenvolvimento das competências e especialidades. Corresponde à fase do treino essencial ao sucesso das forças no terreno cujo quantitativo de participações é necessariamente maior comparativamente às restantes modalidades de formação.

Figura 122 – Ações de formação por modalidade

2.1.3. DISCRIMINAÇÃO POR ÁREAS TÉCNICO-POLICIAIS E OUTRAS

Da análise dos dados obtidos com a FCAA, na componente técnica e policial, obtiveram-se 9 173 participações de profissionais na formação.

Esta parte do ciclo de formação, pretende garantir que existe formação até se atingir os objetivos de desenvolvimento e manutenção da competência e aptidão para cada especialidade ou valência que contribuem para o cumprimento da missão da GNR, em prol do serviço público e do país.

As medidas que decorrem do planeamento estratégico e do desenvolvimento da componente operacional foram acompanhadas pela respetiva componente formativa.

Ainda na formação interna, especial realce para o número de participações na formação de atualização e aperfeiçoamento no âmbito dos programas especiais de policiamento comunitário com 2 868 participações em ações de formação.

3. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E PARCERIAS ESTRATÉGICAS

O balanço da atuação internacional da GNR reflete no empenhamento de militares de forma isolada ou integrados em forças constituídas, no quadro de missões internacionais, em ações de cooperação técnico policial, em cargos exercidos junto de Organizações Internacionais ou integrados em comissões de Associações ou, ainda, adveniente do empenhamento policial combinado, num vasto leque de parcerias, cada vez mais essenciais para garantir eficiência através das múltiplas sinergias interinstitucionais.

Aguarda Homologação



Figura 123 – Cooperação Internacional da GNR

3.1. GESTÃO CIVIL DE CRISES

3.1.1. PARTICIPAÇÃO INDIVIDUAL EM MISSÕES DA UE/ONU

No ano 2025, a GNR integrou um conjunto de missões internacionais, relativamente às quais se destacam as seguintes:

MISSÃO/ÉGIDE	FUNÇÃO	LOCALIZAÇÃO	INÍCIO	FIM	CATEGORIA	N.º
SERVIÇO DE EUROPEU DE AÇÃO EXTERNA	REGIONAL SECURITY ADVISER	BÉLGICA	ABR19	ABR25	SARGENTO	1
SERVIÇO DE EUROPEU DE AÇÃO EXTERNA	OPERATIONAL PLANNER	BÉLGICA	JUL24	JUL26	OFICIAL SUPERIOR	1
SERVIÇO DE EUROPEU DE AÇÃO EXTERNA	TEAM LEADER AFRICA DO FIELD SECURITY DIVISION	BÉLGICA	MAI23	AGO28	OFICIAL SUPERIOR	1
EUROPEAN PUBLIC PROSECUTOR´S OFFICE	INVESTIGATOR OF FINANCIAL CRIMES	LUXEMBURGO	JAN21	JUN26	OFICIAL	1
EUMM GEORGIA/UE	MONITOR	GEÓRGIA	SET23	SET25	SARGENTO	2
EUMM GEORGIA/UE	DEPUTY TEAM LEADER	GEÓRGIA	SET23	SET26	SARGENTO	1
EUAM UCRANIA/UE	SENIOR ADVISER ON GENERAL POLICING	UCRÂNIA	JUN23	JUN26	OFICIAL SUPERIOR	1
EUAM UCRANIA/UE	ADVISER ON GENERAL POLICING	UCRÂNIA	DEZ25	DEZ26	OFICIAL SUPERIOR	1
EUAM UCRANIA/UE	TEAM LEADER / SPECIALISED TEAM (ST) ON PSYCHOLOGICAL FIRST AID TRAINING OF TRAINERS (TOT) - EUROPSY CERTIFIED COURSE (EGF)	UCRÂNIA	MAI25	OUT25	OFICIAL SUPERIOR	1
EUAM UCRANIA/UE	TRAINER / MEDICAL DOCTOR / SPECIALISED TEAM (ST) ON PSYCHOLOGICAL FIRST AID TRAINING OF TRAINERS (TOT) - EUROPSY CERTIFIED COURSE (EGF)	UCRÂNIA	MAI25	OUT25	OFICIAL SUPERIOR	1

Aguarda Homologação

EUAM UCRANIA/UE	TRAINER / NURSE / SPECIALISED TEAM (ST) ON PSYCHOLOGICAL FIRST AID TRAINING OF TRAINERS (TOT) - EUROPSY CERTIFIED COURSE (EGF)	UCRÂNIA	MAI25	OUT25	OFICIAL	1
EUAM UCRANIA/UE	TRAINER / PSYCHOLOGIST / SPECIALISED TEAM (ST) ON PSYCHOLOGICAL FIRST AID TRAINING OF TRAINERS (TOT) - EUROPSY CERTIFIED COURSE (EGF)	UCRÂNIA	MAI25	OUT25	GUARDA	1
EUCAP SOMALIA/UE	ARMED PROTECTION OPERATOR	SOMÁLIA	OUT23	OUT26	GUARDA	1
EUAM RCA/UE	HEAD OF MISSION	RCA	SET22	AGO25	OFICIAL SUPERIOR	1
EUAM RCA/UE	STRATEGIC ADVISER ON HUMAN RESOURCES AND PERSONNEL (GENDARMERIE)	RCA	SET23	DEZ26	SARGENTO	1
EUAM RCA/UE	SENIOR STRATEGIC ADVISER ON ORGANISATIONAL CONSOLIDATION (MINISTRY OF INTERIOR) / STRATEGIC ADVISOR TO THE SECURITY SECTOR REFORM	RCA	ABR25	AGO27	OFICIAL SUPERIOR	1
EUMAM MOZ/UE	COUNTER TERRORISM ADVISOR (CTAD)	MOÇAMBIQUE	OUT25	OUT26	OFICIAL	1
EUFOR ALTHEA/UE	COLLATION INTEL SPECIALIST	BÓSNIA E HERZEGOVINA	JUN21	MAR26	SARGENTO	1
EUPOL COPPS	MINISTERIAL STRATEGIC AND POLICY SENIOR POLICE ADVISER	PALESTINA	SET23	SET26	OFICIAL SUPERIOR	1
EULEX KOSOVO	HEAD OF OPERATIONS SUPPORT PILLAR	KOSOVO	MAI23	DEZ26	OFICIAL SUPERIOR	1
EUPM MOLDOVA/UE	STRATEGIC ADVISER CRISIS MANAGEMENT COMPONENT	MOLDÁVIA	MAR24	MAR25	OFICIAL SUPERIOR	1

3.2. COOPERAÇÃO POLICIAL AO NÍVEL DA UNIÃO EUROPEIA (OPERAÇÕES EUROPEIAS)

Neste ponto, salienta-se a participação da GNR em diversas operações policiais conjuntas e atividades de treino e formação internacional com o desiderato de potenciar uma melhor articulação entre os parceiros nacionais e internacionais que partilham responsabilidades nos sistemas de segurança, proteção e defesa do espaço nacional, ibérico e europeu.

3.2.1. EMPACT 22+ (2022 – 2025)

As "Conclusões do Conselho sobre a prossecução permanente do ciclo político da UE para lutar contra a criminalidade internacional grave e organizada: EMPACT 2022+", de 08 de março de 2021, definiram que o "ciclo plurianual da EMPACT visa fazer face, de forma coerente e metodológica, às ameaças mais significativas que a criminalidade internacional grave e organizada representa para a UE, melhorando e reforçando a cooperação entre os Estados-Membros, as instituições, os órgãos e os organismos da UE, bem como com países terceiros e organizações, incluindo o setor privado, se for caso disso".

Em Portugal, o EMPACT 2022+ é coordenado pelo Secretário-Geral do SSI, o National EMPACT Coordinator (NEC), tendo a GNR assumido o papel de Co-Driver na Operational Action Plan (OAP) EnviCrime, dedicada à prioridade Criminalidade Ambiental, e de Co-Driver OAP IP Crime, Counterfeit of good & currencies, a qual converge para o combate à prioridade Fraude, criminalidade económica e financeira.

Aguarda Homologação

No âmbito da prossecução permanente do EMPACT 2022+, a GNR participou nas reuniões de coordenação e planeamento dos OAP e das Operational Actions (OA) do Ciclo, destacando-se as seguintes atividades da GNR em 2025:

- O.A 2.1 Waste trafficking: protection of the soil, water and air
- O.A 6.3 Counterfeit electronics
- O.A 3.4 OP FAKE STAR
- O.A 3.1 LUDUS e APHRODITE
- O.A 2.1 Illicit production of Tobacco products / Tobacco precursors
- O.A 7.1 EU-wide Focus Day on domestic burglary
- O.A 5.1 Wildlife OAP ENVICRIME LAKE – EMPACT
- O.A. 5.1 Trafficking of fauna

3.2.2. FRONTEX

Sob a égide da Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira, a GNR tem vindo a consolidar a sua atuação no quadro das respetivas Operações, participando nas componentes operacionais terrestre e marítima.

Tem, ainda, participado em diversas reuniões, ações de formação, seminários e *workshops*, com o intuito de criar doutrina e promover métodos e planos de formação comuns no quadro europeu.

Do ponto de vista operacional, a GNR participou num conjunto alargado de Operações combinadas (com particular destaque para a *Joint Operation Indalo* 2025, onde foi empenhada a Lancha de Patrulhamento Costeiro "Bojador", adquirida em 2021 pela GNR, no âmbito do Fundo de Segurança Interna), associadas a perfis distintos, e cujo desígnio assenta, essencialmente, nos seguintes objetivos:

- Vigilância das fronteiras – deteção de embarcações suspeitas, prevenção da criminalidade transfronteiriça e apoio às autoridades locais no combate e deteção de ilícitos criminais;
- Cooperação Operacional – melhoria da cooperação entre Estados-Membros;
- Partilha e recolha de Informações entre as forças envolvidas.

Aguarda Homologação



Figura 124 – Projeção da Lancha de Patrulhamento Costeiro "Bojador"

Aos militares da GNR empenhados nas operações FRONTEX cumpriu, na generalidade, executarem missões de vigilância, patrulhamento, busca e salvamento nas fronteiras externas (terrestres e marítimas) da UE.

Em 2025, a GNR contribuiu com 2 *Seconded National Experts* destacados na sede da Agência, em Varsóvia, 32 militares projetados no âmbito da Categoria 1 do *Standing Corps/Contracted*, a par do empenhamento que figura na tabela abaixo, no âmbito das Categorias 2 e 3 e respetivos Teatros de Operações.

Aguarda Homologação

MEIOS	OPERAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	INÍCIO	FIM	N.º DIAS	N.º EF
BORDER SURVEILLANCE – Cat.3	JO GREECE 25	LESVOS - GRÉCIA	01-10-25	26-11-25	56	2
BORDER SURVEILLANCE – Cat.3	JO LATVIA 25	KRIVANDA - LETÓNIA	01-10-25	26-11-25	56	2
BORDER SURVEILLANCE – Cat.3	JO MONTENEGRO 25	ROZAJE - MONTENEGRO	01-10-25	21-01-26	112	2
BORDER CHECKS – Cat.3	JO ALBANIA 25	VLORE - ALBÂNIA	01-10-25	26-11-25	56	1
REGISTRATION AND FINGERPRINTING – Cat.3	JO GREECE 25	LESVOS - GRÉCIA	01-10-25	26-11-25	56	1
REGISTRATION AND FINGERPRINTING – Cat.3	JO GREECE 25	SAMOS - GREECE	01-10-25	26-11-25	56	1
REGISTRATION AND FINGERPRINTING – Cat.3	JO ITALY 25	CROTONE - ITÁLIA	01-10-25	26-11-25	56	1
REGISTRATION AND FINGERPRINTING – Cat.3	JO SPAIN 25	ALMERIA - ESPANHA	01-10-25	26-11-25	56	1
INFORMATION OFFICER – Cat.3	JO ESTONIA 25	NARVA - ESTONIA	01-10-25	30-12-25	90	1
DEBRIEFING OFFICER – Cat.3	JO ITALY 25	PORTO EMPEDOCLE- ITÁLIA	01-10-25	26-11-25	56	1
DEBRIEFING OFFICER – Cat.3	JO SPAIN 25	CARTAGENA - ESPANHA	01-10-25	30-12-25	90	1
ADVANCED LEVEL DOCUMENT OFFICER – Cat.3	JO GRECCE 25	KIPI - GRÉCIA	01-10-25	26-11-25	56	1
CROSS BORDER CRIME DETECTION OFFICER – Cat.3	JO ROMANIA 25	STAMORA MORAVITA - ROMÉNIA	01-10-25	26-11-25	56	1
CROSS BORDER CRIME DETECTION OFFICER – Cat.3	JO MONTENEGRO 25	DRACENOVAC - MONTENEGRO	01-10-25	26-11-25	56	1
MOTOR VEHICLE CRIME DETECTION – Cat.3	JO MONTENEGRO 25	DRACENOVAC - MONTENEGRO	01-10-25	26-11-25	56	1
MOTOR VEHICLE CRIME DETECTION – Cat.3	JO SERBIA 25	KELEBIJA - SÉRVIA	01-10-25	26-11-25	56	1
DOG HANDLER – Cat.3	JO GRECCE 25	KILKIS - GRÉCIA	11-06-25	06-08-25	56	2+2
NATIONAL OFFICIAL – Cat.3	JO SPAIN 25	MADRID - ESPANHA	19-02-25	16-04-25	56	1
COASTAL PATROL VESSEL – Cat.3	JO SPAIN 25	ALMERIA - ESPANHA	19-02-25	16-04-25	56	13
NATIONAL OFFICIAL – Cat.3	JO SPAIN 25	MADRID - ESPANHA	07-12-25	21-01-26	45	1
COASTAL PATROL VESSEL – Cat.3	JO SPAIN 25	ALMERIA - ESPANHA	07-12-25	21-01-26	45	13
NATIONAL OFFICIAL – Cat.3	JO GREECE 25	PIRAEUS - GRÉCIA	12-03-25	21-01-26	315	1+5
COASTAL PATROL BOAT – Cat.3	JO GREECE 25	SAMOS - GRÉCIA	12-03-25	21-01-26	315	6+30
MOBILE SURVEILLANCE SYSTEM – Cat.3	JO GREECE 25	SAMOS - GRÉCIA	03-09-25	29-10-25	56	4
INFORMATION OFFICER – Cat.2	VÁRIOS	VÁRIOS	01-01-25	31-12-25	364	1
BORDER SURVEILLANCE – Cat.2	VÁRIOS	VÁRIOS	01-01-25	31-12-25	364	1

Aguarda Homologação

BORDER SURVEILLANCE – Cat.2	VÁRIOS	VÁRIOS	01-01-25	31-12-25	364	1
MOTOR VEHICLE CRIME DETECTION OFFICER – Cat.2	VÁRIOS	VÁRIOS	22-01-25	31-12-25	343	1
MOTOR VEHICLE CRIME DETECTION OFFICER – Cat.2	VÁRIOS	VÁRIOS	22-01-25	31-12-25	343	1
MOTOR VEHICLE CRIME DETECTION OFFICER – Cat.2	VÁRIOS	VÁRIOS	22-01-25	31-12-25	343	1
MOTOR VEHICLE CRIME DETECTION OFFICER – Cat.2	VÁRIOS	VÁRIOS	22-01-25	31-12-25	343	1
BORDER SURVEILLANCE – Cat.2	VÁRIOS	VÁRIOS	22-01-25	31-12-25	343	1
BORDER SURVEILLANCE – Cat.2	VÁRIOS	VÁRIOS	22-01-25	31-12-25	343	1
BORDER SURVEILLANCE – Cat.2	VÁRIOS	VÁRIOS	22-01-25	31-12-25	343	1
					5 457	**107**

Figura 125 – Operações combinadas da FRONTEX

ANO	N.º MILITARES	N.º DIAS TOTAIS DE EMPENHAMENTO	HORAS PATRULHAMENTO/ NAVEGAÇÃO	MISSÕES SAR
2023	82	3 253	9 376	0
2024	106	4 303	6 765	VÁRIAS
2025	107	5 457	5 727	3

Figura 126 – Empenhamento nas Operações combinadas da FRONTEX

Salienta-se que, no que concerne aos equipamentos técnicos, a GNR projeta, anualmente, uma grande diversidade de meios que, aliados aos RH que lhes estão associados, permitem cumprir o propósito do empenhamento da GNR nas missões FRONTEX.

Neste sentido, apresentam-se, de seguida, os resultados operacionais mais significativos e que resultaram da intervenção da GNR nos Teatros de Operações supramencionados:

ANO	MIGRANTES RESGATADOS/ INTERCETADOS	MIGRANTES DETETADOS	MIGRANTES TOTAL
2023	1 986	495	2 481
2024	1 006	335	1 341
2025	535	124	659

Figura 127 – Dados sobre migrantes

Aguarda Homologação

ANO	FACILITADORES DETIDOS	EMBARCAÇÕES INTERCETADAS	EMBARCAÇÕES DETETADAS	VEÍCULOS FISCALIZADOS/ DETETADOS	APREENSÕES
2023	0	3	443	12 302	0
2024	0	16	50	3 777	14 EMBARCAÇÕES E 35KG HAXIXE
2025	2	2	81	1 186	0

Figura 128 – Resultados operacionais

3.2.3. EUROPOL

A GNR destacou um Perito nacional para a EUROPOL, em 2025, para o desempenho de funções *de Secondary Security Checks*.

Salienta-se ainda, que durante 2025, a GNR efetuou a projeção de um Perito Nacional Destacado para integrar o *European Serious and Organised Crime Centre* (ESOCC), *EU Organised Crime Unit, Environmental Crime Team in the Operations Directorate*, da EUROPOL.

A GNR, a nível de formação EUROPOL participou nos seguintes eventos:

- Formação "*Radiological and Nuclear material - detection and identification and monitoring*" – 19 a 23MAI25;
- Formação "*European EOD Network - The Blast Wokshop"* – 8 a 10JUL25";
- EUROPOL "*E-Governance workshop*" – 30SET a 02OUT25";
- EUROPOL – "*Thematic workshops at technical level on the future of Europ*ol" – 06 e 07NOV25.

Ainda no quadro da EUROPEOL, além da formação, participou também nos seguintes eventos (reuniões/conferências/outros):

- *23rd EAST EGAP Meeting (Expert Group on ATM and ATS Physical Attacks -EGAP)* – 12 de março 2025;
- *EUROMED EU-MENA Expert Workshop to fight serious organised crime* – 9 e 10 de abril 2025;
- Conferência RIPE90 – 12 a 16 de maio de 2025;
- *Europol Awareness Session for LEAs* – 15 e 16 de maio de 2025;
- Reunião operacional relativa à OTF JANGEL – 19 de junho de 2025;
- *Vehicle Forensic Expert Meeting 2025* – 08 e 09 de julho de 2025;
- *24th EAST EGAP Meeting Expert Group on ATM and ATS Physical Attacks* – 03 de setembro de 2025;
- *European Law Enforcement Communicators Conference (ELEC)* – 17 e 18 de setembro 2025;
- *EUROPEAN POLICE CHIEFS CONVENTION* – 23 e 24 de setembro de 2025 - Haia;
- *EEODN 2025 Conference & Training* – 30 de setembro a 03 de outubro de 2025;
- Conferência – EUROPOL Furtum – CARGO, 14 e 15 de outubro de 2025;
- *Intellectual Property Crime Conference* – 22 a 23 de outubro de 2025;
- Reunião *EUROPOL's AP Smoke Annual Meeting 2025* – 22 a 24 de outubro de 2025;

Aguarda Homologação

- Exercício de Simulação Presencial, EUROPOL - Centro Europeu de Prevenção e Controlo das na SimEx Copenhaga – 11 a 12 novembro 2025;
- Reunião *3rd Cyberpatrol on IP Crime* – 10 a 14 de novembro de 2025;
- Reunião de coordenação operacional - investigação KRUK – 05 de dezembro de 2025.

3.2.4. *EUROPEAN PUBLIC PROSECUTOR'S OFFICE* (EPPO)

A GNR, através da UAF, manteve a sua colaboração operacional com a EPPO, no âmbito do combate à criminalidade Tributária e Económico-Financeira.

Ao nível da formação, foi proporcionada pela Academia EPPO, durante o ano de 2025 nas instalações da Escola de Polícia Económica e Financeira da *Guardia di Finanza* em Ostia – Roma, Itália, formação avançada a investigadores financeiros, na qual participaram dois elementos da UAF.

3.2.5. RAILPOL

A *European Network of Railway Police Forces* (RAILPOL) é a rede europeia de organizações responsáveis pela segurança das ferrovias nos EM da UE e é composta por 25 membros de diferentes países europeus, incluindo três associados membros dos Estados Unidos (US *Transport Security Administration e Amtrak Police Departament*) e Canadá (VIA Rail Canada P*olice Service*), tendo a GNR aderido em 2013.

Esta Rede tem como finalidade intensificar a cooperação policial internacional ferroviária na Europa, para mitigar riscos e ameaças e dinamizar a implementação de medidas eficazes contra a criminalidade transfronteiriça.

Enquanto membro, em 2025, a GNR participou nas reuniões do Conselho Estratégico e nas reuniões de Coordenação dos Grupos de Trabalho bem como Ações de treino e formação: *WG Crime and Illegal migration, Training counter active attacker, Police Investigation on Railway Accidents and Incidents, Strategic Analysis e Strategic Council*.

3.2.6. REDE IMPEL

A Rede *European Union Network for the Implementation and Enforcement of Environmental Law / Transfrontier Shipments of Waste* (IMPEL-TFS) tem como objetivo harmonizar a aplicação do Regulamento (CE) n.º 1013/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de junho de 2006, relativo a transferências de resíduos.

Portugal integra a Rede IMPEL/TFS através da IGAMAOT, como entidade coordenadora nacional e através da APA, na qualidade de autoridade competente de notificação.

A GNR, por via do SEPNA, participa nas ações operacionais, como entidade fiscalizadora e de controlo nas transferências terrestres.

No âmbito da rede IMPEL, a GNR, através do SEPNA, participou nas reuniões IMPEL Open Days 2025, IMPEL WEBINAR - *Invitation to Collaborate on IMPEL Projects* for 2025-27 em que foi abordada a possibilidade da GNR participar nos projetos: IMPEL *Water and Land* (TIGDA); IMPEL *Cross Cutting* (GIECA); IMPEL_*Cross_Cutting_Compliance Assurance including ECD project* e IMPEL_*Cross_Cutting_ARTIC project*.

Participou também, através da DSEPNA na inspeção conjunta à Exposição Ornitológica Internacional – 21 a 23 de novembro de 2025, Itália.

Aguarda Homologação

3.2.7. ROADPOL

A ROADPOL, enquanto natural sucessora da TISPOL[101], é uma Associação com responsabilidade pública internacional, estabelecida para facilitar e promover a cooperação transfronteiriça, transnacional e inter-regional entre as policias de trânsito que se constituíram como membros[102].

A ROADPOL promove a partilha de conhecimentos, experiência e boas práticas na área da segurança rodoviária, através de conferências, seminários e workshops. Concorrendo para este desiderato e para a materialização da segurança rodoviária no quotidiano do cidadão europeu, ressalva-se o empenhamento das polícias de trânsito em causa nas operações conjuntas dinamizadas por esta Rede.

A GNR, em 2022, tornou-se membro de pleno direito junto da ROADPOL, sendo a única representante nacional na mesma.

Em 2025, a GNR participou na ROADPOL *Spring Meetings* 2025 & *World Police Summit* 2025 in Dubai, ROADPOL *Autumn meetings* and the *International Road Safety Conference & Exhibition* in Budapest e Seminário Roadpol 2025 *Belgium Strider* III Bélgica.

3.2.8. INTERPOL

Em 2025 a GNR, participou na Operação *INTERPOL THUNDER 2025* – da qual resultaram:

- 4 Crimes
- 13 Contra-Ordenações
- 37 Objetos apreendidos
- 79 Aves apreendidas
- 44.575€ em coimas (valor mínimo)

A nível de formação, destacam-se as seguintes participações:

- 2 militares completaram o Curso *Online Training Course on INTERPOL Policing Capabilities Programme (IPCP)*;
- 10 militares participaram em *Webinars* no âmbito da *INTERPOL Virtual Discussion Rooms in 2025*;
- 4 militares participaram na Academia Virtual Interpol ONLINE - *Training on Responsible AI Innovation in Law Enforcement (T.R.A.I.L.)*;
- 73 militares participaram no *E-Learning training course: Council of Europe's Massive Open Online Course (MOOC) on the Saint-Denis Convention*;
- 62 militares participaram nos *Webinars Stadia Knowledge Sharing Webinar Series: Security Challenges during Major Concerts and Music Festivals*;
- 6 militares participaram na formação *IDICE 2025 – Countering the Threat from Drones* - Espanha;
- 2 militares participaram no *EURTF Webinar Series Timber Documents Check.*

Através da presença do Exmo. Tenente-General Comandante Geral, Rui Alberto Rubeiro Veloso e comitiva de dois militares, a GNR fez-se representar na 93.ª Sessão da Assembleia Geral da INTERPOL – Marraquexe, de 24 a 27 de novembro de 2025.

A GNR manteve ainda destacado no *Regional Bureau for Central America* um elemento como *Regional Specialized Officer* da INTERPOL.

[101] Em atividade entre 1999 e 2019.
[102] Estados representados: Portugal (GNR), Áustria, Bélgica, Bulgária, Croácia, Chipre, República Checa, Dinamarca, Estónia, Finlândia, França, Alemanha, Hungria, Irlanda, Itália, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Holanda, Noruega, Polónia, Roménia, Sérvia, Eslovénia, Espanha, Suécia, Suíça, Turquia e Reino Unido.

Aguarda Homologação

3.2.9. OUTRAS AÇÕES CONJUNTAS COM FORÇAS CONGÉNERES (*SAFE HOLIDAYS* E PATRULHAS CONJUNTAS)

No que respeita à colaboração entre a GNR e a *Guardia Civil*, fruto da extensa fronteira partilhada, o número de controlos móveis junto a esta ou em território espanhol registou um total de 226 ações em 2025, dos quais 206 foram desenvolvidos pela congénere espanhola em TN. Em matéria de colaboração internacional, o número de ações realizadas envolveu o empenhamento de mais de 2 140 elementos de ambas as congéneres.

No que se refere a ações de patrulhamento misto, estas foram inseridas em Operações planeadas ao nível nacional e ao nível local, tendo sido realizadas em Portugal, Espanha, Itália e França, nas localidades onde se regista uma maior afluência de cidadãos nacionais e estrangeiros desses países, tendo em vista o reforço do seu sentimento de segurança. Em tal contexto, foram realizadas ações conjuntas com a *Guardia Civil* Espanhola, com a *Gendarmerie Nationale* Francesa e *Arma dei Carabinieri* Italiana, conforme se elenca:

GUARDIA CIVIL

Em Portugal - realizadas 444 ações conjuntas em apoio à Operação Páscoa (abril), Operação Peregrinação Segura (maio), Operação RALLY de Portugal 2025 (maio), Operação Festival BOOM 2025 (julho), Operação Verão Seguro (entre julho e agosto), Operação Concentração Motard de Gois 2025 (agosto), Operação Migrante (agosto), Operação Bênção dos Capacetes (setembro), Operação Trindade (outubro), Operação Golegã (novembro), Operação Ano Novo (dezembro), entre outras, com empenhamento de 41 militares da congénere espanhola, em 17 localidades.

Em Espanha - realizadas 796 ações conjuntas no contexto do *Plan Seguridad Ruta Jacobea* 2025, *Plan Turismo Seguro, Operación Puerto Seguro2025,* Grande Prémio de Moto GP em Valência, nos meses de junho, julho, agosto, setembro e novembro, com o empenhamento de 40 militares da GNR, em 11 localidades.

GENDARMERIE NATIONALE

Em Portugal - realizadas 212 ações conjuntas em apoio à Operação Páscoa (abril), Operação Peregrinação Segura (maio), Operação Verão Seguro (entre julho e agosto), Operação Migrante(agosto), Operação Trindade(outubro), Operação Golegã (novembro) e Operação Ano Novo (dezembro), com o empenhamento de 17 militares da congénere francesa, em 9 localidades.

ARMA DEI CARABINIERI

Em Portugal - realizadas 105 ações conjuntas em apoio à Operação Verão Seguro (entre julho e setembro), Operação Migrante (agosto), Operação Trindade (outubro), Operação Ano Novo (dezembro), com o empenhamento de 7 militares da congénere Italiana, em 6 localidades.

Em Itália - realizadas 40 ações conjuntas nos meses de junho, agosto e setembro, nas cidades de Roma, Veneza e Milão, com o empenhamento de 4 militares da GNR.

3.2.10. FORMAÇÃO E TREINO INTERNACIONAL

Neste quadro específico, destaca-se a participação da GNR em projetos internacionais de treino e formação, de onde se evidenciam os projetos com parceiros FIEP, G4, EUROGENDFOR, IBERPOL, bem como, na CEPOL, no *European Security and Defence College* (ESDC), no *European Union Civilian Training Group* (EUCTG) e na FRONTEX.

Aguarda Homologação

EUCTG

O EUCTG é a formação do Comité Civil de Gestão de Crises, destinada à gestão dos requisitos de formação no âmbito da componente civil da PCSD da UE.

A gestão dos requisitos de formação será efetuada através dos designados Coordenadores Civis de Treino (CCT) dos EM da UE.

Concretamente, os CCT são peritos com experiência consolidada numa área de formação, e que apoiam o trabalho desenvolvido pelo EUCTG, dando apoio no que concerne à identificação de lacunas de formação e edificação de capacidades nos diversos EM numa área de formação em particular.

A GNR, como integrante da delegação nacional, iniciou a sua participação no fórum em apreço, desde a sua génese (2019), na área de formação de *Mentoring, Monitoring and Advising*, a qual é liderada pelos *Carabinieri* de Itália. São ainda parceiros, a *Police Fédérale* da Bélgica e o *Center for European Perspective*, da Eslovénia.

Durante o presente ano e no âmbito deste Grupo, foram identificados e comunicados três novos Peritos Nacionais em Formação (NTE[103]).

CEPOL

A CEPOL visa apoiar, desenvolver, realizar e coordenar a formação para agentes das autoridades com funções policiais, dando simultaneamente um destaque particular à proteção dos direitos humanos e dos direitos fundamentais no contexto da aplicação da lei, em especial nos domínios da prevenção e da luta contra a criminalidade grave que afete dois ou mais Estados-Membros e do terrorismo, da manutenção da ordem pública, em particular, o policiamento internacional de grandes eventos e do planeamento e comando de missões da União, que também pode incluir a formação em liderança em matéria policial e em competências linguísticas.

No âmbito da capacitação das FSS nacionais, verificaram-se participações em *webinars* e formações presenciais em áreas específicas como:

- *Environmental Crime – Cyber Investigations*;
- *Decryption - Train the Trainer*;
- *Joint Investigation Team – Implementation*;
- *Open Source Intelligence (OSINT) and IT Solutions - Train the Trainer*;
- *Cross Border Exchange of Electronic Evidence*;
- *Ransomware Investigations*;
- *Operational Intelligence Analysis - Basic*;
- *Migrant Smuggling - Digital Investigations*;
- *Behaviour Analysis in the context of Migrant Smuggling*;
- *National Firearms Focal Points*;
- *Live Data Forensics - Train the Trainer*;
- *Victim Protection*;
- *Money Laundering Typologies*;
- *Investigating and Preventing Corruption*;
- *Anti-Fraud Intelligence Analysis*;

[103] *National Training Experts.*

Aguarda Homologação

- *Darkweb and Cryptocurrencies - Basic*;
- *Digital Forensic Investigator Training*;
- *Mac and iOS Forensic Analysis*;
- *Document Fraud Investigations*;
- *Foreign Terrorist Fighters (FTF) and Travelling Terrorists from conflict areas to Sub-Sahara and Sahel Regions*;
- *Drug Crime and Markets*;
- *Strategic Analysis*;
- *Workshop on Violent Public Protests*;
- *Excise Fraud Investigations*;
- *Artificial Intelligence Investigation Techniques – Application of AI Models*;
- *Forensics – Emerging Technologies*;
- *Joint Investigation Team – Leadership*;
- *Maximise using (AI) tools from Europol Tool Repository (ETR) in investigations*;
- *English for law enforcement officials*;
- *Chemical Biological Radiological and Nuclear Incidents Management*;
- *Organised Property Crime – Motor Vehicle Crime*;
- *Online Training Activity Investigation of online Child Sexual Exploitation – Basic course*;
- *Firearms Crime*;
- *Violent radicalization stemming from different emerging types of extremism*;
- *Traffick of Human Beings – Labour Exploitation*;
- *Innovation in the training of financial crime investigator*;
- *Facial Image Comparison and Facial Recognition Systems*;
- *Protection of Public Spaces, Critical Infrastructure Protection and Cyber-Systems*;
- *Crime Scene Investigation*;
- *Countering the Financing of Terrorism and the Use of Cryptocurrencies*;
- *Pan-European Football Security*;
- *Hate Crime*;
- *Cyber Intelligence*;
- *Use of Schengen Information System (SIS) in the Cross-border Handling of High-risk Individuals*;
- *High-Risk Criminal Networks*.

Para além da elevada participação de militares da GNR nas várias atividades presenciais e virtuais, destaca-se, por parte da EG, de 01 de janeiro de 2025 e até 31 de dezembro de 2026, a Gestão, Liderança e Representação Nacional da Unidade Nacional CEPOL.

A GNR participou no programa CEPOL *Exchange Program* com 7 militares, assinalando-se intercâmbio com Países como Turquia, Polónia, Países Baixos, Bósnia, Bulgária e Sérvia.

IBERVIAPOL

A integração e participação da GNR no desenvolvimento da IBERVIAPOL, como membro fundador, representa uma oportunidade estratégica para a GNR ampliar a sua influência em questões de segurança rodoviária no contexto Ibero-americano, alinhando-se com os objetivos de cooperação internacional e com a Estratégia da Guarda 2025.

Aguarda Homologação

A GNR participa ativamente nas atividades de constituição da IBERVIAPOL, contribuindo para as definições génese da organização, como o seu Estatuto Jurídico, financiamento e modelo de funcionamento do Conselho Provisório.

Destaca-se a participação na Videoconferência Iberviapol - REDE IBEROAERICANA DE POLICIAS DE TRÂNSITO, em 22ABR25.

FRONTEX

Em 2025, a GNR participou, no âmbito das suas competências, em 33 ações de formação, com 809 militares, dos quais 663 em formato online e 146 em formato presencial. Neste contexto fez-se representar em 8 cursos realizados em formato *online* e 25 cursos realizados em formato presencial, dos quais se salientam os seguintes: *Intensive EUROSUR Training*; *Training activity on electronic component of the security documents*; *Roadshows on documents* JO Portugal 2025; *Return Reintegration Counselling Course*; *Terminology English first line routine border checks*; *Fundamental Rights Border Coast Guards Course*; *European Course for Canine Teams* (composto por uma fase de estudo *online* e por seis módulos presenciais, sendo dois realizados na EG); *Imagery Intelligence for Border Surveillance training course*; *European Course for NCC Operators* e *European Course for CIRAM Analysts.*

Destaca-se, ainda, a participação da GNR:

- Na organização e condução de módulos formativos da FRONTEX, como é exemplo o *European Course for Canine Teams* 2025, cujo módulo 2 e a sessão de certificação (2026) decorrerão nas instalações do GIC da UI da GNR;
- No apoio à realização do *workshop K9 training vídeo sessions development recording*, que decorreu nas instalações da EG da GNR;
- Na organização da iteração n.º 27 do *Annual ongoing training on the use of force*, no apoio à formação do Corpo Permanente Categoria 1, com 42 formandos e 8 formadores;
- Em uma ação de apoio à formação do Corpo Permanente Categoria 1, com 2 formadores;
- Em uma ação de apoio à formação de equipas caninas, com 3 formadores;
- Em 40 reuniões, 29 em formato virtual e 11 presenciais.

ESDC

O ESDC foi criado em 2005, com o objetivo de proporcionar formação a nível estratégico conexa com a PCSD.

No sentido de reforçar a rede formativa no âmbito da PCSD, bem como concorrer para a prossecução das ações constantes no Plano Nacional de Implementação do Compacto Civil para a Política de Defesa e de Segurança Comum da UE, a GNR mantém-se como membro do *Executive Academic Board* da rede do ESDC, adicionado o facto de manter representantes nos seguintes subgrupos – *Working Group for Missions and Operations* (EAB WGMO), *Security Sector Reform* (EAB SSR) e *Sectoral Qualification Framework* (SQF MILOF).

Ao longo do ano de 2025, a GNR participou em diversas atividades formativas promovidas no âmbito do ESDC, destacando-se a presença no "20th CSDP *High Level Course* 2024-2025 – José Cutileiro", no "21st CSDP *High Level Course* 2025-2026 – Michail Kostarakos" e no "*Senior Strategic Course on European Security and Defence*".

Em colaboração com o ESDC, a GNR planeou e organizou as seguintes atividades formativas:

- *Pre-Deployment Training*, ação realizada em Bruxelas/Bélgica;

- *Hostile Environment Awareness Training*, duas ações realizadas em Lisboa;

- *Critical Entities Resilience Advanced Course*, ação realizada em Lisboa.

Aguarda Homologação

IBERPOL

A IBERPOL é uma rede de escolas e centros de formação de polícia dos países Ibero-americanos. Foi criada com o objetivo de incrementar a cooperação na luta contra o crime entre os países da América Latina, bem como promover a formação contínua e abrangente em segurança e troca de experiências práticas e de conhecimento tecnológico.

No âmbito da IBERPOL, a GNR participou nas múltiplas ações de formação que foram desenvolvidas através do *"campus virtual" da IBERPOL*. Das diversas formações, identificam-se algumas das mais relevantes: *"Curso de investigaciones de activos digitales: criptoactivos"; "Curso de verificación operativa documental: Punto Atenas*"; "*Curso de prevención en violencia de género*"; "*Curso de introducción a los delitos económicos e investigación patrimonial financiera*"; "*Curso de introducción Crimen Organizado*"; "*Curso de prevención, detención, investigación y protección de trata y tráfico de niños, niñas y adolescentes*", "*Curso de investigación de incendios*" e "*Curso sobre intervención policial con personas con discapacidad".*

Também no âmbito das ações de formação presenciais realizadas em 2025, a GNR participou em diversas atividades, destacando-se a frequência do "*Curso de Instructor de Intervención Operativa*" e do "*Curso para Altos Mandos de Policías Iberoamericanas – Modelos avanzados de planificación estratégica y toma de decisiones*".

Salienta-se ainda a participação da GNR, com um representante, no "*IX Consejo de Administración de Escuela Iberoamericana de Policía",* que decorreu em Brasília/Brasil no mês de abril, organizado pela Polícia Federal do Brasil.

OSCE

A OSCE visa a promoção da democracia, dos direitos humanos, e da liberdade de imprensa na Europa. Teve origem na Conferência sobre a Segurança e Cooperação na Europa, realizada em Helsínquia, em 1975. Atualmente, é composta por 57 países membros (da Europa, Ásia Central e América do Norte) e constitui-se como a maior organização regional de segurança do mundo, tem como objetivos primordiais a deteção precoce de ameaças à segurança, prevenção de conflitos, gestão de crises e reabilitação pós-conflito no seu espaço.

BILATERAL

No âmbito da cooperação bilateral, a GNR consolidou a sua projeção internacional enquanto entidade formadora, tornando-se, cada vez mais, uma Instituição de referência para as suas congéneres na partilha de experiências e boas práticas, materializada em inúmeras horas de formação realizadas em contexto nacional e além-fronteiras. Em TN, a GNR contou com a participação de formandos estrangeiros nos seguintes Cursos:

- 2.º Curso de Investigação de Crimes em Ambiente Rodoviário: 01 do Brasil, 01 de Cabo Verde e 01 de Espanha;
- 3.º Curso de Intervenção de Cavalaria: 02 do Brasil;
- 6.º Curso Cinotécnico de Deteção de Produtos: 01 de Espanha;
- 7.º Curso de Contraterrorismo: 03 do Brasil, 01 de Espanha e 01 de Timor-Leste;
- 8.º Curso Cinotécnico de Segurança, Intervenção e Busca: 02 de Espanha;
- 19.º Curso de Batedor Moto: 02 de Espanha;
- 40.º Curso Específico de Cavalaria – Oficiais: 02 de Omã;
- 59.º Curso de Manutenção e Restabelecimento de Ordem Pública: 01 Espanha e 01 da Ucrânia;
- 60.º Curso de Manutenção e Restabelecimento de Ordem Pública: 02 de Moçambique;

Aguarda Homologação

- 60.º Curso de Restabelecimento e Manutenção de Ordem Pública: 04 do Brasil e 01 de Espanha.

Em matéria de formação de quadros superiores, a GNR, em cooperação com o Instituto Universitário Militar (IUM), ministrou o Curso de Promoção a Oficial Superior (CPOS-GNR), contando com a presença de 05 auditores internacionais: 01 de Angola, 01 de Cabo Verde, 01 Guiné-Bissau, 01 de São Tomé e Príncipe e 01 de Timor-Leste.

Relativamente ao Plano de Cooperação Bilateral Portugal-Argélia para 2025, a GNR, através da Divisão de Medicina Veterinária, promoveu duas ações de formação dedicadas, em exclusivo, a médicos veterinários da *Garde Republicaine* da Argélia:

- Formação de "Anestesia gasosa em cavalos", em Portugal: 02 formandos;
- Formação de “Endoscopia em cavalos”, na Argélia: 02 formandos.

Ao abrigo do Programa *Erasmus+ Student Internship Mobility 2025*, a GNR organizou um estágio formativo entre 24 de março e 04 de abril de 2025, tendo contado com a participação de 02 Oficiais Subalternos da congénere *Turkish Jandarma*. Esta atividade teve como objetivo a partilha de experiências e boas práticas no âmbito da ordem pública, da segurança, em operações de busca e salvamento, bem como na investigação criminal, tendo contribuído para o desenvolvimento pessoal e profissional destes elementos.

3.2.11. COMITÉS E GRUPOS DE TRABALHO DA UE

INSTÂNCIAS PREPARATÓRIAS DO CONSELHO

No âmbito do trabalho desenvolvido ao abrigo nas instâncias preparatórias do Conselho da UE, a GNR continuou a contribuir para os trabalhos dos diversos comités e grupos de trabalho na área da Justiça e Assuntos Internos, nomeadamente, através dos representantes do Comité Permanente para a Cooperação Operacional em Matéria de Segurança Interna, Comité para os Aspetos Civis da Gestão de Crises (CIVCOM), Grupo Horizontal da Droga, Grupo Horizontal Para o Reforço da Resiliência e a Luta Contra as Ameaças Híbridas, Grupo das Fronteiras, Grupo do Terrorismo, Grupo da Proteção Civil, Grupo do Intercâmbio de Informações, Grupo Proteção de Dados, Grupo da Aplicação da Lei (*LEWP-police)* e do Grupo para as Questões de Schengen (formações “Scheval” e “Acervo Schengen”), Grupo Horizontal das Questões do Ciberespaço, Grupo das Questões Marítimas, Comité Estratégico da Imigração Fronteiras e Asilo, Grupo dos Direitos Fundamentais dos Cidadãos e da Livre Circulação de Pessoas.

REDE ATLAS

A ATLAS é uma rede de *Special Intervention Units* (SIU) dos 27 Estados-Membros da UE criada na sequência dos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001. A ATLAS foi inicialmente criada informalmente para o intercâmbio de informações e atividades de formação de cooperação entre unidades e foi mais tarde formalizada por uma decisão do Conselho em 2008.

A participação nestas atividades contribuiu diretamente para potenciar a interoperabilidade entre as forças de Operações Especiais ao nível europeu e mundial. Internamente, contribui também para uma melhor coordenação entre as diversas forças nacionais para um eventual cenário de ameaça, em que se verifique a necessidade de desenvolver um empenhamento articulado de intervenção entre as duas Unidades de contra terrorismo (GIOE/GNR e GOE/PSP), designadamente na resolução simultânea de dois eventos distintos, mas interligados.

No âmbito da cooperação internacional da luta contra o terrorismo, a GNR esteve representada na Rede ATLAS, tendo participado nas seguintes atividades:

- ATLAS *Negotiation Seminar*, 19-24Jan25;

Aguarda Homologação

- Reunião anual dos Pontos de Contacto da Rede Atlas, 17-21Fev25;
- ATLAS *Negotiation Steering Committee Meeting*, 03-05Mar25;
- CE TAEE ATLAS *Workshop 2025*, 16-22Mar25;
- Reunião Estratégica de Comandantes e Passagem Comando ATLAS, 25-26Mar25;
- ATLAS *Commanders Forum*, 05-08Mai25;
- ATLAS *Sniper Forum Workshop*, 29Jun-04Jul25;
- ATLAS *Negotiation Meeting*, 15-17Set25;
- ATLAS *Trident Exercise – Sweden*, 28Set-03Out25;
- 2.º Reunião Anual de Comandantes da Rede ATLAS, 03-06Nov25;
- ATLAS *Negotiation Meeting*, 03-05Nov25.

HIGH RISK SECURITY NETWORK (HRSN)

A aprovação do *"Action Plan to support the protection of public spaces"*, de 18 de outubro de 2017, constitui-se como elemento de suporte à HRSN, a qual havia sido criada em 2016, após o aumento do número de incidentes terroristas de 2015 e em alinhamento com a estratégia europeia em vigor.

A constituição desta rede visou assegurar a cooperação da UE no domínio da prevenção e deteção de atos de violência grave e/ou terrorismo contra infraestruturas críticas, *"soft targets"* e centros de transporte nos Estados-Membros da UE. Esta rede integra forças policiais de natureza civil e gendármicas, procurando abranger todo o espectro de forças a montante e a jusante de eventos/incidentes de elevada complexidade para prevenir, detetar, proteger e reagir a incidentes graves e atos terroristas.

Atualmente a rede conta com 28 membros de 21 países e 02 organizações.

A HRSN incorpora o *Working Group 1 – Vulnerability assessment, Working Group 2 – UAV / CUAV, Working Group 3 – Tactical Rescue Response, Working Group 4 – Human Factor e o Working Group 5 – Multi agency command and control*.

A GNR continuou a sua participação nos trabalhos da HRSN, na qualidade de Presidente da Rede no biénio de 2024/2025, destacando-se a participação nos seguintes eventos:

- *Security and Policing Conference, Farnborough, 11 a 13Mar25;*
- *EU PSA Annual Conference, EU-HRSN WG1 Meeting* e Reunião Coordenação EU-HRSN com JRC, 01 e 04Abr25;
- Reunião do Grupo de Trabalho 2 *[Working Groups (WG)*, 21 a 23Abr25;
- *HRSN LinCT Dublin Conference* 30Abr a 02Mai25;
- *HRSN WORKING GROUP 5 Meeting*, de 21 a 23Mai25;
- *Coordination Meeting Vice-presidency EU HRSN*, 26 a 27Mai25;
- *HRSN - PSA Mission, NATO Summit25*, 13 a 15Mai25;
- *Fifth meeting of the informal Commission Expert Group on countering threats posed by drones (C UAS Group)*, 10Jun25;

Aguarda Homologação

- *HRSN Counter Drone Training in JRC-GEEL, Belgium*, 09 a 13Jun25;
- *EU Protective Security Advisory Training PSA*, 02 a 06Jun25;
- *SUMMER JAMM25 / mTIE 2025 exercise of NATO Counter Unmanned Aircraft Systems.*, 02 a 05Jun25;
- *HRSN - DG HOME - EU Explosives Detection Dog Working Group 12-13June 2025, Brussels*, 12 a 13Jun25;
- *EU-HRSN WORKING GROUP 3 Meeting*, 16 a 19Jun25;
- *HRSN - LATVIAN SCHOOL YOUTH SONG AND DANCE FESTIVAL*, deteção e neutralização de sistemas aéreos não tripulados (C-UAS), 10 a 14Jun25;
- *Civil-Military Cooperation in the Indo-Pacific during Humanitarian Assistance and Disaster Relief*, 22 a 24Set25;
- *HRSN Counter Drone Training in JRC-GEEL, Belgium*, 22 a 24Set25;
- *HRSN Law Enforcement Network Working Group LENWG meeting*, 24 a 26Set25;
- *HRSN WORKING GROUP 5 Meeting & Workshop*, 06 a 10Out25;
- *Engagement in Asia HRSN - ESIWA+ Contra-Unmanned Aircraft Systems (C-UAS)*, 11 a 17Out25;
- *EU-HRSN WORKING GROUP 4 Meeting em Atenas (Grécia)*, 10 a 14Nov25;
- Visita *VVIP Irlanda – HRSN Pool and Sharing | C-UAS*, 01 a 03Dec25;
- *15th meeting European Union (EU) Forum Protection Public Spaces | HRSN*, 04Dec25;
- Reunião *Working Group 1 da High Risk Security Network | HRSN* 09 a 10Dec25;
- Participação da GNR - *HRSN - Projeto CT Public Spaces+* \\ ESPANHA \\ KENYA,15 a 19Dec25;
- Reunião Final - *Workshop on EU Detection Trial with PL Police, Border Guard, PKP Operator – HRSN*, 17 a 18Dec25.

MECANISMO PROTEÇÃO CIVIL UE (MPCU)

A GNR, no âmbito do MPCU, participou em diversos eventos de capacitação e de treino de interoperabilidade com os parceiros do Mecanismo na área da Proteção Civil, nomeadamente, *Table Top Exercises*, formação de formadores e *full-scale field exercises*, conhecidos como EU MODEX, destacando-se:

- Exercício - EU MODEX PT 25, *Combined Exercises*, que inclui os módulos *Urban Search and Rescue (USAR)*, Médico, *USAR- Chemical, Biological, Radiological and Nuclear (CBRN), European Union Civil Protection Team (EUCPT) e Technical Assistance and Support Teams (TAST)* 27 a 31Jan25;
- *LOT2 IT EU MODEX* - Participação como *Module Coach/Trainer* no Exercício do Lote 2 do Ciclo 12 07 a 11Abr25;
- *EU MODEX Gdansk, Poland,* Reunião Preparatória (pPM) MODEX EU,11 a 13Mar25;
- *EU MODEX PL* - Exercício de Campo do MODEX da UE Polónia *(Coach/Trainers e EXCON)*, 20 a 23Mai25;
- *[EU MODEX Austria] Physical Planning Meeting*, 24 a 26Jun25;
- Reunião Preparatória *(PHYSICAL PLANNING MEETING - pPM*) Dinamarca, 30Set a 02Out25;
- *EU MODEX in AUSTRIA* de 14 a 18 de outubro de 2025 (*Mountain Search and Rescue Coach/Trainer*)", 14 a 18Out25.

CARPOL

Estabelecida com base na Decisão do Conselho 919/2004, de 17 de dezembro, a CARPOL é a rede de pontos de contacto da UE para o combate à criminalidade automóvel transfronteiriça, mantendo a GNR participação ativa nas atividades

Aguarda Homologação

desenvolvidas neste contexto, situação que decorre das atribuições da GNR enquanto POC nacional para o intercâmbio internacional de informações relativas a este tipo de fenómeno criminal.

ENVICRIMENET

A *EnviCrimeNet*, rede que conta com o apoio da EUROPOL, tem por objetivo fomentar a articulação entre EM a partilha de experiências e de informação entre policias europeias, de modo a prevenir e combater a criminalidade ambiental.

Em 2025, a GNR, através do SEPNA, foi integrada como membro permanente da *EnviCrimeNet (International Non-Profit Organization).*

Destaca-se a participação da GNR com a *EnviCrimeNet* nos seguintes eventos:

- *General Meeting of EnviCrimeNet e 4 Networks Conference Bratislava, 21 e 22Mai25;*
- Curso ONLINE - 2025-2026 *I2LEC Environmental Crimes and Climate Training Program,* Ministério do Interior dos Emirados Árabes Unidos*, 22Set a 07Out25.*

EU KNOWLEDGE HUB

O EU *Knowledge Hub* da EU, para a Prevenção da Radicalização é a plataforma central da UE para coordenar, melhorar e profissionalizar todos os esforços relacionados com a prevenção da radicalização entre os Estados-Membros e países parceiros associados. Foi lançado pela Comissão Europeia em 2024, conforme anunciado na Agenda de Combate ao Terrorismo da UE 2020, e substitui a antiga *Radicalization Awareness Network.*

A GNR participou no seguinte evento:

- *EU KH Policy Practice Joint Event on Conspiracy Theories | 12 November 2025, Brussels (Belgium) EU Knowledge Hub*, 12Nov25.

LAND TRANSPORT SECURITY EXPERT GROUP (LANDSEC)

O LANDSEC apoia a Comissão na formulação e execução das atividades da UE destinadas a desenvolver a política de segurança relativa aos transportes terrestres, e fomentará o intercâmbio permanente de experiências, políticas e práticas pertinentes entre os Estados-Membros e as diversas partes envolvidas.

Em 2025 a GNR participou dos seguintes eventos LANDSEC:

- *43rd meeting of the EU expert group on Land Transport Security, 05Fev25;*
- *44th meeting of the Expert Group on Land Transport Security, 10Abr25;*
- *45th meeting of the EU Expert Group on Land Transport Security, 30Jun25.*

3.2.12. Outros Fóruns

AQUAPOL

A *European Network of Police Forces of Water* (AQUAPOL) é uma federação de "*water police forces*", estabelecida em 2002, que integra Guardas Costeiras de vários EM da UE, assim como da Suíça, Reino Unido e EUA, perfazendo o total de 27 organizações, onde se incluiu a GNR, desde o final de 2011, cuja representação é assegurada pela UCCF.

Os seus objetivos estão direcionados para a segurança e defesa dos corredores internos de água – rios e canais, portos e mar territorial de cada país membro – com o propósito de estabelecer uma aproximação entre forças policiais, de forma a promover a cooperação diária numa base prática, contribuindo assim para a prevenção dos riscos pela melhoria e reforço da cooperação policial transfronteiriça.

Aguarda Homologação

Sob o ponto de vista operacional, a AQUAPOL é dividida em quatro *Hubs*, isto é, grupos cujos membros trabalham em conjunto num contexto regional específico, sendo responsáveis por estabelecer prioridades operacionais e por executar determinadas atividades, através de reuniões de coordenação semestrais. Portugal integra o *Hub* do Centro Marítimo Mediterrâneo/Atlântico (MHNA), juntamente com França, Espanha e Reino Unido.

Adicionalmente, integra, também, o *Police Maritime Intelligence Centre* (PMIC), que é um grupo onde especialistas em inteligência marítima e fiscalização da Bélgica, Estónia, França, Alemanha, Holanda, Portugal, Espanha e Reino Unido, identificam tendências em questões de segurança marítima nacional e vulnerabilidades de segurança de fronteira, com o objetivo de melhorar a consciência situacional no domínio marítimo de cada um dos países participantes por forma a mitigar potenciais ameaças marítimas e fronteiriças.

Decorrente da participação da GNR nas atividades desenvolvidas pela AQUAPOL em 2025, a GNR esteve presente em duas reuniões, destacando-se a reunião UK AQUAPOL *Cruise security conference* e o AQUAPOL *Council Meeting*.

MCGFF

A GNR continua comprometida em colaborar nas atividades desenvolvidas pelo *Mediterranean Coast Guard Functions Forum* (MCGFF), fórum internacional criado em 2009, que tem como objetivo principal a promoção de um adequado nível de discussão e troca de informação sobre experiências jurídicas, técnicas e operacionais, de acordo com o enquadramento legal vigente, num relacionamento próximo entre organizações internacionais e regionais especializadas em assuntos marítimos, que permitam relevar atividades desenvolvidas no âmbito da segurança marítima e proteção ambiental, assim como parcerias que permitam encontrar soluções para evitar riscos e ameaças regionais na bacia do Mediterrâneo.

ECGFF

O *European Coast Guard Functions Forum* (ECGFF) surgiu em 2009, orientado para o desenvolvimento conjunto de formas de cooperação e coordenação interagências, bem como para o desempenho multifuncional que permita abordar os desafios futuros nos domínios da segurança da fronteira marítima, da segurança no mar, busca e salvamento, proteção do ambiente marítimo, e outros assuntos marítimos. Este fórum objetiva dar coerência às atividades desenvolvidas entre os EM e outras autoridades relevantes da UE, congregando as Guardas Costeiras dos EM e dos países associados Schengen, a Comissão Europeia e instituições e agências com competências ligadas às decorrentes funções, contando com um total de 38 membros de 25 países. A GNR, através UCCF, integra a representação nacional neste fórum.

3.3. COOPERAÇÃO AO NÍVEL DA CPLP

No âmbito da cooperação com os países da CPLP, tem-se verificado uma forte aposta na formação e em outras iniciativas de apoio ao desenvolvimento das capacidades específicas das FSS da Comunidade, no quadro da cooperação bilateral realizada através do Programa de Cooperação Técnico-Policial e de Proteção Civil (PCTPPC), coordenado pela Secretaria-Geral do MAI e financiado pelo Instituto Camões.

Em resultado da execução do PCTPPC 2025, a GNR destacou 10 formadores que, para além de consolidarem técnicas, táticas e procedimentos policiais nas áreas de Controlo de Fronteiras Terrestres e Marítimas, Policiamento e Ordem Pública, Modelos de Policiamento de Proximidade e Comunitário, bem como na Proteção da Natureza e do Ambiente, contribuíram também para identificar as potencialidades e insuficiências das próprias forças. Estas iniciativas têm proporcionado um contributo significativo para a segurança e para o apoio ao desenvolvimento dos países da CPLP, sendo amplamente reconhecidas e elogiadas pelas autoridades competentes.

Aguarda Homologação

Em complemento das várias ações já referidas no domínio bilateral, especificamente no eixo da formação e treino internacional, apresentam-se, de seguida, as principais atividades realizadas em 2025 por cada Estado-Membro da CPLP:

3.3.1. Angola

No plano da formação e no prisma do PCTPPC 2025, foram projetados 04 formadores da GNR, para ministrar formação nas áreas de Controlo de Fronteiras Terrestres e Marítimas, bem como de Policiamento e Ordem Pública.

Ao longo do último ano, Luanda acolheu a VI Reunião de Ministros da Administração Interna dos Países da CPLP, tendo a GNR marcado presença nos trabalhos inerentes ao Conselho de Chefes de Polícia da CPLP, no Conselho de Diretores Nacionais de Migração, Estrangeiros e Fronteiras da CPLP e nas três Comissões de Peritos à sua responsabilidade.

Integrado no programa de atividades desta Reunião ministerial, foi assinado um Memorando de Entendimento entre a GNR e a Polícia Nacional de Angola, que estabelece novas bases de cooperação técnica e operacional em matéria policial, no quadro das relações bilaterais entre Portugal e Angola.

3.3.2. Brasil

A cooperação com as diversas Instituições policiais e administrativas brasileiras foi reforçada em 2025, com especial destaque para a participação de vários militares na oferta formativa da GNR. Ao abrigo da cooperação bilateral mantida entre a GNR e a Polícia Rodoviária Federal (PRF) do Brasil, a GNR acolheu a visita institucional da PRF, tendo em vista a identificação de práticas inovadoras e trocas de informação que possam contribuir para o aprimoramento das operações de ambas as forças policiais.

No que diz respeito à consolidação dos instrumentos internacionais juridicamente não vinculativos, a firmar entre a GNR e as congéneres brasileiras, importa sublinhar o enorme avanço nas negociações para estabelecer os Memorandos de Entendimento com a Polícia Rodoviária Federal, bem como com a Polícia Federal, estando prevista a sua assinatura em 2026.

3.3.3. Cabo Verde

Realização de uma Ação de Formação de Controlo de Fronteiras Marítimas, destinada a 16 elementos da Direção de Estrangeiros e de Fronteiras da Polícia Nacional de Cabo Verde, assegurada por 02 formadores ao abrigo do PCTPPC 2025.

3.3.4. Guiné-Bissau

Participação de 02 formadores da GNR na Ação de Formação de Modelos de Policiamento - Comunitário e Proximidade, à luz do PCTPPC 2025, tendo como público alvo 50 formandos dos quais 25 elementos da Polícia de Ordem Pública e outros 25 elementos da Guarda Nacional.

3.3.5. São Tomé e Príncipe

Também no âmbito da materialização do PCTPPC 2025, há a destacar a participação de 02 formadores na Ação de Formação de Proteção da Natureza e do Ambiente, destinada a 28 funcionários de diversas FSS de São Tomé e Príncipe.

3.3.6. Timor-Leste

Ao longo de 2025, a GNR deu continuidade ao reforço da presença na missão de cooperação técnica e de assessoria em Timor-Leste, mantendo a projeção de um Oficial e um Sargento, ao abrigo do Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República Democrática de Timor-Leste em matéria de Segurança Interna, assinado em 27 de setembro de 2011, e, ainda, do Protocolo de Cooperação Técnico-Policial entre a GNR e a Polícia Nacional de Timor-Leste, celebrado a 15

Aguarda Homologação

de junho de 2011. A par deste reforço, a GNR projetou uma Equipa de 04 elementos, 02 psicólogos e 02 técnicos especializados em aparelhos de avaliação psicomotora, tendo como objetivo principal a realização da Prova Psicológica, aos cerca de 13 000 candidatos inscritos no Processo de Recrutamento e Seleção de Agentes para a Polícia Nacional de Timor-Leste, nas dimensões cognitiva e de personalidade. Este reforço permitiu à Polícia Nacional de Timor-Leste consolidar o processo de recrutamento, seleção e formação dos novos Agentes.

Foi realizada uma visita institucional a Timor-Leste, a par da organização do evento comemorativo dos 25 anos da presença da GNR em Timor-Leste.

Importa sublinhar igualmente a visita do Sr. Presidente da República de Timor-Leste, Dr. José Ramos-Horta, à GNR, para reforçar os laços institucionais e aprofundar a cooperação nas áreas da segurança interna, permitindo a concretização de encontros bilaterais para o fortalecimento da colaboração institucional.

3.4. COOPERAÇÃO BILATERAL COM O REINO DE ESPANHA

A cooperação com a *Guardia Civil* é de extrema importância, destacando-se pelo seu volume e intensidade de ações bilaterais consumadas, quer em contexto operacional, quer de âmbito formativo e administrativo, resultando numa permanente troca de informações entre Instituições. Esta relação tem importância vital para a segurança das regiões fronteiriças e do espaço ibérico em geral. Além disso, é fundamental para assegurar a permanente vigilância da fronteira externa da UE, incentivar a partilha de capacidades, e ainda promover o desenvolvimento de projetos europeus relevantes no âmbito multilateral.

A articulação entre as Forças de Segurança de ambos os países, permite uma resposta mais eficiente aos desafios comuns, como a criminalidade transfronteiriça, o tráfico de estupefacientes e a gestão de pessoas desaparecidas. Esta sinergia fortalece o sentimento de segurança de ambas as populações e contribui para uma gestão mais integrada das fronteiras europeias.

No âmbito do "Memorando de Cooperação entre a GNR e a *Guardia Civil* do Reino de Espanha", assinado em 31 de março de 2009, em Lisboa, realizaram-se, em 2025, reuniões de coordenação a nível regional e local, operações de controlos móveis, entre outras operações policiais combinadas e um sem número de ações de troca de informações, formais e informais, a par de uma intensa cooperação no capítulo da formação, destacando-se, a este nível, o intercâmbio de Oficiais entre a GNR e a *Guardia Civil* com vista à frequência do Curso de Estado-Maior Conjunto ministrado por ambos os países, de entre as inúmeras ações formativas.

Desde 2021, a GNR teve a iniciativa de colocar um Oficial de Ligação no Estado-Maior da Direção-Geral da *Guardia Civil* em Madrid, tendo em vista aprimorar a coordenação operacional entre as duas forças, estabelecer canais de comunicação mais eficientes e intensificar a troca de informações operacionais. Esta parceria estratégica tem-se revelado pertinente, refletindo o compromisso contínuo de ambas as forças em reforçar a cooperação bilateral, permitindo uma resposta mais ágil a desafios comuns de segurança.

No âmbito da atividade policial em termos de controlos móveis, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

ÂMBITO	PAÍS	CTer Portalegre	CTer Évora	CTer Beja	CTer Faro	CTer Braga	CTer Bragança	CTer V. Castelo	CTer V. Real	CTer C. Branco	CTer Guarda	UCCF	UAF	Total
REUNIÕES	PORTUGAL	2	1	1	12	1	6	0	0	0	3	2	4	32
	ESPANHA	3	1	2	0	1	0	1	1	1	3	1	3	17

Figura 129 – Reuniões de controlos móveis

Aguarda Homologação

ÂMBITO	PAÍS	CTer Portalegre	CTer Évora	CTer Beja	CTer Faro	CTer Braga	CTer Bragança	CTer V. Castelo	CTer V. Real	CTer C. Branco	CTer Guarda	UCCF	UAF	Total
OPERAÇÕES	PORTUGAL	24	12	11	37	4	7	14	20	13	11	24	29	206
	ESPANHA	7	11	12	10	1	9	18	12	10	10	4	6	110

Figura 130 – Operações de controlos móveis

ÂMBITO	CTer Portalegre	CTer Évora	CTer Beja	CTer Faro	CTer Braga	CTer Bragança	CTer V. Castelo	CTer V. Real	CTer C. Branco	CTer Guarda	UCCF	UAF	Total
VIATURAS FISCALIZADAS	283	632	211	1422	68	359	685	979	524	2354	33	412	7962
CIDADÃOS CONTROLADOS	309	825	218	1605	99	411	825	1132	8	2001	78	427	7938

Figura 131 – Fiscalização e Controlo de viaturas e cidadãos

ÂMBITO	CTer Portalegre	CTer Évora	CTer Beja	CTer Faro	CTer Braga	CTer Bragança	CTer V. Castelo	CTer V. Real	CTer C. Branco	CTer Guarda	UCCF	UAF	Total
FISCAL	2	19	0	0	0	0	34	15	0	2	0	45	120
TRÂNSITO	9	134	0	223	0	27	139	93	19	238	5	0	887
AMBIENTE	0	3	0	0	0	0	0	6	0	0	0	0	9
FURTO DE VEÍCULOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DROGA	1	2	0	4	1	0	2	1	0	1	0	0	12
DETENÇÕES	0	2	0	9	0	0	0	0	0	0	0	0	11
OUTROS	0	14	0	10	0	0	3	8	3	0	20	0	58

Figura 132 – Autos elaborados

3.4.1. CENTROS DE COOPERAÇÃO POLICIAL E ADUANEIRA

No que diz respeito aos Centros de Cooperação Policial e Aduaneira, a GNR assumiu a responsabilidade de coordenação da atividade operacional, desde 01 de fevereiro de 2014. Em 2025, foi desenvolvida a seguinte atividade:

ÂMBITO	DESCRIÇÃO	TOTAIS	
TROCA DE INFORMAÇÕES (SOLICITAÇÕES)	PEDIDOS	3 981	7961
	RESPONDIDAS	3 980	
	IDENTIFICAÇÃO DE PESSOAS	2097	
	VEÍCULOS	1281	
	ARMAS	20	4601
	DOCUMENTAÇÃO FALSA	108	
	OUTRAS	1 095	

Figura 133 – Solicitações de informações dos Centros de Cooperação Policial e Aduaneira

Guarda Homologação

ÂMBITO	DESCRIÇÃO	TOTAIS	
CONTROLOS MÓVEIS (COLABORAÇÃO COM)	GNR	183	711
	AT	5	
	PSP	100	
	PJ	55	
	GUARDIA CIVIL	162	
	CUERPO NACIONAL POLICÍA	162	
	ADUANAS	44	
	PESSOAS CONTROLADAS	6436	8894
	VIATURAS FISCALIZADAS	2458	
AUTOS	CRIME	8	84
	CONTRAORDENAÇÕES	76	
APREENSÕES	VIATURAS	1	8
	ARMAS	4	
	DOCUMENTAÇÃO FALSA	1	
	MERCADORIA	1	
	OUTRAS	1	
DETENÇÕES	FLAGRANTE DELITO	7	12
	FORA FLAGRANTE DELITO	1	
	MANDADOS	4	

Figura 134 – Atividade desenvolvida nos Centros de Cooperação Policial e Aduaneira

3.5. EUROSUR

No seguimento da adoção por Portugal do Regulamento (UE) N.º 1052/2013, desde 2 de dezembro de 2013, que cria o EUROSUR, foi formalmente implementado, na GNR, particularmente na UCCF, o CNC EUROSUR.

Com o alargamento do mandato da FRONTEX, através do Regulamento (UE) 2019/1896, de 13 de novembro, que a institui como Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira, é criado o EUROSUR enquanto quadro integrado para o intercâmbio de informações e para a cooperação internacional no âmbito da Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira, destinado a melhorar o conhecimento da situação e a aumentar a capacidade de reação para fins de gestão das fronteiras, incluindo a deteção, a prevenção e o combate à imigração ilegal e à criminalidade transfronteiriça e contribuir para garantir a proteção e a salvaguarda da vida dos migrantes.

O EUROSUR é, assim, utilizado para os controlos de fronteira em pontos de passagem das fronteiras autorizadas e para a vigilância das fronteiras externas terrestres, marítimas e aéreas, sendo constituído pelos seguintes componentes:

- Centros Nacionais de Coordenação;

Aguarda Homologação

- Quadros de situação nacionais;
- Quadro de situação Europeu;
- Quadros de situação específicos;
- Serviços de fusão do EUROSUR (EUROSUR *fusion services*);
- Planeamento integrado.

Os Centos Nacionais de Coordenação fornecem à Agência as informações provenientes dos seus quadros de situação nacionais e, se for caso disso, de quadros de situação específicos, necessárias para elaborar e alimentar o quadro de situação europeu. Uma vez implementado o CNC português na UCCF da GNR, esta prerrogativa permanece adstrita a esta Unidade especializada que, nesta fase, integra já operadores certificados pela FRONTEX.

Complementarmente é, também, mantida a ligação com o Centro de Operações Marítimas, que permite a partilha de informação através de videoconferência entre os dois Centros responsáveis pela Vigilância das Fronteiras e pela Busca e Salvamento.

A UCCF, assumindo o papel de Guarda Costeira, para além das responsabilidades derivadas da compilação de informação ao nível da *Vulnerability Assessment Network* referente às fronteiras externas da UE, integra ainda a rede da FRONTEX, denominada por *Maritime Intelligence Community & Risk Analysis Network*, com o propósito de garantir uma capacidade de análise de risco relativa aos crimes transfronteiriços no âmbito marítimo.

3.6. INICIATIVAS MULTILATERAIS

3.6.1. ASSOCIAÇÃO FIEP

A GNR assume um papel de relevo na FIEP com estatuto militar, na qualidade de membro fundador desta organização. O objetivo primordial FIEP reside na promoção da cooperação entre as Forças de Segurança de natureza militar que a integram, vulgo *Gendarmeries*. A cooperação materializa-se, especificamente, através do intercâmbio de informações, partilha de experiências, troca de conhecimentos nos seguintes domínios:

Recursos Humanos, Assuntos Internacionais, Novas Tecnologias e Logística e Organização do Serviço.



Figura 135 – Reunião FIEP

No quadro desta Associação, a GNR tem vindo a manter uma colaboração estreita com as suas congéneres, contribuindo ativamente para diversos trabalhos e estudos desenvolvidos pelos parceiros institucionais, disponibilização de vagas na sua oferta formativa nacional, realização de visitas e intercâmbios.

Ao longo do ano de 2025, a presidência da FIEP esteve à responsabilidade da congénere francesa, *Gendarmerie Nationale,* tendo sido organizadas quatro Comissões de trabalho (Chile, Países Baixos, França e Roménia), a *Preparatory meeting* e a *Summit* (ambas em França), tendo a GNR marcado presença em todos os eventos através dos seus peritos, ponto de contacto e delegação institucional.

Aguarda Homologação

Esta participação não só consolida o posicionamento internacional da GNR, como potência a sua capacidade de adaptação e modernização, reforçando seu papel como uma Força de Segurança moderna e versátil.

3.6.2. G4 *INITIATIVE*

Esta Iniciativa teve origem através da *Arma dei Carabinieri*, representando um marco significativo na cooperação internacional entre a GNR, a *Guardia Civil* espanhola e a *Gendarmerie Nationale* francesa. Este projeto ambiciona criar sinergias institucionais em áreas estratégicas e inovadoras. Os quatro eixos fundamentais de colaboração, corporalizados em grupos de trabalho, centram-se em domínios críticos para a segurança contemporânea: Educação e Formação Conjunta, Proteção Ambiental, Boas Práticas de Investigação no Ciberespaço e Inteligência Artificial e Reconhecimento Facial. Através de reuniões periódicas, presenciais e *online*, os peritos de cada grupo de trabalho desenvolvem as linhas de cooperação estratégica e partilham conhecimentos, metodologias e boas práticas, que são posteriormente apresentadas aos Comandantes e Diretores-Gerais nas Conferências de Alto Nível que se realizam anualmente, em regime de rotatividade.

Em 2025, a organização da Conferência de Alto Nível foi organizada pela congénere italiana Arma dei Carabinieri, tendo sido realizada em Vicenza (Itália). Nesta edição, destacou-se ainda o papel central da Arma dos Carabinieri e a necessidade de uma visão comum face aos desafios futuros. As Instituições reafirmaram o compromisso de implementar planos de ação concretos e iniciativas conjuntas, promovendo uma cooperação contínua e eficaz em prol da segurança dos cidadãos europeus. Neste particular, e como corolário das atividades e iniciativas desenvolvidas pelos diversos grupos de trabalho do G4, a GNR planeou e executou o curso G4 POLARIS Portugal 2025, realizado de 27 de abril a 16 de maio de 2025, com participação de 40 formandos e 12 formadores das forças gendármicas do G4, focado em temas transversais como proteção ambiental, cibersegurança e inteligência artificial, além de conteúdos exclusivos da GNR.



Figura 136 – Operações conjuntas

3.6.3. EUROGENDFOR

Durante o ano de 2025 Portugal, através da GNR, assumiu a presidência do CIMIN da EUROGENDFOR, coordenando as várias atividades desenvolvidas.

A Presidência Portuguesa da EUROGENDFOR estruturou, pela primeira vez, a execução estratégica da Força através do Plano de Implementação da Estratégia (SIP) 2025-2029, com indicadores de desempenho e dashboard de acompanhamento, modernizou o Tratado de Velsen (nomeadamente os estatutos de Observador e Parceiro) e aprovou documentos estruturantes como o Plano de Comunicação, as normas de identidade visual e uma nova estrutura do Quartel-General Permanente. Em paralelo, institucionalizou novas ferramentas colaborativas, clarificou ciclos de rotação de cargos chave e atualizou o Regulamento de Medalhas, reforçando a coerência interna, a visibilidade externa e a capacidade de governo da organização.

Aguarda Homologação

A Presidência Portuguesa impulsionou a maior expansão organizacional desde a génese da EUROGENDFOR, com a adesão da Lituânia como Membro de pleno direito, a entrada da Finlândia como parceiro e a admissão da Bulgária como Observador.



Figura 137 – Mapa FIEP

Em simultâneo, promoveu um aumento sem precedentes da projeção operacional em missões da UE — 12 missões em 11 países/territórios, com unidades constituídas em EULEX Kosovo, equipas especializadas em Rafah, Golfo da Guiné e Ucrânia, e peritos individuais em vários teatros — reforçou o relacionamento com as instituições da UE e da NATO através de visitas, workshops temáticos e coordenação estreita com o CivOpsCdr, e outras estruturas, e afirmou a EUROGENDFOR como instrumento de excelência para a execução do Pacto Civil de PCSD 2.0, consolidando o papel das forças de tipo gendarmerie como ponte credível entre as componentes civil e militar na gestão internacional de crises contemporâneas.

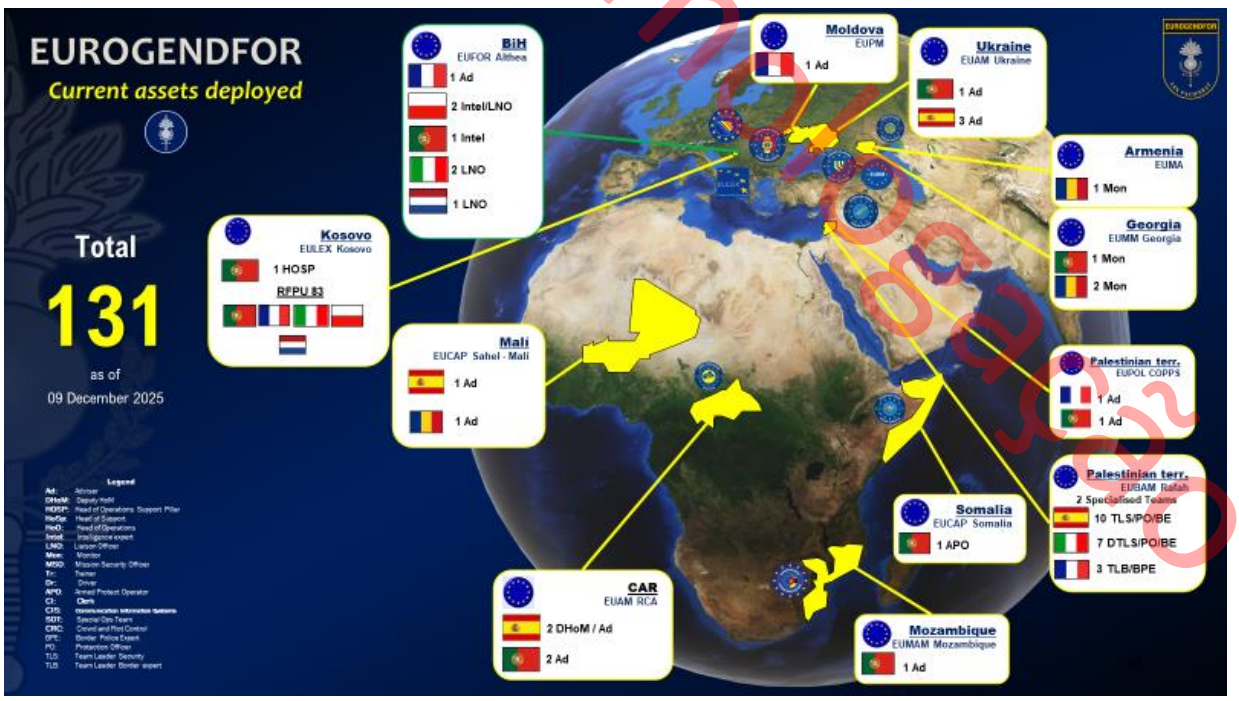


Figura 138 – Mapa EUROGENDFOR

Aguarda Homologação

Ao nível operativo, destaca-se do emprego da GNR sob a égide da EUROGENDFOR, durante 2025, a constituição de duas *Reserve Formed Police Units* que reforçaram a EULEX Kosovo em momentos eleitorais, bem como a projeção de equipas especializadas para a Ucrânia (primeiros socorros psicológicos) e para países do Golfo da Guiné (emprego de UAVs).

A Presidência do CIMIN foi transferida para os Países Baixos durante a reunião final do CIMIN, organizada em 11 de dezembro de 2025 em Cascais, depois de um ano de transformação e consolidação do papel da EUROGENDFOR, com rasgados elogios ao trabalho desenvolvido pela Presidência Portuguesa.

3.6.4. ONU

A GNR continua comprometida no projeto de disponibilização de uma *Rapid Reaction Police Unit* (RRPU) da GNR, para integrar a *Vanguard Capability* da ONU. Esta tipologia de unidade constituída, foi edificada no seio da ONU, por proposta da GNR/Portugal, apresentada em 2019, e consolidada em dezembro de 2022, demonstrando de sobremaneira o prestígio das Forças de Segurança de Portugal, como Instituições de referência, no universo da Componente Policial da ONU.

3.6.5. NATO

No âmbito da NATO *Stability Policing Centre of Excellence* (NATO SP CoE), a GNR participou na reunião do *Steering Committee* da NATO SPCoE, continuando a desenvolver esforços para uma futura adesão enquanto membro, atento o histórico institucional e o prestígio que a GNR granjeia a nível internacional no domínio do *Stability Policing*, nomeadamente, pelo contributo da GNR, através de Forças Constituídas, em Timor-Leste, Iraque, Afeganistão, Bósnia e Herzegovina e no Kosovo.

3.6.6. PROJETO GAR-SI SAHEL

A GNR continua a reafirmar o seu compromisso com o *Projeto Groupes d'Action Rapides - Surveillance et Intervention* au Sahel (GAR-SI Sahel), executado no âmbito do Fundo Fiduciário de Emergência da UE para Estabilização, direcionado para as origens da Migração Irregular e Deslocados em África. O Projeto foi implementado por um consórcio europeu, desde 2016, no qual participam Espanha, França, Itália e Portugal, através da GNR.

O GAR-SI Sahel visa contribuir para a estabilização e segurança das populações da região do Sahel (Burkina Faso, Mauritânia, Mali, Níger, Chade e Senegal), inclusive em zonas remotas e transfronteiriças, como condição prévia para o seu desenvolvimento socioeconómico sustentável. Pretende-se, assim, reforçar as capacidades operacionais das autoridades policiais daquela região, melhorando o controlo efetivo do território.

A GNR, em 2025, participou com alocação de formadores/peritos, na capacitação das FSS dos países do Sahel, nomeadamente, do Senegal e da Mauritânia:

- Missão no Senegal – 2 peritos Formação Tiro, 21Mar a 06Abr25;
- Missão na Mauritânia – 1 perito de Formação Base, 07 a 21Jun25;
- Missão na Mauritânia – 1 perito Formação Náutica, 13 a 24Out25;
- Missão Mauritânia – 1 Perito Formação Natação, 29Set a 10Out25.

3.7. CARGOS E POSIÇÕES INTERNACIONAIS

Em 2025 a GNR assegurou os lugares de Oficial de Ligação do MAI na REPER em Bruxelas, em Angola, em Espanha, em São Tomé e Príncipe, Timor-Leste, na Argélia, em Moçambique, na Guiné-Bissau, em Marrocos e ainda junto da EUROPOL, em Haia, Países Baixos.

Aguarda Homologação

Além das posições asseguradas como Oficiais de Ligação, destaca-se a presença de Oficiais Superiores, no *European External Action Service* na *Civilian Planning and Conduct Capability Managing Directorate,* na EUROPOL no *European Serious and Organised Crime Centre* (ESOCC), e na REPER em Bruxelas como Conselheiro Técnico no Núcleo de Justiça e Assuntos Internos, e assim como de um Sargento na INTERPOL, como Funcionário Especializado Regional na América Central, em El Salvador. A GNR conta igualmente com um Sargento, na qualidade de Elemento de Ligação do MAI, no Centro de Cooperação Policial em Algeciras, Espanha.

No que respeita aos Oficiais de Ligação das congéneres a desempenhar funções junto da GNR, em 2025 a GNR contou com a presença de um Oficial de Ligação da *Guardia Civil* de Espanha e de outro da *Arma dei Carabinieri* de Itália, incumbidos de facilitar o intercâmbio entre a GNR e as suas congéneres. Esta função contribui para o reforço dos laços de amizade e de cooperação em diversos domínios, tanto no quadro de fóruns multilaterais como através de canais bilaterais.

4. PROJETOS COFINANCIADOS ATRAVÉS DE FUNDOS EUROPEUS

O presente Capítulo pretende agregar as atividades desenvolvidas no conjunto de projetos executados com recurso a financiamento europeu em 2025. Neste desiderato foi dada continuidade aos projetos em curso de anos transatos, bem como à promoção de candidaturas a novas fontes de financiamento.

Em 2025 a GNR encetou ações no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), no Instrumento *L'Instrument Financier pour l'Environment* (LIFE), no Fundo para a Segurança Interna (FSI), no Instrumento de Apoio Financeiro à Gestão das Fronteiras e à Política de Vistos (IGFV) e no Programa INTERREG V-A Espanha-Portugal (POCTEP).

Para melhor consulta dos projetos cofinanciados com participação da GNR, disponibilizamos o seguinte link de acesso: https://www.gnr.pt/Proj_Cofinanciados.aspx

4.1. PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA

Em 2020 foram iniciados os trabalhos para a materialização do PRR, do qual resultou a apresentação, em 2021, da acomodação de 3 medidas inseridas na Componente 8 Florestas.

Neste sentido, em 2021 foi comunicada à GNR a elegibilidade de despesas ao abrigo da componente mencionada, designadamente no âmbito dos investimentos inseridos no RE-C08-i05 – Programa MAIS Floresta.

Posto isto, no decurso de 2023-2025 foram executados material e financeiramente os 3 Contratos de Financiamento firmados entre a SGMAI (Beneficiário Intermediário) e a GNR (Beneficiário Final):

1. Orientação Técnica (OT) N.º 10/C08-i05.01/2022 – Aquisição de 55 viaturas das seguintes tipologias: 10 VLCI, 14 VCOT, 1 VFCI, 4 VTTP e 26 Veículos operacionais híbridos plugin TT;
2. OT N.º 15/C08-i05.01/2022 - Aquisição de Equipamento de Proteção Individual (EPI) florestais;
3. OT N.º 11/C08-i05.01/2022 - Aquisição de diverso equipamento operacional de combate a incêndios rurais - 34 kits de combate a incêndios para veículo ligeiro e ferramentas manuais e mecânicas).

4.2. INSTRUMENTO LIFE

O Instrumento LIFE, tem como escopo a contribuição para a implementação, atualização e desenvolvimento da política e legislação ambiental e climática da UE.

Aguarda Homologação

Neste sentido, em 2025 continuaram em execução 3 distintos projetos do Instrumento mencionado, designadamente:

Projetos Registados	Projetos em execução
LIFE Aegypius - LIFE19 NAT/PT/000931	1
LIFE Wild Wolf - LIFE19 NAT/IT/000448	1
LIFE LxAquila - LIFE19 NAT/PT/000414	1
Total	3

Figura 139 - Síntese dos projetos do Programa LIFE - 2025

4.3. Fundo para a Segurança Interna

O FSI tem por objetivo estratégico contribuir para assegurar um elevado nível de segurança na UE, em especial ao prevenir e combater o terrorismo e a radicalização, a criminalidade grave e organizada e a cibercriminalidade, apoiando e protegendo as vítimas da criminalidade, bem como através da preparação e da proteção contra riscos e crises relacionados com a segurança e a sua gestão eficaz no âmbito de aplicação do Regulamento (UE) 2021/1149 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de julho de 2021.

Ao abrigo desse fundo, em 2025, tiveram em execução 3 Operações:

Projetos Registados	Projetos em execução
PT/2024/FSI/13 - Capacitação da UAF e UI-CIESS	1
PT/2024/FSI/21 - Presidência da EGF	1
PT/2024/FSI/24 - Capacitação da Investigação Criminal da GNR	1
PT/2025/FSI/26 - HELIX - *Hybrid Environmental Landscape Intelligence eXploration*	1
Total	4

Figura 140 - Síntese dos projetos do FSI - 2025

4.4. Instrumento de Apoio Financeiro à Gestão das Fronteiras e à Política de Vistos

O IGFV tem por objetivo assegurar uma gestão europeia integrada das fronteiras que seja rigorosa e efetiva nas fronteiras externas, contribuindo assim para garantir um elevado nível de segurança interna na UE, salvaguardando simultaneamente a livre circulação das pessoas no seu interior e respeitando plenamente o acervo da União aplicável e as obrigações internacionais da União e dos Estados-Membros decorrentes dos instrumentos internacionais de que são partes.

Aguarda Homologação

Neste âmbito, a GNR, no ano de 2025, teve em execução 4 Operações:

Projetos Registados	Projetos em execução
PT/2024/IGFV/12 - Manutenção SIVICC	1
PT/2024/IGFV/13 - Capacitação de RH e Reparação de Infraestruturas	1
PT/2024/IGFV/14 – Coastal Patrol Vessel	1
PT/2025/IGFV/18 – Aquisição de viaturas Schengen	1
Total	4

Figura 141 - Síntese dos projetos do IGFV - 2025

4.5. PROGRAMA INTERREG V-A ESPANHA-PORTUGAL

O programa de cooperação Interreg VI-A Espanha-Portugal foi aprovado para apoio do FEDER, no âmbito do objetivo de Cooperação Territorial Europeia (Interreg) em Espanha e Portugal, para o período de 1 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2027.

Nesse desiderato, a GNR executou o Projeto ATEMPO - Assistência Transfronteiriça de Emergências, que visou o aperfeiçoamento da capacidade de resposta das unidades de emergência transfronteiriças em tempo eficaz face a eventos adversos relacionados com as alterações climáticas e riscos tecnológicos com impacto nos ecossistemas da Eurorregião.

5. GESTÃO INTERNA E DE APOIO OPERACIONAL

A GNR dispôs de recursos financeiros provenientes do Orçamento de Estado, tendo assegurado, na medida das limitações do plafond atribuído, todas as atividades inerentes ao funcionamento dos canais logístico, administrativo e financeiros de suporte a toda a atividade operacional. Adiante, a afetação de RH, financeiros e materiais, será convenientemente aflorada.

6. BENEFICIAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTO

6.1. INFRAESTRUTURAS

O património imobiliário afeto à GNR, em número significativo e disperso ao longo de todo o TN, evidencia níveis de degradação elevados, resultado da ausência de um programa de manutenção de infraestruturas específico e respetiva fonte de financiamento, necessitando assim de intervenções corretivas, que são promovidas pela GNR em função das suas disponibilidades financeiras obtidas através do seu Orçamento anual, de forma a assegurar a intervenção nas situações prioritárias, garantindo as condições em que é exercida a sua atividade, com reflexos substanciais na qualidade e eficácia da sua atuação junto das populações.

Nesta perspetiva, foram realizadas as seguintes intervenções, que constavam no Plano de Atividades da Direção de Infraestruturas (DIE) da GNR durante o ano de 2025:

Aguarda Homologação

UNIDADE /ÓRGÃO	PLANO DE ATIVIDADES DE 2025		REALIZAÇÃO
	DESIGNAÇÃO DA INTERVENÇÃO	VALOR ADJUDICADO C/IVA	VALOR C/IVA
Centro Clínico	Reparação da cobertura e fachadas do Polo do Norte (CTer Porto)	182 836,62€	106 562,16€ (a)
CTer Coimbra	Reparação da envolvente exterior do PTer Arganil	175 753,47€	140 035,12€ (a)
CG/SGG	Inversor CG	35 469,14€	35 469,14€
USHE	Reparação da Cobertura de Edifício da USHE	282 185,74€	282 185,74€
CG/SGG	Reparações Diversas na Cozinha do Comando Geral	51 496,47€	51 496,47€
GIC/UI	Demolição das atuais instalações e trabalhos de construção civil para instalação dos contentores	70 077,87€	70 077,87€
CTer Bragança	Reparação da envolvente exterior do CTer Bragança	288 087,69€	288 087,69€
CARI/UA	Reparação da rede periférica do Quartel do Grafanil	268 017,00€	120 000,99€ (a)(b)
CTer Viana do Castelo	Reparação da envolvente exterior do DTer Valença	293 016,23€	30 127,95€ (a)(b)
CTer Viseu	Reparação das fachadas no Comando Territorial de Viseu	122 176,67€	23 015,94€ (a)(b)
Centro Clínico	Substituição do sistema de fluxo laminar do Bloco Operatório	865 549,18€	101 678,86€ (a)(b)
	TOTAL	**2.634.666,08 €**	**1.248.737,93 €**

a) Execução orçamental em 2025; b) transitou para 2026

Figura 142 - Execução de Empreitadas previstas em Plano de Atividades, realizadas em 2025

Aguarda Homologação

De acordo com a informação disponibilizada pela SGMAI (valores de execução), foram concluídas as seguintes Intervenções e Prestações de Serviços do Plano de Investimentos da medida Infraestruturas do Decreto Lei da Programação das Infraestruturas e Equipamentos das Forças de Segurança e Serviços (DLPIEFSS) do MAI, no decorrer do ano 2025:

UNIDADE /ÓRGÃO	PLANO DE INVESTIMENTOS DA MEDIDA INFRAESTRUTURAS DO DLPIEFSS DO MAI	
	DESIGNAÇÃO DA INTERVENÇÃO	investimento C/IVA
CTER BRAGA	Construção do Posto Territorial de Lordelo	1.452.050,92 €
CTER SANTARÉM	Construção do Posto Territorial de Alpiarça	1.784.107,00 €
CTER PORTALEGRE	Construção do Posto Territorial de Avis	1.371.876,61 €
CTER PORTO	Substituição da cobertura e reparações diversas no Destacamento de Ação Fiscal do Porto da GNR	411.135,67 €
CTER AVEIRO	Reabilitação das instalações do Posto Territorial de Oliveira do Bairro	1.540.918,40 €
	TOTAL	6 560 088,60 €

Figura 143 - Intervenções e Prestações de Serviços concluídas em 2025 (LPIEFSS)

Aguarda Homologação

O quadro seguinte resume o ponto de situação das várias empreitadas da Lei de Programação de Infraestruturas das FSS em 2025:

INTERVENÇÕES EM INFRAESTRUTURAS DLPIEFSS			
GRAU DE EXECUÇÃO	NOVAS INSTALAÇÕES	GRANDES INTERVENÇÕES (REMODELAÇÕES)	MÉDIA INTERVENÇÃO
RECECIONADAS	PTER AVIS PTER ALPIARÇA PTER LORDELO	PTER OLIVEIRA DO BAIRRO	Destacamento de Ação Fiscal do PORTO
EM CURSO	PTER TORTOSENDO PTER POCEIRÃO	DTER CORUCHE PTER CARRAZEDA DE ANSIÃES PTER VILA NOVA DE PAIVA PTER VILA MEÃ PTER MURÇA PTER FIGUEIRA CASTELO RODRIGO PTER VILA VELHA DE RÓDÃO PTER SOUSEL PTER SEVER DO VOUGA	
PREVISÃO DE RECEPÇÃO EM 2026	PTER POCEIRÃO	DTER CORUCHE PTER CARRAZEDA DE ANSIÃES PTER VILA NOVA DE PAIVA PTER VILA MEÃ PTER MURÇA PTER FIGUEIRA CASTELO RODRIGO PTER SOUSEL PTER SEVER DO VOUGA	

Figura 144 – Resumo da Execução da LPIEFSS

6.2. EQUIPAMENTO

Em 2025 foram realizados dois procedimentos aquisitivos relativos ao biénio 2025/2026, destinados à aquisição de 5 000 (cinco mil) Kit´s de patrulheiro e 8 290 (oito mil, duzentos e noventa) bastões extensíveis. A tramitação procedimental teve início em 2025, mas a execução material destas aquisições ficou programada para o ano económico seguinte.

No ano em referência, foram conduzidos diversos procedimentos aquisitivos com o objetivo de manter o material em condições de operacionalidade e garantir que o equipamento que necessitava de modernização, aperfeiçoamento ou modificação, fosse atualizado. Adicionalmente, outros procedimentos foram realizados para potenciar o desempenho operacional dos militares, assegurando o fornecimento de todo o equipamento necessário ao cumprimento das suas missões.

Destaca-se a aquisição de 233 viaturas ao longo de 2025, num valor total de 4 571 485,72 €, que contribuem para colmatar a lacuna de aquisições que ocorreram em 2022 e 2023, apesar das 304 viaturas adquiridas em 2024. Neste contexto, a distribuição das aquisições por tipologia (realizadas em 2025) encontra-se evidenciada na figura seguinte:

Aguarda Homologação

DISTRIBUIÇÃO DE VEÍCULOS				
Tipologia	QUANTIDADE	VALOR (C/IVA)	FONTE DE FINANCIAMENTO	DISTRIBUIÇÃO
VCOT - Veículos de Comando Tático	10	559 650,00 €	PRR	UEPS
TP9 Patrulhamento	18	607 008,78€	DLPIEFSS	Todas as Unidades da GNR
TP4 Radar/Provida	16	401 025,07 €	DLPIEFSS	Todas as Unidades da GNR
TP4 Elétrica Patrulhamento	5	197 375,27 €	DLPIEFSS	Todas as Unidades da GNR
TP 4 Territorial SUV	68	1 997 206,10 €	DLPIEFSS	Todas as Unidades da GNR
Viatura Patrulhamento TT	40	1 684 568,14€	DLPIEFSS	Todas as Unidades da GNR
TP4 Patrulhamento Trânsito	44	1 347 137,18 €	DLPIEFSS	Todas as Unidades da GNR
TP6 Intervenção	10	551 480,4 €	DLPIEFSS	Todas as Unidades da GNR
TP7 Op. Especiais	1	48543,04 €	DLPIEFSS	UI
Patrulhamento 4 binómios	3	138 982,53 €	DLPIEFSS	UI
Patrulhamento 2 binómios	3	83 477,21 €	DLPIEFSS	UI
TP4 CU/IC	9	233 509,32 €	DLPIEFSS	Todas as Unidades da GNR
TP8 Fiscal	5	165 835,85 €	DLPIEFSS	Unidade de Ação Fiscal
Semirreboque Cisterna	1	124 230,00 €	DLPIEFSS	Unidade de Apoio

Figura 145 – Distribuição de veículos

Aguarda Homologação

Além dos veículos apresentados, é de destacar as seguintes aquisições:

DISTRIBUIÇÃO DE EMBARCAÇÕES				
Tipologia	QUANTIDADE	VALOR (C/IVA)	FONTE DE FINANCIAMENTO	DISTRIBUIÇÃO
Lancha Semirrígida de Patrulha (marca SEARIBS, modelo SR580 PATROL)	8	496 368,96 €	DLPIEFSS	CTer Beja CTer Braga CTer Bragança CTer C. Branco CTer Coimbra CTer Lisboa CTer Porto CTer Madeira

Figura 146 – Distribuição de embarcações

DISTRIBUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS				
Tipologia	QUANTIDADE	VALOR (C/IVA)	FONTE DE FINANCIAMENTO	DISTRIBUIÇÃO
Bicicleta elétrica de patrulha com suspensão total (marca KTM, modelo MACINA KAPOHO)	11	50 592,74 €	OEGNR	UEPS
Bicicleta convencional de patrulha (marca KTM, modelo ULTRA)	19	23 161,00 €	OEGNR	USHE
Aquisição de material (caixas) para transporte de animais em veículos	8	43 268,94 €	OEGNR	Todas as Unidades da GNR
Bicicleta elétrica de patrulha com suspensão total (marca SCOTT, modelo PATRON ERIDE 920)	17	66 779,96 €	DLPIEFSS	CTer Aveiro CTer Braga CTer Faro CTer Santarém CTer Setúbal USHE
Bicicleta convencional de patrulha (marca BEECELER, modelo POLLINATOR AL)	67	67 042,88 €	DLPIEFSS	CTer Aveiro CTer Beja CTer Braga CTer C.Branco CTer Coimbra CTer Faro CTer Leiria CTer Lisboa CTer Setúbal CTer V.Castelo CTer V.Real
Instalação de estações de carregamento normal para veículos elétricos da GNR	74	187 133,92 €	OEGNR	Todas as Unidades da GNR

Figura 147 – Distribuição de equipamentos

Aguarda Homologação

7. SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

A atividade operacional da GNR encontra-se hoje totalmente sustentada nas TIC. Mais do que um mero elemento de suporte, esta área adquiriu uma preponderância vital para o funcionamento institucional, assumindo-se como um fator crítico para a eficácia, a continuidade e a modernização dos processos operacionais. A dependência das TIC é transversal a todas as vertentes da missão da GNR, desde a gestão estratégica até à execução tática no terreno, garantindo interoperabilidade, segurança da informação e capacidade de resposta em tempo real.

Neste contexto, durante o ano de 2025, uma grande parte dos esforços desenvolvidos pela DCSI foram canalizados para garantir a sustentabilidade, continuidade e estabilidade dos serviços TIC, assegurando que os sistemas de informação primordiais da GNR permanecem operacionais e seguros. Para tal desiderato, a GNR manteve a dinâmica de renovação da sua infraestrutura física de processamento e de armazenamento de dados, materializada pela expansão das soluções adquiridas em 2024, incrementando a capacidade de resposta dos Sistemas de Informação operacionais em uso na Instituição.

Esses esforços materializaram-se na aquisição de diversos equipamentos e serviços essenciais à sustentação da infraestrutura tecnológica da GNR. Em particular, destacam-se:

- Equipamentos para reforço dos serviços centrais, incluindo a expansão da capacidade de processamento e de armazenamento, num investimento global aproximado de 806 000,00 €;
- Equipamentos de rede, nomeadamente *switches*, pontos de acesso Wi-Fi e respetivas controladoras, com um custo total ligeiramente inferior a 2 860 000,00 €;
- Licenciamento de software utilizado na atividade operacional da GNR, num montante aproximado de 620 000,00 €.

O SIIOP manteve-se como a plataforma nuclear para a gestão de ocorrências policiais, rodoviárias e ambientais, incorporando a possibilidade de georreferenciar vias interditas. Foi alargada a arquitetura do SIIOP, através da criação de um módulo específico, a área da investigação criminal. Através deste último módulo foi incrementada a capacidade de coordenação criminal e sistematização e automatização de fluxos processuais. Foram assim reunidas condições para dar início à interoperabilidade GNR/Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, com o intuito de substituir a atual tramitação processual por uma tramitação totalmente eletrónica, garantindo uma resposta mais eficaz às necessidades do cidadão e da Administração Pública.

Esta evolução refletiu-se igualmente na desburocratização de processos, ao tornar mais simples a sincronização da estrutura orgânica e a gestão de perfis pelo dispositivo. Nesse sentido, o SIIOP consolida a sua resiliência e amplia a capacidade de colaboração com entidades externas, estabelecendo uma base sólida para a troca de informação e fortalecendo a interoperabilidade.

O módulo de Gestão Operacional (SIIOP-GO) foi também otimizado em 2025, evidenciando-se a possibilidade de georreferenciar vias interditas como reforço crucial à atividade de comando e tomada de decisão. Este instrumento passou a oferecer uma visão integrada, oportunamente atualizada e de fácil interpretação sobre as operações em curso, o que melhorou substancialmente o planeamento e a execução de atividades operacionais.

No que diz respeito à interoperabilidade com o Sistema de Informação de Schengen (N.SIS), identificaram-se pontos críticos suscetíveis de melhoria e procedeu-se à atualização do *webservice*, bem como à criação de novos campos e alertas. Dessa forma, obteve-se uma resposta mais eficiente do sistema, contribuindo para uma troca de informações mais célere e fiável.

Outros módulos e sistemas, como a Queixa Eletrónica, Perdidos e Achados ou Contraordenações de Trânsito, revelaram-se funcionais e ajustados às necessidades dos utilizadores, mantendo o foco na proximidade ao cidadão. Em paralelo, o Canal de Denúncia consolidou-se como uma ferramenta essencial de reporte, interna e externamente, preservando a confidencialidade e fomentando a cultura de transparência.

De forma paralela, ao longo do ano de 2025 foram dados os primeiros passos para reforçar a resiliência não apenas dos sistemas de informação, mas também de todos os sistemas de comunicações críticos para a atividade operacional. Nesse sentido, iniciaram-se os estudos de mercado e a identificação de requisitos para a implementação do conceito PACE

Aguarda Homologação

(Principal, Alternativo, Contingência e Emergência) nos sistemas de comunicação da GNR, assegurando ligações robustas entre os vários níveis hierárquicos e garantindo a continuidade da cadeia de comando.

Este trabalho visa dotar a GNR de meios que permitam uma gestão eficaz de incidentes de elevada gravidade e impacto, como o apagão ocorrido em 2025, mitigando o risco de falhas simultâneas e aumentando a capacidade de resposta em cenários extremos.

8. SAÚDE, BEM-ESTAR, ASSISTÊNCIA NA DOENÇA E VETERINÁRIA

Engloba toda a atividade relacionada com a assistência na doença, cuidados de saúde, moral e bem-estar dos militares da GNR, a aquisição de equipamentos para serviços de saúde, de animais e a manutenção desse efetivo.

8.1. SAÚDE

8.1.1. ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELO CENTRO CLÍNICO DA GNR

No plano da atividade desenvolvida pelo Centro Clínico importa relevar a prestação de 48 320 atendimentos (49 118 em 2024), a prestação de 287 consultas do viajante (apoio clínico para missões internacionais). Os 48 320 atendimentos foram distribuídos pelas seguintes especialidades:

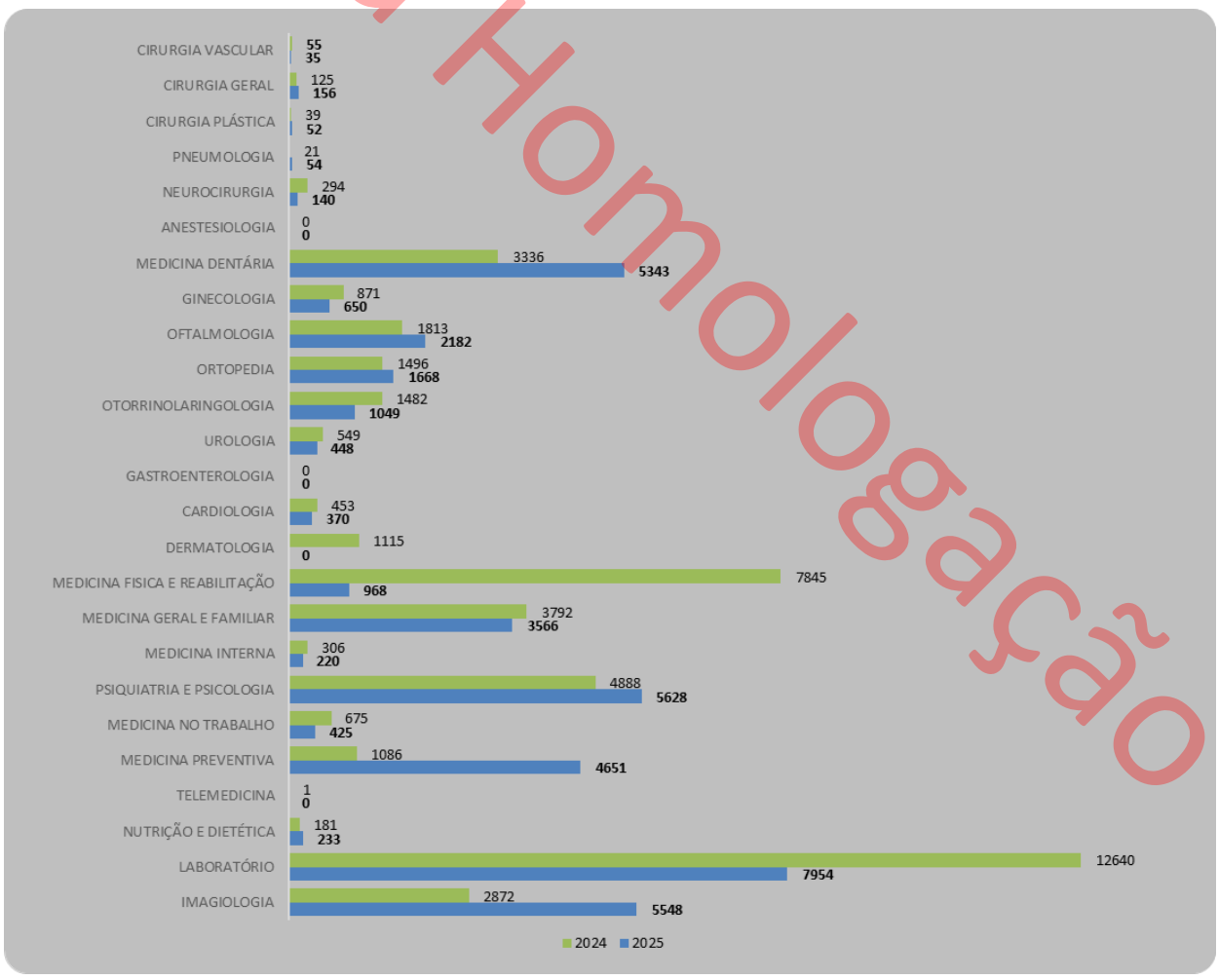


Figura 148 – Atendimentos por especialidade

Aguarda Homologação

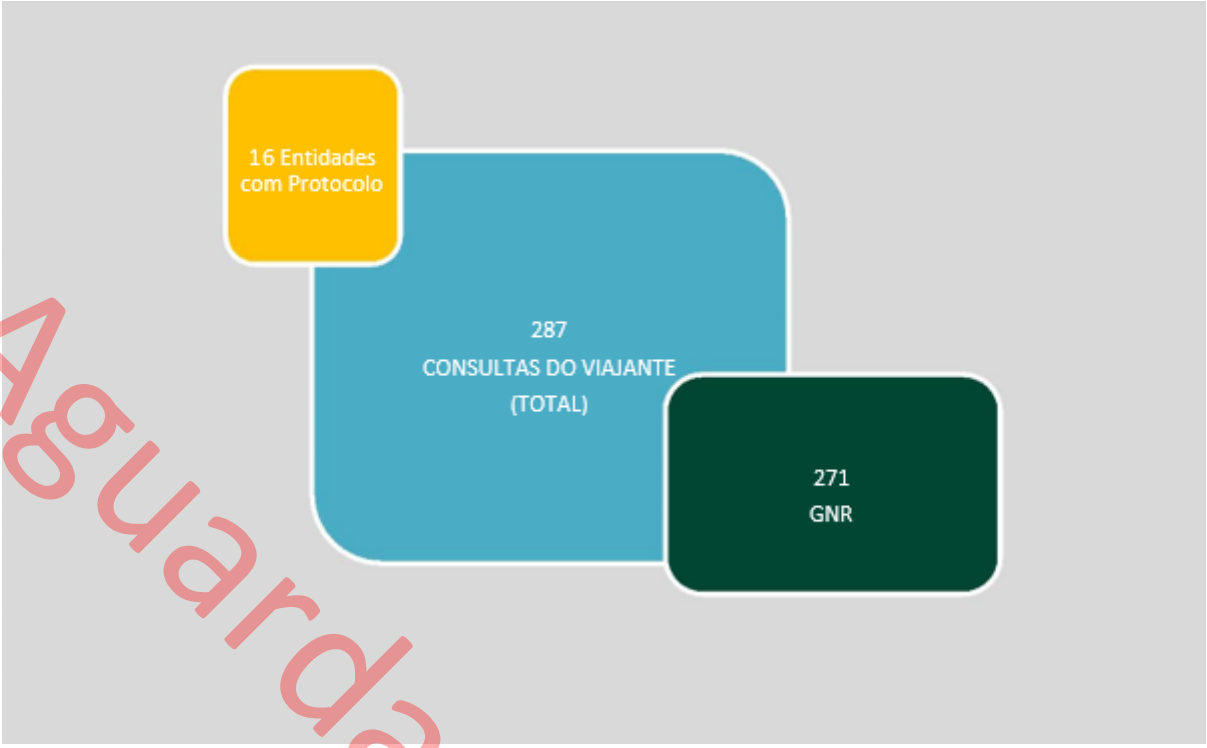


Figura 149 – Consultas do Viajante

Concentrado na sua função primordial, o Centro Clínico tem aumentado significativamente o apoio aos militares da GNR. No capítulo dos investimentos, foram disponibilizados meios financeiros que permitiram uma atualização e modernização do equipamento hospitalar, no valor de 30 181,34 €.

Na área de formação certificada, do Centro Clínico, foram formados 62 militares de diversas Unidades, nas seguintes áreas:

- 32 militares, com o Curso de Primeiros Socorros Psicológicos;

- 4 civis, com o Curso de Primeiros Socorros Psicológicos;

- 32 militares, com o Curso de Suporte Básico de Vida Com Desfibrilhação Automática Externa para leigos.

8.1.2. Atividade desenvolvida no âmbito de Juntas Médicas

JUNTA SUPERIOR DE SAÚDE

A JSS é um Órgão de Conselho que funciona na dependência direta do Comandante-Geral, conforme alínea b) nº. 1 do art.º 26.º da Lei n.º 63/2007, de 06 de novembro, a quem compete julgar o grau de capacidade para o serviço de Oficiais, Sargentos e Guardas que, por ordem do Comandante-Geral, lhe forem presentes, bem como emitir parecer sobre recursos relativos a decisões baseadas em pareceres formulados pelas juntas médicas da GNR (n.º 1 art.º 30.º da sobredita legislação).

No ano de 2025 foram realizadas 142 JSS a que foram presentes 3 369 militares, no sentido de avaliar a sua situação clínica.

JUNTAS DE SAÚDE DE ÁREA

A GNR dispõe de seis Juntas de Saúde de Área (JSA), nomeadamente: JSA-Lisboa; JSA-Porto; JSA-Coimbra; JSA-Évora; JSA-Madeira e JSA-Açores. As JSA dos Açores e da Madeira não se efetuam por não haver médicos em número suficiente (CTer Açores apenas tem 1 médico e CTer Madeira não tem nenhum) para a sua constituição.

Aguarda Homologação

Durante o ano de 2025 foram realizadas 100 JSA, a que foram presentes 2 622 militares assim distribuídos:

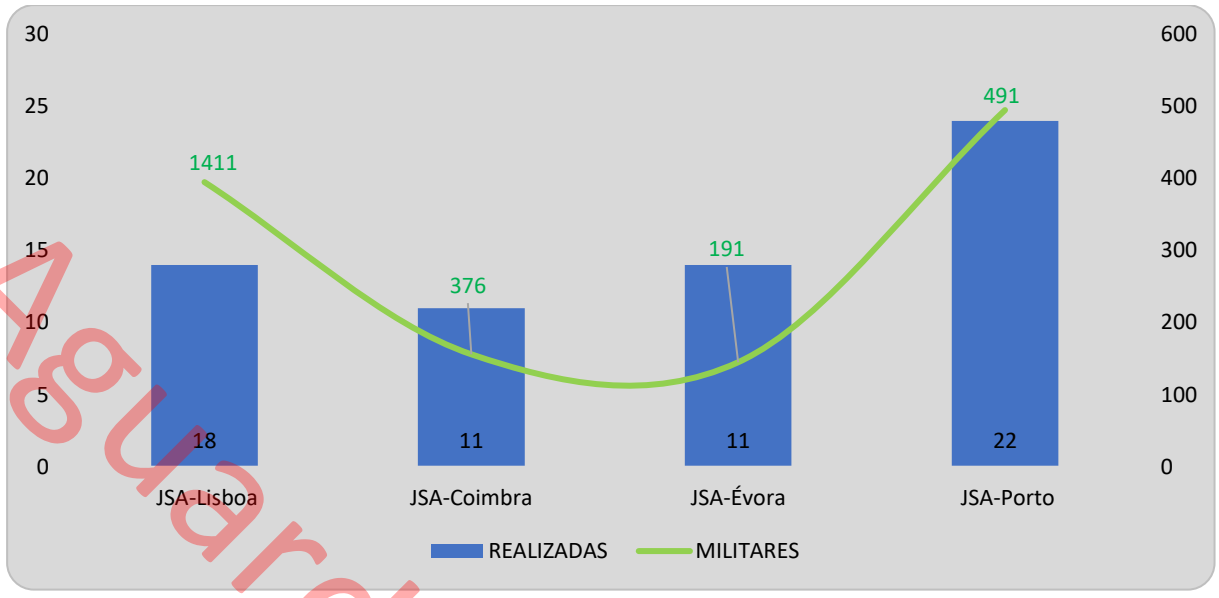


Figura 150 – JSA realizadas

JUNTAS MÉDICAS DE RECRUTAMENTO

No período compreendido entre janeiro e dezembro de 2025 foram avaliados 848 candidatos à GNR em juntas médicas de recrutamento.

JUNTAS MÉDICAS DA CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES

Durante o ano de 2025 e decorrente de acidentes qualificados como "Acidentes ocorridos em Serviço", foram realizadas 23 juntas médicas na CGA tendo sido nomeados 23 médicos para integrar as referidas juntas, às quais foram presentes 258 militares.

8.2. MORAL E BEM-ESTAR

8.2.1. ASSISTÊNCIA NA DOENÇA

O Serviço de Assistência na Doença (SAD) da GNR é o sistema de saúde dos militares da GNR, que tem por finalidade a comparticipação, total ou parcial, dos encargos decorrentes da prestação de cuidados de saúde e tratamento aos seus beneficiários.

De acordo com o regime legal vigente, o beneficiário do SAD/GNR usufrui também dos mesmos direitos que um utente do Serviço Nacional de Saúde, sendo primeiramente utente deste Serviço e em complemento beneficiário do SAD/GNR, podendo ainda recorrer à comparticipação proporcionada pelo regime de benefícios do SAD/GNR. Em síntese e de uma forma geral, a despesa do SAD/GNR pode ser agrupada em duas grandes áreas: o regime convencionado e o regime livre.

8.2.2. REGIME DE BENEFÍCIOS

O regime de benefícios abrange a comparticipação de despesas com a saúde, designadamente com:

- Os cuidados de saúde e atos médicos, prestados em TN e no estrangeiro;
- Os meios de correção e/ou compensação;
- O internamento, incluindo em lares, o apoio domiciliário, os tratamentos termais, a aposentadoria e os transportes.

Aguarda Homologação

8.2.3. BENEFICIÁRIOS DO SUBSISTEMA

Por força das alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 158/2005, de 20 de setembro, na sua redação atual, os beneficiários do subsistema apresentavam, a 31 de dezembro, a seguinte estrutura global:

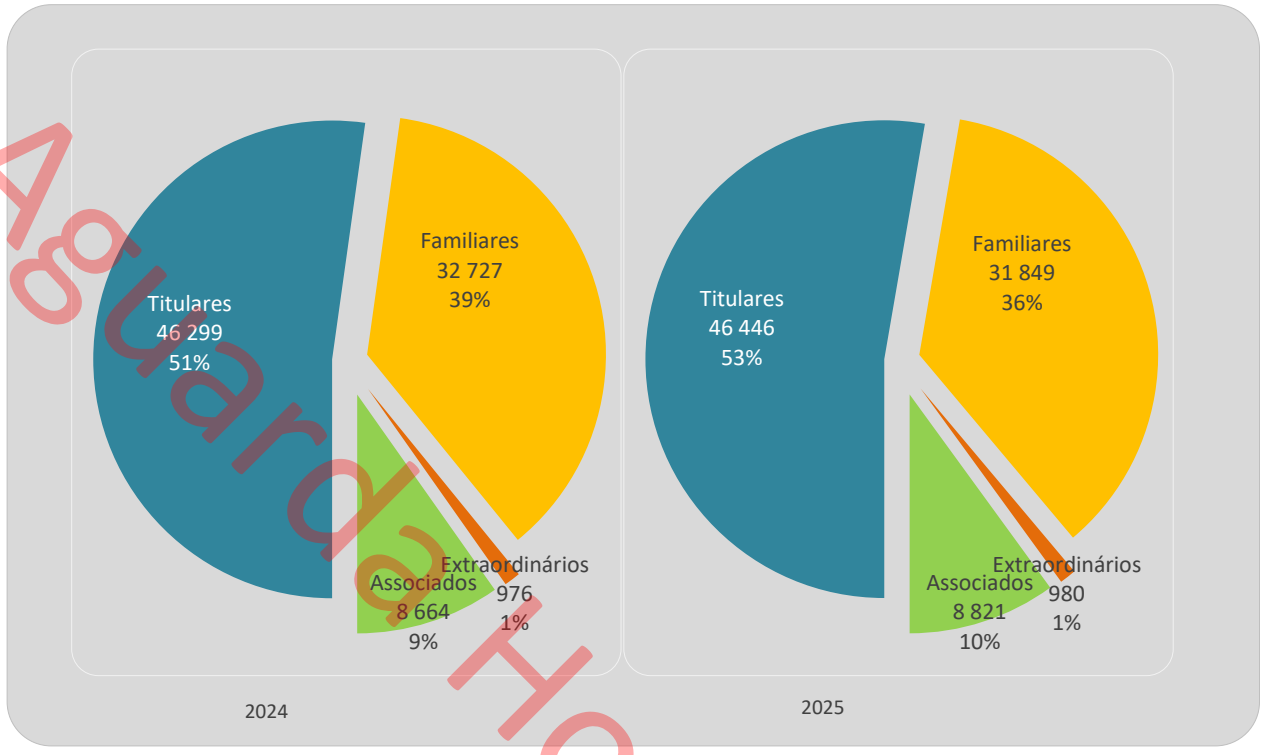


Figura 151 – Beneficiários do subsistema de saúde (por grupos) – SAD/GNR 2024-2025

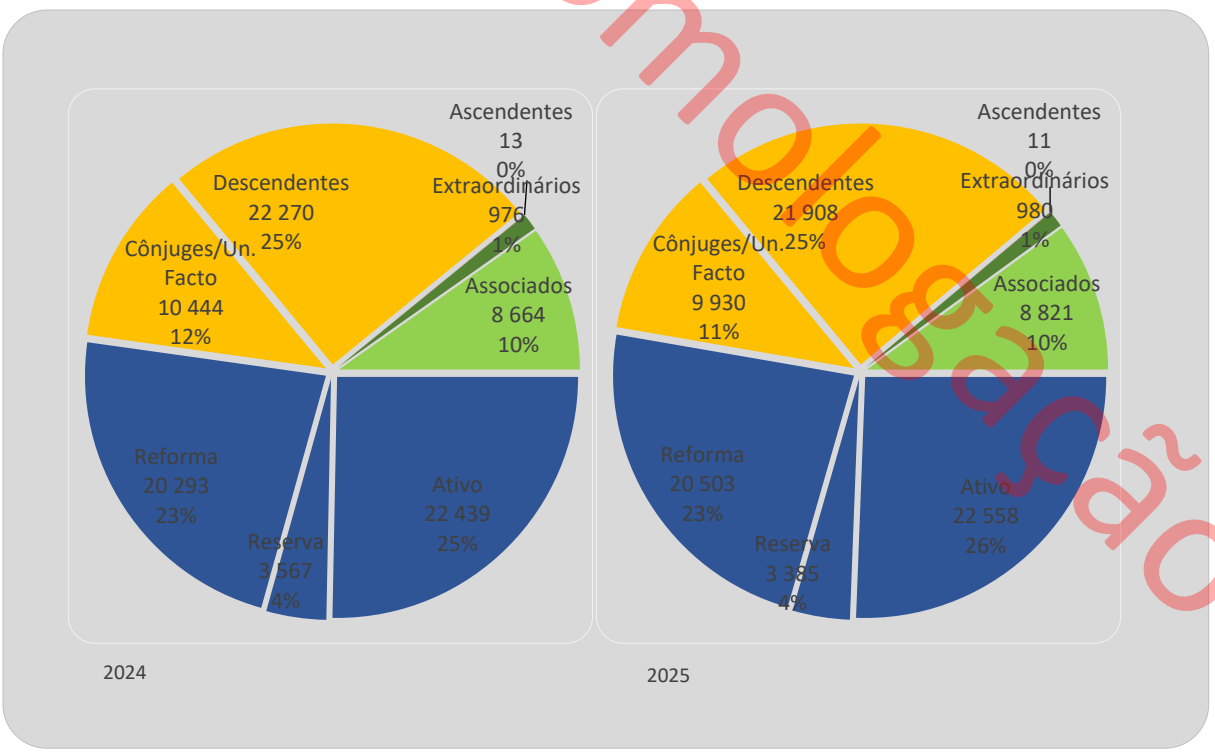


Figura 152 – Beneficiários do subsistema de saúde – SAD/GNR 2024-2025

Aguarda Homologação

Salienta-se que, em 2025, o número de beneficiários descendentes foi inferior ao número de beneficiários titulares no ativo, sendo que ambos representam 51% do universo de beneficiários. Pelo que se pode verificar, os cônjuges e os titulares na reforma têm também um peso significativo no subsistema. Em relação ao ano transato, constata-se que o número de militares na situação de reserva diminuiu e na situação de reforma teve um ligeiro aumento.

8.2.4. Atividade desenvolvida

No tocante à atividade do SAD/GNR, a GNR garante o controlo dos descontos obrigatórios e o direito ao subsistema de saúde, o pagamento da faturação, os reembolsos e a gestão dos benefícios relacionados com a saúde, havendo uma série de procedimentos que dão origem à sua atividade diária:

ELEMENTOS ESTATÍSTICOS DA ATIVIDADE DO SAD/GNR	2025
ENTIDADES CONVENCIONADAS	**1106**
FATURAS RECEBIDAS (RL + RC)	**152 827**
BENEFICIÁRIOS SAD/GNR	**88 096**
AUTORIZAÇÕES PARA TRATAMENTOS DE FISIOTERAPIA	**9 438**
CARTÕES SAD/GNR EMITIDOS	**51 029**
ANÁLISE DE PROCESSOS PARA EMISSÃO DE CARTÃO SAD/GNR	**12 709**
FICHEIROS DE FATURAÇÃO ELETRÓNICA RECEBIDOS	**13 011**

Figura 153 – Dados estatísticos SAD/GNR

NOTA: O número de cartões emitidos apresentou um aumento significativo pois, em 2025, os cartões dos beneficiários titulares, que têm uma validade de 10 anos, foram renovados, uma vez que a sua inscrição no SAD/GNR foi efetuada em 2005, renovaram em 2015 e novamente em 2025.

8.2.5. Rede convencionada

A rede convencionada, atualmente, conta com mais de 1 106 acordos celebrados, ao longo do TN.

8.3. Assistência médico-veterinária ao efetivo

Em 2025, a Divisão de Medicina Veterinária (DMV) sofreu uma reestruturação orgânica, que lhe permite responder com mais celeridade e eficiência aos desafios futuros da medicina veterinária. A criação de centros médico veterinários distintos por âmbito de atuação irá permitir uma melhor autonomia e gestão do pessoal afeto a cada estrutura.

Ao longo de 2025, foi dada continuidade à prioridade estratégica da DMV, que consiste na prevenção da doença e no esforço contínuo de manter um alto padrão sanitário no efetivo animal da GNR.

De realçar a forte aposta na ação formativa dos militares, nos mais diversos cursos, que permitirá uma deteção precoce dos sinais de doença, conhecimento das boas práticas de maneio, a realização de primeiros socorros e uma comunicação clara e objetiva na transmissão desses sinais em situações de urgência e emergência.

De realçar ainda as recomendações médico-veterinárias elaboradas no âmbito do bem-estar animal e a continuação da execução do plano de higiene oral, que muito tem contribuído para garantir a saúde oral e a prevenção de patologias orais do efetivo animal da GNR.

Aguarda Homologação

No plano formativo, para além das diversas formações ministradas, destaca-se o apoio à força congénere da Argélia no âmbito da medicina equina e na formação da parte específica do Curso de Sargentos.

Um Oficial Médico Veterinário da DMV colaborou como membro integrante do GT do Manual de Segurança e Saúde no Trabalho da GNR.

A 31 de dezembro de 2025, a GNR detinha 274 cães (+0,37%) e311 equinos (-0,32%).

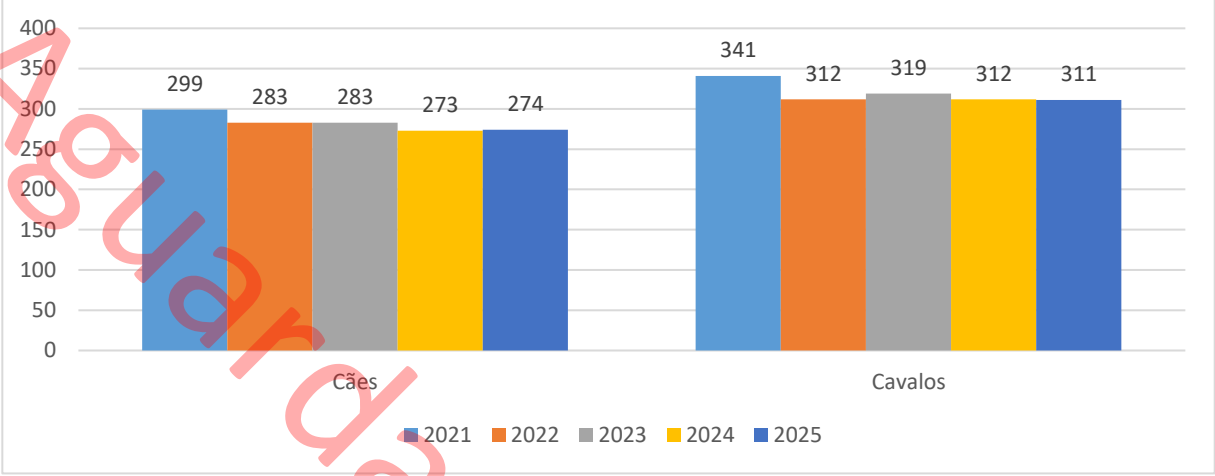


Figura 154 - Efetivo animal da GNR

8.3.1. MEDICINA DO EFETIVO EQUINO

No ano de 2025, foram desenvolvidas ações de medicina preventiva, clínica médica e cirúrgica na área da medicina desportiva, traumatologia, ortopedia, medicina interna e emergencial. Foram também desenvolvidas ações de apoio técnico nas áreas administrativas, operacionais e formação.

Dentro das diversas ações desenvolvidas pode-se evidenciar as mais relevantes:

- Vacinação contra a Influenza Equina e Tétano dos solípedes de fileira e desporto;
- Desparasitação interna dos solípedes;
- Consultas de avaliação da condição corporal e bem-estar animal;
- Consultas de dentisteria equina;
- Realização de visitas técnicas médico-veterinárias às Unidades detentoras de solípedes com a elaboração de propostas de melhoria das condições de bem-estar dos solípedes;
- Apoio médico veterinário aos solípedes durante a atuação em eventos equestres, nomeadamente apresentações da Reprise, Charanga, provas desportivas, Restabelecimento e Manutenção da Ordem Pública, etc;
- Emissão de certificados médicos aos solípedes da USHE que participaram em provas desportivas em Espanha;
- Emissão de medidas de prevenção e controlo de vetores às Unidades detentoras de solípedes, localizadas nas áreas de risco de prevalência do Vírus da Febre do Nilo Ocidental;
- Processos aquisitivos de alimentos para equinos;
- Dois processos aquisitivo de solípedes para a USHE com a realização de exames de pré-compra;

Aguarda Homologação

- Formação ao 6.º curso de operadores siderotécnicos e auxiliares de medicina veterinária;
- Formação ao 44.º curso de Sargentos Ajudantes, na área específica da medicina veterinária;
- Formação aos Cursos Específicos de Cavalaria para Guardas e Oficiais na área da Hipologia, nutrição e bem-estar;
- Formação aos Cursos Treinadores de Equitação Grau I e Grau II;
- Foram desenvolvidas ações de formação em Portugal e na Argélia como um reforço da parceira entre a GNR e a Garde Republicane de Argélia;
- Foi efetuado um estágio curricular de um aluno finalista da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade Lisboa.

Durante o ano de 2025 foram realizadas 1 412 consultas (+41,06%), 197 vacinações (-25,38%) e 224 desparasitações (-31,580%).

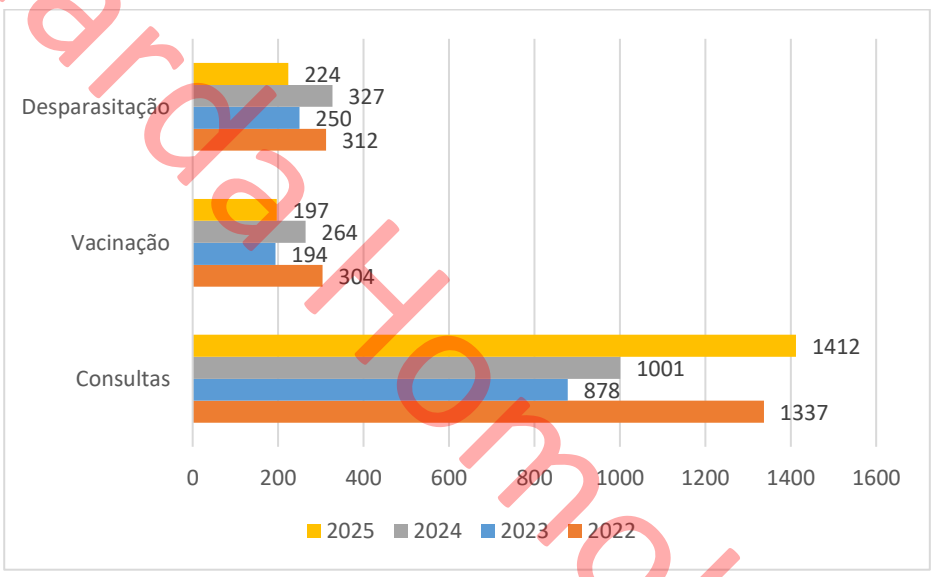


Figura 155 - Consultas e atos profiláticos realizados no efetivo equino

Foram ainda realizadas 3 cirurgias (+50,00%), 11 exames ecográficos (-54,17%) e 168 exames radiográficos (-39,13%).

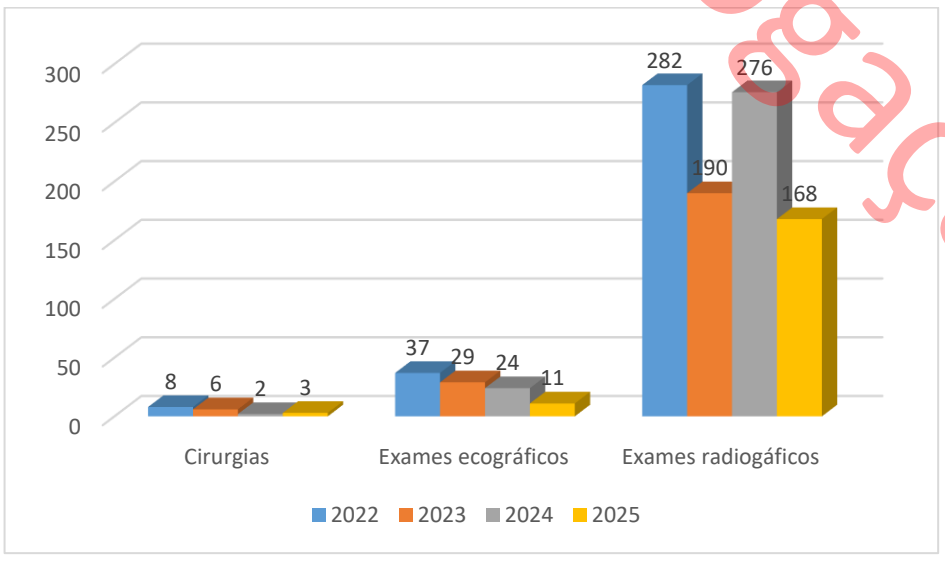


Figura 156 - Cirurgias, exames ecográficos e radiográficos realizados no efetivo equino

Aguarda Homologação

8.3.2. MEDICINA DO EFETIVO CANINO

No ano de 2025, o Centro Veterinário de Canídeos (CVC) manteve a sua atividade clínica e cirúrgica, realizando diversas ações nessas áreas, bem como nas áreas da medicina preventiva, área de apoio à componente técnica e logística, apoio à componente operacional e área formativa.

No campo da medicina preventiva foi realizada uma visita, no primeiro semestre do ano, às secções cinotécnicas do dispositivo. Nestas visitas, foi implementada profilaxia infeciosa (vacinação antirábica e contra a leishmaniose, desparasitação interna e externa anual) e rastreio clínico, no que concerne à avaliação dentária, ortopédica, da condição corporal, instalações e rastreio comportamental dos canídeos.

Por constrangimentos logísticos, a profilaxia infeciosa do segundo semestre não foi implementada nas secções cinotécnicas, tendo sido executada no final de dezembro, apenas nos canídeos do Grupo de Intervenção Cinotécnico (GIC) da UI. Deverá ser realizada nas restantes secções cinotécnicas, no primeiro semestre de 2026.

No âmbito clínico, foram realizadas consultas de avaliação e de seguimento, tendo sido possível detetar lesões e instituir tratamentos adequados de forma mais precoce, e implementar tratamentos inovadores em Medicina Veterinária, no que concerne à utilização de plasma rico em plaquetas, permitindo uma diminuição do tempo de recuperação e garantindo melhor qualidade física no desempenho da atividade operacional.

Na sequência da avaliação das principais alterações comportamentais dos cães, foi dado continuidade à avaliação dos inquéritos de bem-estar, dirigidos aos tratadores cinotécnicos com cães atribuídos, com o objetivo de identificar possíveis dificuldades, e estabelecer intervenções que melhorem o bem-estar dos animais.

No ano de 2025, foram publicados 9 artigos científicos em publicações doutrinárias e livros científicos da área da Medicina Veterinária, decorrente da atividade clínica exercida no CVC, juntamente com outras instituições universitárias, referente a condições, patologias e abordagens terapêuticas instituídas em cães de trabalho:

- Initial psychometric evaluation of the *European Portuguese version of the Lincoln Canine Adaptability Resilience* Scale. PLoS One 20(12): e0339725. https://doi.org/10.1371/journal.pone.0339725;
- *The Combined Application of Intra-Articular Platelet-Rich Plasma Injections and Photobiomodulation Improves Clinical Outcomes in Dogs with Osteoarthritis—Results of a Long-Term, Double-Blinded, Crossover Study*. Vet. Sci., 12, 1025. https://doi.org/10.3390/vetsci12111025;
- *Creation of the European Portuguese version of the Glasgow Composite Measure Pain Scale – short form* (CMPS-SF) *and initial psychometric evaluation*. BMC Vet Res 21, 628 (2025). https://doi.org/10.1186/s12917-025-05072-5
- *Evaluation of methods to reduce exercise-induced heat stress in working Labrador Retrievers. American Journal of Veterinary Research*, 1-8. https://doi.org/10.2460/ajvr.25.06.0228;
- *Evaluation of the effect of photobiomodulation on joint range of motion in dogs. Lasers in Medical Science*, 40, 296. https://doi.org/ 10.1007/s10103-025-04553-1;
- *Small Animal Orthopedic Surgery, Physical Therapy and Rehabilitation. Animals*, 15, 351. https://doi.org/10.3390/ani15030351;
- *Laser Therapy for the Working Dog, In Laser Therapy in Veterinary Medicine: Photobiomodulation, Second Edition*. https://doi.org/10.1002/9781394205356.ch22;
- *Laser Therapy in Veterinary Regenerative Medicine, In Laser Therapy in Veterinary Medicine: Photobiomodulation, Second Edition*. https://doi.org/10.1002/9781394205356.ch36;

Aguarda Homologação

- *Musculoskeletal Disorders and Osteoarthritis, In Laser Therapy in Veterinary Medicine: Photobiomodulation, Second Edition.* https://doi.org/10.1002/9781394205356.ch11.

No ano 2025, o Centro Veterinário de Canídeos desenvolveu as seguintes atividades, no espectro de ação da sua competência técnica:

- Desenvolveu e implementou de alterações ao Caderno de Encargos da aquisição de ração para os canídeos da GNR;
- Incorporação de novos efetivos caninos, realizando avaliação clínica de canídeos provenientes de doações e como membros da Comissão Técnica de Remonta na aquisição de 14 canídeos;
- Consultas pré-viagem e apoio clínico aos canídeos presentes nos módulos formativos dos cursos FRONTEX, realizados na EG;
- Inspeção veterinária de canídeos nas Certificações de Binómios Civis de Busca e Salvamento;
- Participação no exercício EUMODEX25.

Na área formativa, o CVC realizou as seguintes atividades:

- Lecionou na disciplina de Assistência Veterinária e Bem-Estar dos Cursos Cinotécnicos;
- Lecionou a disciplina de Primeiros Socorros e Emergências Veterinárias aos tratadores cinotécnicos a serem projetados no âmbito das missões FRONTEX;
- Participou na "Conference for Heads of Canine Training Centers", da FRONTEX, em Sibiu/Roménia, ministrando palestras referentes aos seguintes temas: "Their Duty, Our responsibility: Ensuring K9 Welfare" e "Fit for Duty: Exercise Strategies and Injury Risk Reduction in Service Dogs".

Durante o ano de 2025 foram realizadas 1 559 consultas (-23,20%), 510 vacinações (-63,52%) e 929 desparasitações (+25,03%).

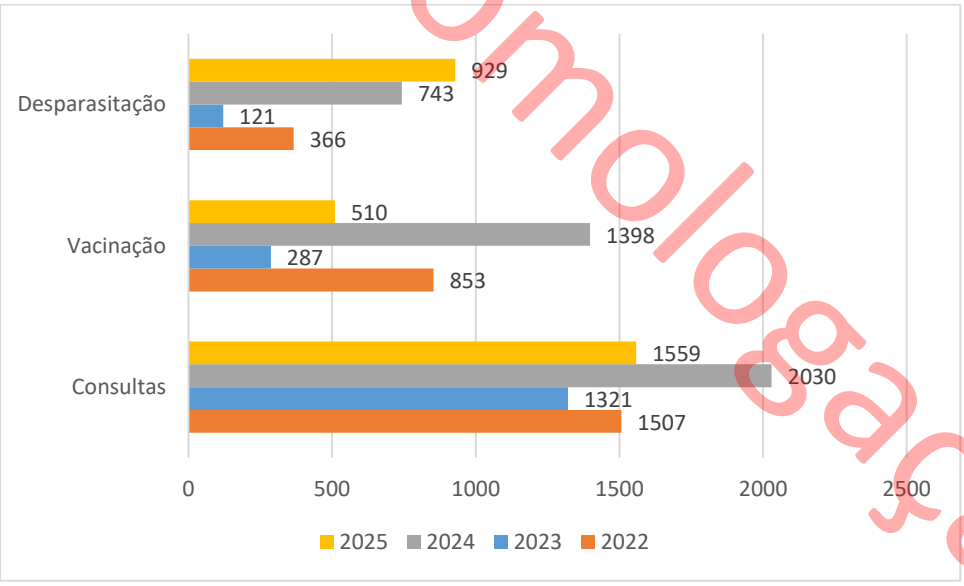


Figura 157 - Consultas e atos profiláticos realizados no efetivo canino

Aguarda Homologação

Foram ainda realizadas 62 cirurgias (-11,43%), 13 exames ecográficos (-35,00%) e 138 exames radiográficos (+0,73%).

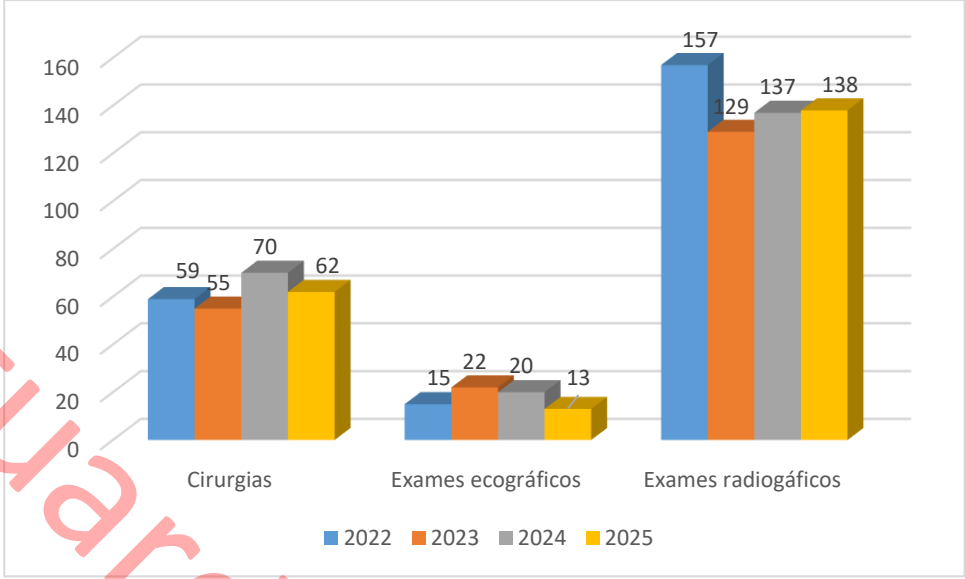


Figura 158 - Cirurgias, exames ecográficos e radiográficos realizados no efetivo canino

8.3.3. HIGIENE E SEGURANÇA ALIMENTAR

O planeamento anual previa a realização de auditorias, no âmbito da Segurança Alimentar para o ano de 2025. Realizaram-se duas auditorias na EG/Queluz e uma auditoria ao Centrode Formação de Portalegre e ao Centro de Formação da Figueira da Foz.

A pedido dos Serviços Sociais foram ainda realizadas auditorias à messe da Costa da Caparica e à de Quiaios.

Aguarda Homologação

9. PROTOCOLOS E GRUPOS DE TRABALHO

9.1. PROTOCOLOS E PARCERIAS

Visando a criação de sinergias fundamentais para a otimização da resposta às mais diversas situações, a GNR, de uma forma bilateral ou multilateral, promoveu a celebração de um conjunto de protocolos e parcerias de colaboração e de cooperação, designadamente com as seguintes entidades, enquadrados segundo o âmbito de atividade:

ÂMBITO/ÁREA	DESCRIÇÃO	ENTIDADES
OPERACIONAL		
PREVENÇÃO CRIMINAL E POLICIAMENTO COMUNITÁRIO	Protocolo celerado entre a GNR e a Direção Geral da Política do Mar (DGPM), com o objetivo de promoção do programa educativo "Escola Azul".	GNR e DGPM
PREVENÇÃO CRIMINAL E POLICIAMENTO COMUNITÁRIO	Protocolo de Cooperação a celebrar com a Fundação MEO, no âmbito do Programa Especial de Policiamento de Proximidade (PEPP) "Apoio 65-Idosos em Segurança".	GNR e Fundação MEO
SEGURANÇA RODOVIÁRIA	Protocolo celebrado de cooperação no âmbito da partilha de informação rodoviária entre a Infraestruturas de Portugal e a GNR".	GNR e IP
FISCAL E ADUANEIRO	Protocolo celebrado, em 10JAN25, a propósito da de implementação do Sistema Eletrónico de Gestão de Informação Processual (SEGIP) no Destacamento de Ação Fiscal de Coimbra. Acordo de Doação celebrado, em 19DEC25, entre a GNR e a Tabaqueira II, S.A, para cedência de 20 computadores portáteis.	GNR, MP, Tabaqueira, outros
IC	Na sequência da forte proliferação de ações de vandalismo, designadamente de furto, roubo e destruição de infraestruturas que integram os ativos técnicos das associadas da PSAT, a GNR celebrou um protocolo de cooperação com vista a melhorar a eficácia e eficiência da resposta institucional aos ilícitos cometidos neste enquadramento.	PSAT
IC	Parceria com o Centro de Emprego e Formação Profissional de Sintra (CEFPS), que materializou a realização de ações de formação profissional, destinadas, essencialmente, aos militares da estrutura de Investigação Criminal.	GNR e IEFP

Aguarda Homologação

9.2. GRUPOS DE TRABALHO

A GNR participou em diversos Comités, Reuniões, Seminários e Grupos de Trabalho de âmbito internacional e nacional, dos quais se destacam os pontos seguintes.

9.2.1. ÂMBITO NACIONAL

ÂMBITO/ÁREA	DESCRIÇÃO
OPERACIONAL	
FISCAL E ADUANEIRO	Participação no Grupo de Coordenação Estratégica com a AT, competindo-lhe assegurar o cumprimento no disposto da Portaria n.º 388/2019, de 28 de outubro, que regula os termos da ligação funcional entre a GNR e o MF, com vista ao exercício da missão tributária que lhe está cometida.
FISCAL E ADUANEIRO	Participação no Grupo de Coordenação Operacional com a AT, competindo-lhe: – A operacionalização das equipas mistas de fiscalização e ainda as de investigação constituídas por despacho do Ministério Público; – A operacionalização da troca de informação, em matéria de fiscalização tributária e aduaneira; – A proposta de difusão e uniformização de procedimentos, bem como a programação de ações de formação entre as partes, nos domínios da fiscalização e da investigação dos crimes tributários (fiscais e aduaneiros); – A proposta de articulação de ações e medidas de sensibilização junto da comunidade; – A decisão sobre todas as questões que se suscitem em matéria operacional e o encaminhamento das demais questões aos serviços competentes.
POLICIAL	Mecanismo Nacional de Controlo de Qualidade: O Protocolo de Instituição do Mecanismo Nacional de Controlo de Qualidade (MNCQ) no âmbito das Fronteiras Externas, Retorno e Cooperação Interagências, assinado pelas várias autoridades que participam na Gestão Integrada de Fronteiras (GIF) no dia 24 de janeiro de 2025, prevê a Instituição de um Mecanismo Nacional de Controlo de Qualidade (MNCQ) que irá monitorizar regularmente todas as componentes e elementos no âmbito da GIF.
POLICIAL	Monitorização do Protocolo EUROSUR: Oficial de Ligação junto do NCC – Visa estabelecer a cooperação e coordenação entre as Partes, a nível operacional, para reforçar e melhorar a gestão integrada de fronteiras, a qualidade do controlo fronteiriço, a cooperação na vigilância da fronteira externa e a integração na análise de risco no controlo fronteiriço.
GERAL	Monitorização da Operacionalização do protocolo de cooperação entre o SSI, PSP, GNR e AT - Visa estabelecer entre as Partes, os princípios de cooperação e coordenação, para a troca de informação e a cooperação estratégica, operacional e tática a nível nacional, regional e local, bem como a colaboração em iniciativas e ações conjuntas no domínio da formação, no âmbito da prevenção e deteção da criminalidade transfronteiriça.
GERAL	Entrada em produção do EES – O presente Memorando de Entendimento tendo como objeto formalizar e definir a cooperação a estabelecer entre as partes outorgantes no âmbito do processo conducente à entrada em funcionamento EES, do ETIAS e a capacidade de dar resposta ao aumento da procura durante os períodos de verão e do natal nos aeroportos e portos marítimos portugueses requer, a par dos investimentos já efetuados e em curso, a cooperação efetiva entre as diversas, designadamente a UCFE/SSI, a SGMAI, a GNR e a PSP.

Aguarda Homologação

ÂMBITO/ÁREA	DESCRIÇÃO
INFORMAÇÕES	Participa e colabora na partilha de informações na Unidade de Coordenação Anti-Terrorismo (UCAT) do SSI, no âmbito da Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo.
INFORMAÇÕES	Participação na Equipa Mista de Prevenção Criminal para a criminalidade violenta, grave e grupal, no âmbito do SSI.
INFORMAÇÕES	Participação no Grupo de Trabalho de Proteção de Infraestruturas Críticas (GTPIC), no âmbito do SSI, no qual se partilha, monitoriza e trabalha toda a informação relativa às Infraestruturas Críticas existentes em Portugal.
INFORMAÇÕES	Participa em reuniões e colabora na Reunião de Segurança Militar, no qual se partilha, monitoriza e trabalha informação relativa à Segurança Militar das FSS e FFAA.
INFORMAÇÕES	Participação, através da integração em Célula de Informações, na Operação realizada pelo CTer Castelo Branco, no âmbito do evento Boom Festival 2025.
PROTEÇÃO DA NATUREZA E AMBIENTE	Participação no Grupo de Trabalho para definição de uma Rede Integrada de Vigilância e Deteção de Incêndios Rurais, que tem por missão Propor um plano de atualização dos sistemas vigentes e de implementação dos novos sistemas de vigilância e deteção de incêndios, com foco nas áreas rurais mais críticas, com identificação de metas, orçamento e fontes de financiamento.
PROTEÇÃO DA NATUREZA E AMBIENTE	Participação no Grupo de Trabalho da rede IMPEL mala de ferramentas com vista ao desenvolvimento de "mala de ferramentas" e sua operacionalização na aplicação de medidas de reposição da legalidade, prevenção e correção de ilícitos, partindo dos procedimentos, práticas e experiência das entidades, ancorado na legislação em matéria de ambiente e ordenamento do território.
PROTEÇÃO DA NATUREZA E AMBIENTE	Participação no Júri Nacional do Programa Bandeira Azul (Comissão Especializada), que visa a avaliação das candidaturas ao Programa Bandeira Azul.
PROTEÇÃO DA NATUREZA E AMBIENTE	Participação na Comissão Técnica de acompanhamento das Águas Balneares, que visa a avaliação e o acompanhamento da aplicação do Decreto-Lei nº 135/2009, de 3 de junho, na sua versão atual, que estabelece o regime de identificação, gestão, monitorização e classificação da qualidade das águas balneares e de prestação de informação ao público sobre as mesmas.
PROTEÇÃO DA NATUREZA E AMBIENTE	Participação nas reuniões da Comissão Técnica de Acompanhamento da Diretiva Lamas, na qualidade de convidado da referida Comissão. Tais diretivas têm por objetivo evitar efeitos nocivos para o homem, para a água, para os solos, para a vegetação e para os animais, aplicando-se à utilização, em solos agrícolas, de lamas de depuração provenientes de estações de tratamento de águas residuais domésticas, urbanas, de atividades agropecuárias, de fossas séticas ou outras de composição similar, dispondo os requisitos de qualidade para as lamas e para os solos, verificáveis através da conformidade das análises requeridas com os valores limite estabelecidos, definindo um conjunto de restrições à utilização das lamas no solo, prevendo ainda procedimentos específicos de aplicação das mesmas e deveres de registo e informação por parte dos operadores de gestão destas, foi criada a referida Comissão de acompanhamento, composta por representantes de diversas entidades.
PROTEÇÃO DA NATUREZA E AMBIENTE	Participação no Grupo de Aplicação da CITES em Portugal. A CITES, também designada por Convenção de Washington, foi assinada em 3 de março de 1973 e entrou em vigor em 1 de julho de 1975, tendo sido aprovada para ratificação em Portugal pelo Decreto n.º 50/80, de 23 de julho. O Decreto-lei n.º 211/09, de 03 de setembro, estabelece as medidas necessárias ao cumprimento e à aplicação da Convenção, em TN, prevendo a constituição de um grupo de aplicação da Convenção que integra representantes de diversas entidades e das autoridades policiais, com vista à coordenação de intervenções no âmbito do controlo da aplicação da CITES. Compete a este Grupo: aprovar medidas de

Aguarda Homologação

ÂMBITO/ÁREA	DESCRIÇÃO
	coordenação de intervenções no âmbito do controlo da aplicação da CITES e dos Regulamentos (CE) n.º 338/97 e 865/2006; Adotar, e rever periodicamente, um plano nacional para a coordenação da aplicação da CITES e dos Regulamentos (CE) n.º 338/97 e 865/2006; promover a celebração de protocolos, memorandos de entendimento ou outros acordos interinstitucionais de cooperação direcionados para a aplicação coordenada da CITES e dos Regulamentos (CE) n.º 338/97 e 865/2006; Promover a coordenação com entidades competentes pela aplicação e fiscalização da CITES e dos Regulamentos (CE) n.º 338/97 e 865/2006 noutros EM da UE ou noutros Estados Partes da CITES; Trocar informações com outros EM da UE ou com outros Estados Partes da CITES sobre sanções em caso de comércio ilegal da fauna e da flora selvagens, a fim de garantir a coerência da aplicação ou a revisão do quadro legal vigente; Estabelecer uma ligação estreita com as autoridades de gestão da CITES e com os serviços de controlo da aplicação da legislação nos países de origem, trânsito e consumo exteriores à Comunidade Europeia, bem como com o Secretariado da CITES, a INTERPOL e a Organização Mundial das Alfândegas, a fim de contribuir para a deteção, dissuasão e prevenção do comércio ilegal da fauna e da flora selvagens mediante o intercâmbio de informações; Promover a realização de atividades de formação e de sensibilização para os serviços e funcionários com competências relacionadas com a aplicação da CITES e dos Regulamentos n.º 338/97 e 865/2006.
PROTEÇÃO DA NATUREZA E AMBIENTE	Participação no Projeto "Life Lx Aquila". O Projeto "Life LX Aquila" visa a preservação da população da Águia-de-Bonelli na Área Metropolitana de Lisboa, desenvolvendo de uma forma periódica e contínua, um trabalho de deteção e prevenção dos casos de envenenamento. A GNR é um dos parceiros beneficiários do projeto.
PROTEÇÃO DA NATUREZA E AMBIENTE	Colaboração com a Sociedade Portuguesa do Estudo das Aves (SPEA) no desenvolvimento dos projetos "*life nature guardians*" que tem por objetivo primordial, minimizar a incidência dos crimes ambientais, através de medidas para uma melhor aplicação da legislação ambiental, para aumentar a informação, melhorar a investigação e o enquadramento legal e para sensibilização de setores específicos e ao nível do projeto "*Bird Life Internacional*" para o desenvolvimento de ações centradas no combate à captura ilegal de aves.
PROTEÇÃO DA NATUREZA E AMBIENTE	Coordenação do grupo *Empact-Environmental crime*, enquanto POC Nacional para a criminalidade ambiental conforme atribuição efetuada no âmbito do Conselho Superior de Segurança Interna.
PROTEÇÃO DA NATUREZA E AMBIENTE	Participação em diversos Projetos do SGIFR, designadamente o Mecanismo de Apoio à Realização de Queimadas, Grupo de Comunicação Portugal Chama, Grupo de Trabalho Operações de Rescaldo e Reacendimentos, Grupo de Trabalho de Apuramento de custos do SGIFR.
PROTEÇÃO DA NATUREZA E AMBIENTE	Projeto PLIS: Plataforma de Interoperabilidade do SGIFR que visa essencialmente criar uma Base de Dados Única na qual entidades públicas (GNR, ICNF, Instituto Português do Mar e da Atmosfera, ANEPC, Estado-Maior-General das Forças Armadas, Direção-Geral do Território, IP, Associação Nacional de Municípios Portugueses, Autoridade Nacional de Comunicações e PJ, outras) e Organizações Privadas possam partilhar dados entre si com certificação de segurança.
DOUTRINA, FORMAÇÃO E TREINO	
PREVENÇÃO CRIMINAL E POLICIAMENTO COMUNITÁRIO	Participação na Equipa Multiforças | V Plano de Ação Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos 2025-2027. Participação na Comissão Técnica de Acompanhamento do V Plano de Ação para a Prevenção e o Combate ao tráfico de Seres Humanos 2025-2027.

Aguarda Homologação

ÂMBITO/ÁREA	DESCRIÇÃO
DOUTRINA	Participação nos grupos de trabalho para desenvolvimento do(a): – Regulamento do Curso de Transmissões, Informática e Eletrónica para Guardas; – Documentação de suporte do Curso de Formador de Tiro; – Regulamento do Curso de Promoção a Capitão – Armas; – Regulamento do Curso de Promoção a Capitão – AdMil; – Regulamento do Curso de Promoção a Capitão – Medicina; – Regulamento do Curso de Promoção a Capitão – Farmácia; – Regulamento do Curso de Promoção a Capitão – Engenharias; – Documentação de suporte do Curso de Investigação Criminal (Sargentos e Guardas); – Documentação de suporte do Curso Digital Forense; – Documentação de suporte do Curso de Abordagem Marítima - VBSS; – Documentação de suporte do Curso de Patrulhamento Ciclo; – Documentação de suporte do Curso de Batedor Moto; – Documentação de suporte do Curso de Operador Siderotécnico e Auxiliar de Medicina Veterinária para Guardas; – Documentação de suporte do TPO - Armas; – Documentação de suporte do TPO - Administração Militar; – Documentação de suporte do Curso de Segurança e Proteção de Infraestruturas – Nível Técnico; – Documentação de suporte do Curso de Segurança e Proteção de Infraestruturas – Nível Gestor; – Documentação de suporte do TPO - Engenharias.
INFORMAÇÕES	Participação no Critical Entities Resilience Advanced Course, da ESCD, que contemplou a troca de experiências, contributos em matéria de resiliência e proteção de Infraestruturas Críticas.
IC	Participação e organização das Reuniões trimestrais da Unidade de coordenação e intervenção conjunta (UCIC), fundadas no Decreto de Lei n.º 81/95, de 22 de abril, que previu a criação de brigadas anticrime e de unidades mistas de coordenação integrando a PJ, a GNR, a PSP e a Direcção-Geral das Alfândegas. Em 07 de outubro de 1996, na sequência da entrada em vigor do decreto lei suprarreferido, foi assinado um Protocolo de Cooperação entre a PJ, GNR, PSP e Autoridade Tributária, com o objetivo de reforçar o combate ao tráfico de droga, estabelecendo sete UCIC's, sendo uma nacional e seis de âmbito regional (Lisboa, Évora, Porto, Coimbra), incluindo as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. As UCIC's foram criadas para agilizarem o processo de intercâmbio de informações relativas a inquéritos de estupefacientes disponíveis a cada OPC, que no concreto momento delas necessitem.
IC	No âmbito da VD, a GNR participa, através da DIC, nos seguintes grupos de trabalho (GT): a. Grupo das 72 horas criado por despacho n.º 8591/2024, de 31 de julho, com várias medidas a implementar no seguimento de queixas pelo crime de VD; onde se englobam: os estatutos de vítima e vítima especialmente vulnerável; a Criação das Redes de Urgência de Intervenção; a monitorização do Auto de Notícia de VD; b. GT Revisão da Ficha de Avaliação de Risco das vítimas de VD; c. GT da Base de dados de Violência contra as Mulheres e VD, criado com o despacho n.º 9054_2021. Com o objetivo de recolher e comunicar dados relativos à violência praticada contra as mulheres e VD. Terá implicações diretas no desenvolvimento do sistema de registo de queixas e a posterior comunicação dos dados à SGMAI, mediante protocolo.

Aguarda Homologação

ÂMBITO/ÁREA	DESCRIÇÃO
IC	Participação no colóquio "drogas sintéticas – riscos, impactos e prevenção", organizado pelo SSI. O evento tem como objetivo fomentar o debate e a troca de experiências entre profissionais e organizações, reunindo os melhores especialistas nacionais e internacionais, que irão analisar tendências, avaliar riscos e discutir estratégias de resposta, em matéria de drogas sintéticas.
IC	Participação no grupo de trabalho coordenado pelo SSI, para a produção do Relatório Nacional de Avaliação do Risco (RNAR). Este relatório estratégico apresenta uma avaliação completa e exaustiva das ameaças de criminalidade grave e organizada com impacto em Portugal. Trata-se de um documento que visa atualizar a comunidade policial, os decisores e o público em geral sobre os desenvolvimentos e a evolução da criminalidade grave e organizada, bem como sobre as ameaças que esta representa, identificando áreas específicas em que a resposta operacional deve incidir.
IC	Participação no Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências, em que foi debatido o Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências 2021-2030, entre outros assuntos.
IC	Participação no Forum Cellebrite, visando a apresentação e demonstração da evolução tecnológica no âmbito das soluções para a identificação, aquisição e processamento de prova digital.

Aguarda Homologação

9.2.2. ÂMBITO INTERNACIONAL

A GNR esteve envolvida em projetos financiados pela UE, mas promovidos por entidades policiais, e participou em fóruns internacionais, conforme a seguir se discrimina:

ÂMBITO/ÁREA	DESCRIÇÃO
OPERACIONAL	
FISCAL E ADUANEIRO	No âmbito do ciclo político da UE, a GNR participa nos projetos EMPACT, na vertente policial coordenados internacionalmente pela EUROPOL e a nível nacional pelo SSI, designadamente na prioridade criminal de "Fraude, crimes económicos e financeiros" e suas subprioridades Criminalidade financeira, branqueamento de capitais e recuperação de ativos (*Criminal Finances, Money Laundering and Asset recovery* – CFMLAR), Fraude Aduaneira (*Excise Fraud*), Fraude intracomunitária (MTIC *Fraud*) e Criminalidade no domínio da propriedade intelectual (PI), contrafação de bens e moeda (IP crime, counterfeit of goods and currencies), cabendo à UAF a representação nacional nesta última junto do SSI, bem como assumindo a função de Co-driver na EUROPOL.
POLICIAL	Participação nos vários grupos de trabalho e no conselho estratégico da associação internacional "RAILPOL", que tem por objetivo intensificar a cooperação policial na Europa no domínio ferroviário, a fim de prevenir ameaças e garantir a eficácia das medidas vigentes contra o crime transnacional.
POLICIAMENTO DE ESPETÁCULOS DESPORTIVOS	Participação no Conselho Consultivo da Autoridade para a Prevenção e o Combate à Violência no Desporto (APCVD). O conselho é responsável por propor a orientação para os trabalhos a desenvolver em matéria de recolha e análise dos dados estatísticos referentes aos ilícitos de natureza contraordenacional em matéria de desporto e validar os respetivos relatórios, bem como elaborar estudos e emitir pareceres quanto ao quadro de coordenação da ação fiscalizadora e aos projetos de regulamentação e outros atos normativos técnicos de aplicação da legislação aplicável.
POLICIAMENTO DE ESPETÁCULOS DESPORTIVOS	Participação no Conselho Nacional para a Integridade do Desporto (CNaID). O conselho é responsável por emitir pareceres sobre o programa nacional para a integridade do desporto, promover a análise e o debate público sobre questões relacionadas com a integridade do desporto, avaliar e acompanhar globalmente as ações formativas, pedagógicas e educativas, e dar parecer sobre propostas de diplomas em matérias relacionadas com a integridade do desporto.
PREVENÇÃO CRIMINAL E POLICIAMENTO COMUNITÁRIO	Colaboração no projeto Victory. É um projeto Europeu com um foco em vítimas de crimes de violência extremista, na prevenção da violência e na adoção de abordagens centradas nas vítimas. É um projeto que quer promover a justiça restaurativa como uma ferramenta essencial para reparar os danos causados por crimes de ódio e extremismo violento e facilitar a reconciliação entre os intervenientes.
PREVENÇÃO CRIMINAL E POLICIAMENTO COMUNITÁRIO	Colaboração no EMPACT OPC OA 7.1: EU-*wide Focus day on domestic burglary*, no âmbito do EUCPN.
POLICIAL	Participação no âmbito das prioridades EMPACT relacionadas com Migração ilegal e Tráfico de Seres Humanos (EUROPOL).
INFORMAÇÕES	Participação na *Protective Security Advisor* (PSA) Team da DG HOME / Comissão Europeia, no contexto de apoio à segurança e proteção de grandes eventos e Infraestruturas Críticas.
INFORMAÇÕES	Participação no *Preventing and Countering Violent Extremism Meeting*, organizado pela EU *Knowledge Hub on Radicalization*, da Comissão Europeia.
INFORMAÇÕES	Participação no *Policy Practice Joint Event on Conspiracy Theories*, organizado pela EU *Knowledge Hub on Radicalization*, da Comissão Europeia.

Aguarda Homologação

ÂMBITO/ÁREA	DESCRIÇÃO
INFORMAÇÕES	Participação no curso CEPOL 70/2025 "*Pan-European Football Security*".
INFORMAÇÕES	Participação no curso CEPOL 33/2025 "*Open-Source Intelligence (OSINT) and IT Solutions - Train the Trainer*".
INFORMAÇÕES	Participação no curso CEPOL 35/2025 "*Darkweb and Currencies – Basic*".
INFORMAÇÕES	Participação no curso CEPOL 46/2025 "*Protection of Public Spaces, Critical Infrastructure Protection and Cyber-Systems*".
INFORMAÇÕES	Participação no curso CEPOL 47/2025 "*Countering the Financing of Terrorism and the Use of Cryptocurrencies*".
INFORMAÇÕES	Participação no *Exchange Programme in Counterterrorism* 2025 – Jordânia.
INFORMAÇÕES	Participação no curso CEPOL online Course 2010/2025/ONL "*Cyber Intelligence*"
INFORMAÇÕES	Participação no curso CEPOL Activity 59/2025 "*Operational Intelligence Analysis - Train the Trainers*".
INFORMAÇÕES	Participação no CEPOL Activity 68/2025 "*Hybrid Threats in the context of ensuring internal security*"
IC	Participação na Plataforma EUROPOL *Platform for Experts*. A Plataforma EUROPOL *Platform for Experts* apoia o intercâmbio de boas práticas para apoiar os peritos das FSS/policiais, autoridades judiciais, Universidades, Empresas Privadas e outras organizações internacionais, dos Estados-Membros da UE e fora da UE que atuam ou contribuem no combate ao crime. Reúne especialistas criminais especializados e diversas áreas dedicados à IC com especial relevo para a prova digital. Nesta plataforma é feita a partilha de conhecimento técnico e permite o acesso a outros projetos em que os militares especialistas podem colaborar no debate e evolução da criminalidade, desenvolvimento e acesso de soluções forenses e partilha de formações especializadas.
IC	Participação no projeto Tools4LEAs, através da vertente IC-Criminalística – Digital e Imagem Forense. O projeto Tools4LEAs, uma iniciativa da EACTDA (*European Anti-Cybercrime Technology Development Association*) com a colaboração do projeto CYCLOPES, visa a realização de testes de desenvolvimento de soluções de software forense para a área digital e imagem forense. O projeto Tools4LEAs visa criar uma estrutura sustentável e de longo prazo que forneça regularmente ferramentas prontas a serem utilizadas a nível operacional pelos profissionais europeus de segurança pública (FSS, institutos forenses e outros), principalmente nas suas investigações digitais.
IC	Participação no *Road Accident Analysis Expert Working Group, do European Network of Forensic Science Institutes*, que teve como finalidade reforçar a integração da GNR nas dinâmicas técnico-científicas europeias no domínio da análise forense de acidentes rodoviários.
IC	Participação online nos eventos *Insights* e *Hangout*, patrocinado pela *Berla Corporation*, com partilha e troca de conhecimentos no âmbito da exploração de dados informáticos dos sistemas de infotainment de veículos automóveis.
IC	No âmbito do ciclo político da UE, a GNR participa nos projetos EMPACT ciclo político 2026 -2029, cujas prioridades foram as seguintes: – EMPACT *The Most Threatening Criminal Networks and Individuals*; – EMPACT *Cyber-attacks*;

Aguarda Homologação

ÂMBITO/ÁREA	DESCRIÇÃO
	– EMPACT *Cannabis, cocaine and heroin*; – EMPACT *Synthetic drugs and New psychoactive substances* (NPS); – EMPACT *Online fraud schemes*; – IEMPACT *Excise and Customs fraud*; – EMPACT *Intellectual property* (IP) *crime, Counterfeiting of goods and currencies*; – EMPACT *Value-added tax* (VAT) *and missing trader intra-community* (MTIC) *fraud*; – EMPACT *Online Child Sexual Exploitation*; – EMPACT *Migrant Smuggling;* – EMPACT *Trafficking in human beings;* – EMPACT *Environmental Crimes*; – EMPACT *Firearms and explosives crimes*.
IC	Participação em reunião técnica no âmbito do projeto CYCLOPES, através da vertente IC-Criminalística – Digital Forense. O projeto CYCLOPES visa associar o interesse comum países da UE na área da investigação forense e pretende fazer face aos desafios dos dias de hoje no combate ao crime, explorando dificuldades operacionais identificadas nos EM, identificando prioridades e desenvolvendo propostas de solução para ultrapassar as dificuldades e desafios existentes, através da cooperação entre a indústria forense e a academia, desenvolvendo a uniformização, certificação ou acreditação de laboratórios e/ou soluções forenses, normalização de processos de investigação, formação, recolha e obtenção de prova digital.
IC	Participação no "ENLETS Joint TIGs Meeting", realizado em Valência, entre 6 e 9 de maio de 2025. O evento integrou o *Counter Unmanned Aircraft Systems Technology Interest Group* e reuniu peritos europeus para partilha de práticas e alinhamento de prioridades no domínio tecnológico da segurança pública. A participação incidiu na utilização operacional e forense de drones, na extração e análise de dados digitais associados a UAS, na interoperabilidade entre Forças de Segurança e na resposta a ameaças tecnológicas emergentes.
IC	Participação na formação *Advanced Digital Forensic Investigation course* com formandos da estrutura Digital Forense da Investigação Criminal, que se realizou em Lisboa, sobre a égide do *European Cybercrime Training and Education Group* (ECTEG) de 24 a 28 de novembro 2025.
IC	Participação no "*Congresso de Reconstrucción de Accidentes de Tráfico*", realizado em Ávila, Espanha, entre 22 e 24 de outubro de 2025, subordinado ao tema "*La importancia del dato*". O evento teve como foco o papel do dado técnico e digital na reconstituição, na integração de múltiplas fontes de informação, na discussão dos limites técnicos e jurídicos da prova pericial e na divulgação de técnicas, equipamentos e software aplicáveis.
IC	Participação no *European Network of Forensic Science Institutes* (ENFSI) "*Forensic Information Technology Working Group*" como membro convidado. A ENFSI tem como missão melhorar o intercâmbio de informações no domínio das ciências forenses, melhorando a sua qualidade na Europa. O *Forensic Information Technology Working Group* tem como missão desenvolver e promover nos laboratórios membros a disciplina de tecnologias de informação forense, cultivar a cooperação com outros grupos de trabalho, estabelecer padrões de qualidade em todos os aspetos das tecnologias de informação forenses e partilhar a melhores práticas e técnicas na área das tecnologias, nomeadamente na análise de dados informáticos, nos aspetos técnicos das investigações na Internet e no exame e dispositivos eletrónicos.

Aguarda Homologação

ÂMBITO/ÁREA	DESCRIÇÃO
PROTEÇÃO DA NATUREZA E AMBIENTE	Participação no "*Pollution Crime Working Group-Interpol*", que tem por objetivo sensibilizar os Governos para a problemática dos crimes de poluição, para a necessidade de produzirem legislação adequada e adotarem ações e medidas preventivas e de combate a este tipo de ilícitos ambientais.
PROTEÇÃO DA NATUREZA E AMBIENTE	Participação no "*Wildlife Crime Working Group-Interpol*", que tem por objetivo a promoção de ações e medidas preventivas e de combate a este tipo de ilícitos ambientais.
PROTEÇÃO DA NATUREZA E AMBIENTE	*Task Force to Counter Forestry Crimes in Europe* uma iniciativa que tenta promover a recolhas de amostras para produtos específicos de madeira selecionados importados para a Europa.
PROTEÇÃO DA NATUREZA E AMBIENTE	Participação na Plataforma EnviCrimeNet. A EnviCrimeNet é uma rede informal que junta elementos das Forças de Segurança e outras entidades que trabalham na criminalidade ambiental que cooperam para discutir as melhores práticas para lidar com a criminalidade ambiental, mudanças climáticas, atentados à biodiversidade e o envolvimento no combate ao crime ambiental. Reúne investigadores criminais especializados para trabalhar em atividades baseadas em projetos ao nível internacional, sendo que anualmente é organizada uma reunião que congrega representantes de diversos países que debatem a criminalidade ambiental relacionada com esta temática e tendências futuras.
PROTEÇÃO DA NATUREZA E AMBIENTE	No âmbito do ciclo político da UE, a GNR participa nos projetos EMPACT, na vertente criminalidade ambiental coordenados internacionalmente pela EUROPOL e a nível nacional pelo SSI, assumindo a representação nacional em 18 Ações Operacionais ligadas à criminalidade ambiental.
PROTEÇÃO DA NATUREZA E AMBIENTE	Participação no Programa UNITE da EU que visa a mitigação das redes criminosas que dentro e fora da UE se dedicam ao tráfico de resíduos e vida selvagem protegida.
PROTEÇÃO DA NATUREZA E AMBIENTE	Participação no Programa da EUROPOL, CEPOL e *European Union Agency for Criminal Justice Cooperation* relativo ao aumento da sensibilização e conhecimento das Forças de Segurança.
COMUNICAÇÕES E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	Conferência "*V Edition of Digital Security and Cyber Intelligence Conference* (C1B3RWALL 2025)" 03 a 05 junho.
COMUNICAÇÕES E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	Exercício CIBER PERSEU 25, online e Porto, entre 13 e 16 de outubro25.
DOUTRINA FORMAÇÃO E TREINO	
FISCAL	Participação de Oficial no *Annual Meeting AP Smoke* (EUROPOL) que decorreu na Polónia; Partcipação de Oficial na OLAF *Tobacco Conference* que decorreu na Finlândia; Participação de Oficial no projeto EMPACT na prioridade IPCCGC; Participação de Oficial no projeto EMPACT na prioridade EMPACT MTIC Fraud.
FISCAL	Participação de dois Oficiais, três Sargentos e dois Guardas da UAF, via online, no Curso de *Introducción a los Delitos Economicos e Investigation Patromimial Financeira* – Escuela IBERPOL, de 25AGO25 a 25SET25;

Aguarda Homologação

ÂMBITO/ÁREA	DESCRIÇÃO
	Participação de um Sargento e um Guarda da UAF, no Curso de *Introducción to Covert Method of Entry* (CME)- Introdução de *Métodos de Entrada Encoberta que* decorreu Haarlem - Paises Baixos, de 27OUT25 a 31OUT25;
	Participação de um Sargento e um Guarda da UAF, via online, no Curso AMERIPOL – *La Utilizacion de Los Contenedores Maritimos en el Crimen Organizado Narcotráfico*, *Contrabando y Lavado de Activos – Aspectos Legales y Técnicos Contentadores Escuela* IBERPOL, de 15SET25 a 19SET25;
	Participação de um Oficial da UAF, via online, no Curso *Introducion Crimen Organizado*, *Escuela* IBERPOL de 02OUT25 a 02NOV25;
	A los Delitos Economicos e Investigation Patromimial Financeira – Escuela IBERPOL, Hague, Países Baixos, de 25AGO25 a 25SET25;
	Participação de um Guarda da UAF, via online, no IV Curso de Inteligência de *Fuentes Abiertas da Escuela* IBERPOL, de 17NOV25 a 17DEC25.
FORMAÇÃO	Participação de um Oficial da DD/CDF no "SQF-MILEG Meeting'' do Colégio Europeu de Segurança e Defesa.
POLICIAL	PROTOCOLO ESCOLA AZUL: Tem por objetivo promover o programa educativo "Escola Azul", o qual visa fortalecer a colaboração entre as instituições e a comunidade escolar, numa abordagem integrada para a sustentabilidade dos oceanos.
INFORMAÇÕES	Participação de um Oficial e um Sargento no Curso de Gestão de Fontes Humanas da Polícia Judiciária.
INFORMAÇÕES	Participação de um Sargento e dois Guardas no Curso de Análise de Informação Criminal.
INFORMAÇÕES	Participação de um Sargento no Curso de Operações HUMINT do Exército. Participação de um Oficial no *TRAINING COURSE ON "COMBATING CYBERCRIME*", em Caserta, Itália.
INFORMAÇÕES	Participação de Um Oficial e dois Sargentos no Curso de Segurança Militar do Exército.
INFORMAÇÕES	Participação na HRSN, em apoio à presidência (GNR/UI), no âmbito dos trabalhos desenvolvidos no WG1 – *Risk Assessement Methology*.
INFORMAÇÕES	No âmbito de programa da UNODC, foi ministrada formação às Forças e Serviço de Segurança de Moçambique, em Segurança e Proteção de Infraestruturas Críticas.
IC	Participação de militar da IC-Criminalística (digital forense) na ação de formação "ECTEG *DECRYPT Course*", promovida pela ECTEG (*European Cybercrime Training and Education Group*) que decorreu na República Checa, de 15 a 19 de setembro.
IC	Participação na formação CEPOL *Online training activity* - 2015/2025 "*Facial Image Comparison and Facial Recognition Systems*", que decorreu entre 03 e 14 de novembro de 2025, através da plataforma LEEd CEPOL, que teve como objetivo dotar os formandos de conhecimentos básicos e avançados no domínio da comparação e identificação de imagens faciais e do contexto jurídico e ético que envolve a aplicação de sistemas de reconhecimento facial (FRS) na aplicação da lei.

Aguarda Homologação



Aguarda Homologação

GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

PELA LEI E PELA GREI



Aguarda Homologação

Capítulo V

Recursos Disponíveis

V. AFETAÇÃO REAL E PREVISTA DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS

1. GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

1.1. RECURSOS HUMANOS

A GNR tem, ao seu serviço, pessoal militar e civil. Os militares da GNR dispõem de um estatuto próprio, o Estatuto dos Militares da GNR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 30/2017, de 22 de março. Conforme se dispõe no artigo 19.º da LOGNR, os militares da GNR estão sujeitos à condição militar, nos termos da Lei de Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar. Da condição militar decorrem as restrições ao exercício de certos direitos, liberdades e garantias, que vigoram igualmente para os militares das FFAA, nos termos da Lei de Defesa Nacional e da Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas. Ao pessoal civil ao serviço da GNR, é aplicável a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com as alterações introduzidas até ao Decreto-Lei n.º 13/2024, de 10 de janeiro.

Os militares da GNR agrupam-se, hierarquicamente, nas seguintes categorias, subcategorias e postos:

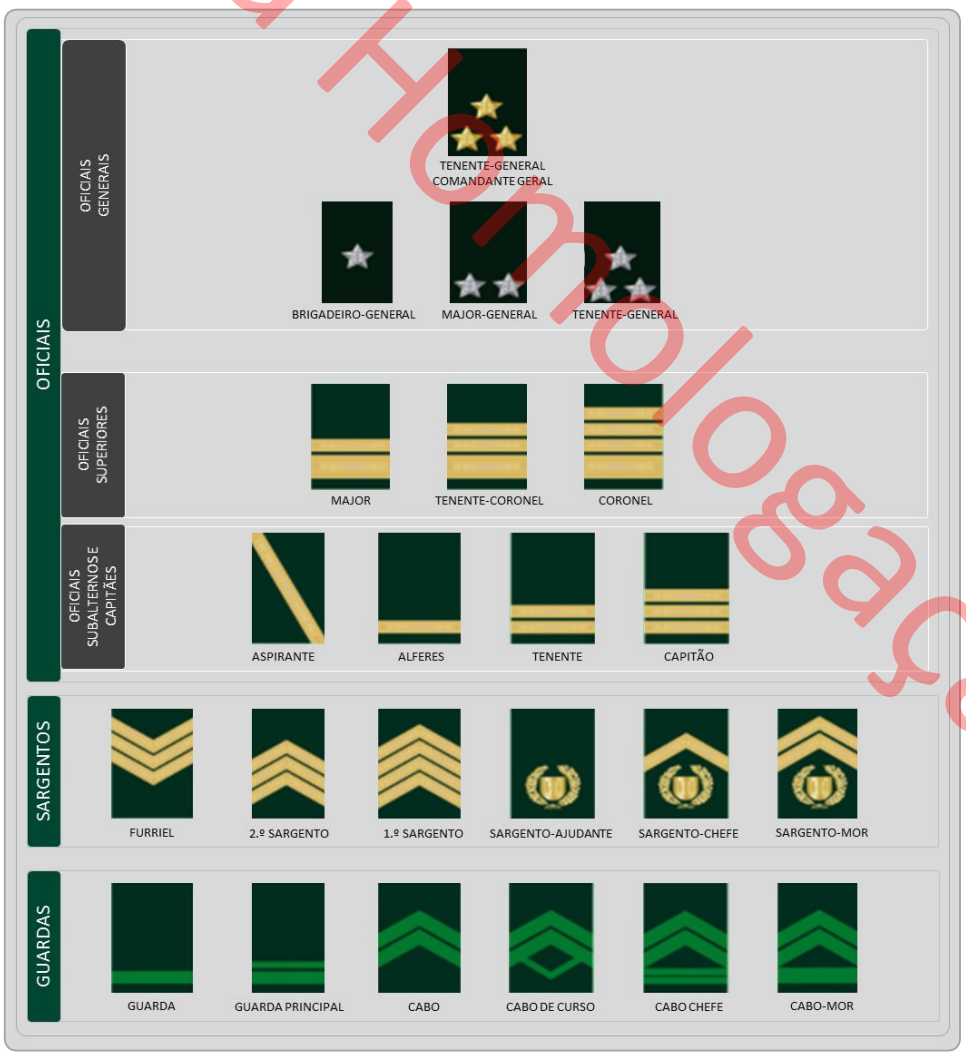


Figura 159 – Categorias, subcategorias e postos dos militares da GNR

Aguarda Homologação

A situação de pessoal militar e civil, seguidamente apresentada, tem por referência o Mapa de Pessoal Militar (MPM) da GNR e o Mapa de Pessoal Civil (MPC) da GNR para o ano de 2025, aprovados por Despachos de Sua Excelência a MAI, de 09 de agosto de 2024.

A GNR, em 31 de dezembro de 2025, apresenta 23 449 efetivos com dados relativos a SIOE, na situação de ativo entre o seu pessoal, sendo uma Instituição marcadamente constituída por militares, 22 736 (849 oficiais, 2 377 sargentos e 19 505 guardas, e 5 Oficiais das FA) e 713 civis.

Acresce ainda 25 trabalhadores em regime de prestação de serviço na modalidade de contrato de avença, que para o efeito não são contabilizados no MPC GNR, em virtude de não consubstanciarem trabalho subordinado.

Em 2025, regista-se um saldo negativo de 131 efetivos globais, assistindo-se, assim, à continuação da tendência ocorrida já em 2024. A GNR sofreu uma diminuição do seu efetivo fruto, em particular, do decréscimo substancial das novas entradas em quantitativo inferior ao das saídas efetivadas.

Numa análise mais fina, em 2025, a GNR regista um saldo negativo de 131 efetivos globais (menos 131 militares, mas mantém o número de trabalhadores civis). Salienta-se a dificuldade ao nível do recrutamento e seleção em preencher os lugares previstos e não ocupados do MPM GNR. No que concerne aos postos de trabalho previstos e não ocupados do MPC GNR, e após esgotar todos os instrumentos de mobilidade interna sem sucesso, não se obteve autorização para o recrutamento externo.

É, simultaneamente, preocupação o défice de cerca de 5 510 efetivos militares, na situação de ativo na estrutura orgânica da GNR, face aos lugares orgânicos na referida situação, previstos no MPM GNR 2025, e o défice de 829 postos de trabalho previstos e não ocupados, face ao MPC GNR 2025, com que a GNR se debate. Evidencia-se, desta forma, que o movimento de entradas/saídas (turnover) e a reposição do referido efetivo de alguns anos a esta parte não tem sido em número suficiente.

Em 2026 ingressarão, previsivelmente, no MPM GNR, 687 efetivos provisionais (37 alferes e 650 guardas), o que se espera que possa inverter a perda de efetivos que se tem observado nos últimos anos.

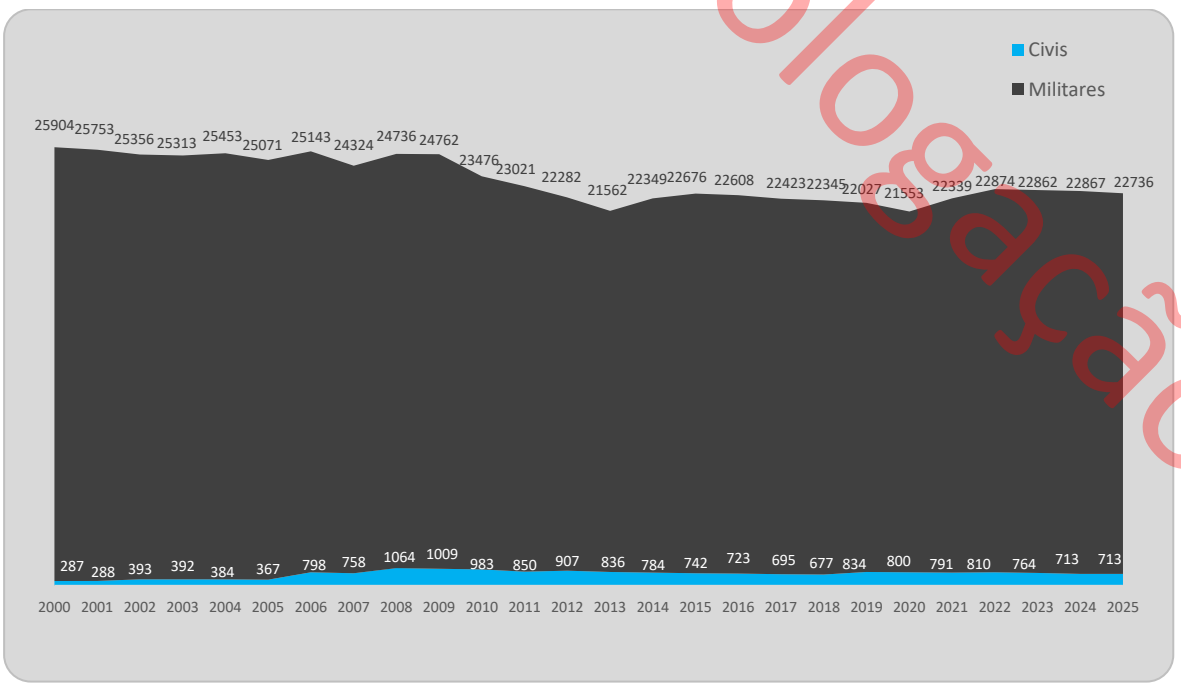


Figura 160 – Evolução dos RH entre 2000 – 2025

Aguarda Homologação

Como se pode constatar da análise ao quadro supra, em particular no efetivo militar, não se observa a manutenção da tendência crescente verificada em 2021 e 2022, resultando num afastamento dos níveis de efetivo militar desejáveis e já alcançados em anos anteriores (designadamente entre 2000 e 2009), mantendo-se o decréscimo observado em 2023 e 2024.

Em 2025, foi mantido o normal desenvolvimento das carreiras no que se refere a progressões e valorizações remuneratórias. Para o efeito, foi proferido em 28 de outubro de 2025 o despacho prévio favorável dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da administração interna, a autorizar as mudanças de categoria ou posto na GNR, em lugares disponíveis para promoção relativos aos anos de 2025 (quantitativo máximo de 2 683 militares a promover).

Reforça-se o carácter fundamental que revestem os procedimentos promocionais, por forma a garantir o bom funcionamento da GNR através, nomeadamente, da promoção dos seus militares ao posto imediato, não defraudando as expetativas legítimas dos mesmos e possibilitando o provimento dos lugares e cargos constantes da respetiva orgânica das suas unidades, estabelecimentos e órgãos por militares com o posto que legalmente lhes corresponde e, consequentemente, a rotatividade dos próprios militares pela estrutura geral.

De seguida apresenta-se o quadro infra, o qual diz respeito às promoções efetuadas em 2025, referentes ao próprio ano, e anos anteriores:

CATEGORIAS	PROMOÇÕES DE ANOS ANTERIORES	PROMOÇÕES DE 2025	TOTAL
OFICIAIS	182	115	297
SARGENTOS	290	400	690
GUARDAS	702	1353	2055
CARREIRA FLORESTAL	0	0	0
TOTAL	1 174	1 868	3 042

Figura 161 – Promoções em 2025

No que concerne ao processamento de vencimentos, o mesmo teve necessidade de ser adaptado às alterações legislativas decorrentes da Lei n. º 45-A/2024, de 31 de dezembro (Orçamento de Estado para 2025), assim como, à alteração da base remuneratória e atualização dos valores das remunerações e ajudas de custo, conforme estabelecido na Lei nº 01/2025, de 16 de janeiro.

Atualização da componente fixa do suplemento por serviço e risco nas Forças de Segurança para 2025, decorrente do Decreto-Lei nº 50-A/2024, de 23 de agosto. Alteração das diferentes estruturas remuneratórias aplicáveis aos trabalhadores médicos integrados na carreira especial médica, nos termos do Decreto-Lei nº 46/2025, de 27 de março. Atualização da comparticipação de fardamento, conforme Índice do Preço no Consumidor (IPC), nos termos do Decreto-Lei nº 298/2009 de 14 de outubro.

Em 2025 registaram-se 7 401 alterações de posicionamento remuneratório referentes ao efetivo de pessoal militar, estando as mesmas subdivididas em dois tipos de alteração distintos. Por um lado, foram operadas 6 089 alterações de posicionamento remuneratório por acumulação dos pontos necessários ao abrigo do RADMGNR e por outro foram operacionalizadas 1 312 alterações de posicionamento remuneratório por força da aplicação do Decreto-Lei n.º 75/2023, de 29 de agosto.

Aguarda Homologação

No ano de 2025, no que concerne à avaliação do pessoal civil da GNR, registaram-se 220 alterações de posicionamento remuneratório, estando as mesmas subdivididas em dois tipos de alteração distintos. Por um lado, foram operadas 26 alterações de posicionamento remuneratório por acumulação dos pontos necessários ao abrigo da LTFP e por outro foram operacionalizadas 194 alterações de posicionamento remuneratório, por força da aplicação do Decreto-Lei n.º 75/2023, de 29 de agosto

No que concerne a prémios de desempenho, em 2025 houve lugar ao pagamento de 775 prémios de desempenho a pessoal militar, relativos ao ciclo avaliativo de 2024, sendo que relativamente ao pessoal civil, decorrente da concretização do biénio 2023/2024, houve lugar ao pagamento de 45 prémios de desempenho.

1.2. ATIVIDADES CONEXAS À GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

1.2.1. SAÚDE E BEM-ESTAR

Este ponto engloba toda a Atividade relacionada com a assistência na doença, cuidados de saúde, moral e bem-estar dos militares da GNR e a aquisição de equipamentos para serviços de saúde, já exposta anteriormente.

Nos quadros apresentados consta o conjunto de atividades principais desenvolvidas neste âmbito:

INSPECÇÕES MÉDICAS REALIZADAS (MEDICINA PREVENTIVA)	TOTAL
CURSO PROMOÇÃO OFICIAL SUPERIOR	41
CURSO PROMOÇÃO A CAPITÃO	31
PROMOÇÃO A SARGENTO AJUDANTE	157
CURSO DE PROMOÇÃO A CABO	309
CURSO DE BATEDOR MOTO	12
CURSO DE AUXILIAR DE SAÚDE	23
CURSO DE MANUTENÇÃO DE ORDEM PÚBLICA	44
CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS	18
CURSO DE INTERVENÇÃO RÁPIDA	47
CURSO DE CINOTÉCNIA	24
CURSO DE RESTABELECIMENTO E MANUTENÇÃO DE ORDEM PÚBLICA	21
CURSO DE UNIDADE EMERGÊNCIA PROTEÇÃO SOCORRO	47
CURSO AÇÃO FISCAL	31
CURSO DE PATRULHAMENTO PELOTÃO CICLO	104
CURSO DE BUSCA E RESGATE EM MONTANHA	18
CANDIDATOS AO SIRP (SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA)	6
CURSO DE FORMAÇÃO DE SARGENTOS	139
MOTORISTAS	219
HIGIENE E SEGURANÇA ALIMENTAR	26
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO MILITAR	8
RASTREIO DE MEDICINA PREVENTIVA	2.675
RASTREIO DE MEDICINA DO TRABALHO	639
RASTREIO EOD	75
RASTREIO GRUPO DE INTERVENÇÃO ORDEM PÚBLICA	99
RASTREIO INSTRUTORES DE TIRO	6
RASTREIO UNIDADE EMERGÊNCIA PROTEÇÃO SOCORRO	213
VACINAÇÃO	164
CANDIDATOS PARA CURSO DE FORMAÇÃO DE GUARDAS	711
TOTAL	**5 907**

Figura 162 – Inspeções Médicas Realizadas (Medicina Preventiva)

Aguarda Homologação

ALGUNS EXAMES COMPLEMENTARES EFECTUADOS	TOTAL
ELECTROCARDIOGRAMA DE 12 DERIVAÇÕES	4.989
TESTE DE VISÃO TITMUS	4.984
AUDIOGRAMA	4.984
PROVA DE FUNÇÃO RESPIRATÓRIA	283
AVALIAÇÃO DE PRESSÃO ARTERIAL	4.986
ANÁLISES LABORATORIAIS	4.984
EXAMES IMAGIOLÓGICOS (ORTOPANTOMOGRAFIA, TÓRAX, COLUNA LOMBAR)	2.977
CONSULTA DE ENFERMAGEM	5.293
TELEMEDICINA	81
TOTAL	33 561

Figura 163 – Exames desenvolvidos

1.2.2. JUSTIÇA E DISCIPLINA

PROCESSOS	INSTAURADOS					CONCLUÍDOS				
	2021	2022	2023	2024	2025	2021	2022	2023	2024	2025
PROC. DISCIPLINARES	845	850	1 013	944	**967**	845	553	1 395	521	**655**
PROC. AVERIGUAÇÕES	677	651	627	640	**572**	480	634	507	403	**344**
PROC. AC. EM SERVIÇO	944	1 135	1 266	1 290	**1 194**	956	1 025	993	1 333	**748**
PROC. ADMINISTRATIVOS	1 113	1 184	1 197	863	**160**	1 391	1 150	1 427	1 055	**882**
PROC. INQUÉRITO	-	183	354	24	**12**	-	25	92	16	**8**
PROC. ESTATUTÁRIO	49	26	11	6	**8**	35	32	21	9	**5**
TOTAL	3 628	4 029	4 468	3 824	2 913	3 707	3 419	4 435	3 337	2 642

Figura 164 – Análise de processos desenvolvidos

RECOMPENSAS/PUNIÇÕES	EXECUTADOS								
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
LOUVORES	2 625	2 669	3 785	3 465	4 492	2 974	4 228	4 511	**4 132**
REFERÊNCIA ELOGIOSA	669	1 430	789	338	463	733	426	329	**855**
REPREENSÃO ESCRITA	47	41	58	59	56	42	84	39	**55**
REPREENSÃO ESCRITA AGRAVADA	17	23	13	19	21	25	53	12	**19**
SUSPENSÃO	103	120	137	167	191	113	299	60	**107**
SUSPENSÃO AGRAVADA	2	4	3	1	7	8	18	18	**1**
REFORMA COMPULSIVA	-	-	-	-	2	3	-	-	-
SEPARAÇÃO DO SERVIÇO	5	7	3	7	8	7	8	4	**4**
DISPENSA DE SERVIÇO	2	-	5	-	1	-	2	7	-
TOTAL	**3 470**	**4 294**	**4 790**	**4 056**	**5 248**	**3 904**	**5 118**	**4 970**	**5 173**

Figura 165 – Análise de recompensas *vs* punições desenvolvidas

Aguarda Homologação

OUTRAS	EXECUTADOS								
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
PARECERES POR RECURSO PARA EXMO. TGCG E S.Exª MAI	211	152	183	165	172	251	151	92	**153**
PATROCÍNIOS JUDICIÁRIOS	43	81	75	39	61	46	44	38	**45**
TOTAL	**254**	**233**	**258**	**204**	**233**	**297**	**195**	130	**198**

Figura 166 – Análise de outras atividades desenvolvidas

2. RECURSOS MATERIAIS

A logística está profundamente ligada à estratégia da GNR e traduz-se na capacidade para fazer acontecer, pois constitui um processo transversal a toda a organização, assente numa rede de fluxos físicos e informacionais, que visa responder no momento, na quantidade e no local apropriados, potenciando o desempenho operacional.

Deste modo, a gestão dos recursos materiais deve orientar-se para a racionalização de meios e para a eficiência na afetação de recursos públicos assente, por um lado, no modelo de partilha de atividades comuns e, por outro lado, numa plataforma de funcionamento em rede, que abrange especialmente as atividades de natureza administrativa e logística.

Nessa conformidade, desde 2015 tem-se procurado consolidar o novo conceito logístico, assente numa lógica de serviços partilhados, onde uma entidade gestora central promove as funções de planeamento, gestão e controlo dos recursos logísticos, em articulação com os órgãos de gestão local, com a Direção de Serviços da Unidade Ministerial de Compras do MAI e com a eSPaP.

Ao nível estratégico, a logística procurou contribuir para um melhor alinhamento entre os principais instrumentos de gestão, nomeadamente, o Plano Anual de Atividades, o Orçamento de Estado, o Plano Anual de Investimento, o Plano Anual de Compras e o DLPIEFSS, pois só garantindo as fontes de financiamento indispensáveis ao desenvolvimento oportuno das aquisições de bens e serviços será possível suprir as principais necessidades identificadas pelo dispositivo da GNR.

Em termos operacionais, foram introduzidos procedimentos que pretenderam agilizar o ciclo de reabastecimento, foram desenvolvidos procedimentos aquisitivos transversais ao dispositivo, para além de se procurar racionalizar a gestão da manutenção e dos transportes.

Foi também, através de uma política de gestão criteriosa dos recursos materiais, que a GNR cumpriu, com êxito, a sua Missão.

Enquanto entidade gestora de um vasto património, cuja dispersão geográfica constitui um fator que dificulta as medidas de preservação e de manutenção dos materiais e equipamentos, a implementação de um novo conceito logístico permitiu dar cumprimento às diretrizes da Tutela quanto à contenção de despesa na GNR.

A GNR promoveu à elaboração do Plano de Eficiência Energética ECO.AP 2030, para o ano 2024 (obrigatoriedade definida na RCM n.º 104/2020, de 24 de novembro), o qual encerra um conjunto de medidas de eficiência que concorrem para as metas previstas na RCM mencionada, nomeadamente:

- Eficiência energética: contribuir para uma redução de 40 % dos consumos de energia primária;
- Autoconsumo: contribuir para que 10 % do consumo de energia seja abastecido através de soluções de autoconsumo com origem em fontes de energia renovável;
- Eficiência hídrica: contribuir para uma redução hídrica de 20 % no consumo;

Aguarda Homologação

- Eficiência material: contribuir para uma redução material de 20%;
- Reabilitação e beneficiação de edifícios: contribuir para alcançar 5 % de taxa de renovação energética e hídrica de edifícios abrangidos pelo ECO.AP.

2.1. PROGRAMAÇÃO E PLANEAMENTO LOGÍSTICO

O planeamento logístico envolve a antecipação de necessidades, implementação e gestão eficiente de processos, a fim de garantir o fluxo de bens, informações e serviços ao longo da cadeia de suprimentos. Só através de um plano de apoio logístico é possível obter, em tempo útil, no local apropriado e na quantidade e qualidade devidas, os recursos necessários ao bom desempenho operacional.

Dando cumprimento a estes princípios, é possível incorporar um conjunto de atividades, cujo propósito é o de fornecer todos os bens necessários para o cumprimento da missão das Forças da GNR.

Neste âmbito, o planeamento incorpora uma lógica consolidada, através da agregação de necessidades promovida pelo Plano Plurianual de Necessidades Logísticas, em alinhamento com a proposta de Orçamento e o Plano de Atividades da GNR.

O PPNL detém um papel relevante na consolidação do ciclo anual de gestão logística, com enfoque no planeamento, monitorização e controlo das compras, privilegiando a sua centralização, adotando práticas e procedimentos que permitam aumentar a qualidade dos processos logísticos, a redução da despesa e desenvolver a responsabilidade social, concorrendo, deste modo, para a concretização da Estratégia Parcelar (EPAR) 04 – Estratégia Logística, integrante do PEG 2020-2025.

O seu carácter plurianual e a envolvência dos vários Órgãos Técnicos (OT), permitirá à GNR desenvolver e modernizar os fatores produtivos, prioritariamente orientados para as várias valências da componente operacional, para a melhoria das condições de atendimento aos cidadãos e para a satisfação das condições de trabalho dos militares e civis que servem o País nesta Força de Segurança (EPAR 05 – Estratégia de Investimento – PEG 2020-2025).

Este Plano conflui ainda para a EPAR 06 – Estratégia de Financiamento e Obtenção de Recursos (inclui fundos comunitários) – PEG 2020-2025, uma vez que o planeamento antecipado fornece as ferramentas necessárias, aos órgãos competentes, para a obtenção/captação de fundos, quer nacionais quer comunitários.

Adicionalmente, o cariz plurianual deste Plano permite a identificação de necessidades de submissão de encargos plurianuais junto das entidades competentes para o efeito (*i.e.* MAI e MF), programando o conjunto de procedimentos pré-contratuais a desenvolver entre 2025-2027.

Como princípios orientadores, este planeamento visa promover:

- Agregação e centralização das necessidades;
- Hierarquização das necessidades;
- Identificação de economia de escala;
- Harmonização dos procedimentos de aprovisionamento de bens e serviços;
- Programação plurianual da despesa numa lógica de eficiência procedimental.

O PPNL tem igualmente um cariz transversal e abrangente, integrando o conjunto de necessidades e correspondente previsão de despesas no âmbito do funcionamento e do investimento, com recurso ao Orçamento de Estado, cofinanciamento europeu e ainda a aquisições através da execução do DLPIEFSS.

Aguarda Homologação

2.2. AQUISIÇÕES

No decurso do ano em análise, a GNR, por intermédio da DRL, manteve a estratégia adotada nos anos anteriores, assumindo-se como entidade coordenadora da estratégia de compras da GNR, nomeadamente no que respeita à execução do Plano Plurianual de Necessidades Logísticas da GNR. A DRL agregou um conjunto de procedimentos para a aquisição de bens e serviços junto dos demais Órgãos da GNR, privilegiando a centralização dessas compras junto da Direção de Serviços da Unidade Ministerial/MAI. Com efeito, as figuras abaixo refletem, em quantidade e valor, os procedimentos aquisitivos realizados no decurso do ano de 2025, por tipologia, bem como aqueles de que foi beneficiária, correndo a sua formalização por parte da DSUMC/MAI e eSPaP.

Destacam-se ainda, a preparação e remessa a visto prévio do Tribunal de Contas de 3 Contratos, ao longo do ano económico de 2025.

PROC.	ADS[104]	AD[105]	CP[106]	CPU[107]	AQ[108]	CLPQ[109]	CE[110]	CPREV[111]	TOTAL
2024		1	7						8
2025	43	12	19		3	1	9		87
TOTAL	43	13	26		3	1	9		95

Figura 167 – Procedimentos aquisitivos desenvolvidos em 2025, por tipologia

PROC.	ADS	AD	CP	CPU	CLPQ	AQ	CE	CPREV	TOTAL (€)
2024		2 446 340,33	11 358 975,44						13 805 315,77
2025	89 369,98	8 491 817,52	4 892 290,34		2 363 752,50	230 902,61	752 719,92		15 978 762,97
TOTAL (€)	89 369,98	10 938 157,85	16 251 265,78		2 363 752,50	230 902,61	752 719,92		29 784 078,74

Figura 168 – Valor dos procedimentos de aquisição formalizados em 2025

Analisando a informação acima é possível verificar a diversificada distribuição dos procedimentos por tipologia de contratação, bem como, o valor aplicado em termos globais, representando a formalização de 95 procedimentos aquisitivos, no montante global de despesa de € 29 784 078,74.

De referir ainda que, dos 95 procedimentos efetuados, realizaram-se 26 procedimentos por Concurso Público e 13 com recurso ao Ajuste Direto (AD) pelo regime geral, reforçando a continuidade do paradigma nas aquisições efetuadas pela GNR, uma vez que esta Força de Segurança tem como principal objetivo, na área da aquisição de bens e/ou serviços, diminuir as aquisições através do recurso a procedimentos restritivos da concorrência. Potencia-se deste modo o recurso aos procedimentos abertos a todos os interessados que reúnam as condições de participação exigidas, facto que garante, nomeadamente, os princípios da igualdade e da livre concorrência.

[104] Ajuste Direto Simplificado.
[105] Ajuste Direto.
[106] Concurso Público.
[107] Concurso Público Urgente.
[108] Acordo Quadro.
[109] Concurso Limitado por Prévia Qualificação.
[110] Contratação Excluída.
[111] Consulta Prévia.

Aguarda Homologação

Foram igualmente concluídos 5 procedimentos aquisitivos centralizados no âmbito da ESPAP e da Direção de Serviços da Unidade Ministerial de Compras da SGMAI, DSUMC/SGMAI, no montante global de despesa de € 36 483 306,13.

Complementarmente, foram concluídos 8 procedimentos aquisitivos, referentes ao ano 2024, respetivamente, cuja execução material e financeira foi concluída no ano económico de 2025.

Não obstante, importa referir que, no decorrer de 2025, foram desenvolvidos 5 procedimentos aquisitivos, conforme informação infra, que, por fruto de várias condicionantes, resultaram em revogações da decisão de adjudicação ou em anulações de procedimentos antes de serem lançados.

PROC.	AD	CP	CPU	AQ	CLPQ	CE	CPREV	TOTAL
2025	2	3						5

Figura 169 – Procedimentos aquisitivos revogados/anulados em 2025, por tipologia

No cômputo geral, a DRL teve a seu cargo **105** procedimentos aquisitivos em 2025, e respetiva gestão contratual.

Importa salientar que, no âmbito do DLPIEFSS 2022-2026, foram celebrados 23 protocolos interadministrativos entre a SGMAI e a GNR. Estes protocolos destinam-se à realização de empreitadas nas infraestruturas da GNR durante os anos 2025 e 2026, com dotações transferidas pela SGMAI. Salienta-se que no âmbito do Despacho de 19 de março de 2025, de SE o SEAI, foram previstas 15 intervenções, das quais 10 haviam sido lançadas ao mercado e as restantes 5 preparadas para desenvolvimento em 2026.

Em resultado do Despacho de SE o SEAI de 3 de outubro de 2025, foram estabelecidos mais 8 protocolos interadministrativos cuja execução decorrerá em 2026.

2.3. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

Em 2025, a GNR desenvolveu obras de pequena envergadura e trabalhos de manutenção, com recurso a meios próprios num património vasto e bastante antigo. Sem este valioso recurso, a degradação das infraestruturas seria muito maior e implicaria o dispêndio de maiores verbas em intervenções tardias.

Para além das necessárias intervenções de manutenção, muito ainda há a fazer quanto a trabalhos de modernização, aspeto fundamental e melhoria da funcionalidade com o objetivo último de garantir um serviço público de qualidade e excelência. Também através da função logística manutenção se desenvolveu um conjunto de atividades com o objetivo de conservar o material em condições de operacionalidade e assegurar tais condições ao material que as não possui, por modernização, aperfeiçoamento ou modificação.

2.4. FUNÇÃO REABASTECIMENTO

Através da função logística reabastecimento, foi possível desenvolver um conjunto de atividades, cujo objetivo é o de fornecer todos os artigos necessários para equipar, manter e permitir a atuação das Forças da GNR.

Na esfera do reabastecimento, priorizou-se a otimização e antecipação no que concerne ao planeamento das necessidades logísticas, nunca descorando oportunidades de aperfeiçoamento a nível das especificações técnicas dos procedimentos aquisitivos. Da mesma forma foi fortalecido o método de controlo da execução material dos contratos, devidamente coordenado com as Unidades.

Aguarda Homologação

2.5. FUNÇÃO MOVIMENTO E TRANSPORTES

A função movimento e transportes é de vital importância para qualquer operação militar e de segurança, e sem a qual as operações não poderiam ser realizadas e/ou sustentadas. Dependente da tipologia de veículos utilizados, determinante para a eficiência do movimento, a logística afirma-se como sendo indissociável do progresso das técnicas e dos princípios da gestão, refletidos na rapidez e custo associados à operação. O Parque de Veículos da GNR (PVG) tem uma dimensão, dispersão e complexidade ímpares na AP, cobrindo todas as especificidades impostas pela sua missão. O PVG é composto por veículos afetos ao patrulhamento e transporte de pessoal, veículos especiais destinadas a valências específicas (a proteção da natureza e do ambiente, IC, intervenção e socorro, entre outras), veículos blindados para manutenção da ordem pública, com especial enfâse na participação em missões internacionais, veículos de transportes gerais, veículos de transporte de solípedes e canídeos, embarcações para patrulhamento vigilância, patrulhamento e intercessão em toda a costa e mar territorial do continente e das regiões autónomas e também o patrulhamento fluvial.

2.5.1. VEÍCULOS TERRESTRES

Em dezembro de 2025, a GNR tinha 5 824[112] veículos do tipo automóvel (ligeiros e pesados), motociclo (motociclos, ciclomotores e quadriciclos), distribuídos pelas respetivas tipologias, da seguinte forma:

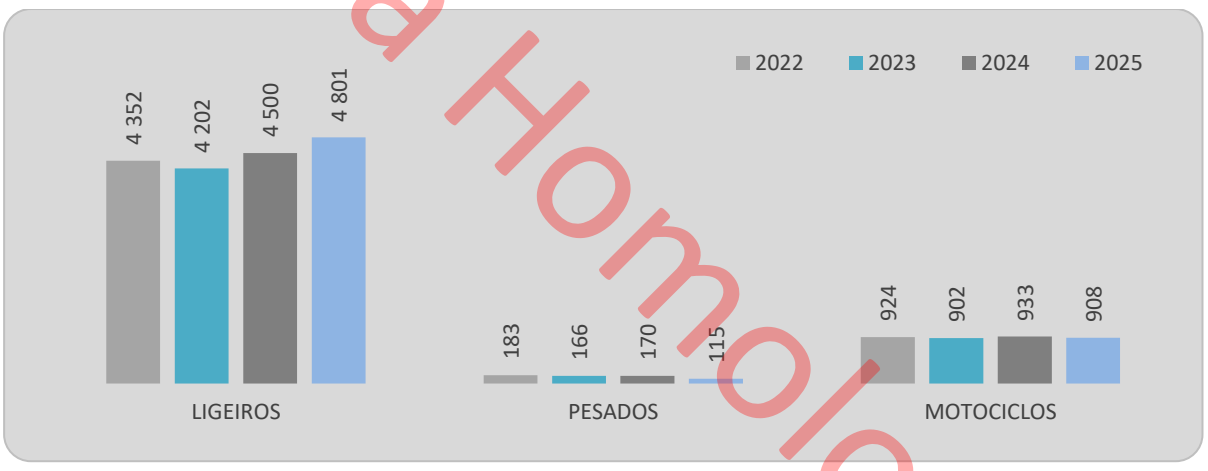


Figura 170 – Distribuição por tipologia

No gráfico abaixo procede-se à análise comparativa entre aquisições e abates nos últimos quatro anos. A evolução da frota, durante o ano de 2025, foi marcada pela aquisição de novos veículos, adquiridos no âmbito do PRR (10 veículos) e da LPIEFSS (223).

[112] Valor obtida pela soma dos veículos ligeiros, pesados e motociclos.

Aguarda Homologação

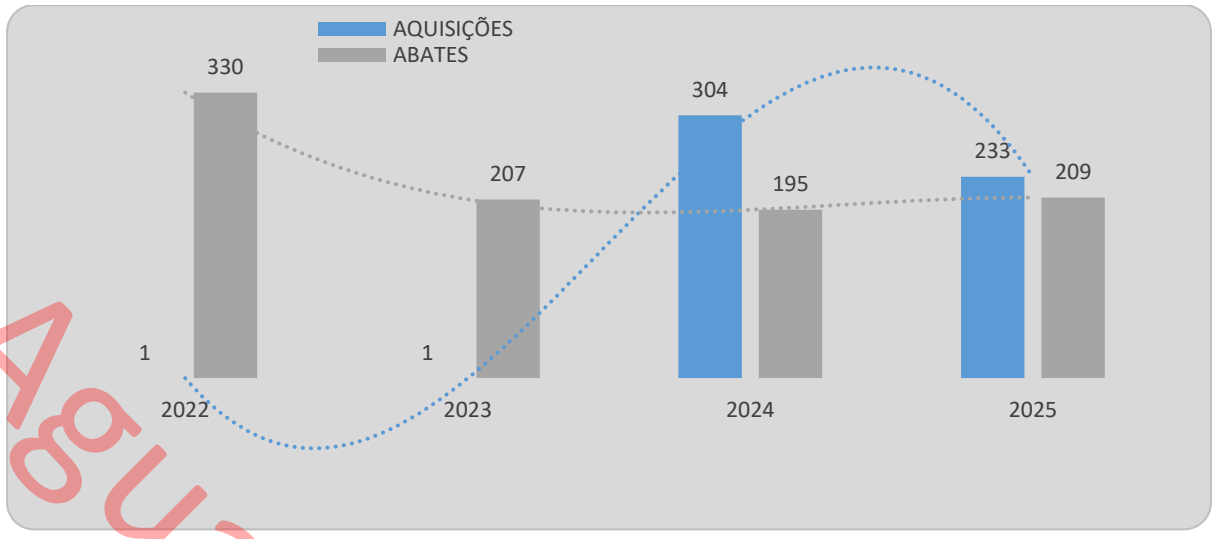


Figura 171 – Análise comparativa entre aquisições e abates de veículos terrestres – 2022-2025

Durante o ano de 2025, os veículos automóveis e motociclos percorreram 85 903 192 km, num valor total anual de 6 691 382,66 litros de combustível rodoviário consumido. Como se pode verificar, no gráfico abaixo, a taxa de inoperacionalidade iniciou uma trajetória descendente, sobretudo em virtude da aquisição e fornecimento dos veículos adquiridos em 2024 e 2025 no âmbito do PRR e LPIEFSS.

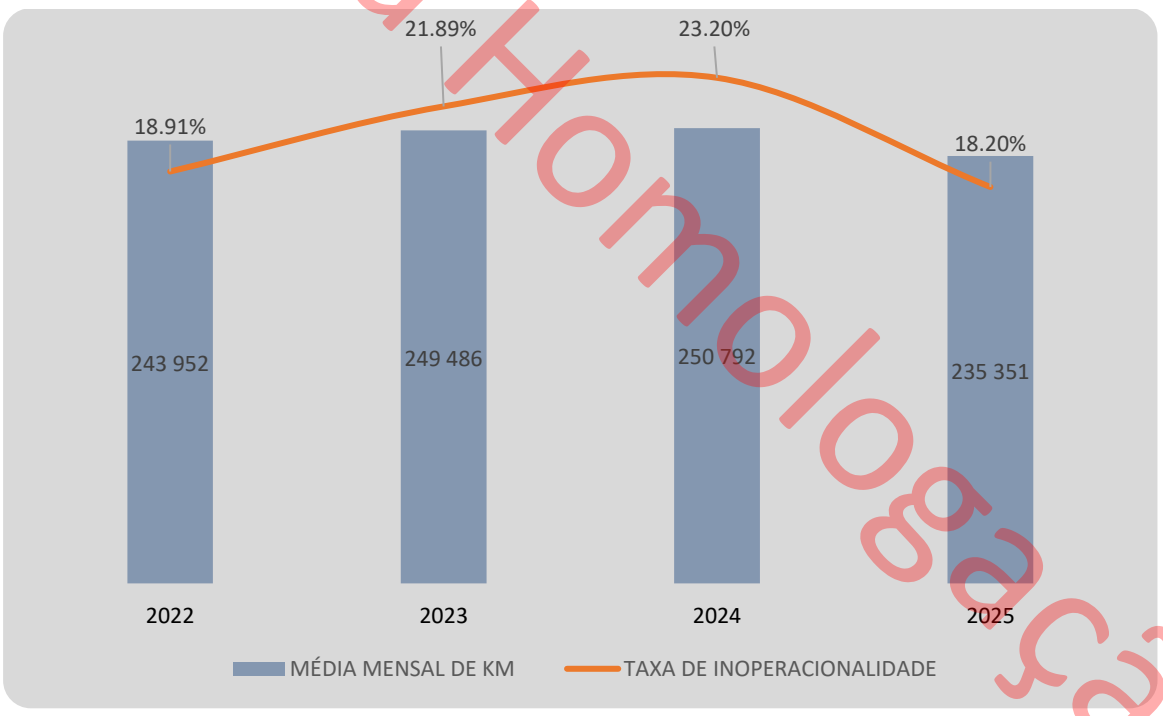


Figura 172 – Distância percorrida e taxa de inoperacionalidade dos veículos 2022 - 2025

Aguarda Homologação

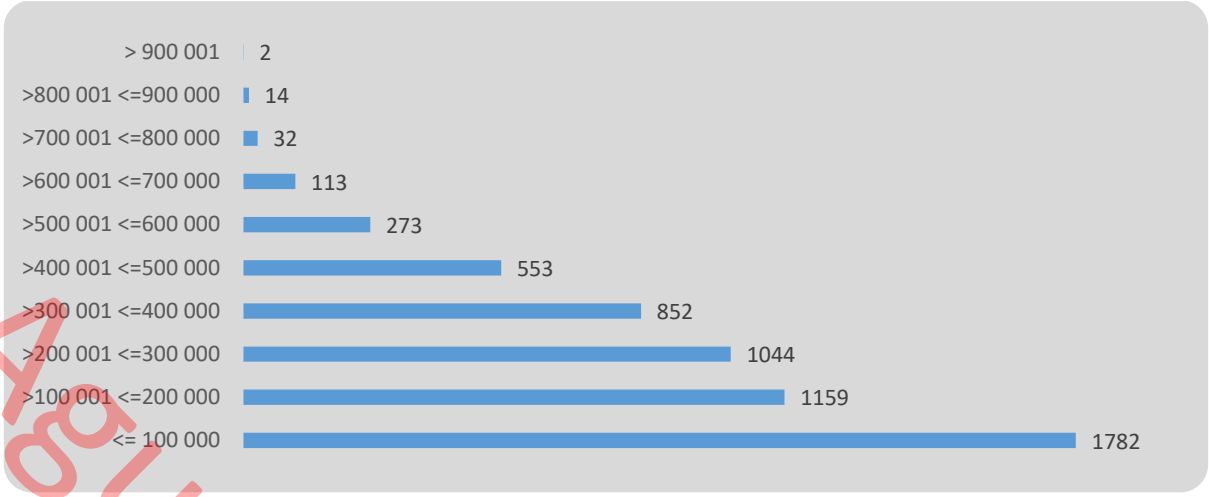


Figura 173 – Quantidade de veículos terrestres por quilómetros em 2025

Outra das preocupações da GNR refere-se à antiguidade do parque auto/moto, com evidentes reflexos no desempenho operacional. Conforme se pode constatar no gráfico abaixo, 46 % dos veículos possuem mais de 16 anos de idade, o que, aliado ao grande desgaste diário, dificulta o serviço a desempenhar.

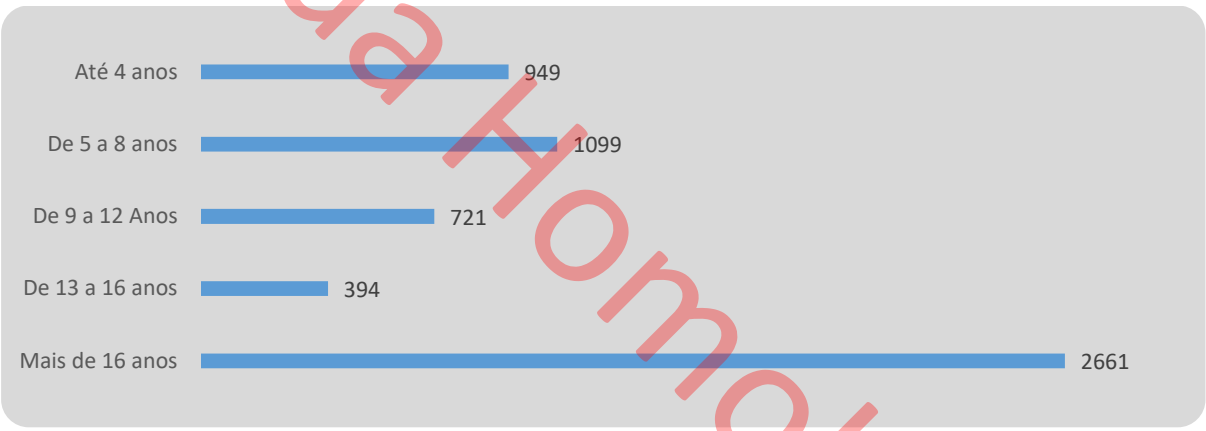


Figura 174 – Quantidade de veículos terrestres por idade

A GNR tal como outros OPC tem vindo a consolidar a utilização de veículos apreendidos em regime de utilidade operacional, previsto no Decreto-Lei n.º 11/2007, de 19 de janeiro, ou perdidos a favor do Estado, nos termos do Decreto-Lei n.º 31/85, de 25 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/97, de 23 de janeiro, com resultados satisfatórios, mormente para reforço de meios auto afetos à estrutura de IC do dispositivo, sem excluir outras valências organicamente definidas, mais adaptadas às características dos veículos.

Pretende-se em coordenação com a eSPap, entidade responsável pela gestão e registo de veículos pertencentes ao Parque de Veículos do Estado (PVE) apreendidos ou abandonados, criar novas dinâmicas, de modo a evitar que a imobilização prolongada dos veículos desvalorize o valor dos ativos, sem qualquer aproveitamento futuro para o PVE.

Acresce que, as legalizações dos veículos aprendidos ou perdidos a favor do Estado passaram a estar isentas de emolumentos, nos termos previstos no artigo 15.º da Lei n.º 45/2011, de 24 de junho, com a redação introduzida pelo artigo 382.º da Lei n.º 2/2020, de 31 de março, diploma que aprovou o Orçamento do Estado para 2020.

Durante o ano de 2025, foram concluídos apenas 8 processos de integração de veículos terrestres no PVE (num acumulado de 66 veículos que se encontram nessa situação), por perda a favor do Estado, provenientes de processos-crime com sentença já transitada em julgado, em contraponto ao aumento de processos de veículos terrestres em utilidade operacional, que

Aguarda Homologação

cifrou nos 48 em 2025 (num acumulado de 278 veículos que se encontram nessa situação), nos termos do Decreto-Lei n.º 11/2007, de 19 de janeiro, regime mais favorável, em virtude de os procedimentos legais necessários serem substancialmente reduzidos.

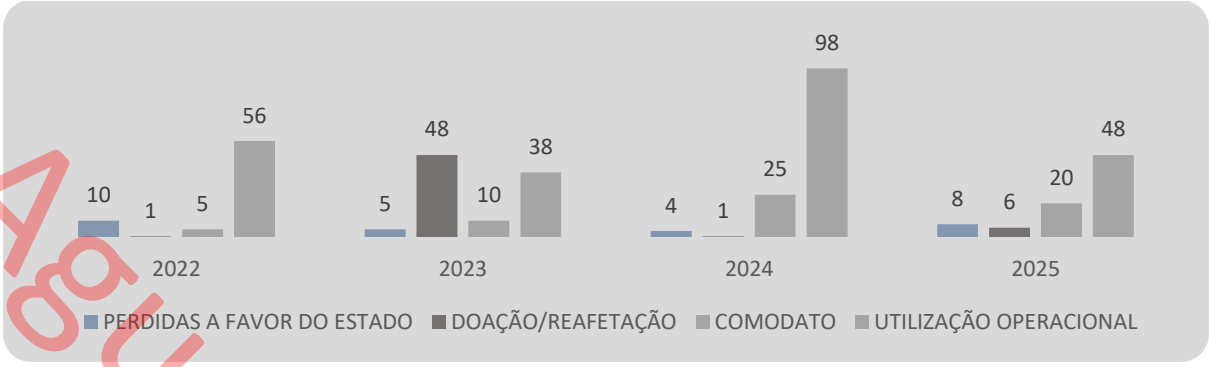


Figura 175 – Veículos legalizados nos últimos quatro anos

2.5.2. Mobilidade Elétrica

Atendendo à especificidade da missão da GNR, caracterizada pela exigência de prontidão permanente e elevada imprevisível operacional, não se revela adequada, no contexto atual, a dependência exclusiva de veículos elétricos, sob pena do comprometimento da eficácia operacional. Não obstante, e em linha com os objetivos de transição energética e de sustentabilidade ambiental, a GNR tem vindo a prosseguir uma estratégia faseada de integração de veículos elétricos na sua frota, direcionada para tipologias de serviço que não coloquem em causa a capacidade de resposta operacional.

Neste enquadramento, e de forma a assegurar a operacionalização eficiente destes meios, tornou-se necessário acautelar a respetiva infraestrutura de suporte. Assim, foi concluída, em 2025, a implementação de uma rede própria de carregamento elétrico, composta por 187 postos distribuídos por todo o TN (continente e regiões autónomas), garantindo autonomia, capilaridade territorial e reforço da sustentabilidade logística da frota elétrica, conforme ilustrado na imagem seguinte:



Figura 176 – Rede de Carregamento Veículos Elétricos

2.5.3. Projetos em curso no âmbito da Função Movimento e Transportes

Aguarda Homologação

Ainda em 2025, deram-se os primeiros passos para o desenvolvimento de um novo projeto de Controlo de Frota, com a realização de várias reuniões envolvendo diferentes operadores económicos. Após a recolha dos diversos contributos, a GNR iniciou o processo de elaboração das peças procedimentais que sustentarão o procedimento aquisitivo a ser lançado.

O sistema em estudo permitirá:

- Localização dos veículos em tempo real dos veículos via GPS;
- Gestão operacional da frota;
- Gestão da manutenção dos veículos;
- Monitorização do comportamento de condução;
- Controlo de consumo e despesas;
- Análise e elaboração de relatórios sobre a utilização da frota.

Este conjunto de funcionalidades visa otimizar a eficiência operacional e garantir uma supervisão mais rigorosa de todos os veículos sob a responsabilidade da GNR.

Aguarda Homologação

2.5.4. SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA

Os serviços de assistência, ao abrigo do contrato celebrado entre a GNR e o Automóvel Clube de Portugal (ACP), desempenham um papel fundamental na garantia da operacionalidade da frota terrestre da GNR (GNR). Este serviço é essencial para assegurar o patrulhamento e a resposta eficaz às necessidades operacionais da GNR. Dado o seu elevado nível de utilização e exposição a diversas condições adversas, torna-se inevitável a ocorrência de avarias ou acidentes, exigindo um sistema eficiente de desempanagem e reboque para minimizar o tempo de inatividade dos veículos e garantir a continuidade da missão.

A prestação destes serviços prevê, essencialmente, duas vertentes: a desempanagem e o reboque. A desempanagem refere-se a intervenções rápidas, com duração inferior a 45 minutos, que permitem restabelecer o funcionamento provisório do veículo no local da ocorrência. Já o reboque é necessário sempre que o veículo não pode ser reparado de imediato, implicando a sua deslocação para um parqueamento ou oficina designada. Ambos os serviços são fundamentais para manter a capacidade de resposta da GNR e evitar que avarias comprometam a segurança e a eficácia das operações.

Além dos veículos operacionais da GNR, este contrato de serviços de assistência em viagem também abrange veículos civis removidos em consequência de infrações ao Código da Estrada, processos criminais ou abandono evidente. O serviço é prestado em regime contínuo, 24 horas por dia e 7 dias por semana, cobrindo todo o TN, incluindo Portugal Continental e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. Para garantir a eficiência do processo, a GNR centralizou a gestão destes serviços na Direção de Recursos Logísticos com o apoio de gestores locais nomeados por cada UCO, permitindo um maior controlo sobre os custos e a qualidade das intervenções.

Com este enquadramento em mente, segue-se a análise dos dados referentes ao acionamento dos serviços de assistência no ano de 2025, permitindo uma visão detalhada da sua frequência e impacto operacional. Em 2025 foram executados um total de 1 010 serviços, dos quais 529 a veículos militares e 481 a veículos civis.

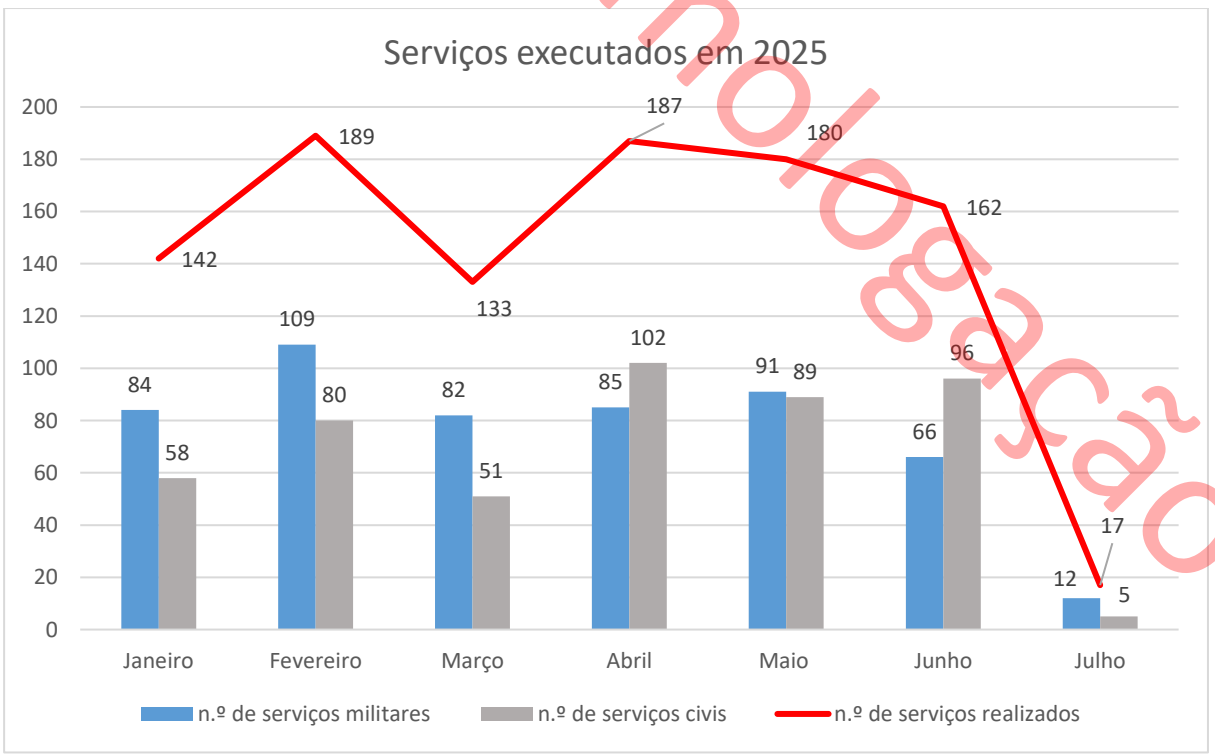


Figura 177 – Serviços executados no âmbito do contrato celebrado com a ACP

Aguarda Homologação

2.6. FUNÇÃO MANUTENÇÃO

A função manutenção assume um papel determinante na maximização da disponibilidade dos ativos da GNR, contribuindo diretamente para o prolongamento do ciclo de vida útil dos veículos e demais equipamentos afetos à missão. O seu objetivo central consiste em garantir elevados níveis de operacionalidade dos meios, assegurando a prontidão permanente da resposta institucional.

A GNR dispõe atualmente de oficinas de manutenção nas diversas especialidades, nomeadamente automóvel, naval, armamento, aparelhos especiais, rádio e redes e artigos especiais e de fardamento. Estas estruturas constituem verdadeiros polos de produção de operacionalidade, funcionando simultaneamente como reserva estratégica do Estado, apta a responder a cenários de crise, contingência ou necessidade de reação imediata.

O contexto de ausência de aquisição significativa de veículos, nos anos de 2022 e 2023, reforçou a centralidade da manutenção na sustentação da capacidade operacional. A análise da taxa de operacionalidade nos últimos quatro anos evidencia o esforço desenvolvido pelas oficinas internas na mitigação do impacto do envelhecimento da frota, verificando-se, em 2025, uma estabilização e ligeira recuperação em algumas tipologias de meios, designadamente nos automóveis e motociclos.

Este resultado decorre, em larga medida, do reforço das ações de manutenção preventiva, do acompanhamento mais sistemático dos ciclos de intervenção com base em critérios como quilometragem, horas de funcionamento e histórico de avarias, bem como da melhoria dos processos internos de diagnóstico e planeamento das manutenções. A priorização técnica das intervenções, orientada pela criticidade operacional dos meios, tem permitido reduzir imobilizações prolongadas e conter o recurso à manutenção corretiva de elevada complexidade.

Paralelamente, em situações de constrangimento financeiro, foi consolidada uma abordagem racional de gestão de componentes, incluindo a reutilização criteriosa de peças provenientes de veículos abatidos, tecnicamente validadas, e a articulação funcional entre oficinas, potenciando especializações e partilha de recursos. Esta metodologia tem contribuído para a redução dos tempos médios de imobilização e para uma utilização mais eficiente das dotações disponíveis.

Em termos financeiros, as especialidades que suportaram maior despesa em 2025 foram a manutenção automóvel, com cerca de 6 500 000,00 €, a manutenção marítima, com cerca de 165 000,00 €, e a manutenção de aparelhos especiais, nomeadamente os de fiscalização rodoviária, com cerca de 140 000,00 €. Acresce o controlo metrológico legal destes aparelhos, com uma despesa aproximada de 163 000,00 €, assegurando a fiabilidade técnica das medições e a conformidade com os limites legalmente estabelecidos, condição essencial para a credibilidade da atuação institucional.

A consolidação de mecanismos de monitorização sistemática da taxa de operacionalidade e de análise contínua dos indicadores de desempenho, tem permitido ajustar progressivamente a estratégia de manutenção, orientando-a para uma lógica de sustentabilidade da frota, racionalização de custos e reforço da disponibilidade operacional, num quadro de exigência permanente quanto ao cumprimento da missão.

3. RECURSOS FINANCEIROS

3.1. ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2025

O Orçamento da GNR para 2025, regeu-se pela Lei de Enquadramento Orçamental e foi elaborado tendo por referência o plafond fixado e o correspondente mapa de pessoal para 2025.

Aguarda Homologação

3.2. ORÇAMENTO DA DESPESA INICIAL

A Proposta de Orçamento do Estado da GNR para 2025 teve como base inicial o plafond orçamental de Receitas de Impostos (RI), definido pela Tutela, e ainda o montante previsto pelo Serviço relativo às Receitas Próprias, que, no seu cômputo geral, corporizam o Orçamento de Estado/GNR/2025. De acordo com a informação prestada pela SGMAI, o Orçamento aprovado foi de 1 198 214 464 €, ilíquido de Reserva de Receitas Próprias e de Cativos Legais.

O orçamento inicial líquido de cativos e de reserva ascendeu ao montante de 1 186 753 211 Euros, conforme a tabela que se segue:

(Valores em Euros)

AGRUPAMENTO	ORÇAMENTO APROVADO	CATIVOS	ORÇAMENTO
PESSOAL	1 101 768 646		1 101 768 646
BENS E SERVIÇOS	72 647 532	10 013 643	62 633 889
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5 165 071		5 165 071
OUTRAS DESPESAS	1 648 210	1 447 610	200 600
BENS DE CAPITAL	16 985 005		16 985 005
TOTAL GERAL	**1 198 214 464**	**11 461 253**	**1 186 753 211**

Figura 178 – Orçamento Inicial Líquido

3.3. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL EM 2025

3.3.1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS

No decorrer da execução orçamental verificaram-se diversas alterações ao orçamento, quer por imposição legal, quer por necessidade do serviço para fazer face à supressão do défice existente, principalmente no Agrupamento de Despesas com o Pessoal. As alterações tiveram origem em transição de saldos, descativações, reforços orçamentais e gestão flexível dentro do orçamento da GNR, tal como se pode verificar na tabela seguinte:

(Valores em Euros)

AGRUPAMENTO	ORÇAMENTO APROVADO	CATIVOS e RESERVA LEGAL	TRANSIÇÃO SALDOS	DESCATIVAÇÃO	REFORÇO	GESTÃO FLEXIVEL	ORÇAMENTO CORRIGIDO
PESSOAL	1 101 768 646	3 255 303	32 158 996	2 800 016	57 924 000	3 195 318	1 194 591 673
BENS E SERVIÇOS	72 647 532	10 102 500		9 943 581		833 041	73 321 654
JUROS E OUTROS	-					16 941	16 941
TRANSF. CORRENTES	5 165 071	43 040		43 040		-344 754	4 820 317
OUTRAS DESPESAS	1 648 210	1 447 610		1 447 610		-1 410 830	237 380
BENS DE CAPITAL	16 985 005	11 020		4 247		-2 531 671	14 446 561
TRANSF. CAPITAL						384 741	384 741
TOTAL GERAL	**1 198 214 464**	**14 859 473**	**32 158 996**	**14 238 494**	**57 924 000**	**142 786**	**1 287 819 267**

Figura 179 – Alterações ao Orçamento Aprovado

Aguarda Homologação

3.3.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

No que concerne à execução orçamental, da análise à tabela seguinte pode concluir-se que a dotação corrigida atribuída foi executada em 95,79%.

Verificou-se uma execução próxima de valores máximos relativa os agrupamentos de despesas com o pessoal, ficando aquém apenas nas rubricas respeitantes à medida da Assistência da Doença. No que respeita ao agrupamento de aquisição de bens e serviços, o valor de execução é de 90%.

A execução do Agrupamento da despesa 07 – Aquisição de Bens de Capital, é de aproximadamente 54%, motivada pela reduzida execução dos procedimentos aquisitivos cujo financiamento é comunitário.

(Valores em Euros)

AGRUPAMENTO	DOTAÇÃO CORRIGIDA	EXECUÇÃO	%
PESSOAL	1 194 591 673	1 154 582 585	96,65%
BENS E SERVIÇOS	73 321 654	66 143 438	90,21%
JUROS E OUTROS	16 941	16 939	99,99%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4 820 317	4 427 591	91,85%
OUTRAS DESPESAS	237 380	192 651	81,16%
INVESTIMENTO	14 446 561	7 808 065	54,05%
TRANSFERÊNCIAS CAPITAL	384 741	384 741	100%
TOTAL GERAL	**1 287 819 267**	**1 233 556 011**	**95,79%**

Figura 180 – Execução Orçamental da Despesa em 2025

Aguarda Homologação



Aguarda Homologação

GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

PELA LEI E PELA GREI



Aguarda Homologação

Capítulo VI

Balanço Social

VI. BALANÇO SOCIAL

No presente capítulo pretende-se apresentar de uma forma sucinta, os circundantes do Balanço Social nos termos definidos pelo Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de outubro, relevando os aspetos mais importantes, relegando para anexo os quadros e gráficos que serviram de suporte (ANEXO 5).

Nesse sentido, relativamente ao Balanço Social do ano 2025, da análise realizada aos indicadores nele constantes, produz-se as seguintes considerações em alguns dos aspetos considerados mais relevantes:

- Em 31 de dezembro de 2025, contabilizavam-se 23 449 trabalhadores em efetividade de funções;
- A Guarda é constituída maioritariamente por militares, 22 731 (96,93%) do efetivo, distribuídos por 849 Oficiais, 2 377 Sargentos e 19 505 Guardas;
- Cerca de 3,04% (713 trabalhadores) corresponde ao efetivo civil;
- Verifica-se que cerca de 0,20% (48 trabalhadores) do efetivo militar encontra-se a prestar serviço na situação de reserva na efetividade de serviço;
- A categoria de Guardas é a mais representativa, com 85,80% do total de militares;
- A relação jurídica de emprego predominante é o regime de nomeação definitiva, com 98,45% do total de trabalhadores (23.086);
- O CTer do Porto é a Unidade com maior efetivo militar, 1 611 militares;
- O CTer de Coimbra e o CTer de Vila Real apresentam o maior efetivo civil, com 51 civis cada um;
- Dos 23 449 trabalhadores, 21 098 são homens (89,97%) e 2 298 são mulheres (10,02%), do total de efetivos;
- A relação homem/mulher situou-se em 11,14% (11M/1F);
- A taxa de feminização (Oficiais e Sargentos) cifrou-se igualmente nos 1,21%;
- O escalão etário mais representativo situou-se nos 45/49 anos, com 4 939 trabalhadores, seguido do escalão 40/44 anos com 4 101 trabalhadores;
- Os escalões etários mais representativos do efetivo feminino estão no intervalo dos 40/44 e 45/49 anos, com cerca de 35,34% do total de mulheres;
- Os escalões etários mais representativos do efetivo masculino estão no intervalo dos 40/44 e 45/49 anos, com 38,91% do total de homens;
- O nível de antiguidade mais representativo situa-se no intervalo dos 30/34 anos, com 5 069 trabalhadores;
- Verifica-se que 13,44% dos efetivos (3.151) detêm mais de 35 anos de serviço, o que, associado ao fator idade poderá conduzir num curto espaço de tempo a uma grande saída de efetivos por reserva/reforma/aposentação;
- O 12.º ano ou equivalente é o nível de escolaridade mais frequente (64,22%);
- Existem 325 trabalhadores portadores de deficiência (276 Masculinos e 49 Femininos) 1,38% do efetivo;
- Foram promovidos 3 042 militares;

Aguarda Homologação

- Ingressaram no MPM GNR, na carreira e categoria de Oficiais e posto de Alferes, 36 formandos provenientes do CO AM;
- Ingressaram na categoria de Sargentos, mediante promoção ao posto de 2.º Sargento, 112 militares provenientes do 43.º CFS/UPM;
- Foram graduados em Furriel 135 militares, das armas e dos serviços, que frequentam o 2.º ano do 44.º CFS;
- Ingressaram no MPM GNR, na carreira e categoria de guardas e posto de Guarda, 744 formandos provenientes dos 56.º e 57.º CFG;
- Foram admitidos no CFG 758 efetivos provisionais distribuídos pelos 56.º e 57.º CFG;
- Transitaram para a situação de reserva fora da efetividade de serviço 149 militares;
- Ficaram por ocupar 521 postos de trabalho previstos no MPC GNR 2025;
- Regista-se um défice de cerca de 4 520 efetivos militares face ao MPM GNR 2025, na situação de ativo na estrutura orgânica;
- Registaram-se 7 492 alterações de posicionamento remuneratório, referentes ao efetivo militar;
- A modalidade de horário é, em regra, o regime de horário de trabalho na modalidade "específico", aplicável aos militares;
- De relevar ainda que ambos os géneros (629 indivíduos) recorrem ao regime de trabalho na modalidade «flexível»;
- Em 2025 o PNT mais representativo são as 40 horas – Horário de referência com cerca de 98,32% do efetivo;
- Verifica-se que 22,59% dos trabalhadores estão situados no escalão de remuneração entre «2.001€ – 2.250€»;
- Salienta-se que 92,52% do universo de trabalhadores (23.449) aufere uma remuneração ilíquida igual ou inferior a 2.500€;
- Do universo de trabalhadores (23.449) 49,02% aufere uma remuneração ilíquida igual ou inferior a 2.001€.

Apresentam-se em seguida os principais indicadores de comparabilidade no triénio 2023/2025:

DOMÍNIO DE ANÁLISE	INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO		2023	2024	2025	% (pp)
EFETIVOS	TAXA DO EFETIVO MILITAR	$\frac{\text{Total de efetivos militares}}{\text{Total de recursos humanos}} x\ 100$	%	96,77%	96,98%	96,93%	-0,05pp
	TAXA DO EFETIVO CIVIL	$\frac{\text{Total de efetivos civis}}{\text{Total de recursos humanos}} x\ 100$	%	3,23%	3,02%	3,04%	+0,02pp
	TAXA DE FEMINIZAÇÃO	$\frac{\text{Total de efetivos femininos}}{\text{Total de recursos humanos}} x\ 100$	%	9,60%	9,75%	10,03%	+0,28pp
	TAXA DE MASCULINIZAÇÃO	$\frac{\text{Total de efetivos masculinos}}{\text{Total de recursos humanos}} x\ 100$	%	90,40%	90,25%	89,97%	-0,98pp
	TAXA DE FEMINIZAÇÃO (OFICIAIS E SARGENTOS)	$\frac{\text{Total de efetivos femininos dirigentes}}{\text{Total de recursos humanos}} x\ 100$	%	1,12%	1,19%	1,21%	+0,02pp
	TAXA DE ENQUADRAMENTO	$\frac{\text{Total de efetivos dirigentes}}{\text{Total de recursos humanos}} x\ 100$	%	13,27%	13,63%	13,78%	+0,15pp
	TAXA DE PESSOAL ASSISTENTE OPERACIONAL	$\frac{\text{Total de pessoal assistente operacional}}{\text{Total de recursos humanos}} x\ 100$	%	0,83%	0,73%	0,69%	-0,04pp

Aguarda Homologação

DOMÍNIO DE ANÁLISE	INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO		2023	2024	2025	% (pp)
ANTIGUIDADE/ IDADE	TAXA DE PESSOAL GUARDA-FLORESTAL	$\frac{\text{Total de pessoal guarda} - \text{florestal}}{\text{Total de recursos humanos}} x\ 100$	%	1,76%	1,59%	1,49%	-0,10pp
	NÍVEL MÉDIO DE ANTIGUIDADE	$\frac{\sum \text{das antiguidades}}{\text{Total de recursos humanos}}$	%	20,27%	20,73%	20,21%	-0,52pp
	TAXA DE EMPREGO JOVEM	$\frac{\text{Número de recursos humanos com idade} < 30 \text{ anos}}{\text{Total de recursos humanos}} x\ 100$	%	18,60%	19,11%	19,73%	+0,62pp
	TAXA DE ENVELHECIMENTO	$\frac{\text{Número de recursos humanos com idade} > 50 \text{ anos}}{\text{Total de recursos humanos}} x\ 100$	%	2,08%	2,20%	2,42%	+0,22pp
ESTRUTURA HABILITACIONAL	TAXA DE HABILITAÇÃO SUPERIOR	$\frac{\sum \text{elementos com habilitação superior}}{\text{Total de recursos humanos}}$ x 100	%	9,86%	10,20%	10,60%	+0,40pp
	TAXA DE ADMISSÃO	$\frac{\text{Total de admissões}}{\text{Total de recursos humanos}}$ x 100	%	8,00%	7,32%	7,25%	-0,07pp
	TAXA DE SAÍDAS	$\frac{\text{Total de saídas}}{\text{Total de recursos humanos}} x\ 100$	%	8,24%	7,63%	4,77%	-2,86pp
PROMOÇÕES	TAXA DE PROMOÇÕES	$\frac{\text{Número de efetivos promovidos}}{\text{Total de recursos humanos}} x\ 100$	%	9,98%	6,53%	12,95%	+6,42pp
ABSENTISMO	TAXA DE ABSENTISMO	$\frac{\sum \text{de dias de ausência}}{\text{Número de dias trabalháveis x Total de recursos humanos}} x\ 100$	%	6,49%	5,97%	5,62%	-0,35pp
FORMAÇÃO	TAXA DE PARTICIPAÇÃO EM AÇÕES DE FORMAÇÃO	$\frac{\sum \text{de efetivos que participaram em ações de formação}}{\text{Total de recursos humanos}} x100$	%	70.10 %	74,64%	73,86%	-0,78pp
SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE	TAXA DE INCIDÊNCIA DE ACIDENTES NO LOCAL DE TRABALHO	$\frac{\text{Número de acidentes no local de trabalho}}{\text{Total de recursos humanos}} x\ 100$	%	3,78%	3,76%	3,53%	-0,23pp
	TAXA DE INCIDÊNCIA DE DOENÇAS PROFISSIONAIS	$\frac{\text{Número de casos de doenças profissionais}}{\text{Total de recursos humanos}} x$	%	0,03%	0,64%	0,41%	-0,23pp

Aguarda Homologação

Nota: *Retirados os dias de férias. **Se no serviço não for relevante a existência de diferentes horários pode ser tomada como referência o horário de 35 horas por semana.

Aguarda Homologação

Página em branco.



Versão para Homologação



Aguarda Homologação

Capítulo VII

Avaliação Final

VII. AVALIAÇÃO FINAL

1. AVALIAÇÃO FINAL

1.1. APRECIAÇÃO QUALITATIVA E QUANTITATIVA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

A GNR é uma Instituição ímpar no quadro da AP Portuguesa. A sua longa história, intimamente ligada a momentos marcantes da sociedade portuguesa, as suas tradições, a sua dimensão e dispersão territorial, a sua ligação profunda às populações, a sua inserção no tecido social, a multiplicidade das suas atribuições e valências, a forma altamente prestigiante como tem representado o país nos cenários internacionais e, acima de tudo, a sua capacidade de adaptação aos novos tempos, às novas realidades sociais e aos novos desafios, tornam-na numa Instituição de referência, que desempenha um papel primordial no âmbito da segurança e da ordem e tranquilidade públicas em Portugal.

O ano de 2025 permitiu, demonstrar a vitalidade e capacidade de adaptação da GNR a um mundo em rápida mudança e evolução.

Com efeito, a GNR foi capaz de cumprir a sua missão com total êxito, mantendo os níveis elevados de operacionalidade e, deste modo, respondendo de forma qualificada ao aumento de certos tipos de criminalidade grave e/ou com alto impacto social.

Prosseguindo o trabalho realizado nos anos transatos, definiram-se objetivos claros, numa lógica de gestão moderna e num quadro de negociação e de responsabilização mútua, entre a GNR e a Tutela. Em tal contexto, a GNR submeteu e viu aprovadas por SEXA o Ministro da Administração Interna, as alterações que se impuseram realizar nos objetivos e metas contratualizadas, decorrente de fatores externos que não decorrem diretamente da atuação da GNR, em face do QUAR e subsequente revisão, que sustenta o relatório de autoavaliação onde enquadraremos a apreciação qualitativa e quantitativa dos resultados alcançados e a menção de mérito proposta pelo dirigente máximo.

Com efeito, o QUAR da GNR para 2025 contemplava 20 objetivos estratégicos (plenamente alinhados com a EG2025), 10 OOp sustentados em 41 indicadores, abarcando os principais eixos da sua missão e do seu funcionamento interno. Na definição dos referidos objetivos, pugnou-se por uma metodologia de rigor, aproveitando a lógica e a dinâmica intrínsecas ao modelo de gestão por objetivos, para construir e negociar metas ambiciosas, na certeza de que, só assim, seria possível desenvolver capacidades em alinhamento com as demandas da sociedade e, também, modernizar a Instituição de modo mais rápido e consistente.

A Instituição continuará a dar o seu melhor, sempre convictos de que, em caso algum, deixaremos de cumprir a missão geral da GNR no seguimento dos objetivos específicos propostos no QUAR.

Neste momento, em que o dirigente máximo do Serviço avalia o trabalho desenvolvido ao longo de um ano e em consideração ao exposto, podemos afirmar que a GNR cumpriu o que o país necessitou e satisfez as expectativas, no essencial, das populações que servimos. Foram melhorados os serviços e fez-se uma utilização criteriosa, profissional e adequada dos recursos. Sentimos que fomos eficientes, que fizemos mais com menos, existindo bastante força anímica para enfrentar mais e novos desafios.

A avaliação global da GNR em sede do QUAR é o reflexo da tenacidade evidenciada. No seguimento da atuação que nos tem caracterizado, demos passos sólidos e significativos via à futura prossecução dos nossos objetivos estratégicos, superámos largamente as metas fixadas em sede de OOp, com uma taxa de realização final global de 117,35%, o que se traduz no cumprimento das metas dos parâmetros de avaliação de Eficácia, de Eficiência e de Qualidade.

Aguarda Homologação

Ponderados os fatores condicionantes referidos, podemos, pois, concluir que a GNR cumpriu os resultados esperados, nomeadamente daqueles cuja concretização dependia exclusivamente da sua atuação ou da utilização de RH e materiais já disponíveis.

Além do desempenho positivo, identificado em sede de autoavaliação, o presente Relatório espelha, claramente, toda uma atividade operacional e de racionalização de estruturas e de procedimentos que, não podendo ser refletidos diretamente no QUAR, não podem deixar de ser devidamente ponderados na hora do balanço anual. Salientam-se aqui as várias Parcerias que integrámos, os diversos Programas de policiamento comunitário que mantivemos, o número de ações operacionais que executámos, o número de autos que levantámos, quer por crimes quer por contraordenações, da nossa atuação em matéria de proteção da natureza e do ambiente, proteção e socorro, investigação criminal, fiscal e aduaneira, vigilância e controlo costeiro e segurança rodoviária e ainda, o esforço da GNR para o cumprimento dos desígnios da política externa portuguesa e da PCSD da UE, a multiplicidade de fóruns em que a Instituição se fez representar, a nível nacional e a nível internacional, a forma eficiente como foram geridos os, sempre escassos, RH, materiais e financeiros e a energia despendida no sentido de se encontrarem fontes de financiamento alternativas.

Nesta dinâmica, importa relevar o reconhecimento que a GNR, no desempenho da sua nobre missão, tem merecido das mais diversas entidades com quem priva, quer a nível nacional, quer além-fronteiras.

Se a nível nacional o reconhecimento tem sido manifestado pelos órgãos que a tutelam e pelos cidadãos em geral, a nível externo, a participação em diversos fóruns, nomeadamente de boas práticas, tem merecido o reparo elogioso dos seus parceiros internacionais.

1.2. AUDIÇÃO DE DIRIGENTES INTERMÉDIOS E DEMAIS TRABALHADORES

Apesar de, no caso específico da GNR, não ser passível de aplicação devido à dimensão da Instituição, a sua natureza militar e possibilidade de conflito de interesses, o Comando da GNR, decidiu não proceder à audição de dirigentes intermédios e demais trabalhadores, não obstante da possibilidade de o fazer quando existirem meios tecnológicos auxiliares vocacionados para a sua concretização.

1.3. MENÇÃO PROPOSTA PELO DIRIGENTE MÁXIMO DO SERVIÇO

Como foi possível verificar, a atuação da GNR em 2025, registou um grau satisfatório de proficiência, expresso no cumprimento de todos dos OOp que avaliam os parâmetros de avaliação de Eficácia, de Eficiência e de Qualidade.

Por tudo o referido, o Comandante-Geral da GNR, nos termos do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, face aos resultados atingidos no QUAR 2025, alvo de autoavaliação, face a toda a atividade desenvolvida à margem dos objetivos fixados e expressa no capítulo III do RA da GNR, bem como ainda pela manutenção dos níveis de excelência atingidos nos anos transatos, propõe a atribuição à Instituição, no ano de 2025, a menção de «BOM».

1.4. CONCLUSÕES PROSPETIVAS

Não obstante dos resultados positivos atingidos na avaliação de 2025 e dos anos anteriores, a GNR encontra-se já focalizada no futuro, com o começo de uma nova estratégia, a Estratégia da Guarda 2030, uma estratégia integrada que projeta a missão da GNR, Valoriza as Pessoas e Consolida o Futuro.

Neste contexto, identificam-se sete pressupostos estratégicos centrais que devem orientar a atuação da GNR:

1. Reforço da Interdependência entre segurança interna e defesa nacional;

Aguarda Homologação

2. Complexificação e hibridização das ameaças à segurança pública;
3. Centralidade da proximidade e da coesão territorial;
4. Direitos Humanos como fundamento da legitimidade institucional;
5. Transição digital e inteligência artificial ao serviço da segurança pública;
6. Exigência crescente de sustentabilidade organizacional e resiliência institucional;
7. Crescente integração Europeia e internacionalização das políticas de segurança e defesa.

Ora, a Estratégia da Guarda 2030 é a prova de que a GNR quer inovar e materializar novos modelos de gestão, inspirados e alinhados com os instrumentos implementados na AP. O modelo de gestão estratégica da GNR, iniciado em 2015, continua em prática, consolidando um modelo de gestão plurianual, orientador para os ciclos de gestão anuais que se seguem, alinhado com os mesmos princípios e ferramentas de gestão pública, em prática na AP Portuguesa.

Por fim, decorrido mais de uma década após a implementação da atual estrutura orgânica, concretizado o balanço e reflexão relativamente ao novo modelo de funcionamento, entendemos ser hora de proceder aos adequados ajustamentos e correções, rumo a uma GNR ainda mais operacional e eficiente, determinada a prestar um serviço de qualidade à segurança dos Portugueses e em contribuir para a segurança do espaço Europeu em que nos inserimos e, em última análise, para um mundo mais seguro, justo e livre.

Aguarda Homologação

Aguarda Homologação

Página em branco.



Aguarda Homologação



Aguarda Homologação

Capítulo VIII

Anexos



Aguarda Homologação



Aguarda Homologação

Anexo 1

AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

ORIENTAÇÃO TÉCNICA DO CCAS, DE 12 DE JANEIRO DE 2009

ANEXO 2 – ORIENTAÇÃO TÉCNICA DO CCAS, DE 12 DE JANEIRO DE 2009	S	N	PARCIAL	OBS.
AMBIENTE DE CONTROLO:				
VALORIZAÇÃO DE VALORES ÉTICOS E DE INTEGRIDADE	X			
CONTROLOS FINANCEIROS EFETIVOS	X			
INCENTIVOS AO DESENVOLVIMENTO DE BOAS PRÁTICAS	X			
CONTACTOS REGULARES ENTRE A DIREÇÃO E OS DIRIGENTES DAS UNIDADES ORGÂNICAS	X			
EXISTÊNCIA OU NÃO DE CONTROLOS EXTERNOS E/OU DE FISCAL ÚNICO.	X			
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL:				
OBEDECE ÀS REGRAS DEFINIDAS LEGALMENTE;	X			
RESPONDE SATISFATORIAMENTE À EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE DO SERVIÇO;	X			
SÃO RECONHECIDAS AS RESPONSABILIDADES, AUTORIDADE E DELEGAÇÃO NO SEIO DO SERVIÇO;	X			
O PESSOAL DO SERVIÇO É AVALIADO DE ACORDO COM O SIADAP;			X	APENAS FUNCIONÁRIOS CIVIS MILITARES: INEXISTÊNCIA DE ADAPTAÇÃO DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO MÉRITO DOS MILITARES DA GNR AO SIADAP
EXISTE UMA POLÍTICA DE FORMAÇÃO DO PESSOAL QUE GARANTA A ADEQUAÇÃO DO MESMO ÀS FUNÇÕES E COMPLEXIDADE DAS TAREFAS.	X			
ATIVIDADES E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO ADMINISTRATIVO IMPLEMENTADOS NO SERVIÇO:				
O DIPLOMA ORGÂNICO ENCONTRA-SE INTEGRALMENTE REGULAMENTADO;	X			
SÃO RECONHECIDOS E FORMALIZADOS OS FLUXOS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO INTERSECTIVOS;	X			
POSSUI MANUAL DE CONTROLO INTERNO E/OU DE CONTABILIDADE;			X	SUBSTITUÍDAS POR NORMAS DE EXECUÇÃO PERMANENTE, CIRCULARES E DIRETIVAS
A COMPETÊNCIA PARA AUTORIZAÇÃO DA DESPESA ESTÁ CLARAMENTE DEFINIDA;	X			
ESTÁ IMPLEMENTADO UM SISTEMA DE ROTAÇÃO DE FUNÇÕES ENTRE OS TRABALHADORES;			X	CARGOS DIREÇÃO, COMANDO E CHEFIA: DETERMINADAS EM FUNÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DOS POSTOS; RESTANTES SITUAÇÕES: POLIVALÊNCIA DE FUNÇÕES.
AS RESPONSABILIDADES FUNCIONAIS PELA REALIZAÇÃO DAS DIFERENTES TAREFAS, CONFERÊNCIAS E CONTROLOS ESTÃO CLARAMENTE DEFINIDAS;	X			
OS CIRCUITOS DOS DOCUMENTOS ESTÃO CLARAMENTE DEFINIDOS.	X			
FIABILIDADE DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO:				
O NÍVEL DE ABRANGÊNCIA E INTEGRAÇÃO DAS DIFERENTES APLICAÇÕES;			X	ESPECIFICIDADES E COMPLEXIDADE DO SERVIÇO OPERACIONAL E DE APOIO OPERACIONAL DIFICULTAM INTEGRAÇÃO; EXISTE INTEGRAÇÃO AO NÍVEL DOS DIVERSOS *ENTERPRISE RESOURCE PLANNING*.
OS MECANISMOS QUE GARANTEM A FIABILIDADE, OPORTUNIDADE E UTILIDADE DOS *OUTPUTS* DOS SISTEMAS;			X	
A INFORMAÇÃO PRODUZIDA E UTILIZADA NOS PROCESSOS DE DECISÃO;	X			
SÃO IDENTIFICADOS OS REQUISITOS DE SEGURANÇA PARA ACESSO DE TERCEIROS A INFORMAÇÃO OU ATIVOS DO SERVIÇO;	X			DETERMINADA PELA INEXISTÊNCIA DE UM *ENTERPRISE RESOURCE PLANNING* ÚNICO.
ESTÁ SALVAGUARDADA A INFORMAÇÃO DOS COMPUTADORES DE REDE;	X			
GARANTE-SE A SEGURANÇA NA TROCA DE INFORMAÇÕES E SOFTWARE.	X			

Ficha de Homologação

Aguarda Homologação

Página em branco.



Aguarda Homologação



Aguarda Homologação

Anexo 2

PROCEDIMENTOS AQUISITIVOS REALIZADOS

DECRETO-LEI N.º 18/2008, DE 29 DE JANEIRO
REPUBLICADO PELO DECRETO-LEI N.º 111-B/2017, DE 31 DE AGOSTO.

TIPOLOGIA/N.º	DESCRIÇÃO	VALOR ADJUDICADO C/ IVA (EM EUROS)
ACORDO QUADRO (5 PROCEDIMENTOS)		
AQ N.º 01/DRL/DA/24	AQUISIÇÃO DE ARMÁRIOS VESTIÁRIOS METÁLICOS AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO PARA A UNIDADE DE EMERGÊNCIA, PROTEÇÃO E SOCORRO E PARA A EG DA GNR	73 185,00
AQ N.º 02/DRL/DA/24	AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO PARA A UNIDADE DE EMERGÊNCIA, PROTEÇÃO E SOCORRO DA GNR	48 152,11
AQ N.º 03/DRL/DA/24	AQUISIÇÃO DE CADEIRAS AO ABRIGO DO ACORDO-QUADRO PARA O DISPOSITIVO DA GNR	97 803,45
AQ N.º 04/DRL/DA/24	AQUISIÇÃO DA PAPEL PARA FOTOCÓPIA E IMPRESSÃO, PARA OS MESES DE NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 2024 (AQ-PAPEL-2022)	43 197,50
AQ N.º 05/DRL/DA/24	AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO PARA O CARI DA GNR	65 553,11
	TOTAL	**327 891,17**
AJUSTE DIRETO (22 PROCEDIMENTOS)		
AD N.º 29/DRL/DA/23	AQUISIÇÃO DO SERVIÇO MÓVEL TERRESTRE E SERVIÇO DE TELEFONIA FIXO: 1º SEMESTRE 2024	93 981,59
AD N.º 30/DRL/DA/23	AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS PARA PORTUGAL CONTINENTAL	921 270,00
AD N.º 01/DRL/DA/24	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CÓPIA E IMPRESSÃO PARA A GNR PARA OS MESES DE FEVEREIRO A JUNHO 2024	340 439,95
AD N.º 02/DRL/DA/24	AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS PARA PORTUGAL CONTINENTAL	470 000,00
AD N.º 03/DRL/DA/24	AQUISIÇÃO DE BELICHES METÁLICOS FORA DO ACORDO QUADRO PARA A UNIDADE DE EMERGÊNCIA, PROTEÇÃO E SOCORRO DA GNR	23 948,10
AD N.º 04/DRL/DA/24	AQUISIÇÃO DE BOQUILHAS SOTOXA	21 894,00
AD N.º 05/DRL/DA/24	AQUISIÇÃO DE COLETES COM SISTEMA DE AIRBAG PARA MOTOCICLISTA	23 763,60
AD N.º 06/DRL/DA/24	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA EM TODO O TN, PARA AS INSTALAÇÕES DA GNR, PARA UM PERÍODO DE SEIS MESES DO ANO DE 2024	4 148 917,03
AD N.º 07/DRL/DA/24	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CÓPIA E IMPRESSÃO PARA A GNR PARA O SEGUNDO SEMESTRE DE 2024	389 093,45
AD N.º 08/DRL/DA/24	AQUISIÇÃO DO SERVIÇO MÓVEL TERRESTRE E SERVIÇO DE TELEFONIA FIXO: 3º TRIMESTRE 2024	46 990,80
AD N.º 09/DRL/DA/24	AQUISIÇÃO DE CAMISAS DE INSTRUÇÃO, CAMISOLAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA E CAMISOLAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA TÉCNICAS	13 741,56
AD N.º 10/DRL/DA/24	AQUISIÇÃO DE FITA SINALIZADORA MODELO GNR	21 510,86
AD N.º 12/DRL/DA/24	AQUISIÇÃO DE MUNIÇÕES DE CALIBRE 7,92 X 57 MM (8 X 57 MAUSER), DE SALVA	46 924,50
AD N.º 13/DRL/DA/24	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EVOLUTIVA DO SISTEMA DE GESTÃO DA RECEITA, EM USO NA GNR	46 990,80

Aguarda Homologação

TIPOLOGIA/N.º	DESCRIÇÃO	VALOR ADJUDICADO C/ IVA (EM EUROS)
AD N.º 14/DRL/DA/24	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA EM TODO O TN, PARA AS INSTALAÇÕES DA GNR, PARA O PERÍODO DO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2025	2 446 340,33
AD N.º 15/DRL/DA/24	AQUISIÇÃO DO SERVIÇO MÓVEL TERRESTRE E SERVIÇO DE TELEFONIA FIXO: 1º SEMESTRE 2024	122 692,50
AD N.º 16/DRL/DA/24	MANUTENÇÃO DO SIGRI 2025 - ATÉ À EXECUÇÃO DO CLPQ 2025/2027	288 134,88
AD N.º 17/DRL/DA/24	AQUISIÇÃO DE MOCHILAS PARA A AM	14 538,60
AD N.º 18/DRL/DA/24	AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS PARA PORTUGAL CONTINENTAL 2025	921 270,00
AD N.º 19/DRL/DA/24	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CÓPIA E IMPRESSÃO PARA A GNR PARA O 1.º SEMESTRE DE 2025	389 093,45
AD N.º 20/DRL/DA/24	AQUISIÇÃO DE GÁS NATURAL	133 000,00
AD N.º 21/DRL/DA/24	AQUISIÇÃO DE ELETRICIDADE	920 040,00
	TOTAL	**11 844 576,00**
CONTRATAÇÃO EXCLUÍDA (8 PROCEDIMENTOS)		
CEXCL N.º 10/DRL/DA/23	AQUISIÇÃO CENTRALIZADA DE SERVIÇOS POSTAIS DA GNR PARA OS PRIMEIROS TRÊS MESES DE 2024	437 500,00
CEXCL N.º 11/DRL/DA/23	AQUISIÇÃO CENTRALIZADA DE SERVIÇOS POSTAIS DA GNR PARA O PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE ABRIL DE 2024 E DEZEMBRO DE 2027	6 862 500,00
CEXCL N.º 01/DRL/DA/24	CONTROLO METROLÓGICO LEGAL DE INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO UTILIZADOS NA FISCALIZAÇÃO RODOVIÁRIA	813 690,96
CEXCL N.º 02/DRL/DA/24	TERMO DE ADESÃO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTAIS EM MODO PARTILHADO (GERFIP)	221 646,00
CEXCL N.º 03/DRL/DA/24	AQUISIÇÃO CENTRALIZADA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO NOS TERMOS DA PORTARIA 471/78, DE 19 DE AGOSTO	254 400,00
CEXCL N.º 05/DRL/DA/24	AQUISIÇÃO DE CARTÕES MODELO SAD/GNR PARA O ANO DE 2024	30 030,00
CEXCL N.º 07/DRL/DA/24	AQUISIÇÃO DE AUTOS DE CONTRAORDENAÇÃO EM BLOCO	22 786,00
CEXCL N.º 08/DRL/DA/24	AQUISIÇÃO DE AUTOS DE CONTRAORDENAÇÃO EM BLOCO	22 763,00
	TOTAL	**8 665 315,96**
CONCURSOS PÚBLICOS (50 PROCEDIMENTOS)		
CP N.º 10/DRL/DA/23	AQUISIÇÃO DE KIT DE INCÊNDIO PARA VEÍCULOS - PRR	374 493,92
CP N.º 46/DRL/DA/23	AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS PARA A REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - 2024	94 943,10

Aguarda Homologação

TIPOLOGIA/N.º	DESCRIÇÃO	VALOR ADJUDICADO C/ IVA (EM EUROS)
CP N.º 50/DRL/DA/23	SUBSTITUIÇÃO DE COBERTURA DO HOSPITAL VETERINÁRIO DE EQUÍDEOS NA USHE	104 545,98
CP N.º 51/DRL/DA/23	AQUISIÇÃO DE CONDECORAÇÕES – MEDALHAS 2024	98 315,13
CP N.º 52/DRL/DA/23	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EXPLORAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS POSTOS DE TRANSFORMAÇÃO GNR	32 486,00
CP N.º 53/DRL/DA/23	BOQUILHAS	99 896,00
CP N.º 54/DRL/DA/23	MANUTENÇÃO DAS 65 TORRES DE VIGILÂNCIA	793 832,36
CP N.º 56/DRL/DA/23	AQUISIÇÃO DE EPI FLORESTAL PARA A UEPS - PRR	309 929,62
CP N.º 57/DRL/DA/23	AQUISIÇÃO DE RAÇÃO PARA OS SOLÍPEDES DA GNR PARA O ANO DE 2024	190 213,11
CP N.º 58/DRL/DA/23	AQUISIÇÃO DE GÁS EM BOTIJA PARA A GNR, PARA O ANO DE 2024	122 204,51
CP N.º 01/DRL/DA/24	INSTALAÇÃO DO FLUXO LAMINAR NO BLOCO OPERATÓRIO DO CENTRO CLÍNICO DA GNR	865 549,18
CP N.º 02/DRL/DA/24	SUBSTITUIÇÃO DE COBERTURAS E REPARAÇÕES DIVERSAS NO DESTACAMENTO TERRITORIAL DE PORTIMÃO	109 014,90
CP N.º 03/DRL/DA/24	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA (REBOQUES) PARA OS VEÍCULOS LIGEIROS, MOTOCICLOS, CICLOMOTORES, QUADRICICLOS E VEÍCULOS PESADOS DA GNR/CIVIS, PARA O TRIÉNIO DE 2024 A 2026	553 500,00
CP N.º 04/DRL/DA/24	AQUISIÇÃO DE MUNIÇÕES – TIRO DE MANUTENÇÃO E ESPECIAL 2024	372 654,33
CP N.º 05/DRL/DA/24	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSFORMAÇÃO PARA VEÍCULOS DE COMANDO TÁTICO (VCOT)	72 447,00
CP N.º 07/DRL/DA/24	AQUISIÇÃO DE FATOS PARA MOTOCICLISTA, FATOS IMPERMEÁVEIS PARA MOTOCICLISTA E DE COLETES COM SISTEMA AIRBAG PARA MOTOCICLISTA	517 821,39
CP N.º 08/DRL/DA/24	AQUISIÇÃO DE APLICADORES DE GÁS PIMENTA COM RESPETIVO COLDRE E UMA RECARGA EXTRA.	83 851,56
CP N.º 09/DRL/DA/24	AQUISIÇÃO DE ARMEIROS PARA O DISPOSITIVO DA GNR	245 618,53
CP N.º 11/DRL/DA/24	SUBSTITUIÇÃO DA COBERTURA E REPARAÇÕES DIVERSAS NO DESTACAMENTO DE TRÂNSITO DE AVEIRO	70 097,70
CP N.º 12/DRL/DA/24	REMODELAÇÃO DA COZINHA E DO BAR DO CENTRO CLÍNICO DA GNR	410 866,74
CP N.º 14/DRL/DA/24	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A INSTALAÇÃO DE 74 ESTAÇÕES DE CARREGAMENTO NORMAL PARA VEÍCULOS ELÉTRICOS DA GNR	216 075,55
CP N.º 15/DRL/DA/24	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PARA APARELHOS ESPECIAIS DE TRÂNSITO E SEGURANÇA RODOVIÁRIA PARA O TRIÉNIO 2024 A 2026	922 500,00
CP N.º 16/DRL/DA/24	REPARAÇÃO DA COBERTURA E FACHADAS DO POLO DO CENTRO CLÍNICO NO NORTE	182 836,62

Aguarda Homologação

TIPOLOGIA/N.º	DESCRIÇÃO	VALOR ADJUDICADO C/ IVA (EM EUROS)
CP N.º 17/DRL/DA/24	RECUPERAÇÃO OPERACIONAL DO REBOCADOR DE PESADOS IVECO, DE MATRÍCULA GNR E0205 (9430JE)	54 132,14
CP N.º 18/DRL/DA/24	AQUISIÇÃO DO SERVIÇO DE VIAGENS E ALOJAMENTO PARA A GNR	903 164,31
CP N.º 19/DRL/DA/24	AQUISIÇÃO DO SERVIÇO DE LICENCIAMENTO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E DESENVOLVIMENTO DA APLICAÇÃO FILEDOC, QUE DÁ SUPORTE AO SIIOP–D, PARA OS ANOS 2025, 2026 E 2027	156 271,50
CP N.º 20/DRL/DA/24	AQUISIÇÃO DE ALVOS METÁLICOS/POPPERS	19 998,53
CP N.º 21/DRL/DA/24	AQUISIÇÃO DE BICICLETAS PARA PATRULHAMENTO	73 753,74
CP N.º 22/DRL/DA/24	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO E EXTINÇÃO DE INCÊNDIOS DA SALA TÉCNICA DO COMANDO GERAL DA GNR, PARA OS ANOS DE 2024 A 2026	29 520,00
CP N.º 23/DRL/DA/24	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA PARA OS VEÍCULOS LIGEIROS, MOTOCICLOS, CICLOMOTORES, QUADRICICLOS E VEÍCULOS PESADOS DA GNR/CIVIS, PARA O TRIÉNIO DE 2024 A 2026	553 500,00
CP N.º 24/DRL/DA/24	AQUISIÇÃO DE MUNIÇÕES DE CALIBRE 7,92 X 57 MM (8 X 57 MAUSER), DE SALVA	44 372,02
CP N.º 25/DRL/DA/24	AQUISIÇÃO EQUIPAMENTO DE PROCESSAMENTO DE DADOS PARA SUPORTE À INTEROPERABILIDADE SIIOP/ CITIUS	38 842,38
CP N.º 26/DRL/DA/24	AQUISICÃO DE FATOS DE INTERVENÇÃO FLORESTAL, CONSTITUÍDOS POR DOLMAN E CALÇAS, PARA A UEPS DA GNR	654 790,50
CP N.º 27/DRL/DA/24	AQUISIÇÃO DE UM SISTEMA BACKOFFICE CENTRALIZADO PARA GESTÃO DE CINEMÓMETROS	121 155,00
CP N.º 28/DRL/DA/24	AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS/UTENSÍLIOS E BOLSAS E MOCHILAS TÁTICAS COM KIT DE PRIMEIROS SOCORROS PARA A UEPS DA GNR	131 316,72
CP N.º 29/DRL/DA/24	AQUISIÇÃO 20 MONITORES PARA VIDEOWALL DO CINGOP/CG	59 520,02
CP N.º 30/DRL/DA/24	REPARAÇÃO DA ENVOLVENTE EXTERIOR DO PTER DE ARGANIL	175 753,47
CP N.º 31/DRL/DA/24	RECUPERAÇÃO OPERACIONAL DO REBOCADOR DE PESADOS IVECO, DE MATRÍCULA GNR E0205 (9430JE)	45 485,40
CP N.º 32/DRL/DA/24	AQUISIÇÃO DE CANIDEOS PARA A UI E SECÇÕES CINOTÉCNICAS DOS COMANDOS TERRITORIAIS	130 805,59
CP N.º 33/DRL/DA/24	AQUISIÇÃO DO SERVIÇO DE VIAGENS E ALOJAMENTO PARA A GNR, PARA O ANO DE 2025 E 2026	5 827 894,98
CP N.º 34/DRL/DA/24	AQUISIÇÃO DE 5 REBOQUES PORTA DOIS SOLÍPEDES	79 950,00
CP N.º 35/DRL/DA/24	AQUISIÇÃO DE MATERIAL (CAIXAS) PARA TRANSPORTE DE ANIMAIS EM VEÍCULOS	43 268,94
CP N.º 36/DRL/DA/24	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO SISTEMA DE GESTÃO DA RECEITA	239 850,00
CP N.º 37/DRL/DA/24	AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL RODOVIÁRIO PARA O CTER DOS AÇORES - 2025	105 516,50

Aguarda Homologação

TIPOLOGIA/N.º	DESCRIÇÃO	VALOR ADJUDICADO C/ IVA (EM EUROS)
CP N.º 38/DRL/DA/24	AQUISIÇÃO DE GÁS EM BOTIJA PARA A GNR, PARA O ANO DE 2025	149 982,87
CP N.º 39/DRL/DA/24	AQUISIÇÃO DE BOQUILHAS BIÉNIO 2025 E 2026	245 212,80
CP N.º 40/DRL/DA/24	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CÓPIA E IMPRESSÃO EM REGIME DE OUTSOURCING - 2025 A 2029	5 974 095,99
CP N.º 41/DRL/DA/24	AQUISIÇÃO DE RAÇÃO PARA CAVALOS PARA 2025	326 584,73
CP N.º 42/DRL/DA/24	AQUISIÇÃO DE MUNIÇÕES - TIRO DE MANUTENÇÃO, DESPORTIVO E ESPECIAL 2025	518 976,45
CP N.º 44/DRL/DA/24	AQUISIÇÃO DE RAÇÃO PARA CANÍDEOS PARA OS ANOS DE 2025 A 2027	685 410,12
	TOTAL	**24 232 817,90**
CONSULTA PRÉVIA (3 PROCEDIMENTOS)		
CPRÉVIA N.º 01/DRL/DA/24	AQUISIÇÃO DE SOBRESCRITOS	21 845,29
CPRÉVIA N.º 02/DRL/DA/24	AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL RODOVIÁRIO PARA O CTER DA MADEIRA - 2025	57 213,73
CPRÉVIA N.º 03/DRL/DA/24	AQUISIÇÃO DE SWITCHES DE REDE PARA A GNR	11 902,27
	TOTAL	**90 961,29**
CONCURSOS LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFCAÇÃO (2 PROCEDIMENTOS)		
CLPQ N.º 03/DRL/DA/23	AQUISIÇÃO DE FORNECIMENTO PERSONALIZADO DA DOTAÇÃO INICIAL AOS NOVOS INGRESSOS NA GNR, DE GESTÃO COMERCIAL PARA A SUA RENOVAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DE UM SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE GESTÃO DO FARDAMENTO	3 404 893,38
CLPQ N.º 01/DRL/DA/24	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA, ADAPTATIVA E EVOLUTIVA DO SIGRI, PARA OS ANOS 2025, 2026 E 2027	2 363 834,91
	TOTAL	**5 768 728,29**
HASTA PÚBLICA (1 PROCEDIMENTO)		
HP N.º 1/DRL/DA/24	ALIENAÇÃO DE VEÍCULOS EM FIM DE VIDA	22 035,00

Aguarda Homologação

No âmbito das atribuições da DRL/DA, de acordo com o artigo Art.º 32.º, respetivamente, do Despacho n.º 11132/2018, de 11 de novembro, compete-lhe «promover e organizar, sob o aspeto administrativo e financeiro, os procedimentos para a aquisição de bens e serviços…». Desta forma, existem procedimentos aquisitivos remetidos pelas diversas unidades da GNR, para verificação e submissão do órgão competente para a decisão de contratar, tarefas que são realizadas pela Divisão de Aquisições:

AQUISIÇÃO DE BENS	
UNIDADE	DESCRIÇÃO
CONCURSO PÚBLICO (15 PROCEDIMENTOS)	
EG	AQUISIÇÃO DE FRUTA FRESCA PARA A EG, EM QUELUZ, PARA CFPORTALGRE E CFFIGUEIRA DA FOZ
USHE	AQUISIÇÃO DE PALHA PARA OS SOLÍPEDES DA USHE DURANTE O ANO 2023
UCCF	AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL MARÍTIMO (ISO-F-DMA) PARA A LANCHA DE PATRULHAMENTO COSTEIRO (LPC) P01–BOJADOR E COMBUSTÍVEL MARÍTIMO (COLORIDO), PARA AS EMBARCAÇÕES DA UCCF DA GNR
CENTRO CLÍNICO	AQUISIÇÃO DE DISPOSITIVOS MÉDICOS DE DIAGNÓSTICO IN VITRO PARA O SECTOR DE QUÍMICA E IMUNOLOGIA DO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS DO CENTRO CLÍNICO
EG	AQUISIÇÃO DE PESCADO CONGELADO PARA AS MESSES DA EG, EM QUELUZ, DO CENTRO DE FORMAÇÃO DE PORTALEGRE E DO CENTRO DE FORMAÇÃO DA FIGUEIRA DA FOZ, PARA O ANO DE 2024
USHE	AQUISIÇÃO DE 593.185 KG DE PALHA PARA OS SOLÍPEDES DA USHE DURANTE O ANO DE 2024
USHE	AQUISIÇÃO DE 20 (VINTE) SOLÍPEDES DE FILEIRA PARA A USHE NO ANO DE 2024
EG	AQUISIÇÃO DE CARNE FRESCA PARA AS MESSES DA EG, EM QUELUZ, PARA O CENTRO DE FORMAÇÃO DE PORTALEGRE E PARA O CENTRO DE FORMAÇÃO DA FIGUEIRA DA FOZ
UCCF	AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL MARÍTIMO (ISO-F-DMA) PARA A LANCHA DE PATRULHAMENTO COSTEIRO (LPC) P01–BOJADOR E COMBUSTÍVEL MARÍTIMO (COLORIDO) PARA AS EMBARCAÇÕES DA UCCF DA GNR
UCCF	AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA) NA ILHA DE SAMOS-GRÉCIA, PARA A COASTAL PATROL BOAT (CPB) "CAIS DO CABO" DA UCCF DA GNR, NO ÂMBITO DA OPERAÇÃO JO POSEIDON SEA FRONTEX 2024
UEPS	CP 2_2024-AQUISIÇÃO DE VÁRIOS EQUIPAMENTOS UNMANNED AIRCRAFT SYSTEM (UAS), NO ÂMBITO DO PROJETO ATEMPO
UCCF	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE SISTEMA AIS (AUTOMATIC IDENTIFICATION SYSTEM) SEGURO PARA A UCCF, NO ÂMBITO DO FSI
UCCF	AQUISIÇÃO DE 01 UNMANNED AIRCRAFT SYSTEM
UEPS	AQUISIÇÃO DE VÁRIOS EQUIPAMENTOS UNMANNED AIRCRAFT SYSTEM (UAS), PARA A UEPS, NO FSI
USHE	AQUISIÇÃO DE PALHA PARA OS SOLÍPEDES DA USHE DURANTE O ANO DE 2024

Aguarda Homologação

EMPREITADA	
UNIDADE	DESCRIÇÃO
CONSULTA PRÉVIA (1 PROCEDIMENTO)	
CTER BRAGA	EMPREITADA DE REMODELAÇÃO DE INSTALAÇÃO SANITÁRIA NO CTER DE BRAGA

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	
UNIDADE	DESCRIÇÃO
CONCURSO PÚBLICO (6 PROCEDIMENTOS)	
CTER Setúbal	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA PARA VIATURAS DO CTER DE SETÚBAL DA GNR PARA O 1º SEMESTRE DE 2024
USHE	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DAS CAVALARIÇAS DA USHE PARA O PERÍODO DE 1 DE MARÇO A 20 DE OUTUBRO DE 2024
USHE	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DAS CAVALARIÇAS DA USHE PARA O PERÍODO DE 26 DE OUTUBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2024
CENTRO CLÍNICO	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA O CENTRO CLÍNICO DA GNR
SGG	FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES, EXPLORAÇÃO DOS BARES, SERVIÇOS DE CATERING E SERVIÇOS DE RESTAURAÇÃO NO COMANDO GERAL DA GNR
USHE	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DAS CAVALARIÇAS DA USHE PARA O ANO DE 2025
CONCURSO PÚBLICO URGENTE (1 PROCEDIMENTO)	
UI	AQUISIÇÃO DE VIAGENS E ALOJAMENTO PARA A UI, NO ÂMBITO DA REDE HRSN
AJUSTE DIRETO (1 PROCEDIMENTO)	
SGG	AQUISIÇÃO DE LICENÇAS VTS - TESTES VIENA

Aguarda Homologação

TIPOLOGIA/N.º	DESCRIÇÃO	VALOR ADJUDICADO C/ IVA (EM EUROS)
CENTRALIZADOS ESPAP (4 PROCEDIMENTOS)		
UNIDADE	DESCRIÇÃO	
PA02_2024_AQCR23	PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO CENTRALIZADA DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS – LOTE A – FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS EM POSTOS DE ABASTECIMENTO - PORTUGAL CONTINENTAL	11 406 097,50
PA02_2024_AQCR23	PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO CENTRALIZADA DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS – LOTE B – FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS A GRANEL - PORTUGAL CONTINENTAL	340 218,00
PA01_2024_AQELE24	PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO CENTRALIZADA DE FORNECIMENTO DE ELETRICIDADE EM REGIME DE MERCADO LIVRE – LOTE C	7 511 000,78
PA03_2024_AQGN23	PROCEDIMENTO AGREGADO AO ABRIGO DO LOTE 3 DO ACORDO QUADRO PARA O FORNECIMENTO DE GÁS NATURAL EM REGIME DE MERCADO LIVRE PARA PORTUGAL CONTINENTAL	800 000,00
	TOTAL	**20 057 316,28**
CENTRALIZADOS DSUMC (5 PROCEDIMENTOS)		
UNIDADE	DESCRIÇÃO	
84/DSUMC/2023	AQUISIÇÃO AGREGADA DE CONSUMÍVEIS SANITÁRIOS PARA 6 MESES DO ANO DE 2024	99 743,06
10/DSUMC/2024	AQ. AGREGADA DE PAPEL CÓPIA E IMPRESSÃO (MAIO A DEZEMBRO DE 2024)	110 247,94
11/DSUMC/2024	AQ. AGREGADA CONSUMÍVEIS SANITÁRIOS - JULHO A DEZEMBRO DE 2024	101 960,04
15/DSUMC/2024	AQ. AGREGADA DE CONSUMÍVEIS SANITÁRIOS PARA OS ANOS DE 2025 A 2027	619 033,44
14/DSUMC/2024	AQUISIÇÃO AGREGADA DE PAPEL DE CÓPIA E IMPRESSÃO PARA AS ENTIDADES DO MAI, AO ABRIGO DO AQPAPEL-2022 EM VIGOR NA ESPAP PARA OS ANOS DE 2025 A 2027	560 820,44
	TOTAL	**1 491 804,92**

Aguarda Homologação



Aguarda Homologação



Aguarda Homologação

Anexo 3

PUBLICIDADE INSTITUCIONAL

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 47/2010, DE 8 JUNHO

1. PUBLICIDADE INSTITUCIONAL

CONTRATAÇÃO PÚBLICA

No presente anexo pretende-se apresentar de uma forma sucinta os dados referentes às ações de publicidade institucional desenvolvida pela GNR, no âmbito da contratação pública junto da Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA (500792887).

DESIGNAÇÃO PAGAMENTO	N.º ATO DRE	DATA	UNIDADE REQUERENTE	VALOR
Publicação do Concurso Público nº 03/CTÉvora/2025 - Aquisição de palha para solípedes do Comando Territorial de Évora para o ano de 2025.	418568599	15/01/25	CTer Évora	151,63 €
Publicação do Concurso Público nº 01/CTSTR/2025 - Aquisição de pneumáticos para as viaturas e motociclos do Comando Territorial de Santarém para o ano de 2025.	418571051	15/01/25	CTer Santarém	151,63 €
Publicação do Concurso Público nº 01/Centro Clínico/2025 - Aquisição de serviços de recolha de resíduos hospitalares do Centro Clínico e da Divisão de medicina Veterinária da GNR para o Triénio de 2025, 2026 e 2027.	418572137	16/01/25	CC	151,63 €
Publicação do Concurso Público nº 01/UEPS/2025 - Concessão de exploração de espaços em edifícios da UEPS na Cidade da Guarda, mediante instalação de máquinas de venda automática de bens alimentares e bebidas para o ano de 2025.	418598139	22/01/25	UEPS	151,63 €
Publicação do Concurso Público nº 01/UEPS/2025 - Concessão de exploração de espaços em edifícios da UEPS na Cidade da Guarda, mediante instalação de máquinas de venda automática de bens alimentares e bebidas para o ano de 2025. (retificação).	418605517	23/01/25	UEPS	38,88 €
Publicação do Concurso Público Urgente nº 02/EG/2025 - Aquisição de serviços de restauração para as messes da EG, em Queluz, do Centro de Formação de Portalegre e do Centro de Formação da Figueira da Foz, para 1 (um) Trimestre de 2025.	418623742	28/01/25	EG	208,01 €
Publicação do Concurso Público nº 09/CCLIN/2024 - Aquisição de Serviços Técnicos de Saúde para o Centro Clínico da GNR para 2024.	418603468	23/01/25	EG	208,01 €
Publicação do Concurso Público nº 02/UI/2025 - Aquisição de viagens e alojamento para a UI, no âmbito da Rede (High Risk Security Network).	418644698	3/02/25	UI	155,57 €
Publicação do Concurso Público nº 01/CTPorto/2025 - Aquisição de pneus para as viaturas do Comando Territorial do Porto para o ano de 2025.	418650991	4/02/25	CTer Porto	155,57 €
Publicação do Concurso Público nº 01/UI/2025 - Concessão de exploração da messe e do bar da UI para fornecimento de refeições confecionadas e serviço de bar para os meses de março a agosto de 2025.	418656094	5/02/25	UI	155,57 €
Publicação do Concurso Público nº 02/USHE/2025 - Aquisição de palha para o ano de 2025.	418656095	6/02/25	USHE	155,57 €

Aguarda Homologação

DESIGNAÇÃO PAGAMENTO	N.º ATO DRE	DATA	UNIDADE REQUERENTE	VALOR
Publicação do Concurso Público Urgente nº 03/EG/2025 - Aquisição de gás propano a granel para a EG, em Queluz, para o ano de 2025.	418678848	11/02/25	EG	155,57 €
Publicação do Concurso Público nº 03/USHE/2025 - Aquisição de cravos e ferraduras para os solípedes da USHE para o ano de 2025.	418694878	14/02/25	USHE	155,57 €
Publicação do Concurso Público nº 04/UCCF/2025 - Aquisição de combustível (em Espanha e Grécia) para embarcações da UCCF da GNR.	418733116	24/02/25	UCCF	174,86 €
Publicação do Concurso Público nº 05/CTÉvora/2025 - Concessão de Exploração de Espaços em Edifícios do Comando Territorial de Évora, mediante instalação de máquinas de venda automática de bens alimentares e bebidas.	418731115	24/02/25	CTer Évora	232,69 €
Publicação do Concurso Público nº 05/USHE/2025 - Aquisição e montagem de pneumáticos para as viaturas e motociclos da USHE para o ano de 2025.	418765193	5/03/25	USHE	194,13 €
Publicação do Concurso Público nº 07/USHE/2025 - Aquisição de gás propano a granel para a USHE para o ano de 2025.	418765266	5/03/25	USHE	155,57 €
Publicação do Concurso Público nº 02/Centro Clínico/2025 - Serviço de manutenção preventiva e assistência técnica do aparelho Axion Luminos DRF (mesa de raio X) e intensificador de imagem "Arco em C".	418771495	6/03/25	CC	194,13 €
Publicação do Concurso Público nº 10/Centro Clínico/2025 - Aquisição de serviços de análises clínicas para o Centro Clínico da GNR para o Triénio de 2025 a 2027.	418772159	6/03/25	CC	155,57 €
Publicação do Concurso Público nº 01/CTBeja/2025 - Aquisição de pneumáticos para as viaturas e motociclos do Comando Territorial de Beja para o ano de 2025.	418741565	6/03/25	CTer Beja	155,57 €
Publicação do Concurso Público nº 06/USHE/2025 - Aquisição de uma parelha de solípedes de tração/tiro, para a Secção de atrelagem da USHE para o ano de 2025.	418777724	7/03/25	USHE	155,57 €
Publicação do Concurso Público nº 04/USHE/2025 - Aquisição de vinte e dois solípedes de Fileira para USHE para o ano de 2025.	418786529	10/03/25	USHE	329,10 €
Publicação do Concurso Público Urgente nº 01/CTPorto/2025 - Aquisição de pneus para as viaturas do Comando Territorial do Porto para o ano de 2025.	418795625	11/03/25	CTer Porto	155,57 €
Publicação do Concurso Público nº 01/DRL/DA/2025 - Aquisição de condecorações e de espadas para a GNR.	418809702	13/03/25	DRL	290,53 €
Publicação do Concurso Público nº 44/DRL/DA/2024 - Aquisição de ração para os canídeos da GNR para o triénio de 2025 a 2027.	418853159	24/03/25	DRL	155,57 €
Publicação do Concurso Público nº 06/CTÉvora/2025 - Concessão de exploração de espaços em edifícios no Comando Territorial de Évora, mediante a instalação de máquinas de venda de bens alimentares e bebidas, para 8 lotes.	418853483	24/03/25	CTer Évora	232,69 €

Aguarda Homologação

DESIGNAÇÃO PAGAMENTO	N.º ATO DRE	DATA	UNIDADE REQUERENTE	VALOR
Publicação do Concurso Público nº 04/Centro Clínico/2025 - Aquisição de serviços de saúde para o Centro Clínico da GNR para o Triénio de 2025, 2026 e 2027.	418867715	26/03/25	CC	406,22 €
Publicação do Concurso Público nº 06/Centro Clínico/2025 - Aquisição de dispositivos médicos de diagnóstico in vitro com colocação de equipamento para o laboratório de análises clínicas do Centro Clínico, para o Triénio de 2025 a 2027.	418873717	27/03/25	CC	251,98 €
Publicação do Concurso Público Urgente nº 15/EG/2025 - Aquisição de legumes frescos para a messe do Centro de Formação da Figueira da Foz, até 31 de dezembro de 2025.	418879347	28/03/25	EG	155,57 €
Publicação do Concurso Público nº 05/UCCF/2025 - Aquisição de combustível para embarcações da UCCF da GNR.	418884741	31/03/25	UCCF	174,86 €
Publicação do Concurso Público Urgente nº 08/EG/2025 - Aquisição de pescado frescos para as messes da EG em Queluz e para o Centro de Formação de Portalegre, até 31 de dezembro de 2025.	418906757	3/04/25	EG	194,13 €
Publicação do Concurso Público Urgente nº 02/EG/2025 - Aluguer de roupa de alojamento para a EG em Queluz e para o Centro de Formação da Figueira da Foz, até 31 de dezembro de 2025.	418912645	4/04/25	EG	194,13 €
Publicação do Concurso Público nº 42/DRL/DA/2024 - Aquisição de munições - Tiro de Manutenção, Desportivo e Especial para o ano de 2025.	418925443	8/04/25	DRL	406,22 €
Publicação do Concurso Público nº 01/DRL/DA/2025 - Aquisição de condecorações e de espadas para a GNR (retificação).	418937756	11/04/25	DRL	39,78 €
Publicação do Concurso Público nº 40/DRL/DA/2024 - Aquisição de cópia e impressão para a GNR para o período de 01 de julho de 2025 a 31 de dezembro de 2029.	418955527	15/04/25	DRL	174,86 €
Publicação do Concurso Público Urgente nº 03/EG/2025 - Aquisição de serviços de restauração para as messes da EG, em Queluz, do Centro de Formação de Portalegre e do Centro de Formação da Figueira da Foz, até 31 de dezembro de 2025.	418957763	16/04/25	EG	194,13 €
Publicação do Concurso Público nº 04/DRL/DA/2025 - Aquisição de fatos de Intervenção Florestal, constituídos por dólman e calças para a UEPS da GNR.	418959715	16/04/25	DRL	174,86 €
Publicação do Concurso Público nº 02/UAF/2025 - Aquisição Quadricópteros com Sensores Multiespetro - FSI.	418974968	23/04/25	UAF	155,57 €
Publicação do Concurso Público nº 01/UAF/2025 - Aquisição de Equipamentos de Monitorização Remota - FSI.	418989353	29/04/25	UAF	155,57 €
Publicação do Concurso Público Urgente nº 01/UCCF/2025 - Aquisição de serviços de viagens, alojamento e rent a Car para a UCCF para o 2º Trimestre de 2025.	418997445	30/04/25	UCCF	155,57 €
Publicação do Concurso Público nº 01/UAF/2025 - Aquisição de Equipamentos de Monitorização Remota - FSI.	418998044	30/04/25	UAF	155,57 €

Aguarda Homologação

DESIGNAÇÃO PAGAMENTO	N.º ATO DRE	DATA	UNIDADE REQUERENTE	VALOR
Publicação do Concurso Público nº 03/DRL/DA/2025 - Aquisição de fatos impermeáveis e fatos impermeáveis de alta visibilidade.	419008873	5/05/25	DRL	194,13 €
Publicação do Concurso Público Urgente nº 03/EG/2025 - Aquisição de serviços de restauração para as messes da EG, em Queluz, do Centro de Formação de Portalegre e do Centro de Formação da Figueira da Foz, até 31 de dezembro de 2025.	419014242	6/05/25	EG	194,13 €
Publicação da Hasta Pública nº 01/USHE/2025 - Alienação de quinze solípedes julgados incapazes para o serviço da GNR no ano de 2025.	419046116	13/05/25	USHE	213,41 €
Publicação do Concurso Público nº 07/EG/2025 - Aquisição de pescado congelado para as messes da EG em Queluz e para o Centro de Formação de Portalegre e do Centro de Formação da Figueira da Foz, até 31 de dezembro de 2025.	419049008	14/05/25	EG	194,13 €
Publicação do Concurso Público nº 05/EG/2025 - Aquisição de mercearia congelado para as messes da EG em Queluz e para o Centro de Formação de Portalegre e do Centro de Formação da Figueira da Foz, até 31 de dezembro de 2025.	419052289	14/05/25	EG	213,41 €
Publicação do Concurso Público nº 40/DRL/DA/2024 - Aquisição de cópia e impressão para a GNR para o período de 01 de julho de 2025 a 31 de dezembro de 2029 (retificação).	419060648	15/05/25	DRL	39,78 €
Publicação do Concurso Público nº 06/EG/2025 - Aquisição de carne fresca para as messes da EG em Queluz e para o Centro de Formação de Portalegre e do Centro de Formação da Figueira da Foz, até 31 de dezembro de 2025.	419064877	16/05/25	EG	290,53 €
Publicação do Concurso Público nº 01/UAF/2025 - Aquisição de Equipamentos de Monitorização Remota - FSI (retificação).	419065581	16/05/25	UAF	39,78 €
Publicação do Concurso Público nº 13/DRL/DA/2025 – Empreitada de reparação da Cobertura de Edifício da USHE.	419083385	21/05/25	DRL	155,57 €
Publicação do Concurso Público nº 12/DRL/DA/2025 - Aquisição de fatos para motociclista, coletes com sistema Airbag para motociclista, fatos impermeáveis para motociclista, luvas para motociclista de inverno e de verão, barretes de trânsito e botas para motociclista.	419083125	21/05/25	DRL	251,98 €
Publicação do Concurso Público nº 02/DRL/DA/2025 - Empreitada de reparação da envolvente exterior do edifício principal do Comando Territorial de Bragança.	419083693	21/05/25	DRL	155,57 €
Publicação do Concurso Público nº 07/DRL/DA/2025 – Empreitada de reparação das fachadas no Comando Territorial de Viseu.	419100515	26/05/25	DRL	155,57 €
Publicação do Concurso Público nº 05/DRL/DA/2025 - Aquisição de Licenças Software Forense.	419101163	26/05/25	DRL	155,57 €
Publicação do Concurso Público nº 02/CTLSB/2025 - Concessão de exploração de espaços em edifícios do Comando Territorial de Lisboa, mediante instalação de máquinas de venda automática de bens alimentares e bebidas para o ano de 2025.	419097585	26/05/25	CTer Lisboa	251,98 €

Aguarda Homologação

DESIGNAÇÃO PAGAMENTO	N.º ATO DRE	DATA	UNIDADE REQUERENTE	VALOR
Publicação do Concurso Público nº 01/CTLSB/2025 - Concessão de exploração do Bar do Comando Territorial de Lisboa, para o ano de 2025.	419097893	26/05/25	CTer Lisboa	155,57 €
Publicação do Concurso Público nº 08/USHE/2025 - Aquisição de cravos e ferraduras para os solípedes da USHE para o ano de 2025.	419140554	4/06/25	USHE	155,57 €
Publicação do Concurso Público nº 08/DRL/DA/2025 - Empreitada para reparações e substituições de vedações no quartel do Grafanil.	419142247	4/06/25	DRL	155,57 €
Publicação do Concurso Público nº 03/CTSetúbal/2025 - Concessão de Exploração de espaços em edifícios do Comando Territorial de Setúbal, permitindo a instalação de máquinas de venda automática de bebidas e bens alimentares.	419148436	5/06/25	CTer Setúbal	251,98 €
Publicação do Concurso Público nº 06/DRL/DA/2025 - Aquisição de um SistemaBackoffice centralizado para gestão de cinemómetros.	419149132	5/06/25	DRL	155,57 €
Publicação do Concurso Público nº 03/UI/2025 - Aquisição de edifício modular equipado para o laboratório de venenos do grupo de intervenção cinotécnico da UI.	419156666	6/06/25	UI	155,57 €
Publicação do Concurso Limitado por Prévia Qualificação nº 01/UI/2025 - Aquisição de canídeos para a UI e Secções Cinotécnicas dos Comandos Territoriais da GNR.	419156666	9/06/25	UI	155,57 €
Publicação do Concurso Público nº 06/UCCF/2025 - Aquisição de serviços de Formação para Curso de Navegação: Nível Costeiro.	419165162	9/06/25	UCCF	155,57 €
Publicação do Concurso Público nº 09/DRL/DA/2025 - Empreitada para reparação da envolvente Exterior do SDCC e Posto Territorial de Setúbal.	419185259	16/06/25	DRL	155,57 €
Publicação do Concurso Público nº 12/DRL/DA/2025 - Aquisição de fatos para motociclista, coletes com sistema Airbag para motociclista, fatos impermeáveis para motociclista, luvas para motociclista de inverno e de verão, barretes de trânsito e botas para motociclista (retificação).	419191188	17/06/25	DRL	39,78 €
Publicação do Concurso Público nº 01/CTLeiria/2025 - Concessão de Exploração de espaços em edifícios do Comando Territorial de Leiria, mediante a instalação de máquinas de venda automática de bebidas e bens alimentares.	419190256	17/06/25	CTer Leiria	309,81 €
Publicação do Concurso Público nº 01/CTMadeira/2025 - Recuperação operacional da Lancha de Patrulha Costeira, de matrícula N-9913, denominada "Mar Jónico", do Comando Territorial da Madeira.	419221051	25/06/25	CTer Madeira	154,31 €
Publicação do Concurso Público nº 18/EG/2025 - Aquisição de mercearia para a messe da EG em Queluz e para a messe do Centro de Formação de Portalegre, até 31 de dezembro de 2025.	419263561	7/07/25	EG	194,13 €
Publicação do Concurso Público nº 19/EG/2025 - Aquisição de carne fresca para a messe da EG em Queluz e para a messe do	419276384	8/07/25	EG	251,98 €

Aguarda Homologação

DESIGNAÇÃO PAGAMENTO	N.º ATO DRE	DATA	UNIDADE REQUERENTE	VALOR
Centro de Formação de Portalegre e para o Centro de Formação da Figueira da Foz até 31 de dezembro de 2025.				
Publicação do Concurso Público nº 01/CTVCT/2025 - Concessão de exploração de espaços em edifícios no Comando Territorial de Viana do Castelo, mediante a instalação de máquinas de venda de bens alimentares e bebidas.	419293783	11/07/25	CTVCT	155,57 €
Publicação do Concurso Público nº 01/CTVCT/2025 - Concessão de exploração de espaços em edifícios no Comando Territorial de Viana do Castelo, mediante a instalação de máquinas de venda de bens alimentares e bebidas (retificação).	419306159	15/07/25	CTVCT	39,78 €
Publicação do Concurso Público nº 01/02/SRLF/CTLeiria/2025 - Concessão de Exploração de espaços em edifícios do Comando Territorial de Leiria, mediante a instalação de máquinas de venda automática de bebidas e bens alimentares.	419340446	22/07/25	CTer Leiria	232,69 €
Publicação do Concurso Público nº 02/SRLF/CTPorto/2025 - Aquisição de serviços de limpeza de cavalariças do Destacamento de Intervenção do Comando Territorial do Porto.	419368254	29/07/25	CTer Porto	155,57 €
Publicação do Concurso Público nº 04/SRLF/UI/2025 - Concessão de exploração da messe e do bar da UI para fornecimento de refeições confecionadas e serviço de bar para os meses de setembro a dezembro de 2025.	419406842	6/08/25	UI	155,57 €
Publicação do Concurso Público nº 29/DRL/DA/2025 - Aquisição de fatos de intervenção florestal, constituídos por dólman e calças, para a UEPS da GNR, no âmbito do PRR.	419428356	12/08/25	DRL	174,86 €
Publicação do Concurso Público nº 19/DRL/DA/2025 - Empreitada para reparação da cobertura de edifício da USHE.	419488589	01/09/25	DRL	174,86 €
Publicação do Concurso Público nº 10/USHE/2025 - Aquisição de colchões para a USHE para o ano de 2025.	419488637	02/09/25	USHE	155,57 €
Publicação do Concurso Público nº 05/SRLF/UI/2025 - Aquisição de viagens e alojamento para a UI, no âmbito da rede HRSN (High Risk Security Network) para os meses de setembro e outubro de 2025.	419492598	2/09/25	UI	155,57 €
Publicação do Concurso Público nº 11/USHE/2025 - Aquisição de nove solípedes de fileira para a USHE no ano de 2025.	419497369	03/09/25	USHE	232,69 €
Publicação do Concurso Público nº 16/DRL/DA/2025 - Empreitada de envolvente exterior do Destacamento territorial de Valença (DLPIEFSS).	419498568	03/09/25	DRL	155,57 €
Publicação do Concurso Público nº 03/UAF/2025 - Aquisição de Sistema Captação e Transmissão de Imagem - Fase 1 - FSI.	419497385	03/09/25	UAF	155,57 €
Publicação do Concurso Público nº 07/UCCF/2025 - Concessão de Exploração de espaços em edifícios da UCCF, mediante a instalação de máquinas de venda automática de bebidas e bens alimentares.	419524746	11/09/25	UCCF	194,13 €

Aguarda Homologação

DESIGNAÇÃO PAGAMENTO	N.º ATO DRE	DATA	UNIDADE REQUERENTE	VALOR
Publicação do Concurso Público nº 04/UEPS/2025 - Aquisição de vários equipamentos UNMANNED AIRCRAFT SYSTEM (UAS), para a UEPS (UEPS), no âmbito do projeto atempo.	419529411	12/09/25	UEPS	213,41 €
Publicação do Concurso Público nº 12/USHE/2025 - Aquisição e montagem de sete frentes de box para a cavalariça n. º1 do 4.º Esquadrão a cavalo da USHE no ano de 2025.	419547094	18/09/25	USHE	155,57 €
Publicação do Concurso Público nº 02/CTVCT/2025 - Concessão de exploração de espaços em edifícios no Comando Territorial de Viana do Castelo, mediante a instalação de máquinas de venda de bens alimentares e bebidas.	419548699	18/09/25	CTVCT	155,57 €
Publicação do Concurso Público nº 26/DRL/DA/2025 - Aquisição de bens auto para o centro de manutenção e transportes da GNR para o 4º trimestre de 2025.	419583122	26/09/25	DRL	232,69 €
Publicação do Concurso Público N.º 08/UCCF/2025 - Aquisição de combustível marítimo para a UCCF.	419611229	03/10/25	UCCF	155,57 €
Publicação do Concurso Público nº 04/UEPS/2025 - Aquisição de vários equipamentos UNMANNED AIRCRAFT SYSTEM (UAS), para a UEPS (UEPS), no âmbito do projeto atempo (retificação).	419616802	06/10/25	UEPS	39,78 €
Publicação do Concurso Público nº 06/SRLF/UI/2025 - Aquisição de capacetes balísticos para o Grupo de Intervenção de Ordem Pública da UI, no âmbito da 6ª projeção RFPU da EUROGENDFOR no Kosovo.	419623533	07/10/25	UI	155,57 €
Publicação do Concurso Público nº 13/USHE/2025 - Aquisição de gás propano a granel para o aquartelamento sede da USHE do ano de 2026.	419626555	08/10/25	USHE	155,57 €
Publicação do Concurso Público nº 06/SRLF/UI/2025 - Aquisição de capacetes balísticos para o Grupo de Intervenção de Ordem Pública da UI, no âmbito da 6ª projeção RFPU da EUROGENDFOR no Kosovo (retificação).	419653674	14/10/25	UI	39,78 €
Publicação do Concurso Público N.º 11/DRL/DA/2025 – Empreitada de reparação da envolvente exterior do Posto Territorial de Alter do Chão (DLPIEFSS).	419659458	15/10/25	DRL	155,57 €
Publicação do Concurso Público N.º 10/DRL/DA/2025 - Empreitada de reparação de fachadas no quartel do Conde de Lippe – Lisboa (DLPIEFSS).	419686633	22/10/25	DRL	155,57 €
Publicação do Concurso Público N.º 09/USHE/2025 – Aquisição de serviços de limpeza das cavalariças da USHE para o a no 2026.	419689225	23/10/25	USHE	155,57 €
Publicação do Concurso Público N.º 14/USHE/2025 - Aquisição de colchões para a USHE no ano de 2025.	419696297	24/10/25	USHE	155,57 €
Publicação do Concurso Público N.º 16/USHE/2025 – Empreitada de reparação e impermeabilização da cobertura do Posto de Transformação do 4º Esquadrão da USHE.	419693964	24/10/25	USHE	155,57 €
Publicação do Concurso Público N.º 03/SRLF/CTVCT/2025 – Concessão de exploração de espaços em edifícios do CTer Viana	419699878	27/10/25	CTVCT	155,57 €

Aguarda Homologação

DESIGNAÇÃO PAGAMENTO	N.º ATO DRE	DATA	UNIDADE REQUERENTE	VALOR
do Castelo mediante a instalação de máquinas de venda automática de bens alimentares e bebidas.				
Publicação do Concurso Público N.º 11/DRL/DA/2025 - Empreitada de reparação da envolvente exterior do Posto Territorial de Alter do Chão (DLPIEFSS) (retificação).	419719332	31/10/25	DRL	39,78 €
Publicação do Concurso Público n.º 01/EG/2026 - Aquisição dos serviços de auxiliares de cozinha para as messes da EG em Queluz e para o Centro de Formação da Figueira da Foz, para o ano de 2026, 2027 e 2028.	419728948	4/11/25	EG	251,98 €
Publicação do Concurso Público n.º 02/EG/2026 Aquisição dos serviços de restauração para as messes da EG em Queluz, para o CF de Portalegre e para o CF da Figueira da Foz para o ano de 2026, 2027 e 2028.	419728972	4/11/25	EG	271,25 €
Publicação do Concurso Público n.º 03/EG/2026 - Aluguer e higienização de roupa de alojamento para a EG em Queluz e para o Centro de Formação da Figueira da Foz até 31 de dezembro de 2026.	419738846	6/11/25	EG	174,86 €
Publicação do Concurso Público n.º 04/EG/2026 - Aquisição de gás propano a granel para a EG em Queluz para o ano de 2026.	419739689	6/11/25	EG	155,57 €
Publicação do Concurso Público N.º 31/DRL/DA/2026 - Aquisição de ração para solípedes da GNR para o ano 2026.	419751676	10/11/25	DRL	155,57 €
Publicação do Concurso Público N.º 15/USHE/2025 - Concessão de exploração da messe e dos bares da USHE para o fornecimento de refeições e serviço de bar para o ano 2026.	419766094	13/11/25	USHE	155,57 €
Publicação do Concurso Público N.º 01/SRLF/CTer ÉVORA/2026 Aquisição de serviços de limpeza das cavalariças do DI do CTer de Évora para 2026.	419790394	19/11/25	CTer Évora	155,57 €
Publicação do Concurso Público n.º 05/EG/2026 - Aquisição de géneros alimentares para a EG em Queluz, para o CF de Portalegre e para o CF da Figueira da Foz para o 1º trimestre de 2026.	419792427	19/11/25	EG	406,22 €
Publicação do Concurso Público N.º 32/DRL/DA/2025 - Aquisição de ração para os canídeos da GNR para o biénio de 2026 e 2027.	419792257	19/11/25	DRL	155,57 €
Publicação do Concurso Público N.º 01/CTAVEIRO/2026 - Aquisição de pneumáticos para veículos do CTer de Aveiro para o ano 2026.	419814912	25/11/25	CTer Aveiro	174,86 €
Publicação do Concurso Público N.º 01/UCCF/2026 - Aquisição de combustível para embarcações da UCCF.	419822526	26/11/25	UCCF	174,86 €
Publicação do Concurso Público N.º 02/UCCF/2026 - Aquisição e montagem de pneumáticos para viaturas da UCCF para 2026.	419826196	27/11/25	UCCF	155,57 €
Publicação do Concurso Público n.º 07/EG/2026 - Concessão de exploração dos bares na EG em Queluz e no Centro de Formação de Portalegre.	419832205	28/11/25	EG	194,13 €

Aguarda Homologação

DESIGNAÇÃO PAGAMENTO	N.º ATO DRE	DATA	UNIDADE REQUERENTE	VALOR
Publicação do Concurso Público N.º 02/SRLF/CTÉVORA/2026 - Aquisição de palha para solípedes do CTer Évora.	419838865	2/12/25	CTer Évora	155,57 €
Publicação do Concurso Público N.º 03/UCCF/2026 - Aquisição de serviços de parqueamento e movimentos de pórtico (TRAVEL LIFT) para embarcações do ano de 2026.	419840743	2/12/25	UCCF	174,86 €
Publicação do Concurso Público N.º 01/SRLF/UA/2026 - Aquisição de serviços de costura para a oficina do núcleo de manufatura e desenvolvimento da UA para o ano de 2026.	419845814	3/12/25	UA	155,57 €
Publicação do Concurso Público N.º 01/SRLF/UI/2026 - Concessão de exploração da messe e dos bares da UI para o fornecimento de refeições e serviço de bar para o primeiro semestre do ano 2026.	419844745	3/12/25	UI	155,57 €
Publicação do Concurso Público N.º 14/DRL/DA/2025 - Aquisição de sistemas de Raio-X em tempo real portátil no âmbito do projeto 07/FSI/PCC/2024.	419849905	4/12/25	DRL	155,57 €
Publicação do Concurso Público N.º 34/DRL/DA/2025 - Aquisição de combustíveis rodoviários para o CTer Madeira para os anos de 2026, 2027 e 2028.	419850958	4/12/25	DRL	155,57 €
Publicação do Concurso Público N.º 33/DRL/DA/2025 - Aquisição de combustíveis rodoviários para o CTer Açores para os anos de 2026, 2027 e 2028.	419855097	5/12/25	DRL	155,57 €
Publicação do Concurso Público N.º 04/UCCF/2026 - Aquisição de serviços de inspeção/manutenção de jangadas pneumáticas da UCCF para o ano de 2026.	419866697	10/12/25	UCCF	194,13 €
Publicação do Concurso Público n.º 06/EG/2026 - Concessão de exploração de espaços nos edifícios da EG em Queluz, mediante a instalação de máquinas de venda automática de bens alimentares e bebidas.	419876895	12/12/25	EG	174,86 €
Publicação do Concurso Público N.º 17/DRL/DA/2025 - Empreitada de reparação da envolvente exterior do DTer de Gouveia (DLPIEFSS).	419882231	15/12/25	DRL	155,57 €
Publicação do Concurso Público N.º 22/DRL/DA/2025 -Empreitada de reparação da envolvente exterior do PTer Fornos de Algodres (DLPIEFSS).	419883593	15/12/25	DRL	155,57 €
Publicação do Concurso Público Urgente n.º 01/EG/2026 - Aquisição dos serviços de restauração para as messes da EG em Queluz, para o Centro de Formação de Portalegre e para o Centro de Formação da Figueira da Foz, para o 1.º semestre de 2026.	419889611	16/12/25	EG	194,13 €
Publicação do Concurso Público Urgente n.º 02/EG/2026 - Aquisição de serviços de auxiliares de cozinha para a messe do Centro de Formação da Figueira da Foz para o ano de 2026.	419889377	16/12/25	EG	155,57 €
Publicação do Concurso Público N.º 19/CCLIN/2025 - Aquisição de serviços de saúde para o Centro Clínico da GNR para 2026 e 2027.	419893248	17/12/25	CC	367,65 €

Aguarda Homologação

DESIGNAÇÃO PAGAMENTO	N.º ATO DRE	DATA	UNIDADE REQUERENTE	VALOR
Publicação do Concurso Público N.º 03/SRLF/CTer ÉVORA/2026 - Aquisição de pneumáticos para veículos do CTer de Évora para o ano 2026.	419907025	18/12/25	CTer Évora	155,57 €
Publicação do Concurso Público N.º 02/CTFARO/SRLF/2026 - Aquisição de pneumáticos para veículos do CTer Faro para o 1.º semestre do ano de 2026.	419914607	19/12/25	CTer Faro	155,57 €
Publicação do Concurso Público N.º 03/CTFARO/SRLF/2026 - Aquisição de peças auto para veículos do CTer Faro para o 1.º semestre do ano de 2026.	419915166	19/12/25	CTer Faro	155,57 €
Publicação do Concurso Público N.º 05/CTFARO/SRLF/2026 - Aquisição do serviço de manutenção corretiva para as viaturas militares adstritas ao CTer Faro.	419915911	19/12/25	CTer Faro	155,57 €
Publicação do Concurso Público Urgente n.º 03/EG/2026 - Aquisição de serviços de auxiliares de cozinha para a messe da EG, em Queluz, para o 1.º semestre de 2026.	419917045	19/12/25	EG	155,57 €
Publicação do Concurso Público N.º 30/DRL/DA/2025 - Aquisição de um sistema BackOffice centralizado para gestão de cinemómetros.	419921938	22/12/25	DRL	155,57 €
Publicação do Concurso Público N.º 03/SRLF/CTERPORTO/2025 - Aquisição de serviços de limpeza das cavalariças do DI do CTer do Porto para 2026.	419921849	22/12/25	CTer Porto	155,57 €
Publicação do Concurso Público N.º 01/CTFARO/SRLF/2026 - Aquisição de palha para solípedes do CTer Faro para o triénio de 2026 a 2028.	419928078	23/12/25	CTer Faro	155,57 €
Publicação do Concurso Público N.º 04/CTFARO/SRLF/2026 - Aquisição de óleos e lubrificantes para as viaturas do CTer Faro.	419927551	23/12/25	CTer Faro	155,57 €
Publicação do Concurso Público Urgente n.º 04/EG/2026 - Aquisição de serviços de restauração para a messe do Centro de Formação da Figueira da Foz, para o 1.º semestre de 2026.	419929358	23/12/25	EG	155,57 €
Publicação do Concurso Público N.º 03/SRLF/UI/2026 – Substituição da cobertura exterior do edifício de alojamento de guardas do GIC/UI em Queluz.	419935449	29/12/25	UI	155,57 €
TOTAL				**23.730,82 €**

Aguarda Homologação



Aguarda Homologação



Aguarda Homologação

Anexo 4

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

DECRETO-LEI N.º 73/2014, DE 13 DE MAIO

1. MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

No âmbito da modernização administrativa, a GNR tem prosseguido uma trajetória de transformação digital e eficiência operacional, alinhando-se com as estratégias nacionais e europeias para a inovação e digitalização da AP. Em 2025, a GNR procurou manter a senda de assegurar o desempenho eficaz da sua capacidade tecnológica, tanto ao nível do hardware como do software. Nesse sentido, desenvolveu esforços contínuos para prosseguir a renovação tecnológica iniciada em 2024, com vista a melhorar a performance nos domínios do processamento, armazenamento e salvaguarda de dados. Estas medidas pretenderam concretizar materialmente o desígnio estratégico referente ao alinhamento tecnológico necessário para a interoperabilidade entre sistemas internos e externos, promovendo uma infraestrutura mais coesa, segura e adaptada às exigências operacionais atuais.

1. Estratégias e Enquadramento

A modernização administrativa da GNR está inserida no quadro normativo definido pela Estratégia para a Transformação Digital da Administração Pública 2021-2026 (RCM nº 131/2021). O Plano de Atividades de 2025 incorporou as diretrizes estabelecidas neste documento, com relevância na digitalização, interoperabilidade dos sistemas e segurança da informação.

De entre os pilares estratégicos, destacam-se:

- Interoperabilidade e integração de sistemas internos e externos, permitindo maior celeridade e eficiência na partilha de informações entre unidades operacionais;
- Capacitação digital e qualificação dos recursos humanos, assegurando uma adaptação contínua às novas ferramentas tecnológicas;
- Melhoria da experiência do cidadão, através da simplificação dos processos administrativos e do reforço da acessibilidade digital.

2. Principais Projetos de Modernização em 2025

2.1. Transformação Digital e Interoperabilidade

A GNR prosseguiu o desenvolvimento do seu Plano de Transformação Digital, garantindo alinhamento com o projeto global de modernização do MAI, as ações implementadas incluíram a expansão de funcionalidades do SIIOP, melhorando a qualidade de dados e a capacidade de interoperabilidade com outros sistemas.

2.2. Modernização de infraestruturas e equipamentos

Durante o ano de 2025 foi concluída a Iniciativa de Convergência Digital MAI-GNR, que se traduziu um esforço estratégico para reforçar a cooperação institucional e otimizar os recursos tecnológicos da GNR. Com a migração de parte dos serviços centrais para o Data Center do MAI, localizado no Tagus Park, a GNR passou a beneficiar de infraestruturas mais robustas, soluções tecnológicas avançadas e maiores larguras de banda. Esta integração potencia a interoperabilidade com o Data Center alternativo do MAI, no Porto, já utilizado pela GNR para serviços críticos como o SIIOP-P, promovendo uma arquitetura mais resiliente, eficiente e alinhada com os objetivos de transformação digital da administração interna.

Ainda em 2025 foram iniciados os trabalhos com vista ao Reforço da Infraestrutura Tecnológica da GNR que pretende incrementar a capacidade física dessa infraestrutura, adquirida em 2024, e com capacidade modular para crescer, tendo como objetivo melhorar a resposta aos serviços atuais e preparar o ecossistema digital para futuras necessidades operacionais.

Aguarda Homologação

2.3. Cibersegurança

A cibersegurança constitui atualmente uma das principais preocupações a nível mundial, face ao crescimento exponencial das ameaças digitais que afetam infraestruturas críticas, organizações públicas e privadas, e cidadãos. Este fenómeno tem vindo a intensificar-se, exigindo uma resposta coordenada e sustentada por parte dos Estados.

Em resposta aos novos desafios que se colocam à GNR, durante o ano de 2025 foram implementados os seguintes projetos:

Resposta Automatizada a Ameaças Digitais que permitiu a automação do tratamento de incidentes de Malware nas estações de trabalho possibilitando uma resposta mais rápida e eficaz a ameaças de segurança, reduzindo significativamente o tempo de exposição dos sistemas. Ao eliminar a intervenção manual, esta abordagem garante maior consistência na contenção e resolução de incidentes, minimizando o risco de erro humano.

Monitorização e Resposta a Comprometimentos de Identidade, através da integração de um número crescente de fontes de dados sobre credenciais expostas online, bem como do aperfeiçoamento contínuo dos processos de tratamento dessa informação, sendo hoje possível detetar e responder a comprometimentos de contas institucionais de forma mais célere e eficaz. Esta evolução permite reduzir significativamente o tempo de exposição a riscos, reforçar a fiabilidade dos mecanismos de autenticação e aumentar a resiliência global da organização face a incidentes de segurança.

De igual forma, foram iniciados os seguintes projetos:

Sistema Unificado de Monitorização de Ameaças e Reforço de Sistemas que permitirá reforçar a monitorização da infraestrutura tecnológica da GNR, assegurando uma identificação mais eficaz de vulnerabilidades e a aplicação sistemática de medidas de reforço ("*hardening*") em toda a infraestrutura. A integração destas capacidades proporciona uma visibilidade centralizada sobre ameaças e pontos fracos, permitindo uma resposta mais rápida, coordenada e eficaz a potenciais incidentes de segurança.

Arquitetura de Segurança Resiliente e Proativa com vista a reforçar a forma como os sistemas são alojados, assegurando que a segurança está integrada desde a sua implementação, adotando uma metodologia de segurança *Secure by Design*.

Esta abordagem reduz vulnerabilidades estruturais, diminui a exposição a ataques e aumenta a robustez da infraestrutura tecnológica. Paralelamente, garante a conformidade com normas e standards internacionais e reforça a proteção dos ativos informacionais críticos.

Modelo de Acesso Seguro Multinível para Utilizadores Internos e Externos para modernizar e reforçar a arquitetura de acessos remotos da GNR, assegurando níveis superiores de segurança, eficiência e controlo nos acessos à infraestrutura por parte de colaboradores internos e utilizadores externos. A iniciativa contempla a revisão e atualização dos procedimentos e regras de conectividade, promovendo a adoção de boas práticas de segurança. Esta abordagem contribui para a mitigação de riscos de intrusão e exposição a ciberataques, enquanto melhora significativamente a experiência de utilização.

Projeto de melhoria contínua em Ciberhigiene e Boas Práticas Digitais que reforça as práticas de ciberhigiene e assume um papel fundamental na mitigação de riscos associados à utilização quotidiana de sistemas de informação e dados. Através do aumento das ações de formação e da realização de simulações de ataques — como campanhas de *phishing* e exercícios de engenharia social — será possível alcançar um maior número de utilizadores e reduzir significativamente a probabilidade de incidentes causados por erro humano ou negligência. Medidas como a atualização regular de software, a gestão rigorosa de credenciais e a sensibilização contínua para ameaças digitais contribuem para o fortalecimento da

Aguarda Homologação

postura de segurança da GNR. Esta abordagem preventiva reforça a resiliência operacional e assegura a continuidade das operações institucionais.

Aguarda Homologação

Aguarda Homologação

Página em branco.

GUARDA NACIONAL

Humana, Próxima e de Confiança

Aguarda Homologação

REPUBLICANA

Humana, Próxima e de Confiança

Aguarda Homologação





Aguarda Homologação

GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

DIVISÃO DE PLANEAMENTO ESTRATÉGICO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Largo do Carmo, 1200-092 LISBOA - PORTUGAL

Email: *dperi@gnr.pt*

www.gnr.pt

#GuardaNacionalRepublicana